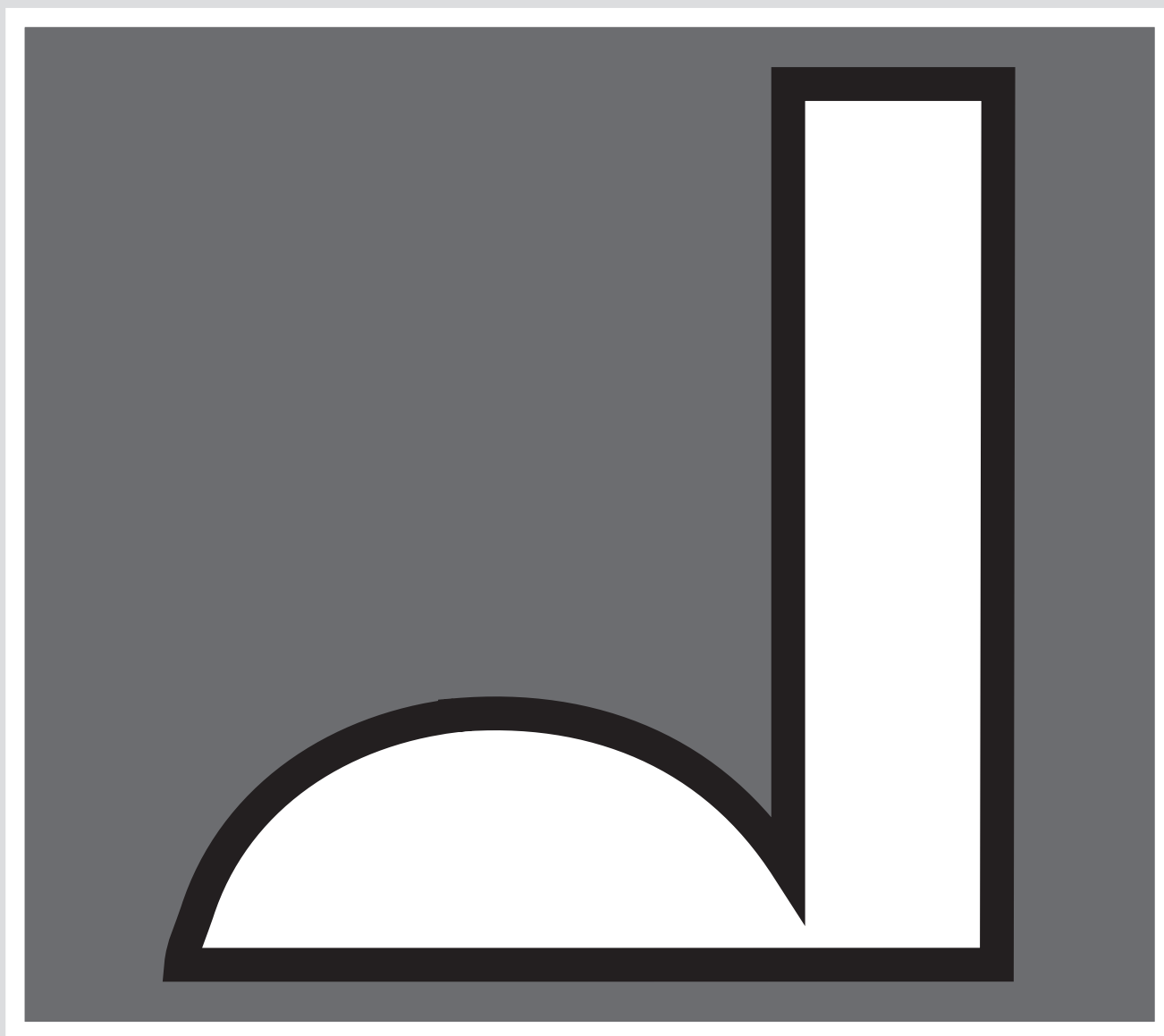




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 76 - SÁBADO, 31 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Majoria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 4 Líder Osmar Dias - PDT		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 89ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE MAIO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar os 60 anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói/RJ, nos termos do Requerimento nº 466, de 2008, do Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores..... 17152

1.2.2 – Apresentação do coral da Associação Pestalozzi de Goiânia

– Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

– Oradores:

Senador Flávio Arns 17153

Senador Paulo Duque..... 17155

Senador Eduardo Suplicy 17157

Senadora Serys Slhessarenko 17159

Senador Eduardo Azeredo 17161

Senador Romeu Tuma 17161

Senador Mão Santa 17164

O Sr. Presidente (Senador Flávio Arns)..... 17166

Senador Flexa Ribeiro (Art. 203, do Regimento Interno do Senado)..... 17167

1.2.5 – Suspensão da sessão às 16 horas e 9 minutos, e reabertura às 16 horas e 13 minutos.

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Inadmissibilidade da Representação do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em relação ao Senador Marconi Perillo, e seu arquivamento, em decisão da Mesa do Senado Federal, realizada nesta data..... 17168

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro da realização, no próximo dia 2, em Cuiabá, do Fórum sobre Reforma Tributária. Anúncio, pelo Governador de Mato Grosso, da redução da alíquota de ICMS no Estado..... 17168

1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 162/2008, de 20 do corrente, solicitando providências no sentido de proceder a retificação na publicação feita no suplemento do Diário Oficial da União, Seção 1, de 24 de abril de 2008 – Detalhamento do Crédito Orçamentário (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), tendo em vista correção de erros materiais ocorridos no processamento das emendas..... 17171

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ MARANHÃO, como Líder – Homenagem pelo transcurso do Dia da Indústria, ocorrido em 25 de maio corrente..... 17185

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Homenagem à Embaixadora Maria Nazareth Farani. Registro de encontro, hoje, com o Ministro Guido Mantega, a fim de debater sobre o Fundo Soberano. Reflexões sobre o tema biocombustível *versus* alimentos. 17186

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Designação dos Senadores Arthur Virgílio e João Pedro para representarem o Senado na Missa de Sétimo Dia do Senador Jefferson Péres, a realizar-se em Manaus. 17189

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Leitura de nota técnica do Ministério da Saúde sobre rumores de suposto uso de pesquisa em seres humanos envolvendo a luta contra a malária no Estado do Acre.. 17189

SENADOR VALTER PEREIRA – Comentários à matéria da revista **ISTOÉ** sobre o interesse da comunidade internacional pela Amazônia. Homenagem ao Senador Jefferson Péres, falecido recentemente, e um dos maiores defensores da Amazônia..... 17191

SENADOR MAGNO MALTA – Relato sobre os trabalhos da CPI da Pedofilia e o empenho para o combate ao crime cibernético. 17194

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Cumprimentos ao Supremo Tribunal Federal pela

decisão de suspender a eficácia da edição de medidas provisórias que tratam de crédito extraordinário. Expectativa quanto à decisão que poderá ser tomada hoje pelo Supremo Tribunal Federal, sobre a liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias.....

17199

SENADOR JOSÉ NERY – A importância histórica do encontro *Xingu Vivo para Sempre*, ocorrido na semana passada, entre os dias 19 e 23, em Altamira, no Pará. Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Geógrafo.

17201

1.2.12 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa

Nº 5.214/2008, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 278, de 2008, do Senador Antonio Carlos Júnior.....

17204

1.2.13 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 1.015/2008, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.026, de 2007, do Senador Alvaro Dias

17204

1.2.14 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem).....

17205

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 27 de maio de 2008, e publicada em 28 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 432, de 2008, que *institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria*.....

17205

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 27 de maio de 2008, e publicada em 28 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 433, de 2008, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria*.....

17207

Recebimento da Mensagem nº 104, de 2008 (nº 328/2008, na origem), de 27 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sete milhões, trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América, entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.....

17209

1.2.15 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 89/2008, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 123, de 2008, do Senador Alvaro Dias.....

17209

1.2.16 – Ofícios

Nº 150/2008, de 28 do corrente, da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, de desligamento do Senador Mão Santa – PMDB/PI, da suplência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.....

17210

Nº 151/2008, de 28 do corrente, da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, comunicando que o PMDB cedeu ao PTB vaga na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.....

17210

1.2.17 – Leitura de requerimentos

Nº 698, de 2008, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, *solicitando voto de pesar à família do ex-Senador Jefferson Péres pelo seu falecimento*.....

17210

Nº 699, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Ítalo Pinheiro*.....

17210

Nº 700, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na República de Timor Leste, no período de 13 a 22 de junho do corrente ano*.....

17211

Nº 701, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando autorização para desempenho de missão oficial, no dia 29 do corrente mês, a fim de participar da Missa de Sétimo Dia em memória do Senador Jefferson Péres, em Manaus*.

17212

Nº 702, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, *solicitando sessão especial em homenagem ao Grande Oriente do Brasil, a ser realizada no dia 17 de junho de 2008, pela celebração da data de sua criação no dia 17 de junho de 1822*.

17212

1.2.18 – Pareceres

Nº 482, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 91, de 2008 (nº 289/2008, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Luis Felipe Salomão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargador dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do Senhor Ministro Hélio Quaglia Barbosa*.....

17213

Nº 483, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 92,

de 2008 (nº 290/2008, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Mauro Luiz Campbell Marques, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a membro do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, relativo ao quinto constitucional, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Peçanha Martins. ...* 17217

Nº 484, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 93, de 2008 (nº 291/2008, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Doutor Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.* 17223

1.2.19 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que *altera o art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para estabelecer critérios de imputabilidade de índios..* 17228

Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso IV e acrescenta o inciso V ao art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para organização do Ministério Público e dá outras providências, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais.* 17230

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a redação de dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para modificar as penas descritas na Seção III, que trata dos crimes e das penas.* 17233

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2008 – Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a redação do art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para assegurar ao Ministério Público acesso a informações contábeis, fiscais e bancárias de pessoas físicas e jurídicas, sem prévia autorização judicial.* 17238

1.2.20 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 19, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *altera o art. 37 para estabelecer isenção de pagamento de inscrição em concurso público nos casos que menciona.* 17240

1.3 – Ordem do Dia

São os seguintes os itens transferidos para próxima sessão deliberativa, dia 3 de junho, terça-feira, nos termos de acordo de Lideranças:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 414, de 2007, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.* 17245

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, que *altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008).* 17245

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 419, de 2008, que *altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.* 17245

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 420, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.* 17245

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 421, de 2008, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.* 17245

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 423, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.* 17245

Item 7 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai;*

e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)..... 17245

Item 8 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007..... 17246

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 17246

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 17246

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 17246

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 17246

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). .. 17246

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. 17247

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da

Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal..... 17247

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..... 17247

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal..... 17247

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. ... 17247

Item 19 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. 17247

Item 20 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos..... 17248

Item 21

Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal..... 17248

Item 22

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que

estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família..... 17248

Item 23

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). 17248

Item 24

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral 17248

Item 25

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências..... 17248

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo..... 17248

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)..... 17249

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 17249

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). 17249

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos

incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação). 17249

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ... 17249

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. 17249

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)..... 17250

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 17250

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)..... 17250

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 17250

Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 17250

Item 38

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Ro-

dovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela..... 17250

Item 39

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*..... 17250

Item 40

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*..... 17250

Item 41

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*. 17251

Item 42

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*. 17251

Item 43

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça*..... 17251

Item 44 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*... 17251

Item 45 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*. 17251

Item 46 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. 17251

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*. 17251

Item 48 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*. 17252

Item 49

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil*..... 17252

Item 50 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN*. 17252

Item 51

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*..... 17252

Item 52

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.... 17252

Item 53

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.* 17252

Item 54

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.* 17252

Item 55

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.* 17253

Item 56

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.* 17253

Item 57

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

Item 58 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.* 17253

Item 59

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 17253

Item 60 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".* 17253

Item 61 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.* 17253

Item 62

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.* 17254

Item 63 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.* 17254

Item 64

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.* 17254

Item 65

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.* 17254

Item 66

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.* 17254

Item 67

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.* 17254

Item 68

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*..... 17254

Item 69

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*..... 17254

Item 70

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*..... 17254

Item 71

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.)* 17255

Item 72

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....* 17255

Item 73

Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)..* 17255

Item 74

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*..... 17255

Item 75

Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)*..... 17255

Item 76

Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV.)* 17255

Item 77

Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.*..... 17255

Item 78 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*..... 17255

Item 79 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.* 17256

Item 80

Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática.)*..... 17256

Item 81

Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja*

ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento.)..... 17256

Item 82

Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento.)*..... 17256

Item 83

Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais.)*..... 17256

Item 84

Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.)*..... 17256

Item 85 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais*..... 17256

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 11 de junho do corrente, quarta-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, anteriormente convocada para o dia 5 de junho do corrente..... 17256

1.3.2 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 686, 687, 700 e 701, de 2008, lidos em sessão anterior e no Expediente da presente sessão. **Aprovados**..... 17256

Requerimento nº 581, de 2008, lido em sessão anterior. **Aprovado**, fixando o dia 10 de junho próximo, às 11 horas, para a realização de sessão solene especial destinada a homenagear a memória do ex-Senador Arthur da Távola. 17256

Requerimentos nºs 370 e 697, de 2008, lidos em sessões anteriores. **Aprovados**..... 17257

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Considerações sobre o debate acerca da questão da alta dos preços dos produtos agrícolas e da produção de biocombustíveis. Registro da matéria

intitulada “Independência Alimentar e Etanol”, de autoria de Delfim Netto, publicada no jornal **Valor Econômico**, do dia 13 do corrente mês. Transcrição de pronunciamento sobre a legislação sobre o investimento estrangeiro..... 17257

SENADOR GEOVANI BORGES – Homenagem ao Senador Jefferson Peres. Preocupação com a publicação, pelo IPEA, de pesquisa que mostra o crescimento da taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos de idade. 17267

SENADOR MÃO SANTA – Compartilhamento das preocupações do Senador Geovani Borges, sobre o desemprego entre os jovens. Cobranças do governo federal a conclusão das obras federais inacabadas no Estado do Piauí..... 17268

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Epidemia do descaso”, publicada na revista **Veja**, edição de 2 de abril último. 17270

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Para onde foi o dinheiro de Celso Daniel?”, publicada na revista ISTOÉ, edição de 5 de março último. 17272

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da entrevista das páginas amarelas, intitulada “O buão da América”, publicada na revista **Veja**, edição de 16 de abril último. Registro da matéria intitulada “Sucesso brasileiro é de curto prazo”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 23 de março último. 17273

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do recebimento do Relatório do Prodasen, ano 2007, e elogios pelos inestimáveis serviços que o mesmo vem prestando à Casa e ao País..... 17277

1.4 – Encerramento

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 29.05.2008

3 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

Atas Circunstanciadas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Reuniões, realizadas em 10 e 15 de abril, e 6 e 16 de maio de 2008, da Comissão Temporária Externa, criada através do Requerimento nº 193, de 2008. 17278

4 – ATAS DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008..... 17325

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião de 2008, realizada em 6 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008..... 17342

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2008, realizada em 12 de abril de 2008, da Comissão Par-

lamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008.....	17343
Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2008, realizada em 15 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008.	17343
Atas Circunstanciadas da 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Reuniões, realizadas em 25, de março, e 1º, 15 e 23 de abril de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007.	17347
5 – ATAS DE COMISSÃO MISTA ESPECIAL	
Atas Circunstanciadas da 34ª, 35ª e 36ª Reuniões, realizadas em 6 de março, e 10 e 14 de abril de 2008, da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, criada pelo Ato nº 01, de 2007.....	17456
6 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 1.095, de 2008.	17484
7 – CONVÊNIO	
Nº 18, de 2008, entre o Senado Federal e o Banco ABC Brasil S/A.....	17484

SENADO FEDERAL

- 8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
- 53ª LEGISLATURA**
- 9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
- 10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
- 12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
- 13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**
- 14 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
- 15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

- 16 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**
- 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**
- 18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 19 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 89ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma,
Flávio Arns, Mão Santa, Paulo Duque e Geovani Borges*

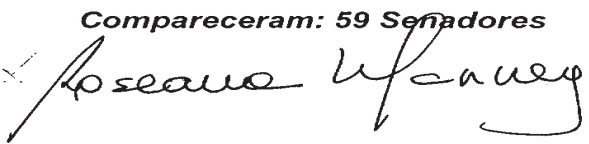
(INICIA-SE A SESSÃO ÀS 14 HORAS E 16 MINUTOS, E ENCERRA-SE ÀS 19 HORAS E 47 MINUTOS)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/5/2008 07:43:07 até 29/5/2008 20:20:57

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		Compareceram: 59 Senadores 				
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA GLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIANO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X						

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Boa-tarde, senhoras e senhores!

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos Srs. oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar os 60 anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói, Rio de Janeiro, nos termos do Requerimento nº 466, de 2008, do Senador Flávio Arns e de outros Srs. Senadores.

Para compor a Mesa, convido a Srª Gyselle Saddi Tannous, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; a Srª Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói, Rio de Janeiro; e nosso querido Senador Flávio Arns, primeiro subscritor do Requerimento. (Palmas.)

Saúdo as demais autoridades presentes.

Haverá a apresentação do coral da Associação Pestalozzi de Goiânia, que interpretará as canções “É preciso saber viver” e “Dias melhores”.

Convido o coral a dar início à apresentação das músicas apontadas.

(Apresentação do coral da Associação Pestalozzi de Goiânia.)

O Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Quero cumprimentar a Srª Gyselle Saddi Tannous, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp); a Srª Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói; e o Senador Flávio Arns, o primeiro subscritor do requerimento.

Chamo à Mesa o Prefeito de Niterói, Godofredo Pinto, que está entre nós. (Palmas.)

Senhoras e senhores, eu gostaria de ficar mais tempo aqui, mas tenho outro compromisso, do próprio Senado Federal. Tenho de participar dessa nova reunião, daí por que eu gostaria de fazer uma ligeira saudação e gostaria que compreendessem minha ausência, mas serei muito bem sucedido na Presidência pelo Senador Romeu Tuma, que acabo de golpear, pois cheguei aqui e tomei seu lugar.

Hoje, prestamos, todos nós, justa homenagem aos 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói, que é a terceira mais antiga do Brasil, entre as cerca de cem instituições espalhadas pelo País. De fato, são 60 anos de um trabalho meritório, voltado para o objetivo maior da plena inclusão. A sociedade não pode

prescindir de pessoas que, por desassistência ou por deficiência, acabariam marginalizadas. O fato é que, Srªs e Srs. Senadores, a solidariedade social permite que tais pessoas contribuam plenamente para a construção de um Brasil cada vez melhor.

Faço questão de evocar, ainda que brevemente, a bela figura e o belo trabalho exercido pela Srª Helena Antipoff. Do seu esforço, nasceram diretamente as três primeiras Sociedades Pestalozzi no Brasil – desculpem-me, pois parece que estou ensinando o padre-nosso ao vigário, visto que todos que aqui estão conhecem bem esse trabalho, mas quero mostrar que pelo menos conheço alguma coisa: a primeira nasceu em 1932, em Minas Gerais; a segunda foi criada em 1945, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal; e a terceira, que hoje recebe nossa homenagem, nasceu em 1948, em Niterói.

Helena Antipoff, russa de nascimento, psicóloga e pedagoga com sólida formação nas melhores universidades e centros de pesquisa europeus, veio para o Brasil, no final dos anos 20, a convite do governo de Minas Gerais. A idéia inicial era a de implantar uma Escola de Aperfeiçoamento pedagógico. Mas, poucos anos depois, senhoras e senhores convidados, fundava, em Belo Horizonte, juntamente com ex-alunas da Escola de Aperfeiçoamento, a primeira Sociedade Pestalozzi do Brasil, com assistência médica e psicopedagógica a crianças portadoras de deficiências mentais e ao seus pais.

Nos cerca de 45 anos em que viveu em nosso País, Helena Antipoff foi incansável batalhadora das causas da educação e da inclusão das crianças portadoras de deficiência.

Todos sabemos como é difícil a tarefa de lidar com a diferença. Conhecemos o esforço que é necessário desprender para eliminar barreiras e tornar viável o ideal da plena inclusão de todos. Todos sabemos disso, mas só o pai ou a mãe de uma criança com problemas mentais pode apreciar verdadeiramente a amplitude dessa dificuldade.

Contar com pessoas como as que aqui estão, principalmente as dirigentes, e com instituições como as Associações Pestalozzi – posso avaliar – é uma benção que, certamente, alivia e conforta.

Hoje, a Associação Pestalozzi de Niterói homenageia sua inspiradora, no Centro Experimental Helena Antipoff, voltado para a educação básica e para a educação profissional e técnica. Além do Centro, há a Escola Superior de Ensino Helena Antipoff, mais conhecida como Faculdades Pestalozzi. Ou seja, esse trabalho social resultou em bons frutos e, por isso, foi reconhecido.

Gostaria, inclusive, de registrar a presença aqui do Prefeito de Niterói, que, certamente, tem ajudado a Faculdade e as Organizações Pestalozzi – e, a partir de hoje, S. S^a vai ajudar muito mais; vai assumir, inclusive, o compromisso com o Senado Federal de ajudá-las mais.

Por fim, nossas congratulações pela obra exemplar e pelas seis décadas de dedicação aos que mais necessitam do nosso apoio.

Quero também parabenizar, e não é a primeira vez que o faço, o Senador Flávio Arns, pela iniciativa de propor esta comemoração e, assim, dar-nos a oportunidade de louvar os feitos dessa entidade.

É sempre gratificante lembrar esses belos exemplos de trabalho assistencial, como o desenvolvido pela Associação Pestalozzi.

Enfim, a todos os que ajudaram e ajudam a concretizar o sucesso da Associação Pestalozzi de Niterói os nossos parabéns!

O cântico daqueles que vieram da Associação Pestalozzi de Goiás que dizia “Ensina-me a viver” deve ser proferido por aqueles que fazem esse esforço, que participam desse trabalho, que estão nessa luta, sobretudo por aqueles que conseguiram se recuperar e prestar um bom serviço à sociedade.

Por tudo isso, quero, portanto, aqui, deixar meus parabéns. (Palmas.)

Peço ao Senador Romeu Tuma que se dirija mais uma vez à Presidência – não pense S. Ex^a que vai assumir *ad eternum* esta Presidência.

Um grande abraço a todos! Tenho a certeza de que o Instituto Pestalozzi de Niterói é exemplo para o Brasil inteiro de como se ensina a viver melhor.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – *Ad eternum*, só pela vontade divina.

Convido, para fazer uso da palavra, como primeiro signatário do requerimento, o ilustre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Desejo, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Romeu Tuma, grande amigo, animador, incentivador dessa área e sempre solidário com quaisquer iniciativas justas a favor da pessoa com deficiência. O mesmo posso afirmar para os presentes e para o Brasil, que nos acompanha pela *TV Senado*, em relação ao Senador Garibaldi Alves, e em relação a tantos outros Senadores e Senadoras deste Senado da República

solidários, prontos, querendo auxiliar, querendo ajudar. Esse espírito bom e produtivo é, realmente, algo muito importante dentro desta Casa.

Quero cumprimentar o Prefeito Godofredo Pinto, até porque, quando o Senador Garibaldi Alves, há pouco, perguntou se o Município ajudava a Associação Pestalozzi, tive vontade de dizer que há muito tempo sei que V. Ex^a colabora, participa, está presente. Oxalá o exemplo de V. Ex^a fosse seguido, assim como o de D. Regina, que está aqui presente, primeira-dama do Município, por tantos municípios do Brasil. Parabéns, que continue assim nessa caminhada de justiça; a Gysélle Saddi Tannous, que é Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; e a nossa amiga, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói, Lizair de Moraes Guarino.

Caros convidados, autoridades, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, alunos, educandos da Associação Pestalozzi de Goiânia, que está abrihantando este evento, esta sessão solene aqui no Senado Federal, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar todos os amigos e companheiros de caminhada aqui presentes em função da homenagem que hoje prestamos à Pestalozzi de Niterói por ocasião dos seus 60 anos de fundação.

Sinto-me honrado e feliz por estarmos, juntos, prestando esta homenagem e promovendo diversas atividades no Senado em função das comemorações. Digo “juntos” porque é uma associação; sempre associação dos pais, dos amigos, dos educandos, dos profissionais, para que, por meio de uma associação, haja força, energia para o enfrentamento dos desafios.

Logo mais, após o fim desta Sessão Especial, poderemos visitar a exposição “60 Anos da Pestalozzi de Niterói” na Senado Galeria, onde serão exibidas as artes plásticas produzidas por pessoas com deficiência atendidas pelos programas especializados da Pestalozzi de Niterói. E mais tarde, às 18 horas, na Biblioteca do Senado, teremos o lançamento do livro também relacionado a esta caminhada educacional da Pestalozzi de Niterói.

A programação que buscamos oferecer no Senado para ressaltar a atuação da Pestalozzi de Niterói durante esses 60 anos de história é uma forma de reconhecermos a importante trajetória desta instituição de pais, amigos e colaboradores e que é referência no atendimento das pessoas com deficiência não só para Niterói ou para o Estado do Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil.

Fundada em 3 de dezembro de 1948 sob a inspiração da educadora russa Helena Antipoff, como já enfatizado, a Pestalozzi de Niterói, assim como outras

Pestalozzis mais antigas, como a de Canoas, fundada em 1926 – portanto já há 82 anos – e que caminha para o seu centenário, foram inspiradoras e apoiadoras de muitas outras iniciativas semelhantes.

Cabe lembrar que a primeira Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Brasil, a Apae de Guanabara, hoje Apae do Rio de Janeiro, foi criada com o apoio da Pestalozzi de Niterói, há 54 anos. Portanto, a própria Pestalozzi colaborou no surgimento de um movimento que é, sem dúvida, muito importante na história do Brasil e do mundo e que reúne dois mil municípios, que é o Movimento das Apaes. Seguindo os passos das Pestalozzis, as Apaes hoje atuam como co-irmãs na construção da cidadania de milhares de brasileiros.

A Pestalozzi de Niterói também teve papel fundamental na criação da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que congrega já hoje mais de duzentas Pestalozzis espalhadas pelo Brasil. Em todos os Estados em que se fazem presentes, as Pestalozzis são reconhecidas, Gysélle, pelo trabalho que desenvolvem e possuem extraordinária credibilidade junto à comunidade.

Esta valorização em muito se deve ao compromisso dessas entidades com seus objetivos. Além de prestar serviços às pessoas com deficiência mental nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho, esporte, lazer e cultura, as Pestalozzis desempenham importante papel no apoio às famílias – como o Senador Garibaldi Alves ressaltou – dessas pessoas, criando condições para que se posicionem, como famílias, frente às questões relacionadas ao seu familiar – ao seu filho, ao seu irmão, ao seu tio, ao seu sobrinho – com deficiência.

Como não mencionar a luta incansável dessas entidades para que essas pessoas, os nossos filhos, tenham dignidade – falo inclusive como pai de uma pessoa com deficiência mental – e para que as leis sejam cumpridas e garantam que os direitos dos nossos filhos, de todas as famílias do Brasil, com deficiência, estejam incluídos em todas as políticas públicas. Destaco também a incessante busca pela qualificação das pessoas com deficiência e dos profissionais – porque, se as Pestalozzis são boas, competentes e reconhecidas, é porque existem pessoas muito qualificadas e dedicadas fazendo um trabalho de muita qualidade – que atuam nas Pestalozzis.

Seguindo esses objetivos, a Pestalozzi de Niterói, como as demais do Brasil, mantém programas de educação básica, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental Seriado e Não-Seriado para centenas de alunos, além de promover atividades voltadas a pessoas com autismo, com psicose, portadores de

Altas Habilidades, além de crianças com alterações no desenvolvimento neuropsicomotor e com dificuldades de aprendizagem.

Também as Pestalozzis – a de Niterói está sendo homenageada no dia de hoje, mas eu gostaria que todas as entidades se sentissem igualmente homenageadas, e não só as Pestalozzis, mas tantas entidades boas nas áreas auditiva, visual, física, mental, de autismo, de distúrbios múltiplos que existem pelo Brasil – destacam-se pela dedicação empenhada na formação de profissionais para atuarem nessa área, como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outros cursos que são oferecidos pelas “Faculdades Pestalozzi”, mantidas pela entidade.

Temos aqui pessoas que fazem parte desta história e ajudaram a transformar vidas – várias pessoas aqui presentes nesta sessão solene –, e quero destacar, de uma maneira especial, a Sr^a Lizair Guarino, Presidente da Pestalozzi de Niterói.

A Lizair é uma referência na área da pessoa com deficiência, em função das suas ações, dos estudos que desenvolve na área e do importante trabalho empreendido no decorrer da sua vida. O Brasil deve à atuação da Sr^a Lizair Guarino e à de outras pessoas iniciativas fundamentais para que a cidadania da pessoa com deficiência pudesse, de fato, ser construída – foi um processo de construção em nosso País. Cito, por exemplo, a sua atuação na criação da Secretaria Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação, e não só na criação, mas também, posteriormente, na manutenção e consolidação dessa Secretaria.

A presença dela e de tantos outros – e destaco a presença do Dr. Elpídio de Araújo Neris, ex-Presidente da Federação Nacional das Apaes –, os dois e tantos outros que se empenharam para a criação da Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência), órgão criado em 1989, estando no exercício da Presidência, naquela época, o Presidente José Sarney. E, até hoje, a Corde se destaca como uma coordenadoria para a integração de ações voltadas para pessoas com deficiência. E tantas outras iniciativas que poderiam ser mencionadas e que mudaram a trajetória de cidadania e de dignidade para muito melhor para as pessoas com deficiência em nosso País.

Queridos amigos e apoiadores do Movimento Pestalozziano no Brasil, colegas Senadoras e Senadores, de uma maneira muito especial, temos aqui o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência no Senado Federal.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Eu não poderia deixar de fazer uma intervenção no brilhante pronunciamento que V. Ex^a faz, porque sei da responsabilidade que sempre orientou sua conduta desde a época em que era Deputado Federal, meu colega de Parlamento, até a sua caminhada aqui pelo Senado, sempre voltada para essa nobre causa. Mas gostaria de acrescentar em sua fala o papel fundamental que é exercido por essas entidades e sobretudo pelos educadores que compõem seus quadros. Fui Secretário de Educação de Mato Grosso do Sul e, na época, era Coordenadora da Educação Especial a Professora Fabiana, que V. Ex^a conhece de longa data. Ali, pude entender perfeitamente a diferença entre aquele que se dedica à educação especial e aquele que se dedica à educação. Na educação, todos aqueles que fazem a opção, encontram condições na capacitação para exercê-la com competência; mas para a educação especial, para trabalhar na Pestalozzi, por exemplo, há necessidade de alguns ingredientes que são incommuns na pessoa humana. O primeiro deles é o extremo amor ao próximo; o segundo é a dedicação integral; e o terceiro é a vocação. Sem esses atributos, jamais se consegue produzir uma educação à altura daqueles que têm necessidades especiais. E a Pestalozzi – na época, tive a oportunidade de conviver muito com os dirigentes dessa instituição – dava lições de todos esses atributos. Aproveito, nesta sessão solene, inclusive a oportunidade rara de homenagear, dentre todos os educadores, a Sr^a Gysélle, minha conterrânea, que desponta nesse movimento como uma das proeminentes figuras de dedicação e de amor a essa causa. Homenageio a todos que estão na Pestalozzi e nas APAEs – Associações de Pais e Amigos de Excepcionais –, enfim, a todas as entidades que se dedicam à educação especial, mas não poderia deixar de homenagear o mestre, aquele que tem a paciência, que alia o conhecimento acadêmico à vocação, para prestar esse grande serviço que resulta na inclusão social daqueles que precisam do ensino especial, da educação especial, garantindo esse direito fundamental à vida humana. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço o aparte, como de hábito, fundamental, e o incorporo integralmente ao texto, dada a sua relevância, beleza e sensibilidade, exatamente como é a trajetória de V. Ex^a, sempre voltado à exaltação do ser humano e às relações que devem imperar, na condição de fazer desse processo de educação o processo pleno de inclusão para a felicidade, para a vida plena. Parabéns.

Sr. Presidente, nobre colegas Senadoras e Senadores, convidados e convidadas, esta homenagem busca valorizar o trabalho, o amor, a dedicação e o compromisso empreendidos ao longo desses 60 anos por todos os que fizeram e fazem parte dessa história. Sessenta anos de Niterói, oitenta e dois de Canoas, cinquenta e quatro das APAEs e de tantas entidades que lutam no dia-a-dia para que pessoas com deficiência tenham chances e oportunidades como uma questão de direito. A dedicação e o amor incondicional são armas poderosas de transformação e têm sido o combustível para que essa caminhada siga adiante e cresça em termos de abrangência e qualidade.

Ressalto que sem o trabalho desses guerreiros e guerreiras aqui presentes e de muitos outros espalhados pelo Brasil, que não esmorecem diante das maiores dificuldades, que não se intimidam frente aos desafios, muitas vezes gigantescos, não seria possível avançarmos na luta pela dignidade e pela valorização daqueles que mais necessitam de apoio para o seu desenvolvimento.

Parabéns a todos vocês pestalozzianos, cidadãos que merecem nosso reconhecimento e as justas homenagens propostas por esta Casa de leis.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Anuncio e agradeço a presença do Sr. Luís Paulino Moreira Leite, vice-Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói; da Sr^a Ester Alves Pacheco Henriques, Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás e Primeira vice-Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; do Sr. Maurício Rodrigues Porto, Presidente das Associações Pestalozzi de Goiânia e Segundo Tesoureiro da Fenasp; e do Sr. Coronel Gilberto Alves de Carvalho, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Convido o Senador Flávio Arns para assumir a Presidência, porque assim não será permanente minha presença aqui.

É a homenagem ao primeiro signatário.

O Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Com muito prazer. Em seguida, passo a palavra ao Senador Paulo Duque para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Flávio Arns, venho inicialmente dizer a V. Ex^a que ontem o Senador Francisco Dornelles, também do Rio de Janeiro, solicitou-me que lhe ocupasse o lugar nesta

tribuna, no dia de hoje, e que lesse o discurso que faria, conforme acordo com V. Ex^a. Disse-lhe o seguinte: vou prestar-lhe esse obséquio, agora, fale primeiro com o Senador Flávio Arns. Ele me disse: “Foi a primeira coisa que fiz”. Correto?

Por isso a minha presença aqui, meus senhores e minhas senhoras. Estou aqui substituindo o Senador Francisco Dornelles, que foi, durante muitos e muitos anos, Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Agora é Senador da República, como futuramente talvez, quem sabe, Godofredo Pinto também seja Senador da República, ele que foi meu companheiro na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, durante muitos anos. Lembro isso, para dar uma explicação da minha presença aqui. Eu não estava inscrito, foi um acaso.

É uma responsabilidade saber que tanta gente do meu Estado está aqui; saber que talvez as lágrimas já comecem a cair ali, dos olhos da ilustre educadora, quem sabe dela também ou de outrem aqui presente; saber que, em primeiro lugar, devo falar alguma coisa sobre Pestalozzi. Seria uma injustiça se não falasse sobre ele alguma coisinha.

Nasceu esse homem, predestinado, no dia 12 de janeiro de 1746 – olhem a volta que o mundo dá, 1746 –, numa cidade em que não sei se o Arns já esteve: Zurique, na Suíça. Era um suíço. Então, há a Suíça, o Paraná do Arns, a Niterói de Godofredo Pinto, o Rio de Janeiro, minha cidade, a São Paulo do Tuma. Meu Deus do céu, este Senado é o Brasil! E hoje estamos acolhendo aqui, estamos lembrando-nos de um homem iluminado, predestinado. Acho que o mundo inteiro tem uma Sociedade Pestalozzi. O Brasil tem. O mundo inteiro tem. E o que me impressionou foi uma rápida biografia, porque ele era um homem que nasceu desajeitado, com certa deficiência física. Mas era um obstinado, forte fisicamente.

Sofreu a influência dos mestres iluministas; espírito humanitário, buscou a reforma pela paz, pela justiça e pela educação. Sonhava ajudar o povo e a juventude e se estabeleceu em Neuhot, sua primeira propriedade rural, na qual iniciara sua vida como educador, sociólogo e reformador. Nessa propriedade, pensou e realizou uma instituição filantrópica para crianças desamparadas. Isso, em 1750 e poucos. Nesse momento é que sua vida começa a misturar-se com sua obra.

Já se passaram tantos anos entre ele, sua obra e nós, e o estamos homenageando aqui. No seu túmulo, foi inscrito o seguinte: “Pai dos Pobres. Aqui jaz o Pai dos Pobres!” Só isso. Ele tinha a concepção pedagógica de que a fonte de todos os conhecimentos se acha na intuição. Ele tinha essa concepção; dava um valor

excepcional à intuição das pessoas. Isso é realmente profundo e muito verdadeiro.

Sei que a sua obra passou pelo mundo, está atravessando os tempos.

Há os seus seguidores, os seus discípulos, os seus admiradores. Essa é a pessoa que estamos homenageando hoje, a sua memória, a sua iniciativa. Visto isso, com o respeito que tenho por todos os presentes, que vieram de tão longe, vou passar a ler, se me permite, Sr. Presidente, o discurso do Senador Francisco Dornelles, que deveria estar no meu lugar aqui hoje, com todo o respeito.

Diz ele o seguinte:

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns pela feliz iniciativa de propor esta homenagem aos 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói.

Como representante, nesta Casa, do Estado do Rio de Janeiro [acho que ele me escolheu, porque também sou do Estado do Rio de Janeiro] – e, mais ainda, como cidadão que acompanha o notável trabalho desenvolvido por aquela instituição –, posso atestar que a homenagem é das mais justas e merecidas.

Ele tem identificação com a Pestalozzi de Niterói.

Afinal, senhoras e senhores, o trabalho desenvolvido pela Associação Pestalozzi de Niterói em prol dos portadores de deficiência – seja na prestação de assistência médico-social, seja na prestação de serviços educacionais ou na formação de recursos humanos especializados – só pode ser qualificado como exemplar.

É a primeira afirmativa do Francisco Dornelles.

E não teria como ser diferente, já que é um trabalho inspirado em figuras de perfil admirável.

A começar, é claro, pelo educador que dá seu nome à instituição. Johann Heinrich Pestalozzi, mais que um eminente pedagogo, mais que o inspirado formulador da teoria dos três estados do desenvolvimento da espécie humana – o estado natural, o estado social e o estado moral –, foi principalmente um visionário que lutou para democratizar a educação.

E foi mesmo, senão não estaríamos aqui hoje falando dele. Então, o deficiente não pode ficar alheio, fora, excluído. Ele democratizou a educação.

Num tempo em que, muito mais do que hoje, o ensino era privilégio de um reduzido

grupo de bem-nascidos [e era; as classes sociais antigamente eram divididas pela riqueza e pela pobreza, V. Ex^a sabe disso], Pestalozzi fez de sua vida um sacerdócio de causa extremamente nobre: a de que o direito à educação fosse estendido a todas as pessoas, especialmente as menos favorecidas pela sorte.

Engraçado como isso já existia em 1749 e como isso agora tomou força, muita força: os excluídos!

Digno de todos os louvores, também, foi o trabalho da educadora Helena Antipoff.

Era uma seguidora de Pestalozzi. Era russa de nascimento, mas, pela verdade dos seus estudos, acabou não sendo reconhecida pelo governo da época e saiu da Rússia; veio para o Brasil. Isso no início do século. Esteve em Niterói. Esteve no Rio. Esteve no interior. Faleceu, se não me engano, por volta de 1976.

Pois bem, diz aqui Francisco Dornelles:

Helena Antipoff, felizmente para nós, brasileiros, acabou vindo para nosso País. E aqui, como sabemos, pôde colocar em prática seus vastos conhecimentos e suas revolucionárias concepções sobre o processo de aprendizagem das crianças. As diversas Sociedades Pestalozzi – são mais de 200 –, a Casa do Pequeno Jornaleiro, o Centro de Orientação Juvenil do Rio de Janeiro, o próprio movimento pestalozziano brasileiro – essas, e muitas outras – são realizações que podemos creditar ao espírito inquieto e generoso da grande educadora..

Quero destacar ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação da Dr^a Lizair Guarino, que há décadas dirige, com plena dedicação e invejável competência, a Associação Pestalozzi de Niterói [foi o recado pessoal de Dornelles para a Dr^a Lizair] e em nome de quem gostaria de cumprimentar todos os funcionários e colaboradores que fazem a grandeza da instituição. Secretária Nacional de Educação Especial, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência [tem tempo para tudo isso], nesses e em outros cargos que ocupou, a Dr^a Lizair fez valer, sempre, sua convicção de que o enfrentamento do problema do excepcional não é uma questão de caráter piedoso ou caritativo, mas um dever da sociedade.

É assim que o Dornelles põe a coisa; e é verdade, é um dever da sociedade.

Aproveito para cumprimentá-la, também, pelo lançamento do livro Lizair Guarino – Lutas e conquistas pela cidadania, organizado pelo

professor Flavio Thamsten, que traz uma bela síntese de suas idéias, lutas e conquistas.

O professor está presente? Veio hoje? (Pausa.) Está fora do Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer um pedido, diz o Professor Francisco Dornelles, e conto para isso com a inquestionável generosidade daqueles que representam, nesta sessão, a Associação Pestalozzi de Niterói. O que peço, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que esta homenagem à meritória instituição seja vista, na verdade, como uma homenagem a todas as entidades privadas que, complementando a ação do Estado, desenvolvem ações sociais, principalmente na área da educação e na área da saúde.

Os desafios com que o Brasil se defronta, nessas duas áreas, são gigantescos. Mas seriam ainda maiores, inegavelmente, se não tivéssemos milhares de instituições privadas a atuar, num trabalho quase “de formiguinha”, para atender as necessidades básicas de educação e saúde de nosso povo. Muitas vezes, diga-se de passagem, sem o devido reconhecimento. [Mas, felizmente, tendo o reconhecimento do Senado Federal.]

Não cito nomes [diz aqui o Dornelles] para não cometer injustiças, pois o trabalho que desenvolvem é sempre importante, independentemente da escola. Mas a essas entidades – tão bem representadas, aqui, pela Associação Pestalozzi de Niterói – apresento meus mais sinceros agradecimentos e minhas mais sinceras homenagens.

Muito obrigado, diz o Francisco Dornelles, e muito obrigado digo eu, em meu nome pessoal e em nome da minha Bancada. (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Flávio Arns, muito do que eu havia preparado já estava contido no pronunciamento de V. Ex^a e dos demais colegas que se estão pronunciando sobre a história da Sociedade Pestalozzi de Niterói.

Como tenho um compromisso urgente na cidade do Rio de Janeiro e preciso me ausentar, gostaria de cumprimentar a Sr^a Gyselle Saddi Tannous, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; a

Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói, e o Prefeito de Niterói, Godofredo Pinto. Tive a oportunidade de visitá-lo, juntamente com o Presidente Lula, nessa última segunda-feira, e o cumprimento pelas ações ali desenvolvidas e, sobretudo, pelo que ali foi anunciado com respeito à construção de navios para a Petrobras. Meus parabéns pela cooperação de todos que ali pude perceber!

Gostaria, Sr. Presidente, que fosse considerado como lido meu pronunciamento preparado para homenagear a Associação Pestalozzi, inclusive a Associação Pestalozzi de São Paulo, que, seguindo os passos de todas as Associações Pestalozzi, tem também, há 50 anos, quase como os 60 anos da Sociedade Pestalozzi de Niterói, procurado atender a todos no campo médico-social, na assistência educacional aos portadores de deficiência e na formação de recursos humanos.

Quero aproveitar para cumprimentar a Sr^a Flávia Silva, um exemplo fantástico. Notícias hoje a imprensa: “Portadora de paralisia cerebral vira advogada em São Paulo”. Tendo passado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo, ela é exemplo para todos aqueles que, em instituições como a Associação Pestalozzi, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), conseguem superar barreiras de forma tão brilhante.

Meus cumprimentos a V. Ex^a e a todos os que acompanham os esforços dos que trabalham na Associação Pestalozzi! Meus cumprimentos! (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna prestar a minha particular homenagem aos 60 anos da Sociedade Pestalozzi de Niterói, fundada em 1948, sob a inspiração da educadora Helena Antipoff, com três eixos principais de atuação:

- assistência médico-social;
- assistência educacional aos portadores de deficiência;
- formação de recursos humanos.

Inicialmente a assistência médica foi feita por um modesto consultório. Por sua vez, a assistência educacional ocorria através da criação de classes de alunos, selecionados no consultório e hoje é feita através do Centro Experimental Helena Antipoff – CEHA.

A formação dos recursos humanos formalizou-se por meio de um curso de Orientação Psicopedagógica sobre “O problema da criança excepcional”, destinado à especialização de profissionais, que hoje é feita

pelas “Faculdades da Pestalozzi – Escola Superior de Ensino Helena Antipoff – ESEHA”.

Localizada em no Bairro Pendotiba em Niterói/RJ, na Estrada Caetano Monteiro, 857, funcionando de 2^a a 6^a das 8 às 17 horas, a entidade em questão desempenha importante papel social, atendendo a uma demanda multidisciplinar de pacientes de todas as idades, provenientes, em sua maioria, do Sistema Único de Saúde (SUS), com serviços disponibilizados de reabilitação geral colocados à disposição da comunidade em geral e, em especial aos alunos da Escola (CEHA), sob forma individual ou de grupo, em três grandes modalidades – Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional – além do suporte da Psicologia e do Serviço Social.

Finalmente, eu gostaria de parabenizar o evento de comemoração dos 60 anos desta importante Fundação por meio do encontro de 350 atletas portadores de deficiência de 12 instituições do estado do Rio de Janeiro que participam no último sábado, dia 26, das Olimpíadas Especiais. O evento foi aberto às 9 horas na Praia de São Francisco e é promovido pela Ardem (Associação Regional de Desportos para Deficientes Mentais), com o apoio da Prefeitura de Niterói, com provas de futebol, cabo de guerra (masculino e feminino), voleibol especial e atletismo, que foi disputado nas categorias masculino e feminino nas provas de lançamento de pelota, salto à distância, corrida de 100 metros, revezamento 4x100 e caminhada assistida.

Dessa forma, através do esporte e educação os portadores de pestalozzi são cada vez mais integrados à sociedade graças ao relevante trabalho desta entidade que merece o nosso aplauso e admiração, contribuindo para que todos tenham uma vida normal.

Aproveito ainda esta sessão solene para também parabenizar o trabalho da Associação Pestalozzi de São Paulo, que é uma Instituição Beneficente de Utilidade Pública, que há mais de cinco décadas atende a crianças e adolescentes, e dá apoio a adultos com deficiência intelectual sob a Presidência da Senhora Márcia Rocha.

Concluo a minha fala com a frase “*A vida educa. Mas a vida que educa não é uma questão de palavras, e sim de ação. É atividade*” de Johann Heinrich Pestalozzi, grande inspirador da sessão de hoje.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, representante do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Flávio Arns, a quem cumprimento na Presidência, especialmente pela realização desta sessão de homenagem. Nossa saudação ao Sr. Prefeito de Niterói, Sr. Godofredo Pinto; à Sr^a Gysélle Saddi Tannous, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp); à Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói, na nossa linda cidade, no nosso lindo Estado do Rio de Janeiro.

Presto aqui uma homenagem, antes de começar o meu discurso, a todos e a todas que estão aqui presentes, que, com certeza, são homens e mulheres extremamente dedicados a essa causa, por isso estão aqui. Faço uma saudação mais especial ainda porque vejo aqui um número muito significativo de mulheres, o que é meio raro de vermos neste plenário, pois são poucas as mulheres que o freqüentam. Mas, numa ação grandiosa como essa que a Pestalozzi presta à sociedade brasileira, com todo o valor que atribuímos aos homens presentes aqui, pela sua dedicação à causa, uma saudação muito especial a essas mulheres.

Pela importância para o Brasil, pelos valiosos serviços prestados, pelo trabalho humanitário mundialmente reconhecido é que venho a esta tribuna para prestar minha homenagem a esta instituição tão estimada à toda sociedade brasileira, que é a Associação Pestalozzi. Essa entidade, que tem uma de suas instituições localizada em Niterói, hoje aqui completando sessenta anos, é a nossa homenageada. Lá no belo Estado do Rio de Janeiro, a Pestalozzi de Niterói está passando para a chamada melhor idade, 60 anos. São anos de dedicação àqueles que realmente necessitam de acompanhamento, muitas vezes desde o início de sua vida.

Quero parabenizar, mais uma vez, meu companheiro, Senador Flávio Arns, que tomou essa brilhante iniciativa de homenagear uma instituição que presta tantos serviços às pessoas com deficiência desde a infância até a idade adulta. Penso, concordando com o nosso Senador Flávio, que a Pestalozzi é um modelo de convivência humana que cultiva valores e princípios éticos de respeito às diferenças, além de desenvolver ações nas áreas de educação, saúde, trabalho, assistência à reabilitação para as pessoas com deficiência.

Sob a inspiração, como já foi dito aqui, da educadora Helena Antipoff, a Pestalozzi iniciou suas atividades em 1948, com ações de assistência médico-social, assistência educacional aos portadores de deficiência e formação de recursos humanos. Sempre, senhores e senhoras, sempre acreditei que esta união saúde/

educação é uma forma de valorizar o ser humano. Não posso deixar de salientar que esse tipo de trabalho deve ser valorizado sempre, pois o que temos visto em nosso cotidiano, nos jornais e por onde andamos geralmente, não tem sido muito motivo de orgulho para nós, brasileiros e brasileiras, em muitas situações.

Por isso, acredito piamente que devemos mostrar e valorizar o que temos de bom, para que sirva de exemplo às gerações que estão por vir.

E, aí, tem um papel muito importante a nossa imprensa, a imprensa brasileira, investigativa, que mostra – e mostra porque tem que mostrar – problemas existentes como os crimes e tudo o mais que tem que ser divulgado. Mas que se divulgue também, em grandes proporções, os grandes trabalhos feitos positivamente pela sociedade brasileira. É muito importante que isso aconteça, porque, em determinados momentos, ao assistirmos aos noticiários, parece que só tem pauta negativa, quando, na verdade, existe uma gigantesca pauta positiva.

Sr. Prefeito, senhoras e senhores aqui presentes, eu espero que, pela passagem dos 60 anos da Pestalozzi, no Brasil inteiro, mas especialmente no Rio de Janeiro, a imprensa dê um amplo espaço para mostrar o grande trabalho que a Pestalozzi presta aos brasileiros e brasileiras que dele tanto precisam. E que mostre esse trabalho, para que outras pessoas venham a ele se agregar e para que aqueles que precisam também da Pestalozzi cheguem até ela, porque muitos não chegam.

Acho que esta é uma questão de extrema relevância, e a imprensa brasileira tem uma contribuição muito importante a dar ao povo brasileiro que dela precisa e que a merece.

É bom que a Nação brasileira saiba que a Associação Pestalozzi atende a uma demanda de atenção multidisciplinar de pacientes de todas as idades, muitos deles sem condições mínimas até mesmo de pagar um tratamento adequado. Essas crianças, adolescentes e adultos que ali são atendidos conseguem sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional de uma forma humana, solidária e amorosa. Sempre é o respeito humano que impera, sendo essa sua filosofia maior de trabalho. São pessoas tratadas com solidariedade, com fraternidade, com generosidade.

Ressalto também o Centro de Saúde e Reabilitação da Associação Pestalozzi, que oferece serviços complexos de estimulação precoce, de hidroterapia e reabilitação psicomotora, além de tratamento médico, psicológico e social, em nível ambulatorial. São dezenas de profissionais e voluntários que fazem um trabalho digno de louvor e que precisa ser reconhecido pela sociedade brasileira como um todo.

Aproveito para falar também, neste momento, Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, das unidades Pestalozzi lá do meu amado Estado de Mato Grosso. Lá, com a mesma qualidade, o mesmo carinho e dedicação, a Pestalozzi marca o cotidiano de todos os brasileiros que lá vivem, seja no Município de Água Boa, no Município de Cláudia, de Dom Aquino, de Juara, de Juína, de Várzea Grande, de Jaciara, ou na nossa capital, Cuiabá.

Temos Municípios em Mato Grosso que ficam a 1.500 km da capital, com 500 km ainda de BR sem asfalto, e, em alguns desses Municípios, a Pestalozzi está presente. É um trabalho grandioso, que não mede dificuldade para chegar aonde o povo dele precisa.

E lá, nestes Municípios de Água Boa, Cláudia, Dom Aquino, Juara, Juína, Várzea Grande, Jaciara, ou na nossa capital, Cuiabá, os serviços da Pestalozzi são percebidos e valorizados por todos.

Esse serviço social é um desafio a todos nós. É a defesa dos direitos humanos, é a defesa da igualdade de acesso a toda a população, é a defesa da qualidade no atendimento. Isso não é assistencialismo, é direito, é inclusão social, é a busca da plena inclusão.

Parabéns à Associação Pestalozzi de Niterói pelos seus 60 anos de trabalhos intensos e, com certeza, Sr^a Presidente, de muita luta em favor de uma camada da população que precisa de tratamento especializado! Continuem nessa caminhada e contem com esta Senadora!

Gostaria, Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes... Estou meio traumatizada – o Presidente sabe por quê –, por isso que vou falar da LDO, Sr. Presidente. Como Relatora da LDO, tínhamos entrado com uma emenda de comissão e, ontem, aprovamos na CAS, Comissão de Assuntos Sociais – porque as emendas de comissão são emendas nacionais, não são regionais nem estaduais, são emendas nacionais, repito –, e foi aprovada, na LDO, na Comissão de Assuntos Sociais, ontem, uma emenda de nossa autoria – mas foi aprovada na comissão; portanto, ela passou a ser uma emenda para o Brasil – que prioriza a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. É o respaldo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Brasil para 2009, da possibilidade de colocarmos recursos na LOA, na Lei Orçamentária do País de 2009, para a capacitação de deficientes.

Acredito que nós precisamos ter políticas públicas cada vez mais claras em vários setores, mas, para dizer que realmente apoiamos uma causa de forma determinada, consciente e conseqüente, precisamos lutar também por recursos para essa causa.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Eu agradeço à Senadora Serys Slhessarenko pelo pronunciamento e quero dizer a todos os presentes que a Senadora Serys é Relatora de uma das peças mais importantes para o Brasil, que é, como S. Ex^a mencionou, a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o próximo Orçamento.

Senadora, foi boa a lembrança, no pronunciamento de V. Ex^a, de que a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos, as duas Comissões, aprovaram emendas de texto. O que significa o seguinte: que a pessoa com deficiência, mas também a criança, o adolescente, o idoso, o dependente químico, quer dizer, a população mais marginalizada e também a pessoa com deficiência, que estejam sendo atendidos em instituições sem fins lucrativos – que, como o Senador Dornelles, no discurso lido pelo Senador Paulo Duque, colocou, prestam essa construção da cidadania –, que fique claro na LDO que essas entidades sérias, dentro de critérios estabelecidos, poderão ter acesso exatamente ao que V. Ex^a colocou: a recursos de custeio e a recursos de investimento. Essas duas iniciativas, essas duas emendas, foram feitas por duas das Comissões, Senadora.

Já tive ocasião de falar para V. Ex^a que, este ano, por V. Ex^a ser a Relatora da LDO e por conhecer as entidades, por valorizar o que a sociedade faz, renascer as esperanças em muitos sentidos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Permita-me dizer-lhe – precisarei apenas de meio minuto – que o senhor acaba de anunciar nas duas Comissões – não vou repetir para não tomar tempo – duas emendas importantes, de texto, que eu aproveitarei. Como Relatora, apesar de o projeto ter mais de 3,4 mil emendas – e tenho de reduzi-las para mais ou menos quatrocentas emendas – individuais e de bancada, mas como são emendas de texto e de comissão, já asseguro que vou acatá-las.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Posso lhe assegurar que esta sessão solene, para o Brasil, para os milhões de pessoas que dependem principalmente da boa vontade dos que estão comandando o País, seja no Executivo ou no Legislativo, esta sessão solene e todas as demais já valeram só por esse encaminhamento que V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, acabou de fazer. Parabéns! Há o reconhecimento do Brasil, não só de Mato Grosso, mas do Brasil inteiro, por isso que V. Ex^a vai conduzir para essa grande transformação de que o Brasil precisa. Parabéns!

Passo, agora, a palavra ao Senador Eduardo Azevedo, de Minas Gerais, que, como falei antes, também

é Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flávio Arns, Sr. Prefeito de Niterói, Godofredo Pinto, Sr^a Gysélle Tannous, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói, senhoras e senhores que aqui hoje comparecem, falar depois do Flávio Arns é difícil, a gente começa quando quase tudo de realmente importante já foi dito.

Quero apenas trazer também a minha homenagem, em nome do meu Estado de Minas Gerais, em nome da Subcomissão das Pessoas com Deficiência, em nome do meu partido, o PSDB, à Associação Pestalozzi de Niterói. E, ao homenageá-la, quero homenagear todas as Associações Pestalozzi do Brasil, que nasceram em Minas Gerais. Dona Helena Antipoff lá fundou esse movimento tão importante, um movimento de solidariedade humana, um movimento de esperança, um movimento que faz com que a vida se torne melhor para tantas e tantas pessoas no Brasil.

Eu me lembro bem que, ainda criança, estudava no Instituto Santa Helena, que era de propriedade de Dona Ester Assunção e de Dona Ana Assunção, que eram as responsáveis pela Pestalozzi lá de Belo Horizonte. Foi a primeira vez em que tive contato com as pessoas com deficiência, pois ela levava os alunos para conhecerem essa realidade. Ficou bem guardada na minha memória essa ação importante que Dona Ester e Dona Ana Assunção praticavam.

Este é o momento também de lembrarmos que já estamos próximos às Olimpíadas de Pequim, onde teremos, paralelamente, as Paraolimpíadas. Nesse evento, as pessoas com deficiência têm se sobressaído, especialmente os brasileiros, que têm obtido uma posição de realce, uma classificação relativa muito melhor do que os brasileiros como um todo conseguem nas Olimpíadas. Vamos acompanhar e torcer por todos os brasileiros que lá estarão participando desse evento internacional.

Vejo também avanços significativos na questão do enfrentamento dos problemas das pessoas com deficiência, até mesmo com essa questão das Faculdades Pestalozzi, que já fazem um trabalho de treinamento dos professores e das pessoas que trabalham com os deficientes.

As entidades, as organizações não-governamentais que atuam nessa área têm e podem contar permanentemente com o apoio do Senado Federal. Todas as questões referentes aos deficientes que foram trazidas aqui sempre tiveram um apoio suprapartidário,

um apoio importante, e, assim, muitas conquistas já foram obtidas na melhoria das condições de trabalho, das condições de saúde dos deficientes. O próprio Senado dá um bom exemplo nas condições de acessibilidade. Nós já temos um programa em andamento há muito tempo.

A Senadora Serys Slhessarenko nos dá aqui a notícia positiva de que poderá haver um avanço maior sob o ponto de vista da abrangência dos projetos, sob o ponto de vista dos recursos que podem ser destinados. É o momento de reconhecermos que muito já foi feito, mas que muito ainda precisamos evoluir. Não tenho dúvida de que está dando certo, estamos conseguindo melhorar, sim, e vamos continuar unidos, pois, como disse no início, esse é um movimento de solidariedade, um movimento de esperança.

Eu quero, portanto, deixar os meus cumprimentos a todos os professores, alunos, pais, mães e amigos das Associações Pestalozzi de todo o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradecemos o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, também um batalhador nessa área aqui no Senado Federal.

Passamos agora a palavra, com muita alegria, ao Senador Romeu Tuma, de São Paulo, também um aliado incondicional dessa causa.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Flávio Arns, primeiramente queria agradecer-lhe por ter me convidado a participar desse ato que o Senado realiza dentro de uma programação importante de realizações em benefício da sociedade e dentro do programa de inclusão social, no qual V. Ex^a tem uma participação bastante eficiente.

Pediria licença a V. Ex^a também para cumprimentar o Aires e a Solange, funcionários desta Casa. O Aires, do seu gabinete, tem sido um exemplo de dedicação. Todas as informações de que preciso sobre determinados assuntos de inclusão, eles estão prontos a informar, com o conhecimento profundo de tudo aquilo que se passa ao redor daqueles que mais necessitam do nosso apoio e do nosso interesse.

Portanto, na pessoa de V. Ex^a, quero cumprimentar os dois funcionários: o Aires, que é do seu gabinete; e a Solange, que é da TV Senado. Há também o Departamento de Inclusão Social, que está fazendo um trabalho muito bom e que, graças a Deus, teve início quando eu era o 1º Secretário. Hoje, inclusive, vejo não só o resultado interno, a sensibilidade que existe aqui dentro do Senado, como a que se vai espalhando ao longo do País, com a realização de eventos e com a busca, cada vez maior, de pessoas interessadas em

encontrar uma melhor condição de vida para aqueles que precisam.

Também quero cumprimentar o Prefeito Godofredo Pinto, da nossa Niterói – se permitir – uma cidade bonita, que cada dia o senhor melhora mais; a Sr^a Gysélle Saddi Tannous, que hoje preside a Federação Nacional; a Sr^a Lizair de Moraes Guarino, Presidente da Associação Pestalozzi de Niterói. Fazer referência a V. Ex^{as} seria difícil porque vários dos oradores já o fizeram e com conhecimento de causa.

É claro que a Senadora Serys Slhessarenko foi escolhida – por ser mulher, acredito eu – para relatar aquilo que a sensibilidade humana mais precisa; e ninguém melhor do que uma mulher para sentir de perto o interesse orçamentário na busca de melhores soluções para os que trabalham com sacrifício e deveriam ter, sem dúvida nenhuma, um apoio espontâneo, mas, às vezes, infelizmente, uma expressão um pouco chula minha, têm que pedir esmola na porta de governos e de outras autoridades para poder dar prosseguimento a um trabalho maravilhoso como esse.

V. Ex^a é um defensor. Lembro-me, quando da relatoria da Timemania, que V. Ex^a fincou pé em uma porcentagem para as APAEs e para as Santas Casas. Sempre foi vigilante nesse ponto. V. Ex^a é um exemplo para todos os Senadores desta Casa. Nunca teve rejeitado um apoio para os seus projetos, para as suas lutas sempre visando ao melhor para os que necessitam.

Fiz, é claro, um discurso histórico, como todos os outros, porque a história não se modifica, ela tem a sua linha. Pode-se tirar uma ilação daqui, outra de lá, não é, Mão Santa? O Senador Mão Santa, que cita muito a História, sabe o que está nos livros. Não podemos nunca modificar a História. Praticamente tudo o que escrevi aqui já foi dito pelo senhor, pelos Senadores Eduardo Azeredo e Francisco Dornelles e por outros que ocuparam a tribuna sobre Helena Antipoff e sobre os programas educacionais de atividade psicomotora, sobre os programas de atendimento a autistas e psicóticos, programa de atenção a portadores de altas habilidades, centros de orientação infanto-juvenil, e por outros tantos que ofereceram prêmios às Organizações Pestalozzi, da ONU, da OEA e de tantas outras nacionais e internacionais. De forma que peço que seja dado como lido todo o documento.

Porém, gostaria ainda de lembrar alguma coisa que é importante. Quando se fez o programa de inclusão, eu andava pelos corredores, principalmente com crianças com deficiência intelectual, e havia alguns cartazes que diziam: “Ser diferente é normal. Com as nossas diferenças, somos todos iguais”.

Sou um romancista inveterado, assisti à novela “Páginas da Vida”, na qual a Regina Duarte fazia o

papel de uma médica. Teve o desprezo de uma avó de uma jovem que teve um casal de filhos, gêmeos, e um deles tinha Síndrome de Down. A avó, revoltada, porque era um neto doente, desprezou e entregou-o à cautela de qualquer pessoa. A médica, não me lembro o nome da personagem interpretada pela Regina Duarte, adotou a criança e lutou muito para que ela descobrisse uma fórmula para inserir essa criança entre as outras que tinham uma normalidade em suas vidas. Penso que Deus dá a cada um de nós algo que se possa lutar e trabalhar e merecer um lugar no céu. Então, viamos ela bater às portas das escolas e a reação das diretoras contrárias à inclusão na sala de aula daquela criança.

E a sua luta alertou muita gente, principalmente aqui neste Senado, na Comissão de Assuntos Sociais, onde realizávamos uma audiência pública sobre o que poderia ser feito em benefício dessa inclusão.

Estou casado há 47 anos, como disse, com uma professora normalista, diretora de escola, e, durante a novela, discutíamos muito sobre essa inclusão social.

O assunto tem duas vertentes que considero importantes: a primeira, é claro, é que a criança precisa de um auxílio maior da professora para acompanhar a sua evolução. A segunda, é que a criança que não tem comprometimento mental, convivendo com crianças que o tenham, vai crescer sem discriminação e, na adolescência, na idade adulta, vai saber respeitar aquela diferença e trabalhar com o mesmo sorriso que tinha quando criança.

Peço desculpas pela emoção. Mas sabemos cada tormento, cada sofrimento dos pais não por terem um filho com deficiência, mas pelos obstáculos que encontram, que a sociedade impõe.

Então, as senhoras e senhores que trabalham são heróis, são mensageiros de Deus que vieram a esta Terra, a esta Casa para mostrar que o trabalho eficiente e com o coração e amor tem resultado e poderá, sem dúvida nenhuma, virar do avesso aqueles que não acreditam que podem conviver com as pessoas diferentes porque Deus nos fez todos iguais.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Associação Pestalozzi de Niterói foi fundada em 03 de dezembro de 1948, com a denominação Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, por um grupo de educadores fluminenses liderados por Helena Antipoff, para desenvolver um trabalho de

atendimento às Pessoas com Deficiências Intelectual e de Educação Inclusiva.

Em 1961, tendo como Presidente o Sr. Lizair de Moraes Guarino, a Associação Pestalozzi de Niterói além de ter criado em Niterói os primeiros serviços de assistência à pessoa com deficiência, mobilizou, juntamente com Helena Antipoff, outras comunidades, para fundarem um movimento nacional que resultou na Federação Nacional das Sociedades e que possibilitou a fundação de inúmeras Sociedades Pestalozzi, em todo o país.

Durante esses 60 anos de sua criação, a Associação Pestalozzi de Niterói marcou o seu espaço, com um histórico de lutas e contribuições em prol dos excluídos e hoje, compreendem cerca de 200 Instituições que trabalham dentro de critérios de atendimento referendados pela filosofia e metodologia pestalozziana.

Possui uma proposta de Educação Inclusiva, que educa crianças na sua Unidade de Educação Básica – a Escola – e profissionaliza jovens no seu Centro de Educação Profissional, além de formar técnicos de Enfermagem através da sua Unidade de Educação Profissional Técnica, numa dinâmica de atendimento pedagógico que procede-se a transferência do módulo de Educação Infantil para a Unidade de Educação Básica, assegurando-se o laço educacional como um passo decisivo para a inclusão global do paciente/aluno no meio social.

A Unidade de Educação Básica funciona como Escola Inclusiva, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental Seriado e Não-Seriado, além das turmas do Programa de Atividades Psicomotoras. Os alunos contam com atendimento médico e terapêutico gratuito adequado às suas necessidades, serviço de psicologia específico que opera com a participação de estagiários supervisionados e voluntários. A credibilidade do Projeto Político-Pedagógico desta Escola junto à comunidade é enorme e demonstrada pela longa fila de espera para matrículas.

Ao longo do tempo tem desenvolvido projetos que se tornam Programas e novos Centros, como:

Programa Educacional de Atividades Psicomotoras – PEAP

Esse programa que tem como meta final a parceria na inclusão da criança em seu núcleo social, família, escola e comunidade, atende crianças de 5 a 12 anos, com alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, que tenham ou não passado por um Programa de Estimulação Precoce e que ainda necessitem de acompanhamento na 2ª infância, numa proposta diferenciada com um objetivo terapêutico global pautado na reeducação psicomotora. O PEAP oferece atendi-

mento psicopedagógico e psicomotor às crianças através de atendimento multidisciplinar, com o objetivo de estimular o seu desenvolvimento global e favorecer a adequação afetivo emocional.

Programa de Atendimento a Autistas e Psicóticos – PAPs

Criado em 1997 como projeto, o PAPs tornou-se um programa bem sucedido, atendendo a uma demanda de crianças e adolescentes, de 3 a 14 anos, que apresentam sintomatologia dentro da esfera neuropsiquiátrica, notadamente a Síndrome do Autismo. O perfil do serviço é menos médico e mais psicoeducacional, sem desconsiderar o apoio de profissionais de saúde mental. Com muitas parcerias externas e internas, o programa insiste num modelo em que a família é o agente prioritário do processo, tendo sido criada uma ONG – a Associação de Pais dos Autistas de Niterói – em decorrência do trabalho.

Programa de Atenção a Portadores de Altas Habilidades

Programa foi iniciado com alunos provenientes da rede de ensino de Niterói, tanto pública quanto privada, bem como de crianças encaminhadas por profissionais de saúde.

Centro de Orientação Infanto-Juvenil – COI-JOC

Articulado à Unidade de Educação Básica, o Centro de Orientação Infanto-Juvenil desenvolveu estratégias que otimizaram o atendimento de jovens das escolas da comunidade com dificuldades de aprendizagem, dando-lhes orientação e apoio através de uma equipe multidisciplinar composta de profissionais, voluntários e estagiários.

Transformada em Centro de Referência, a Associação Pestalozzi de Niterói, teve seu reconhecimento notificado através de várias premiações onde se destaca o prêmio Bem Eficiente de 2001 e 2005 e o Prêmio Direitos Humanos, outorgado pelo Presidente da República, em 2003:

Obteve também os seguintes Prêmios:

Internacionais:

OEA – Instituto Interamericano Del Nino – Prêmio Professora Eloísa Garcia Etchegoyen de Lorenzo – categoria formação e especialização superior para a educação especial de pessoas deficientes e suas famílias – 1993;

Asociación Mundial de Educación Especial – Madrid – Condecoração “Mundo de Esperanza” – 1999;

Rehabilitation International – citação presidencial – XIX Congresso Mundial – 2000;

Asociación Latinoamericana de Educación y Estimulación – Membro de Honra Institucional- 2001.

Nacionais:

Comissão de Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro – Distinção no ano de 1966;

Kanitz & Associados – 50ª maior entidade beneficente no Brasil- 1999;

Kanitz & Associados – 43ª maior entidade beneficente no Brasil- 2000;

V Prêmio Bem Eficiente 2001 – Kanitz & Associados;

IX Prêmio Bem Eficiente 2005 – Kanitz & Associados;

Presidência da República – Prêmio Direitos Humanos 2003 – na categoria Pessoas Portadoras de Deficiência que é concedido anualmente pela Presidência da República.

Não tenho dúvida de que o grande legado da Associação Pestalozzi para a sociedade brasileira é a sua contribuição para a construção de ações cidadãs, de uma educação efetivamente inclusiva e eficiente, cuja missão é “Contribuir para a melhoria da qualidade de vida através de ações que valorizam o ser humano.”

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, com muito orgulho, parabenizar a Associação Pestalozzi pelos seus 60 anos de trabalho junto à sociedade na construção de um Brasil mais justo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Parabéns, Senador Romeu Tuma. Quero dizer ao Estado de São Paulo, de onde V. Ex^a é, e a todo o Brasil do grande trabalho que V. Ex^a desenvolve aqui no Senado, sempre solidário, aberto, disponível e lutando para que as pessoas tenham uma vida melhor.

Parabéns a V. Ex^a!

Em seguida, passo a palavra, com satisfação, ao Senador Mão Santa. Tenho certeza de que o Senador Mão Santa tem fãs-clubes por todo o Brasil; pelo menos no Estado do Paraná tem um.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Flávio Arns, que preside esta sessão; as autoridades e lideranças presentes são tantas que peço permissão para saudar a todas na pessoa do Prefeito de Niterói, Godofredo Pinto; saúdo os parlamentares, minhas encantadoras senhoras, meus senhores, brasileiras

e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Onde está o Romeu Tuma? Um quadro vale por dez mil palavras. Só o Roberto Carlos, com aquele disco “Emoções”. Esse é o homem mais bravo do Brasil, o Romeu Tuma, é o nosso xerife, é o nosso Hopalong Cassidy daqueles filmes; é o Eliot Ness, que prendeu Al Capone. Firme, quando tem que ser – e aqui ele lacrimejou. Ele chorou, porque esta festa é da beleza. Esse homem que está aí...

Tivemos uma transição democrática. Sarney foi muito feliz, o Cirineu dele foi Romeu Tuma. Mais de dez mil greves neste País e, se não fosse o Romeu Tuma, com sua firmeza... Não morreu ninguém. Só na moral dele. E ele chorou aqui. Emoção! Romeu Tuma, a admiração por V. Ex^a, V. Ex^a sabe... Até as mulheres são normalistas, a sua e a minha – professorinhas. Estamos em boas mãos.

Mas, Romeu Tuma, outra emoção que eu tive aqui – acho que foram as mais importantes esta e essa outra que vou citar – foi quando este Congresso teve a inspiração e a felicidade de homenagear Oscar Niemeyer. Mais de cem anos, ungido por Deus. Está no Livro de Deus que os escolhidos têm uma longa vida e conseguem exercer sua profissão até o final. Então, além das obras... O próprio Tiago disse que fé sem obra já nasce morta. E as obras de Niemeyer aqui! Ele não veio, com cem anos, mas apareceu em um telão. E eu, ali, onde está o Romeu, observei ele falar, um homem com experiência. Tem lá em seu Niterói. Que beleza de obra!

Mas eu o vi e sabe o que mais me impressionou? Aquele homem, que é uma vida, disse que a coisa mais bonita que ele tinha que apresentar não eram as obras dele, era solidariedade, que é essencial, é invisível aos olhos. Solidariedade. Podem buscar o vídeo. Isso me marcou. E esta festa aqui é dos que têm solidariedade.

Eu sei, já sabia, todos nós sabemos – e agora muito mais – sobre o Pestalozzi, a Suíça, Jean Jacques Rousseau, aquela geração de iluminados, de educadores que achavam – e como nós temos que entender isto! – que educação tem que nascer na família.

Ô prefeito, prefeitinho – porque eu também o fui e eu gosto: Napoleão Bonaparte, que era de briga também, mas um estadista, um dia estava em Paris, numa solenidade, e, a seu lado, estava uma professora, como as nossas esposas, que tinha sido professora de Napoleão, assim o conhecia na intimidade. Então, ela se virou para o imperador, poderoso, e disse: “Na-

poleão, você está muito triste, entristecido, com todo o poder, coroas”. Ele disse: “É porque tenho investido muito na França, mas cada vez observo que o francês está mais mal educado”. Aí a professora se virou e disse: “Napoleão, faça uma escola de mães”. Esse é o pensamento de Pestalozzi, ou seja, que a educação começa na família. E não vou falar mais, porque o nosso Paulo Duque já trouxe toda a história francesa, brasileira, de Niterói e está ali.

Mas, baseando-me nisso, agora somos felizes. Ontem, vi muita gente chorar o Jefferson Péres, e o Arcebispo João Braz disse que tinha uma pesquisa que o Senado, e, aí, botou um percentual humilhante. Não creio. Este Senado merece muito respeito, só a figura de Flávio Arns dá 50% de aprovação em qualquer instituição do mundo.

Olha, a melhor coisa é ter líder. Romeu Tuma, nunca me preocuparei com esse negócio de deficiente, só pergunto uma coisa: Flávio Arns, como é que a gente tem que votar? Nunca esquentei a cabeça porque ele... Eu queria até votar, e acho que este Congresso, este Brasil, somos mais felizes, não precisamos aqui invocar, dissecar o Pestalozzi, não; está aqui o nosso Pestalozzi. Acho que era hora, Romeu Tuma, de começarmos uma campanha para Flávio Arns ganhar o Prêmio Nobel da Paz. Sei que ele descende de D. Evaristo Arns, mas está aqui a beleza desta solenidade.

Mas quero dizer que isso me entusiasma. O Padre Antonio Vieira, que andou pelo Brasil – saiu de Fortaleza, a pé, para São Luis do Maranhão –, caminhava no leito de um rio seco – no Ceará tem rio seco –, passando pelo meu Piauí, fez uma igreja. E ele dizia que palavras sem exemplo é como um tiro sem bala. Um bem nunca vem só; vem acompanhado de outro bem.

Então, os pestalozzianos criaram a Apae. Eu sou testemunha da Apae. Eu vivi a época da Apae. Eu quero dizer que já fiz um bocado de coisas boas e outras que eu errei mesmo – *errare humanum est*.

Quero dizer que fui Presidente do Rotary da minha cidade e, com os companheiros, construímos uma escola da Apae. Depois, eu fui prefeitinho, Deputado e Governador. Mas o que me deu tanta grandeza foi, com o Rotary, fazer uma campanha e construir uma escola da Apae na minha cidade. Lembro-me da Apae. Então, eu convivi na Apae, na Escola Municipal Professor Cordão, no Piauí.

Flávio Arns, lembro-me de que, na hora da inauguração, o Governador do Estado, que era rotariano... Eu discursou aqui, porque ele tombou nesta tribuna no

primeiro discurso: Dirceu Mendes Arcoverde. No primeiro discurso dele como Senador. Era meu amigo, Governador... Nós, então, fizemos a escola. Os outros já morreram. Na semana passada, morreu um. É como a vida aqui. Lembro-me de que eu cheguei com a Adalgisinha às treze horas, porque o Governador iria às dezesseis horas para a inauguração e estava na praia tomando banho de mar. Eu queria dar uma “ferrada” nesse Governador. Aquele negócio do material, professor etc. Fizemos só a casa em si. E fui ver. E um dos companheiros estava lá em cima do telhado botando telha, antes da inauguração. Ele morreu na semana passada. Para ver como é a vida. E esse Dirceu Arcoverde foi inaugurar a obra, era rotariano. Aí, ele doou, como todo Governador, os utensílios necessários. Mas ela floresceu, ela cresceu. E, depois, Deus me permitiu ser prefeito. Eu ajudei. Fui Governador e convivi com a Apae. São extraordinários.

Dia feliz quando o Cordão levava todos ao Palácio de Karnak. Era um dia de alegria, dava-se almoço, favoreciam as olimpíadas.

Então, é aquilo que está no Livro de Deus: o bom é fazer o bem.

Mas, no Piauí, também teve a Pestalozzi, Senador Romeu Tuma. E a minha professorinha chegou e disse: “Não, você vai lá, você fez muita coisa”. Eu retruquei: “Não era a Apae?” E ela disse: “Não, era a Pestalozzi que estava lá. Você deu o prédio, com equipamento, salas de aula, alimentação, o material didático, o pagamento de professores e funcionários de apoio, o pagamento das despesas necessárias ao funcionamento da escola, tais como água, energia, telefone etc.”. Era responsabilidade da Fundação o treinamento de professores e a cessão de um veículo. Quer dizer, estivemos sempre juntos.

Agradeço este instante. Acho que o mais importante disso é o exemplo que a Associação de Niterói deu. Um bem nunca vem só; ele é acompanhado.

Todos sabemos que aos deficientes já devemos muito. O que seria deste mundo sem Franklin Delano Roosevelt, que governou os Estados Unidos numa cadeira de rodas, por quatro vezes? Juntou-se com Churchill, com Stalin, fizeram renascer a democracia acabando com Hitler e com Mussolini.

Aqui mesmo, houve um homem fundamental para renascer essa democracia: Thales Ramalho. E o Azevedo disse – colega do meu pai: “Ajudou a democracia a renascer; andava de cadeira de rodas aqui”.

E tenho um exemplo muito forte. Foi lá, no seu Rio, olhando para sua Niterói. Eu era residente do Hos-

pital do Servidor do Estado e, pasmem: ali, na Sacadura Cabral nº 178, eu ia operar na Casa Santa Rosa e Santa Rita com Frederico Souza, aos sábados, na sua Niterói. Ainda estavam construindo a ponte Rio/Niterói, e dávamos plantão no que, naquela época, chamavam de CTI – morria tanta gente que apelidei logo: “Companhia de Transporte para o Inferno”. Mudaram o nome, hoje é UTI.

Lá em cima, eu via aquela ponte todinha, nos anos de 1967 e 1968. Para aquele que era o sonho, gastei minha adolescência buscando ciência para consciência e com ciência servir ao povo do Piauí.

Romeu Tuma, um quadro do que é deficiente. Vi muito médico importante. Vi. Christiaan Barnard, que fez o primeiro transplante; eu vi; Zerbini, Jatene, Pitanguy, Mariano de Sousa, muita gente, mas um me impressionou. Era deficiente: Francisco Duarte – já está no céu –, professor de Anatomia Patológica, fazia aquelas biópsias, exames patológicos. O fato mais honroso – havia disputa, muitos médicos, num hospital grande – era empurrá-lo na sua cadeira de rodas para o refeitório. Mas mais importante – isto é para se ver que não há deficiente – era colocá-lo no elevador –, ô Romeu Tuma, inclusive minha mãe teve um problema de câncer. Pegava-se Francisco Duarte, colocava-o no elevador, entrava-se na sala de cirurgia e levantava-se para ele olhar a barriga; e ele a olhava e quase sempre dava o diagnóstico sem exame patológico.

Então, quero dizer que os senhores já têm contribuído para a formação de muitos Franciscos Duartes. Assim, nossas palavras só podem mesmo ser dirigidas a Deus: ó Deus, abençoe a Pestalozzi de Niterói e irradie esse ideal por todo o nosso Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço ao Senador Mão Santa, bem como a todas as Senadoras e Senadores que se manifestaram nesta sessão solene.

Quero dizer a todos os convidados deste plenário e a todos os que nos acompanham pela TV Senado que muitos Senadores externaram votos de congratulações não só à Pestalozzi de Niterói, que está completando 60 anos de existência, mas a todo o movimento, como já foi enfatizado.

Que esta homenagem que o Senado presta neste dia à Pestalozzi de Niterói se estenda, como homenagem – e isso foi muito enfatizado em todas as falas –, a todas as pessoas e entidades, em todas as áreas de deficiência pelo Brasil, que lutam, como pais, como amigos, como pessoas com deficiência a favor de mais cidadania, de mais legislação, de transporte das idéias

para o Orçamento, para políticas públicas, para obras, para que sejamos, como o Senador Mão Santa enfatizou, pessoas de fé e de obras, porque fé sem obras seria algo morto em si mesmo, sem utilidade.

É uma alegria o que o Senado quer externar, o fato de podermos ter tido esta sessão solene, que é uma sessão solene, então, de cidadania e de dignidade.

Quero agradecer, de maneira particular, a presença do Prefeito de Niterói, grande aliado, grande amigo da área, como já foi dito, Godofredo Pinto. Quero também destacar a presença da Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi do Brasil, Gysélle Tannous, que é do Estado de Mato Grosso do Sul, Pestalozzi de Campo Grande, e quero também agradecer a presença da homenageada do dia de hoje, a Pestalozzi de Niterói, 60 anos de existência, por intermédio da pessoa da Presidente, que está aqui, Sr^a Lizair de Moraes Guarino, que, além da Pestalozzi, como foi dito, todos nós, do Brasil, temos que ver nela um dos baluartes de grandes lutas que aconteceram no Brasil a favor desta área. Como foi dito, só para citar dois exemplos – dezenas poderiam ser dados –, a luta pela criação da Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e a luta pela criação da Secretaria Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação, de cujo órgão ela foi a primeira secretária nacional. E todos nós, do Brasil, somos muito gratos a isso.

Agradeço a presença de todos, neste Período do Expediente, que teve por objetivo fazer esta homenagem, e conclamo a todos do Brasil para que os trabalhos continuem com muita garra, com muita luta, com muito entusiasmo, porque essa é uma caminhada permanente, com objetivos a serem permanentemente alcançados, e que todos estejamos unidos nessa empreitada: Prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal, Judiciário, Legislativo e, principalmente, a comunidade, que nunca falta, que está sempre presente.

Parabéns a todos! Faço, agora, uma interrupção desta sessão, para que ela seja retomada daqui a alguns minutos, e esses minutos de interrupção vão permitir que as pessoas também se cumprimentem.

Obrigado a todas e a todos e convidando-os para a inauguração – também lembrando, na galeria do Senado Federal – da exposição dos alunos na área de artes plásticas. Lembro ainda que, às 18h, haverá o lançamento do livro com esse mesmo objetivo de homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso

à Mesa, alusivo à presente comemoração, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esta sessão solene é das mais memoráveis nesta Casa porque comemora os 60 anos de fundação da Associação Pestalozzi de Niterói, instituição exemplar que se dedica a promover e proteger os direitos da pessoa portadora de deficiência. Com reconhecido mérito, o Senado Federal abre hoje as suas portas para reverenciar essa entidade que realiza com muita dedicação um incansável trabalho de assistência social.

Como declarei recentemente em seu jornal, essa homenagem é apenas uma pequena demonstração de acolhimento pelo bem que tem praticado em nossa sociedade. Assim, ao acolher crianças necessitadas, pessoas em sua maioria de baixo poder aquisitivo, dando-lhes cidadania, atenção, carinho e assistência, a Pestalozzi, em sua missão de servir, consegue preencher um grande vazio deixado pelo Estado. Basta dizer que no início de 2006, por exemplo, já atendia mais de 400 mil pessoas que necessitavam de assistência médica para curar lesões da marcha ou de outros movimentos provocados por acidentes vasculares, traumatismos raquimedulares, distrofias musculares, artroses, fraturas, lesões de nervos e outras limitações físicas e mentais. Contava na época com 351 funcionários, 26 fisioterapeutas, 15 fonoaudiólogos, 14 terapeutas ocupacionais e 144 estagiários da faculdade. Além de tudo, é a única instituição de grande porte que oferece gratuitamente, através do Sistema Único de Saúde (SUS), serviços de reabilitação e de assistência médica para portadores de deficiência física e mental. Em sua sede, em Niterói, mantém tratamento de fisioterapia, programas de terapia ocupacional, acompanhamento de fonoaudiologia, ensino básico, aulas de reforço escolar e cursos profissionalizantes.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que me sinto honrado em fazer parte da grande torcida pestalozziana e em ocupar esta tribuna para enaltecer as ações solidárias da Associação, que é um orgulho para milhares de brasileiros e um grande exemplo para o futuro do nosso País. Além de conquistar por merecimento a gratidão da maioria da sociedade, a instituição mostra que, com seriedade, com determinação, com planejamento, com trabalho, com honestidade, com respeito ao próximo, com organização,

com competência e com disciplina é possível superar os grandes desafios, cumprir metas estabelecidas e vencer as dificuldades que não são poucas.

Com todas as justificativas, uma das maiores protagonistas dessa trajetória é a sua Presidente, Dr^a Lizair de Moraes Guarino, que comanda os rumos da organização juntamente com uma diretoria de inegável competência e um corpo técnico de excelente formação. É importante destacar que essa incansável dirigente ajudou a fundar outras 200 instituições pestalozzianas pelo País afora, ocupou o cargo de primeira Secretária Nacional de Educação Especial e o de primeira Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, sem falar em outras funções que desempenhou com grandes elogios.

A Associação Pestalozzi de Niterói foi fundada, em 1948, pela educadora russa Helena Antipoff. Ao longo de sua história, quatro personagens merecem sempre ser lembrados. Sua fundadora, Helena Antipoff, que já havia criado, em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e, em 1945, a Pestalozzi do Brasil, cuja sede era no antigo Distrito Federal; o Professor Rubens Falcão, que ocupou o cargo de Secretário de Educação no Governo do Doutor Amaral Peixoto; o Doutor Almir Madeira, médico pediatra, organizador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói (Ipain), que foi o primeiro Presidente da Pestalozzi de Niterói; e a Doutora Lizair Guarino, que dirige a entidade há 49 anos e é uma das pioneiras dos movimentos sociais no Brasil.

Sr. Presidente, nobres Colegas Senadores, minhas senhoras, meus senhores, desde a sua fundação, três ações que se complementam definem o trabalho humanitário da Sociedade Pestalozzi de Niterói: a assistência médico-social, a assistência educacional aos portadores de deficiência e a formação de recursos humanos.

Seguindo esses caminhos, o primeiro passo de sua estruturação resultou na criação de um pequeno consultório, na instalação de uma modesta escolinha com algumas salas de aula e na organização de um curso de Orientação Psicopedagógica, com enfoque específico sobre o problema da criança excepcional. Com o passar do tempo, o trabalho se desenvolveu, o número de atendimentos cresceu e foi preciso dimensionar e modernizar o arcabouço existente. Por essas razões, foram criados em sua sede dois importantes centros educacionais: o Centro Experimental Helena Antipoff (CEH) e a Escola Superior de Ensino Helena Antipoff (ESEHA). Vale salientar que esta última,

também conhecida como “Faculdade Pestalozzi”, foi credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura, em 28 de dezembro de 1984, pelo Decreto Presidencial nº 90.776.

Na década de 70, com sua atuação já consolidada e com sua reputação solidificada no seio da sociedade, a Pestalozzi de Niterói conquistou projeção como um pólo de referência técnica na área da Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro e no resto do Brasil. Graças a essa qualificação, passou a ser vista como multiplicadora de ações técnicas e políticas, tanto no plano das diretrizes governamentais, quanto no plano das atividades práticas institucionais.

Para manter esse padrão de eficiência foi preciso formar novos quadros de nível médio e superior. Para esse fim, a entidade procurou imediatamente modernizar a grade curricular oferecida em seus centros de formação, com vistas a adaptá-la à nova realidade. Com isso, o ensino ministrado na sua Escola Superior passou a privilegiar ainda mais os seguintes princípios: estimular a criação cultural; formar pessoas altamente qualificadas para o exercício profissional em suas áreas preferenciais; incentivar o trabalho científico; e garantir o nível de excelência do ensino ministrado. Aliás, são esses os grandes eixos que garantem a força e o bom desempenho apresentados pela Associação Pestalozzi de Niterói em seu exercício cotidiano.

Eminentes Senadoras e Senadores, como disse ao longo deste pronunciamento, a maioria dos brasileiros respeita a história, a trajetória, a dedicação e o espírito de filantropia que motiva a Associação Pestalozzi de Niterói em sua cruzada pela melhoria da qualidade de vida dos excepcionais e de toda a comunidade carente da região, por intermédio de ações educativas que buscam valorizar a sua formação e a sua participação na sociedade.

Eu gostaria de encerrar dizendo que este depoimento que acabo de dar é o testemunho mais contundente sobre o engajamento de uma entidade da qual tenho orgulho e que não visa nenhum lucro, não almeja nenhuma vantagem e não serve a nenhum poder. Seu único destino é mesmo o de servir ao povo necessitado, aos doentes e ao País, que necessita urgentemente superar a sua intolerável dívida social.

Meus respeitos a todos os que lutam pelo engrandecimento da Associação Pestalozzi de Niterói.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Obrigado a todos. (Palmas.)

Está suspensa a sessão por alguns minutos, para os cumprimentos.

(Suspensa às 16 horas e 9 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

A cadeira da presidência, é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está reaberta a sessão.

Após a primeira parte desta sessão, dedicada a comemorar os 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói, por solicitação do Senador Flávio Arns, vamos dar início à sessão deliberativa ordinária de 29 de maio de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em reunião realizada nesta data, decidiu pela inadmissibilidade da Representação do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, em relação ao Senador Marconi Perillo e determinou seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande emoção e satisfação que leio esta nota.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Gilberto Goellner.

V. Ex^a dispõe da palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de fazer meu pronunciamento, eu gostaria de comunicar que, no dia 02, segunda-feira, realizarei, em Cuiabá, no meu Estado de Mato Grosso, o Fórum sobre Reforma Tributária. Pensamos na realização desse Fórum para discutirmos e aprofundarmos o entendimento da reforma tributária, projeto que já tramita no Congresso Nacional, especificamente, neste momento, na Câmara dos Deputados.

O Presidente em exercício do Sistema de Federação das Indústrias do Estado Mato Grosso (Sistema Fiemt), Jandir José Milan, convida para o fórum sobre a “Reforma Tributária”. O evento contará com a presença do Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, o ex-Ministro e atual Deputado Federal Antônio Palocci, como palestrante, e terá a participação das seguintes autoridades: (...)

Participarão do evento o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi; a Senadora Serys Slhessarenko;

o Senador Jayme Campos; o Senador Gilberto Goellner; o Senador Delcídio Amaral; o Sr. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Sr. Éder de Moraes, Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso; o Dr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit); o Dr. José Antonio Silva Parente, Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional; e, é claro, com certeza, o Sr. Presidente da Fiemt. Esse Fórum sobre Reforma Tributária realizar-se-á na segunda-feira, a partir das 8h, na sede da Fiemt.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante para o meu Estado, Mato Grosso, o que vou falar aqui, hoje. Recebi, com grande e profunda alegria, e quero registrá-lo desta tribuna, o anúncio de que o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, está reduzindo a alíquota que se cobra pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado de Mato Grosso, na energia, especialmente. A alegria é motivada pelo fato de o assunto voltar à baila depois de muitos e muitos anos de esquecimento. A redução de impostos é uma luta antiga, que tive o privilégio de capitanear nos tempos em que eu ainda era Deputada Estadual no meu Estado de Mato Grosso e em que era Governador o Sr. Dante de Oliveira.

Os oito anos de governo do tucanato em Mato Grosso foram marcados por intenso arrocho para a população, com privatizações, com a extinção do Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat) e com a venda de nossas centrais elétricas. Após o Governo do Sr. Dante de Oliveira, o empresário Blairo Maggi ganhou a eleição e se tornou Governador de Mato Grosso. Ao assumir o Governo de Mato Grosso, em 2002, uma das promessas do Sr. Blairo Maggi era a de implementar o projeto que eu, então Deputada Estadual, sempre defendi, que propunha uma forte redução na carga tributária que pesava sobre todos os mato-grossenses.

Digo, sem medo de errar, que o ICMS de Mato Grosso, na área de energia, é o mais alto do Brasil. Já dizia isso há oito, dez, doze anos. A prova disso é a existência de um projeto de minha autoria na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, aprovado, relativo à redução do ICMS de energia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o ICMS de energia em Mato Grosso atinge a astronômica percentagem de 43%, e o malfadado cálculo por dentro – até hoje, ninguém teve a competência de explicar corretamente para o contribuinte mato-grossense como ele funciona – atinge alíquotas impressionantes de quase

50%, quando todos os que vivem e labutam em Mato Grosso sabem que, na maioria dos Estados, o que se paga é uma percentagem de 17%. Em Mato Grosso, só o ICMS de energia gira em torno de 43%, mais o tal do cálculo por fora. E ainda há o cálculo por dentro – não me perguntem o que é, porque, até hoje, não o entendi –, que dá quase 50%. Ou seja, para um gasto de R\$100,00 em energia elétrica, em Mato Grosso, a conta, praticamente, atinge a casa dos R\$150,00, porque é acrescida de quase 50% por causa do ICMS, quando, na maioria dos Estados, pagam-se 17%.

No meu último ano como Deputada Estadual, como já disse aqui, consegui aprovar, por maioria apertada, na Assembleia Legislativa, a redução do ICMS de energia. Essa aprovação se deu no mês de novembro do último ano do meu mandato como Deputada. No ano seguinte, iniciava-se meu mandato de Senadora.

No início do Governo Blairo Maggi, uma das primeiras atitudes de S. Ex^a, o Governador, infelizmente, foi vetar esse projeto da redução do ICMS da energia, projeto que a Assembleia Legislativa havia aprovado, dizendo que, de imediato, o Estado de Mato Grosso não poderia suportar a redução de tal imposto a esse nível.

Estivemos várias vezes no gabinete do Governador Blairo Maggi, no início do seu Governo, apelando para que não vetasse nosso projeto. Mato Grosso, hoje um Estado eminentemente produtor de matéria-prima, precisa agregar valor àquilo que produz – soja, algodão, carne e muitos outros produtos. A única forma de levarmos indústrias para Mato Grosso é a redução do ICMS da energia. Não é possível cobrar 43% de ICMS, quase 50%, sobre a energia em Mato Grosso e pretender que as plataformas industriais se multipliquem em nosso Estado.

Comprometeu-se o Governador, à época, a constituir uma comissão para estudar e ver como faria essa redução gradativa. Agora, que já se cumpre o segundo ano do seu segundo mandato, eis que volta o assunto da redução gradual do ICMS. Está nos jornais que o Governo do Estado confirmou a redução da alíquota do ICMS da energia elétrica e do imposto sobre o *diesel*. A informação é do Sr. Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso, Éder de Moraes, durante o ato de assinatura que diminuiu o tributo em 30% para os setores de panificação e de informática.

A redução do ICMS para a energia elétrica vai atingir, nesse primeiro estudo, lá no meu Estado de Mato Grosso, o setor comercial em torno de 2%. Já

para o *diesel* – cairá dos 17% praticados hoje para 12% –, poderá ser aplicada até o próximo mês.

No caso da diminuição do ICMS para a energia elétrica do comércio, o Secretário de Fazenda acredita que a medida possa ser adotada no segundo semestre deste ano. A alíquota para essa área é de 30% e deve ficar, aproximadamente, em 28%. “Será um pouquinho mais para começar”, disse o Sr. Secretário Éder de Moraes. Ele lembrou que a redução da carga tributária foi a principal promessa do então candidato Blairo Maggi em 2002, quando disputou pela primeira vez o governo de Mato Grosso.

Depois de seis anos de espera, vemos agora que um grupo de trabalho foi efetivamente constituído e está cuidando de encaminhar essa redução de impostos, que ainda é paulatina, que ainda está em índices muito pequenos.

Mesmo com atraso, como autora original da proposta, não posso deixar de comemorar essa redução. Os impostos sobre a panificação e a informática tiveram redução de 30%: diminuíram de 10% para 7%. O ICMS da energia deve começar a cair – e não é sem tempo.

Vamos torcer para que o Governador Blairo Maggi faça mais reduções nas várias áreas e para que os investimentos promovam ainda mais o desenvolvimento de nosso Estado.

Fico, daqui, na expectativa de o Governador Blairo Maggi continuar nessa alternativa importante. Não tenho dúvida de que, com impostos menores, as possibilidades de crescimento de Mato Grosso, de melhoria das condições de vida da população de Mato Grosso serão bem maiores. Realmente, esta é uma iniciativa alvissareira.

Portanto, desde novembro de 2002, ainda como Deputada Estadual no meu Estado de Mato Grosso, eu lutava, já há oito anos, pela redução do ICMS da energia. Como disse aqui, é impossível acreditarmos que indústrias se estabeleçam em um Estado em que o ICMS da energia é 43%, ainda mais com uma tal de cobrança por dentro, porque existem as cobranças por fora e a por dentro, fazendo com que este imposto feche em 50% praticamente. Não é possível acreditarmos que indústrias sigam para Mato Grosso, que se animem, que tenham estímulos de lá se instalarem com a energia nesse patamar, quando, em praticamente todos os Estados, o ICMS da energia é de 17%, em Mato Grosso, arredondando esse dado, é 50%.

Mato Grosso, como todos sabemos, é um Estado de uma grandiosidade territorial, de uma extensão gigantesca. Mato Grosso é o segundo maior Estado em extensão geográfica, e, mesmo com uma densidade demográfica ainda pequena, é um Estado eminente-

mente produtor de matéria-prima, de matéria-prima em grande quantidade para exportação. É um Estado que sente as dificuldades de ser produtor de matéria-prima para exportação (a Lei Kandir protege a matéria-prima para exportação), tais como o algodão, a carne da melhor qualidade e em grande quantidade, a soja, além de outros produtos para exportação. É importante a exportação para que se traga divisas para o nosso País, mas com a Lei Kandir – tudo bem, o Governo Federal repõe o imposto que é exportado junto –, se o Governo Federal não tivesse que repor os recursos que o imposto da Lei Kandir exporta junto com os produtos *in natura*, é óbvio que mais recursos teríamos para outras questões, que merecem ser tratadas com prioridade neste País. E, aí, eu não preciso elencá-las na área da saúde, na da educação, na questão da criança e do adolescente, e assim, sucessivamente, como as questões da área rural, os Pronafs que, cada vez mais, precisam de recursos para a agricultura familiar, enfim, os recursos para melhorar a qualidade de vida, especialmente a dos mais despossuídos, daqueles que precisam de políticas públicas, para, realmente, terem assegurada uma sobrevivência melhor.

Então o meu Mato Grosso, grande produtor de matéria-prima para exportação, vê com alegria o aceno da redução do imposto sobre a energia e da alíquota do ICMS, que, repito aqui, praticamente em todos os Estados é 17% e em Mato Grosso, se arredondarmos, é 50%. A redução do ICMS é uma luta nossa antiga. Ainda como Deputada estadual apresentei um projeto visando à redução do ICMS, que foi aprovado. Acredito que o salto de qualidade vai ser muito grande, porque vamos ter a possibilidade de agregar valor a muitos produtos que hoje saem de lá *in natura*, tendo em vista a redução do imposto sobre a energia e do imposto sobre o *diesel*, que o Sr. Governador já anunciou também que vai reduzir, e outros mais, mas especialmente o incidente sobre a energia. Será agregado valor a muitos produtos *in natura* lá no meu Estado, indústrias vão se estabelecer lá, agregando valor, gerando emprego e dando melhor qualidade de vida ao povo de Mato Grosso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu um documento autorizando o Senador José Maranhão a falar pela Liderança do PMDB.

Um minuto, Senador José Maranhão, para que eu leia uma documentação chega à Presidência.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Pres. n. 162 /2008/CMO

Brasília, 20 de maio de 2008.

Assunto: Solicita a correção de erro material no processamento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 30/2007-CN (PLOA/2008).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de proceder a retificação na publicação feita no suplemento ao Diário Oficial da União, Seção 1, de 24 de abril de 2008 – Detalhamento do Crédito Orçamentário (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), tendo em vista correção de erros materiais ocorridos no processamento das emendas, conforme especificado no Ofício nº 01/2008 – COFF, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, de 15 de maio do corrente, em anexo.

Outrossim, informo que as referidas retificações estão amparadas pelo art. 152 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, e foram aprovadas, por unanimidade, na Quinta Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nesta data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração.


Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Presidente

Ofício nº 01 /2008 – COFF

Brasília-DF, 15 de maio de 2008.

Senhora Secretária da CMO,

Em resposta aos Ofícios nºs 36, 38, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 53, 54 e 55/2008 da Secretaria dessa Comissão, que solicita *providências para saneamento de erro material em emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 30/2007 – CN (PLOA para 2008)*, segue, em anexo, listagem dos ofícios parlamentares que atenderam às disposições regimentais, bem como relatório da errata a ser aprovada pelo plenário da CMO.

2. Para chegar ao relatório da errata ora sugerido, pautamo-nos no art. 152 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, acatando somente os pedidos para correção de erro material devidamente comprovados no processamento das emendas, bem como àqueles identificados por esta consultoria.

3. Colocamo-nos à disposição de V. S.^a, para os esclarecimentos que se façam necessários.

Coordenação Técnica.

Salvador Roque Batista Júnior

Consultor de Orçamentos e Fiscalização Financeira / CD

ANEXO**DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DE INCLUSÃO NA ERRATA AO AUTÓGRAFO****DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DE INCLUSÃO NA ERRATA AO AUTÓGRAFO**

Of. Sec. n.036/2008/CMO – 02 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Of. n° 001/2008-GAB	02/04//2008	Deputado BRUNO ARAÚJO	Não atendido
Of. 034/2008/GDEA	27/03/2008	Deputado ERNANDES AMORIM	Atendido
Of. 119/08	27/03/2008	Deputado JOÃO DADO	Atendido
Of. GAB. N° 154/2008	27/03/2008	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	Atendido
Of. 008/2008-CI	26/03/2008	Deputado NELSON MEURER	Atendido
GDRC Of. N° 071/2008	26/03/2008	Deputada RITA CAMATA	Não atendido

Of. Sec n. 038/2008/CMO – 07 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício n° 024/2008/GAB/RM	03/03/2008	Deputado ROBERTO MAGALHÃES	Atendido

Of. Sec n. 043/2008/CMO – 15 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício n° 043/2008 - CBMG	15/04/2008	BANCADA DE MINAS GERAIS	Atendido

Of. Sec n. 044/2008/CMO – 17 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício n° 066/2008 – GAB/EP	15/04/2008	Deputado ELISMAR PRADO	Atendido

Of. Sec n. 046/2008/CMO – 22 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício n° 0122/2008 - GSASAN	17/04/2008	Deputado ADELMI R SANTANA	Atendido

Of. Sec. n. 47/2008/CMO – 23 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício n° TZ.234/2008	23/04/2008	Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN	Atendido

Of. Sec. n. 049/2008/CMO – 28 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
			Fls. 1

Ofício nº 045/2008/GAB/RM	24/04/2008	Deputado ROBERTO MAGALHÃES	Atendido

Of. Sec. n. 50/2008/CMO - 28 de abril de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício nº 721/2008	29/04/2008	Deputado POMPEO DE MATTOS	Atendido

Of. Sec. n. 051/2008/CMO - 06 de maio de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício nº 076/2008/CD/GAB 240	06/06/2008	Deputado NATAN DONADON	Não atendido

Of. Sec. n. 053/2008/CMO - 08 de maio de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício nº 023/08 - GDZC	03/03/2008	Deputado ZENALDO COUTINHO	Atendido (Of.055-CMO)

Of. Sec. n. 054/2008/CMO - 13 de maio de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício nº 067/20088-GAB.583	07/05/2008	Deputado LAERTE BESSA	Não Atendido

Of. Sec. n. 055/2008/CMO - 14 de maio de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício nº 0129/08/GSLVAN	13/05/2008	Senadora LÚCIA VÂNIA	Atendido
Ofício nº 026/08 - GDZC	14/05/2008	Deputado ZENALDO COUTINHO	Atendido

Of. Sec. n. 058/2008/CMO - 15 de maio de 2008.

EXPEDIENTE	DATA	ORIGEM	Atendimento
Ofício nº 149/2008 - GAB 910	15/05/2008	Deputado HIDEKAZU TAKAYAMA	Atendido

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN D	RP	MA	IU	Fte	Valor	Verificação
925	Onde se lê	20000	20101	Presidência da República	1004.2E24.0001	Gestão de Políticas na área da Presidência da República - Formulação, Desenvolvimento e Capacitação para Participação Social - Pessoa Beneficiada Unidade - Nacional Pessoa Beneficiada (unidade) 10.000	04.121	F 3 2		90	0	100		4.000.000	Exclusão do produto e da unidade de medida do título da ação
	Leia-se	20000	20101	Presidência da República	1004.2E24.0001	Gestão de Políticas na área da Presidência da República - Formulação, Desenvolvimento e Capacitação para Participação Social - Nacional Pessoa Beneficiada (unidade) 10.000	04.121	F 3 2		90	0	100		4.000.000	
925/ 926	Onde se lê	20000	20101	Presidência da República	1004.0E52.0001	Gestão de Políticas na área da Presidência da República - Contribuição à Organização Ibero-americana da Juventude - OIJ - Nacional	04.212	F 3 2		80	0	100		100.000	Correção de erro na classificação do programa
	Leia-se	20000	20101	Presidência da República	0681.0E52.0001	Gestão da Participação em Organismos Internacionais - Contribuição à Organização Ibero-americana da Juventude - OIJ - Nacional	04.212	F 3 2		80	0	100		100.000	
988	Onde se lê	22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	0362.2272.0056	Desenvolvimento Sustentável Das Regiões Produtoras de Cacaú - Gestão e Administração do Programa - Estruturação de Laboratórios da CEPLAC - no Estado do Pará 3	20.122	F 4 2		90	0	100		300.000	Trata-se de ação padronizada sem necessidade da especificação da meta. A funcional é ajustada ao objetivo da proposta de trabalho.
	Leia-se	22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	0362.2272.0056	Desenvolvimento Sustentável Das Regiões Produtoras de Cacaú - Gestão e Administração do Programa - Estruturação de Laboratórios da CEPLAC - no Estado do Pará	20.572	F 4 2		90	0	100		300.000	
993	Onde se lê	22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.8611.0064	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuario - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuario - IDEPI (Instituto de Desenvolvimento do Piauí) - no Estado do Piauí	20.865	F 3 2		99	0	100		1.000.000	Inclusão de produto, unidade de medida e meta física, omitido no autógrafo
	Leia-se	22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.8611.0064	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuario - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuario - IDEPI (Instituto de Desenvolvimento do Piauí) - no Estado do Piauí Produtor Atendido (Unidade) 250	20.865	F 3 2		99	0	100		1.000.000	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN D	RP	MA	IU	Fte	Valor	Vigência
1001		22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.7H17.0070	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - no Estado do Paraná Projeto Apoiado (unidade) 181	20.605	F	4	2	40	0	100	18.330.000	Ajustes em decorrência da aprovação do Destaque nº 00306 pela CMO, em 26/02/2008.
	Onde se lê							F	4	2	90	0	100	1.500.000	
		22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.7H17.0360	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio para Realização da XXIII Exposição Feira Comercial, Industrial e Agropecuária - Expobel - Francisco Beltrão - PR Projeto Apoiado (unidade) 1	20.605	F	4	2	40	0	100	100.000	
	Leia-se	22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.7H17.0070	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - no Estado do Paraná Projeto Apoiado (unidade) 182	20.605	F	4	2	40	0	100	18.430.000	
								F	4	2	90	0	100	1.500.000	
1004		22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.7H17.0554	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Construção e Manutenção de Feira Livre Coberta para Produtos Agropecuários - no Estado do Pará	20.605	F	4	2	30	0	100	350.000	Inclusão de produto, unidade de medida e meta física
	Onde se lê														
		22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.7H17.0554	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Construção e Manutenção de Feira Livre Coberta para Produtos Agropecuários - no Estado do Pará Projeto Apoiado (unidade) 1	20.605	F	4	2	30	0	100	350.000	
	Leia-se	22000	22101	Min. Agric.Pec. e Abastecimento	6003.7H17.0554	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Construção e Manutenção de Feira Livre Coberta para Produtos Agropecuários - no Estado do Pará Projeto Apoiado (unidade) 1	20.605	F	4	2	30	0	100	350.000	
1010		22000	22202	EMBRAPA	1161.4686.0058	Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - Tecnologias Sustentáveis para o Incremento da Produção Familiar na Região do Juruá - no Estado do Acre	20.572	F	3	2	30	0	100	200.000	Inclusão de produto, unidade de medida e meta física
	Onde se lê							F	4	2	30	0	100	100.000	
		22000	22202	EMBRAPA	1161.4686.0058	Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - Tecnologias Sustentáveis para o Incremento da Produção Familiar na Região do Juruá - no Estado do Acre	20.572	F	3	2	30	0	100	200.000	
	Leia-se	22000	22202	EMBRAPA	1161.4686.0058	Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social - Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades - Tecnologias Sustentáveis para o Incremento da Produção Familiar na Região do Juruá - no Estado do Acre	20.572	F	4	2	30	0	100	100.000	
1181		36000	36201	FIOCRUZ	1201.1M36.0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde - Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília - Nacional Sede Construída (% de Execução Física) 156	10.122	S	4	2	90	0	151	6.000.000	Ajuste do quantitativo da meta física, em decorrência de erro material quando do processamento da emenda nº 71080003.
	Onde se lê														
		36000	36201	FIOCRUZ	1201.1M36.0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde - Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília - Nacional Sede Construída (% de Execução Física) 24	10.122	S	4	2	90	0	151	6.000.000	
	Leia-se	36000	36201	FIOCRUZ	1201.1M36.0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde - Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília - Nacional Sede Construída (% de Execução Física) 24	10.122	S	4	2	90	0	151	6.000.000	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN D	RP	MA	IU	Fte	Valor	Ateração
1218	Ordem-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1214.8581.0068	Atenção Básica em Saúde - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Pará Serviço Estruturado (unidade) 38	10.301	S	4	2	30	0	151	3.800.000	Ajuste da subfunção, programa, ação e quantitativo de meta, em decorrência de erro material quando da elaboração e processamento da emenda nº 3494/0022.
1229		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0015	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Pará Unidade Estruturada (unidade) 40	10.302	S	4	2	40	0	151	1.000.000	
1218	Lei-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1214.8581.0068	Atenção Básica em Saúde - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Pará Serviço Estruturado (unidade) 37	10.301	S	4	2	30	0	151	3.800.000	Ajuste da subfunção, programa, ação e quantitativo de meta, em decorrência de erro material quando da elaboração e processamento da emenda nº 3494/0022.
1229		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0015	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Pará Unidade Estruturada (unidade) 41	10.302	S	4	2	40	0	151	900.000	
1226	Ordem-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1214.8581.0560	Atenção Básica em Saúde - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Aquisição de Equipamentos - Associação Pestalozzi - GO Unidade Estruturada (unidade) 1	10.301	S	4	2	50	0	151	100.000	Ajuste da subfunção, programa e ação em decorrência de erro material quando da elaboração e processamento da emenda nº 2021/0002.
1232		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.1188	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aquisição de Equipamentos - Associação Pestalozzi - No Estado de Goiás Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	50	0	151	100.000	
1240	Ordem-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0122	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Faculdade de Odontologia (Fundação Presidente Castello Branco) - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 4	10.302	S	4	2	50	0	151	150.000	Erro material no processamento da emenda 2452/0004, visto o parecer favorecer entidade diferente da gralada na emenda.
1240		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0564	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Faculdade de Odontologia de Pernambuco (Fundação Universidade de Pernambuco) - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 2	10.302	S	4	2	30	0	151	150.000	
1232	Lei-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0122	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Faculdade de Odontologia (Fundação Presidente Castello Branco) - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	50	0	151	100.000	Erro material no processamento da emenda 2452/0004, visto o parecer favorecer entidade diferente da gralada na emenda.
1240		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0564	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Faculdade de Odontologia de Pernambuco (Fundação Universidade de Pernambuco) - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	30	0	151	350.000	
		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0564	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Faculdade de Odontologia de Pernambuco (Fundação Universidade de Pernambuco) - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	50	0	151	90.000	
		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0564	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Faculdade de Odontologia de Pernambuco (Fundação Universidade de Pernambuco) - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	30	0	151	100.000	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN	RP	MA	IU	Fte	Valor	Alteração
1230		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0026	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - no Estado de Pernambuco Unidade Estruturada (unidade) 98	10.302	S	3	2	30	0	151	3.500.000	Erro material no processamento da emenda 1299.0016, visto o parecer favorável entidade diferente da gralada na emenda.
	Onde se lê							S	3	2	50	0	151	850.000	
								S	4	2	30	0	151	300.000	
								S	4	2	50	0	151	1.150.000	
								S	4	2	90	0	151	3.862.200	
1233		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0214	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital São Luiz (associação de Proteção à Maternidade e à Infância) - Surubim - PE Unidade Estruturada (unidade) 6	10.302	S	3	2	50	0	151	150.000	Erro material no processamento da emenda 1299.0016, visto o parecer favorável entidade diferente da gralada na emenda.
								S	4	2	99	0	151	1.620.000	
								S	3	2	30	0	151	3.500.000	
								S	3	2	50	0	151	850.000	
								S	4	2	30	0	151	300.000	
1230		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0026	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - no Estado de Pernambuco Unidade Estruturada (unidade) 103	10.302	S	4	2	50	0	151	1.150.000	Erro material no processamento das emendas 9041.0012, 2283.0002, 2521.0003, 2419.0006 e 2588.0016, visto os pareceres favoráveis entidade diferente da gralada nas emendas.
	Leia-se							S	4	2	90	0	151	3.862.200	
								S	4	2	99	0	151	1.620.000	
								S	3	2	50	0	151	150.000	
								S	3	2	30	0	151	1.000.000	
1233		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0214	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital São Luiz (associação de Proteção à Maternidade e à Infância) - Surubim - PE Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	3	2	50	0	151	1.550.000	Erro material no processamento das emendas 9041.0012, 2283.0002, 2521.0003, 2419.0006 e 2588.0016, visto os pareceres favoráveis entidade diferente da gralada nas emendas.
	Onde se lê							S	4	2	50	0	151	1.000.000	
								S	3	2	50	0	151	100.000	
								S	3	2	50	0	151	900.000	
	Leia-se							S	4	2	50	0	151	1.550.000	
1231		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0060	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Instituto Materno Infantil - Recife - PE Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	3	2	50	0	151	100.000	Erro material no processamento das emendas 9041.0012, 2283.0002, 2521.0003, 2419.0006 e 2588.0016, visto os pareceres favoráveis entidade diferente da gralada nas emendas.
	Onde se lê							S	4	2	50	0	151	900.000	
								S	3	2	50	0	151	100.000	
								S	3	2	50	0	151	900.000	
	Leia-se							S	4	2	50	0	151	1.550.000	
1231		36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0228	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital de Câncer (Fundação Pio XII) - Barretos - SP Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	3	2	50	0	151	900.000	Erro material no processamento das emendas 9041.0012, 2283.0002, 2521.0003, 2419.0006 e 2588.0016, visto os pareceres favoráveis entidade diferente da gralada nas emendas.
	Onde se lê							S	4	2	50	0	151	1.550.000	
								S	3	2	50	0	151	100.000	
								S	3	2	50	0	151	900.000	
	Leia-se							S	4	2	50	0	151	1.550.000	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN D	RP	MA	IU	Fle	Valor	Fis Des Ativos
1231	Onde se lê	36000	36901	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	1220.8535.0041	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - no Estado do Paraná Unidade Estruturada (unidade) 141	10.302	S	3	2	30	0	151	833.000	Erro material no processamento da emenda 19700020, que busca beneficiar entidades de diferentes cidades do Estado.
								S	3	2	40	0	151	150.000	
								S	3	2	50	0	151	300.000	
								S	4	2	40	0	151	2.670.000	
								S	4	2	50	0	151	4.560.000	
								S	4	2	71	0	151	350.000	
								S	4	2	90	0	151	4.492.200	
								S	4	2	99	0	151	600.000	
1238		36000	36901	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	1220.8535.0490	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Londrina - PR - Unidade Estruturada (unidade) 15	10.302	S	3	2	50	0	151	1.500.000	
								S	4	2	50	0	151	700.000	
1231	Leia-se	36000	36901	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	1220.8535.0041	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - no Estado do Paraná Unidade Estruturada (unidade) 151	10.302	S	3	2	30	0	151	833.000	
								S	3	2	40	0	151	150.000	
								S	3	2	50	0	151	1.500.000	
								S	4	2	40	0	151	2.670.000	
								S	4	2	50	0	151	4.560.000	
								S	4	2	71	0	151	350.000	
								S	4	2	90	0	151	4.492.200	
1238		36000	36901	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	1220.8535.0490	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Londrina - PR Unidade Estruturada (unidade) 5	10.302	S	4	2	99	0	151	600.000	Ajuste da modalidade de aplicação, em decorrência de erro material, quando da elaboração da emenda 36660005
								S	3	2	50	0	151	300.000	
								S	4	2	50	0	151	700.000	
								S	4	2	50	0	151	700.000	
1244	Onde se lê	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0784	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Ijuí - RS Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	40	0	151	200.000	
	Leia-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saúde	1220.8535.0784	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Ijuí - RS Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	50	0	151	200.000	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág do DOU	Relificação o	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN	RP	MA	IU	Fte	Valor	Alterações
1259	On de se lê	36000	36901	Fundo Nacional de Saude	1220.8933.0102	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar - Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria - Bragança - PA Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	90	0	151	150.000	Ajuste da modalidade de aplicação, em decorrência de erro material, quando da elaboração da emenda 34940004
	Leia-se	36000	36901	Fundo Nacional de Saude	1220.8933.0102	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar - Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria - Bragança - PA Unidade Estruturada (unidade) 1	10.302	S	4	2	50	0	151	150.000	
1294	On de se lê	38000	38901	FAT	0101.4725.0074	Qualificação Social e Profissional - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PLANSEQS) - Ipatinga - MG Trabalhador Qualificado (unidade) 35.704	11.333	S	3	2	40	0	151	14.000.000	Erro material no processamento da emenda 71140011, que inviabiliza a execução orçamentária.
						S		3	2	50	0	151	300.000		
						S		4	2	40	0	100	4.754.277		
						S		4	2	40	0	151	1.000.000		
						S		4	2	40	0	180	1.500.000		
1417	On de se lê	44000	44101	Min. Meio Ambiente	0512.8689.0015	Zoneamento Social e Profissional - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PLANSEQS) - Ipatinga - MG Trabalhador Qualificado (unidade) 35.704	11.333	S	3	2	40	0	151	15.000.000	Alteração da Função 04 Administração para 18 Gestão Ambiental
						S		3	2	50	0	151	300.000		
						S		3	2	40	0	100	4.754.277		
						S		3	2	40	0	180	1.500.000		
1465	On de se lê	49000	49101	Min. Desenvol. Agrário	0138.2110.0056	Zoneamento Ecológico-Econômico - Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000 - no Estado do Pará Zoneamento Realizado (km²) 2.000.000	04.127	F	4	2	30	0	100	9.444.083	Reenquadramento da ação na Unidade Orçamentária responsável pela atividade.
	Leia-se	44000	44101	Min. Meio Ambiente	0512.8689.0015	Zoneamento Ecológico-Econômico - Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000 - no Estado do Pará Zoneamento Realizado (km²) 2.000.000	18.127	F	4	2	30	0	100	9.444.083	
	On de se lê	49000	49101	Min. Desenvol. Agrário	0138.2110.0056	Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - no Estado de Rondônia Área Regularizada (ha) 2.500.000	21.127	F	3	2	90	0	100	12.608.759	
	Leia-se	49000	49201	INCRA	0138.2110.0056	Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - no Estado de Rondônia Área Regularizada (ha) 2.500.000	21.127	F	3	2	90	0	100	12.608.759	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN D	RP	MA	IU	Fte	Valor	Alteração
1467	Onde se lê	49000	49101	Min. Desenv. Agrário	1116.2272.0058	Crédito Fundiário - Gestão e Administração do Programa - no Estado do Mato Grosso 2	21.122	F	4	2	99	0	100	200.000	Trata-se de ação padronizada sem necessidade de especificação de meta.
	Leia-se	49000	49101	Min. Desenv. Agrário	1116.2272.0058	Crédito Fundiário - Gestão e Administração do Programa - no Estado do Mato Grosso	21.122	F	4	2	99	0	100	200.000	
1475	Onde se lê	49000	49201	INCRA	0137.8398.0056	Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento - Demarcação de Território Quilombola Brejo dos Negros - Brejo Grande - SE Família Atendida (unidade) 1	21.631	F	3	2	99	0	100	100.000	Ajuste na funcional e na programática para adequá-las ao objetivo da proposta. Produto e meta física ajustados para possibilitar o acompanhamento da execução.
	Leia-se	49000	49201	INCRA	1336.1642.0056	Brasil Quilombola - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos - Demarcação de Território Quilombola Brejo dos Negros - Brejo Grande - SE Comunidade Titulada (unidade) 1	21.127	F	3	2	99	0	100	100.000	
1476	Onde se lê	49000	49201	INCRA	0139.1025.0056	Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário - Reforma do Edifício Sede do Incra - Construção do Edifício Sede do Incra - Presidente Figueiredo - AM Edifício Reformado (% de Execução Física) 1	21.122	F	4	2	90	0	100	250.000	Ajuste no título e criação de nova Ação pois trata-se de construção de edifício e não de reforma de prédio. Unidade de medida e meta física alterados, adequando-se à nova ação.
	Leia-se	49000	49201	INCRA	0139.7N36.0056	Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário - Construção de Unidade Avançada do Incra - Presidente Figueiredo - AM Prédio construído (% de Execução Física) 1	21.122	F	4	2	90	0	100	250.000	
1477	Onde se lê	49000	49201	INCRA	1350.4474.0058	Educação do Campo (PRONERA) - Educação de Jovens e Adultos no Campo - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras - no Estado de Pernambuco Trabalhador Rural Escolarizado (unidade) 320	21.366	F	3	2	90	0	100	100.000	Necessidade de ajustar a proposta para o programa de trabalho de outra Unidade Orçamentária. O produto e a meta física foram ajustados para possibilitar o acompanhamento da execução.
	Leia-se	49000	49101	Min. Desenv. Agrário	1350.2C72.0058	Educação do Campo (PRONERA) - Implantação de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras - no Estado de Pernambuco Biblioteca Implantada (unidade) 170	21.392	F	3	2	90	0	100	100.000	

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN D	RP	MA	IU	Fte	Valor	Alterações	
1503	Onde se lê	51000	51101	Min. Esporte	8028.8767.0062	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo - Implantação de Infra-estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - no Estado de Minas Gerais Infra-estrutura implantada/modernizada (unidade) 48	27.812	F 3	3	2	30	0	100	270.000	Alteração de GND para correção de erro material	
								F 3	3	2	40	0	100	100.000		
								F 4	2	30	0	100	2.912.000			
								F 4	2	40	0	100	2.720.000			
1621	Leia-se	51000	51101	Min. Esporte	8028.8767.0062	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo - Implantação de Infra-estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - no Estado de Minas Gerais Infra-estrutura implantada/modernizada (unidade) 48	27.812	F 3	3	2	40	0	100	100.000	Correção de Substituto, em função de erro ocorrido no processamento da Emenda 25830003.	
								F 4	2	30	0	100	3.182.000			
								F 4	2	40	0	100	2.720.000			
								F 3	3	2	50	0	100	150.000		
1626	Onde se lê	54000	54101	M. DO TURISMO	1166.4620.0128	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão - Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno - XV Congresso Regional de Cardiologia - no Distrito Federal Evento Realizado (Unidade) 1	23.695	F 3	3	2	50	0	100	150.000	Correção de erro material - GND e Modalidade de Aplicação - no processamento da emenda 90370013	
								F 3	3	2	30	0	100	750.000		
								F 4	2	40	0	100	26.920.000			
								F 4	2	40	0	100	27.670.000			
1658	Onde se lê	55000	55901	FNAS	1384.2830.0138	Proteção Social Básica - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica - Construção do Centro Comunitário no Jardim Alan - Londrina - PR (Unidade Estruturada) 1	08.244	S 3	3	2	80	0	151	150.000	Erro material no processamento do Adendo de Plenário aprovado na Sessão do Congresso em 12.03.2008 - Acordo de Liderança (emenda 18670003)	
								F 3	3	2	80	0	100	150.000		

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO FEITA NO SUPLEMENTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DE 24 DE MARÇO DE 2008 - DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Pág.do DOU	Retificação	Órgão	UO (Cod)	Unidade Orçamentária	Programática	Programa / Ação / Produto / Localização	Funcional	Esf	GN	RP	MA	IU	Fte	Valor	Alteração
1667	Onde se lê	55000	55901	FNAS	1385.2B31.0098	Proteção Social Especial - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - no Estado de Pernambuco Unidade Estruturada (unidade) 13	08.244	S	3	2	30	0	151	1.000.000	Erro material no processamento da emenda 16920025, que inviabiliza a execução orçamentária.
								S	3	2	99	0	151	600.000	
							08.244	S	3	2	30	0	151	700.000	
1919	Leia-se	55000	55901	FNAS	1385.2B31.0098	Proteção Social Especial - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - no Estado de Pernambuco Unidade Estruturada (unidade) 10		S	3	2	99	0	151	600.000	
								S	3	2	30	0	151	300.000	
							08.244	S	3	2	30	0	151		
1919	Onde se lê	26000	26242	UFPE	1073.2E14.0104	Brasil Universitário - Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - no Estado de Pernambuco Unidade Modernizada (unidade) 3	12.364	F	4	2	90	0	100	400.000	Remanejamento de Recursos de Emenda do mesmo Autor, tendo em vista erro material entre as UCs UFPE e UFPE
								F	4	2	90	0	112	600.000	
							12.364	F	4	2	90	0	100	100.000	
1919	Leia-se	26000	26242	UFPE	1073.2E14.0104	Brasil Universitário - Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - no Estado de Pernambuco Unidade Modernizada (unidade) 3		F	4	2	90	0	100	200.000	
							12.364	F	4	2	90	0	112	600.000	
								F	4	2	90	0	100	300.000	

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Quinta Reunião Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2008, em observância ao disposto no artigo 152, da Resolução nº 01/2006-CN, **APROVOU**, por unanimidade, **Errata à Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008”, elaborada pela Coordenação Técnica do **Projeto de Lei nº 30/2007-CN** (Projeto de Lei Orçamentária para 2008), e encaminhada à Comissão através do Ofício nº 01/2008-COFF.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Biffi, Arnaldo Jardim, Átila Lins, Ayrton Xerez, Carlito Merss, Carlos Zarattini, Chico Lopes, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Guimarães, José Rocha, Julião Amin, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Miguel Martini, Natan Donadon, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, Vilson Covatti, Waldir Neves, William Woo, Wilson Santiago; e os Senadores Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Neuto de Conto e Serys Slhessaenko.

Sala de Reuniões, em 20 de maio de 2008.


Deputado **MENDES RIBEIRO FILHO**
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Uma vez que se trata de correção de erros materiais ocorridos no processamento das emendas, e tendo em vista que as retificações foram aprovadas por unanimidade na 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no último dia 20, nos termos do expediente citado no ofício do Presidente daquele Colegiado, esta Presidência, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, determina a retificação solicitada na publicação feita no suplemento ao *Diário Oficial da União*, seção I, de 24 de abril de 2008 – Detalhamento do crédito orçamentário.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra o Senador José Maranhão para falar pela Liderança do PMDB; ele que é extraordinário Líder do PMDB da Paraíba e do Brasil.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita oportunidade, por iniciativa do Senador José Tenório, logo secundada por diversos colegas, foi celebrada, neste Senado, a passagem do Dia da Indústria, comemorada no dia 25 de maio. Por motivos alheios à minha vontade – compromissos estaduais –, não pude estar presente na sessão especial. Entretanto, eu não poderia abrir mão da oportunidade de expressar o meu justo reconhecimento aos homens e mulheres que fazem a indústria brasileira.

Em boa hora, aconteceu a homenagem, cuja oportunidade é ainda maior, Sr. Presidente, na medida em que nos dá ocasião de assinalar o excelente momento pelo qual passa presentemente a indústria brasileira e ao mesmo tempo celebrar o futuro que se abre diante do nosso setor secundário com o anúncio recente do Programa de Desenvolvimento Produtivo.

Os números efetivamente mostram que o momento é positivo. No último trimestre, a produção industrial cresceu 6,3% em comparação com o mesmo período do ano passado, 24º trimestre consecutivo de crescimento, mesmo que o ritmo tenha sido diminuído um pouco. O emprego industrial de janeiro a março aumentou 3%, enquanto a folha de pagamento real aumentou 2,7% de fevereiro para março e 8,7% em comparação com o mesmo período do ano passado. Também vem crescendo a participação dos produtos manufaturados em nossa pauta de exportações na qual esses produtos

já representam mais da metade. Há, portanto, o que comemorar neste Dia da Indústria.

Já que estou homenageando a indústria nacional, Sr. Presidente, gostaria aqui de destacar, especialmente, um dos setores em que a nossa indústria atinge a mais alta excelência. Refiro-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, à indústria aeronáutica, justo motivo de orgulho nacional. Nossa Embraer se aproxima dos 40 anos, que completará, em 2009, como a maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e a terceira maior do mundo, presente nos Estados Unidos, em Portugal, na França e na China.

Eu gostaria de dizer que os êxitos da Embraer de hoje são conseqüências lógicas do que foi a Embraer de ontem, ou seja, uma empresa estatal fundada sob o patrocínio de um instituto: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que montou um projeto hoje vitorioso, mas, no passado, decisivo para as vitórias que hoje o Brasil celebra por ter a maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e a terceira maior indústria aeronáutica do mundo.

Por que isso? Porque o Ministério da Aeronáutica, no momento de feliz inspiração, resolveu chamar a si a montagem desse projeto e, paralelamente a isso, desenvolveu um instituto para a formação de quadros que, hoje, é um dos maiores também da América do Sul: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, uma escola de nível superior que formou, e forma, os engenheiros que garantem o sucesso dos projetos que hoje estão levando a bandeira brasileira a todos os países do mundo.

É preciso fazer esse registro para mostrar que uma iniciativa estatal bem conduzida, e conduzida com seriedade, pode realmente oferecer a solução de que o Brasil precisará ainda para o desenvolvimento de tecnologias competitivas que precisam ser instaladas no Brasil, sobretudo no que respeita à indústria de informática.

É interessante o que nós contemplamos no cenário nacional: países outrora caracterizados por um imenso atraso, como a Coreia do Sul, Taiwan e, mesmo assim, a China continental, pela vontade de seus governantes, pela determinação obstinada de investir maciçamente na formação de quadros científicos e tecnológicos, resolveram partir com os olhos voltados para o futuro desses países. O Brasil precisa fazer o mesmo: não só continuar investindo na indústria aeronáutica, mas em outros ramos da indústria de ponta. Mas, para que isso aconteça, o Brasil, antes de tudo, tem de investir no ensino tecnológico e científico.

Neste ano, o Presidente Lula deu um passo importante em duas direções: na interiorização da universidade e na criação de inúmeros Cefets e escolas

de ensino médio profissionalizantes, formando profissionais para um mercado já muito exigente nessa área, sobretudo as indústrias mais sofisticadas, a indústria eletrônica. Mas precisa investir muito mais ainda, e investir de forma corajosa e de forma ousada e ininterrupta.

É preciso que outros governos que se sucedam ao atual façam o mesmo e até invistam mais do que o atual, porque, para que o Brasil realmente recupere o tempo perdido, ele precisa investir nessas áreas como se estivesse num verdadeiro esforço de guerra. E, realmente, essa guerra é a guerra da competição, a guerra da tecnologia, a guerra da ciência, é a guerra mais importante que os tempos modernos nos reservam.

Empregando – estou me referindo ainda à Embraer – quase 24 mil pessoas e gerando milhares de outros empregos indiretos, tinha, no final de março último, uma carteira de pedidos firmes que já ultrapassava os US\$20 bilhões. Possivelmente, não há maior símbolo da pujança do setor secundário nacional do que esse.

Quero crer, Sr. Presidente, que, se o momento pelo qual passa a nossa indústria atualmente é favorável, seu futuro não é menos auspicioso. Não foi por acaso que o Brasil foi elevado à categoria de grau de investimento: a situação econômica do País reflete condições propícias para que entremos em um ciclo de crescimento sustentável. E, nesse ciclo, a indústria tem de assumir um papel de protagonista.

É importante que o Brasil industrialize-se cada vez mais, sobretudo as suas matérias-primas, como, por exemplo, a soja. Estamos ainda comemorando, durante três anos consecutivos, safras exuberantes no setor de grãos, com destaque para a soja. Mas vejo com certa preocupação o fato de que o Brasil não está desenvolvendo a pesquisa científica no campo da industrialização da soja, a exemplo do que fez com o setor primário, o campo da agricultura, da soja e de outros produtos fundamentais para o desenvolvimento de nosso País. O Brasil precisa, sim, partir para uma posição de buscar, por meio da industrialização, agregar mão-de-obra e dominar tecnologias modernas que nos permitam exportar não apenas os produtos primários, mas também os produtos industrializados que são largamente produzidos pela nossa agricultura, que, pela própria natureza da nossa ecologia, disputa os espaços comerciais com vantagem em relação a muitos outros países do mundo.

Tenho certeza de que a recentemente anunciada Política de Desenvolvimento Produtivo, inspirada pelo objetivo de contribuir para esse crescimento sustentável de longo prazo da economia brasileira, vai efetivamente se mostrar uma aliada importante da indústria

nos próximos anos. Focalizando nos imperativos de investir, inovar, exportar e fortalecer a micro e a pequena empresa, o Programa tem tudo para dar impulso e sustentabilidade ao processo de crescimento industrial visível nos últimos anos.

Faço votos, Sr. Presidente, de que nossas melhores esperanças de fato se verifiquem. É de fundamental importância para a saúde da nossa economia que a indústria nacional continue forte e fortaleça-se cada vez mais, gerando emprego, renda e bem-estar para toda a sociedade.

A todos os que fazem a força do setor secundário de nossa economia, deixo aqui meus parabéns pela passagem do Dia da Indústria, e meus sinceros agradecimentos pelos benefícios que geraram incansavelmente para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o nosso Líder do PSB, Senador Casagrande, do Espírito Santo.

Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o seu Estado, que hoje é uma beleza. Vamos dizer, a Embaixadora esteve lá. Aliás, quem fez o relatório dela foi o Presidente Fernando Collor, e ela foi aprovada, por unanimidade, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para Genebra, para coordenar todas as instituições do Governo brasileiro. Ela é de Alegre, no seu Estado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O primeiro registro do meu pronunciamento é esse, Sr. Presidente. Como eu estava comentando com V. Ex^a, antes de vir aqui para a tribuna, não pude participar hoje da reunião da Comissão de Relações Exteriores, mas quero também aqui fazer a minha homenagem a Maria Nazareth, que hoje é chefe de gabinete do Ministro Celso Amorim. É uma embaixadora, uma diplomata, e agora está indo para Genebra, para um cargo importante. Vamos ter oportunidade de votar o seu nome aqui no plenário nos próximos dias. Hoje, ela foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por unanimidade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Por unanimidade. É muito competente e, ainda por cima, é do Espírito Santo. Como V. Ex^a fala do Piauí, nós precisamos ressaltar este patrimônio que temos, as pessoas que de fato engrandecem a nossa terra, e a Maria Nazareth engrandece a nossa terra. Também faço esta homenagem a ela, neste momento, e terei oportunidade de fazê-lo novamente quando votarmos o seu nome aqui em plenário.

Sr. Presidente, estive agora em reunião com o Ministro Guido Mantega para debater um pouco com ele, a convite dele, e a pedido também, até porque tenho um projeto que trata sobre o Fundo Soberano, aqui no Senado, tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos. O Governo está preparando um projeto para ser encaminhado para cá. Então, fui debater com o Ministro sobre o perfil, a estrutura, o objetivo, a fonte de recursos do Fundo Soberano.

O Fundo Soberano, diversos países têm. O que é esse fundo? Ele, geralmente, é composto por moeda estrangeira, dólar, para que possa cumprir diversos objetivos. Há o objetivo de financiar investimentos estratégicos das empresas de um país em outros países; alguns países têm o objetivo de fazer uma poupança de recursos para usá-la na hora da dificuldade; há o objetivo de também fazer aplicações mais rentáveis com a reserva internacional.

A nossa reserva internacional está chegando a US\$200 bilhões, e nós aplicamos essa reserva internacional em título do tesouro americano. O juro dos Estados Unidos é um juro muito pequeno, como deveria ser o nosso aqui. A taxa dos Estados Unidos está em 2% ou 3% – não sei o valor exato, mas é o que remunera por ano a aplicação no título do tesouro americano. Para que possamos comprar o dólar, temos que fazê-lo com o real, e esse real acaba exigindo um lastreamento para o título. E esse título é comprado a 11,75. Então, naquilo que se compra aqui e se aplica lá fora, há um gasto para poder gerenciar a nossa reserva internacional.

Alguns fundos também aplicam em atividades mais rentáveis esse dinheiro, o excedente de reserva internacional. Então, tem diversas funções o Fundo Soberano. Sou um defensor do debate sobre o Fundo Soberano, tanto é que apresentei um projeto em fevereiro sobre a matéria. O Governo está elaborando um projeto, e fui lá discutir com o Ministro a estrutura do projeto do Governo.

O projeto do Governo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, tem o objetivo claro, neste primeiro momento, de fazer uma poupança com o excedente do superávit primário. O nosso superávit é de 3,8% do Produto Interno Bruto. O que exceder isso em economia iria para uma poupança. Essa poupança poderia ser utilizada para diversos objetivos: para comprar dólar, se for necessário, para aliviar o mercado; para comprar debêntures do BNDES, para o BNDES fazer investimento em empresas que estão investindo fora do País; para comprar títulos da dívida do Brasil e, com isso, ter uma rentabilidade. E, quando tivéssemos dificuldade para cumprir a obrigação do superávit primário, essa poupança poderia ser resgatada e usada.

A idéia do fundo, estrategicamente, é uma idéia importante. Quando for apresentado o projeto, teremos oportunidade do debate. O que combinei com o Ministro? Que vamos dar seqüência ao debate também sobre o fundo soberano aqui no Senado. O Governo vai dar entrada no seu projeto lá na Câmara, porque o objetivo do projeto do Governo é mais fiscal, para tentar enxugar um pouco a quantidade de dinheiro, de real do mercado, para poder ajudar a controlar a inflação e, com isso, criar um ambiente para que o Copom não aumente – não vou dizer não aumente, porque não podemos dizer isso –, para que haja uma administração das taxas de juros mais compatível com a necessidade do crescimento do nosso País. Então, esse é o objetivo do projeto do Governo.

O projeto que eu apresentei tem o objetivo mais de administrar o excedente de reserva internacional. O que exceder a 10% da reserva internacional, 10% do Produto Interno Bruto, seria aplicado num Fundo Soberano para que esses investimentos do Fundo Soberano fossem feitos em atividades com maior rentabilidade.

São diferentes, mas terão que se encontrar num determinado momento.

Então, vamos trabalhar para que a gente faça o debate no Senado com o meu projeto e o debate na Câmara com o projeto do Governo, para que isso agilize a tramitação desse projeto. O Ministro da Fazenda disse que, até a semana que vem, o Governo encaminhará ao Congresso a proposta do Governo, a proposta do Fundo Soberano.

Queria dar esse esclarecimento, porque é um debate que vamos ter que fazer aqui no Senado.

Sr. Presidente, quero também fazer um registro sobre alguns temas, como o tema biocombustível *versus* alimentos, com base na posse do novo Ministro do Meio Ambiente, que ocorreu esta semana. Na última terça-feira, tivemos a saída da Ministra Marina Silva e a entrada de Carlos Minc. Os dois são da área, os dois são ambientalistas. Marina Silva possui uma cultura, como já disse aqui, muito mais lastreada por sua presença na Região Norte, na Floresta Amazônica; Carlos Minc é muito mais um ambientalista da área urbana. Mas os dois possuem grande sensibilidade e experiência na área ambiental.

O Ministro Carlos Minc terá à frente um grande desafio, mesmo sendo um ambientalista da área urbana. O maior desafio do Governo hoje é o combate ao desmatamento, é o controle do desmatamento, pois estamos diante de um problema que chama a atenção por sua complexidade, por envolver interesses políticos, econômicos e sociais de toda a ordem. Na comunidade internacional, a ignorância de uns e a

má-fé de outros acabam gerando conjecturas que colocam em manchetes de jornal gente completamente desqualificada.

São firulas com sotaque bretão que comparam a Floresta Amazônica a um pedaço de queijo que se bota preço e arremata no balcão de um armazém da esquina.

Há, por trás dessa discussão internacional em torno da Amazônia, um movimento – este, sim, um grande problema para o Governo brasileiro enfrentar –: a compra de terras nacionais por estrangeiros, driblando a legislação, para a realização de negócios escusos, como a exploração clandestina dos recursos naturais, entre outros ilícitos. Uma situação que o Inbra e os órgãos competentes devem responder, inicialmente mostrando à comunidade internacional que têm controle sobre tudo o que se passa na região.

Menos por causa das firulas e dos discursos que insistem em passar no exterior uma imagem negativa do Brasil como terra de ninguém e mais por consciência política e coletiva é que esperamos, para as próximas horas, o relatório do Inpe, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que reavaliará o desmatamento na Região Amazônica.

As informações preliminares, extra-oficiais, são no sentido de que o desmatamento aumentou. Vamos aguardar a palavra do novo Ministro e do Inpe e as providências que serão tomadas pelo Governo, numa mobilização da sociedade organizada e dos órgãos federais, estaduais e municipais de defesa do meio ambiente para tentar reverter esse quadro.

A questão do desmatamento nos remete à expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar para produção do etanol e, conseqüentemente, a elevação dos preços dos alimentos, que alguns julgam como desencadeador do espiral inflacionário, verdadeiro monstro que, ao lado da alta dos preços do petróleo e dos gastos públicos, ameaça a estabilidade e o crescimento econômico da América Latina – e não só da América Latina, mas também de diversos outros países, inclusive da Europa.

Há dias o Presidente do Banco Central, Robert Zoellick, provocou polêmica durante uma entrevista à rádio pública americana NPR ao afirmar que os biocombustíveis são um fator importante no aumento da demanda por alimentos.

A gravidade da questão, aliada à respeitabilidade da instituição à qual Zoellick pertence, inseriu de vez o assunto na agenda mundial, parecendo que o futuro nos reserva um dilema dramático: deixar de produzir biocombustíveis e viver num mundo poluído pela queima de combustíveis fósseis ou produzir bio-

combustíveis e condenar a morrer de fome uma massa de desprivilegiados.

Nem uma coisa, nem outra representa verdade absoluta. A afirmação do Sr. Zoellick, como foi feita, ignora diferenças significativas entre os vários países que produzem ou que ainda produzirão biocombustíveis.

Há nações, como os Estados Unidos, nas quais, por razões históricas na alocação de terras para produção agropecuária, já se verifica ocupação quase total das áreas agricultáveis por cultura para alimentação animal e humana. Em outras, como na Europa ocidental, essa realidade é ainda mais clara. Já em países como o Brasil, alguns africanos e asiáticos, a produção de biocombustível não provoca necessariamente concorrência com a produção alimentar, já que há extensas áreas agricultáveis ociosas.

Para se ter idéia, entre nós, o cultivo da cana ocupa menos de 10% das áreas agricultáveis, ou seja, apenas 1% da área do País. Além disso, a nossa cana-de-açúcar produz sete mil litros por hectare, enquanto o milho americano, na maior produtividade, 3,5 mil litros por hectare. Então, essa é a realidade da produção.

Em entrevista ao *Valor Econômico*, que virou tema do editorial da *Folha de S. Paulo*, há dias, o respeitado físico José Goldenberg apresentou números para derrubar quatro mitos negativos que rondam a discussão em torno dos combustíveis renováveis: biocombustíveis causam desmatamento; estão provocando fome no mundo; sua implicação sobre a emissão de gases do efeito estufa é nula; e seria viável apenas em nichos, como o brasileiro.

Sobre o primeiro, ele afirma que no Brasil as lavouras de cana ocupam superfície comparável à do Rio Grande do Norte, o que corresponde a menos de 2% dos 2,9 milhões de quilômetros quadrados utilizados pelo setor agropecuário. E o aumento da área canavieira, inegável, costuma ocorrer pela conversão da pastagem.

O segundo equívoco: a agricultura mundial se espalha por 12 milhões de quilômetros quadrados, mas só 100 mil quilômetros quadrados são destinados ao biocombustível nos Estados Unidos e no Brasil.

Outro esclarecimento é que o álcool de milho produz apenas 1,5 unidades de energia renovável para cada unidade de energia fóssil. O álcool da cana-de-açúcar, por seu turno, rende oito. Portanto, o etanol brasileiro é cinco vezes mais eficiente para substituir combustíveis que agravam o aquecimento global.

Por fim, segundo o físico, apenas 25% da cana mundial estão plantadas no Brasil. Há canaviais em vários outros países tropicais, como os da América Central e da África, para citar duas regiões de grande potencial.

Então, Sr. Presidente, os temas produção de alimentos, controle de desmatamento e produção de etanol são temas que se conciliam perfeitamente no nosso País. Já está demonstrado técnica e cientificamente, com dados estatísticos, que isso é perfeitamente possível.

É lógico que não podemos fechar os olhos. O plantio de cana-de-açúcar tem problemas sociais que têm de ser resolvidos, e nós temos de controlar para que ela não entre em área de floresta, porque seria de fato um crime. Temos de preservar as nossas florestas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Casagrande, do PSB, Partido criado pelo saudoso Miguel Arraes, o maior líder do nosso Nordeste, vamos dar a ordem – está na bandeira: “Ordem e Progresso”.

Para uma comunicação inadiável, temos o Professor Tião Viana. Temos, a seguir, oradores inscritos: Valter Pereira, Mozarildo e Heráclito Fortes. Eu o retirei do décimo sétimo e, pela irmandade piauiense, ele irá falar no lugar de João Vicente Claudino, logo após.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa os Senadores Arthur Virgílio e João Pedro – João Pedro está presente; comunique-se ao Senador Arthur Virgílio – para representarem o Senado na Missa de Sétimo Dia do Senador Jefferson Péres, a realizar-se em Manaus.

Quero dizer que, representando o PDT, partiu o Professor Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Caro Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, com grata alegria, registro a presença do nosso Secretário de Estado da Saúde do Acre, Dr. Osvaldo Leal, que está em visita ao Ministério da Saúde, em trabalho também pela aprovação da Lei Complementar à Emenda nº 29 e acompanha os trabalhos do Senado Federal neste momento.

Temos uma série de rumores e denúncias estapafúrdias, precipitadas, imaturas, algumas até com desvios de coerência, Sr. Presidente, sobre um suposto uso de pesquisa em seres humanos envolvendo a luta contra a malária no Estado do Acre.

O Ministério da Saúde achou por bem dar uma resposta através de uma nota assinada pelo Coordenador-Geral do Programa Nacional de Controle da Malária, Dr. José Lázaro de Brito Ladislau, pelo Diretor-Técnico de Gestão, Dr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, e pelo Secretário Nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Dr. Gerson Pena. O Governo do Acre

apresentou todas as suas razões técnicas, desfazendo rumores irresponsáveis e sem qualquer critério ético de jornalismo a respeito dessa matéria. Essa falta de critério pretende afetar uma luta da maior responsabilidade que o Estado do Acre trava contra a malária, o que já o levou à condição de ter o melhor resultado da Região Amazônica na luta contra a epidemia de malária, que sazonalmente afeta a nossa Amazônia e está ameaçando superar a casa dos 500 mil casos, no Brasil, neste ano e nos anos recentes. São 500 mil casos ao ano, o que é uma tragédia. V. Ex^a sabe. É uma doença que ainda mata de um a dois milhões de cidadãos neste Planeta, todos os anos, especialmente na nossa triste África, pelo abandono em que ela vive. Um lugar tão lindo, de um povo tão maravilhoso é vítima de mortes que superam, muitas vezes, um milhão, quase dois milhões de casos todos os anos.

Então, o que diz a Nota Técnica do Ministério da Saúde?

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1995, definiu o controle seletivo de vetores como parte da estratégia de controle da malária. Define-se tal política como a utilização seletiva de uma ou mais formas de controle, levando-se em conta o status da doença e os riscos de transmissão para definir prioridades. As espécies prevalentes de Anopheles, bem como o comportamento das mesmas e das populações humanas envolvidas e a viabilidade de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento das ações.

Nesse contexto, a investigação entomológica é imperativa na tomada de decisão em controle vetorial, pois há de se levar em conta que a efetividade e a avaliação das ações dependem, em última instância, do levantamento de alguns parâmetros básicos em que a relação homem-vetor é essencial. Dessa forma, na rotina do programa, utiliza-se o homem como meio de atração para a captura de insetos. Há, portanto, implicações éticas decorrentes do risco de o agente da captura adquirir doenças.

No manual da OMS (2003), intitulado ‘Malaria Entomology and Vector Control’, consta que o número de vetores picando humanos é fator determinante na transmissão de malária e é, portanto, importante saber:

- quais espécies de anofelino picam humanos e quais picam animais;
- quais das espécies que picam humanos são vetores de malária;

- com que frequência uma pessoa é picada pelo vetor;
- se o vetor pica dentro ou fora das residências;
- o horário de pico da atividade hematofágica;
- as variações sazonais no número de mosquitos picando humanos.

Sendo assim, a referida publicação recomenda como uma das formas de captura a 'isca humana' (human bait). Adverte ainda que a captura deve ser realizada antes do repasto sangüíneo, ou seja, antes de o mosquito picar a pessoa. Além disso, esta técnica é utilizada e recomenda nas rotinas desde a época das campanhas de erradicação.

A nota diz ainda:

A técnica mais direta e satisfatória consiste em capturar os mosquitos ao pousarem no homem. A pessoa que atua como isca deverá sentar e permanecer quieta com partes do corpo expostas aos mosquitos; seu companheiro vigiará, esperando que algum mosquito pouse, e o capturará com um tudo de sucção, registrando a hora de sua captura.

Isso é descrito por Pampana desde 1963, no programa de erradicação da malária.

Já o escritor da área de saúde Lourenço, em 1988, no livro 'Principais Mosquitos de Importância Sanitária no Brasil', cita o uso da chamada 'isca humana' como uma das metodologias de captura de fêmeas e de mosquitos além de reportar que o método pode ser realizado 'pelo próprio indivíduo que captura ou outra pessoa'.

A Fundação Nacional de Saúde, em 1999, no manual 'Controle Seletivo de Vetores da Malária' reporta: 'Para a escolha das medidas de controle seletivo de vetores da malária, antes de mais nada, é preciso conhecer o comportamento dos vetores, o que se faz através de análises entomológicas e das pessoas, através de análises sociais'. Além de definir os fatores que devemos pesquisar sobre os vetores da fase adulta, são eles: 'densidade; quando e onde picam; hábitos de repouso e suscetibilidade aos inseticidas'.

Além disso, o manual cita que para que se faça um monitoramento de vetores é necessário avaliar a taxa de picada humana, definida no glossário da publicação da seguinte forma: 'a média do número de fêmeas que picam o

homem por dia, determinado por captura das fêmeas com isca humana durante as doze horas que picam (das 18:00 às 06:00 horas, no caso do anophelino).

Vale lembrar que o principal vetor da malária é o *Anopheles darlingi* Root, descrito desde 1926, cujo comportamento é extremamente antropofílico, ou seja, o mosquito é altamente atraído por humanos, e por isso os outros métodos de captura, tais como armadilha nominal, armadilhas luminosas etc., não demonstram eficácia compatível à da captura por atração humana. Portanto, não há ainda alternativa para se fazer o levantamento dos parâmetros essenciais ao bom desenvolvimento das ações de controle seletivo de vetores sem a utilização da captura por atração humana.

Conforme recomendação do grupo de trabalho sobre a captura de mosquitos utilizando isca humana, formado por especialistas em entomologia e em ética, reunido durante o II Seminário Internacional de Ferramentas e Instrumentos utilizados no controle de Vetores, realizado no dia 20 de outubro de 2006, em Brasília, Distrito Federal, a captura por atração humana ainda necessita ser utilizada, seguindo algumas normas de proteção descritas no documento enviado ao Ministério da Saúde.

O uso do método como rotina nos programas de controle de malária dos países amazônicos consta de um documento da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que existe desde 1902, intitulado Estratégia para racionalizar a tomada de decisões no controle de vetores da malária nos países da região amazônica no seu anexo 11. O documento, ainda não publicado formalmente, ainda está sendo utilizado para avaliar o comportamento dos principais vetores da malária na região, na rotina dos programas de controle da malária dos diversos países.

Além disso, diversos trabalhos científicos recentes, como o trabalho de Voorham, em 2002, Jan e. Conn et al., de 2002, Silva-Vasconcelos, de 2002, Gil et al., 2003, Pova et al., 2006, reportam como método de captura a atração humana.

Diante do exposto, meu caro Presidente Senador Mão Santa, também colega médico, constata-se que a captura do *Anopheles* com atração humana vem sendo utilizada desde a década de 1960 e é atualmente recomendada por diversas instituições e autores, como único

método eficaz para direcionar e avaliar o impacto das ações de entomologia e controle de vetores da malária, desde que os agentes estejam devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual, que é o chamado EPI. [Usa-se rotineiramente o EPI, uma norma, quando se vai fazer esse procedimento].

Então, é uma falácia, um ato de irresponsabilidade de alguns que querem viver da mentira ou de fazer uma notícia, que poderia ser tratada com a responsabilidade jornalística correta, tornar-se um ato de transformismo antiético, querendo imputar responsabilidade criminal a quem não tem.

A Secretaria de Estado de Saúde do Acre age com absoluta coerência e em consonância com o Ministério da Saúde e com normas internacionais, seguindo diretrizes da Organização Pan-Americana de Saúde. O Estado do Acre trabalha com o mais absoluto rigor nessa matéria. Então, não há razão para esse tipo de ataque gratuito e irresponsável por parte de alguns.

Lembro o Dr. Leônidas Deane, na década de 40, fundador da ciência da luta contra a malária no Nordeste brasileiro – tinha ainda muita malária àquela época – foi a maior referência da luta contra os parasitas, na Fundação Oswaldo Cruz. Depois veio Samuel Pessoa e a escola mais recente. O Dr. Leônidas Deane descrevia, aos oitenta e tantos anos, numa reunião do encontro da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical a que eu assistia, que, uma vez, porque ele ia colher sangue das pessoas para fazer o estudo microscópico da malária e de como combatê-la, obrigaram-no a tirar as botas para ver se ele não tinha os pés de cabra. Desconfiavam que ele era, na verdade, uma espécie de Lúifer, porque ia tirar o sangue das pessoas do Nordeste.

Então, eu comparo isso com esse tipo de ignorância agora, em relação a uma conduta absolutamente pertinente do ponto de vista científico, ainda necessária, que contribui muito nos programas de controle e de diminuição da incidência e da prevalência da doença.

Portanto, era necessária essa homenagem aos pesquisadores, aqueles que trabalham com a maior seriedade e aos órgãos públicos que não fazem proselitismo e não tomam atitudes irresponsáveis no decorrer das suas ações na luta contra as grandes endemias brasileiras.

Hoje o Brasil precisa entender que três grandes ameaças pairam sobre o horizonte deste País, grandes e graves ameaças: dengue, tuberculose e malária. Somente com coragem, determinação e muita responsabilidade é que se alcançam resultados satisfatórios. Foi o que o Acre fez numa luta de longos anos. E agora conseguimos ter os melhores resultados de redução da doença dentro de nossa Região Amazônica por

todas as ações integradas e técnicas de prevenção, proteção e controle da doença, colocando em primeiro lugar, sempre, a pessoa humana.

Era o que eu tinha a dizer como uma homenagem ao lado sério da ciência médica brasileira.

Muito obrigado, meu caro Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Tião Viana representa o melhor da nossa ciência de doenças infecciosas e parasitárias, que tem a grandeza do passado de um Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Samuel Pessoa, Ricardo Veronezi, Alencar e Aragão, Tião Viana está incluído nessa seleção de sanitarista do nosso País, e mostra a gravidade e as preocupações com doenças que tinham sido extintas: malária, dengue e tuberculose. Então, esta Casa tem valor quando pronunciamentos como este servem de colaboração ao Governo do Executivo administrar melhor o nosso País.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, do PMDB do Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero informar à Casa que o Supremo Tribunal Federal está ultimando a votação que poderá liberar as pesquisas com células-tronco embrionárias para atender à esperança, à expectativa de milhares e milhares de brasileiros que poderão, no futuro, receber tratamentos mais eficazes contra doenças genéticas e reparação de fraturas incuráveis.

Então, acho que para o Supremo Tribunal Federal já se configura uma tendência de aprovação das pesquisas, o que coloca, mais uma vez, a Suprema Corte do País na vanguarda de todas as expectativas e no cumprimento da sua histórica destinação.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer um comentário sobre outro assunto palpitante que muito provavelmente terá de ter o seu desenlace, o seu desfecho também na Suprema Corte do País.

A revista *ISTOÉ* desta semana traz uma extensa matéria sobre riscos que estão sendo impostos à região amazônica. É uma advertência séria, que não chega a ser novidade, mas cujo texto merece cuidadosa reflexão. Outros semanários, emissoras de rádio e jornais, enfim, a grande imprensa, de maneira geral, já vêm fazendo idênticos alertas.

A inquietação de todos decorre dos efeitos danosos de uma demarcação de reserva indígena, cujos parâmetros abrem a guarda do território brasileiro à cobiça internacional.

Vários Senadores daquela rica região já falaram sobre esse assunto, e eu também já ocupei a tribuna desta Casa para abordar alguns aspectos desse tema. O valente e inesquecível Senador Jefferson Péres não escondia seus temores quanto ao destino da Amazônia, caso persistisse o caráter ideológico nas demarcações de terras indígenas.

A matéria que pretendo analisar, Sr. Presidente, ganhou a capa da revista e oito páginas, incluindo o editorial. Sob o título “Amazônia: a soberania está em xeque”, a reportagem, coordenada por Otávio Costa, sintetiza, já no subtítulo, o cerne das denúncias: “Avançam na comunidade mundial as propostas para a internacionalização do maior tesouro verde do País. Uma resposta urgente se faz necessária!”

Além do coordenador que a assinou, a matéria teve a participação de Cláudio Camargo, Luciana Sgarbi e Luís Pellegrini. Lembram os autores que o conceituado *The New York Times* publicou, em sua edição de domingo, 18, um texto produzido por seu correspondente no Rio de Janeiro, que traz uma indagação já na abertura: “*De quem é a Amazônia, afinal?*”

Ponderam, ainda, que a matéria do correspondente Alexei Barrionuevo faz referência a um comentário do então Senador americano Al Gore, em 1989, nos seguintes termos: “*Ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é propriedade deles, pertence a todos nós*”.

Os autores, Sr. Presidente, lembram ainda que o jornal inglês *The Independent*, ao noticiar a demissão da Ministra Marina Silva, não pestanejou sobre um conceito que se difunde no exterior, especialmente na Europa: “*Uma coisa está clara. Essa parte do Brasil (a Amazônia) é muito importante para ser deixada com os brasileiros*”.

Na mesma matéria, de Otávio Costa e colaboradores, mais indícios sobre a difusão da extravagante visão: “Em seu livro *A Guerra do Amanhã*, o assessor para assuntos estratégicos da ONU, Pascal Boniface, previu, entre os cenários de guerra deste século provocadas pelo aquecimento global, a provável invasão da região amazônica por uma coligação internacional.

A ação contra a soberania brasileira se justificaria porque “*salvar a Amazônia é o mesmo que salvar a humanidade*”.

O francês Pascal Lamy, ex-comissário de comércio da União Européia, é da mesma opinião: “As florestas tropicais como um todo devem ser submetidas à gestão coletiva, ou seja, à gestão da comunidade internacional.”

O diário espanhol *El País* também destaca que “*o mundo tem os olhos postos nas riquezas da floresta*”.

É por isso que a soberania brasileira é questionada.

Quando o britânico *The Independent* diz que a Amazônia é muito importante para ser deixada com os brasileiros, está pregando, na verdade, Sr. Presidente, que ela precisa ser tomada dos brasileiros.

Além das opiniões trazidas por essa reportagem, há notícias de que o mapa do Brasil estaria sendo exibido, em determinadas escolas americanas e européias, com a exclusão de importantes áreas territoriais do nosso País. As áreas removidas do mapa corresponderiam a grandes reservas indígenas que estariam sendo difundidas como nações autônomas.

Como é sabido por todos, a autonomia é o primeiro passo que se dá para a soberania. Quando uma comunidade conquista soberania, além estará perdendo território!

De sorte que abrir a guarda para reconhecer autonomia de grandes reservas indígenas é expor-se a elevado risco de perda de autonomia e de soberania.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honra-me o seu aparte, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a faz um pronunciamento abrangente e profundo. Nos últimos dias, esse tem sido um tema internacional. Em todos os países se está comentando isso e, surpreendentemente, o Presidente Lula descobriu que a Amazônia é realmente dos brasileiros. Espero que pronunciamentos como o de V. Ex^a possam alertar o Presidente para que possamos, de fato, ter um plano de desenvolvimento para a Amazônia que leve em conta os 25 milhões de brasileiros que estão lá, e não essa prioridade única e exclusivamente para questões de demarcar reservas indígenas. Para uma população de 0,3% de índios que temos no Brasil, temos 13% do território nacional demarcado. Na Amazônia são 20%, e fora as unidades de conservação, os corredores ecológicos que ocupam toda a faixa de fronteira basicamente. No meu Estado é toda a faixa de fronteira. É preciso realmente que se aja na Amazônia de maneira positiva, de maneira realista. E que os alertas dados pela área militar e aqui, exaustivamente, por diversos parlamentares, inclusive hoje por V. Ex^a, possam servir para o Governo Federal. Inclusive agora há denúncias comprovadas pela Abin, pela Polícia Federal, sobre a atuação dessas ONGs, que realmente nada mais são que intermediárias dos grandes interesses internacionais. E há até, escancaradamente, estrangeiros comprando terra na Amazônia. É preciso, portanto, que nós todos, aqui, independentemente de sermos ou não da Amazônia, tenhamos o dever de defendê-la e fazer

com que ela continue sendo brasileira. Parabênizo V. Ex^a e me solidarizo com o pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que é coerente com os discursos que tem feito desta tribuna, fazendo coro com toda a bancada amazônica com representação nesta Casa.

Pois bem, Sr. Presidente, nesse cotejo de declarações com especulações, fica clara uma coisa: esse assunto não é brincadeira! A despeito disso, o governo vinha mantendo uma injustificável indiferença, que finalmente foi rompida. O próprio Presidente Lula se encarregou de proclamar que “o mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono e que o dono da Amazônia é o povo brasileiro”.

Todavia, Sr. Presidente, não basta enxergar a ameaça nem verberar a titularidade de domínio. Afinal, a violação da soberania não se dá pela observância de normas jurídicas. Ao contrário, é pela força bruta que Estados são ocupados. Esse é o roteiro de quem busca soberania.

Por conseguinte, a independência é uma decisão de mão dupla: um lado ganha o domínio e o outro perde o território dominado.

O Estado que quer preservar a sua integridade territorial tem obrigação de zelar por suas fronteiras. De sorte que não basta dizer que a Amazônia brasileira pertence ao povo brasileiro. É preciso agir, é necessário cuidá-la. O preço da soberania é a permanente e eficaz vigilância do território.

Reconhecer áreas contínuas, de extensas reservas indígenas nas faixas de fronteira, seguramente, não é uma decisão zelosa de nossa integridade territorial. Ainda mais quando se sabe que comunidades indígenas de tais reservas vem se rendendo crescentemente ao assédio de ONGs internacionais sediadas no exterior.

Afrouxar o controle do desmatamento e da proteção de outros recursos naturais, como a água, por exemplo, também abre a guarda para discutir sobre os direitos e a capacidade de gestão do Brasil sobre suas próprias riquezas.

A respeitável fala do Presidente Lula não é suficiente para exorcizar os demônios que inquietam o destino da Amazônia brasileira. É preciso mais!

É indispensável adotar como estratégia de segurança nacional as políticas de fronteira, de reservas indígenas, de proteção ambiental e de relação com as ONGs estrangeiras.

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – É preciso, Sr. Presidente, chamar para esse debate especialistas nesse tipo de estratégia.

Por que não chamar, Sr. Presidente, a Escola Superior de Guerra para ajudar na formulação de uma política estratégica preventiva para esta região?

Por que não chamar as universidades, especialmente as universidades instaladas na Região Amazônica?

O Supremo Tribunal Federal deu uma grande contribuição para frear a escalada contra a Amazônia brasileira.

A fim de arbitrar a contenda que envolve a Raposa Serra do Sol, o Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, o Ministro Ayres Britto e a Ministra Carmen Lúcia, os três, realizaram recentemente uma inédita inspeção no próprio local. O Congresso, o Judiciário e o Executivo precisam estar abraçados nessa causa. Afinal, a cobiça é por uma das maiores reservas ambientais do planeta, cuja totalidade representaria algo em torno de 12,5%, 13% – como pontificou aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti –, cortada por rios que transportam, nada menos, do que 21% de toda a água doce do planeta.

Recentemente, o General Augusto Heleno Pereira fez um memorável alerta que ganhou grande repercussão. Ainda hoje ecoa a voz do General porque sintetizou a responsabilidade de quantos têm a obrigação de proteger a soberania nacional.

Sr. Presidente, faço esse pronunciamento hoje sobre esse tema palpitante especialmente para homenagear um dos mais vigilantes representantes da Amazônia nesta Casa, cuja voz foi silenciada pelo destino. Falo do eminente e inesquecível, saudoso já, Senador Jefferson Péres. A S. Ex^a fica consignada a homenagem nas palavras e na defesa que fiz, mais uma vez, da Amazônia.

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Tenho certeza de que onde ele estiver estará seguramente chancelando essa luta que continua no Senado. Foi uma luta dele, mas é uma luta de todos os brasileiros que estão representados no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando. Então, está inscrito para uma comunicação inadiável, seguindo a alternância, temos de ceder a palavra a Magno Malta.

Está inscrito Mozarildo Cavalcanti, que não só Roraima está aguardando, não só a Amazônia, mas todo o País; depois, Heráclito Fortes e João Pedro. Paulo Duque está inscrito também.

V. Ex^a fez um brilhante pronunciamento sobre a Amazônia. Lamento ter que recordar que assisti aqui ao último pronunciamento de Jefferson Péres. Quer dizer, numa destinação sobre a Amazônia, ele, que ao longo das sessões eu acompanhava, com o espírito conciso, sintético falava cinco minutos, nesse dia, falou bem mais de dez, deixando assim, numa destinação de Deus, uma grande mensagem sobre o futuro da Amazônia.

Com a palavra Magno Malta, Senador do Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde de quinta-feira, houve uma bem-sucedida oitiva, aliás audiência, porque foi fruto do convite que fizemos ao *MySpace*, a segunda empresa americana instalada no Brasil, o segundo *site* mais acessado depois do *Orkut*, com três milhões de acesso no Brasil. Sr. Presidente, foi uma audiência positiva. Sem medo, entendo, o *MySpace* expôs as fragilidades e os erros cometidos nos Estados Unidos com relação à sua sala de bate-papo e à utilização do *site* por criminosos, pedófilos, o nosso tema, o fato determinado da CPI da Pedofilia.

Ao longo desses anos, desenvolveu ferramentas e, ao se instalar no Brasil, Sr. Presidente, o *MySpace* veio preparado – e dizia o Dr. Thiago, da Safernet, juntamente com o Dr. Suiama, disposto a cumprir a lei brasileira, instalando filtros, criando peças publicitárias na Internet. É necessário que se faça no Brasil como se faz nos Estados Unidos. Porque é uma empresa que precisa cumprir o papel social de igual modo à *Google*, ou seja, fazer publicidade preventiva da questão dos perigos da Internet, de forma muito especial dos álbuns fechados ou das salas de bate-papo nos meios de comunicação do Brasil: na televisão, nos jornais, na própria Internet.

Não é todo brasileiro que dispõe de Internet, mas brasileiro é “tarado” por novela, por jogo de futebol. É preciso que essas empresas e até o Conselho Gestor da Internet propiciem prevenção, porque, Sr. Presidente, entre suas atribuições, uma delas é produzir prevenção – o Conselho Gestor da Internet, Senador João Pedro.

Mas o Conselho Gestor da Internet tem R\$200 milhões em caixa e há oito anos fez cinco mil cartilhas para um País de 200 milhões de pessoas. Cinco mil cartilhas! Fica olhando para mim, assim, assustado – cinco mil e com R\$200 milhões em caixa. Pergunto: para que é isso? Eles vão arrumar para um superávit primário? Não precisa.

Fico pensando: se os milhões de crianças que foram aliciadas no *Orkut*, depredadas, humilhadas,

suas famílias chorando, caso a prevenção fosse feita, se esses R\$200 milhões tivessem sido gastos, elas não teriam sido apanhadas pelas aves de rapina, os desgraçados!, os pedófilos que têm afrontado a moral, a honra da família brasileira.

Pois bem, o *MySpace* esteve conosco hoje. O *Google* prepara um TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, para assinar na CPI. O *MySpace* traz uma novidade que assinou com 54 Estados, nos Estados Unidos. Além de fazer um TAC com a Federação, fez com os Estados também. É o que queremos aqui, para que os Ministérios Públicos Estaduais, Senador João Pedro, e as Polícias Estaduais também operem no combate ao crime cibernético, não tão-somente esperar pela Polícia Federal.

No Brasil, que tem um efetivo pequeno de delegados e peritos, onde a Polícia Federal precisa ainda se organizar, porque é muito pouco delegado, muito pouco perito para muita demanda, pois além de tratar dos direitos humanos, temos a questão dos crimes cibernéticos que se aceleram.

Aliás, na quarta-feira, Senador João Pedro, Senador João Claudino, o Presidente Lula irá receber a CPI da Pedofilia. Vamos mostrar a ele a necessidade de criar um departamento dentro da Polícia Federal com estrutura e efetivo para que possa, na verdade, estar pronto para o combate, com a legislação que estamos criando, com as leis que o Senado e a Câmara votarão para dar instrumentos à sociedade brasileira. É preciso acelerar a estruturação de uma Polícia Federal no combate aos crimes cibernéticos, com pessoal, com instrumentos, com ferramentas, com dinheiro, para que possamos dar tranquilidade à sociedade brasileira. Nós queremos isso.

Senador João Claudino, na próxima terça-feira, teremos uma sessão da CPI e vamos propor a quebra de 800 sigilos de pedófilos; sigilos apanhados na quebra do sigilo do *Orkut*. Uma grande parte, a maioria absoluta, de competência federal, e uma parte de competência estadual.

Na sexta-feira próxima, dia 6 de junho, a CPI se instalará em São Paulo, Sr. Presidente, nas dependências do Ministério Público. Vamos realizar algumas oitivas juntamente com a Polícia de São Paulo e com o Ministério Público. Lá ouviremos os diretores da UOL.

Há seis dias, um pedófilo chamado Marcelo... A rede dele, calcula-se, já tem mais de 600 pessoas identificadas e algumas ouvidas em grampos da Polícia. Ele está preso. Numa sala de bate-papo da UOL – e pasmem os senhores, que têm filhos e netos – com um *link* para – prestem atenção no que vou dizer – incesto. Um *link* da UOL: Incesto. É o fim do mundo! V. Ex^a clica

lá, Senador João Pedro, e pode participar, ver, postar, receber todo tipo de abuso e desgraça contra criança. Um *link* escrito Incesto. Então, é o fim da família? Agora, só falta chover para cima porque já vi tudo. E nós vamos ficar assistindo? Vamos ficar assistindo?

A UOL é uma empresa grande, importante para o Brasil, séria, espero. É uma grande empresa e foi criada para beneficiar, para crescer; é competitiva e espero que esteja à disposição da sociedade no combate ao crime. Mas quando você permite a criação de uma sala de bate-papo... E você diz: "Ah, mas eu não vi!" Como não viu? É isto que eu quero saber: será que a empresa não tem quem olhe as suas coisas, um efetivo de pessoas? Será que não há dispositivos, mecanismos, filtros? Sala, um *link*: Incesto. Aliás, a Polícia de São Paulo está de parabéns porque identificou o criador da sala de bate-papo em que há o *link* Incesto.

Nós vamos ouvir. Eu recebi a matéria feita pela Rede Record de Televisão. A prisão do tal Marcelo! "Figuraça"! Foi preso em flagrante, quando combinava para que um sujeito viesse à casa dele – pedófilo também – porque ia iniciar um menino, de 9 anos de idade, no sexo. O desgraçado foi preso em flagrante.

Nove anos! E o desgraçado foi preso em flagrante. Ele posa com crianças no colo, na casa dele. V. Ex^a, que tem armazéns na Paraíba, sabe aqueles departamentos infantis, cheios de ursinhos de pelúcia, aqueles troços mais bonitos? A casa dele parecia uma loja de bebê, de criança, urso de pelúcia por todo lugar, todo tipo de brinquedo que se possa imaginar para atrair uma criança, Senador João Pedro. Uma loja completa, perfeita, atraindo criança para o despenhadeiro, para degradar-lhe a honra. Ele aparece com criança no colo e, em seguida, a criança aparece nua, exposta. Desgraçado!

Tenho dito uma coisa desta tribuna. Temos que pedir a Deus muita misericórdia para não fazermos este trabalho movido a ódio, porque a justiça não compete a nós. Aliás, a nós compete escrever o instrumento de lei. E nós vamos ouvir esse cidadão em São Paulo, sexta-feira. Esperamos ouvir seus comparsas; esperamos ouvir sua rede. Faremos, na sexta-feira, uma grande audiência pública junto com o Gaeco em São Paulo, com a Polícia Civil de SP, que faz um belo trabalho, e a CPI.

Tenho todo o interesse, Sr. Presidente, nesta questão. Gostaria de ouvir ainda em São Paulo uma certa figura. V. Ex^a se lembra daquele psicólogo que foi preso em São Paulo porque sedava crianças e delas abusava enquanto estavam sedadas? Psicólogo famosíssimo, de São Paulo, que estava preso.

Então, nos dias 9 e 10 nós vamos ao Rio Grande do Sul. Nesses dois dias, com o Dr. Mauro Renner,

Procurador-Geral, ouviremos o Conselho de Direitos Humanos da OAB; vamos ouvir no Rio Grande do Sul os Conselhos Tutelares; nós vamos ouvir no Rio Grande do Sul o Ministério Público e a promotora que denunciou e prendeu os diretores da Colina do Sol. Aliás, esse negócio de Colina do Sol e Raposa do Sol é só confusão. Colina do Sol, lá no Rio Grande do Sul. Os diretores estão presos por pedofilia, um campo de nudismo. E vou ouvir um americano que apareceu aqui e queria falar comigo, mas não queria depor fazendo a defesa. Quero comunicar-lhe que ele está convocado, nós vamos ouvi-lo, já que conhece tudo e está disposto a fazer uma defesa. Nós vamos ouvi-lo e ajudar e pedir ajuda à Embaixada americana para que desvendemos um computador, um *laptop*, criptografado – ainda não temos como fazê-lo aqui no Brasil –, onde certamente estão postadas centenas, milhares de imagens de crianças. Nós estaremos no Rio Grande do Sul prestando o serviço da CPI, como faremos no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, depois desta matéria, vou encerrar, até porque o meu tempo é de dez minutos, e comecei há dois. Um pai nos Estados Unidos descobre, pela internet, que a filha foi violentada na Bahia.

Sr. Presidente, um caso chocante. A TV Bahia mostrou, Senador João Pedro. Eu estou com a entrevista desse pobre pai, trabalhando nos Estados Unidos. Três machos: um de dezenove anos e dois de dezessete – um cara de dezessete anos é macho, é homem. Mas, infelizmente, o País trata como criança. Pegaram essa menina de treze anos de idade, levaram para casa, alcoolizaram a menina, violentaram brutalmente, agrediram, fotografaram os estupros todos, foram a uma *Lan House* em Itanhém, uma cidade do interior da Bahia, e despacharam cinquenta fotos na Internet. Alguém nos Estados Unidos recebe o tal *e-mail* e chama a atenção do pai da menina, que se desespera lá nos Estados Unidos. As fotos da *Lan House* foram postadas para a Rússia, para o Reino Unido, para a Espanha, enfim, foi disparada para o mundo. Uma criança pobre de Itanhém, violentada!

Falamos agora, à tarde, o Dr. Suiama e a assessora da CPI, com o procurador ou o promotor de Eunápolis, que atende a comarca, e já decretou a prisão do mais velho, do de dezenove anos, do homem de dezenove anos. Mas os de dezessete anos são homens também. É por isso que nós precisamos fazer a redução da maioridade penal. E a minha proposta para o Plenário é que nós não tenhamos faixa etária para isso. Qualquer cidadão brasileiro que cometer crime com natureza hedionda, perca a sua menoridade e seja colocado na maioridade para pagar as penas da lei.

Agora, uma menina de treze anos, estuprada por três machos. O caso mexeu com a Bahia. A Bahia está comovida. E eles vão ficar impunes? O de dezenove anos será punido.

Eu quero dizer ao povo da Bahia, que diz que eles ficarão impunes, que há coisa maior ainda, porque esses chamados menores, quando entram nos centros de ressocialização de menores, chegam como reis. O tapete vermelho é colocado para eles. Por quê? Porque, no mundo do crime, ninguém conhece faixa etária. No mundo do crime, o criminoso é promovido pelo grau de barbaridade do crime que cometeu. Então, um moleque de dezessete anos que comete um crime bárbaro desse entra no centro de ressocialização como general. É preciso entregar o comando para ele. Por causa da barbaridade, do tamanho e da gravidade do crime que cometeu, ele entra como homem que tem sangue no olho.

Agora, o outro, que tem dezenove anos, se ele não for colocado no seguro, depois da instrução do processo, ao cair no presídio, vão “passar o rodo” nele! Não tenham dúvida. É o único lugar que tem lei para pedófilo e estuprador. E não é a lei. Sabem por quê? Porque nós, o Parlamento, devemos à sociedade. Nós já devíamos ter feito leis que pudessem dar segurança à sociedade.

Pois bem. Há dois processos: o art. 240 do ECA e o 241. O crime de estupro é um – atentado violento ao pudor. Esse é na esfera estadual. Na esfera federal, o art. 240 do ECA, Senador João Pedro, fala de produzir fotos de menor, de crianças; o art. 241, divulgar. Então, são três crimes aqui.

Coloquei a CPI à disposição do Promotor. Quero aqui revelar a minha indignação quanto a esse fato. Essa é a segunda denúncia. Ontem, eu recebi da Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça uma denúncia mandada pelo Promotor de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, sobre duas meninas de que abusaram. Depois, recebi aqui uma denúncia de que o abusador é o Prefeito.

E nós estamos nos colocando à disposição para tratar desses dois casos.

Sr. Presidente, antes de encerrar, quero ler a coluna Pingue-Pongue:

Decorridas quase duas semanas, desde que tomou conhecimento das sevícias a que sua filha de 13 anos foi submetida em Itanhém, o carpinteiro D. S. R., 42 anos, ainda tem dificuldade de falar sobre o assunto. Morando há seis anos em Riverside, cidadezinha de 8,5 mil habitantes no Estado de Nova Jersey, a 170 quilômetros de Nova York, ele conver-

sou por telefone, ontem à tarde, com o Correio da Bahia.

Sr. Presidente Senador João Claudino, eu estive na sua casa e conheci seus filhos pequeninos. Todas as vezes que eu vejo uma desgraça dessas, a imagem das minhas filhas pequenas não sai da minha cabeça. O senhor, que tem no seu celular, a foto do seu menino pequeno, imagine a dor desse pai. Olha o que ele diz: “Eles destruíram a nossa vida.” O senhor ainda pode viver aqui no Brasi, mas esse é um pai pobre de Itanhém, que foi “ralar” nos Estados Unidos.

O *Correio da Bahia* pergunta:

– Como o senhor está se sentindo?

Ele responde:

– Muito triste e chateado. Estarrecido. Eu não poderia nunca imaginar ver minha filha numa situação dessas. É um caso absurdo, revoltante. Imagine o que é um pai, distante, sem poder fazer nada, ver uma filha assim.

CB – Como foi mesmo que o senhor tomou conhecimento do caso?

D.S.R. – Foi por um amigo daqui dos Estados Unidos. Ele recebeu o e-mail de alguém do Brasil e ficou estarrecido. Ficou transtornado e me passou imediatamente.

CB – Então, quando o senhor recebeu a imagem já sabia que era ela?

E ele disse:

– Por mais que eu não quisesse admitir, eu sabia que era ela. Meu amigo confirmou antes de passar as informações. Ele viu minha filha nascer [olha que coisa, viu ela pequeninha] Foi um choque para ele também

CB – E o Sr.?

D.S.R. – Eu fiquei brabo. Graças a Deus que me chegou por esse amigo, porque podia ser pior.

CB – Como?

D.S.R. – Se eu visse numa outra situação, se fosse outra pessoa que passasse...

CB – E qual foi sua reação?

D.S.R. – Não dá para falar. Quando eu vi... (para de falar). Quando eu vi na Internet foi difícil. A gente vê, mas acha que está sonhando, que não é de verdade. É um absurdo que você acha que jamais vai acontecer com você. E estava ali, minha filha, uma menina evangélica, naquela situação...

Imagino que há gente vendo a TV Senado e pensando: “Ah, que cara dramático!”. É porque você não sabe qual é o drama que essa mãe e esse pai estão vivendo.

E continua a entrevista:

CB – Qual foi a sua primeira atitude depois disso?

D.S.R. – Foi ligar para a minha família em Itanhém e procurar saber o que estava acontecendo. O resto a senhora já sabe.

CB – Tem falado com ela?

D.S.R. – A gente está sempre se falando, quase todos os dias.

CB – Como o senhor acha que ela está reagindo?

D.S.R. – Tem hora que ela parece bem, mas eu acho que, por dentro, está arrasada. Ninguém pode estar bem depois disso.

E aí vai.

Senador Mão Santa, tenho dito por aí que criança não pode ter Orkut e que gente grande que tem Orkut corre perigo. Preste atenção! Sabe como? Você põe a foto da sua família no seu Orkut. Você é um adulto. Você foi à praia e fotografou suas filhas pequenininhas. Uma tem dois anos, com biquinizinho, criancinha sem sutiã. Sabe por que estou falando isso? Porque tem criança de 30 dias sendo abusada nos álbuns do Orkut; criança de 30 dias com a mamadeira na mão.

Você põe a foto de seu filhinho, um menininho de um ano de idade correndo nu na areia da praia, no seu Orkut. Você é um adulto – é seu. Você aceita um amigo que não sabe quem é, esse desgraçado captura a foto do seu filho, que não foi feita para a pedofilia, ou a foto da sua menininha de cinco anos, que não foi feita para pedofilia – é foto de família. Ele põe no álbum de pedofilia e, mesmo ela de biquíni, com cinco anos, vende para o mundo inteiro.

São US\$3 bilhões por ano... Esses desgraçados alimentando as suas taras em cima da miséria e das lágrimas das famílias.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite-me um aparte, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Magno Malta, é só para confessar a V. Ex^a uma dúvida que tenho. Antigamente, eu dizia sempre que o pior dos crimes e aquele que merecia a mais dura repressão era o tráfico de drogas. Hoje confesso a V. Ex^a que tenho dúvida. Não sei se o tráfico de drogas é pior do que a pedofilia, mas a pedofilia, tenho certeza, é uma das mais infames modalidades criminais dos nossos tempos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Valter Pereira, o senhor é advogado, um homem que conhece a lei e é respeitado no seu Estado. A pedofilia é pai e mãe do crime hediondo. A lei limita a 30 anos a pena ainda que o criminoso tenha 200 anos para cum-

prir. Pergunto: quem abusa de uma criança de 30 dias de nascida pode ficar menos do que 30 anos preso? Não pode. Pergunto ao senhor: e o sujeito que abusa de uma criança pobre de oito anos de idade?

Eu vim de Uberaba na semana passada, onde um desgraçado abusou de 27 meninos de dez anos de idade, todos pobres da periferia, iludindo-os com *playstation*, com docinho, levando-os para o *shopping center*. Abusou deles. Os meninos, humilhados, nas fotos, debaixo das pernas daquele desgraçado.

Eu pergunto ao senhor, eu pergunto ao Brasil: esse sujeito pode ficar menos de trinta anos preso? E quando sair, vai continuar delinquindo, porque pedofilia não está no órgão genital, está aqui.

Eu tenho a proposta. V. Ex^a sabe que o rastreamento eletrônico, o rastreador, a pulseira – é uma lei da minha autoria e eu me orgulho disso – vai ser sancionada agora pelo Presidente Lula. A minha proposta é que além de trinta anos, o pedófilo condenado receba o rastreador eletrônico até o resto da sua vida, para que ele seja monitorado e olhado pelo satélite. Vai ajudá-lo muito, porque ele vai saber segurar os seus impulsos, a sua compulsão desgraçada, porque ele sabe que tem um satélite olhando para ele.

Nesse levante que estamos fazendo, nessa comissão nacional, Deputado Manato, do meu Estado, os *sites*, as empresas americanas e também as nacionais serão chamadas, a Microsoft, a IG, a Uol, todas serão chamadas a assinar um TAC, um termo de ajuste de conduta, de combate. Vamos criar ferramentas, criar filtros para impedir que a família seja violentada, vilipendiada, de maneira vil.

Nós não podemos arrefecer. Nós temos que tratar essa questão como se estivesse dentro de casa. Estou fazendo essa lei para meu filho, para meus netos. Com sentimento de pai, de mãe é que nós temos que fazer. Hoje, a lei é frouxa, nela se juntam três, quatro artigos: atentado violento ao pudor, os artigos 240 do ECA, e 241. Um advogado bom desmonta isso tudo, põe o pedófilo na rua. E, normalmente, preso o pedófilo, vai embora no bom comportamento.

É claro que é bom comportamento. Lá não há criança para ele abusar, ele vai embora no bom comportamento!

Sr. Presidente, sei que não vou esgotar esse assunto hoje. Uma delegada do seu Estado, com um caso grave, deu uma entrevista no seu Estado, hoje, dizendo que vem procurar a CPI. Ela terá guarida aqui. A Dr^a Leila Diniz é uma promotora respeitada no seu Estado, sabemos disso. Valente. E temos também as informações de que ela detém consigo casos de pedofilia seriíssimos que terão guarida nesta CPI. O delegado federal do Piauí que acabou de dar uma entrevista também disse que vem nos procurar, Senador João Claudino. E nós estaremos a serviço do Piauí, a

serviço da sociedade do Piauí, da família do Piauí, das crianças do Piauí. Porque onde houver um desgraçado como esse, cujo caso chegue à CPI – é verdade que não temos condições de atender a todos e em todos os lugares –, não deixaremos passar em branco.

Por isso, Sr. Presidente, quero, na próxima semana, propor que todas as Assembléias Legislativas do Brasil criem imediatamente uma CPI de Pedofilia, que as Câmaras Municipais criem uma CPI de Pedofilia imediatamente, para que tenhamos uma grande corrente. Que, juntamente com o Conselho Tutelar, sejam tratados os casos lá do Município pequeno. Que o Conselho possa tratar, junto com a polícia, com a promotoria local e com a Câmara de Vereadores, também os casos dos Estados, porque não chegaremos a todos. Mas aqueles que chegarem a essa CPI não passarão em branco, porque não arrefeceremos, não aceitaremos pressão, até porque ninguém é louco de vir fazer pressão em cima desta CPI, achando que pode tomar as dores de alguém que tenha a capacidade e a coragem de abusar de uma criança.

Agradeço a V. Ex^a pela atenção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Duque.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Paulo Duque deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brilhante o pronunciamento do nosso Senador Magno Malta, que já fez muito por este País, quando comandou a CPI do Crime Organizado e, principalmente – está ao lado o Senador João Vicente –, nos ajudou a acabar com o crime organizado do Piauí, com a prisão do Comandante Correia Lima.

Agora, o País tem a mesma perspectiva de ele afastar essa nódoa que é a pedofilia.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Valter Pereira, do Mato Grosso do Sul.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB Mulher está terminando, hoje, um grande evento de âmbito nacional, e veio uma representação de Mato Grosso do Sul com uma delegação de ilustres mulheres, mulheres que fazem a diferença, mulheres que têm liderança, e eu não poderia deixar de fazer o registro, sobretudo daquelas que exercem mandato eletivo.

Está aqui presente em nossa sessão a Vereadora Maria Emilia Sulzer, militante antiga do nosso Partido e que tem dado tanto orgulho ao PMDB de Campo

Grande. Está presente também a Deputada Celina Martins Jallad, que ainda se encontra no evento neste exato momento.

Ao fazer esse registro dessas ilustres figuras que fazem a diferença no PMDB, que comandam a militância e trabalham junto à comunidade, fazem um trabalho de base extraordinário, quero também dizer que, para orgulho de toda a família peemedebista, nós estamos recebendo a visita aqui de um ícone do PMDB de Mato Grosso do Sul, um político que vem de uma época dura. Perseguido pela revolução, foi cassado. Depois, com a anistia, restaurou seus direitos políticos, tornou-se Governador do Mato Grosso do Sul e tem na sua biografia, sobretudo, uma característica marcante que é ser um homem da ética, um homem da decência, um homem de atitudes. Refiro-me ao ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Campo Grande, ex-Governador de Mato Grosso do Sul e ex-Senador Wilson Martins, que está sentado aqui ao meu lado.

Quero que sejam consignadas em ata as minhas homenagens pela visita que ele faz hoje ao Senado Federal, para orgulho de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação e honra que recebemos aqui o ex-Senador Wilson Martins, que simboliza o nosso Partido, o PMDB. Ele reencarna aqueles ícones: Juscelino Kubitschek; Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar; Tancredo Neves, que se imolou; Ramez Tebet, que V. Ex^a substitui; Teotônio Vilela, que, com estoicismo, afirmava que o Parlamento vale se tivermos a coragem de resistir e falar.

Então, Wilson Martins, nós todos temos a agradecer a V. Ex^a o exemplo que deixou: se podemos ser políticos, começar e terminar com ética, decência e dignidade.

Eu tive a felicidade de conhecer o Estado de V. Ex^a. Fui à cidade de Ramez Tebet, Três Lagoas, cuja sua encantadora filha é prefeita, Simone, e senti no Estado o quanto V. Ex^a é admirado. E a obra onde V. Ex^a trabalhava Valter Pereira me mostrou. V. Ex^a ficava junto com a natureza. Não buscou construir nenhum palácio porque não trocava o contato com os pássaros, com seus cantos. Aquilo lhe dava inspiração.

Cristo disse: não vim para ser servido e, sim, para servir. Vi e acompanhei com Valter Pereira e quero lhe dizer que já percorremos muitos centros administrativos do mundo, do nosso Piauí, mas que são só cimento. O de lá, não: é cimento e natureza.

V. Ex^a está enquadrado no livro de Deus, que diz: fé sem obra já nasce morta. A sua fé pelo Mato Grosso do Sul, pelo Brasil, pelo nosso Partido, foi com obra. V. Ex^a é, e agradecemos a Deus o grande exemplo vivo que temos de seguir. Seja feliz. Estamos honrados.

Convidamos para usar da palavra, de acordo com a lista de oradores inscritos, o Senador Mozarildo

Cavalcanti, ele que representa o Estado de Roraima, o PTB do Presidente Vargas.

V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente, lembrando que, em seguida, está inscrito o seu companheiro da Amazônia, José Nery, e depois, do PTB, João Claudino Vicente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside com muita competência esta sessão, meu companheiro de Partido, Vicente Claudino, do PTB do Piauí, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, inicialmente, quero saudar, aqui presente no nosso Plenário, o meu 1º Suplente, o empresário Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, que também é do PTB, que nos dá a honra da sua presença neste momento.

Sr. Presidente, era de se esperar que hoje, novamente, eu viesse aqui falar sobre os graves problemas que afligem a nossa Amazônia, o meu Estado de Roraima, no que tange ao sério conflito que lá está apenas contido, mas não acabado, da Raposa Serra do Sol.

No entanto, quero hoje fazer um pronunciamento para cumprimentar o Supremo Tribunal Federal pela decisão extremamente sábia e oportuna que tomou no último dia 14 de maio, ao suspender a eficácia da Medida Provisória nº 405, de 2007.

A referida Medida Provisória, como sabemos, abriu crédito extraordinário no valor de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de reais, para a Justiça Eleitoral e para diversos órgãos do Poder Executivo. E veja aqui, Sr. Presidente, que o problema não é para que se destina. Em tese, destinar recursos para a Justiça Eleitoral é preciso, e muito, para que a Justiça Eleitoral realmente exerça, na sua plenitude, o papel de fazer uma grande fiscalização nos pleitos eleitorais, principalmente agora que vamos eleger vereadores e prefeitos em todos os Municípios do Brasil.

É claro, Sr. Presidente, que não estou fazendo juízo de valor sobre o mérito das despesas autorizadas. O que cabia questionar, na verdade – e que foi questionado pela ação direta de inconstitucionalidade movida contra a medida provisória –, o que foi questionado pelo STF, ao tomar sua decisão, e o que vem sendo sistematicamente questionado pela sociedade e por seus representantes no Parlamento é a frequência com que o Presidente da República lança mão de um instrumento para autorizar despesas desse tipo.

No Congresso Nacional, especialmente aqui no Senado, o assunto é recorrente. Não passa dia, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem que alguma voz se levante contra a sanha do Governo Federal de adotar medidas provisórias.

Eu, inclusive, tomei uma decisão pessoal de não votar mais a favor de nenhuma medida provisória. Sempre aparece uma boazinha, uma para beneficiar um

Município do interior; outra, os produtores rurais. Assim, empurrando as boazinhas, o Senado fica sempre com sua pauta trancada e só vota medidas provisórias.

Nós aprovamos aqui um rito novo para a sistemática de apreciação das medidas provisórias. Está na Câmara. O Presidente Garibaldi, quando assumiu, teve uma reunião com o Presidente da Câmara, e se comprometeram a votar esse novo modelo de tramitação das medidas provisórias que não trancaria mais a pauta.

No entanto isso está dormindo, como, aliás, costuma acontecer, na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque é muito bom para o Governo continuar podendo usar as medidas provisórias. Ontem mesmo nós tivemos aqui uma tarde de medidas provisórias; anteontem, a mesma coisa. E os argumentos são sempre os mesmos ou parecidos, o que não lhes tira a força, mas, ao contrário, escancara cada vez mais a sua coerência. Quer dizer, a coerência de combater essas medidas provisórias.

A todo momento, Sr. Presidente, temos lembrado aqui, nós os Senadores e Senadoras, que o número de medidas provisórias adotadas pelos governos democráticos, depois de promulgada a Constituição Federal de 88, é tão abusivo quanto os de decretos-lei editados pelo regime militar entre abril de 64 e março de 85.

Vejam como estamos nos comparando. Quer dizer, um Governo que se jacta, se gaba de ser democrático utiliza os mecanismos semelhantes da ditadura, os mesmos, apenas com nome diferente.

A todo momento temos lembrado aqui que cerca de dois terços das leis aprovadas no Congresso Nacional resultam de proposições encaminhadas pelo Poder Executivo e que metade dessas proposições são apresentadas sob a forma de medida provisória. A todo momento, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, temos nos lembrado de que muitas dessas medidas provisórias, talvez quase todas, tratam de matérias que não atendem aos requisitos de relevância e urgência prescritos no art. 62 da Constituição. São medidas provisórias que cuidam da abertura de crédito extraordinário, como essa que motivou a decisão do Supremo Tribunal Federal, da criação de órgãos públicos, da aprovação de planos e salários, enfim, de uma série de matérias que poderiam ser analisadas com muito mais rigor e consistência se apresentadas sob a forma de projeto de lei, inclusive com urgência constitucional quando o Governo assim o julgasse.

A todo momento – isso me parece o mais importante –, temos alertado que o número excessivo de medidas provisórias representa uma usurpação das atribuições do Poder Legislativo por parte do Poder Executivo, com todos os riscos que essa usurpação representa ao processo democrático.

Cabe destacar, por dever de justiça, que esse questionamento não tem sido feito apenas pelas Sr^{as}. Senadoras e pelos Srs. Senadores de Oposição. Nosso Presidente, por exemplo, o Senador Garibaldi, vem-se manifestando com frequência sobre o tema, numa defesa muito firme das prerrogativas do Congresso Nacional. Integrantes da base aliada, não só do meu Partido, mas do próprio Partido do Presidente da República, também têm reconhecido que o problema é grave e que a situação não pode continuar desse jeito.

Nesta Casa, Sr. Presidente – não estou contando nenhuma novidade – já aprovamos medida provisória que proíbe exploração de todas as modalidades de jogo de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas caça-níqueis. Nesta Casa, já aprovamos medida provisória que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada e muitas outras proposições de natureza semelhante.

Nesses casos, Sr^{as} e Srs. Senadores, tal como na questão dos créditos extraordinários, não estou fazendo considerações sobre o mérito das matérias. O que faço tão-somente é argüir se elas atendiam aos critérios constitucionais de relevância e urgência. É lógico que não.

Por tudo isso, por colocar um freio na adoção indiscriminada de medidas provisórias, por equilibrar novamente a balança dos Três Poderes da República, há que se louvar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Como disse o eminente Ministro Celso de Mello em seu inspirado voto: “o Chefe do Poder Executivo da União não pode transformar-se em verdadeiro legislador solitário da República”, que é o que o Presidente Lula vem fazendo, legislando sobre tudo por meio de medidas provisórias.

E aí, porque não queremos parar a votação de projetos, porque uma ou outra medida provisória preenche os requisitos, porque uma ou outra medida provisória atende a uma situação mais emergencial, vamos votando. E, se vamos votando, a coisa vai ficando como está.

Então, temos que dar um basta nisso e não votar mais nenhuma até que a Câmara aprove um novo rito, principalmente quando essa ânsia legislativa do Presidente da República afronta o próprio texto constitucional.

Diz a Constituição, no § 3º do art. 167, que “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, de comoção interna ou de calamidade pública”.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil não está em guerra, tampouco enfrenta, nesse momento, situação de grave

comoção interna ou de calamidade pública. Por que, então, abrir créditos extraordinários no Orçamento, ainda mais por meio de medida provisória?

De modo, repito, que fez muito bem o Supremo Tribunal Federal em dar um basta em tal situação. A decisão, estou certo, representa um ponto de inflexão. Daqui por diante, se tiver juízo, o Governo Federal vai pensar um pouco mais antes de submeter à apreciação do Congresso Nacional, por meio de medidas provisórias, matérias que não sejam ao mesmo tempo relevantes e urgentes, matérias que, enfim, não atendam ao que diz a Constituição.

Quero dar, portanto, Presidente Mão Santa, os parabéns ao nosso Supremo Tribunal Federal. Nossa egrégia Corte, uma vez mais, soube atender às expectativas da sociedade brasileira. Nossa egrégia Corte, mais do que isso, soube atender ao superior sentimento de justiça que deve pautar as suas decisões.

Apenas lamento, Sr. Presidente, porque essa ação devia ser nossa. Nós, como Legislativo, devíamos nos impor e, sem afrontar o Poder Executivo, exigir o respeito que merecemos constitucionalmente, dada a necessidade de harmonia e independência entre os três Poderes.

Lamentavelmente, não é o que acontece. Lamentavelmente, a maioria se curva a essa situação que vem se perpetuando já no sexto ano do Presidente Lula. E é preciso, portanto, que o Supremo Tribunal Federal, uma vez instado a se pronunciar, simplesmente determine que se cumpra a Constituição.

Lamento muito, não sou jurista, mas lamento muito que realmente o Senado e a Câmara dos Deputados estejam à mercê, aceitando essa situação.

Agora mesmo, outro absurdo se prepara. Derrotamos aqui a CPMF, e o fizemos atendendo a um clamor da população, porque ela não aceitava pagar imposto para retirar o seu salário, porque não aceitava um imposto que incidia em cascata. E o Presidente da República, agora, logo após a derrubada da CPMF, aumenta o IOF, aumenta a Contribuição sobre o Lucro Líquido, aumenta a carga tributária, portanto. E existem outras razões, como o aumento do petróleo e outros, que encareceram a alimentação no mundo todo e, principalmente, aqui no Brasil. E o Presidente vai e diz: “não vi baixar nada, o preço de nada, porque saiu a CPMF”. E vai querer, agora, trazer uma CPMF com um nome modificado, a tal Contribuição Social para a Saúde – CSS, que já está sendo traduzida, na verdade, como calote sobre o seu salário.

De novo o assalariado vai pagar direto, direto. Mas, indiretamente, todo o mundo vai pagar. Então, é novamente o Governo Federal, agora de maneira disfarçada... Não quer assumir publicamente que o Governo, que o Executivo está mandando fazer isso. Mas manda os seus áulicos, os chamados da sua base na Câmara,

reapresentarem essa CPMF disfarçada de CSS para que nós possamos engolir goela abaixo.

E eu acho que este Parlamento precisa realmente se impor. Não precisa, repito, afrontar ninguém. O Presidente da República tem que entender que ele está num regime democrático de direito e que uma crítica feita à conduta dele não é uma ofensa à pessoa dele. Uma crítica feita à conduta equivocada do seu Governo não é um demérito à pessoa dele ou a sua forma de ser. Ele tem que aprender, sim, a ser realmente um Presidente do regime democrático que ele diz que lutou para ter, e que não exercita na prática, porque ele quer agir como um imperador, num regime absolutista. Não podemos, efetivamente, aceitar.

Eu quero, portanto, no fundo principal do meu pronunciamento, ao cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, também dizer que hoje o Supremo Tribunal Federal está tomando outra decisão histórica: está aprovando a autorização – na verdade, a autorização havia sido dada pelo Congresso, por meio de votação na Câmara e no Senado – para pesquisas com células-tronco embrionárias.

Como médico, fico a ver como parece que nós estamos ainda na época da Inquisição, em que Copérnico foi obrigado a dizer que não era verdade o que ele tinha dito: que a Terra girava em torno do Sol. E tantos outros foram queimados na fogueira porque conseguiram, com as suas mentes, vislumbrar leis físicas e químicas que contrariavam o pensamento religioso.

Então, eu lamento que tenha que ir para o Supremo uma questão dessa. Mas, felizmente, o Supremo está fazendo jus à qualidade, ao conceito, ao conhecimento que têm os seus membros. E está quase encerrando. Já está o Presidente falando, votando. Está, portanto, sendo vitoriosa a tese de que é, sim, permitido fazer pesquisas com células-tronco embrionárias.

Então, quero fazer essa homenagem ao Supremo em relação à proibição do Governo de editar medidas provisórias que mexam com créditos extraordinários, a essa decisão que está sendo tomada hoje, sobre as células-tronco embrionárias, e espero que outras medidas desse porte, lamentavelmente, o Supremo tenha que tomar, porque nós, do Parlamento, nos curvamos à maioria. Quando digo “nós”, não estou incluído, como não está incluído V. Ex^a, como não está incluída a grande parte deste Parlamento. Mas a maioria, infelizmente, aqui, aceita tudo o que o Poder Executivo diz.

Quero dizer que espero que a independência dos Poderes, a harmonia dos Poderes um dia se restabeleça neste País, para termos de fato uma democracia, porque democracia sem Legislativo e Judiciário fortes não existe. Existe, sim, neste caso, uma monarquia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento desse Líder do PTB, Mozarildo Cavalcanti... Senador Mozarildo Cavalcanti,

este Congresso é muito forte. V. Ex^a traduz essa fortaleza. V. Ex^a foi o primeiro que ouvi falar da corrupção nas ONGs.

Então, V. Ex^a traz à tona esse tema que nós que somos médicos... Ele foi exaustiva e competentemente discutido aqui, a célula-tronco. Não é? E eu mesmo aconselhei os relatores – eu sou médico, fui professor de Biologia e de Fisiologia – que era um assunto tão especializado que deveriam ser convidadas as melhores autoridades pesquisadoras do País. E o Senado fez isso. O que está aí é produto da responsabilidade do Senado. O Poder Judiciário está salvaguardando essa boa lei, justa, feita por esta Casa.

Paulo Duque, Mitterrand, ao morrer, escreveu um livro, Mensagem aos Governantes, fortalecer os contrapoderes. O Presidente Luiz Inácio tem que ver isso: fortalecer os contrapoderes, um é para equilibrar o outro.

E nós estamos aqui e convidamos para usar da palavra agora o Senador José Nery, que representa o PSOL e o Estado do Pará. E continua aqui a grandeza da voz corajosa e feminina de Heloísa Helena, brava mulher política do nosso Brasil.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é fundamental reconhecer o amplo significado histórico e político do encontro *Xingu Vivo para Sempre*, ocorrido na semana passada, entre os dias 19 e 23, em Altamira, no Estado do Pará, que reuniu cerca de mil pessoas, entre representantes de 24 povos indígenas, populações ribeirinhas, movimentos sociais diversos e pesquisadores, dispostas a conhecer em detalhes e a denunciar os projetos hidrelétricos do Governo Federal para a Bacia do Rio Xingu, suas ameaças à integridade ambiental e ao direito dos povos indígenas que habitam aquela região.

Tive a honra de participar, Sr. Presidente, na condição de convidado dos movimentos sociais da Amazônia, desse conclave que expressou a mais profunda responsabilidade com o presente e o futuro dos povos que habitam secularmente aquela porção esquecida do território nacional.

De suas mesas redondas e sessões plenárias, participaram Procuradores da República, especialistas no tema energia e hidrelétricas e estudiosos da realidade regional, reconhecidos pela profundidade e seriedade de seus estudos, além de lideranças indígenas e populares que experimentam os efeitos do modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia.

Um encontro vitorioso, porque sua representatividade e legitimidade estão amplamente reconhecidas e porque conseguiu deixar bastante explícito algo que velhas e novas elites políticas de nosso País parecem acreditar que seria coisa do passado: os povos que

habitam o Xingu resistem bravamente aos projetos que ameaçam sua bacia hidrográfica, em especial o projeto de Belo Monte.

A grandiosidade do encontro não será desfeita com a tentativa dos grandes interessados na construção de Belo Monte de reduzi-lo a um incidente lamentável: o cerco feito por vários indígenas ao representante da Eletrobrás, que culminou com ferimento em seu braço esquerdo; uma reação a declarações que lhes pareceram insultuosas e ameaçadoras, segundo informam conhecedores de seus códigos de comunicação.

Por essa mesma razão, soa leviana a tentativa de atribuir responsabilidade pelo episódio a organizadores do encontro e militantes solidários às causas indígenas, ignorando o contexto de violência contra os povos indígenas e o potencial de reação ensejado por uma autoridade que os considere um entrave a projeto de desenvolvimento concebido à revelia dos mais antigos habitantes da região.

É mesmo deplorável que um delegado da Polícia Federal, instituição reconhecida pelo seu desempenho decisivo no desmonte de poderosos esquemas de violação do interesse público, se preste a um papel pouco digno de autor de uma tese infundada que faz uma ligação fantasiosa entre a compra de facões em armazém de Altamira ao incidente, para criminalizar religiosos e lideranças populares que se notabilizam pela firmeza com que defendem os direitos indígenas, expondo-se à violência dos grupos que saqueiam as riquezas naturais da Amazônia, em nome de um desenvolvimento que exclui as comunidades tradicionais e as maiorias populares.

Mas tão ou mais grave do que as suas declarações infundadas, é o uso de imagens do incidente na tentativa de deslegitimar a luta contra os projetos hidrelétricos do Xingu e inverter a responsabilidade pelos conflitos em que estão envolvidos os povos indígenas da Amazônia. Esses povos são vítimas e não protagonistas da violência que caracteriza os conflitos nos quais se vêem envolvidos; uma violência materializada por meio de assassinatos de lideranças e sob muitas formas de violação dos direitos indígenas assegurados na Constituição brasileira; uma violência que se faz em proporções cada vez mais alarmantes. São fatos como: a exploração de mão-de-obra indígena em situação degradante, o confinamento em pequenos acampamentos em beira de estradas, a morte de centenas de crianças por desnutrição no Mato Grosso do Sul, no Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Sul e outras dezenas de mortes por doenças controláveis como a malária, a diarreia, a dengue, pela falta de água potável.

Por trás desse quadro, a lentidão do Estado nos processos de reconhecimento e proteção das terras indígenas, deixa pendentes de regularização mais de

60% das 850 terras indígenas; a média anual é de seis terras declaradas no atual Governo contra a média de dezesseis terras declaradas nos três governos anteriores. Na prática, são aplicadas quantias muito inferiores às previstas no Orçamento Geral da União na demarcação e regularização fundiária; na proteção e fiscalização das áreas já demarcadas; na execução de políticas específicas e adequadas à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fantasma de Balbina ronda a Amazônia e projeta uma sombra de pavor e destruição socioambiental. Trata-se de um projeto de efeitos especialmente desastrosos às populações locais, como está fartamente demonstrado por empreendimentos de igual inspiração, já executados ou em curso, característicos do modelo minero-agro-exportador que foi imposto à região e que o atual Governo pretende aprofundar. A produção mineral e a pecuária em larga escala e para fins, sobretudo, de exportação, estimulam a grilagem de terras e o desmatamento, dilapidam o patrimônio natural e desarticulam as formas produtivas tradicionais da Amazônia, sem que as propagadas benesses do desenvolvimento cheguem às populações que se formaram a partir dos grandes empreendimentos. Ao contrário, aumenta a concentração da riqueza e agravam-se os conflitos fundiários e a violência no campo e na cidade.

Nessa perspectiva é que se incluem os projetos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e de pequenas centrais hidrelétricas no Pará e no Mato Grosso, que juntos vão atingir cerca de 16 mil pessoas, 14 povos indígenas, entre elas. Belo Monte é o projeto mais emblemático da conversão do Governo ao velho ideário desenvolvimentista, antes denunciado, mas agora incluído no PAC como uma espécie de lei universal, que se sobrepõe à legislação ambiental e à Constituição e que dispensa considerações à vida e ao futuro dos povos do Xingu, vistos como meros empecilhos. O vale-tudo para garantir o licenciamento ambiental do projeto inclui a contratação de consórcio formado pelas empreiteiras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht para a confecção dos Estudos de Impacto Ambiental, sem que houvesse licitação para justificar a escolha, bem como a dispensa de consulta às comunidades indígenas e outras atingidas, entre outras irregularidades que motivaram repetidas paralisações do processo de liminares obtidas na Justiça pelo Ministério Público Federal. Ademais, Sr. Presidente, pesquisadores e instituições questionam a viabilidade técnica e econômica da usina, que vai consumir pelo menos R\$7 bilhões do dinheiro público, uma vez que teria potencial para gerar até 11.100 megawatts apenas durante quatro meses e capacidade de gerar, no máximo, 4,6 mil megawatts em todo o restante do ano.

De acordo com informações extraídas do livro *Tenotã-Mõ – Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu*, organizado pelo pesquisador Oswaldo Seva Filho, da Unicamp, presente no encontro em tela, Belo Monte isoladamente produzirá impactos ambientais desastrosos, a despeito da redução de 1.225 quilômetros quadrados para 400 quilômetros quadrados da área a ser inundada, para torná-lo mais palatável. São impactos como: inundação permanente da maior parte das praias do Xingu, bem como dos igarapés que cortam a cidade de Altamira e parte da área rural de Vitória do Xingu, afogando as raízes que alimentam os peixes; a redução da vazão e conseqüente seca na Volta Grande do Xingu, reduzindo o acesso à água potável, aumentando a proliferação de doenças, impossibilitando a pesca e interrompendo o transporte fluvial até o Rio Bacajá, único acesso para comunidades ribeirinhas e indígenas. Impactos mais imediatos e que tornarão inevitável a busca por novas áreas de pesca comercial e ornamental, que provavelmente se estenderá pelo trecho a montante da cidade e poderá atingir o Médio e o Alto Xingu e Iriri, e o remanejamento de cerca de duas mil famílias, que vivem hoje em condições precárias na periferia de Altamira, de oitocentas famílias da área rural de Vitória do Xingu e de quatrocentas famílias ribeirinhas, algo em torno de dezesseis mil pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito embora prometa que nenhuma área indígena será inundada, a nova versão do projeto de Belo Monte não consegue esconder os fortes impactos a serem causados sobre os Jurunas, localizados mais próximos ao local da usina; os Assurini do Xingu, os Araweté, os Parakanã, os Kararaô, os Xikrin do Bacajá, os Arara, os Xipaia, os Kuruaia e outros povos Kaiapó, além de mais de mil índios que vivem em Altamira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eram esses os povos representados no Encontro “Xingu Vivo para Sempre”, os mesmos povos que protagonizaram, em fevereiro de 1989, no mesmo município de Altamira, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, para protestar contra a decisão tomada a sua revelia de construir o Complexo Hidrelétrico do Xingu e essa usina, então denominada de Kararaô. A razão de seu protesto é a mesma que existia há 19 anos; a diferença observada em sua luta de resistência reside apenas no fato de que, hoje, estão no papel de algozes lideranças políticas que lhe juravam solidariedade, surpreendentemente determinadas a executar um projeto desenvolvimentista que tem a cara do passado.

Mas a razão desse protesto não é exclusiva dos povos indígenas do Xingu, pois há precedentes que o justificam também do ponto de vista de todos os demais segmentos populares da Amazônia. A construção da Usina Hidrelétrica de Turucuí impôs sacrifícios

irreparáveis às comunidades tradicionais, pequenos extrativistas e camponesas, direta ou indiretamente atingidas, e não garantiu benefícios à grande maioria dos que se fixaram no entorno da barragem em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Por tudo isso...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogo a sessão por mais uma hora para que todos os oradores inscritos falem e peço a Deus que pouse na inteligência de V. Ex^a e espírito sintético de Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, creio que esse espírito sintético do Senador Jefferson Péres, que V. Ex^a lembra em boa hora, seria muito bem-vindo a todos nós, inclusive ao senhor, que é tão prolixo quanto eu, quando temos que manifestar as nossas considerações e debater aqui os mais variados temas que interessam ao povo brasileiro.

Sei que o senhor citou Jefferson Péres porque, apesar de aquela cadeira estar vazia ali, ele continua presente entre nós. Com certeza, o seu exemplo, a sua história continuará nos movendo para fazermos da política um grande instrumento ético de mudança, de determinação pelo desenvolvimento do nosso País.

Ao citar o Senador Jefferson, o senhor me permite, mais uma vez, fazer aqui também a reverência a sua memória, a sua história, a sua luta, que, com certeza, continua a animar todos nós, na luta por um Brasil mais justo, inclusive na nossa determinação para defender os interesses mais legítimos da população originária, dos nossos ancestrais que, ao longo de quinhentos anos, foram violentamente ignorados.

Dos milhões de índios da época do chamado “Descobrimento”, restam apenas, tristemente, seiscentos mil índios, Senador Mão Santa.

Por isso, essa menção que o senhor faz...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogo por mais dois minutos e aproveito para agradecer as preces de V. Ex^a para que a inteligência de Jefferson Péres entre também em mim.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado a V. Ex^a. Tenho certeza de que um dia conseguiremos pelo menos ser mais sintéticos e objetivos, porque, da forma como Jefferson Péres exemplarmente exerceu o seu mandato, com sua competência, com sua inteligência, com certeza nós teremos de rezar muito para chegar à altura da sua capacidade, da sua história, da sua trajetória, que tanto honrou o Senado, o Amazonas e o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por tudo que antes mencionei é que se levantam os povos indígenas e as comunidades tradicionais do Xingu. Mobilizam-

se em defesa da vida e de um futuro que assegure a preservação da floresta e do inestimável patrimônio em termos de biodiversidade amazônica. Nessa luta não estão sozinhos. Sua bandeira de resistência é o estandarte de todos aqueles que lutam de forma incansável por um novo modelo de desenvolvimento efetivamente justo e solidário, trazendo em seu seio a semente da esperança que anima e fortalece as mais belas causas em defesa da humanidade.

Permita-me, Sr. Presidente, lembrar que, hoje, 29 de maio, é celebrado o Dia do Geógrafo, cuja profissão foi regulamentada desde 1979. E, evidentemente, não apenas por me incluir nessa categoria, eu não poderia deixar de mencionar e homenagear, no dia de hoje, os geógrafos e geógrafas brasileiros, os que estão na academia, nas universidades, nos centros de excelência, nas escolas, fazendo a geografia nessa nova concepção em que é possível tratar não apenas os temas ligados à história da geografia física, como sempre conhecemos, dedicada a elaborar mapas e cartas geográficas, mas também as enormes e valorosas atividades que constituem atribuições dos profissionais da geografia no mundo de hoje.

O domínio de uma enorme variedade de temas, que vão da sociedade à natureza, faz do geógrafo moderno...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto a mais, em homenagem a V. Ex^a e aos geógrafos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...um profissional amplamente habilitado a atuar em diferentes frentes, que vão do planejamento territorial, ambiental e regional, à elaboração de relatórios de impacto ambientais.

Lembro e homenageio geógrafos que se destacaram em defesa de uma geografia comprometida com mudanças e transformações, o inesquecível e universal Milton Santos, nosso grande mestre, que não está mais entre nós, mas que nos legou uma obra grandiosa, em todos os sentidos, oferecendo-nos uma visão crítica da geografia, baseada não na hegemonia, mas na solidariedade entre os povos, apresentando, assim, uma concepção contrária àquela da competição desenfreada por mercados e tecnologias, da busca incessante por recursos naturais e da intensa exploração do trabalhador.

Lembro também e homenageio o grande Geógrafo Aziz Ab Saber, que ainda está entre nós e é Professor da USP. Sua obra tem se caracterizado pela apresentação de diagnósticos contundentes sobre a exploração desmedida e irresponsável dos nossos recursos naturais.

Parabenizo os geógrafos e geógrafas brasileiras de todo o País, em especial do Estado do Pará, home-

nageando os membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção do Pará, presidida pelo Professor Benedito Ely Valente da Cruz, bem como os professores da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. A todos as nossas congratulações, o nosso abraço neste dia de celebração dessa profissão e a certeza de que os geógrafos e geógrafas brasileiros estão unidos na luta por um mundo mais justo, por uma educação de qualidade e, sobretudo, uma educação comprometida com mudanças efetivas que ajudem a sociedade e o mundo a serem melhores.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua paciência. Espero que futuramente, como V. Ex^a disse, consigamos chegar próximos de Jefferson Péres, para falar menos e dizer tudo. Mas eu, V. Ex^a e muitos aqui, Senador Geovani, falamos muito porque, ao usar esta tribuna, sabemos da responsabilidade e do desejo que temos, Senador João Claudino. A todo momento, Senadoras e Senadores utilizam esta tribuna para pugnar pelos mais elevados desejos de construir um Brasil justo e soberano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Jesus, em um minuto, fez a oração Pai Nosso. Em menos ainda, disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida.”

Quis aprender com o Senador Jefferson Péres sua capacidade sintética. S. Ex^a disse-me que foi forjada na leitura de Machado de Assis, que era sintético.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Defesa que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício

– Nº 5.214/2008 de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao requerimento nº 278, de 2008, do senador Antonio Carlos Junior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Saúde que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício

– Nº 1.015/2008, de do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.026, de 2007, do Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008** (nº 7.299/2006, na Casa de origem), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 27 de maio de 2008, e publicou em 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 432, de 2008**, que *“Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências”.*

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	1.Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	2.Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	3.Álvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	4.Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	1.Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	2.Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	3.Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	1.Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	2.Leomar Quintanilha
Valter Pereira	3.Neuto De Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	1.Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias

PSOL*

José Nery	1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves-PMDB

1.Carlos Willian-PTC

Maurício Rands-PT

2.Vinícius Carvalho-PTdoB

Mário Negromonte-PP

3.Edinho Bez-PMDB

Luciano Castro-PR

4.Beto Faro-PT

Jovair Arantes-PTB

5.Benedito de Lira-PP

Hugo Leal-PSC

6.José Carlos Araújo-PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal-PSDB

1.Ronaldo Caiado-DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM

2.Arnaldo Jardim-PPS

Moreira Mendes-PPS

3.Bruno Rodrigues-PSDB

Bruno Araújo-PSDB

4.José Carlos Aleluia-DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros-PCdoB

1.Ana Arraes-PSB

Márcio França-PSB

2.Vieira da Cunha-PDT

PRB*

Léo Vivas

1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **28-5-2008**
- Designação da Comissão: **29-5-2008(SF)**
- Instalação da Comissão: **30-5-2008**
- Emendas: **até 3-6-2008** (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **28-5-2008 a 10-6-2008**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **10-6-2008**
- Prazo na CD: **de 11-6-2008 a 24-6-2008** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **24-6-2008**
- Prazo no SF: **de 25-6-2008 a 8-7-2008** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **8-7-2008**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **9-7-2008 a 11-7-2008** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **12-7-2008** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **9-8-2008**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 27 de maio de 2008, e publicou em 28 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 433, de 2008, que *“Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008”*.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	1. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	2. Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	3. Álvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	4. Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	3. Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	1. Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	2. Leomar Quintanilha
Valter Pereira	3. Neuto De Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	1. Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias	1.

PSOL*

José Nery	1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves-PMDB

1.Carlos Willian-PTC

Maurício Rands-PT

2.Vinicius Carvalho-PTdoB

Mário Negromonte-PP

3.Edinho Bez-PMDB

Luciano Castro-PR

4.Beto Faro-PT

Jovair Arantes-PTB

5.Benedito de Lira-PP

Hugo Leal-PSC

6.José Carlos Araújo-PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal-PSDB

1.Ronaldo Caiado-DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM

2.Arnaldo Jardim-PPS

Humberto Souto-PPS

3.Bruno Rodrigues-PSDB

Bruno Araújo-PSDB

4.José Carlos Aleluia-DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros-PCdoB

1.Ana Arraes-PSB

Márcio França-PSB

2.Vieira da Cunha-PDT

PV*

Sarney Filho

1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **28-5-2008**;
- Designação da Comissão: **29-5-2008(SF)**;
- Instalação da Comissão: **30-5-2008** -Emendas: **até 3-6-2008** (6 dias após a publicação);
- Prazo na Comissão: **28-5-2008 a 10-6-2008**(14º dia);
- Remessa do processo à CD: **10-6-2008**;
- Prazo na CD: **de 11-6-2008 a 24-6-2008** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **24-6-2008**;
- Prazo no SF: **de 25-6-2008 a 8-7-2008** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **8-7-2008**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 9-7-2008 a 11-7-2008** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **12-7-2008** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **9-8-2008**

O SR. PRESIDENTE (MÃO SANTA. PMDB- PI)

A Presidência recebeu a Mensagem nº 104, de 2008 (nº 328/2008, na origem), de 27 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sete milhões, trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América, entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado da Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício

– Nº 89/2008, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 123, de 2008, do Senador Álvaro Dias

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram juntadas ao **Requerimento nº 123, de 2008**, que se encontro à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB nº150/2008

Brasília, 28 de maio de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o desligamento do Senador **MÃO SANTA – PMDB/PI**, da suplência da **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Valdir Raupp**
Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 151/2008

Brasília, 28 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o **PMDB** cede ao **PTB** a seguinte vaga na comissão abaixo relacionada:

SUPLENTE

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	1 vaga

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Valdir Raupp**
Líder do PMDB e da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 698, DE 2008**De Iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

Requeiro, nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de Pesar à família do Ex Senador Jefferson Perez pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

REQUERIMENTO Nº 699, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do desembargador Ítalo Pinheiro que foi presidente do TJRN no biênio 1999–2000 ocupou diversos cargos do Tribunal, Vice presidente (1993–1994), membro da Comissão que elaborou o anteprojeto do juizado de pequenas causas e membro da comissão que elaborou a Nova Lei de Organização Judiciária serviu também ao ter como

Desembargador, no biênio 1990-92, onde foi Corregedor Eleitoral, Vice Presidente e Presidente.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Norte

Sala das Sessões, 29 de maio de 2008. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 700, DE 2008

Excelentíssimo Senhor **Presidente**,

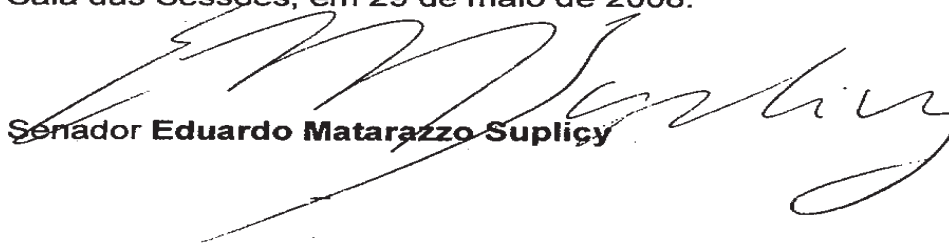
Requeiro, nos termos do artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal por indicação desta Presidência.

Atendendo a convite do presidente da República de Timor Leste, José Ramos Horta, apresentarei às autoridades do governo e do Parlamento Nacional daquele país a proposta de uma Renda Básica de Cidadania como instrumento eficiente para promover a erradicação da pobreza, de combater à fome, melhorar a distribuição de renda e justiça de forma a criar as condições de maior liberdade e dignidade para todos timorenses.

Também participarei do Congresso da Bien, Basic Income Earth Network, cujo tema será *Desigualdade e Desenvolvimento numa Economia Globalizada: A Renda Básica como opção*, que ocorrerá em Dublin – Irlanda. Serei um dos palestrantes da Mesa que discutirá *O Bolsa Família no Brasil*. Os convites dos eventos encontram-se anexos.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 13 a 22 de junho do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2008.


Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

REQUERIMENTO Nº 701 2008

REQUEIRO, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do artigo 13 do Regimento Interno, que minha participação na Missa de Sétimo Dia em memória do Exmo. Sr. **Senador Jefferson Peres**, a ser celebrada no dia de hoje, 29/05/2008, na Catedral Metropolitana de Manaus, seja considerada como de caráter oficial, para todos os fins.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2008

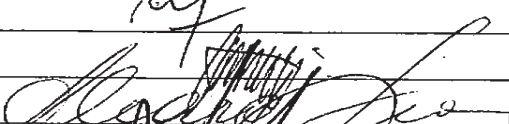
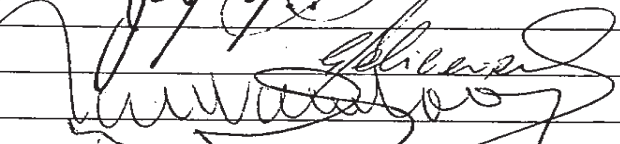
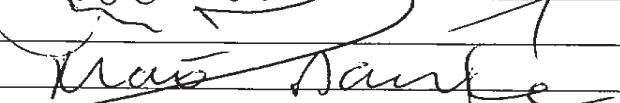
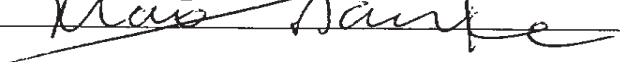
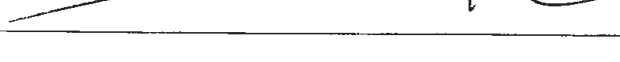

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 702 , DE 2008

Senhor Presidente,

Requerem, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sessão especial em homenagem ao Grande Oriente do Brasil, a ser realizada no dia 17 de junho de 2008, pela celebração da data de sua criação no dia 17 de junho de 1822.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2008

1- 
2- 
3- 
4- 
5- 
6- 
7- 
8- 
9- 

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

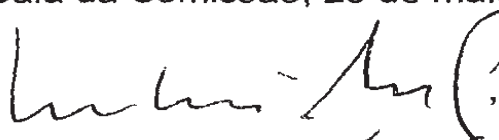
São lidos os seguintes:

PARECER Nº 482 , DE 2008

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 91, de 2008, (Parecer nº 289/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargador dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do Senhor Ministro Hélio Quaglia Barbosa.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 28 de maio de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador CÉSAR BORGES sobre a Mensagem (SF) nº 91, de 2008, opina pela APPROVAÇÃO da escolha do nome do Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO para compor o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 104, da Constituição Federal, por 22 votos favoráveis, — contrários e — abstenções.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008.

, PRESIDENTE
, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: **MSF** Nº **91** DE **2008**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/05/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:	
RELATOR: <i>Sen. César Borges</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
(VAGO) ⁷	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY	3. CÉSAR BORGES (RELATOR)
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
(VAGO) ⁸	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 26/05/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

⁷ Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

⁸ Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

Pela Mensagem nº 91, de 2008, do Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga reservada a Desembargador dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do Senhor Ministro HÉLIO QUALGLIA BARBOSA.

A Constituição Federal (arts. 52, III, *a*, e 104, *parágrafo único*) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, a escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, após arguição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, II, *i*, do Regimento Interno desta Casa, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também da nossa Carta regimental, bem como no Ato nº 1, de 2007 – CCJ.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I.

O Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO nasceu em 18 de março de 1963, na Cidade de Salvador, Bahia, onde estudou no Colégio Padre Antônio Vieira. É formado pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pós-graduado, *lato sensu*, em direito comercial.

Profissional de exitosa carreira, exerceu a advocacia e foi Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, por concurso público de provas e títulos, de janeiro de 1986 a outubro de 1990, data a partir da qual passou a exercer o cargo de Juiz de Direito, no Estado do Rio de Janeiro, também por aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual logrou ser classificado em terceiro lugar.

Na magistratura exerceu, entre outros, os cargos de Juiz Substituto e de Juiz Titular em diversas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, atuando em todos os ramos em que se divide a jurisdição, a saber: cível, criminal, tribunal do júri, fazenda pública, falências e concordatas. Foi também Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro e Juiz Titular da Justiça Eleitoral. Desde 22 de novembro de 2004 é Desembargador titular da 18ª Câmara Cível do Estado do Rio de Janeiro.

O ilustre indicado exerceu as funções de Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros e de Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, sendo atualmente diretor da Escola Nacional de Magistratura.

Além disso, cumpre registrar que o ilustre indicado tem se dedicado também ao magistério, exercendo, dentre outras cátedras, a de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cadeira de Direito Comercial, também por concurso público. É ainda professor da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, cadeiras de Direito Comercial e Direito Processual Civil e Professor *honoris causa* da Escola Superior da Advocacia do Rio de Janeiro. Cumpre registrar que também participou de inúmeras bancas de concursos públicos.

Adicionalmente, o Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO tem tido intenso engajamento em atividades de intercâmbio na área jurídica, sendo que o seu *curriculum vitae* registra participação em cerca de cento e cinquenta eventos, como palestrante, debatedor e painelistas. Tem também marcado presença em diferentes cursos de sua área profissional, no Brasil e no exterior. Dentre esses destacamos o Curso de Extensão-(Pós Graduação *lato sensu*) realizado no *National Center for State Courts*, em Williamsburg - Estados Unidos, no ano de 1999, relacionado a Acesso à Justiça, Administração de Tribunais e Mediação; Seminário Internacional promovido pelo Conselho Britânico sobre *Trust: government, the state and the citizen*, na Universidade de Oxford, Inglaterra, que se realizou entre os dias 12 e 16 de junho de 2005 e Curso de Formação Judicial Especializada com o tema *Formación de Formadores y Equipos Gestores de Escuelas Judiciales*, do programa Aula Iberoamericana Del Consejo General del Poder Judicial de España, durante o período de 11 a 22 de junho de 2007, em Barcelona.

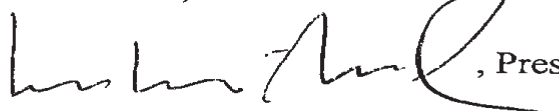
O *curriculum vitae* do indicado registra, ainda, que ele tem diversos livros publicados, além de grande quantidade de artigos, em periódicos especializados e em jornais. Dentre os livros publicados destacamos "Roteiro dos Juizados Especiais Cíveis", Editora Destaque, 1997, com 2ª edição em 1999; "A nova lei de falências e de recuperação de empresas - Lei nº 11.101/05", Editora Forense, 2006, co-autoria; "Responsabilidade Civil - Estudos e Depoimentos no Centenário do nascimento de José de Aguiar Dias (1906/2006)", Editora Forense, co-autoria. Dentre os artigos destacamos "Ares novos no Judiciário", publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, em 04/09/2002 e "Judiciário e Mídia, o 'casal infernal'", publicado no Jornal O Globo, 07/06/07.

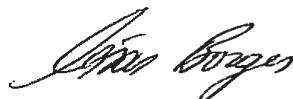
Cabe ainda destacar que o ilustre magistrado tem sido agraciado com diversos títulos, medalhas e condecorações, de que destacamos o "Colar do Mérito Judiciário", concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com aprovação dos Desembargadores do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura, recebido em 08 de dezembro de 2003; a "Medalha de Mérito Pedro Ernesto, recebida em 19 de setembro de 2005, em sessão solene na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; e a Medalha "Ordem do Mérito Aeronáutico", concedida pelo Ministro da Aeronáutica (Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno), em 2007.

Por fim, cumpre, ainda, consignar que o Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO apresentou declaração para atender requisito previsto no art. 1º, II, do Ato nº1, de 2007, desta Comissão.

Diante do exposto, parece-nos que os Senhores Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008.

, Presidente

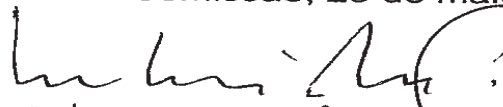
, Relator

PARECER Nº 483 DE 2008

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 92, de 2008, nº 290/ 2008, na origem), que submetê à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a membro do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, relativo ao quinto constitucional decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Peçanha Martins.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 28 de maio de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO sobre a Mensagem (SF) nº 92, de 2008, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Doutor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES para compor o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 104, da Constituição Federal, por 22 votos favoráveis, — contrários e — abstenções.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008.

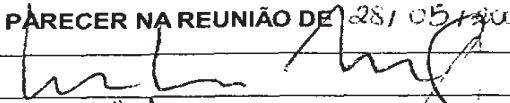
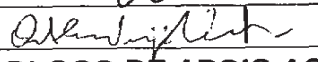
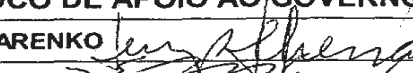
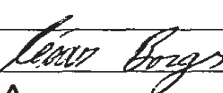
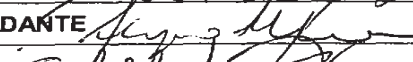
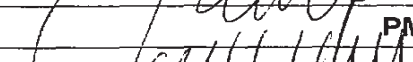
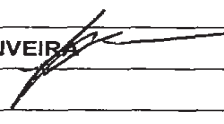
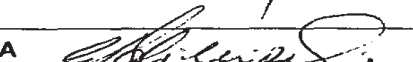
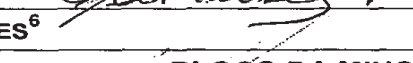
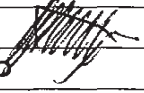
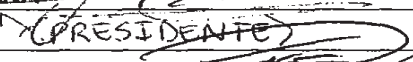
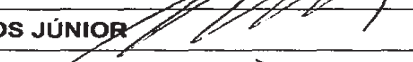
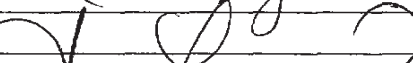
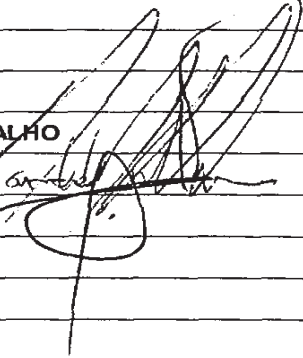
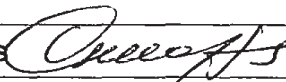
, PRESIDENTE

, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 92 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/05/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  <u>Sen. Arthur Virgílio</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SLHESSARENKO 	1. JOÃO RIBEIRO
(VAGO) ⁷	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC 	3. CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE 	4. MARCELO CRIVÉLLA
IDELI SALVATTI 	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON 	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
ROMERO JUCÁ 	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA 	4. VALDIR RAUPP 
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA 	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU 	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO 	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLÓ
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
(VAGO) ⁸	1. OSMAR DIAS 

Atualizada em: 26/05/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

⁷ Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

⁸ Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, do Doutor Mauro Luiz Campbell Marques para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga reservada a membro do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea *a*, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, regulamentados pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os dispositivos constitucionais citados estabelecem que os membros do STJ serão nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos. E são pré-requisitos: notável saber jurídico e reputação ilibada. A aprovação deve dar-se pela maioria absoluta desta Casa, por voto secreto e após arguição pública, sendo um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete, de acordo com o Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com o art. 101, inciso II, alínea *i*, do Regimento Interno, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação.

Em observância ao art. 1º, I, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES encaminhou o seu *curriculum vitae* e declaração, que passamos a resumir.

O ilustre jurista indicado nasceu em 09 de outubro de 1963, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Graduou-se em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário Metodista Bennett (UNIBENNETT), no Rio de Janeiro, em 1985. E é, ademais, graduado no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia em 1995, pela Escola Superior de Guerra.

O indicado ingressou no Ministério Público do Estado do Amazonas no cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância em 12.12.1987, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo sido promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça, em 12.12.2000. Possui, portanto, mais de 20 anos de carreira na referida instituição.

É titular da 16ª Procuradoria de Justiça, com atuação junto à 3ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e exerce, pela terceira vez, o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, tendo sido eleito, desta feita, para o mandato de março/2007 a março/2009.

Anteriormente ao ingresso no Ministério Público, atuou como advogado e, posteriormente, como Assessor de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Entre os cargos exercidos pelo indicado, destacam-se as atuações como:

- a) Secretário-Geral do Ministério Público do Amazonas no período de 1º.8.1989 a 15.3.1991;
- b) Secretário de Estado de Justiça, entre 15.3.1991 e 20.10.1993;
- c) Secretário de Estado de Segurança Pública, entre 20.10 e 22.12.1993;
- d) Secretário de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, entre 22.12.1993 e 1º.1.1995;
- e) Assessor e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, entre 3.10.1997 e 31.3.1998;
- f) Secretário de Estado de Controle Interno, Ética e Transparência do Estado do Amazonas, atual Controladoria-Geral do Estado, entre 8.1 e 21.9.2004, tendo implantado a Comissão-Geral de Ética Pública do Amazonas.

Mauro Luiz Campbell Marques exerceu o cargo de Professor-Substituto do curso de Direito da Universidade Nilton Lins, em Manaus, durante o ano letivo de 1998, onde lecionou as disciplinas Direito Penal III e Direito Constitucional I. Foi conferencista no I Curso de Análise do Processo Penal promovido pelo Centro Acadêmico da Fundação Universidade Federal do Amazonas, tendo proferido palestra sobre o tema “Sugestões para a Implementação do Código de Trânsito Brasileiro”, realizada em Manaus, entre 17 e 19.6.1999. Foi debatedor no I Ciclo de Palestras de Direito Constitucional e Administrativo, promovido em 6.4.2001, pela Faculdade de Direito da referida Universidade.

Em 28.8.2000 foi eleito e empossado como 2º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJG). Em 6.6.2001 foi eleito e empossado 1º Vice-Presidente do mencionado Conselho. É membro da *Internacional Association of Prosecutors* (IAP), inscrito sob o número BR 087/2003.

Ao longo de sua carreira no Ministério Público, o indicado recebeu significativas condecorações, das quais destacamos:

- a) Medalha do Mérito Policial Civil, outorgada pela Polícia Civil do Amazonas (31.3.1994);
- b) Medalha Cândido Mariano, conferida pela Polícia Militar do Amazonas (4.11.1994);
- c) Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Amazonas (3.3.1999);
- d) Ordem do Mérito Naval, tendo sido admitido em 27.4.1999, por Decreto Presidencial;
- e) Ordem do Mérito Militar, tendo sido admitido em 11.4.2001, por Decreto Presidencial;
- f) Medalha do Pacificador, outorgada pelo Comandante do Exército Brasileiro (25.8.2001);
- g) Medalha do Mérito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (5.9.2003);
- h) Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas, no grau Mérito Especial, em 24.1.2003, e no grau Grande Mérito, em 12.12.2005, ambas outorgadas pela Assembleia Legislativa do Estado;
- i) Medalha Mérito Tamandaré, outorgada pelo Comando da Marinha do Brasil, em dezembro de 2007.

No concernente às exigências constantes do Ato nº 1, de 2007 desta CCJ, o indicado apresentou as declarações previstas, informando, quanto à existência de cônjuge, companheiro ou parente no exercício de atividades vinculadas a sua atividade profissional, que uma de suas irmãs exerce o cargo de Promotora de Justiça Titular de Silves, no Amazonas, e a outra ocupa o cargo de Analista Judiciária lotada na Seção Judiciária do Amazonas.

O indicado declarou ainda que nunca participou de empresas ou entidades não-governamentais; que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não figura como autor ou réu em ações judiciais em tramitação, à exceção de um processo criminal em que figura como vítima.

Além disso, caracteriza-se ele como um verdadeiro operador do Direito, ao agir com o propósito de apurar as excessivas demandas da Justiça e, ao mesmo tempo, fazer do seu mister instrumento para defender causas com a isenção e a correção que a Magistratura requer.

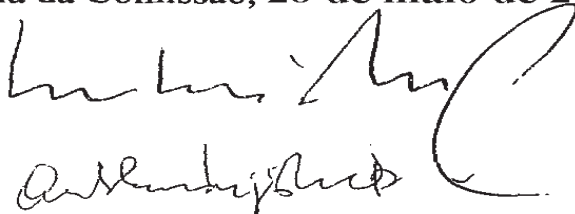
Mauro Campbell é promotor que ingressou na carreira para defender a cidadania no meio da floresta Amazônica. Conhece a Amazônia como poucos. Eis porque sua aprovação por esta douta Comissão e, em futuro breve, pelo Plenário do Senado, haverá de significar a presença de uma amazonense, de um amazônida, no alto cenário do Superior Tribunal de Justiça.

Sua trajetória de vida institucional, administrativa, pessoal e reputação ilibada constituem características que o credenciam a ocupar o cargo para o qual foi indicado pelo Senhor Presidente da República.

Não posso deixar de mencionar sua vasta capacidade intelectual e cultural que, aliada a vasto conhecimento jurídico, destacaram seus trabalhos por onde passou. Seus pareceres são objeto de reconhecimento público por juízes e tribunais, bem como de outros órgãos da área jurídica do Amazonas, como é o caso da Procuradoria-Geral do Estado.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Mauro Luiz Campbell Marques para o Superior Tribunal de Justiça.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008

, Presidente

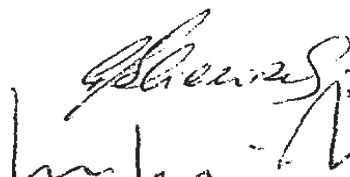
, Relator

PARECER Nº 484 , DE 2008

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 93, de 2008, (nº 291/ 2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Doutor GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 28 de maio de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador MARCO MACIEL sobre a Mensagem (SF) nº 93, de 2008, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Doutor GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES para compor o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 104, da Constituição Federal, por 21 votos favoráveis, 1 contrários e — abstenções.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008.

 PRESIDENTE *em exercício*
 RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 95 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/05/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
(VAGO) ⁷	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (RELATOR)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
(VAGO) ⁸	1. OSMAR DIAS <i>[assinatura]</i>

Atualizada em: 26/05/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

⁷ Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

⁸ Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, do Doutor Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea a, e 104, parágrafo único, I, *in fine*, da Constituição Federal, regulamentados pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, os membros do STJ serão nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, por voto secreto e após arguição pública, sendo um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com o art. 101, inciso II, alínea i, do Regimento Interno, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação.

Em observância ao art. 1º, I, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Doutor GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES encaminhou o seu *curriculum vitae* e as declarações pertinentes, que passamos a resumir.

O indicado nasceu em 26 de novembro de 1951, na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1974, mesmo ano em que concluiu o Bacharelado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco.

Tornou-se Juiz de Direito em Pernambuco no ano de 1981, cargo que exerceu até 1997, quando se tornou Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Anteriormente ao ingresso no Poder Judiciário, atuou como jornalista, professor, assessor jurídico e advogado criminal.

Entre as funções e cargos exercidos pelo indicado no Poder Judiciário, destacam-se as atuações como:

- a) Juiz de Direito, 1981 a 1997;
- b) Supervisor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, 1988;
- c) Juiz Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, 1988 a 1991;
- d) Coordenador da Implantação dos Juizados de Pequenas Causas no Estado de Pernambuco, 1989;
- e) Juiz Eleitoral, 1995 e 1996;
- f) Desembargador, desde 1997;
- g) Integrante da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, 1999;
- h) Ouvidor Judiciário, desde fevereiro de 1999;
- i) Coordenador do Conselho de Defesa do Cidadão do Estado de Pernambuco, 2001 a 2003;
- j) Membro do Conselho Estadual da Paz, como representante do Tribunal de Justiça, 2004;
- k) Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 2005 a 2007; e
- l) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Entre os trabalhos publicados de autoria do Doutor Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes devem ser mencionados:

- a) "Estudo sobre Responsabilidade Penal", em conjunto com o desembargador Nildo Nery dos Santos, em trabalho de Direito Comparado coordenado pela Professora Francesca Molinari, publicado pela Universidade de Gênova, Itália, 1985;
- b) "O Juiz Criminal", publicado pela Revista Arquivo Forense, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, 1987;

- c) “Juizados Criminais: o Processo de Resultados”, publicado no nº 1 da Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, 1996.

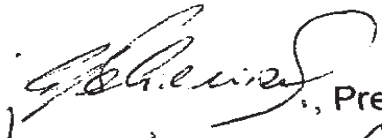
Entre os diversos prêmios e homenagens que recebeu, destaca-se a Menção Honrosa no Primeiro Prêmio *Innovare* – O Judiciário do século XXI, de caráter nacional, na categoria Tribunais, como o Tema “Ouvidoria Judiciária”, em 2004.

Finalmente, no tocante às exigências constantes do Ato nº 1, de 2007 desta CCJ, o indicado apresentou as declarações previstas, informando, quanto à existência de cônjuge, companheiro ou parente no exercício de atividades vinculadas a sua atividade profissional, que sua esposa Roberta Léocadie Caldas Marques é advogada da Petrobrás Distribuidora, desde 10 de abril de 2000. Uma de suas filhas, Tarsila Ribeiro Marques Fernandes exerce o cargo de Procuradora da União, lotada na Anatel, em Brasília, e a outra, Ísis Ribeiro Marques Fernandes, ocupa o cargo de Analista Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, ambas aprovadas por concurso público.

O indicado declarou ainda que nunca participou de empresas ou entidades não-governamentais; que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não figura como autor ou réu em ações judiciais, à exceção de dois processos em que figura como autor, um contra o Estado de Pernambuco e outro contra o Banco ABN-Real.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Doutor Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes para o Superior Tribunal de Justiça.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008

, Presidente

Senador Marco Maciel, Relator

*amv.
exercício*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL

Nº 216 , DE 2008

Altera o art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para estabelecer critérios de imputabilidade de índios.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º - O art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. No caso de condenação de índio por infração penal, o juiz deverá, ao aplicar a pena, considerar o grau de integração do índio, obedecendo também os seguintes critérios:

I- Os índios isolados, conforme o artigo 4º, inciso I, desta Lei, serão considerados inimputáveis.

II- Os índios em vias de integração e os integrados, conforme o artigo 4º, incisos II e III, desta Lei, serão considerados imputáveis e responderão de acordo com as leis penais vigentes no país.”

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Antes do advento do novo Código Civil (Lei 10.406/2002) os índios eram considerados relativamente incapazes. Quanto à imputabilidade penal, que era interpretada à luz do artigo 26 do Código Penal e do artigo 4º do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), predominava o entendimento no sentido da imputabilidade dos índios integrados, inimputabilidade dos isolados e da necessidade de exame pericial para aferição da responsabilidade penal dos índios em vias de integração.

O novo Código Civil, ao retirar os silvícolas do rol dos relativamente incapazes, determinou que estes teriam a sua capacidade regulada por legislação especial -Estatuto do Índio - que classifica os índios como sendo integrados, isolados ou em vias de integração. No entanto, vale ressaltar, que ao tratar da imputabilidade penal, o artigo 56 do referido

estatuto não faz qualquer distinção quanto ao grau de integração dos índios, estabeleceu apenas que haverá atenuação necessária da pena, e que as penas de reclusão e de detenção deverão ser cumpridas em regime especial de semiliberdade, na sede da FUNAI mais próxima da habitação do condenado. A lei, portanto, não faculta, mas impõe ao magistrado a decisão de atenuar a pena a ser aplicada ao silvícola, independente de este ser ou não plenamente integrado.

Exemplo disso foi o voto do Ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal que, ao analisar *habeas corpus* 85198/MA, que deferiu o regime de semiliberdade previsto no Estatuto pela simples condição de se tratar de indígena. No caso em questão, o Ministério Público Federal impetrou *Hábeas Corpus* (em favor de índio acusado de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e porte ilegal de arma) requerendo a realização de exame antropológico e psicológico para avaliação do grau de integração do silvícola na sociedade e a aplicação do regime de semiliberdade próximo à sua habitação. Com relação ao primeiro pedido, este foi dispensado tendo em vista o grau de escolaridade, fluência na língua portuguesa e o nível de liderança exercida na quadrilha. Quanto ao pedido de aplicação do regime de semiliberdade, este foi conferido unicamente por se tratar de indígena.

Na tentativa de evitar que episódios como estes voltem a ocorrer, a presente proposta visa alterar a redação do artigo 56 da Lei 6001/73 para definir o grau de imputabilidade dos silvícolas isolados, em vias de integração e integrados. Os isolados - aqueles que não mantêm qualquer contato com a civilização - seriam considerados inimputáveis. Por sua vez, os índios em vias de integração e os integrados, não fariam jus a benefício algum, respondendo, assim, de acordo com as leis vigentes no país.

Por todo o exposto, pedimos que os nobres Senadores e Senadoras aprovem a presente proposição.

Sala das Sessões, 29 , de maio de 2008.



Senador Lobão Filho

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217 , DE 2008

Altera o inciso IV e acrescenta o inciso V ao art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a *Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público e dá outras providências*, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27.
.....

IV – promover audiências públicas nas comarcas, pelo menos uma vez por ano, precedidas de ampla divulgação, e emitir relatórios, anual ou especial, além de recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no *caput* deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação, adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, fica acrescido do seguinte inciso V:

Art. 27.
.....

V – identificar, nas audiências públicas, as demandas sociais e, a partir dessa identificação, definir as prioridades institucionais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa tem por escopo preencher o grande vazio que se formou entre a sociedade, de um lado e, de outro, as instituições públicas e os poderes constituídos.

Para isso, mediante projeto de lei, preconizam-se duas alterações na lei ordinária que instituiu a Lei Orgânica da Nacional do Ministério Público.

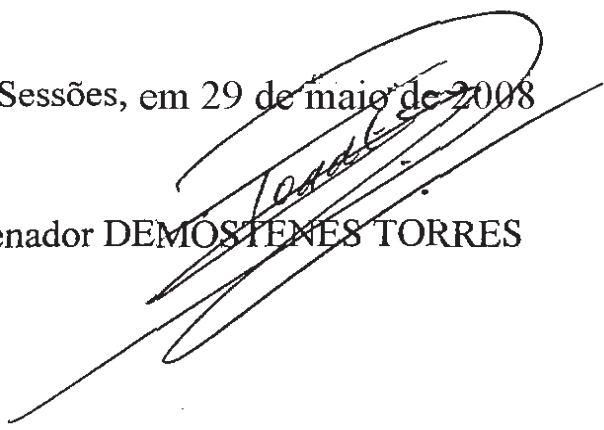
A primeira dessas alterações destina-se a instituir periodicidade de, pelo menos, uma vez por ano, para a realização de audiências públicas, que deverão ser precedidas de ampla divulgação. Isto porque a previsão contida no inciso IV do art. 27 da Lei nº 8.625, de 1993, de que o Ministério Público realizará audiências públicas, por ser mera faculdade, revelou-se sem força motivadora para gerar a necessária interação entre o *Parquet* e a sociedade brasileira.

A segunda alteração visa a identificar as demandas sociais e definir prioridades institucionais, sem excluir outros objetivos das audiências públicas, pois bem se vê, sobretudo em mutirões espontaneamente realizados pelo próprio Ministério Público, pela Magistratura ou pela Ordem dos Advogados do Brasil, que as populações das comarcas são carecedoras de atenções que vão além da emissão de certidões de nascimento.

A persecução desse resultado implicará a efetiva realização de direitos do cidadão, assegurados nas Constituições Federal e Estaduais, razão pela qual conto com o apoio dos ilustres pares para a rápida aprovação da medida legal proposta.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2008

Senador DEMOSTENES TORRES



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.

Mensagem de veto

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

.....

Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

- I - pelos poderes estaduais ou municipais;
- II - pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta;
- III - pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal;
- IV - por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública.

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

- I - receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas;
- II - zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;
- III - dar andamento, no prazo de trinta dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I;
- IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2008

Altera a redação de dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que *regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*, para modificar as penas descritas na Seção III, que trata dos crimes e das penas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 89.**

§ 1º Se a ilegalidade for cometida com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente do contrato celebrado sem licitação:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º A pena será aumentada de um terço se a dispensa ou a inexigibilidade ilícita, realizada com o fim de obtenção de vantagem material, ocorrer nas situações em que seria obrigatória a adoção do pregão, do leilão ou da tomada de preços.

§ 3º A pena será aumentada da metade se a dispensa ou a inexigibilidade ilícita, com o fim de obtenção de vantagem material, ocorrer em situação em que seria obrigatória a adoção da concorrência.

§ 4º Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público. (NR)”

“**Art. 90.**

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º A pena será aumentada de um terço se ocorrer em procedimento licitatório em que se deva adotar o pregão, o leilão ou a tomada de preços.

§ 2º A pena será aumentada da metade se ocorrer em procedimento licitatório em que se deva adotar a concorrência.

§ 3º Na mesma pena incorre aquele que, tendo concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da quebra do caráter competitivo do procedimento licitatório. (NR)”

“Art. 91.

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (NR)”

“Art. 92.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

..... (NR)”

“Art. 93.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (NR)”

“Art. 94.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (NR)”

“Art. 95.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

..... (NR)”

“Art. 96.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º A pena será aumentada de um terço se as condutas acima descritas ocorrerem em procedimento licitatório em que se adotou o pregão, o leilão ou a tomada de preços.

§ 2º A pena será aumentada da metade, se as mencionadas condutas ocorrerem em procedimento licitatório em que se adotou a concorrência.

§ 3º Incide nas mesmas penas do § 1º aquele que fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para a alienação de bem ou direito integrante do patrimônio da administração pública direta ou indireta, adquirindo-o por preço inferior ao de mercado.

§ 4º Nas mesmas penas incide o agente público que, de qualquer modo, por ação ou omissão, participe da fraude. (NR)”

“Art. 97.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (NR)”

“Art. 98.

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa. (NR)”

“Art. 99.

§ 1º Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a 50% (cinquenta por cento), nem superiores a 200% (duzentos por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos dias de hoje, a moderna política criminal recomenda a diminuição da tipificação de delitos, bem como sugere que o aumento de penas, por si só, não se revela fator que contribui para a diminuição da incidência criminal. Esse modo de pensar, no entanto, não se aplica aos chamados “crimes do colarinho branco”. Para esses, destacadamente aqueles direcionados ao patrimônio público, o tratamento penal tem sido bastante ameno.

O direito penal brasileiro mostra-se mais preocupado com a proteção do patrimônio individual do que com a defesa do patrimônio público. Não são esferas excludentes. Pelo contrário, ambas demandam igual nível de defesa. Ocorre que, no momento presente, o domínio público está muito mais desguarnecido.

A proposição em análise objetiva dar maior consequência aos tipos descritos na chamada Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Nessa ordem de preocupação, o projeto determina o agravamento das penas no âmbito da Lei nº 8.666, de 1993. Do modo como se encontram, elas são estabelecidas como sendo de “detenção” e não de “reclusão”. Essa circunstância impede, por exemplo, a prisão cautelar prevista no art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal (CPP) e a adoção de instrumentos eficazes de investigação, como a interceptação telefônica.

O apenamento, assim como nos demais crimes praticados contra a administração pública, é brando. Esse fato favorece, de tal ou qual maneira, a impunidade dos infratores, visto que as sanções não são concretamente aplicadas, ou, então, são alcançadas pela prescrição.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2008


Senador DEMÓSTENES TORRES

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção III Dos Crimes e das Penas

Art. 89. Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade:

Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 91. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais.

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 95. Afastar ou procura afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida.

Art. 96. Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I - elevando arbitrariamente os preços;

II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

III - entregando uma mercadoria por outra;

IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

V - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato:

Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 97. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.

Art. 98. Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 99. A pena de multa cominada nos arts. 89 a 98 desta Lei consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

§ 1º Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a 2% (dois por cento), nem superiores a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§ 2º O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE **1988**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219 , DE 2008 – Complementar

Altera a redação do art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que *dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências*, para assegurar ao Ministério Público acesso a informações contábeis, fiscais e bancárias de pessoas físicas e jurídicas, sem prévia autorização judicial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 6º** As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como os membros do Ministério Público, somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente ou, no caso do Ministério Público, houver inquérito civil ou procedimento investigatório instaurado.

Parágrafo único. O resultado dos exames, as informações e os documentos a que se refere este artigo serão conservados em sigilo, observada a legislação tributária e, no caso do Ministério Público, observada a legislação específica. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

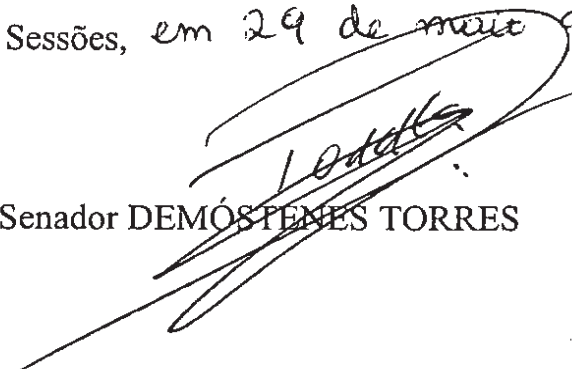
A alteração proposta visa assegurar ao Ministério Público (MP) a possibilidade de acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados financeiros e bancários de pessoas físicas e jurídicas. Esse modo de proceder já é atribuído aos agentes fiscais tributários. Dessa maneira, seria assegurada ao MP uma investigação mais eficaz de atos de improbidade administrativa e de crimes graves (financeiros, econômicos, tributários, contra a administração pública).

No momento presente, a complexidade dos crimes cometidos demanda a adoção de diligências sequenciais em relação a pessoas ou empresas. Essas medidas necessitam de cumprimento rápido em estabelecimentos bancários e financeiros distintos, por força de desdobramentos de operações geradas pelas modernas organizações

criminosas. Eventual demora em se obter autorização judicial visando o acesso de dados, que possam se revelar importantes para o desfecho de determinado caso, prestigia a indústria criminosa.

Nesse sentido, a presente proposta visa assegurar ao *parquet* acesso direto às informações financeiras com vistas à obtenção de provas, que possam levar a eventual condenação.-A proposição não abstrai o fato de o representante do Ministério Público ser responsável pela manutenção do sigilo dos dados colhidos. Essa circunstância já se encontra expressa na Lei Complementar nº 75, de 1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, e na Lei nº 8.625, de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2008.



Senador DEMÓSTENES TORRES

Legislação Citada

LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

.....

Art. 6º As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente. (Regulamento)

Parágrafo único. O resultado dos exames, as informações e os documentos a que se refere este artigo serão conservados em sigilo, observada a legislação tributária.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados
e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constitui-
ção que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19 , DE 2008

Altera o art. 37 para estabelecer isenção de
pagamento de inscrição em concurso público nos
casos que menciona.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos
termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar
acrescido do seguinte inciso II-A:

Art. 37.

.....

II-A São isentos do pagamento de taxa de inscrição em
concursos públicos os desempregados e os trabalhadores com
remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos;

.....

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de
sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das formas de aquisição de carreira e rendimentos, para
uma não desprezível parcela da população brasileira, é o serviço público.

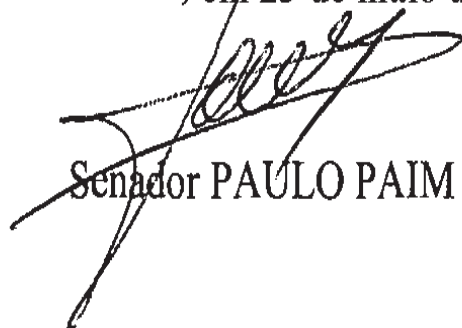
Graças aos mecanismos previstos na Constituição Federal
vigente, e, igualmente, à firme atuação do Poder Judiciário da defesa
daqueles, o acesso a um cargo efetivo no serviço público, ~~e a~~ aquisição da
correspondente estabilidade, dependem de aprovação prévia em concurso
público de provas ou de provas e títulos.

Ocorre que a realização de um concurso público, em todas as suas fases, exige dispêndios por parte tanto do órgão que sedia os cargos a serem providos quanto da banca examinadora. Essas despesas são cobertas, em parte, pelo valor arrecadado pelas taxas de inscrição.

Nem todos, contudo, são detentores de condição financeira para investir – e a palavra é esta, em face da crescente dificuldade das provas dos certames seletivos – algumas dezenas de reais na inscrição em um concurso no qual as chances de aprovação são sempre pequenas. Com isso, cria-se um pernicioso ciclo que afasta, mais e mais, as pessoas de menor condição financeira da disputa de cargos públicos em todas as esferas federativas.

É para oferecer uma solução a esse problema que apresentamos a presente proposta de Emenda à Constituição, buscando abrir caminho para a conquista de uma carreira e melhorias econômicas às pessoas sob necessidades financeiras, observando, inclusive, o incremento na competitividade e o respeito ao princípio da igualdade material.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2008



Senador PAULO PAIM

SENADOR

ASSINATURA

Rob Faria

~~Rob Faria~~
Cecilio

Rob Faria
Cecilio

Ma / no Met F.

Rob Faria

Rob Faria

Rob Faria

Rob Faria

Rob Faria

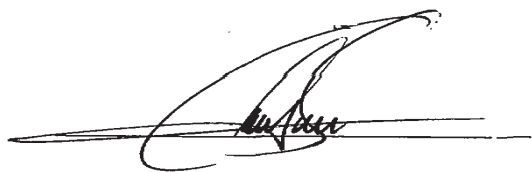
Rob Faria

Rob Faria

Rob Faria

Rob Faria

Rob Faria

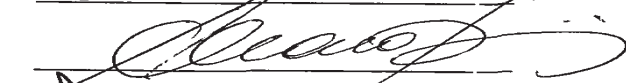


ANTONIO CARLOS JUNIOR

Romen Tuma

Augusto Bello

Wagner Suen



Daniel Camp

Heráclito

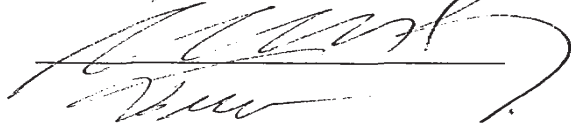
Heráclito

Flávio Abras

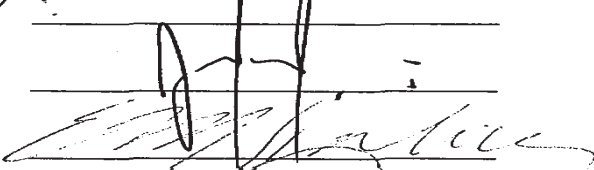
Flávio Abras

Geovani B. J. S.

Geovani B. J. S.



Geovani B. J. S.

Geovani B. J. S.

Geovani B. J. S.

Geovani B. J. S.

ASSINATURA

Roberto Silva

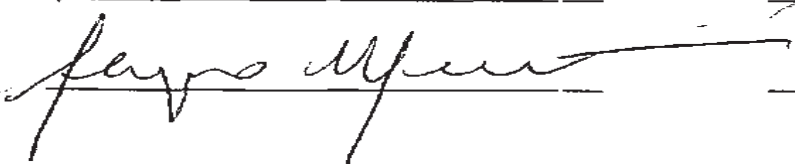
Edison Lobato Silva

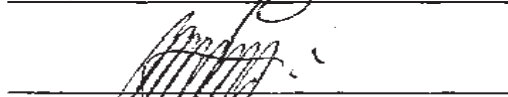
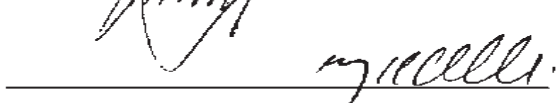
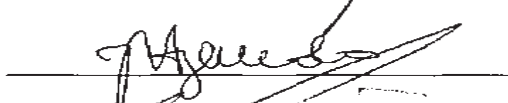
Valdir Rapp

Mário Coelho

Osé Wery

Aelmir Santana





LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nos termos do acordo das Lideranças, a Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a próxima terça-feira, dia 3.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 414, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 414, de 2008, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 15, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, que altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008)

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 419, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 419, de 2008, que altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

*(Em regime de urgência,
nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5,
DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sér-

gio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

20**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

21**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
96, DE 2003**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

22**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

23**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem),

que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

24**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

25**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas n°s 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas n°s 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda n° 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas n°s 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas n°s 13 a 18-CDR.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2003 (n° 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob n° 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2004 (n° 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei n° 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob n° 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 24, de 2005 (n° 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob n° 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 67, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 67, de 2005 (n° 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei n° 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento n° 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas n°s 1 a 3-CI, de redação, que apresenta.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2005 (n° 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob n° 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 111, de 2005 (n° 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob n°s 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papa-léo Paes, favorável, nos termos da Emenda n° 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova

no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

40**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais

de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão

do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os

dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob n°s 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1° pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2° pronunciamento (sobre a Emenda n° 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

48**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso n° 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob n° 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n° 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob n°s 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
- Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

50**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N° 53, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo n° 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória n° 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integra-

ção Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução n° 1, de 2002-CN.

51**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

57

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

58

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia**nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta,

solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder de cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

59

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

60

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia**nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

61

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia**nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

62**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

63**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

64**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

65**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

66**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

67**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

68**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

69**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

70**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos

Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

71**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

72**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas, etc)

73**REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

74**REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

75**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

76**REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV).

77**REQUERIMENTO Nº 413, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

78**REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

79

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

80

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

81

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

82

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

83

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

84

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).

85

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que convocou sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 11 de junho do corrente, quarta-feira, às 10h, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, anteriormente convocada para o dia 5 de junho do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 686, 687, 700 e 701, de 2008**, lidos anteriormente, de autoria, respectivamente, dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy e Arthur Virgílio.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados.

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 581, de 2008**, do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão solene especial destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-senador Artur da Távola.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com voto de louvor do Senador Paulo Duque.

A Presidência marca a sessão para o dia 10 de junho próximo, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- Anteriormente, foram lidos os **Requerimentos nºs 370 e 697, de 2008**, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 20 de agosto, de sessão especial destinada a homenagear a Maçonaria brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, com louvor do maçom Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- Convidamos para usar da tribuna, de acordo com a ordem dos oradores inscritos, o Senador João Vicente Claudino, do Piauí e do Partido Trabalhista Brasileiro.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, do nosso querido Piauí, Srs. Senadores presentes, tenho acompanhado atentamente pelos jornais a problemática envolvendo a questão da alta dos preços dos produtos agrícolas e a produção de biocombustíveis. Esse assunto é da maior importância e, a meu ver, merece uma atenção especial por parte do Senado da República, haja vista as afirmações de alguns líderes mundiais apontando o programa de biocombustível do Brasil como um dos responsáveis pela elevação dos preços dos produtos agrícolas.

De fato, desde 2007, temos verificado uma elevação expressiva nos preços de algumas *commodities*, sobretudo o trigo, o milho e o arroz. De acordo com os dados da FAO - Organização para a Agricultura e Alimentação, vinculada às Nações Unidas -, os preços dos alimentos subiram 35% no ano passado e, em 2008, já registraram uma alta de 65%. No fim de março deste ano, por exemplo, os preços do trigo e do arroz praticamente dobraram em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto o milho aumentou 33%.

O problema não é localizado, mas tem alcance global. Na Tailândia e no Haiti, por exemplo, o preço do arroz triplicou no ano passado. Na China, mercado que até certo ponto consegue manter uma frágil estabilidade

em comparação com economias de outros países por causa da mão-de-obra barata empregada na produção de manufaturados, o preço médio dos alimentos subiu 21% desde o começo do ano, segundo informe do Departamento de Estatísticas daquele país.

Em função do aumento do preço dos alimentos, levantes populares têm-se verificado em diversos países, como, por exemplo, Haiti, Camarões, Bolívia, México, Egito e Sudão.

Todo esse cenário, Srs. Senadores, fez com que, no último dia 11, o Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, solicitasse uma resposta conjunta, por parte das Nações Unidas, do FMI e do Banco Mundial, a respeito do papel desempenhado pelos biocombustíveis na alta dos preços dos alimentos. Dirigindo-se por carta ao Primeiro-Ministro japonês, Yasuo Fukuda, como *chairman* do grupo das nações industrializadas (G8), o Sr. Gordon Brown afirmou que “precisamos urgentemente examinar o impacto nos preços dos alimentos provocado pelos diferentes tipos e métodos de produção de biocombustíveis e assegurar que seu uso seja responsável e sustentável”.

Por sua vez, a respeitável Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - afirmou que um aumento de 15% no preço dos alimentos provocará uma elevação do nível de indigência na região para cerca de 15 milhões de pessoas. Como existe também uma estimativa de que haja um aumento de 5% da renda familiar dos países latino-americanos, esse número se reduz um pouco, “mas cerca de 10 milhões de pessoas entrariam na indigência, e um contingente similar passaria à condição de pobre. Isso sem contar com o agravamento social das pessoas que já vivem na pobreza e na indigência”.

Diante da gravidade desses fatos, o Governo brasileiro solicitou à ONU que realize um estudo detalhado sobre a atual crise dos alimentos vivenciada pelo planeta, a fim de verificar se os biocombustíveis são ou não responsáveis pelo que está ocorrendo.

Esse, Sr. Presidente, é mais um embate que a nossa diplomacia terá de enfrentar, num momento crucial para o fortalecimento do programa brasileiro de biocombustíveis. Ao que tudo indica, os países ricos, mais uma vez, tentam, de forma simplista, achar um “bode expiatório” para um problema complexo, que envolve diversas variáveis.

O Instituto Internacional para a Pesquisa em Política de Alimentos, sediado em Washington D.C., por exemplo, estima que a produção de biocombustíveis seja a responsável por 25% a 33% do recente aumento no preço das *commodities* agrícolas. Ou seja, Srs. Senadores, essa estimativa confirma a tese de que

existem outros fatores a influenciar a alta dos preços agrícolas.

O primeiro desses fatores, e certamente um dos mais importantes, é o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, particularmente a China e a Índia. Nos últimos anos, esses países vêm aumentando seu nível de prosperidade econômica, passando a consumir mais proteína animal, o que faz com que haja uma forte pressão sobre a demanda de grãos necessários à produção de ração.

Um segundo componente dessa crise é a queda dos estoques mundiais de alimentos e as quebras de safra, em virtude de secas e inundações ocorridas em várias partes do mundo. Nesse sentido, quero destacar a importância da seca enfrentada pela Austrália nos últimos seis anos, que reduziu significativamente a produção de trigo e de arroz.

O terceiro fator de grande importância é o contínuo aumento dos custos de energia, de transporte e dos fertilizantes, em decorrência da elevação do preço do petróleo. Como sabemos, a atividade agrícola hoje é intensiva em petróleo, insumo fundamental para movimentar as máquinas utilizadas no campo, para produzir fertilizantes químicos e para transportar colheita. Ora, o petróleo atingiu níveis nunca antes vistos, já, por exemplo, tendo ultrapassado a barreira dos US\$126 por barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York.

Então, Srs. Senadores, o argumento de que a produção de biocombustíveis é responsável pela alta dos preços agrícolas não oferece a mínima resistência aos fatos. Trata-se de um argumento falso, lançado aos quatro ventos, de modo irresponsável, pelos países que não querem ver o sucesso dos biocombustíveis.

Nunca é demais lembrar que os principais distúrbios associados ao aumento de preços estão ligados ao arroz e ao trigo, produtos que não são largamente utilizados na produção de biocombustíveis. Não é demais lembrar também que, no caso específico do Brasil, a produção de etanol está baseada no plantio de cana-de-açúcar, e que não se trata de um projeto recente, motivado apenas pelo problema do aquecimento global. Desde a década de 1970, já investimos nessa tecnologia, por intermédio do Proálcool!

Se houver algum impacto da produção etanol sobre os preços dos alimentos, ele certamente virá dos Estados Unidos, que utilizam o milho para produzir seu etanol, e mesmo de alguns países da Europa, que fazem uso da beterraba com a mesma finalidade. Nos Estados Unidos, a propósito, 20% da safra de milho tem esse destino. E o Fundo Monetário Internacional estima que essa produção seja responsável

por metade do aumento no preço mundial do milho nos últimos três anos.

Finalmente, precisamos também nos lembrar dos fortes subsídios agrícolas, concedidos tanto pelos norte-americanos, quanto pelos europeus.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Vicente, confesso-lhe que já me encaminhava para o carro, quando me detive no pronunciamento de V. Ex^a e resolvi vir a plenário me associar ao que V. Ex^a diz, pela oportunidade e exatamente pelo fato de que todos nós, brasileiros, temos de nos unir no sentido de repelir, sob qualquer aspecto, essa tentativa internacional de boicote à vocação brasileira de ser o celeiro do mundo. O pronunciamento de V. Ex^a aborda muito bem a questão do etanol. A opinião pública internacional, com seu poderoso *lobby*, tenta confundir o mundo com relação ao programa do etanol brasileiro e os programas de outros países, basicamente os Estados Unidos. V. Ex^a foi muito feliz em fazer a separação, até porque a soja brasileira, quando destinada a alimentação, tem incentivo, e o incentivo é muito mais rentável do que destinar soja para o biocombustível. A prática do uso do milho como matéria-prima no Brasil não existe. O biocombustível brasileiro é produzido com a cana-de-açúcar, o que não afeta em nenhum momento a questão do alimento, a questão da fome, porque o açúcar é aproveitado, é tirado e usa-se inclusive um subproduto – o bagaço – para produção de energia. Mas V. Ex^a tem razão. Tenho tido oportunidade, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de participar de algumas discussões sobre o tema. No ano passado, na Inglaterra, no Reino Unido, nós tivemos um debate em que o Senador João Tenório – para mim, entre os nossos colegas, um dos maiores conhecedores da matéria – mostrou por a mais b, ao Parlamento inglês, aos membros das duas comissões, que aquilo era uma campanha desleal que se fazia contra o Brasil. Se nós formos aos Estados Unidos vamos ver a mesma campanha. Causa preocupação ao mundo mais rico o índice de crescimento que o Brasil vem alcançando e a sua vocação exatamente para celeiro do mundo. A confusão que se tenta fazer vai também para o campo ambiental. Isso joga dúvida sobre o fato de estarmos ou não comprometendo a Amazônia. É uma ignorância geográfica dos que não conhecem o País, não sabendo eles que é determinação nossa, dos brasileiros, preservar a Amazônia, até porque ela não tem vocação para a cana-de-açúcar na escala que o programa

deseja. Nós temos no Brasil, no nosso Piauí inclusive, áreas que servirão, com certeza, para sustentar esses projetos para matar a fome que hoje apavora tantos e a todos. Mas o Brasil paga também um preço, Senador João Vicente, na questão da exportação de carne. Em determinado momento, quando a Irlanda se sentiu atingida pela concorrência, a primeira providência foi, por meio do mecanismo de solidariedade da União Européia, conseguir um boicote à carne brasileira. Só que eles se esqueceram que o mundo hoje, o mercado do mundo mudou de endereço: não é mais somente União Européia, não é mais somente Estados Unidos. Com o crescimento que nós estamos acompanhando na Ásia, na África, os mercados se abrem. Isso vale para alimento e para economia. O dinheiro do mundo, que concentrava suas aplicações em Nova Iorque e em alguns países poderosos da União Européia, passou agora a ter endereços bem mais fluídos e opções bem maiores. Daí por que esse pronunciamento de V. Ex^a merece meditação dos Senadores, merece reflexão por parte do Governo e da imprensa. Nós temos de ter, como bandeira de luta, este discurso de afugentar o espírito mau, o mau agouro daqueles que não querem ver, de jeito nenhum, o Brasil crescer de maneira correta, seguindo os padrões internacionais de respeito à natureza. Mas o Brasil precisa crescer e se tem vocação para esse crescimento nascer do campo, no momento em que o mundo inteiro clama por alimentos, não há por que os poderosos se voltarem contra o Brasil apenas por temerem isso. Com certeza, eles sabem que isto é uma verdade: o Brasil, dentre em breve, será um deles. Muito obrigado.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

– Concordo plenamente com seu aparte, Senador Heráclito Fortes, e o incorporo ao nosso pronunciamento na íntegra.

Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Vicente Claudino, o pronunciamento de V. Ex^a realmente é completo, pois abrange a análise dos fatores externos e internos com relação não só ao aumento do preço dos combustíveis, mas principalmente à polêmica do etanol. Externamente, é muito claro. Qualquer um que de modo elementar olhe a questão vê que o aumento do preço do petróleo e os subsídios que os países desenvolvidos dão aos seus agricultores seriam suficientes para aumentar realmente o preço do alimento no mundo, fora, como diz com insistência o Presidente Lula, que tem mais gente comendo. Internamente, Senador João Vicente, algumas questões também são equivocadas. Há o aumento do IOF e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido; e uma polí-

tica ambiental equivocada e indigenista que esteriliza áreas imensas, seja no Centro-Oeste, seja na Mata Atlântica, seja no Nordeste, seja na Amazônia. Então, todo esse conjunto fala em desfavor de um aumento da produção de alimentos no Brasil. Há também, e especialmente, a preocupação dos países ricos de que também nos tornemos um dos países ricos do mundo. Ora, nenhum desses países têm a condição de produzir que nós temos, seja a soja, seja o milho, seja qualquer grão, assim também com relação à carne. Então, há a preocupação internacional de nos sufocar e há uma política interna equivocada, manipulada externamente para também nos sufocar. Assim, uma análise como a de V. Ex^a, que é um empresário competente, realmente colabora para que possamos encontrar uma posição de independência e de cabeça erguida para solucionar os nossos problemas internos com relação à alimentação e produção e ser um grande concorrente mundial na produção não só do etanol como também de alimentos para o mundo, seja grãos, seja carne.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

– Não tenha dúvida, Senador Mozarildo, esse tema suscita o debate da questão tributária, da política fundiária, da política agrícola, de forma que é uma discussão bem ampla.

Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – João Vicente, eu também já estava a caminho da residência quando ouvi o discurso de V. Ex^a. Sou conterrâneo seu por adoção, pois o seu Estado me concedeu um título de cidadão honorário, o que muito me deixa honrado. Faço aqui um papel de Senador pelo Distrito Federal e, certamente, quero fazê-lo também pelo Estado do Piauí. Então, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, resolvi passar aqui para, primeiro, ouvi-lo de viva voz e, segundo, dizer que é um assunto que V. Ex^a enfoca em bom momento. O aparte do Senador Heráclito Fortes também engrandece o seu discurso. Tive oportunidade de presenciar esse debate viajando com o Senador Heráclito em alguns países pela Comissão de Relações Exteriores, e ele sempre colocou essa matéria como sendo uma matéria de relevância para o nosso País e para os países pobres que, certamente, sabem fazer uso de suas áreas, que são extensas. No Brasil, naturalmente, temos áreas ainda disponíveis para alternativas de produção sem prejudicar a questão dos alimentos. É claro que alguns países querem colocar o Brasil como responsável pela elevação dos preços dos alimentos, vinculando à produção de etanol. Não é verdadeira a relação que querem fazer, porque o que está em jogo é que temos uma produção sem subsídios, uma produção que é possível crescer ainda mais. Há,

inclusive, estudos recentes dando outras alternativas para áreas que nem plantamos e que, certamente, no futuro, vamos plantar com outras alternativas para a produção de combustíveis. Então, o que está em questão é que eles também fazem etanol, mas com produtos que têm grandes subsídios e que são vinculados à alimentação, como é o caso do milho nos Estados Unidos. O nosso, não. O nosso é de cana, é de outras substâncias que não estão envolvidas, que não comprometem a produção dos nossos alimentos e que, hoje, estão causando algumas preocupações em países que também produzem combustível, mas baseados em altos subsídios. Esse não é o caso brasileiro. Portanto, associo-me, como Senador do Distrito Federal e como seu conterrâneo piauiense, às palavras de V. Ex^a, que, em boa hora, levanta essa questão. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso que faz nesta tarde.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Senador Adelmir Santana, incorporo o seu aparte na íntegra. V. Ex^a é um empresário de sucesso e também uma liderança empresarial com importante grandeza no cenário nacional. Como também diz o Senador Mão Santa, a nossa Bancada do Piauí, que tem quatro Senadores, mesmo com a ausência do Senador Sibá, incorpora com muita alegria esse filho piauiense que nasceu em Nova Iorque não dos Estados Unidos, mas na Nova Iorque do Maranhão, às beiras do Rio Parnaíba e hoje torna-se piauiense de fato.

Sr. Presidente, finalmente, precisamos também nos lembrar dos fortes subsídios agrícolas concedidos tanto pelos norte-americanos quanto pelos europeus. Como o Governo norte-americano subsidia a produção interna do etanol e impõe tarifas sobre as importações, os preços para o produtor doméstico são muito convidativos e a produção vem aumentando bastante em detrimento de outros produtos, como a soja, cuja escassez fez elevar o preço do óleo de cozinha. O preço do milho mais elevado, por sua vez, encarece a ração animal e conseqüentemente as proteínas animais.

Essa breve análise que acabo de fazer com base em alguns estudos a que tive acesso mostra que culpar unicamente os biocombustíveis pela alta dos preços agrícolas é uma falácia. O problema é bastante complexo e já não vem de agora; ele é o resultado de várias políticas que vêm sendo adotadas por diversos países ao longo de muitos anos, como, aliás, a própria FAO reconhece.

Certamente, existem fortes interesses internacionais atuando na tentativa de culpar apenas a produção dos biocombustíveis, em especial os biocombustíveis brasileiros. Ora, nada pode ser feito para conter a demanda por alimentos, porque a população mundial

continua crescendo, tampouco é possível aumentar rapidamente sua produção. Os altos preços da energia, como o petróleo, também não estão sujeitos ao controle total dos governantes, a única variável sobre a qual há margem de manobra é o biocombustível.

A humanidade chegou a um momento crítico, no qual, por um lado, temos o problema do aquecimento global; por outro, temos uma demanda crescente de energia, que precisa ser atendida preferencialmente por fontes não-emissoras de gases causadores do efeito estufa, como é o caso dos biocombustíveis. Atrelada a tudo isso, há a questão do aumento populacional, que pressiona a demanda de alimentos e, em especial, a elevação do consumo de carne, que produz um forte impacto nos preços dos grãos utilizados na fabricação da ração animal.

Existe, portanto, uma competição pelos recursos naturais do planeta, e nosso futuro, e também o das gerações vindouras dependerá diretamente das decisões que adotarmos agora.

Por isso, considero fundamental que o Senado da República, como Casa representativa da Federação, participe ativamente desse debate, que é muito mais do que apenas um debate que envolve opções da política externa brasileira. É um debate de interesse de toda a humanidade!

Desse modo, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade para enaltecer o trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que tem promovido audiência pública para debater a crise mundial de preços dos alimentos e suas conseqüências no Brasil, a fim de que todos nós, Senadores e Senadoras, possamos também nos posicionar quanto a esse problema tão relevante para o nosso País e para o mundo.

Queria também, Sr. Presidente, pedir para incorporar ao nosso pronunciamento uma matéria escrita pelo ex-Ministro do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura e ex-Deputado Federal, o economista Delfim Netto, no *Valor Econômico* do dia 13 de maio, intitulada *Independência Alimentar e Etanol*.

E também queria, aproveitando o tempo, pedir que ficasse consignado em ata como lido um pronunciamento que faria e que julgo da mais alta relevância para o País, principalmente em um momento de equilíbrio econômico, com o *Investment Grade* conquistado pelo Brasil, da legislação sobre os investimentos estrangeiros no País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.

DO SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

Quero tratar, hoje, de um tema que julgo da mais alta relevância para nosso País: a legislação sobre o investimento estrangeiro.

Uma legislação, Senhor Presidente, que não pode ser excessivamente permissiva, a ponto de contrariar os legítimos interesses nacionais. Mas que, por outro lado, também não pode ser muito restritiva, já que o acúmulo de obstáculos à circulação de capitais termina por reduzir nossas perspectivas de desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, Senhoras e Senhores Senadores, essa legislação vem sendo aperfeiçoada, sempre no sentido de permitir maior flexibilidade à movimentação dos capitais.

O primeiro passo foi a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplinou o registro, em moeda estrangeira, de capitais detidos por não residentes no Brasil. Consideraram-se capitais estrangeiros, para os efeitos da referida lei, os bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços. Também foram considerados capitais estrangeiros os recursos financeiros ou monetários introduzidos no País para aplicação em atividades econômicas. A condição era que, em ambas as hipóteses, os capitais pertencessem a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

O problema, Senhor Presidente, é que a Lei nº 4.131 deixou uma pendência: o chamado capital contaminado. Uma parcela significativa dos recursos investidos no Brasil não atendia ao disposto na Lei, seja por não se conseguir provar seu ingresso, seja por perda do prazo legal para o registro, seja por outras razões. De modo que logo surgiram complicações. Não se tinha conhecimento preciso desse montante, com o que se negligenciava informação potencialmente importante para a elaboração da política monetária e cambial do País. Ao mesmo tempo, os capitais contaminados enfrentavam sérias restrições para a repatriação e a remessa de lucros e de dividendos.

A situação começou a ser revertida com a Lei nº 9.069, de 9 de junho de 1995, que deu competência ao Conselho Monetário Nacional para regulamentar os limites e as condições de ingresso e saída do País da moeda nacional. Uma regulamentação que se fez por meio da Resolução nº 2.337, de 28 de novembro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, e da Circular nº 2.997, de 15 de agosto de 2000, do Banco Central do Brasil.

Dessa forma, Senhoras e Senhores Senadores, lançou-se a possibilidade de adoção de um outro sistema de registro de capitais estrangeiros, este realizado em moeda nacional. Ou seja, passaram a coexistir dois sistemas: o registro em moeda estrangeira, disciplinado pela Lei nº 4.131, de 1962; e o registro em moeda nacional, criado pela Resolução nº 2.337, de 1996, do Conselho Monetário Nacional.

Quanto ao capital contaminado, surgiram duas interpretações. A primeira, baseada no texto da Circular nº 2.997, do Banco Central do Brasil, era de que somente estava autorizado o registro do capital contaminado ingressado a partir de 28 de novembro de 1996, data de edição da Resolução nº 2.337. A segunda interpretação, porém, era de que tal restrição não se impunha, já que a própria Lei nº 9.069, de 1995, ao dar autorização ao Conselho Monetário Nacional para regulamentar o ingresso e a saída de moeda nacional e estrangeira, não estabeleceria qualquer limite de prazo.

De qualquer maneira, todas as dúvidas quanto a essa questão foram afastadas a partir da Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que dispôs sobre o chamado *Pacote Cambial*, e que veio a converter-se na Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006. Em seu artigo 5º, a referida Lei possibilita o registro de quaisquer capitais detidos por não-residentes, independentemente de registro prévio e sem limitação relativa à data do investimento.

Enfim, Senhor Presidente: temos, hoje, uma situação muito mais confortável que a de quatro décadas atrás; a circulação de capitais estrangeiros em nosso País foi facilitada, e isso é muito importante para o crescimento de nossa economia.

Não obstante, penso que ainda cabem, sobre o assunto, algumas reflexões.

Em primeiro lugar, até pelo caminho trilhado na busca de maior liberdade para os investimentos, há que se reconhecer que as normas cambiais e de registro estão dispostas numa diversidade de diplomas: leis ordinárias, resoluções do Conselho Monetário Nacional, circulares do Banco Central do Brasil, etc.

É certo que o Banco Central procura manter atualizados manuais que consolidam as respectivas normas, e que os registros foram unificados em um só sistema de Registro Declaratório Eletrônico. Ainda assim, muito provavelmente, uma consolidação das leis e dos demais atos normativos relacionados à questão contribuiria para maior estabilidade institucional e, como consequência, promoveria maior atração de investimentos estrangeiros.

Obviamente, dada a complexidade do assunto, é de todo recomendável que as propostas nesse sentido sejam discutidas com o Banco Central. Nenhuma tentativa séria de disciplinar a matéria pode prescindir de debates com o corpo técnico daquela Instituição, que lida diariamente com as dificuldades advindas do arcabouço normativo em vigor.

Outra consideração que me permito fazer, Senhoras e Senhores Senadores, diz respeito ao fato de que a principal fonte de atração de investimentos externos diretos, ou seja, investimentos de empresas multinacionais no País para a produção de bens e serviços, é a oportunidade de realizar negócios lucrativos.

Ora, é evidente que tais negócios são afetados pela legislação cambial, que pode impor restrições às remessas de lucros e de dividendos e à saída de capitais. Mas são afetados, também, por uma série de outros fatores, na verdade aqueles mesmos fatores que inibem os investimentos na produção de bens e serviços dos residentes no País: taxas de juros elevadas, sistema tributário complexo, carga tributária pesada, legislação trabalhista rígida e ineficiência do setor público. O tratamento adequado dessas questões, sem a menor sombra de dúvida, é de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa economia.

Em resumo, Senhor Presidente:

Volto a enfatizar que avançamos bastante nesse tema do investimento estrangeiro no Brasil. Mas devemos refletir sobre a necessidade de consolidar a legislação referente ao assunto. Paralelamente, devemos permanecer atentos àqueles fatores que, nos campos econômico, tributário, trabalhista e administrativo, se traduzem em ineficiência, e acabam afastando os investidores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
Valor	13 mai. 08	Brasil	A	2

**ANTONIO
DELFIN
NETTO**

Independência alimentar e etanol

É plenamente justificada a indignação do presidente Lula com a sórdida campanha européia e da ONU (que tem o mais nobre objetivo e a mais indecente performance para atingi-lo) contra os biocombustíveis e, em particular, contra o etanol brasileiro. Trata-se da mais pura chicana política. Vereadores de arraial, disfarçados de estadistas, defendem os mais inconfessáveis interesses econômicos com o falso argumento que eles irão produzir a fome no mundo. Chicana, em primeiro lugar, porque a Europa criou o biodiesel (de colza) e, de fato, é a maior produtora mundial do produto. E, em segundo lugar, porque o Brasil tem aumentado, simultaneamente, a produção de alimentos e de cana-de-açúcar, como se vê abaixo:

Produção brasileira Em milhões de toneladas

Safra	Grãos**	Cana
2004-2005	114,7	423,0
2005-2006	122,5	457,2
2006-2007	131,8	515,3
2007-2008*	142,1	558,1

Fonte: CONAB/IBGE *Estimativa 07/08 **Cereais, leguminosas e oleaginosas

A safra de grãos 2007/08 revela aumento de 7,1% com pequeno crescimento de área plantada (1,6%) e 5,5% de aumento da produtividade. Ao mesmo tempo cresceu a produção de cana-de-açúcar em 8,3%. Com relação à cana, convém lembrar que a área média renovada anualmente (com o plantio de alimentos) é da ordem de 13%. No setor sucroalcooleiro, duas observações são importantes: 1) com o aumento da colheita mecanizada há uma enorme redução do uso da mão-de-obra na atividade (grosseiramente, para cada tonelada de cana colhida mecanicamente, dispensa-se um colhedor). Em São Paulo, por exemplo, onde a mecanização está em torno de 45%, estima-se que a colheita da produção da ordem de 350 milhões de toneladas (contra 320 na safra 2006/07) exigirá praticamente a mesma mão-de-obra da safra anterior. Se a mecanização fosse maior, haveria dispensa de mão-de-obra. O cronograma fixado em lei é atingir 100% de área mecanizável em 2021 e 100% de área "não-mecanizável" (queima em área menor do que 150 hectares ou declividade maior do que 12%) em 2031; e 2) produzimos hoje um litro de etanol com 1/3 da terra exigida há 25 anos (devido aos ganhos tecnológicos).

Vemos que, graças às pesquisas que realizou, o Brasil criou uma eficiente agricultura tropical que deixa longe o fantasma malthusiano: produzimos mais, com menos terra e menos mão-de-obra! O mesmo acontece, aliás, no setor da pecuária de carne (onde somos o primeiro exportador mundial) e de leite (onde em breve assumiremos um importante papel no mercado internacional).

Se isso não fosse suficiente para mostrar a tolice de atribuir ao etanol brasileiro uma redução da produção de alimentos,

bastaria lembrar que, dos seus 850 milhões de hectares, o Brasil tem (com a tecnologia hoje existente) cerca de 350 milhões de terras agricultáveis, dos quais apenas 8 milhões (ou seja menos de 2,5%) estão ocupados com cana-de-açúcar. A pecuária ocupa 60% da área, mas a disponibilidade de pastos degradados que estão sendo liberados pelo avanço da tecnologia na produção da carne e de laticios garante que podemos dobrar (ou mesmo triplicar) a produção de etanol sem derrubar uma árvore! O mesmo acontece com a cultura de grãos, que ocupa menos de 75% das terras próprias para

Campanha da Europa e ONU é pura chicana política

sua produção.

O que está acontecendo no mundo deveria ser objeto de nossa reflexão. Deve ser agora evidente, para os ingênuos que defendem o livre-comércio "à outrance" por pura "bobice" ideológica, que os interesses nacionais não terminam nas "vantagens comparativas". Toda nação busca a autonomia alimentar, de forma que o comércio de alimentos será sempre um complemento da produção interna. Que falta lhes faz a história!

Como foi possível chegar a essa situação caótica onde a fome ameaça o mundo? Situação que não foi prevista ou intuita pela suposta "inteligência política e econômica" que sustentamos na ONU, na FAO, na OMC, no FMI, no Banco Mundial e "tutti quanti"? Quando e como nasceu isso? No fim da Segunda Guerra Mundial, a necessária autonomia alimentar mostrou a sua cara. Todos os países a procuraram através do suporte às suas políticas agrícolas. Quarenta anos depois, a Europa não sabia o que fazer com seus estoques produzidos por subsídios e "cotas" (alguém se lembra da "manteiga" e do "leite em pó?"), que protegeram uma agricultura ineficiente à custa de impedir as importações dos emergentes e, portanto, sem induzi-los a realizarem seu desenvolvimento com o aumento da produção para a exportação.

E o que emergiu agora em plena negociação da Rodada Doha? O fantasma da fome e a busca da autonomia alimentar! Tomados de pânico, os países trataram de defender-se proibindo temporariamente as exportações. Pior, vários países estão desenvolvendo outra vez programas subsidiados e protegidos por "cotas" de importação de alimentos: a Rússia com a carne de porco, China e a Índia com os grãos, Irlanda com a carne de boi, a insensata (do nosso ponto de vista) defesa francesa da Política Agrícola Comum (CAP) e a "Farm Bill" aprovada pelo Congresso dos EUA.

Os preços agrícolas estão subindo por muitos motivos: 1) o mais importante talvez seja a desvalorização da unidade de conta do comércio internacional, o dólar; 2) pela redução dos estoques (recomendação da própria OMC), porque com a "liberdade de comércio" eles seriam dispensáveis; e 3) pela especulação desenfreada dos "hedges funds". O que restará disso? Primeiro, grandes conversas diplomáticas, lútero-musicais nos foros internacionais. Segundo, concretamente e por "baixo do pano", cada um vai buscar sua independência alimentar...

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento
E-mail: contatodelfimnetto@terra.com.br

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após brilhante pronunciamento do Senador piauiense João Vicente Claudino, empresário vitorioso em todos os setores, que representa o Estado do Piauí e que tem perspectiva invejável na política desse Estado, relatando suas preocupações quanto à produção de alimentos, à fome, à inflação, à alta de preços, e dando sugestões ao nosso Governo, convidamos para vir à tribuna o próximo orador inscrito, que representa o Estado do Amapá, Geovani Borges, do nosso PMDB, e que aqui substitui seu irmão, grande líder daquele Estado.

Antes, porém, anuncio a honrosa presença, na nossa tribuna de honra, de dois líderes do Estado do Maranhão: o Pedro Filho, ex-Prefeito de Conceição do Lago-Açu; e Jairo Araújo, Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Lugar. Sou filho de maranhense – meu pai é maranhense – e aprendi com ele, desde cedo, a canção do Tamoio:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar”.

Tem a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero me juntar aos demais colegas e prestar a minha última homenagem ao exemplar Senador Jefferson Péres. O seu passamento, rápido e silencioso, foi altivo e definitivo como as decisões que tomou ao longo da vida. Baluarte da moral, foi uma espécie de reserva de virtudes que nos envaidecia. Pequeno na estatura, foi um gigante no agir e no pensar. Arrisco, até, a supor que o saudoso Senador era tão tímido e franzino de maneiras quanto expansivo e intenso de coração. Que Deus o tenha em bom lugar!

A outra razão que me traz à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, é a genuína preocupação com a pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que, por sua vez, bate com os números coletados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de que vem crescendo a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos no Brasil.

A publicação mostra que o Brasil lidera o *ranking* de maior proporção de jovens entre os desempregados em uma lista de dez países, que inclui Argentina, México, Alemanha, Espanha, Itália, França, Grã-Bretanha, Suécia e Estados Unidos.

Em bom português, isso significa que a transição dos jovens do sistema educacional para o mundo do trabalho está em crise.

Pior: a situação econômica do País não permite que muitos tenham educação de qualidade, especialização técnica ou conclusão curricular.

Do total de desempregados brasileiros, metade tem entre 16 e 24 anos. É o que revela o relatório Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2006, divulgado semana passada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta é a segunda vez que a OIT publica dados sobre o tema do desemprego juvenil.

No Brasil, outro fenômeno chama a atenção: 52% dos jovens empregados, segundo o relatório, trabalham sem carteira assinada e sem nenhuma proteção social, o que contribui para o empobrecimento da população.

O estudo conclui que políticas de emprego não devem apenas ser julgadas pela capacidade de colocar o jovem em um posto de trabalho, mas devem avaliar até que ponto a experiência de trabalho permite adquirir novos conhecimentos.

Ora, é fundamental que políticas de emprego desenvolvam estratégias destinadas a romper, e não a reforçar, as barreiras sociais que se colocam frente a estes jovens.

Diante dos dados divulgados pelo IPEA e pela OIT, Sr. Presidente, parece claro que o caminho para amenizar o problema é investir na qualificação técnica dos jovens.

No caso do Brasil, temos que aumentar o índice de qualificação técnica dos jovens. O Ministério do Trabalho já vem fazendo algum esforço nesse sentido, mas é preciso que esse esforço seja duplicado.

Atualmente, o Ministério soma esforços para vencer o desafio de qualificar cerca de três milhões de jovens brasileiros que não trabalham nem estudam, de acordo com o secretário de políticas públicas de emprego, Remigio Todeschini.

Entre os programas desenvolvidos, ele cita o Primeiro Emprego e o Jovem Aprendiz, além de outros de qualificação profissional. Juntos eles atenderam cerca de 875mil jovens, nos últimos três anos e dez meses.

Todeschini salienta que a qualificação deve vir associada à educação. “É preciso combinar o ensino fundamental e o médio com o ensino profissional, com módulos de aprendizagem para um ofício, uma profissão”, diz.

O secretário cita, ainda, o ProJovem, da Secretaria Nacional da Juventude, o ProUni, do Ministério da Educação que, segundo ele, contribuem para o preparo e para incentivar que os jovens estudem, permitindo que cheguem mais qualificados ao mercado de trabalho.

É um círculo vicioso e viciado: para onde quer que caminheemos a educação é o único alicerce capaz de segurar a construção do saber, a estrada do conhecimento e os arranha-céus da prosperidade.

O Governo tem que fazer a sua parte, sim. Mas nós sabemos que em uma economia de livre mercado são os empresários, os industriais, os comerciantes, os profissionais liberais que impulsionam o crescimento de um país.

E isto precisa ser feito. Estimulado, incentivado e aplaudido, Sr. Presidente Mão Santa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos o Senador Geovani Borges para presidir a sessão, pois gostaria de fazer um apelo ao Poder Executivo sobre as necessidades do Piauí.

O Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo que precisar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geovani Borges, que preside esta sessão de 29 de maio, Parlamentares que estão na Casa, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal.

Senador Geovani Borges, é preciso entender a função disso. O sentido do Senado, do Poder Legislativo, é fazer leis boas e justas – a exemplo das leis de Deus entregues a Moisés –, é controlar os outros contrapoderes, frear os outros contrapoderes, e denunciar.

Teotônio Vilela, um grande Senador do nosso Partido, nos deu um exemplo. Moribundo, com câncer, ele denunciava aqui a ditadura, procurando acordar o nosso País para a redemocratização. E ele dizia: “Falar resistindo e resistir falando.”

Venho a esta tribuna justamente quando vamos terminar o mês de maio, que é o mês do trabalhador, Dia 1º de maio. O Senador Geovani Borges fez um pronunciamento muito preocupante. Ele, que é do PMDB, aliado do Presidente da República, e o irmão foram firmes. Fez uma advertência muito boa ao Presidente Luiz Inácio: a juventude, a mocidade, está sem perspectiva de trabalho.

Jesus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” Ó Luiz Inácio, é uma mensagem de Deus. Os governantes têm de propiciar trabalho. O Apóstolo Paulo foi mais contundente e disse: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer.” Rui Barbosa, que está ali e nos simboliza, disse: “A primazia é do trabalho e do trabalhador. Eles vêm antes, eles fazem a riqueza.”

Geovani Borges, na sua pureza, fez-me lembrar do México. Lembro o nosso querido Presidente Luiz Inácio. Ele tem viajado, foi às pirâmides do México. Lá no Palácio, que é na praça principal, há uma frase do General Obregon, que dizia que preferia o adversário que o levava à verdade ao bajulador, ao puxa-saco, ao aloprado que o enganava. Então V. Ex^a deve ser olhado assim. Geovani Borges advertiu, e todos nós estamos preocupados que a nossa mocidade está sem perspectiva de trabalho. O trabalho dignifica, o trabalho enobrece.

Olha, eu sou médico cirurgião, tenho uma boa formação na Medicina. Os hospitais psiquiátricos têm a psicoterapia do trabalho, a terapêutica do trabalho.

Eu iria buscar um dos melhores parlamentares da história do mundo, Voltaire, que lutou contra a intolerância religiosa, contra a intolerância da falta de liberdade. Ele disse: “O trabalho nos afasta de pelo menos três grandes males: o tédio, a preguiça e a pobreza.

Então, esse pronunciamento de V. Ex^a foi muito oportuno, muito sério e acho que deva ser ouvido pelo nosso Presidente Luiz Inácio, porque está partindo de um aliado, de um amigo.

E vai no mesmo sentido. Se abrimos o Livro de Deus, está lá Tiago. Ô Luiz Inácio, você não gosta de ler muito, mas esses cultos religiosos todos são bons. Eu sou católico, mas é tudo bom. Até na televisão tem uns pastores que falam bonito.

E Tiago disse que fé sem obra já nasce morta. Eu quero ajudar o Luiz Inácio. Esse negócio de PAC... Olha, tem muito é negócio de cacarejar. É uma confusão, uma zoadá.

Já fui prefeito e Governador do Estado. Devemos terminar as obras dos que nos antecederam. Isso é importante. Há mais de 500 obras inacabadas, disse o Tribunal de Contas da União – não sou eu. No Piauí, há umas 30, federais.

Ele ganhou em todo lugar, mas, no Piauí, ganhou sempre bem. O Governador é do Partido dos Trabalhadores. Eu votei, em 1994, neles.

Então, eu traria *e-mails* que nós recebemos. V. Ex^a já deve estar recebendo muitos, e eu, por estar aqui há mais tempo, recebo muitos *e-mails* do Brasil todo, mas muitos do Piauí, e há uma série de obras inacabadas.

Não vou complicar o nosso Luiz Inácio. Vou trazer só dez, que é um número bonito – dez são os mandamentos da lei de Deus, dez é a nota que dou para V. Ex^a, que fez um pronunciamento muito bom –, para mostrar a realidade. Um quadro vale por dez... Me mandaram uma lista de trinta, mas vou falar de dez, para não complicar.

Porto. Olha começou por Eptácio Pessoa. Aí, você diz: “Mas Mão Santa, você nunca acabou e foi Governador”. Não acabei porque, antes de mim, o Governador privatizou. Deu para uma empresa privada,

e eu não podia pagar. Mas os tempos são outros. O Governador é do mesmo lado, tomaram. Botei até as minhas emendas para lá, R\$17 milhões de uma vez, e três.

Então, esse porto começou por Eptácio Pessoa. Olha, Eptácio Pessoa, lá da Paraíba, começou. Tem US\$90 milhões encravados, e com 10 milhões se termina.

Vejo falar de tanto dinheiro que tem. São 200 milhões aí. Hoje mesmo já foi dito pela Líder do PT. Então, daria esses 10 milhões, e ele ficaria consagrado, um porto.

Sei que hoje há um porto extraordinário no Maranhão, que é um dos melhores portos do mundo. E, do outro lado, há no Ceará. Mas um porto que serviria no mínimo para fazer, Luiz Inácio, um terminal de combustível, de petróleo. Eu sei das coisas.

Paracuru é uma cidadezinha bem pequenininha do Ceará, 100 quilômetros. Eu vou até lá. Há um bar de um francês lá. Olha, e tem...

O petróleo do Brasil é o mais caro do mundo. E o do Piauí, do Norte, é o mais caro do Brasil. O petróleo daqui é o mais caro do mundo.

A confusão de Roraima, não sei no seu Estado, é o contrabando de petróleo, porque o Chávez vende barato. O gás é o mais caro do mundo. E o do Piauí é mais, porque, para chegar ao Piauí, ele vai de Fortaleza para Teresina e para o nosso litoral, ou de São Luís para Teresina. Então, bastaria isso, e já se justificaria o porto.

As ZPEs, que são um sonho de Sarney... Ele visitou a China quando Presidente... E dava uma... Dava... Para o próprio porto de Luís Correia essa ZPE. Estão lá, paradas, só na propaganda.

Estrada de Ferro Central do Piauí. Dizem: "Mas Mão Santa"!

Ontem eu votei com o Governo, não votei? Porque a medida provisória favorecia os pequenos produtores de refrigerante. Eu me lembro de que, na minha cidade, Parnaíba, havia três fabricas: era o Guaraná Tupi, o Guaraná Iracema e o Nordeste. Quando a gente jogava futebol no meio da rua, de pés descalços, Geovani Borges, a gente não gostava desse negócio de taça – menino era menino danado! A gente jogava uma caixa de guaraná contra o outro. Apostávamos! Quem ganhava saía tomando guaraná.

Havia três fábricas, e, de repente, elas desapareceram engolidas pelas poderosas. Naquela medida, naquele rolo, estava incluído um apoio. Por isso, eu votei. Eu voto com os pequenos, com o povo! Não foi para o Governo, não. Por isso, votei, porque eu vi falirem muitas fábricas de refrigerante que havia na minha infância.

Mas a Estrada de Ferro Central do Piauí... Olha, nas últimas eleições, foi lá o Prefeito de Parnaíba, o Governador, o Presidente Luiz Inácio, o Alberto Silva, o

Presidente do meu Partido. Em 60 dias, estaria o trem circulando de Parnaíba para a praia de Luís Correia; quatro meses, para Teresina. Não trocaram nenhum dormente. Sabe o que é um dormente? É aquele pau que segura os ferros.

Quer dizer, então, o povo não esquece, ninguém esquece. Está lá.

Então, fica feio prometer e não cumprir. A verdade. Cristo disse: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida". Quando ele falava, ele dizia: "Em verdade, em verdade, eu vos digo". Não foi verdade o que o Luiz Inácio disse no litoral do Piauí, com o Governador do Estado do Piauí, com o Prefeito de Parnaíba.

Então, está em tempo de recuperar.

A Universidade do Delta, um projeto de lei que eu fiz aqui. O Alvaro Dias... Há um de um *campus* avançado na cidade de Parnaíba. João Paulo dos Reis Velloso, que foi o Ministro... E, transformando, o Alvaro Dias foi o Relator, foi aprovado em todas estas Comissões daqui, na CAE, na de Justiça, na de Educação, aqui. E Paulo Renato, o extraordinário Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso... E não sai a Universidade do Delta.

Aeroporto Internacional. Olha aí como se caca-reja. Aí é que é o feio. E dizem que eu sou inteligente. Não. Sou verdadeiro. Esse negócio não dá para a gente mentir. O mundo diz que há aeroporto internacional pela propaganda que fizeram.

Na minha cidade, quando eu era menino, a gente ia de avião de Parnaíba. Saía parando aí... Teresina. Aí, saía parando nestas capitais – era bom que aprendia Geografia: Natal, Aracaju, Recife, Salvador, e acabava chegando ao Rio de Janeiro. Mas eu fiz isso, quando menino, Geovani Borges. Havia até Panair, Aerovias, Aerobrasil, Aeronorte. Havia até uma do Pará, Paraense Transporte Aéreo, PTA. Aí, diziam "Prepare a Tua Alma", porque, de quando em quando, caía. Mas havia! Agora, Luiz Inácio, não há nem teco-teco. Teco-teco. Não há teco-teco. E falam em aeroporto internacional

E muito mais ao sul, há a Serra da Capivara, São Raimundo Nonato... A Paleontologia diz que o homem viveu lá 30 mil anos atrás. É o berço do homem americano. Lá é que não existe nem jumento. Só há jumento nas pistas.

Então, esses aeroportos internacionais...

Uma ponte em Luzilândia, uma cidade próxima, só o esqueleto, parado... Fica feio aquilo.

Atentai bem! Quem gosta do Luiz Inácio sou eu, porque enganam, os aloprados mentem. Eu acho que o pobre coitado fica atarantado, pega o avião. E mentem. Aí, chegam uns aloprados lá do PAC e dizem que vão fazer cinco hidrelétricas! Cinco! Eles disseram, os aloprados. O rio Piauí é longo; são 1.854 km. Ele é tortuoso, sinuoso, separa o Piauí do Maranhão, nos une. Cinco. Prometeram cinco hidrelétricas!

Olha, tem uma pela metade. Foi um sonho de Juscelino, terminou Castelo Branco, mas falta a eclusa. Então... A de Boa Esperança quase que dá a luz para os dois Estados, a energia. Acabou a navegabilidade do Rio Parnaíba.

Então, a gente quer essa eclusa. E prometem cinco!

Olha aí a história do meio ambiente, olha a confusão. Era para ter a licença, e não terminam a que nós temos, que garante a navegabilidade do rio Parnaíba. Então, está errado Luiz Inácio. Eu sei. Está errado. Que decepção!

Teresina é uma cidade mesopotâmica, entre dois rios: o Poti, que vem do Ceará – um duzentos e poucos quilômetros que ele anda – e o Parnaíba. E se encontram. Ela é no meio. Saraiva botou ela mesopotâmica. Nesse Rio Poti, Deus me permitiu, Luiz Inácio, fazer uma ponte em 87 dias, com o dinheiro do povo do Piauí e engenheiro do Piauí, Lourival Parente. Estou lhe dando até o nome para V. Ex^a ir atrás, construtora dele. Aí eu chamei o Fernando Henrique Cardoso para desfilar na ponte, para mostrar a grandeza do povo do Piauí, em 87 dias.

O Heráclito fez, Prefeito de Teresina, uma, no mesmo rio, em 100 dias. Eu fiz só para brincar com Heráclito que ia fazer, mas não tem concorrência. Eu adoro o Heráclito. Ele é um grande líder, foi um extraordinário Prefeito. Mas eu contratei em 90, o construtor acho que teve medo de eu não pagar e terminou em 87. O Heráclito fez a dele em 100. Tinha feito antes, no mesmo rio!

Tem lá uma do Governo Federal, do Luiz Inácio. Era para comemorar 150 anos de Teresina. Nós já vamos para 157. No mesmo rio! Ó Luiz Inácio! Ele não tem culpa, não. São os aloprados! Quem está livre de ser enganado? Quem está livre de um cabra mentir? E eles dizem só na propaganda... Ó Deus, Ó Deus, Ó Deus, afastai os aloprados de Luiz Inácio!

Hospital Universitário. É. Tem um hospital lá, universitário. Nós esbravejamos aqui, choramos; eles abriram só um ambulatório. Hospital... Estão enganando o Luiz Inácio. Fechado. E o hospital universitário é para o estudante universitário de Medicina, de Enfermagem, de Fisioterapia, de Farmácia. E para o pobre! E não tem.

Uma Deputada Federal – no PT tem gente boa; a maioria é aloprado – já foi para o céu. Ela morreu, porque reivindicava comigo e não saía. Trindade.

Metrô de Teresina. Levaram o nosso Alberto, Presidente do nosso Partido. Ele não tem culpa, não. Quem tem culpa de ser enganado? Um Senador aí... Disseram que iam fazer o metrô dele. Ele é engenheiro ferroviário. Primeiro emprego dele! Que iam botar um trem em 60 dias para Luís Corrêa, em quatro meses para Teresina, um metrô... Ele foi com razão, mas en-

ganaram o Engenheiro Alberto Silva. Ele já tem um bocado de anos. Não vou dizer que está velhinho, porque ele é muito ativo, é inteligente. Nada! Parado!

E o Presidente Sarney, querido lá em Parnaíba! Ele ganhou um... Ele fez uns tabuleiros. Agricultura irrigada. Ele fez dois: um lá que chamam litorâneo, porque pega uma cidade do Maranhão, São Bernardo; e tem outro lá de Guadalupe, onde tem a hidrelétrica. Parado.

Então, Geovani Borges, V. Ex^a que é do PMDB afinado, prestigiado, vamos pedir ao Luiz Inácio. Aí, eu venho aqui... Eu aprendi no colo da minha mãe que a maior virtude é a gratidão, é a mãe de todas as virtudes. Eu virei agradecer ao Luiz Inácio. Rezaria por ele todos os dias, mas a verdade é que essas obras estão inacabadas.

Em nome do Piauí, da grandeza da sua história, que nós fomos, num campo sagrado de jenipapos, em batalha sangrenta, expulsar os portugueses que queriam dividir este País – seria o Brasil Sul, e aqui seria o País Maranhão... Então, dessa gente toda, dos eleitores do Luiz Inácio, da crença do Piauí... Então, eu pediria ao Presidente Luiz Inácio... Isso que digo, eu falo aqui, Luiz Inácio, como Cristo: Em verdade, em verdade, eu vos digo: isto não é cacarejamento. É uma prece a Deus, a Cristo, e um pedido a V. Ex^a, que é Presidente da República. Eu peço, em nome do Piauí, a conclusão dessas obras.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Mário Couto, Flexa Ribeiro, e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.

V. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Epidemia do descaso”, publicada pela revista *Veja*, em sua edição de 2 de abril do corrente.

A matéria destaca que o surto de dengue no Rio de Janeiro expõe a negligência dos governos com a saúde.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EPIDEMIA DO DESCASO

O surto de dengue no Rio de Janeiro expõe a negligência dos governos com a saúde

Ronaldo França

O Brasil teve 560000 casos de dengue no ano passado. A doença vem se espalhando pelas Américas de tal forma que, em 2007, se contabilizou a segunda maior incidência dos últimos trinta anos no continente. Portanto, é insensato dizer que a atual epidemia no estado do Rio de Janeiro é um caso isolado, espantoso e inesperado. Ela é fruto do descaso.

Havia muito mais do que evidências de que as cidades brasileiras estavam sob o risco de um novo surto. O Ministério da Saúde fez o alerta, em outubro do ano passado, mas as prefeituras não deram a devida importância. O combate às larvas do mosquito, a forma mais eficiente de vencer a doença, foi deixado de lado. O resultado é que a epidemia faz mais de uma vítima por minuto na capital fluminense e já é considerada a terceira pior crise da história do Rio, com mais de 43000 pessoas infectadas somente nos três primeiros meses do ano. Depois de 54 óbitos registrados, a população do estado tem motivos de sobra para se alarmar. Principalmente porque é entre as crianças que a doença tem feito seu maior número de vítimas fatais. Isso ocorre porque elas ainda não têm imunidade contra o vírus que se disseminou neste ano, o do tipo 2. Grande parte delas não era nascida da última vez que ele atacou para valer. E essa é uma forma mais agressiva da doença.

O Rio de Janeiro não é nem o município em pior situação no estado. Angra dos Reis lidera o ranking de casos em proporção à população. A cidade do Rio está em quarto lugar nessa lista. A diferença é que ali as autoridades resolveram se digladiar. Em vésperas de campanha eleitoral, iniciaram uma disputa sobre quem tem a verdadeira responsabilidade pelo caos. Com isso, demoraram a agir e ajudaram a piorar a situação. Somente na semana passada foi formado o gabinete de crise para lidar com o problema de forma mais estruturada. Não é a primeira vez que isso

ocorre. O prefeito Cesar Maia, o secretário estadual de Saúde, Sérgio Côrtes, e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, também foram atores na última disputa política em torno do sistema de saúde carioca, em 2005, quando o governo federal fez uma intervenção nos hospitais municipais. Nada mudou substancialmente desde então. Também desta vez, trocaram acusações e bravatas. O ministro conclamou a população a não usar bermudas. O prefeito foi visitar Salvador e disse que vai rezar pelo fim da dengue. E o governador avisou que arrombará a porta da casa do proprietário que não permitir a entrada dos agentes sanitários. Uma prática que remonta ao início do século passado, quando o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, fez o mesmo durante a campanha de combate à febre amarela — doença cujo agente transmissor é o mesmo *Aedes aegypti*. O problema nem novo é.

A diferença é que o mosquito tem se disseminado a uma velocidade maior. As razões não são apenas brasileiras. O *Aedes aegypti* é encontrado em toda a região tropical do planeta. Sua primeira epidemia documentada ocorreu nos Estados Unidos, em 1779. Cuba também foi seriamente atacada no início dos anos 80. O que faz com que se dissemine mais rapidamente agora é a crescente aglomeração humana, associada à produção de lixo urbano e moradias precárias. Essas são as principais razões do problema, segundo o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos. Não se trata, portanto, de nenhuma das acusações trocadas por autoridades locais de olho nas urnas.

Como a humanidade não mudará seu padrão de consumo tão cedo, o lixo continuará sendo produzido em proporções industriais. Também não se resolverá o problema das favelas de uma hora para outra. A solução, dizem os especialistas, é um esforço conjunto. As autoridades precisam colocar toda a atenção na criação de planos de assistência básica, como o programa de agentes comunitários de saúde, que vão às casas e verificam a existência de possíveis focos do mosquito. Sem campanhas intensivas, a cena tende a se repetir: hospitais lotados, famílias desesperadas e crianças morrendo. ■

DIRETO AO PONTO

Para entender a dimensão da epidemia de dengue que se alastrou pelo estado do Rio de Janeiro, é preciso saber que:

A proporção de mortes em relação ao número de infectados na cidade do Rio de Janeiro já é **20 vezes maior** do que o tolerável segundo a Organização Mundial de Saúde

Na semana passada, a epidemia avançava à velocidade de mais de um novo caso por minuto. Os hospitais não têm mais vagas, e tendas para tratamento emergencial tiveram de ser montadas às pressas

A doença, neste ano, está fazendo mais vítimas fatais entre as crianças. Mais da metade dos mortos tinha até **13 anos** de idade

O número de pessoas infectadas (**43 523** até a quinta-feira passada) já faz com que esta seja a terceira pior epidemia de dengue de todos os tempos no Rio, considerando os três primeiros meses do ano

O SR. MARIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para onde foi o Dinheiro de Celso Daniel?”, publicada na revista *ISTOÉ*, de 05 de março de 2008.

A matéria destaca que seis anos depois do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, investigações mostram que supostas contas da vítima em paraísos fiscais teriam sido movimentadas depois do seu assassinato em 2002.

PARA ONDE FOI O DINHEIRO DE CELSO DANIEL?

Supostas contas do prefeito de Santo André em paraísos fiscais teriam sido movimentadas depois de seu assassinato em 2002

Seis anos depois, o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, permanece cercado de mistérios. Em 2002, quando foi seqüestrado e depois morto com 11 tiros à queima-roupa, Daniel era o principal coordenador da campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e, enquanto o crime não for efetivamente esclarecido, o fantasma do prefeito assombra o PT. Na última semana, foi revelado que pode ter havido movimentações financeiras em contas que supostamente seriam administradas por Daniel em paraísos fiscais. As movi-

mentações e as contas teriam sido descobertas por Bruno Daniel, irmão do prefeito, na ocasião em que foi aberto o inventário e, o que é mais curioso, teriam ocorrido depois do misterioso assassinato. A informação movimentou os gabinetes de Brasília, o Ministério Público e os familiares do político morto. Ameaçados de morte, por não concordarem com a tese defendida pela polícia paulista de que o prefeito fora vítima de um crime comum, dois dos quatro irmãos de Celso Daniel e suas famílias se refugiaram na Europa em 2006. À *ISTOÉ*, por telefone, da França, Marilena Nakano, mulher de

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bruno Daniel, negou a existência da conta em paraísos fiscais. “Isso não existe”, disse Marilena. “Nós estamos em outro país, como teríamos acesso ao inventário? É tudo um absurdo.” Apesar da negativa, a informação a respeito da conta bancária ganha força por um simples fato, que a família de Daniel desconhecia: a Justiça bloqueou os bens de cinco pessoas acusadas de estarem envolvidas com o escândalo de corrupção na Prefeitura de Santo André, na época em que Celso era o prefeito (1998-2002). Nesse esquema de arrecadação de propinas, que movimentou R\$ 180 milhões, pode estar a explicação para a morte de Daniel.

Nos 60 volumes e 12 mil páginas que compõem outro processo – o da morte de Celso Daniel –, pelo menos duas das pessoas que estão com os bens bloqueados são acusadas de estarem envolvidas com a morte do prefeito. São elas: Ronam Maria Pinto, proprietário das empresas de ônibus suspeitas de financiar o esquema de corrupção, e Sérgio Gomes da Silva, conhecido como “Sombra”, amigo de Celso Daniel, que estava com ele na hora em que o prefeito foi seqüestrado. O processo que envolve o desvio de dinheiro da prefeitura busca recuperar R\$ 5 milhões subtraídos dos cofres públicos. Atualmente, comenta-se em Santo André que Ronam e “Sombra” estão com as relações rompidas. “Eles tiveram uma briga”, garante um amigo, que pediu anonimato. Os promotores do Ministério Público de Santo André não acreditam em fantasmas, mas também não compartilham da tese de crime comum. No entendimento deles, até hoje não há respostas para três questões básicas de um homicídio: quem, onde e por que o prefeito foi assassinado? Por enquanto, a única coisa que tanto a família como os promotores têm certeza é que Celso Daniel se encontrava no meio de dois esquemas movimentando muito dinheiro. De um lado, corrupção na Prefeitura de Santo André. De outro, uma campanha eleitoral em nível nacional. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista das páginas amarelas, intitulada “O bufão da América”, publicada pela revista *Veja*, de 16 de abril de 2008.

Na entrevista, o historiador Marco Antonio Villa, autor de 21 livros com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana e estudioso da diplomacia brasileira vê com preocupação o sumiço da linha diplomática cunhada pelo Barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca do interesses do país, e não de um governo ou partido”, declara. Para o historiador, Hugo Chávez, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível e que se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria dos Bolivianos e Santa Catarina, dos Argentinos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, farei o registro da matéria intitulada “Sucesso brasileiro é de

curto prazo”, publicada pelo *Jornal do Brasil*, em sua edição de 23 de março de 2008.

A matéria destaca que um dos maiores estudiosos da economia global e de suas bolhas, Robert Brenner, professor de História da Universidade da Califórnia, avalia que a crise imobiliária nos Estados Unidos é um produto da fraqueza da economia real e uma profunda ruptura do sistema de crédito bancário. Sobre o Brasil, o historiador critica os juros “altíssimos” e atribui o crescimento do país a um período de bonança global, com preços elevados de matérias-primas. “Agora, a sustentabilidade do Brasil será testada”, avisa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria também passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O bufão da América

**Historiador diz que
Hugo Chávez, presidente
da Venezuela, é perigoso
por ser ambicioso
e imprevisível**

Duda Teixeira

O historiador Marco Antonio Villa já escreveu 21 livros, com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana. Ao investir contra mitos da história nacional em suas obras e artigos, esse professor da Universidade Federal de São Carlos colecionou polêmicas e fez dezenas de inimigos. Sete anos atrás, tornou-se *persona non grata* no estado de Minas Gerais ao sustentar que Tiradentes foi um herói construído pelos republicanos. Mais tarde, causou comoção ao escrever que o presidente João Goulart, deposto pelos militares em 1964, preparava o próprio golpe de estado para obter a reeleição. “Os historiadores costumam ter receio de polêmicas, mas é com elas que se transforma a visão de mundo de uma sociedade”, diz Villa, que tem 52 anos. Estudioso da diplomacia brasileira, ele vê com preocupação o sumiço da linha de diplomacia cunhada pelo barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca dos interesses do país, e não de um governo ou partido.” Em sua casa na Zona Norte de São Paulo, o historiador deu a seguinte entrevista a *VEJA*.

Veja — Como o senhor avalia a atual diplomacia brasileira?

Villa — Nossa diplomacia se esquivou de defender os interesses nacionais na América Latina: Teima sempre em chegar a um acordo e, como não consegue, acaba cedendo aos vizinhos. Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria hoje dos bolivianos e Santa Catarina, dos argentinos. Por aqui se pensa que o Brasil não pode ter interesses nacionais ou econômicos na América do Sul, uma

vez que estamos em busca de uma integração regional. É um equívoco. Os interesses do Brasil não são os mesmos da Argentina. Os objetivos do Paraguai não são os do Brasil. A linguagem amena, educada, usada pelos nossos diplomatas apenas tem fortalecido os caudilhos da região, como o venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, que se acham com autoridade para falar ainda mais grosso e aumentar as exigências.

Veja — A diplomacia brasileira não era assim no passado?

Villa — Não. No fim do século XIX, a Argentina reivindicou o oeste do Paraná e de Santa Catarina. Não fazia o menor sentido. O presidente Prudente de Mo-

raes, com a ajuda do barão do Rio Branco, resolveu a questão e evitou a doação da área. Não perdemos um hectare de terra. O barão sabia quais eram os interesses nacionais e os defendia. Além disso, profissionalizou o Itamaraty, que passou a coordenar uma política em nome do país, e não de um governo ou partido. Hoje, precisamos urgentemente que o barão do Rio Branco se incorpore no ministro das Relações Exteriores.

Veja — O Brasil cede sempre?

Villa — Só não o fazemos quando é impossível. Em negociações recentes com a argentina Cristina Kirchner e com Evo Morales, a Petrobras recusou-se a fornecer gás para a Argentina, que vive sob

ameaça de um apagão. Se cedesse, o Brasil teria um grave desabastecimento. Nos outros casos, somos sempre fregueses. O Brasil já sofreu no passado uma invasão de produtos argentinos e ninguém reclamou. Quando a situação se inverteu e a balança comercial tornou-se superavitária para o Brasil, os argentinos chiaram e conseguiram o que queriam. Com a Bolívia, aceitamos uma indenização simbólica pelas refinarias nacionalizadas, a um valor muito aquém do que foi investido pela Petrobras. Com Hugo Chávez, falamos sempre "não" na primeira hora, depois dizemos "sim". Éramos contra o Banco do Sul. Hoje somos a favor. Fazemos o oposto do que recomendava Vladimir Lenin, para quem era preciso dar um passo atrás e depois dois para a frente. A diplomacia nacional dá um para a frente e dois para trás.

Veja — *Deportar turistas espanhóis é uma resposta inteligente à repatriação de brasileiros que tentavam ir para a Espanha?*

Villa — Foi um exagero. A política externa não é para ficar a cargo de um funcionário da Polícia Federal. As cenas dos espanhóis sendo deportados no aeroporto de Fortaleza são absurdas. Uma coisa é um turista que vai para Jericoacoara, outra é um brasileiro que, supostamente ou não, deseja trabalhar na Espanha. Quando faz diplomacia com a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia, o Brasil tem sido muito agressivo. É como se o esforço para se afirmar como país, uma vez que não se realiza na América Latina, fosse todo desviado para os fóruns em outros continentes. Ser duro com um turista espanhol é fácil. Quero ver ser duro com Hugo Chávez.

Veja — *Chávez é o grande líder da América Latina?*

Villa — Quando se olha o que ocorre com os mais de vinte países da região, não há dúvida disso. Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém. Chávez é um ator que faz um monólogo. Eventualmente alguém da platéia sobe no palco e participa. O show é dele. Ele determina o que vai ser discutido e como. Os outros só correm atrás. Os países que estão se aproximando do Brasil, como Paraguai e Peru, fazem isso apenas porque não tiveram ainda um estabelecimento de relações com a Vene-

zuela. A história talvez comece a mudar agora. Não por obra de Lula, evidentemente, e sim de Álvaro Uribe, o presidente colombiano. Graças a ele, Chávez teve sua primeira derrota em política externa. A reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colocou panos quentes na discussão que se seguiu à morte do terrorista Raúl Reyes, pode sinalizar um futuro diferente.

“Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém”

Veja — *Por que o senhor considera que Chávez perdeu?*

Villa — Chávez é um caudilho e, como tal, precisa de um palanque para discursar. Quando reagiu com firmeza à morte de Raúl Reyes no Equador, ganhou um palco considerável. Só que durou pouco tempo. A solução rápida e eficaz do problema pela OEA, que estava sumida do mapa, tirou essa oportunidade dele. Chávez resignou-se porque a maioria dos países apoiou a resolução final, que condenava a invasão territorial no Equador e ao mesmo tempo acusava a presença das Farc naquele país. Uribe, ao pautar as negociações que esfriaram o conflito, mostrou que é possível dar um basta a Chávez. Sua atitude terá um impacto pedagógico até mesmo dentro da Venezuela, onde o povo tem aceitado as precárias condições internas do país ao ver que, externamente, seu presidente só obtém vitórias. Chávez teve sua primeira grande derrota no referendo constitucional. Agora, teve a segunda derrota, dessa vez em política externa.

Veja — *Por que o discurso é tão importante para um caudilho?*

Villa — Um caudilho não vive sem a oratória. O programa dominical *Aló Presidente* é o que vitamina Chávez. Fidel Castro adora discursar por horas. O mexicano Antonio López de Santa Anna foi ditador várias vezes, afundou seu país e ferido e pensando que ia morrer, ditou suas últimas palavras. Foram quinze páginas. No fim, sobreviveu com uma perna amputada, que sepultou com honras militares. A oratória é uma tradição latino-americana, que ocorre paralelamente à dissociação entre discurso e prática. Para esses homens e para as suas platéias, é como se as palavras, sozinhas, tivessem um poder de mudar a realidade. Pura bobagem. Não existe tal mágica. Lula também aposta nesse artifício. Acha que ao divulgar o programa do PAC pode transformar o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em um bairro residencial em seis meses. Para os sucessores, a herança desse tipo de comportamento é terrível.

Veja — *Por que os latino-americanos possuem o vício da oratória?*

Villa — Em parte, há na América Latina uma forte tradição do bacharelismo. Muitos dos presidentes passaram por faculdades de direito. No Brasil, Getúlio Vargas e Jânio Quadros são exemplos. Epitácio Pessoa era chamado de “A Patativa do Norte”, em referência a uma ave cantora. Fidel Castro foi advogado. O argentino Juan Domingo Perón não era, mas a maioria dos seus auxiliares, sim. Para um advogado, o que importa não é a legitimidade da causa, mas o nível de retórica do advogado para defender seu acusado. Somos muito marcados por isso.

Veja — *Qual é o maior perigo de Chávez para o resto da América Latina?*

Villa — Ele está armando seu Exército e sua população. Compra fuzis, caças e faz acordos com o Irã. Ninguém parece levar isso a sério. A diplomacia brasileira sabe disso e vai contornando a situação. Uma hora Chávez vai invadir a Guiana. Ele reivindica quase dois terços do território desse país. Para Chávez, a Guiana é uma aventura fácil. E quem vai defendê-la? O que a Guiana conta na América do Sul? Nada.

Veja — *Chávez reagiu ao ataque colombiano às Farc no Equador com um discurso em defesa da soberania nacional. Ele invadiria a Guiana?*

Villa — Chávez é um bufão. Ele construiu um personagem. É um militar de boina vermelha que se emociona, chora e canta em público. Em um momento é simpático. No minuto seguinte, aparece totalmente irado. O bufão é isso. Nunca se podem prever suas atitudes. Pode abraçar um crítico ou mandá-lo para a prisão. Suas atitudes não se regem pelo mundo racional. O bufão trabalha em outro universo.

Veja — Por que Chávez defende as Farc?

Villa — Seu objetivo é enfraquecer Álvaro Uribe. Chávez vê de forma simplista a conjuntura latino-americana. O mundo para ele se divide de uma maneira muito primária: os que estão com ele e os que estão com os Estados Unidos. Considera que o presidente da Colômbia é um agente imperialista na América do Sul. O combate às Farc tem sido uma das mais fortes bandeiras de Uribe.

Veja — É legítimo usar grupos armados ou políticos de outros países para causar instabilidade?

Villa — Há uma incompatibilidade em defender a soberania e apoiar materialmente um movimento terrorista em um país vizinho. No Brasil, tivemos uma história parecida. No governo de João Goulart, as Ligas Camponesas tinham meia dúzia de campos guerrilheiros e contavam com o apoio financeiro cubano. Quando se descobriram os campos, foi um escândalo. Vivíamos um regime democrático e o governo brasileiro manifestava-se contrário à expulsão de Cuba da OEA, enquanto Cuba violava a soberania brasileira apoiando um movimento guerrilheiro que rompia com a legalidade constitucional. A defesa da soberania só valia para os cubanos. Eu imaginava que essa prática de violação da soberania fosse página virada da história latino-americana. Ledo engano.

Veja — Chávez foi o grande pacificador do conflito entre Colômbia e Equador, como disse Lula?

Villa — Não há nenhum fato que comprove isso. Os documentos que estavam no computador do guerrilheiro Raúl Reyes ainda mostram que Chávez apoiava financeiramente as Farc e também recebia ajuda dos narcoterroristas. Isso não tem nada a ver com paz. Lula não tinha por que falar isso. Diz essas asneiras porque está em um momento especial. A economia vai

muito bem, o que levou Lula a entender que ganhou um salvo-conduto para reescrever a história do Brasil. Discursou homenageando Severino Cavalcanti, que renunciou quando se comprovou que ele recebia um mensalinho de 10000 reais para deixar um restaurante funcionando na Câmara dos Deputados. Dois dias depois, defendeu sua amizade com Renan Calheiros, que teve suas contas pessoais

“Marco Aurélio Garcia é tido como um grande acadêmico, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema”

pagas por um lobista. Quando falou de Chávez, Lula disse que ele era um ex-guerrilheiro. Lula sabe que essas coisas não são verdade. Não é ingênuo e é bem assessorado. Mas fala como se fosse um iluminado. É um líder messiânico em plena campanha eleitoral. Os professores de história devem estar arrepiados.

Veja — Qual é a importância do Foro de São Paulo na condução da política externa brasileira?

Villa — O Foro de São Paulo é um clube da terceira idade. Basta ver as fotos. São senhores em idade propecta, como se dizia antigamente. São propectos também no sentido ideológico. Suas idéias pertencem ao passado. Não creio que tenham uma estratégia revolucionária para a América Latina tal como foi a Internacional Comunista. Durante o período da União Soviética, os partidos comunistas espalhados pelo mundo eram braços da política externa soviética. O Foro de São Paulo não tem esse poder. Sua maior influência se dá pela pessoa de Marco Aurélio Gar-

cia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, que tem grande participação no Foro.

Veja — Qual é a relevância de Marco Aurélio Garcia nas relações externas?

Villa — Desde o início da República, não há registro de um assessor com tanto poder como ele. Garcia aparece nas fotos quase sempre atrás de Lula. Dá pronunciamentos em pé de igualdade com o ministro das Relações Exteriores ou o secretário-geral do Itamaraty. Marco Aurélio Garcia é considerado um grande acadêmico, um gênio, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais na América Latina. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema. Fui procurar seu currículo na plataforma Lattes, do CNPq. Não há nada sobre ele. Marco Aurélio Garcia é o Pacheco das relações internacionais.

Veja — Quem é o Pacheco?

Villa — É um personagem de Eça de Queiroz que aparece no livro *A Correspondência de Fradique Mendes*. Pacheco era um sujeito tido como brilhante. No primeiro ano de Coimbra, as pessoas achavam estranho um estudante andar pela universidade carregando grossos volumes. No segundo ano, ele começou a ficar mais calvo e se sentava na primeira carteira. Começaram a achar que ele era muito inteligente, porque fazia uma cara muito pensativa durante as aulas e, vez por outra, folheava os tais volumes. No quarto ano, Portugal todo já sabia que havia um grande talento em Coimbra. Era o Pacheco. Virou deputado, ministro e primeiro-ministro. Quando morreu, a pátria toda chorou. Os jornalistas foram estudar sua biografia e viram que ele não tinha feito nada. Era uma fraude.

Veja — Que consequências a política externa do Brasil pode ter no futuro?

Villa — Pela primeira vez na história do país existe a possibilidade de a política externa tornar-se tema de eleição. Seria algo realmente inédito que, para acontecer, só depende de como Chávez vai agir nos próximos anos. As concessões dadas à Bolívia, os diversos acordos com Chávez e a recusa em classificar as Farc como um grupo terrorista estão provocando muita crítica dentro do Brasil e podem juntar-se em um único e potente tema central na próxima campanha presidencial. ■

"Sucesso brasileiro é de curto prazo"

Uma desaceleração do crescimento chinês acabará com o boom dos preços das commodities

Guilherme Botelho

Um dos maiores estudiosos da economia global — e de suas bolhas — Robert Brenner, professor de história da Universidade da Califórnia, avalia, em entrevista exclusiva ao JB, que a crise é um produto da fragueza da economia real e uma profunda ruptura do sistema de crédito bancário. Para ele, cortes de empregos, de investimentos e de aumentos salariais colaboraram para o encolhimento econômico americano. Brenner é pessimista. Prevê uma recessão que vai piorar ainda mais a situação imobiliária e financeira. A crise não é de liquidez, mas de solvência, resume. A saída, acredita, será o governo comprar e recapitalizar algumas das grandes instituições financeiras dos EUA. Sobre o Brasil, o historiador critica os juros "altíssimos" e atribui o crescimento do país a um período de bonança global, com preços elevados de matérias-primas. Agora, a sustentabilidade do Brasil será testada, avisa.

O senhor considera a crise devastadora, profunda e consequência de uma crise capitalista maior. Por quê?

— A crise atual é tão séria porque expressa, ao mesmo tempo, profunda fraqueza de longo prazo da economia real e uma grande ruptura do sistema de crédito bancário. A expansão durante o atual ciclo econômico tem sido de longe a mais fraca no período pós-guerra na Europa, no Japão e, especialmente, nos EUA; mesmo assim, há um maior estímulo governamental da história possível pela bolha imobiliária, déficits fiscais enormes e uma moeda em declínio. Por trás desse crescimento retardado está o baixo lucro dos investimentos que, no atual ciclo, não conseguiram atingir os já reduzidos níveis dos anos 90. Para voltar a tais níveis de retorno financeiro, empresas radicalmente cortaram empregos, investimentos e aumentos salariais. Isso prejudicou a demanda agregada e o impulso para que a empresa expandisse, abrindo o caminho para o encolhimento da economia nos EUA na segunda metade do ano passado.

Quais os princípios por trás dessa bolha americana?

— Em geral, o que está por trás da bolha imobiliária é bem parecido com o que incentivou a bolha dos fundos de investimento dos anos 90. Governos capitalistas do pós-guerra estimularam suas economias através de déficits *keynesianos*. Mas durante as décadas de 70 e 80, os gastos ficaram cada vez menos eficientes. No início dos anos 90, liderados pelos EUA, as economias capitalistas avançadas tentaram fugir da dependência de empréstimos governamentais, estabelecendo abruptamente orçamentos balanceados. Mas esse movimento de fuga da dependência do Estado em direção ao mercado livre criou um grande choque na demanda, levando à pior performance econômica pós-guerra entre 1990 e 1995 para as economias centrais. Nesse contexto de recessão e estagnação, Greenspan e o Federal Reserve foram obrigados a usar o preço *keynesiano* de ativos para manter a economia rodando. Eles baixaram as taxas de juros, para elevar os preços das *equities*, para permitir que famílias e empresas pudessem emprestar, consumir e investir mais. Isso criou o boom da Nova Economia. Quando a bolha do mercado de ações estourou, *crash* e recessão se sucederam. Greenspan

>> Perfil

Robert Brenner

É professor de história e diretor do Centro de Teoria Social e História Comparada da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Publicou *The economics of global turbulence e Merchants and revolution*, ainda não lançados no Brasil. Em 2002, publicou pela Record *O boom e a bolha*, no qual previa estagnação econômica prolongada nos EUA.

“Não será fácil sair desta crise, já que o problema não é de liquidez, mas de perdas devastadoras de capital

“O enfraquecimento dos bancos como emprestadores impõe uma grande ameaça à economia

“Se a crise imobiliária piorar, também irá piorar a crise do setor financeiro, exacerbando a recessão

se mexeu para inflar nova bolha, desta vez no mercado imobiliário.

Como a bolha imobiliária difere da anterior?

— Existem duas diferenças principais. A primeira é que a crise imobiliária veio no acentar do *crash* do mercado de ações e da recessão de 2000 a 2001. Isso deixou a economia em uma condição mais fraca, com grande capacidade de produção ociosa, baixas taxas de retorno e dívidas corporativas gigantescas. A economia estava tão enfraquecida que Greenspan teve pouca escolha a não ser inflar a bolha imobiliária.

Qual a segunda diferença?

— A segunda diferença é que a bolha imobiliária veio impulsionada pela bolha do mercado de crédito. O Fed e outros bancos centrais trouxeram taxas reais de juros para baixo de zero, estimulando empréstimos gigantescos. Grandes instituições financeiras, incluindo bancos, lucraram enormemente comprando hipoteca direta e indiretamente, empacotando-as em títulos e outros papéis relacionados a elas e vendendo para investidores institucionais de vários tipos. Mas, para assegurar um fluxo contínuo de hipotecas, essas instituições tornavam riscos cada vez maiores, empurrando a venda de hipotecas para famílias pouco pre-

paradas para elas. Quando a bolha do mercado imobiliário estourou e os preços das casas começaram a baixar, ficou óbvio que um número cada vez maior de residências não seria capaz de cobrir as obrigações das hipotecas. Isso naturalmente levou a um grande declínio no valor dos papéis baseados em hipotecas. Como bancos e outras instituições financeiras não só vendiam *securities*, como também as guardavam, direta ou indiretamente, foram atingidos por uma grande baixa no preço de seus ativos. O resultado agregado foi a dificuldade cada vez maior de se pegar dinheiro emprestado, especialmente já que muitos dos principais credores eram os mesmos bancos e instituições financeiras que es-

tavam encarándo o colapso no valor de seus ativos baseados em hipotecas. É o enfraquecimento dos bancos como credores que impõe uma grande ameaça à economia.

A deterioração do setor imobiliário americano é apenas o começo? Qual o pior cenário possível?

— O cenário mais preocupante, mas com mais chances de acontecer, de uma forma ou de outra, é que o enfraquecimento do setor financeiro e da economia real vão se reforçar mutuamente. Como a economia estava tão dependente da bolha imobiliária, a deflação da bolha já estava levando, na metade do ano passado, o país a uma recessão. A recessão deve piorar a crise imobiliária, aumentando o número de calotes e baixando o preço das casas. Mas, se a crise imobiliária piorar, também irá piorar a crise do setor financeiro, que irá impactar na habilidade dos bancos e outras instituições de emprestar para corporações e famílias, exacerbando a recessão.

Que papel os governos e os bancos centrais deveriam ter? Como o senhor vê as últimas ações das autoridades?

— Não será fácil sair desta crise, já que o problema não é de liquidez (a falta de acesso a empréstimos e dinheiro) o que teria sido aliviado pela recente baixa do juros. É, na verdade, uma crise de solvência, ou seja, as perdas devastadoras de capital, do tipo que liquidaram o Bear Stearns. Por essa razão, alguns argumentam que, para rebater a crise, o governo americano não terá escolha a não ser intervir, comprar e recapitalizar algumas das grandes instituições financeiras.

Em 2003, o senhor disse que a política econômica de Lula era suicida. Os níveis de crescimento da economia brasileira nos últimos anos, o crescimento do mercado de ações, mais os elogios recebidos in-

ternacionalmente por sua estabilidade, reservas internacionais e superávit comercial o fizeram mudar de opinião?

— Eu argumentei que as austeras políticas neoliberais de Lula, especialmente seus juros altíssimos, eram contraproducentes, e que sua insistência em manter o mercado de capitais aberto era perigoso. O Brasil tem ido bem nos últimos anos, mas o período é curto demais para nos permitir tirar qualquer conclusão sobre a viabilidade do plano econômico do governo. Isso porque o que

está por trás do recente crescimento não se deve tanto a uma mudança em casa, mas sim à gigantesca expansão da economia global, aliada ao crédito fácil. Especialmente com a moeda inicialmente tão baixa, o Brasil foi capaz de tomar vantagem do rápido crescimento do PIB mundial para aumentar exportações de forma extraordinária e angariar reservas, o que certamente o irá ajudar na próxima crise. Portanto, o sucesso brasileiro está confinado a um período muito pequeno, de curto prazo.

A pergunta então seria: a expansão brasileira é sustentável?

— Os problemas crescentes no centro capitalista irão testar o dinamismo da economia brasileira. A economia europeia está rapidamente desacelerando, com a bolha imobiliária deflacionando em alguns países, enquanto o euro sobe, depreciando exportações. O Japão encara cenário parecido. A estagnação ou crise dos países avançados ajuda a conter o crescimento chinês, que tem sido muito dependente do aumento das exportações, e que provavelmente também será afetado pelas medidas do governo, cada vez mais austeras, para conter a inflação. Uma desaceleração do crescimento chinês de 10% para 7%, mais problemas nas economias avançadas, acabará com o boom dos preços das commodities e reduzirá a demanda significativamente, com consequências negativas, mais cedo ou mais tarde, para o Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Prodasen – Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – vem prestando inestimáveis serviços a esta Casa e ao País nos seus 35 anos de existência, completados em 12 de outubro do ano passado.

Tendo recebido o Relatório do Prodasen relativo ao ano de 2007, não quis furtar-me a fazer algumas considerações sobre esse importante órgão que integra a estrutura do Senado e sobre os resultados por ele obtidos.

Podemos começar, Sr. Presidente, por uma breve retrospectiva histórica. Ao ser criado em 1972, era atribuída ao Prodasen a missão de modernizar o Poder Legislativo. Certamente, não se podia então avaliar toda a importância que a informática viria a adquirir, não apenas para o Parlamento e a Administração Pública, mas em todos os campos da sociedade contemporânea.

O primeiro desafio a ser resolvido pelo Prodasen, que durante muitos anos atendeu também à Câmara dos Deputados, foi o de automatizar o cálculo do orçamento da União, o que foi obtido com a adaptação de um programa recém-divulgado no exterior.

Nessas mais de 3 décadas, o Prodasen pôde desempenhar com brilhantismo a essência de sua missão, que foi assim traduzida: “criar sistemas informatizados que facilitem o trabalho do representante popular e contribuam para a democratização do Poder Legislativo”.

A tarefa do Prodasen envolve, portanto, um relevante fator criativo, pois esses sistemas que respondem às necessidades do Poder Legislativo brasileiro não estão prontos, mas devem ser concebidos com essa finalidade. Ademais, os desafios impostos pela acelerada evolução da informática exigem a capacidade da reavaliação constante, com uma permanente redefinição de objetivos. E lembremos, por fim, que a própria história política e social do País vai impondo novas demandas, solicitando novos instrumentos tecnológicos para alcançar seus objetivos.

Assim é que nos anos 80, o empenho da Assembléia Nacional Constituinte em promulgar uma Carta que viesse atender às aspirações de nosso Povo, represadas no período ditatorial, contou com um importante aliado no Prodasen. O sistema por ele desenvolvido permitiu informatizar todo o processo constituinte, harmonizando os projetos das 24 subcomissões e das 8 comissões, passando pelas 3 versões da Comissão de Sistematização, até chegar à versão final do Plenário. Ressalte-se, ainda, a elaboração pelo Prodasen do Banco de Sugestões dos Cidadãos, que

recebeu, indexou e arquivou as sugestões de mais de 70 mil brasileiros.

O Senado não poderia, decerto, ficar à margem da grande revolução dos computadores pessoais que ocorre nas últimas décadas do século XX. A arquitetura centralizada dos sistemas da Casa é mudada, pelo Prodasen, em uma rede que se distribui e fundamenta nos microcomputadores, que hoje já somam mais de 6 mil estações de trabalho.

Deve-se destacar a criação, pelo órgão modernizador do Senado Federal, dos programas utilizados pelo Interlegis, voltado para a integração das casas legislativas das esferas federal, estadual e municipal; do Siga Brasil, sistema de informações sobre as leis orçamentárias; do Sicon, que reúne bases de dados relativas à atividade legislativa, à legislação e à Biblioteca do Senado.

Uma vez que a Casa e cada um de nós passam a dispor das facilidades oferecidas por qualquer dessas ferramentas, torna-se difícil conceber o dia-a-dia do trabalho sem tal preciosa colaboração.

Mas o Prodasen, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cessa de desenvolver novos sistemas e aplicativos. Apenas no ano passado, 24 deles foram postos em operação. Ressaltemos três projetos estratégicos que já foram levados a termo: o novo Portal do Orçamento, que aperfeiçoa o sistema Siga Brasil; a melhoria da rede de computadores nas residências oficiais; e a implantação da rede sem fio nos gabinetes dos Senadores.

Observe-se que a rede sem fio não tem o objetivo de substituir a rede estruturada, mas criar uma alternativa para ela. Afinal, a rede instalada vem funcionando com excelente desempenho, interligando mais de 6 mil computadores, como já me referi, com um índice de disponibilidade da rede de 98,92% – um pouquinho abaixo da meta estipulada de 99%.

Não deixemos de destacar, ainda, o desenvolvimento de outros sistemas, que vão simplificar e aprimorar a realização de atividades inerentes ao Senado Federal: entre eles, o SAC, Sistema de Apoio aos Trabalhos da Consultoria Legislativa; o CPUBLIC, sistema publicador de documentos de Audiências Públicas das Comissões Permanentes e das Comissões Parlamentares de Inquérito; e o CPI-Pesquisa, voltado para a realização de pesquisas no conteúdo dos documentos disponibilizados para o grupo de assessoria das CPIs.

O suporte técnico aos usuários mostrou um excelente desempenho em 2007, atendendo aproximadamente 40 mil ocorrências e superando a meta de resolver, em até 24 horas, 90% dos problemas relativos a *hardware* e 95% dos problemas de *software*.

A elaboração do Plano Estratégico para o período de 2007 a 2010 parece já ter tido importante papel no excelente desempenho verificado no ano passado.

Não há dúvidas de que o Prodasen tem-se desincumbido de modo exemplar de sua tarefa de modernizar o Senado Federal, para o que se mostra indispensável a capacidade de se repensar e de se renovar constantemente.

Para concluir, Sr. Presidente, quero frisar que a importância das ações desenvolvidas pelo Prodasen vai além do âmbito do próprio Senado, alcançando outras casas legislativas e outros órgãos da Administração Pública; aperfeiçoa a própria democracia, ao aumentar a transparência das atividades do Parlamento e aproximá-lo da sociedade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal Senador Garibaldi Alves Filho

29/05/2008

Quinta

- 14:00** Sessão em comemoração aos 60 anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói/RJ.
Plenário do Senado Federal
- 14:20** I Seminário Planejamento Estratégico
Abertura: Senador Garibaldi Alves Filho - Presidente do Senado Federal
Auditório do Interlegis do Senado Federal
- 16:00** Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado Federal
Plenário do Senado Federal

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 193, DE 2008, DESTINADA A VERIFICAR, **IN LOCO**, O RISCO AMBIENTAL EM QUE VIVEM OS 31 MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL – INPE EM SEU “MAPA DO DESMATAMENTO”

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2008, às quinze horas e cinquenta minutos, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi instalada a Comissão e eleito Presidente o Senador Jayme Campos, Vice-Presidente o Senador João Pedro e designado relator o Senador Flexa Ribeiro.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Jayme Campos (DEM-MT) – Presidente; **João Pedro** (PT-AM); **Romeu Tuma** (PTB-SP).

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sras. e Srs. Senadores, senhores presentes. Havendo número regimental declaro aberta a reunião de instalação da 1ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento 193, de 2008, composta de cinco membros titulares, igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de doze meses, destinada a verificar *in loco* o risco ambiental em que vivem os trinta e um Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. Solicito ao Senador João Pedro que seja o escrutinador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Três Senadores, três votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por unanimidade foram eleitos como Presidente o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, e para Vice-Presidente o Senador João Pedro, do Amazonas. São dois Estados que realmente são importantes nessa Comissão pelas pesquisas que estão sendo feitas com respeito às queimadas nessas regiões.

De forma que V. Ex^a, Senador Jayme Campos, sendo eleito, eu peço a V. Ex^a. que assuma aqui a presidência e convido o Vice-Presidente, o Senador João Pedro, para assumir os trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr^{as}. e Srs. Senadores, nós declaramos instalada a Comissão de Risco Ambiental e queremos, antes de mais nada, agradecer a confiança a nós depositadas para presidir esta Comissão e, certamente, na pessoa do ilustre Senador João Pedro para ser Vice-Presidente. Assim, de acordo com determinação regimental, eu quero indicar para ser o Relator desta Comissão o Senador Flexa Ribeiro, que infelizmente

não pode comparecer nesta Comissão, neste momento, tendo em vista também outros motivos, particularmente não deu-lhe condições de comparecer, mas eu quero indicar para ser Relator desta Comissão de Risco Ambiental o Senador do PSDB Flexa Ribeiro.

Quero dizer que é muito importante, Senador Romeu Tuma, esta Comissão na medida em que nós teremos a oportunidade ímpar de fazer um diagnóstico nos Municípios e nos Estados que certamente têm sido apontados no “mapa da devastação”, ou seja, os Municípios que têm mais desmatado e, naturalmente, vistos como Municípios e Estados que têm agido talvez à margem da Lei em relação à política ambiental.

Todavia, esta Comissão tem um papel preponderante no sentido não só de diagnosticarmos, aferirmos os números, mas certamente apontarmos suficientemente elementos que possam melhorar a buscarmos o desenvolvimento e, sobretudo, também, a preservação ambiental.

É óbvio e evidente que nós, da Amazônia, eu particularmente, o próprio Senador João Pedro, Flexa Ribeiro e o meu querido Senador Romeu Tuma *ad hoc* temos visto e acompanhado bem de perto que está havendo talvez algumas falhas nas informações, sobretudo nos números que têm sido fornecidos através do INPE. Esta Comissão tem um papel preponderante de buscarmos a verdade para que não só tenhamos uma política ambiental decente, responsável, mas, acima de tudo, nunca prejudicando o homem amazônico, que hoje, lamentavelmente, o que se vê é realmente o homem que mora na Amazônia brasileira não sendo respeitado na sua plenitude, sobretudo quando vivemos num estado democrático de direito e que nós precisamos com certeza respeitá-lo. Se não bastasse isso, nós que somos de Mato Grosso temos acompanhado até mesmo a quebra do Estado federativo. O Brasil é um Estado federativo, é um país federativo e nós precisamos, com certeza, buscarmos aquilo que é de direito daquele que produz, que constrói a grandeza do Brasil. Nunca perder de vista, muito pelo contrário, fazermos com que as ações governamentais na busca de uma política ambiental justa seja *in totum* prevalecida e, acima de tudo, buscando as alternativas que possam gerar prosperidade, desenvolvimento e, acima de tudo, cidadania ao nosso povo que certamente está lá à margem de uma política pública de boa qualidade para atender aqueles que certamente estão já há alguns anos naquelas regiões, algumas inóspitas, buscando efetivamente uma boa qualidade de vida.

De modo, meu caro Vice-Presidente Senador João Pedro, eu espero que V. Ex^a., como homem amazonino, possa nos ajudar a contribuir sobremaneira para traçarmos uma política ambiental, sobretudo contribuir com

o Ministério do Meio Ambiente, com o próprio IBAMA no sentido com certeza de dar aquela contribuição, que nós poderemos sair desse emaranhado e, acima de tudo, aquelas pessoas passarem a acreditar mais no Estado brasileiro.

De tal forma eu agradeço a todos os senhores e da minha parte não evitarei nenhum esforço para que possamos com certeza dessa Comissão sair um trabalho proveitoso, fértil e, acima de tudo, que possamos levar a verdade a todos aqueles que estão carentes certamente de um Governo que possa proporcionar a eles condições de vida melhor e, acima de tudo, sempre respeitando a todos eles.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois do Senador João Pedro eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente Senador Jayme Campos, Senador Tuma. É mais um desafio, é mais um acúmulo, mas um acúmulo positivo de trabalho para todos nós aqui no Senado. Eu ia suscitar ao Presidente acerca da próxima reunião e aí da importância do nosso Relator, onde nós construímos, não só o Relator, construímos uma agenda de atividades. Eu quero chamar a atenção para a importância, vou raciocinar aqui em voz alta, quem sabe como o foco são os trinta e um Municípios, não pudéssemos começar pelo INPE para entendermos a metodologia, para entendermos... Partir daí. É em São Paulo a sede, mas no sentido de... Ou aqui ou lá, mas eu penso que nós poderíamos olhar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quem sabe começar, Presidente, pelo INPE, pelo instituto, e não aqui. Eu acho que nós temos que visitar para olhar a infra-estrutura, discutir metodologia, esses números, e aí sim visitarmos os trinta e um Municípios, a começar por A, B, C. Temos que construir aqui um ambiente--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria de acrescentar, Senador, o SIVAM. O SIVAM custou muito caro para o país e ele tem a obrigação da vigilância da Amazônia. Não é só a questão do vôo, mas sim o desmatamento, a plantação de droga, tudo isso cabe ao SIVAM, para ver se eles têm a mesma metodologia--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Cruzar as informações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O SIVAM não está funcionando por falta de meios ou já estão se tornando obsoletos os seus equipamentos. Então, se V. Ex^a. permitir, no seu requerimento acrescentar o SIVAM.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ok. Eu acho que são instituições que têm a ver com a Amazônia e que utilizam, no caso o SIVAM, de uma tecnologia de ponta. Então eu queria só chamar a atenção porque o requerimento de V. Ex^a. provoca a necessidade de conhecermos a metodologia do INPE para, na prática, quando nós formos nas cidades, já ir aferindo dados, não a metodologia em si, mas os dados apresentados pelo INPE. É isso.

A minha participação aqui é nesse sentido, não só por morar na Amazônia, ser um Senador do Estado do Amazonas, mas porque penso que esse é um tema da maior relevância para o país, para o Senado discutir. Então eu me coloco à disposição no sentido de nós contribuirmos com esclarecimentos, com informações e com sugestões para superarmos isso, porque não é olhar o fogo pelo fogo. O fogo já é consequência de uma política, de um modelo de desenvolvimento, de um compromisso com a região e eu penso que... penso não, tenho convicção de que a Amazônia não é problema não; a Amazônia é uma solução para a sociedade brasileira, ela tem que ser pautada inclusive do ponto de vista estratégico do Estado brasileiro. Então eu acho que essa Comissão pode dar uma grande contribuição e eu começo aqui com esse espírito de que o resultado do trabalho possa ser um resultado que possa contribuir com a sociedade, com o Estado e com as políticas públicas para a Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado ao Senador João Pedro. Nós, inicialmente, nós pretendemos também fazer um trabalho em conjunto com a Subcomissão de Meio Ambiente, que também mais ou menos trabalha na mesma direção, e o fundamental eu acho, neste exato momento, é nós primeiro fazermos algumas visitas dentro de um calendário, nós vamos estipular uma agenda de trabalho, nos Estados, por conseguinte iremos a algumas cidades, sobretudo nos focos onde estão as crises maiores.

Feito isso, aí nós teremos aqui, inicialmente, teremos que fazer algumas convocações, dentre elas com o Diretor Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, do Presidente do Conselho Diretor do IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o Chefe-geral da EMBRAPA Satélite, representantes do setor produtivo madeireiros, agricultores e pecuaristas, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, Secretários de Meio Ambientes da Amazônia, representantes de assentamentos pelo INCRA – Alternativas Econômicas, personalidades para debater sobre a questão indígena, personalidades para debater sobre os estrangeiros na Amazônia, personalidades para debater sobre o modelo sustentável para a Amazônia

e potencial estratégico, Governadores do Estado da Amazônia Legal, Ministro da Agricultura, Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Justiça, enfim, evidentemente no decorrer dessas audiências que nós vamos promover aqui – e algumas poderemos até promover nos próprios Estados, eu acho que o fundamental é nós termos aqui o início do trabalho que nós pretendemos desenvolver com esta Comissão, de tal forma que eu acho que vai ser bastante proveitosa, sobretudo nós entendemos que só assim nós vamos dirimir algumas dúvidas que efetivamente tenha por parte do Governo e certamente tenha pelo setor produtivo, pelo trabalhador, pela classe empresarial nos Estados que certamente estão sendo mais prejudicados. Na visão minha prejudicado no bom sentido da palavra, é óbvio, nós temos que fazer algumas correções e ninguém pode achar que não têm alguns desmandos, algumas coisas ilícitas, muito pelo contrário, ninguém está aqui para proteger quem quer que seja, nós queremos a verdade. De modo que isso daqui é um elenco já de medidas para serem tomadas.

Todavia, eu, particularmente, acho que nós temos que inicialmente começar a fazer o trabalho nos Estados até para dar uma expectativa, uma esperança que algo está sendo feito, também para buscarmos soluções para esses problemas que têm surgido constantemente na Amazônia. V. Ex^a. tem conhecimento, o Senador Romeu Tuma e os demais Senadores desta Casa têm conhecimento das operações que têm sido realizadas e não podemos deixar de conhecer que há até uma certa desconfiança da população com relação ao próprio Governo. Têm milhares de pessoas, milhares de brasileiros que estão ali que passaram até já a não acreditar na figura do Estado. Então essa figura do Estado não pode em hipótese alguma ter essa desconfiança da sociedade. Neste caso o que nós queremos, inicialmente, é fazer essa programa programação.

Eu coloco aqui para que V. Ex^{as}., naturalmente, façam uma reflexão, se é oportuno. Nós queremos ir agora no próximo dia 16, se não me falha a memória, conforme aqui inicialmente estabelecido, é a saída para o Estado do Pará e ali estaremos visitando na quinta-feira Tailândia e Breves. Na sexta Paragominas e Belém numa reunião na FIEPA com a participação do Governo do Estado. A posteriori nós iremos, no dia 23, no Estado de Rondônia visitando Machadinho do Oeste, Buritis, Porto Velho, Ponta do Abunã, na Vilhena, e no dia 28 nós queremos programar para o Estado do Mato Grosso. No dia 27 esta Comissão dormiria em Cuiabá e no dia 28, na segunda-feira, nos deslocaríamos para a cidade de Juína, na região Noroeste. No mesmo dia na parte da tarde estaríamos na cidade

de Sinop, que é um grande pólo de desenvolvimento, retornando para a cidade de Cuiabá, na capital do Estado, e faremos uma reunião, ou seja, uma grande Audiência Pública com a sociedade, com o setor produtivo, a classe trabalhadora e órgãos governamentais no prédio da Assembléia Legislativa daquela cidade. Essa é uma idéia inicialmente, nós estamos proponho, evidentemente cabe à maioria decidir aqui se essa nossa sugestão realmente possa ser levada em consideração. De tal forma que inicialmente é isso daí e V. Ex^{as}. serão convocados oportunamente, comunicados em relação do que foi traçado definitivamente em relação a esta Comissão.

Alguém quer fazer uso da palavra?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os ouvidos são melhores que a boca, Senador. Eu já ouvi claramente que os senhores que são conhecedores profundos da região, eu conheço um pouco por dever de ofício, mas a Comissão de Preservação do Meio Ambiente, eu também faço parte dela, ela tem um objetivo como esta de proteger o cidadão praticamente à sobrevivência, porque a devastação do Meio Ambiente traz uma intranquilidade principalmente para aqueles que têm filhos, que sabem que vão ter que viver. E a cada dia nós verificamos pela televisão, pelo rádio, a destruição quase que internacional de vários segmentos que trazem um prejuízo enorme ao Meio Ambiente e, por conseguinte, um prejuízo à própria vida animal e à vida do cidadão.

Eu digo que em São Paulo nós temos uma poluição que mata mais do que em muito lugar, que é a poluição veicular, que tem cura através de providências de ordem legal. Mas a poluição criada pela queima, pela devastação da floresta, ela quase que, eu diria, é irreversível. Mas nós temos cidadão que lá vive. Ele tem que sobreviver. Então nós temos que encontrar caminhos para que o Governo invista numa forma de que ele seja auto-sustentável com algum tipo de atividade. E nós vimos que o relatório do INPE foi contestado por alguns Governadores, o que dá uma intranquilidade, acredito eu, até para o Governo, porque como que ele vai saber o que é verdadeiro e o que não é? Ele não pode desacreditar de ninguém, mas não pode acreditar de que esteja certo, porque têm duas versões.

Então eu acho que essa Comissão, V. Ex^a. colocou muito bem, é verificar *in loco* os dados e conferir, conferir. Como têm dois órgãos importantes que é o SIVAM e o INPE, e agora o senhor lembrou da EMBRAPA que tem um trabalho que nos ajudou muito na

localização de plantios de epadu, da cocaína brasileira através de satélites, o EMBRAPA já vem fazendo um trabalho anterior à criação eu acho que até do INPE e do SIVAM, é importante a presença deles porque eles sabem que tipo de produto ou que tipo de trabalho pode ser desenvolvido na Amazônia sem prejuízo ao Meio Ambiente e que seja auto-sustentável para a população que lá vive, porque a população ribeirinha normalmente está vivendo do peixe, mas tem o interior da Amazônia. Quem andou lá pelo meio do mato sabe o sacrifício que cada morador daquela região tem de sobrevivência.

Então eu cumprimento a V. Ex^{as}. pelo roteiro que foi apresentado e acredito que nós teremos um bom sucesso no relatório final, na esperança de que aquilo que for praticamente colhido pela Comissão o Governo possa aplicar e atender.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado ao Senador Romeu Tuma. Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Jayme Campos, se eu não pedi para assinar o requerimento de V. Ex^a., eu votei favorável, se eu não assinei eu votei favorável, porque eu estava na Sessão no Plenário, para dizer da minha concordância.

Agora eu quero externar aqui a minha preocupação como membro e já na condição de Vice-Presidente. A metodologia para mim vai ajudar no sucesso, no resultado. Olhe só. Se nós sairmos já dia 16 para Belém, eu penso que nós deveríamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador João Pedro, pela ordem. Nós estamos propondo, evidentemente que cabe à maioria decidir aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Temos que pegar os dados primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Perfeito. Aqui não tem nada no afogadilho, vamos fazer uma coisa de forma racional.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Olhe só, eu vou fazer uma proposta. Nós estamos pegando, com toda a nossa capacidade de informação, de Senadores da República que estamos acompanhando a mídia, mas o produto é o seguinte: existem trinta e um Municípios, denominado o Arco do Fogo, e aí que a gente fica aqui preocupado com o tamanho, com a dimensão desse impacto. Tem operação em curso e o que eu gostaria de ponderar a V. Ex^a., que é Presidente e autor e o Estado de V. Ex^a. vive esse debate intenso? Primeiro, discutir com o INPE e discutir imediatamente com o Ministério do Meio Ambiente, que é o grande interlocutor disso. Por que trinta e um Municípios? Por que não são quarenta, não são vinte? Os dados do

INPE, nós temos imediatamente, quando nós formos para campo, discutir numa Audiência Pública, visitar um Prefeito, um Secretário Ambiental, a sociedade civil, nós temos um mínimo de informação, porque nós irmos já lá para o campo sem nenhuma informação, a gente acaba ouvindo e ficando meio sem... Olhe só o que eu quero ponderar: ouvirmos o INPE, ouvir o Ministério do Meio Ambiente, inclusive tomar pé das operações, aonde é que estão? De repente a gente pode acompanhar uma operação dessa, não é? Então eu acho que de imediato, antes de sairmos para campo, termos informações da operação, por que é que o Ministério do Meio Ambiente criou essas ações e tal e conhecer os dados do INPE, que nós podemos aqui contestar inclusive.

Então eu gostaria de fazer essa ponderação antes de ir. Pode ser até essa ordem aqui, Pará e depois Rondônia, mas eu gostaria que a Comissão tivesse elementos para poder irmos a campo com mais dados, com mais segurança e um olhar diferenciado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu acho que aqui--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para qualificar o debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): -- é uma proposta que cada um de nós vai levar essa proposta e fazer as alterações na próxima terça-feira, numa reunião para rediscutir e já fazer o definitivo. É claro que tem que partir de uma sugestão e a gente vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu concordo com o Senador João Pedro, é muito oportuna a sua opinião aqui, Senador, até porque na verdade nesse dia em que virá aqui o Diretor do INPE, que certamente vai ser convocado para trazer essas informações, nós poderemos convocar os Secretários de Meio Ambiente dos Estados, porque há uma contestação na medida em que INPE tem um número e os Secretários, ou seja, as Secretarias do Meio Ambiente dos Estados têm outros números.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dos Estados os trinta e um Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exatamente. Por exemplo, eu vou dar um exemplo aqui do Mato Grosso especificamente. O que foi constatado através do INPE? Seiscentos e sessenta focos. O que é que ocorre? No levantamento feito *in loco* pela Secretaria de Meio Ambiente apenas constatou sessenta e um focos, ou seja, 10% ou 12% daquilo que foi divulgado pelo INPE. A Operação Arco de Fogo só foi desencadeada, Senador Romeu Tuma, na medida em que os números apresentados pelo INPE foram números realmente assombrosos. Ainda o

que é que ocorreu? As Secretarias saíram a campo, como é o caso especificamente de Mato Grosso, e lá foi totalmente diferente os números que foram apurados em campo.

Então eu acho oportuna a opinião de V. Ex^a., eu concordo e nós vamos, com certeza, reprogramar tudo isso daqui com a participação--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Podemos começar inclusive por Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Podemos. Então eu concordo com V. Ex^a., eu acho que a maioria aqui concorda. Todavia, vamos marcar já para terça-feira uma outra reunião com a participação de mais Senadores aqui, ou seja, da maioria absoluta e, com isso, nós vamos fazer uma agenda positiva para buscar de fato a verdade dos fatos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador, não consta, mas é óbvio nessa proposta inicial aqui, nós temos que conversar com os Prefeitos. São Municípios, são Governadores, Secretários Municipais, Secretários Estaduais de Meio Ambiente e Prefeitos também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Provavelmente estão pagando um preço alto por estarem relacionados, os Prefeitos estão pagando um preço alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu acho que a primeira Audiência que nós temos que realizar aqui é com o INPE, Diretor do INPE, e com os Secretários, porque nós temos que--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Ministério do Meio Ambiente também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Também o Ministério do Meio Ambiente, vamos elaborar uma agenda positiva aqui, vamos convocar essas pessoas e certamente--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para Prefeito talvez seja melhor a visita *in loco*, porque eles têm dificuldade de locomoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exato, e sobretudo o seguinte: são vários Municípios, são trinta e tantos Municípios.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Trinta e um.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É quase impossível nós disponibilizarmos tempo suficiente para irmos em todas essas comunidades. Nós podemos depois promover por região, imaginando uma região em que possa estar participando pelo menos aí 50% dos Municípios, o entorno, chamarmos num encontro, uma Audiência Pública regional, que seria muito mais saudável.

Então eu acho que o encaminhamento está muito bom, V. Ex^a. foi oportuno, Senador Romeu Tuma, que

já é um homem experiente de várias Comissões, um homem de uma tarimba que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando a gente vai interrogar alguém e não sabe de nada, ele dá um banho na gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque a gente tem que acabar acreditando no que fala. A não ser que caia em contradição, mas se não a gente com dados na mão o sujeito... Eu acho que é mais... Tem mais solidez.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Lógico. Eu agradeço e vamos ficar mais ou menos, ou seja, a Secretaria fica autorizada a nós preparamos aqui o convite para os Senadores-membro desta Comissão para que na próxima terça-feira nós possamos se reunir e traçar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que horas que o senhor vai marcar?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Qual é o melhor horário? Até porque temos algumas Comissões também--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Às duas horas talvez, eu não sei se é muito cedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Três horas seria o melhor horário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes da Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Três horas. A Ordem do Dia se inicia às dezesseis horas, então eu acho que seria ideal às quinze horas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quinze horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Uma hora antes nós estaremos aqui, quinze horas. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrados os trabalhos de hoje.

Sessão encerrada às 16h19.

Senador **Jayme Campos**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 193, DE 2008, DESTINADA A VERIFICAR, IN LOCO, O RISCO AMBIENTAL EM QUE VIVEM OS 31 MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL – INPE EM SEU “MAPA DO DESMATAMENTO”.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2008, às quinze horas e vinte e nove minutos, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº 1, de 2008, requer seja convidado para uma audiência pública o Senhor Gilberto Câmara, Diretor do INPE, para debater os índices de desmatamento elaborados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), referentes aos 36 municípios do Bioma Amazônia relacionados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente;

Nº 2, DE 2008, requer seja convidado para uma audiência pública o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará, para debater os índices de desmatamento elaborados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), referentes aos 36 municípios do Bioma Amazônia relacionados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente;

Nº 3, DE 2008, requer seja convidado para uma audiência pública o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, para debater os índices de desmatamento elaborados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), referentes aos 36 municípios do Bioma Amazônia relacionados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente; e

Nº 4, DE 2008, requer seja convidado para uma audiência pública o Secretário de Meio Ambiente do Estado Rondônia, para debater os índices de desmatamento elaborados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), referentes aos 36 municípios do Bioma Amazônia relacionados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Jayme Campos (DEM-MT) – Presidente; **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA) – Relator; **João Pedro** (PT-AM); **Valdir Raupp** (PMDB-RO); **Romeu Tuma** (PTB-SP)

Esteve presente o Senhor Expedito Júnior, não membro da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento número 193, de 2008, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes com prazo de funcionamento de 12 meses, destinada a verificar *in loco* o risco ambiental em que vivem os 31 Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu mapa do desmatamento. Esclareço que na presente Reunião, será apresentado o plano de trabalho.

Apenas colocar em votação a Ata número..., que foi da Reunião da instalação desta Comissão. Aqueles que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Srs. Senadores, conforme nós anunciamos na primeira Reunião desta Comissão, nós íamos fazer uma preposição, sobretudo um roteiro que vai fazer o encaminhamento desta Comissão que tem por obrigação apurar os riscos ambientais apontados pelo Ministério do Meio Ambiente, nos três Estados da Federação, Mato Grosso, Rondônia e o Estado do Pará. E esse roteiro, nós, naturalmente, solicitamos à assessoria desta Comissão Especial que o elaborasse. Até porque, por sugestão do nosso Vice-Presidente, Senador João Pedro, ele entende, eu imagino, que é importante discutirmos com essa Comissão, um roteiro que certamente seja o ideal, para que não façamos nada de afogadilho. Dessa forma, Sr. Relator Senador Flexa Ribeiro, nós estamos aqui propondo através desse roteiro que, inicialmente nós elaboramos pela nossa assessoria dessa Comissão, que nós queremos inicialmente, convidar para vir aqui, inicialmente, o Presidente do INPE e naturalmente, na sua seqüência, outros órgãos envolvidos na política ambiental. Todavia essa Comissão, esta Presidência está aberta para atender, naturalmente, as solicitações, sobretudo, as opiniões de cada membro desta Comissão. De forma, que eu acho que é fundamental, que ela já está instalada e acho que é fundamental também, nós colocarmos o nosso trabalho, que tem por obrigação fazermos a auditoria, aferirmos os números e buscarmos soluções para que certamente, nós possamos melhorar a política ambiental, especialmente para a nossa região Amazônica. Que é muito fácil, os Órgãos Governamentais apontarem os números que certamente, a nível de Mato Grosso, ou seja, co-relato à Mato Grosso, ele não está espelhando a verdade. E, só nós poderemos espelhar a verdade, na medida em que nós tenhamos essas informações. E nós queremos construir idéias inteligentes para também darmos a nossa sugestão para que o Governo, através dos Órgãos responsáveis, buscarmos, com certeza, uma política justa para a área do meio ambiente em nosso país, sobretudo, para a região Amazônica.

De tal forma, que nós queremos convocar aqui o Presidente do INPE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Fundação Nacional do Índio, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o setor produtivo, madeireira, agricultores e pecuaristas, representados, assentados do INCA, como também imagino o próprio SIVAM, através de seus legítimos

representantes, poderão vir aqui nessa Comissão. De forma, que estamos abertas aqui para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, quero que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a V.Ex^a. que, como Presidente da Comissão Temporária Externa de Risco Ambiental, fez o honroso convite para que eu atuasse nessa Comissão Temporária como Relator e tendo na Vice-Presidência o eminente Senador João Pedro. Uma das tarefas do Relator é, sem sombra de dúvidas, além, evidentemente, de preparar o relatório final da Comissão, é propor aos membros da Comissão um plano de trabalho, para que a Comissão possa desenvolver as suas tarefas e chegar aos objetivos para o qual ela foi instalada. Acontece, Sr. Presidente, que nós temos duas Comissões com o mesmo objeto, uma Subcomissão, na Comissão de Meio Ambiente, já instalada e que tem como Relator o nobre Senador Expedito Júnior, que também visa à acompanhar a crise ambiental na Amazônia Brasileira, e esta Comissão do Senado, que V.Ex^a, em boa hora, propôs a sua instalação face à urgência que o tema requer, em função de que o Senado Federal precisa tomar conhecimento do que acontece na Amazônia nesse instante. Verificar, como V.Ex^a. bem colocou, as razões e as informações de todos esses Órgãos que V.Ex^a. nomeou e concordo com todos eles. E diria mais, Senador João Pedro, teremos também, que convidar para a Audiência Pública os Governadores dos Estados, da Amazônia, para que até aqui viessem, para que cada um pudesse dar o seu testemunho do que realmente acontece em relação ao desmatamento da nossa região. Então, por uma questão de fazermos uma diminuição de trabalhos, no sentido de não haver superposição das duas Comissões, é que eu queria propor ao Presidente e aos membros dessa Comissão que, por uma economia processual, nós pudéssemos caminhar em conjunto, até porque os membros das duas Comissões, salvo raras exceções, são os mesmos. Os membros da Subcomissão de Meio Ambiente são os mesmos da Comissão Externa do Senado Federal, com algumas exceções.

Então, a primeira proposta que eu faço aos nobres pares dessa Comissão Temporária, é que, eu não pude estar presente na sessão de instalação porque tinha compromisso no meu Estado, na quinta-feira de tarde e tive que viajar às 14 horas e a Comissão se instalou às 15:30. Eu gostaria de apresentar na próxima Reunião Ordinária nossa, um plano de trabalho em conjunto com o Presidente, em conjunto

com o Vice-Presidente e em conjunto com o Relator da Subcomissão de Meio Ambiente, de tal forma que nós pudéssemos, Senador Valdir Raupp, fazermos as viagens em conjunto. Nós já aprovamos, na Subcomissão de Meio Ambiente, nós já aprovamos uma visita ao Estado do Pará, que está organizada para ocorrer agora, quinta e sexta-feira próxima. O por quê disso, Presidente Jayme Campos? Porque a operação “Arco de Fogo”, ela iniciou por Tailândia, no Município, do Pará, que será visitada pela Comissão e hoje se encontra no município de Paragominas, também no Estado do Pará. Então seria da maior importância, que a Comissão pudesse se deslocar no momento em que a operação está sendo levada a efeito nesse Município. Então, eu queria colocar a apreciação dos membros da Comissão Temporária, que nós pudéssemos fazer essa viagem em conjunto, essa primeira viagem, agora na quinta e sexta-feira próxima, na terça-feira numa Reunião Ordinária, nós marcaríamos então, audiência. Eu acho que o Senador João Pedro tem toda razão, vamos ouvir o INPE para que eles possam nos dar as informações com relação aos dados que por eles foram levantados com relação aos desmatamentos nos vários Estados da Amazônia brasileira. E também, não só o INPE, já poderemos, caso possamos fazer os convites, trazer outros convidados para que possamos ter uma Audiência Pública já com o maior número de convidados e não somente com o INPE e depois, casarmos as viagens das duas Comissões. A próxima visita programada, seria para o Estado de Rondônia e em seguida para o estado de V.Ex^a, Estado de Mato Grosso, Senador Jayme Campos.

Então, eu pediria a V.Ex^a. e aos meus pares, para que nós pudéssemos aprovar essa primeira viagem conjunta. Na terça-feira faríamos então, a aprovação do plano de trabalho já de tal forma para que ele pudesse ser feito em conjunto com a Subcomissão e marcarmos as audiências propostas por V.Ex^a. Essa é a proposição que faço para a apreciação dos nobres pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Apenas fazendo aqui um adendo, nas autoridades que estamos propondo inicialmente, na medida, será convocada a Ministra do Meio Ambiente, o Ministro da Agricultura, Ministério da Justiça, os Governos dos Estados com seus referidos Governadores dos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Exatamente. E as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados também previstos. E como bem disse aqui, convidado e os Institutos da sua pesquisa, etc, etc. Pois bem, eu quero colocar aqui, antes de fazer, dar a palavra ao Senador João Pedro e também ao Senador Expedito Júnior, a apreciação dos senho-

res aqui, a proposta do Senador Flexa Ribeiro. Os Srs. Concordam?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, só para discutir a matéria. Sr. Presidente eu acho que, primeiro eu quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela feliz idéia da criação desta Comissão Externa, Comissão Temporária e a mesma idéia, a feliz idéia do nosso Presidente da Subcomissão, o Senador Flexa Ribeiro que apresentou também, praticamente a mesma propositura, com o mesmo objetivo, na Comissão do Meio Ambiente. E eu acho que é oportuna essa proposta que faz o Senador Flexa Ribeiro, porque eu entendo que as mesmas personalidades, as mesmas pessoas que serão convidadas para ser palestrantes, para discutir conosco, ambas as Comissões, praticamente são as mesmas. Então, eu acho que seria desnecessário nós termos aqui, de repente, numa semana passa a Subcomissão do Meio Ambiente no Pará, na semana seguinte passa a Comissão Externa do Senado. Então, é óbvio que se nós pudermos juntar as duas Comissões para termos rapidez, inclusive, na proposta final, que nós vamos apresentar. Fazer um relatório em conjunto, nós já fizemos, praticamente, é só adequar com a programação que V.Ex^a está propondo inclusive, com a possibilidade, já na outra semana, possibilidade não, na outra semana, quinta e sexta é no Pará, na próxima quinta-feira, eu vou até deixar uma sugestão aqui, para que não façamos dois dias. Daqui para frente, fazer tudo num dia só. Lá em Rondônia nós vamos fazer tudo na quinta-feira e logo na semana seguinte já é no Estado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com muito prazer, com muito prazer.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas, o Estado do Mato Grosso ainda, é fácil, que nós temos vôo toda hora para Rondônia. O complicado é lá no Pará, que nós só vamos poder sair no dia seguinte, que nós não temos vôo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que dizer para ele levar o senhor jantar naqueles restaurantes que ele conhece.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso, nós vamos ser muito bem atendido lá pelo Senador Flexa. Mas, eu quero aqui, defender a proposta do companheiro Flexa e tenho certeza que, eu acho que é de comum acordo de toda a Comissão, para que possamos fazer um só relatório, uma só visita nos Estados. Enfim, nós podemos aqui rapidamente produzir alguma coisa que seja bom para os Estados. Porque é complicada a situação que está hoje, lá em Rondônia, mesmo o Município que nós vamos, é no Município do Machadinho, o Senador Raupp sabe, lá temos 6 ou 7 madeiras lacradas. Com uma diferença, às vezes,

de 1% só que é a diferença que, inclusive, tem algumas madeiras, a diferença da metragem do pátio, da madeira, infelizmente essa madeira está sendo lacrada. Essa madeira já foi multada, a madeira vai pagar pelo seu erro e eu acho que nós colocarmos na rua, eu não sei quantos, lá em Rondônia, mas se for nesse princípio, vai fechar praticamente todas as madeiras no nosso Estado.

Então, nós vamos colocar em torno de 20 mil servidores, 20 mil operários na rua. Então, eu acho que nós temos que ter muito cuidado com isso. Eu conversei, essa semana, com o Diretor do IBAMA, que esteve em Rondônia. Há também essa preocupação no sentido dessa questão do lacramento das madeiras. Inclusive, eles estão repensando essa questão. Parece que o Senador Raupp, inclusive, também, já tratou desse assunto com a própria Ministra Marina Silva e eu acho que é preocupação de toda essa Comissão, eu acho que nós, desde o início, tanto eu, o Senador Flexa, que eu tenho escutado falar quase que semanalmente sobre essa questão da operação, ninguém aqui quer proteger bandido, ninguém quer proteger quem está trabalhando na ilegalidade. Nós queremos proteger quem está produzindo, quem está aquecendo a economia do nosso Estado que é um pedaço forte de Rondônia, que é o setor madeireiro. Nós não podemos desprezar isso. Então, parabéns ao Senador Jayme Campos e também ao Relator e que com certeza, haveremos de fazer um trabalho em conjunto, as duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É muito prudente e oportuno a observação do Senador Expedito Júnior. Eu acho que tem que juntar os esforços, ou seja, fazer um trabalho em conjunto. Eu acho que seria muito mais frutífero, sobretudo, muito mais proveitoso, por isso o tempo vai ser ganho e quero crer que essa matéria já está em apreciação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo com o Expedito, eu acho que eu não ouvi as duas propostas, mas um convite à Marina Silva, ela é uma pessoa de bem, tem as suas visões, nós podemos trazê-la a convite, que é convite, não convocação, para dar um detalhamento de qual é o objetivo do Ministério do Meio Ambiente. Ela está lá há muitos anos, conhece profundamente a região, é oriunda da região do Amazonas. E essa convergência das duas Comissões, eu acho importante, mas tem que os Relatores conversarem, porque alguns pontos são divergentes na apuração. Não é divergente, mas tem objetivos diferentes. Então, se fizer uma Comissão única, nós podemos esbarrar em dificuldades para o objetivo que essa Subcomissão foi criada. Quando houver o interesse único em buscar um ponto que é

importante, por exemplo, fechamento de madeira, tudo isso, a gente pode casar e tranquilamente fazer um trabalho único, mas há outras coisas, por exemplo, que foi discutido aqui, que não está na Comissão do Meio Ambiente. Que eu também estou lá, acho que todo mundo está lá e aqui.

Agora tem um detalhe, Senadores e Presidente, a coisa mais fácil que tem para a autoridade, é a repressão. Não há dificuldade para o Estado reprimir, porque ele usa a força de acordo com a necessidade, para cumprir aquilo que for determinado, mas se não criar opção, vai ser eternamente uma perseguição. Eu daria um exemplo, assim que foge muito a essa questão das madeiras, são os camelôs. A polícia vai, na rua 25 de março, persegue, uma correria para cima e para baixo, quem cai? Uma senhora, um cidadão de bem, que está lá no meio e é atropelado por aquela correria e às vezes é vítima de um furto de, até de uma lesão corporal e não há possibilidade, isso é 5, 10 anos que vai acontecer sempre, porque não se dá opção ao cidadão que quer trabalhar, que quer trabalhar honestamente, mas quer orientação do próprio Estado para dizer: "Olha, você pode fazer isso, não pode fazer aquilo". O que você precisa para o Estado te ajudar para cumprir o que a regra legal manda? Porque, se ficar só na perseguição, não vai mudar nunca, Senador. Porque essa questão, eu estou aqui há 10 anos e sempre ouvi falar isso e tive mais 10 na polícia e sempre aconteceram esses fatos e nunca houve um termo de se buscar uma solução definitiva, ter opção para madeira, porque eles vivem da produção da madeira, eu vi um depoimento amargo, choroso, desesperado, porque não tinha opção, que iam passar necessidade. O Estado vai dar, como dá, um salário para os madeireiros que estão sem emprego.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa Comissão que vai lá vai ter a possibilidade de conhecer quem realmente desmata a Amazônia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quem desmata tem que ir para a cadeia. Quem desmata ilegalmente. Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não, a vontade. Vamos colocar em votação antes de eu conceder a palavra ao Senador Raupp e em seguida ao João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas não tem convocação ainda, nós vamos fazer.

SENADO FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós aprovamos isso na nossa Subcomissão. Vamos discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vamos ajustar. Isso aí, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria ajustar com o Relator da outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra aqui o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para dizer que eu concordo, tanto na primeira etapa com o Senador Expedito Júnior de fazer conjuntas as reuniões, porque nós temos já muitas Comissões no Senado, parece que são 17 Comissões, Subcomissões. No ano passado tinha 6, 8 Comissões. Já não está dando nem tempo e nem membros para as Comissões. Eu tenho a maior bancada do Senado, sob a nossa liderança, mas está faltando gente para compor as nossas Comissões e Subcomissões. E quando o Expedito fala que se for fazer duas vezes a convocação de autoridades para ouvir nessa Comissão Temporária, a convite, nessa Comissão Temporária e na Subcomissão de Meio Ambiente, faltaria, com certeza, tempo e Senadores para cumprir essas missões e as visitas também, nos Estados. Com certeza ia ser muito complicado. Eu vejo que aos poucos, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, está se adquirindo um consenso na Amazônia. Eu concordo com o Senador Tuma, eu queria concordar com ele, que a repressão não constrói, ela, pelo contrário, ela mais destrói do que constrói. Mas com o diálogo, com o entendimento, aos poucos nós vamos adquirindo uma consciência ambiental na Amazônia. Eu vejo que isso está acontecendo no meu Estado. Nós temos propostas junto à Ministra do Meio Ambiente de “desmatamento zero” em Rondônia, por cinco anos, assinado por todos os Deputados Estaduais, pela Bancada Federal, pelos Presidentes de entidades representativas do setor produtivo do Estado, da agricultura e da pecuária. Eu acho que é um momento muito importante que nós estamos vivendo e é essa Comissão Temporária, como a Subcomissão do Meio Ambiente, vai poder contribuir muito para isso, conversando dialogando, visitando essas entidades, visitando os Estados e aos poucos, nós já vamos chegando ao ponto que é a preservação do meio ambiente, com desenvolvimento. Nós precisamos preservar, mas não retraindo o desenvolvimento dos nossos Estados Amazônicos. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Parabéns, Senador Raupp, a verdade é essa aí. O Senador João Pedro quer discutir, naturalmente, a proposta aqui que nós anunciamos. Você tem a palavra, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero primeiro dizer ao meu caro Relator, que eu acabei conversando ontem com ele por telefone, sobre a ida à Belém, mas a minha assessoria está me alertando aqui, de compromissos assumidos, que eu fico quase que impossibilitado de sair essa semana daqui de Brasília, por conta do dia do índio, uma série de eventos que estão acontecendo esta semana. Agora, naquilo que puder combinar com a Comissão, com a Subcomissão, vamos combinar. É uma coisa, até racional, lógico. Agora, é preciso nós não perdermos o foco do requerimento que provocou essa Subcomissão, que é o desmatamento e os números. O segundo parágrafo do Requerimento do Senador Jayme Campos está dizendo: “Houve um desmatamento” e ele está querendo confrontar, em Mato Grosso X, no Pará “pá” e em Rondônia 16%. E ele tomou para si, claro, o Estado dele como referência para nós trabalharmos. Nós precisamos conferir isso, não é? Conferir isso e eu penso, nós precisamos planejar isso, não basta nós irmos em algumas capitais. Por exemplo, “Arco de Fogo” tem 31 Municípios. Nós precisamos ir num desses Municípios. No Mato Grosso, qual o Município emblemático? Nós temos que descer lá. Eu tenho essa preocupação. No Pará, a relação do Ministério do Meio Ambiente não contém um Município que há poucos dias foi um noticiário internacional, que é a Tailândia, não consta entre os Municípios de “Arco de Fogo”, veja só.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, eu tenho todos aqui. Dá uma olhada aí, só se foi subtraído aqui no Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite uma parte, Senador João Pedro? A operação, ela iniciou em Tailândia. Foi o primeiro Município visitado pela Força Nacional, pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Polícia Federal.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas não consta aqui do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É por onde nós vamos iniciar a visita da Comissão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu defendo que a nossa Comissão vá a Tailândia. Eu defendo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só para fazer um reparo. Na verdade, na relação do Ministério do Meio Ambiente, ela está na operação “Arco de Fogo”.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas olhe só. Esse é um Município que nós precisamos ir lá, por conta

do que aconteceu. Eu quero reforçar, eu estou vendo aqui, não consta aqui na relação, mas eu penso que a Comissão precisa ir a Tailândia, no Pará, e em alguns Municípios, como São Felix do Araguaia, pelo noticiário, pela mídia, é um outro Município, que eu considero emblemático nisso aí. E evidentemente, conversar com os Governadores no Estado ou aqui. É preciso conversar com os Governadores, ou seja, nós precisamos, Presidente, eu quero chamar a atenção aqui, planejar isso, aqui no âmbito da nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Evidentemente nós vamos preparar a mesa, aprimorar na medida...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Acaba, que nós estamos votando... Por favor. Essa de Belém eu já estou impossibilitado de ir, mas nós estamos votando terça-feira, para viajar quinta, para viajar quarta. Então, nós temos que ter uma coisa planejada, para nós nos planejarmos, todo mundo aqui, eu sei que está devidamente ocupado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Inicialmente o Senador Flexa Ribeiro, V.Ex^a tem conhecimento, tinha proposto na semana passada, dessa visita que aconteceria agora.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós temos que fazer um esforço e ir. Não estou querendo desmanchar. Agora, tem que ir a Belém mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O esforço que o Senador tem feito, Flexa Ribeiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós precisamos planejar, ir aos Estados e nos Municípios, alguns municípios, acertar entre nós aqui, quais são os Municípios e fazer a visita, conversar com a sociedade, com os produtores, com as... Enfim. Agora, a vinda do Ministério do Meio Ambiente a convite, e ao INPE, é fundamental para que nós possamos bater as informações levantadas oficialmente, com aquilo que nós vamos ver na prática. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É oportuna essa observação do Senador João Pedro, porque, até porque, o INPE tem duas fontes, o PRODICE(F) e o DETER. O PRODICE(F) é muito mais preciso do que o DETER. Então, nós temos que ter, realmente a segurança, de qual que são os dados, as informações que vão prevalecer nesse caso. Como o senhor disse aqui, os dados oferecidos pelo DETER não correspondem com a verdade. Com relação à Mato Grosso disse que é 66%, ou seja, 660 propriedades que houve, de uma maneira ou de outra,

algum impacto ambiental e na verdade, foi detectado pelo Governo de Mato Grosso, apenas 12%. Eu quero colocar em votação aqui, ilustres Senadores, abrindo a proposta, como também o requerimento: "Eu requeiro nos termos do art. 90 o convite do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Pará para participar da Audiência Pública para debater os índices de desmatamento elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisa – INPE, referente aos 36 Municípios do bioma da Amazônia, em relação a Portaria 28, de 2008. Como também convidar, ou seja, requeiro aqui nos termos do art. 90, o convite do senhor Gilberto Câmara, Diretor do INPE para participar de Audiência Pública para debater também os índices de desmatamento elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisa – INPE, referente a esses 36 Municípios. Como também requeiro, nos termos do art. 90, o convite do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso para participar da Audiência Pública para debater os índices de desmatamento elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisa – INPE, referente aos 36 Municípios da Amazônia, relacionados na portaria nº 28, de 2008, do Meio Ambiente. E requeiro, nos termos do art. 90, o convite do Secretário do Meio Ambiente do Estado de Rondônia para participar de Audiência Pública para debater os índices de desmatamento elaborado pelo Instituto Nacional – INPE, referente aos 36 Municípios do bioma da Amazônia, relacionados à portaria 28 de 2008, do Ministério do Meio Ambiente". Evidentemente que o primeiro, como V.Ex^a disse, Senador João Pedro, será o Presidente do INPE. Feito isso, eu imagino que não teremos nenhuma dificuldade para que, num dia só, os três Secretários, dos três Estados compareçam a essa audiência para ser muito mais proveitoso esse nosso requerimento. Coloco em votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero apoiar o depoimento de V.Ex^a, convidando os Secretários de Meio Ambiente dos Estados e o Presidente do INPE, mas queria pedir a V.Ex^a que, com relação à pauta de trabalho da Comissão, nós pudéssemos sobrestar a aprovação dela, para a gente adequar em relação à Subcomissão e dentro da possibilidade, nós vamos fazer as viagens conjuntas. Essa primeira, lamentavelmente, face nós termos instalado a Subcomissão, da Comissão de Meio Ambiente anteriormen-

te. E a compreensão de V.Ex^a como Presidente dessa Comissão Temporária Externa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu sou democrático, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. Nós vamos fazer em conjunto essa primeira viagem. As outras, nós vamos adequar as agendas e os relatórios. Evidentemente que não será um relatório só, serão dois relatórios. Eles serão coincidentes naquilo que for objeto de cada uma das Comissões, mas serão votados em separado, um na Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e o outro na Comissão Temporária Externa do Senado Federal, de Risco Ambiental. Então, eu só pediria que V.Ex^a permitisse que o plano de trabalho que nós iríamos aprovar hoje, pudesse ser aprovado numa próxima Reunião da Comissão Temporária que faríamos, inclusive a mesma coisa, aprovando o mesmo plano de trabalho na Subcomissão de Meio Ambiente. Então, era essa a solicitação que eu faria e quanto aos requerimentos, podemos aprová-los, porque realmente, eles são importantes para que possamos marcar a data e convidar as demais pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Obrigado. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só... Eu concordo com ele. Só queria alertar que aqui estão, realmente, elencados 35 Municípios e aqui em minha Ata são 36. Então, talvez falte Tailândia. Eu fiz a conferência aqui, o senhor tem razão e ele tem razão. Eu gostaria, depois, se fosse possível, ouvir o Delegado Chefe da Operação, da Polícia Federal, "Arco de Fogo".

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Acolho a sugestão de V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para poder explicar o que realmente aconteceu e o que ele já apurou, com respeito ao que o INPE programou e o Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nós acolhemos aqui a sugestão, a proposição do Senador Romeu Tuma, como do Sr. Flexa Ribeiro. Fica, aos membros aqui, que tragam sugestão para aprimorar o nosso plano de trabalho, na próxima reunião que vai ser convocado, todos estão convidados a dar sugestão para que possamos compatibilizar agenda e sobretudo, fazer um trabalho integrado entre a Subcomissão do Meio Ambiente e essa Comissão Externa de Risco Ambiental. Algum Senador?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Lá, é muito mais abrangente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): A Comissão Externa?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Comissão de Meio Ambiente. Lá, é muito mais abrangente. Pode ter um seguimento do que a nossa vai fazer, fazer conjunto, mas não pode, definitivamente, fazer uma coisa só.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não. São dois relatórios evidentemente, distintos. Não podemos confundir em hipótese alguma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque aqui tem um objetivo claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exatamente. Senhores, alguns dos colegas Senadores tem mais alguma sugestão? Então, eu declaro encerrados os trabalhos e já estão feitos aqui, os requerimentos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h04.

Senador **Jayme Campos**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 193, DE 2008, DESTINADA A VERIFICAR, IN LOCO, O RISCO AMBIENTAL EM QUE VIVEM OS 31 MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL – INPE EM SEU "MAPA DO DESMATAMENTO".

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2008, às quinze horas e vinte e cinquenta minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Jayme Campos (DEM-MT) – Presidente; **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA) – Relator; **Gilberto Goellner** (DEM-MT); **Serys Sihessarenko** (PT-MT); **Romeu Tuma** (PTB-SP).

Estiveram presentes os Senadores João Ribeiro e Expedito Júnior, não membros da comissão. Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autor
005/08	Requer O CONVITE DO Governador de Rondônia, Sr. Ivo Cassol, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
006/08	Requer o convite do Governador de Mato Grosso, Sr. Blairo Maggi, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
007/07	Requer o convite da Governadora de Mato Grosso, Sra. Ana Júlia Carepa, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
008/07	Requer o convite da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, para participar de audiência pública para debater o risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
009/07	Requer o convite do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos à sua pasta, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
010/08	Requer o convite do Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos à sua pasta, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
0011/08	Requer o convite do Presidente do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Rolf Hackbart, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
012/08	Requer o convite do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
013/08	Requer o convite do Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sr. Sílvio Crestana, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
014/08	Requer o convite do Presidente da Fundação Nacional do Índio, Sr. Márcio Meira, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
015/08	Requer o convite do Presidente do Conselho Diretor do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Sr. Luis Carlos Estraviz Rodrigues, para participar de audiência pública para debater os	Sen. Jayme Campos

Número	Ementa	Autor
005/08	Requer O CONVITE DO Governador de Rondônia, Sr. Ivo Cassol, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
006/08	Requer o convite do Governador de Mato Grosso, Sr. Blairo Maggi, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
007/07	Requer o convite da Governadora de Mato Grosso, Sra. Ana Júlia Carepa, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
008/07	Requer o convite da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, para participar de audiência pública para debater o risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
009/07	Requer o convite do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos à sua pasta, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
010/08	Requer o convite do Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos à sua pasta, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
0011/08	Requer o convite do Presidente do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Rolf Hackbart, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
012/08	Requer o convite do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
	aspectos relativos à sua entidade, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	
016/08	Requer o convite do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
017/08	Requer o convite do Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
018/08	Requer o convite a Prefeitos dos Municípios constantes da Portaria nº 28, de 2008, do Ministério	Sen. Jayme Campos

Número	Ementa	Autor
005/08	Requer O CONVITE DO Governador de Rondônia, Sr. Ivo Cassol, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
006/08	Requer o convite do Governador de Mato Grosso, Sr. Blairo Maggi, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
007/07	Requer o convite da Governadora de Mato Grosso, Sra. Ana Júlia Carepa, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
008/07	Requer o convite da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, para participar de audiência pública para debater o risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
009/07	Requer o convite do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos à sua pasta, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
010/08	Requer o convite do Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos à sua pasta, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica	Sen. Jayme Campos
0011/08	Requer o convite do Presidente do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Rolf Hackbart, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
012/08	Requer o convite do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, para participar de audiência pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão, no que se refere ao risco ambiental em que vivem os 36 municípios da região Amazônica.	Sen. Jayme Campos
	do Meio Ambiente, para participarem de audiência pública destinada a debater os aspectos relativos àquelas localidades, no que se referem a risco ambiental em que vivem.	
019/08	Requer a realização de diligências que se mostrarem necessárias para o bom andamento dos trabalhos da Comissão.	Sen. Jayme Campos
020/08	Requer a realização de diligências em Alta Floresta/MT e Sinop/MT, no dia 15 de maio de 2008, e de audiências públicas em Cuiabá/MT, no dia 16 de maio de 2008, para avaliar in loco, o risco ambiental em que vivem os 19 municípios mato-grossenses.	Sen. Jayme Campos
021/08	Requer que seja solicitado Diretor do Departamento de Polícia Federal a designação do DPF Caio Christovam Ribeiro Guimarães, para prestar assessoria a esta Comissão.	Sen. Jayme Campos

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de doze meses, destinado a verificar, *in loco*, o risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu Mapa do Desmatamento. Srs. Senadores e Sr. Relator Senador Flexa Ribeiro, ilustres pares. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa e a coloco em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Esclareço que na presente reunião será apresentado o plano de trabalho e logo após a apreciação dos requerimentos. Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, Relator desta Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr.

Presidente Senador Jayme Campos, Srs. Senadores, membros da Comissão Temporária do Senado Federal de Risco Ambiental em Municípios relacionados pelo INPE. Sr. Presidente, o plano de trabalho proposto para a Comissão Temporária já foi distribuído aos senhores membros da Comissão. Eu gostaria apenas de fazer aqui alguns comentários do que levou à instalação desta Comissão Temporária por requerimento de V. Ex^a.

Todos nós tomamos conhecimento que em janeiro de 2008 o Ministério de Meio Ambiente e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgaram dados preliminares que indicam o desmatamento na região amazônica de 3.235 Km² entre agosto e dezembro de 2007. Apesar de serem considerados alarmantes, os números não podem ser comparados aos de anos anteriores, pois estas estatísticas não estão disponíveis.

Em 21 de dezembro de 2007 o Poder Executivo já havia editado o Decreto nº 6.321, que estabelece ações relativas à prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no bioma Amazônia. Tais ações incidirão sobre Municípios identificados pelo INPE, segundo critérios relacionados à dinâmica histórica do desmatamento: 1) Área total da floresta desmatada; 2) Área total de floresta desmatada nos últimos três anos; 3) Aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três dos últimos cinco anos. Para o ano de 2008 os Municípios selecionados são os constantes da Portaria do Ministério de Meio Ambiente nº 28, de 24 de janeiro de 2008, e aí abrange um Município no Estado do Amazonas, dezenove Municípios no Estado do Mato Grosso, doze Municípios no Estado do Pará e quatro Municípios no Estado de Rondônia.

A nossa proposta do plano de trabalho é que seja feita uma ação conjunta da Comissão Temporária de

Risco Ambiental e da Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente que também avalia a crise ambiental na Amazônia. O tema tratado por esta Subcomissão na Comissão de Meio Ambiente apresenta importantes pontos de contato com o objeto da Comissão Temporária Externa de Risco Ambiental na Amazônia. Por esse motivo, e no intuito de evitar a duplicação de esforços e o gasto desnecessário de recursos públicos, os dois colegiados promoverão, sempre que possível, atividades em conjunto.

Neste contexto, as atividades propostas para a Comissão Temporária Externa de risco ambiental são as seguintes: Audiências Públicas – Serão realizadas Audiências Públicas com autoridades governamentais federais, estaduais e municipais, representantes do setor produtivo, da sociedade civil organizada e da academia. O objetivo dessas Audiências é colher subsídios para o atendimento da questão da forma mais abrangente o possível.

Entre outros, os temas a serem abordados em tais reuniões versarão sobre: o papel de cada um dos Sistemas de Detecção e Monitoramento do Desmatamento na Amazônia, DETER – Detecção de Desmatamento em Tempo Real e PRODES – Projeto de Monitoramento e Desmatamento da Amazônia Legal; estatísticas recentes e padrão histórico dos desmatamentos na região; perfil socioeconômico dos Municípios afetados; papel das atividades econômicas no impulso ao desmatamento e na manutenção da qualidade de vida e no nível de renda das populações; modelo de desenvolvimento implementado na região; zoneamento ecológico econômico nos Estados e, em especial, dos Municípios estudados; consequência das medidas restritivas impostas pelo Decreto 6.321, de 2007.

Serão convidadas a enviar representantes para serem ouvidos pela Comissão, entre outras, as seguintes entidades e instituições: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Justiça; Departamento de Polícia Federal; Operação Arco de Fogo; Governos do Estado da Amazônia, em especial Mato Grosso, Pará e Rondônia; Prefeitos de Municípios afetados; Secretarias de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia, em especial Mato Grosso, Pará e Rondônia; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Fundação Nacional do Índio; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Forças Armadas; Sistema de Vigilância da Amazônia; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Setor produtivo madeireiro, agricultores e pecuaristas; Representantes dos Assentados do INCRA.

Atividades externas. Em um primeiro momento a Comissão Temporária Externa Risco Ambiental acompanhará as atividades externas da Comissão de Meio Ambiente, que trata da crise ambiental na Amazônia, em suas visitas aos Estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso. No Pará já foram visitados os Municípios de Tailândia, Paragominas, Breves e Belém; em Rondônia os Municípios de Cujubim, Machadinho D'Oeste e Porto Velho; em Mato Grosso será visitado, na semana próxima, os Municípios de Alta Floresta, Sinop e Cuiabá.

Tais atividades, logo no início dos trabalhos da Comissão, terão como objetivo observar os efeitos agudos da condução da Operação Arco de Fogo no momento em que ela é levada a cabo. Acreditamos que postergar essa visita pode significar a perda de uma oportunidade única para que os parlamentares compreendam algumas das variáveis desse problema complexo, em especial no que se refere ao aspecto social. Além disso, as visitas serão realizadas em órgãos e entidades com sede não só em Brasília, mas também em outras localidades. Entendemos que se mostra imprescindível uma inspeção *in loco* das instalações da sede do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE em São José dos Campos, São Paulo, órgão responsável pelo monitoramento por satélite dos desmatamentos na Amazônia.

Após a coleta de subsídios, tanto nas Audiências Públicas em Brasília, como nas atividades previstas, a Comissão deverá visitar novamente a Amazônia a fim de avaliar a evolução do quadro econômico, social e ambiental na região. Essas atividades deverão ocorrer após a divulgação das estatísticas de desmatamento calculados pelo Sistema PRODES, o que historicamente ocorre no mês de agosto. Consideramos, portanto, oportuna, novas inspeções locais nos meses de setembro e outubro.

Este é o plano de trabalho que coloco à apreciação dos membros da Comissão Temporária do Senado Federal de Risco Ambiental na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Depois da leitura do nosso Relator, colocamos em votação o plano de trabalho desta Comissão. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos passar a ler, também para ser aprovado, ainda no dia de hoje, os requerimentos nesta Comissão.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Governador de Rondônia, Sr. Ivo Cassol, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado no que se refere ao risco am-

biental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Governador de Estado do Mato Grosso, Sr. Blairo Maggi, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite à Governadora do Pará, Sra. Ana Júlia Carepa, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu Estado no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, para participar de Audiência Pública para debater o risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos à sua pasta no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos à sua pasta no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Sr. Rolf Hachbart, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Sólidos, Naturais e Renováveis – IBAMA, Sr. Balizeu Alves Margarido Neto, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Sr. Silvio Crestana, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Sr. Márcio Meira, para participar da Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Presidente do Conselho Diretor do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZOM, Sr. Luís Carlos Estraviz Rodrigues, para participar da Audiência Pública para debater os aspectos relativos à sua entidade no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos ao seu órgão no que se refere ao risco ambiental em que vivem os trinta e seis Municípios da região amazônica, identi-

ficados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento. Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite de Prefeitos de Municípios constantes da Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente, para participar de Audiência Pública para debater os aspectos relativos àquelas localidades no que se refere ao risco ambiental.

Requeiro, com base no art. 89, I, e no art. 90, VIII, a realização das diligências que se mostrarem necessárias para o bom andamento dos trabalhos da Comissão que serão autorizadas pelo Presidente *ad referendum* pelo Plenário da Comissão.

Requeiro, nos termos do art. 90, II e VIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em Alta Floresta e em Sinop, Mato Grosso, no dia 15 de maio de 2008, e de Audiência Pública em Cuiabá, Mato Grosso, no dia 16 de maio de 2008, para avaliar *in loco* o risco ambiental em risco ambiental em que vivem os dezenove Municípios mato-grossenses, identificados na Portaria nº 28, de 2008, do Ministério do Meio Ambiente.

E requeiro, nos termos do art. 89, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Diretor do Departamento de Polícia Federal a designação do DPF Caio Cristóvão Ribeiro Guimarães, matrícula 0222986, para prestar assessoria a esta Comissão até o final de suas atividades.

Srs. Senadores, esses requerimentos estão em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, mesmo não participando desta Comissão Externa, mas ao mesmo tempo participando de uma Subcomissão extraída da Comissão do Meio Ambiente, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro e proposta também pelo Senador Flexa Ribeiro, eu só indago a V. Ex^a. que praticamente quase todos os nomes que V. Ex^a. indica, que a Comissão está indicando como convidados para prestar esclarecimentos a esta Comissão, nós também fizemos na nossa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nesta Comissão aqui, na Comissão Externa e na Subcomissão também.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso. Então nós vamos fazer em conjunto?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Perfeito, eu acho saudável isso daí, ótimo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Da nossa parte eu acho que iria resumir naturalmente o tempo e, acima de tudo, compatibilizando tanto a Subcomissão do Meio Ambiente como a Comissão Externa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu queria aproveitar e fazer um registro, Sr. Presidente, só para comunicar a esta Comissão, que vocês estiverem em Rondônia, principalmente V. Ex^a., o Senador Flexa e o Senador Gilberto, e na ocasião que estiveram em Rondônia nós enfrentamos um quadro que praticamente todas as madeiras estavam sendo fechadas no nosso Estado, assim como aconteceu também no Pará, e eu não sei ainda no Mato Grosso, que estaremos na próxima semana no seu Estado, mas com certeza deve também estar acontecendo as mesmas coisas que aconteceram no Pará e que aconteceram no Estado de Rondônia. Porém, com uma diferença que eu sempre... Em todas as minhas falas eu venho registrando – e faço questão de registrar isso – que Rondônia está fazendo o seu dever de casa. E eu quero cumprimentar aqui, já que é alvo às vezes de crítica nossa aqui no Senado, eu quero cumprimentar aqui o Dr. Pitalluga, que é o nosso superintendente do Ibama no Estado de Rondônia, que depois de constatar que as madeiras apreendidas foram retiradas dos pátios das madeiras e as madeiras que lá ficaram tinham cobertura do Plano Manejo, ele imediatamente mandou que liberassem as madeiras para que pudessem retornar aos seus trabalhos normais e aquelas cinco mil pessoas praticamente, que nós encontramos lá no Município de Machadinho, estão retornando ao seu trabalho. Hoje, inclusive, eu falei com dois ou três madeireiros do Estado de Rondônia, falei com o Presidente da Assembléia que também é do ramo madeireiro, da indústria madeireira, e não vou dizer que já foi a nossa ida lá, mas com certeza já surte efeito essa nossa Subcomissão lá do Meio Ambiente e esta Comissão externa proposta por V. Ex^a. no Senado.

Mas eu não poderia deixar de registrar aqui o meu contentamento, a minha alegria com o Governador Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia, que é determinado nessa questão. E eu gostaria de registrar aqui que no dia 05 de março de 2008 o Governador mandou uma Mensagem para a Assembléia Legislativa que eu gostaria de ler, Sr. Presidente. Art. 1º – O art. 26º da Lei 547, de 30 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAR e seus instrumentos, estabelece medidas de proteção e melhoria da qualidade do Meio Ambiente. Define a política estadual de desenvolvimento ambiental, cria o Fundo Especial de Desenvolvimento Ambiental –

FEDARO e o Fundo Especial de Reposição Florestal. Passa a vigorar acrescido do inciso VI ao Capítulo e com o § 4º com a seguinte redação: Art. 26º, inciso IV – Perda da área degradada através de desmatamento ilegal. § 4º – A destinação da área de que trata o inciso VI deste artigo, observará a função social da propriedade. § 5º – A perda de que trata o inciso VI somente será aplicado a partir da vigência desta Lei e esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, e ela foi publicada no dia 06 de março de 2008, aprovada pela Assembléia Legislativa.

Eu acho que é o primeiro Estado brasileiro que sai na frente, com uma Lei nova e uma Lei punitiva, mas que é uma maneira de nós coirmos o desmatamento no nosso Estado. O Governador dá uma demonstração do seu compromisso que tem, além de manter aí as nossas florestas, as nossas reservas, o compromisso dele também com o desenvolvimento do nosso Estado com responsabilidade. Eu sei que V. Ex^a. esteve no nosso Estado, percebeu o trabalho da nossa Secretaria Ambiental, e eu digo sobre que é diferente tanto do Mato Grosso quanto do Pará, porque Rondônia está fazendo o dever de casa. Nenhuma das madeiras fiscalizadas no Estado de Rondônia, que foram surpreendidas pela fiscalização da Operação Arco de Fogo, deixaram de apresentar os seus Plano Manejo e as suas licenças operacionais apresentadas pela Secretaria do Meio Ambiente. Portanto, eu gostaria de fazer esse registro, eu gostaria de fazer esse registro e de cumprimentar o Governador Ivo Cassol.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado ao Senador Expedito. Antes de mais nada, nós queremos agradecer a recepção maravilhosa que recebemos no Estado de Rondônia e que transmita ao Governador Ivo Cassol o nosso abraço, até porque eu fico muito contente de saber que as madeiras do seu Estado já foram reabertas, sinal de que as coisas estavam caminhando de forma correta e, sobretudo, o empenho de V. Ex^a. e do próprio Governador no sentido do interesse. Tomara que o mesmo que aconteceu em Rondônia aconteça também no nosso Estado do Mato Grosso. Parabéns.

Eu quero colocar em votação os nossos requerimentos. Aqueles que concordam com os nossos requerimentos permaneçam como estão. Aprovado.

Concedo a palavra ao querido Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Seria antes dos documentos, uma questão de ordem, mas é o seguinte: eu tenho me manifestado já em vezes anteriores, quando da Comissão de Meio Ambiente e não nessa, mas lá na Comissão de Meio Ambiente, de que o convite, por exemplo, ao Ministro da Agricultura,

não era tão importante quanto o dos órgãos estaduais de pesquisa. Porém já foi feito, o número de participantes já é grande nessa Audiência Pública e eu pergunto da conveniência ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Gilberto, só para esclarecer a V. Ex^a. Nós aprovamos o requerimento e, depois, nós vamos, de forma democrática, naturalmente priorizar as autoridades que serão convidadas para vir aqui a esta Comissão. Não significa que já está definitivamente o calendário já elaborado, ou seja, foi aprovado os requerimentos e, evidentemente, que agora nós vamos ver qual é a prioridade das autoridades que serão convidadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de propor, como estamos fazendo o trabalho conjunto da Comissão e da Subcomissão, ao Relator da Comissão de Meio Ambiente da Crise Ambiental na Amazônia, o Senador Expedito Júnior, que nós possamos, ainda esta semana, fazermos uma reunião de trabalho no sentido de fazermos um calendário, uma distribuição dessas Audiências Públicas, das pessoas que serão convidadas, a cada uma delas, de tal forma que nós possamos ter, em cada Audiência Pública, representantes dos diversos segmentos do Governo, da área ambiental, estadual, do setor produtivo, das Organizações Não Governamentais, de tal forma que a gente possa ter, ao longo das diversas Audiências Públicas que vamos ter aqui no bojo das duas Comissões, nós possamos ter, então, o esclarecimento, o levantamento dos questionamentos dos Senadores para que possamos subsidiar os relatórios que serão feitos.

Então eu queria propor ao nobre Senador Expedito Júnior, que é o Relator da Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente da Crise Ambiental na Amazônia, para que possamos fazer essa distribuição e trazer para a aprovação do Plenário das duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Flexa Ribeiro, eu sugiro, como Presidente dessa Comissão Externa, a V. Ex^{as}., sobretudo ao senhor, de que seria eu acho que de bom alvitre se nós aguardássemos, após a visita que nós iremos a Mato Grosso nessa próxima quarta-feira, nós elaborarmos naturalmente esse calendário, ou seja, as pessoas que serão convidadas de comum acordo entre a Subcomissão de Meio Ambiente com a Comissão Externa. Sentaria, se for o caso, todos nós sentaríamos para definir no calendário quais seriam os primeiros convidados. De tal forma que eu peço, ape-

nas, eu acho que é oportuno, que aguardem a nossa visita ao Estado de Mato Grosso e na outra semana nós sentaríamos junto V. Ex^a. e os demais Senadores para elaborar o calendário de eventos.

Não tendo nada mais o que se tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h21.

Senador **Jayme Campos**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 193, DE 2008, DESTINADA A VERIFICAR, IN LOCO, O RISCO AMBIENTAL EM QUE VIVEM OS 31 MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL - INPE EM SEU "MAPA DO DESMATAMENTO"

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2008, às dez horas e vinte e três minutos, referente a audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Jayme Campos (DEM-MT) – Presidente; **Flexa Ribeiro** (PSDB-PA) – Relator; **Gilberto Goellner** (DEM-MT); **Leomar Quintanilha** (PMDB-TO).

Esteve presente, ainda, o Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Bom dia a todos aqui presente. Cumprimento e agradeco inicialmente a presença de todos que vieram prestigiar esta Audiência da Comissão Temporária Externa, para Avaliar os Riscos Ambientais do Mato Grosso.

Para tanto eu convido para fazer a composição da Mesa o ilustre Deputado Estadual, Presidente desta Casa, companheiro amigo, Sérgio Ricardo.

[palmas]

Convido para participar da Mesa o Sr. Governador de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi.

[palmas]

Convido para fazer parte da Mesa o ilustre Senador da República pelo Estado do Pará e Relator desta Comissão, o Senador Flexa Ribeiro.

[palmas]

Convido para fazer parte da Mesa o ilustre Senador pelo Estado de Tocantins e Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, o companheiro, Senador Leomar Quintanilha.

[palmas]

Convido para fazer parte da Mesa o ilustre Senador pelo Mato Grosso, Senador Gilberto Goellner.

[palmas]

Convido o ilustre Senador da República, companheiro Senador Expedito Júnior.

[palmas]

Convido para fazer da Mesa o companheiro e amigo, Deputado Federal Wellington Fagundes.

[palmas]

Convido o ilustre companheiro, Deputado Federal Homero Pereira.

[palmas]

Convido o ilustre Deputado Federal Carlos Bezerra.

[palmas]

Convido o ilustre Deputado Estadual e Primeiro Secretário desta Casa, companheiro José Geraldo Riva.

[palmas]

Convido o 1º Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, Deputado Dirceu Dal’Bosco.

[palmas]

Convido o ilustre Deputado Estadual, Adalto de Freitas.

[palmas]

Convido o ilustre Deputado Estadual, Ademir Brunetto, 4º Secretário desta Casa.

[palmas]

Convido o Deputado Estadual, Carlos Azambuja.

[palmas]

Convido o Sr. Secretário de Estado de Meio Ambiente, Luis Henrique Daldegan.

[palmas]

Convido o ilustre Presidente da AMM, companheiro Cidinho.

[palmas]

Convido o Sr. Superintendente do INCRA, Dr. João Bosco de Moraes.

[palmas]

Convido o Sr. Rui Prado, Presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso.

[palmas]

Convido o companheiro Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso, Dr. Mário Cândia.

[palmas]

Sintam-se como autoridades, todos aqui presente.

Dezesseis de maio de 2008. Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo requerimento nº. 193 de 2008, composta por cinco membros titulares, igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, destinada a verificar in loco, o risco ambiental em que vivem os 36 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE, em seu “mapa do desmatamento”.

A ata a reunião passada se encontra à mesa colocada em votação, proponho a dispensa de sua leitura e os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Hoje a Comissão tem a honra de comparecer a Assembléia Legislativa do Mato Grosso para debater com as autoridades locais, o setor produtivo e a sociedade mato-grossense, importantes questões de interesse do Estado: Os índices de desmatamento calculados pelo INPE e pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, além forma da condução da Operação Arco de Fogo, pelas autoridades federais.

Quero nessa oportunidade agradecer ao Sr. Presidente da Assembléia, por ter nos cedido seu espaço aqui.

E convido a todos para que em pé, ouçamos o Hino Nacional Brasileiro.

- É executado o Hino Nacional Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Convido para fazer parte da Mesa também o companheiro, Deputado Mauro Savi e o Sr. Representante do IBAMA, o Superintendente do IBAMA, Dr. Paulo Maia, para fazer parte da Mesa.

[Palmas]

Meus Srs., minhas Sras., ilustres autoridades aqui presente, Sr. Governador, Sr. Presidente desta Casa, estamos presidindo a Comissão de Riscos Ambientais, ou seja, a Comissão Externa de Riscos Ambientais, que tem como finalidade maior avaliar naturalmente esse assunto.

Já tivemos a oportunidade impar de visitarmos o Estado do Pará, o Estado de Rondônia e desta feita, estamos aqui nesse pujante Estado que é Mato Grosso.

A obrigação desta Comissão, Sr. Governador, Sr. Presidente e demais autoridades, ela busca efetivamente avaliarmos e trazermos à tona a verdade de tudo aquilo que está acontecendo em relação a Região Amazônica deste País. E é muito oportuno até porque nós estamos tendo a primazia de ver realmente, não só as questões ambientais, mas, sobretudo aquilo que é importante dentro de uma política pública

para esta região em que habita mais de 23 milhões de brasileiros.

Especificamente falando de Mato Grosso em que ontem nós tivemos a oportunidade de estar na cidade de Alta Floresta, como também na cidade de Sinop, dá para se constatar realmente a indignação de toda uma população em relação, não só as questões ambientais, mas, sobretudo em relação à Operação Arco de Fogo.

Todavia é bom que se esclareça de que esta Comissão está aqui para ouvir a população, para ouvir os segmentos sociais, na medida em que nós entendemos que é fundamental, sobretudo, num País em que vivemos num Estado Democrático de Direito, que certamente os direitos individuais têm que ser respeitados.

Eu acho que nada mais do que justo que realmente o papel do Senado, como Casa revisora, ouvir e buscar com certeza, saídas inteligentes em prol de uma política, que certamente, não só possamos buscar a questão da preservação ambiental, mas, sobretudo também compatibilizando com a produção e principalmente defendendo os interesses dos homens e das mulheres que moram nessa região nosso País.

De tal forma ilustres convidados, autoridades aqui presente, nós abriremos a palavra a alguns segmentos da sociedade. Fundamentalmente nós gostaríamos de ver aqui a palavra do Sr. Secretário de Meio Ambiente Dr. Luis Daldegan, para que possamos principalmente os Srs. Senadores que fazem parte desta Comissão ter conhecimento em relação à política ambiental aqui no Estado do Mato Grosso.

Concedo a palavra e espero que todos os oradores aqui inscritos cumpram literalmente o que é previsto regimentalmente, ou seja, cinco minutos para cada orador, salvo melhor juízo, se algum dos oradores o assunto for do interesse dos demais membros desta Comissão, poderá ser prorrogado por mais dois minutos.

Concedo a palavra ao querido Secretário Luis Daldegan.

SR. LUIS HENRIQUE DALDEGAN: Exmo. Senador da República, Jayme Veríssimo de Campos, Governador a quem eu cumprimento a todos nesta mesa.

Sras. e Srs., primeiramente agradeço a Deus a oportunidade para que a gente possa estar discutindo nesta Casa e, dentro de uma sessão da Comissão Externa do Senado da República, para que a gente possa acima de tudo montar e agendar cada vez mais essa propositura positiva que o Estado do Mato Grosso sempre vem colocando na gestão ambiental.

Sr. Senador, foi-me apresentada a oportunidade de passar alguns slides e nós vamos fazê-lo de uma

maneira o mais rápido possível. Mas primeiramente Srs. Senadores que estão aqui presente, a redução do desmatamento no Estado do Mato Grosso, ela já vem acontecendo de uma maneira extremamente significativa nos últimos anos e isso é comprovado por dados oficiais, inclusive foi anunciado pela então Ministra Marina Silva na Conferência de Bali.

Só para os Srs., terem uma idéia a redução no Estado de Mato Grosso foi da ordem de 72% de 2005 para cá, isso corresponde a 6% da quantidade de emissão de gases de efeito estufa que todos os Países do Anexo 1, firmaram em Kyoto e ainda não o fizeram.

Então, esse trabalho é um trabalho não somente por ação de Governo Federal, Governo Estadual, mas acima de tudo por uma questão econômica e, uma conscientização maior dos nossos proprietários rurais. E isso é um ponto em que nós não entendemos por que de todas essas ações, às vezes, tão truculentas, num Estado que está fazendo o seu dever de casa, é isso que nós não entendemos Srs. Senadores.

Nós participamos de pactos juntos com a sociedade civil organizada, com o setor produtivo pela primeira vez no País, foi assinada a Federação dos Agricultores com ONGs um pacto ambiental e nós estamos fazendo essa parte. Nós estamos fazendo o dever de casa, a nossa fiscalização cada vez mais eficiente, inclusive embargando e multando àqueles estão trabalhando ilegalmente, mas não podemos colocar todo mundo na mesma vala, é isso que nós não entendemos.

Então, rapidamente Srs. Senadores vou passar alguns slides aqui, os Srs., estão recebendo um relatório em um DVD e também esse texto, mas para que os Srs., tenham a consciência e o conhecimento do que nós estamos fazendo aqui no Mato Grosso. E aqui eu sempre falo que a gestão é uma gestão ambiental compartilhada, Governo, sociedade organizada, produtores, enfim, toda a sociedade mato-grossense. Por gentileza, gostaria que o nosso Secretário Adjunto Salatiel, pudesse colocar rapidamente na tela esses slides.

E acima de tudo Srs. Senadores queremos colocar também que nós somos parceiros em várias ações com o Governo Federal, sim, junto com os produtores, buscando cada vez mais o licenciamento, a transparência. Fomos o primeiro Estado a assumir a gestão florestal plena, com muita dificuldade, mas o Governador sempre colocando o aporte necessário para que a gente possa encaminhar essas questões de licenciamento aqui no Estado do Mato Grosso.

O Setor de Base Florestal sabe do esforço que o Estado está fazendo e acima de tudo, nós estamos cada vez mais avançando, então nós queremos que os Srs., conheçam. Por gentileza Salatiel, pode passar.

Então a avaliação sobre essa Situação do DETER. O Sistema DETER é um sistema de detecção de desmatamento em tempo real que utiliza sensores com altas frequências. É um dos sensores utilizados pelo INPE, mas acima de tudo o DETER, pela própria bibliografia que o INPE coloca, não define corte raso, isso que a gente não entende por que em janeiro, houve toda essa manifestação, sendo que não define corte raso.

Nós temos vários sensores que acima de tudo, possam nos informar, possa nos dar uma ação de fiscalização, para definir realmente a questão do desmatamento. Então, as deficiências na resolução do DETER, elas são nítidas, elas são conhecidas e acima de tudo, lá na bibliografia do INPE fala "que o objetivo do DETER não é estimar a área total desmatada na Amazônia".

Para isto o INPE utiliza outros sensores e outras imagens com melhor resolução, e é dado através do PRODES o ano de desmatamento que inicia 1º de agosto a 31 de julho, isso está na bibliografia do INPE. Pode passar.

Em janeiro foi mostrado esses dados do DETER, em que nós observamos pelos dados do DETER, um grande avanço no desmatamento que não aconteceu na sua realidade. E nós Srs. Senadores em outubro do ano passado, nós fizemos ações junto com o IBAMA, dentro de todos os polígonos do DETER, identificamos aqueles que estavam realmente com desmatamentos ilegais, foram mudados, foram devidamente feitas às atribuições legais.

E nós naquele momento identificamos e mostramos ao Ministério do Meio Ambiente e ao INPE, de que tinha algum problema nos sensores porque muitos dos dados não eram de desmatamento recente, muitos dos dados eram de afloramento rochosos, muitos dos dados não eram nem de desmatamento.

E isso em outubro e novembro do ano apresentado, nós fomos a campo juntos com o Governo Federal, nós temos todos esses relatórios fazendo essa fiscalização, porque o DETER é o indicativo de fiscalização. Então, essas informações que foram usadas amplamente pelo Ministério do Meio Ambiente como justificativa, para uma série de medidas que foram adotadas a partir do Decreto 6.321, em especial as medidas que vieram após esse decreto, centraram-se principalmente nos municípios do Estado de Mato Grosso.

E, naquele momento o Estado de Mato Grosso, o Governador Blairo Maggi, já indicou que estava tendo um erro nesses dados e sugerimos... O Governador Blairo Maggi fez com que a Ministra e outros Ministros viessem ao Estado de Mato Grosso, foi feito um sobrevôo na região e nós simplesmente solicitamos:

"vamos rever esses dados, está errado, o que é certo é certo".

E isso nós temos o direito de observar, porque nós já fomos em campo e não existe verificação melhor do que ir à campo e nós desde esse momento, solicitamos que fossem revistos esses dados e isso foi utilizado pelo Ministério e todas essas ações posteriores ao Decreto 6.321. Pode passar.

Então, o Estado somente aceita os dados do DETER como indicativo e essa base... Não há uma concordância com o Estado, porque nós verificamos a campo, inclusive, todos os dados foram encaminhados ao INPE. Os nossos técnicos foram ao INPE para fazer essa discussão e eles falaram que iam fazer uma avaliação, que lá para outubro ou novembro iria dar uma resposta.

Isso é que nos deixou muito indignados, porque lá em Sinop o Diretor do INPE falou que iríamos fazer um workshop 30 dias depois para fazer essa discussão e até hoje, Srs. Senadores, não foi confirmada essa data, não mandaram nenhuma avaliação concreta em relação ao que nós apresentamos ao INPE, depois desse levantamento de campo que nós fizemos. Pode passar, Salatiel.

Nós temos ali todos os pontos que fomos à campo e com isso nós trabalhamos em parceria com a Secretaria de Justiça, a Polícia Militar, fomos fiscalizar todos aqueles pontos e nós observamos que esses pontos não condiziam com o que foi falado pelo DETER, não era desmatamento acontecido no Estado do Mato Grosso.

Por exemplo, aqui algumas fotos Srs. Senadores, isso são pontos de desmatamento identificados pelo DETER. Esses são pontos identificados como desmatamento recente e não são desmatamentos recentes, inclusive vários desses dados de desmatamento já tinham sido utilizados pelas nossas dinâmicas, quer dizer, são desmatamentos antigos. Nós chegamos a um resultado que dos 662 pontos que foram levantados a campo, somente corte raso foi na ordem de 10%, 10.27%.

Então, é uma injustiça muito grande que foi feito em relação a esses dados pelo INPE. Simplesmente o que nós sempre solicitamos, foi que houvesse uma revisão desses dados e o que é certo é certo: quem desmatou ilegalmente está sendo punido.

Nós temos aqui Srs. Senadores desmatamentos que foram desse ano e eles já foram fiscalizados, áreas foram embargadas, inclusive para os Srs., terem uma idéia, nós temos no Município do São José do Xingu foi desmatado numa única fazenda, por exemplo, 2189 hectares e são pessoas que moram em Presi-

dente Prudente, pessoas que moram em Goiatuba, em Rio Verde.

Isso quer dizer há uma movimentação econômica nós entendemos isso, agora os produtores do Estado de Mato Grosso estão atentos a isso. Essa movimentação econômica esses produtores que vêm não podem estar colocando todo mundo na mesma vala. E essas áreas foram embargadas, foram multadas e essas pessoas estão sendo responsabilizadas sim, porque o produtor do Estado do Mato Grosso tem essa parceria, tem esse conhecimento e está cada vez mais diminuindo o desmatamento no Estado do Mato Grosso.

Agora, nós não vamos aceitar realmente que haja nessa movimentação econômica um desgaste maior ao Estado de Mato Grosso, inclusive, Srs. Senadores duas dessas propriedades que foram compradas são propriedades que têm a licença ambiental única, que essas pessoas de outros Estados compraram e desmataram toda a reserva legal já devidamente licenciada, isso também nós não vamos aceitar e os produtores do Mato Grosso também não aceitam esse tipo de ação.

E nós temos a parceria com eles e o próprio Presidente da FAMATO, sempre colocou de que o que é correto é correto, agora, nós não podemos aceitar todo esse transtorno que aconteceu no Estado do Mato Grosso, e nós nas ações efetivas demonstrando que estava errado e não tivemos uma resposta concreta até hoje em relação a essas ações.

Então, Srs. Senadores nós temos no Estado do Mato Grosso várias Secretarias trabalhando com a sua transparência e com suas ações para que a Justiça seja feita. Os Srs. conheceram a realidade da nossa floresta em Sinop e nós temos sim, avançado muito na gestão ambiental, precisamos avançar mais? Precisamos em parceria numa gestão compartilhada isso é extremamente importante e o dever de casa estamos fazendo.

Nesta Casa de Leis inclusive já temos duas ações que é a mudança do Código Florestal e do zoneamento que vai ser detalhado, depois, pelo nosso Secretário Yênes Magalhães.

Enfim, só queria para terminar. A gestão ambiental compartilhada no Estado de Mato Grosso ela avançou, está avançada e nós não podemos aceitar de maneira nenhuma que dados que não traduzam a verdade, possam ser utilizados para denegrir a imagem do Estado do Mato Grosso, denegrir a imagem das ações compartilhadas inclusive com as ONGs e o setor produtivo, buscando sabe-se lá o quê, mas não é com certeza uma gestão ambiental de sustentabilidade para essa Amazônia.

Então, Srs. Senadores, obrigado pela oportunidade e estamos à disposição para eventuais dúvidas que muitos dos Srs., com certeza já têm uma clareza do que aconteceu no Estado do Mato Grosso, está tudo documentado. Tudo documentado e acima de tudo com transparência e, o que é certo é certo, o que é errado é errado, nós não podemos aceitar é que as questões que não são verdadeiras possam denegrir a nossa imagem. Meu muito obrigado aos senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Queremos aqui justificar a ausência da Senadora Serys, que esteve até poucos minutos atrás, no entanto teve que deslocar para Brasília, pois ela é Relatora da LDO do Orçamento da União.

Como também a justificativa do ilustre Senador da República, Romeu Tuma: “Que no seu requerimento nos artigos 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para me ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 16 de maio de 2008, para fins de tratamento de saúde. Nesse sentido encaminho anexo o laudo de inspeção de saúde”.

Esse é o requerimento do Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao ilustre companheiro e amigo do CIPEM João Baldasso, Presidente do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso, por favor, Sr. João Baldasso, cinco minutos dentro da forma regimental, espero que o Sr. cumpra o Regimento Interno dos trabalhos desta Comissão.

SR. JOÃO CARLOS BALDASSO: Bom dia. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão Externa Temporária do Senado, Senador Jayme Campos, em nome de quem eu cumprimento a todas as autoridades, Deputados, Senadores, Governadores do Estado, demais Sras. e Srs. aqui presentes.

Bom, em primeiro lugar eu quero agradecer essa oportunidade, Senador, do Setor de Base Florestal poder se manifestar e falar um pouco do que nós pensamos das nossas potencialidades e dos nossos números do setor.

Primeiramente eu queria esclarecer que o CIPEM, talvez seja uma entidade que ainda não é bem comentada é bem reconhecida, mas o CIPEM foi criado com o intuito de nós unificarmos o discurso do Setor de Base Florestal. Nós tínhamos oito sindicatos, cada um deles baseados em uma cidade como Alta Floresta, Sinop, São José do Rio Claro, Juara, Juína entre outras e sempre discutindo questões regionais, questões que na verdade poderiam ser tratadas de uma forma única e uníssona por uma entidade só.

Com esse intuito nós criamos o CIPEM, que é o Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira, que fala em nome do todo o Setor de Base

Florestal do Estado e tem avançado muito rapidamente nas discussões que temos com os órgãos federais, os órgãos estaduais, a Assembléia Legislativa, o Congresso Nacional e demonstrando que o setor é importante, é forte, está se organizando cada vez mais e têm condições de melhorar ainda mais com relação a isso.

Eu não sei, se o Power Point, está Ok. Se pudessem ir passando ali, Artur, faz favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Dr. João, eu espero que o Sr., não passe dos cinco minutos, porque nós temos que cumprir horário.

SR. JOÃO CARLOS BALDASSO: Está Ok. Bom, como eu vinha comentado nós temos o CIPEM, que está representando o Setor de Base Florestal que representa oito sindicatos do setor.

Nós tivemos aprovados pela Assembléia Legislativa e publicado hoje um decreto da criação do FAMAD, Fundo de Apoio a Madeira, onde parte do Fundo Estadual de Transporte e Habitação vai ser destinado ao setor que vai poder investir em pesquisa, qualificação de mão-de-obra, projeto de educação ambiental, participação em feiras e congressos e principalmente na mudança da imagem do setor.

Pode passar a próxima. Eu falei um pouco sobre o CIPEM, fundado em 2004, os sindicatos que fazem parte do CIPEM. Pode passar a próxima, Artur por favor. O FAMAD que foi criada a lei que vai dar em torno de dois a três, milhões de reais para o setor poder investir em pesquisa em qualificação de mão-de-obra e etc.

Bom, falando sobre os dados industriais nós temos no setor mais de 900 indústrias, 120 mil empregos diretos e indiretos, sendo 30 mil, diretos mais 90 indiretos, um faturamento de 1,7 bilhões de dólares, sendo 30%, mais de 30% para a exportação mostrando a evolução que o setor teve durando todo esse período. Tem uma perspectiva para o ano de 2008 de faturamento de mais de 2 bilhões de reais. É importante destacar que esse aumento do faturamento veio principalmente pela agregação de valores de produtos.

Quer dizer, nós estamos usando cada vez mais menos matéria prima e cada vez mais faturando mais e importante sem muito apoio financeiro e de incentivos financeiros, porque os próprios bancos têm uma restrição enorme em financiar o Setor de Base Florestal, com um preconceito que nós enfrentamos na pele e acho que os Senadores estão vendo nessas visitas que estão fazendo.

Vamos falar um pouco do manejo florestal, o manejo florestal é uma atividade de baixo impacto por quê? Porque nós retiramos só as árvores maduras, então ele preserva a biodiversidade e só se volta a explorar, a tirar árvores de uma área depois de 25 anos,

no mínimo, que você retirou essa madeira, quer dizer mostrando que nós temos do ponto de vista ambiental uma coisa extremamente benéfica.

Seqüestro de carbono. Com a floresta madura o saldo de seqüestro de carbono é zero, porque o as árvores seqüestram de carbono durante o dia elas liberam durante a noite. Com a exploração das árvores maduras você libera, você dá oportunidade das pequenas árvores crescerem, seqüestrando carbono conservadoramente numa proporção--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mais dois minutos para o Dr. João, por favor.

SR. JOÃO CARLOS BALDASSO: Meia tonelada de carbono por metro cúbico hectare ano, colaborando na redução do efeito estufa. A próxima, por favor.

Hoje nós temos 300, mais de 350 manejos aprovados, temos uma área de submanejo florestal em torno de dois milhões de hectares e temos o potencial de áreas com vocação florestal de mais de cinco milhões de hectares.

Para fazer um breve relato sobre isso, com o incremento médio anual de um a dois metros cúbicos por hectare ano, nós temos a possibilidade de colher sustentavelmente de cinco a 10 milhões de metros cúbicos por ano. Hoje o setor usa 3,2 milhões de metros cúbicos no ano de 2007, quer dizer é um dado interessantíssimo. O próximo.

Nós temos 56 reflorestadoras que empregam direta e indiretamente 40 mil pessoas e uma perspectiva de mais de 500 mil hectares nos próximos 10 anos, quer dizer nós temos um potencial enorme dentro da área de reflorestamento. O próximo.

Nós temos uma eficiência do controle governamental para fazer uma legalização de área, legislação fundiária georeferenciamento, averbação de reserva legal, manejo na matrícula, aprovação de LAU, aprovação de manejo, quer dizer, é um setor produtivo que mais é penalizado, penalizado não, é legalizado, porque na verdade é obrigado a se legalizar para poder produzir, essa é uma grande verdade do setor de base florestal.

E estamos sendo controlados pela SEMA de uma forma muito eficiente e que leva grande maioria para a legalidade que é o interessa ao setor. O próximo.

Bom, nós temos aqui algumas metas que é principalmente nós queremos trabalhar dentro da legalidade, defender os interesses do setor, ajudar na implementação do certificado de origem de madeira, garantindo a procedência legal da madeira, apoiar a formalidade e melhorar a imagem do setor.

A imagem do setor --

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mais um minuto para concluir Doutor João, se for olhar aí, é uma verdadeira palestra para a Escola Superior de Guerra, o Sr. entrega o documento e nós vamos ler está bem, obrigado.

SR. JOÃO CARLOS BALDASSO: Bom, e só para concluir o setor tem sido penalizado com uma imagem de bandido de quem não quer respeitar as leis. Nós queremos respeitar as leis e queremos ser um setor produtivo, que trabalha dentro da legalidade, como nós temos caminhado para isso.

Eu agradeço ao Senador e agradeço a atenção de todos, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado, Dr. João. Peço ao Sr. que entregue para o Secretário Executivo da Comissão, ao Dr. Valdinei Vil(F), o documento, para que nós possamos tomar conhecimento. Por favor.

Eu quero passar a palavra ao valoroso companheiro, Senador pelo Estado da Rondônia que tem nos acompanhado nessa peregrinação, vai ter que adiantar a sua fala, tendo em vista que terá que se deslocar para o seu Estado. Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu peço desculpa a todos vocês, infelizmente o nosso voo é agora às 11h50 e eu vou ter que me retirar agora, quase que não daria nem tempo de nós conversarmos aqui um pouquinho, mas eu peço só cinco minutos, já falei ao Presidente eu vou ser rigoroso aqui, cumprindo o nosso regimento.

Primeiro, eu quero saudar aqui o nosso companheiro Jayme, dizer que vocês estão de parabéns, o Estado do Mato Grosso verdadeiramente tem um grande representante naquela Casa, destemido, corajoso. E se essa Comissão está funcionando como está funcionando e estamos visitando todos os Estados Brasileiros, graças a você, Jayme, pela sua determinação e pela sua coragem.

Da mesma maneira também o Senador Gilberto, que ora está assumindo aquela Casa, os trabalhos e com uma responsabilidade grande, que é substituir Jonas Pinheiro, grande representante que tinha a grande força da agricultura, era quem representava a produção naquela Casa.

Senador Flexa Ribeiro, eu quero cumprimentá-lo, também que preside a Subcomissão extraída da Comissão do Meio Ambiente que é a Comissão que eu faço parte, inclusive, sou Relator dessa Subcomissão e cumprimentar também ao Senador Quintanilha.

Eu quero cumprimentar o Governador Blairo Maggi, dizer que é uma alegria Governador, agradecer a

maneira cortês como vocês nos receberam no Estado do Mato Grosso.

Cumprimentar o Presidente da Assembléia, Sérgio, que esteve conosco desde ontem nos acompanhando nas duas Audiências Públicas que nós fizemos e em seu nome, quero cumprimentar a todas as demais autoridades inclusive os nossos Deputados Estaduais.

Estamos finalizando as nossas audiências públicas a partir da semana que vem nós vamos começar a fazer as Audiências Públicas - eu quero cumprimentar os Deputados Federais em nome do nosso amigo Homero e do meu amigo Wellington, que também nos acompanhou ontem.

A partir da próxima semana nós vamos começar a ouvir então as autoridades convidadas para que nós possamos começar a trabalhar na confecção do nosso relatório.

Nós vamos apresentar um relatório e por isso que estamos fazendo essas nossas Audiências Públicas com várias mãos, não vai ser o relatório do Senador Expedito Júnior, com certeza, vai ser um relatório aonde nós vamos extrair de todas essas nossas visitas, de todas essas nossas andanças que nós fizemos na nossa querida Rondônia, no Estado do Mato Grosso e no Estado do Pará, para que nós possamos apresentar... É lógico as causas nós já sabemos, mas que nós possamos apresentar também as soluções.

Eu dizia ontem lá em Sinop que há uma expectativa muito grande quando chega a Comissão do Senado no Estado, principalmente quando chega a Comissão do Senado no Município, nós não podemos deixar de dar uma resposta. Nós temos que dar uma resposta ontem eu até fui um pouco enfático no nosso pronunciamento e de repente é a arma que nós temos.

Haja vista que o Governo às vezes não nos escuta muito e de repente, às vezes, nós temos que fazer como fizemos na votação da CPMF e conseguir alguns avanços naquela Casa, na base da pressão.

E a única pressão que eu acho que nós temos o poder de exercer - que me perdoem os nossos Deputados Federais, que lá o Governo passeia, lá o Governo tem a maioria absoluta, já no Senado não. Lá no Senado a conversa é diferente, acredito que ali é um campo diferente, é um campo um pouco mais igualitário e dá pra gente discutir e dá pra gente dialogar.

Essa questão do foco do desmatamento eu tenho inclusive em Alta Floresta até houve pessoas que discordassem do nosso pronunciamento, mas eu venho de um Estado que é o Estado de Rondônia, que foi uma grande reforma agrária que deu certo. Lá nós não temos grandes fazendeiros, lá nós temos peque-

nos proprietários de 40, 42 alqueires de terra e é uma grande reforma agrária que deu certo.

E o foco do desmatamento não está no madeiro, o foco do desmatamento, eu bato nessa tecla sempre, está exatamente nos assentamentos ou nas áreas invadidas ou então o foco do desmatamento é o próprio Governo. O grande responsável, o grande vilão dessa história toda, o Governo teria que apontar para ele mesmo, o grande responsável do desmatamento na Região Amazônica é o próprio Governo.

Então eu acho que isso já está claro e eu não tenho dúvida de que o nosso relatório será nesse sentido nós analisamos --

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O Senador é tempo ilimitado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas já vou concluir, Presidente, Nós entendemos também para quê este Estado policialesco que estão fazendo na questão do setor madeireiro? Para que se investir 180 milhões para trazer para cá a Força Nacional, trazer para cá Polícia Federal? Tratando os nossos trabalhadores como marginais, como bandidos.

[palmas]

A Polícia Federal, a Força Nacional tinha que estar nas nossas fronteiras que estão escancaradas aonde o tráfico de drogas e de arma corre livremente, sem que ninguém fale nada. Então, que se investisse esse dinheiro e nós vamos propor isso exatamente nas nossas fronteiras.

Por fim, eu quero ser solidário aqui ao meu Governador Blairo Maggi, do meu Partido, Presidente de honra do nosso Partido, não vou entrar nessa polêmica do Ministro, ele foi infeliz. Eu só acho que a frase, a fala do Ministro, do futuro Ministro, do quase Ministro, ela não contribui para o processo democrático e não contribui para o processo que nós estamos buscando que é o diálogo.

Quando um Ministro que já tem uma visão errada, primeiro, que ele já não conhece o Brasil, disse que conhece muito bem o Rio de Janeiro. Então nós vamos dar um prazo para que ele possa conhecer a Região Amazônica e aí sim, aí nós vamos valorizá-lo nas suas palavras.

Mas ele deveria aproveitar a oportunidade que tem, de repente, para falar como é que vai destravar o Ministério do Meio Ambiente, como é que vai destravar o IBAMA, que é um órgão que não funciona; dividir o IBAMA criar uma nova instituição que é o Chico Mendes para quê? Para se investir para se gastar mais dinheiro às custas do dinheiro do povo e não acontece nada!

Então, eu acredito que ele perde uma grande oportunidade, invés de atacar um dos maiores governadores eu acredito, depois do meu lá do Estado de

Rondônia do Governador Ivo Cassol, é o Governador Blairo Maggi os dois são grandes empreendedores e que estão ajudando muito no desenvolvimento e na contribuição dos seus Estados.

Eu finalizo cumprimentando também a todos os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa, desejando sucesso na construção do zoneamento que vocês estão trabalhando aqui na Assembléia Legislativa, nós fizemos isso no Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia como disse o Secretário do Meio Ambiente aqui, é o Estado que fez e faz o dever de casa é um Estado que tem todas as suas áreas indígenas demarcadas e tudo isso nós trabalhamos juntos no nosso zoneamento.

Então desejo à vocês sucesso e espero depois poder dar resposta dessas nossas Audiências Públicas por intermédio do Senado e por intermédio do nosso relatório. Um grande abraço e meu companheiro Jayme, sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Senador Expedito Júnior.

Eu quero registrar a presença do ilustre Conselheiro Professor Oscar da Costa Ribeiro, Ubiratan Spinnelli, do ex-conselheiro e ex-Governador Júlio Campos também que nos honra nessa Audiência Pública, na cidade de Cuiabá.

Concedo a palavra ao Dr. Joaquim Paiva de Paula, Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais de Mato Grosso, cinco minutos dentro da forma regimental, Dr. Joaquim Paiva.

SR. JOAQUIM PAIVA DE PAULA: Bom dia a todos, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Senador Jayme Campos, a quem eu prezo muito e desejar um bom dia a todos, que nós tenhamos aqui um bom aproveitamento.

Bom, eu quero fazer uma leve introdução porque nós estamos aqui discutindo e às vezes, a gente não raciona porque nós chegamos aqui nessa discussão. Primeiro porque o movimento ambientalista ele começou após a Segunda Guerra Mundial, quando começou as poluições na Baía da Minamata e com o efeito que surgiu começou-se as discussões, então, a sociedade definiu dois pensamentos bem distintos: era o ambientalista e o desenvolvimentista.

O ambientalista ele pregava a consciência ambiental, o crescimento econômico e desenvolvimento social, enquanto que o desenvolvimentista o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a conscientização ambiental. Entretanto se você fizer uma pesquisa na população tomar a opinião pública, o homem busca moradia, emprego e qualidade de vida.

Nós temos que buscar duas coisas na nossa vida, uma é a paz interna, isso com a gente busca com Deus,

com os nossos familiares e a segunda é o prazer, que a gente busca com o desenvolvimento econômico.

Quando nós profissionais, seja lá de qual for a área, eu sou Presidente de AMEF, Associação Matogrossense de Engenheiros Florestais que agrega 550 engenheiros, mas nós temos que ser do meio. Nós não podemos ser extremistas, nem com o ambientalista e nem com o desenvolvimentista porque a emoção perverte a razão. E o engenheiro que se preza não poder ter ambientalista, em se tratando desses dois pensamentos da sociedade.

Hoje eu sou ainda um produto da ditadura, quase todos aqui eu agradeço que são. Eu nem na ditadura nunca tinha visto acontecer o que tem acontecido em Mato Grosso, todas as operações prendem 60, 70, 100 pessoas, 120. Na ditadura eu não vi isso, via coisas pontuais, mas coletivo não.

E a classe de Engenheiro Florestal tem contribuído deveras na gestão florestal, em tempo recorde, apenas dois anos foi criada a Lei 232, 233 e a AMEF está ali participando.

A SEMA, o pessoal da SEMA tem sido herói, porque coisa que... Desculpa o Presidente do IBAMA que está aqui presente, coisa que o IBAMA nunca conseguiu fazer a SEMA tem feito. Agora um dos maiores problemas que nós vemos, a classe vê é o bate cabeça entre órgãos, mas isso não é de agora.

Eu me recordo do Governo do Júlio Campos que está aqui presente, eu tive oportunidade de ser região do INDEA é quando nós aprendíamos a pescar, entrava em conflito com a SUDEPE da época, isso era um transtorno muito grande.

Em 91, tive privilégio de ser Diretor da Fundação Estadual do Meio Ambiente, com o nosso Jayme Campos, Governador, nós tivemos problema com o IBAMA no que tanque a licenciamento de garimpo Ipoconé. Às vezes me chamava de louco e tal, mas licenciemos, eu sempre defendi o licenciamento, que daí tira o nome da clandestinidade.

E hoje nós temos o problema da SEMA-IBAMA, nós da classe ficamos preocupados por isso, quem realmente que a gente atende? É papel dos dois fiscalizar, sim, hoje da SEMA licenciar, mas não há entendimento nos métodos.

Recentemente nós criamos a Portaria 32, medir madeira descontando a casca e oco, isso é engenharia. Entretanto, o IBAMA não estava respeitando essa portaria, porque acha que deve computar a casca e o oco, eu não sei para quê, se o oco é ar e a casca é resíduo e quando você tira - o madeireiro que está aqui presente pode falar com mais propriedade do que eu que sou Engenheiro, apesar de ser do mato.

Você traz árvore do mato a maioria perde a casca lá na mata, no cair, no arrastar, se você vai computar a casca, como que no pátio você vai medir uma casca que nem ali ela está? Tem madeireiro aqui que pode afiançar isso daí. Isso é diferencial de métodos de procedimento, então que haver um alinhamento.

Nós tivemos a oportunidade de discutir com o IBAMA a transição, só que quando chegam às operações eles vêm e passam o rolo, passam o rolo em todo mundo.

Hoje tem três coisas no País que dá cadeia: pensão, fiel depositário e ser engenheiro florestal, porque só numa operação prenderam 22 engenheiros florestais. Então, hoje a profissão está sendo muito difícil de conduzir, porque não--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mais dois minutos para o Dr. Joaquim, por favor, para encerrar.

SR. JOAQUIM PAIVA DE PAULA: Então hoje, não está tendo ainda o norte verdadeiro e quem paga com isso é a sociedade. Hoje se sair um decreto aqui proibindo o uso de alianças, amanhã prende todo mundo porque está usando aliança e esquece da cultura, usar aliança é cultural.

Minha família ela mexe com a pecuária, porque a cultura nossa de minas, eu sou mineiro, eu sou matogrossense de coração desde 71, a minha cultura é tirar leite, eu não sei tirar, mas a minha família tira. Agora, como que você vai fazer minha família plantar soja no pasto, se não é cultura deles?

Se eu vender meu sítio em Jauru para um gaúcho, amanhã ele planta soja, ótimo, porque a cultura dele é plantar soja, agora, ninguém vai fazer eu plantar soja lá. E eu estou com uma proposta aqui de duas entidades ambiental que entraram para fazer uma moratória de desmatamento do Estado por sete anos. E nesses sete anos estruturar a SEMA e blá, blá, está aqui.

Nós da AMEF somos contra, qual que é a proposta nossa? Revisão do Código Florestal que é de 65, ele foi feito na época do achometro, aqui ninguém sobrevoava o Mato Grosso, muito menos conhecer.

E ainda continua o brasileiro tem mania "eu acho, eu penso" e escreve. Nós não podemos ficar no achometro, nós temos que fazer isso que o Senador Jayme Campos tomou essa providência, vir na base e levantar.

E enquanto for no achometro nós estamos errados. Se você fizer a pergunta agora: Por que na Amazônia é 80% de reserva? "Porque eu acho que manter a biodiversidade"... "Eu acho". Me prova cientificamente. Por que a margem do rio é 50 metros? "Porque nós achamos que 50 metros protege e evita a erosão e tal". Achômetro, isso nós desafiamos.

A classe está aí Senador Jayme Campos à disposição do que puder contribuir, não usei da fala nada técnico, porque já tem bastante coisa sobrando da SEMA, do pessoal do madeireiro, mas se precisar a AMEF está à disposição. Eu agradeço a todos e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero registrar a presença do Dr. Vicente, Puhl, Presidente do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD.

Eu passo a palavra agora ao ilustre Deputado Estadual José Geraldo Riva, eu espero que ele cumpra conforme o combinado aqui, 10 minutos dentro da forma regimental que já foi--

DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ GERALDO RIVA (PP-MT): Não passará de meia hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Que já foi uma abertura toda especial, tendo em vista que tem um projeto para apresentar, por favor, Deputado.

DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ GERALDO RIVA (PP-MT): Meus cumprimentos ao Presidente dessa sessão, da Comissão, que vem avaliar os riscos ambientais, Senador Jayme Campos. E quero saudar a toda as demais autoridades aqui na pessoa do Presidente dessa Casa, Deputado Sérgio Ricardo e do Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Deputado Dirceu Dal'Bosco, eu saúdo a todos para ganhar tempo.

Senador é muito oportuna a formação dessa Comissão, eu quero parabenizar o Senado por isso. E. nós temos algumas preocupações. Nós estamos avaliando aqui os riscos ambientais, mas nós já estamos na fase de avaliar os danos causados por essas operações em especial o desemprego, a fome, a marginalidade.

Eu até disse para o Governador e para V.Ex^a., ontem na reunião de Sinop - infelizmente nós somos obrigados a falar isso, e eu quero pedir ao Governador Blairo Maggi, pelo que nós sentimos em Sinop e Alta Floresta, o Estado precisará colocar a Polícia Militar e a Polícia Civil, para proteger o cidadão de bem da Polícia Federal lá em Sinop e Alta Floresta.

Infelizmente essa é a realidade que nós encontramos lá, abusos, brigas, pessoas totalmente despreparadas. Eu gostaria até de salientar a Polícia Federal do nosso Estado, o nosso Secretário de Segurança, que ficasse atento a isso, inclusive desrespeito as famílias mato-grossenses.

E também Senador, eu quero apresentar aqui um trabalho que já foi matéria do Fantástico, na Globo, e que nós já estávamos desenvolvendo esse trabalho há muito tempo, inclusive foi objeto da minha monografia,

como Acadêmico de Direito e é uma das formas de redução de desmatamento.

É muito fácil falar em redução do desmatamento, mas o que você oferece para os nossos pecuaristas, para os nossos produtores, para a sociedade em contrapartida?

Eu quero apresentar um trabalho produzido pelo meu gabinete, inclusive, mostrando na prática, um Assessor nosso que é o Salim, que já tem isso em sua propriedade, nós já temos em Juara. Eu quero mostrar como nós podemos aproveitar em especial para fortalecer o pequeno e médio produtor, especialmente os pequenos pecuaristas reduzindo o desmatamento.

Então, gostaria que a minha equipe colocasse no vídeo esse trabalho realizado pelo nosso gabinete, também quero aqui, complementando o que disse o Senador Expedito Júnior, achei realmente inoportuna a fala do futuro Ministro Carlos Minc, mas eu prefiro aguardar que ele conheça o nosso Estado e a realidade da Amazônia, para nos pronunciarmos – por que como vamos debater com alguém que sequer conhece a nossa realidade? É difícil.

Então, eu gostaria que a nossa equipe deixasse no jeito, Vanderlei, por favor.

Esta é uma demonstração de um *voisin* em Ipocóné.

- É feita a apresentação de vídeo.

NARRADOR DO VÍDEO: Estamos na Fazenda Xodó, Município de Ipocóné, distantes 100 quilômetros de Cuiabá, propriedade do Sr. Salim Abdalla, onde estão implantados alguns projetos importantes no desenvolvimento da pecuária moderna, dentre eles o Sistema Voisin, alimentação e engorda do gado com cana forrageira, a implantação da cultura do pião manso, para a produção do biodiesel nas pequenas propriedades rurais e o reflorestamento com o pau de balsa.

SR. SALIM ABDALLA: Voisin é um projeto inventado há 40, 50 anos atrás por um francês chamado André Voisin, observando o comportamento do gado, ele percebeu que o gado tem a hora para comer, tem a hora para beber, tem a hora para lamber sal e tem a hora para deitar-se.

O que nós estamos aplicando aqui? Os princípios instituídos pelo método que é: no momento em que o gado quer beber água, você o leva para beber água, lamber sal e deitar. Este é o momento que nós estamos agora aqui.

E o momento que ele vai comer de novo, então nós o levamos para uma parcela pequena, onde ele passará a se alimentar de novo.

ENTREVISTADOR: O que é necessário para implantar esse sistema?

SR. SALIM ABDALLA: Primeiro: vontade de se fazer o melhor, isso é o melhor que temos na pecuária economicamente viável, onde você numa propriedade pequena, você consegue o máximo de aproveitamento.

Exemplo: nas propriedades convencionais, sistema convencional de pastagem você coloca uma unidade animal por hectare. Nós aqui nesse sistema, nós conseguimos colocar até cinco unidades animal por hectare, com o gado agrupado compactado numa área menor ele urina nela toda, ele estruma nela toda, conseqüentemente fazendo com que a fotossíntese do capim seja muito melhor.

O gado tem uma peculiaridade onde uma rês come, onde ela anda, onde ela urina e onde ela estruma, outro animal, nem ela mesma, volta a comer.

Então, quando você tem uma grande extensão de área o gado fica andando mais do que comendo, conseqüentemente usando mais terra e tendo um desenvolvimento pior.

ENTREVISTADOR: Qual o tamanho de um piquete desse?

SR. SALIM ABDALLA: Nós utilizamos aqui piquetes de um hectare. Em um hectare nós colocamos aqui em torno de 100 cabeças, 100 de unidades, de 100 a 150 unidades animal.

E nós precisamos de uma bateria de 35 piquetes, para que nós possamos os 35 dias e conseqüentemente o ano, rodando de 35 dias em 35 dias.

ENTREVISTADOR: Estamos notando aqui no visual que o gado está bonito, o pêlo liso e gordo, que ganho de pés é esse?

SR. SALIM ABDALLA: Olha, nós temos aqui ganho de peso a pasto em torno de 720 gramas dia, somente com pasto, sal mineral e água. E garantimos o seguinte: que no Voisin o gado, uma bezerra nascida no Voisin, ela emprenha com 14, 15 meses e aos 27, 28 meses já é mãe, coisa que no sistema convencional você precisa de 36, 38 meses.

ENTREVISTADOR: Isso por causa do sal, como é que feita essa mineralização?

SR. SALIM ABDALLA: Nós fazemos análise do solo, análise do capim e encomendamos

um sal adequado para a região. Então tudo que não tem na terra, nós complementamos no sal para a perfeita mineralização.

ENTREVISTADOR: O Sr. Falou em região também, esse Voisin ele pode ser adaptado em qualquer propriedade?

SR. SALIM ABDALLA: Qualquer propriedade. Pode ser íngreme, pode ser... Não poderia ser feito em baixadas em terras muito úmidas, porque a compactação naturalmente formaria o atoleiro, mas do contrário em qualquer propriedade.

ENTREVISTADOR: Quer dizer que é bom para Mato Grosso?

SR. SALIM ABDALLA: É bom para Mato Grosso, é bom para o gado, é bom para o Brasil e principalmente, melhor ainda, para o meio ambiente que você com uma pequena, com uma menor quantidade de terra, você pode produzir o dobro do gado que todas as propriedades têm.

ENTREVISTADOR: E o início de todo esse processo do projeto Voisin é a chamada escolinha, os primeiros passos desses animais.

SR. SALIM ABDALLA: Tudo nesse mundo tem que ter um começo e este é um começo do processo Voisin.

Por que é o começo? Porque nós temos uma cerca para ser respeitada, ela não é uma cerca de contenção. Então, o gado fica aqui por um período de 20 a 40 horas, aprendendo a respeitar a cerca, para que quando nós o levemos no pasto, ele não tenha dificuldades com a cerca.

ENTREVISTADOR: Olha, aqui o exato momento de um desses manejos o gado passando de um piquete para o outro.

SR. SALIM ABDALLA: Esse é um momento impar do manejo do gado no Voisin. Percebe-se que agora são 10h e 10 minutos, o funcionário veio até o cochete, abriu o cochete saiu na frente do gado, o gado o acompanha, vocês percebem que não tem cachorro, não tem correria...

ENTREVISTADOR: Não tem cavalo.

SR. SALIM ABDALLA: Não tem cavalo, é na maior calma, na maior tranquilidade o gado vai pastando e vai direto a área da lazer, aonde ele vai beber, lamber sal e descansar por quatro horas.

ENTREVISTADOR: O interessante é que aqui na propriedade do Salim tem corredor para tudo quanto é canto –

- *Fim da exibição.*

DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ GERALDO RIVA (PP-MT): Eu pediria, já que é o suficiente, gostaria apenas de complementar Senador, usando mais esses dois minutos para dizer a V.Ex^a. e aos demais Senadores que esse é um programa desenvolvido no nosso Estado, apenas com os pequenos e médios, produtores é possível triplicar o nosso rebanho da gado sem derrubar uma única árvore, agora, é preciso linha de crédito, é preciso condição para isso.

Então, invés de gastar 180 milhões nessas operações, veja V.Ex^a. que é possível com 400 reais o hectare desenvolver esse programa. Numa área de 70 hectares que é o que foi demonstrado, gasta-se 28 mil reais, podendo você elevar de 70 cabeça nos 70 hectares para 350 cabeça.

Então, vejam o ganho que nós podemos ter, que o nosso Estado pode ter além naturalmente da precocidade do gado, como V.Ex^{as}. viram, não só na cria, mas também em relação a recria e engorda.

Então eu gostaria de mostrar esse programa, porque ele inclusive foi fruto de uma monografia como eu disse e, foi fruto de uma matéria do Fantástico e eu acho muito oportuno, no momento em que se combate o desmatamento oferecer novas alternativas para nosso pequeno e médio produtor. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado Deputado José Geraldo Riva. Eu quero conceder à palavra ao Sr. Secretário do Planejamento e depois está inscrito também aqui Dr. Yênes Magalhães, cumprindo literalmente o que está previsto no Regimento Interno, desta Comissão.

SR. YÊNES DE MAGALHÃES: Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Jayme Campos, eu quero cumprimentar a todos os Senadores aqui presentes em nome do nosso Senador, também, Senador Gilberto Goellner, o nosso Governador Blairo Maggi, os Deputados Estaduais, cumprimentar em nome do nosso Presidente, Sérgio Ricardo e o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa Dirceu Dal'Bosco.

Sr. Presidente, eu queria dizer antes de tudo, principalmente ao Senadores Flexa Ribeiro e ao Senador Leomar Quintanilha que Mato Grosso, sempre teve sorte com os governadores na questão ambiental.

Nós poderemos ver agora, rapidamente, e o Presidente Lula lançou na semana passada o PAS - Plano Amazônia Sustentável, que vem trazer através da

Operação Arco Verde linhas de financiamento, para que a gente possa buscar minorar os problemas da nossa região.

Mas o zoneamento - por favor, Teresa - nós seremos bem breves é um instrumento político e técnico de gestão, para orientar a política de planejamento e ordenamento sustentável de Mato Grosso.

Os objetivos: Planejar de forma integrada e participativa as atividades sociais econômicas e ambientais, de espaços territoriais expressos em planos de programas de Governo; orientar o uso sustentável dos recursos naturais e fomentar a melhoria das condições de vida da população.

Quando eu disse Srs. Senadores que o Estado sempre teve sorte com os seus governadores, porque em 1989 nós tivemos o primeiro zoneamento agroecológico do Estado, ainda o Governador na época, Carlos Bezerra, que era uma escala de um para dois milhões.

Em 1992, nós começamos o zoneamento numa primeira aproximação com o Senador Jayme Campos, Governador do Estado, que era o mapa também de um para um milhão e meio. E, agora o terceiro que é a finalização de zoneamento, numa escala de 1 (um) para 250 mil, passa a ser o primeiro no Brasil, numa escala tão próxima para melhorar as atividades. Pode passar o próximo.

O mapa de zoneamento é este que está aí. Nós temos:

1. Áreas com estrutura produtiva consolidada ou a consolidar.
2. Áreas que requerem readequação de sistema de manejo para a recuperação ambiental, para reordenação da estrutura produtiva e para conservação e ou recuperação de recursos hídricos.
3. A área que requer manejos específicos em ambiente com elevado potencial florestal, pelo elevado potencial biótico em ambiente pantaneiro e em ambiente com elevadas fragilidades.
4. Áreas protegidas que se dividem em duas áreas. As áreas protegidas criadas que são as terras indígenas e unidades de conservação, federal, estadual e municipal e as áreas protegidas propostas.

A categoria 1, onde nós temos áreas com estrutura produtiva consolidada a consolidar, são áreas em processo de consolidação das atividades produtivas, hoje já consolidadas, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e ou intensificação da atividade já existente tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica.

São extensas áreas de cerrado no planalto central que acabaram se convertendo em celeiro no Brasil. Aqui é um mapa é uma imagem de satélite que mos-

tra essas áreas, são áreas planas para exploração do agronegócio.

A categoria 2, são áreas que requerem readequação do sistema de manejo. São áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias algumas ações de recuperação, alteração de uso do solo, reordenação da estrutura produtiva, adequação do sistema de manejo, readequação para conservação e ou recuperação de recursos hídricos, face a sua importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do Estado e aos problemas de degradação emergente dos componentes ambientais.

Ele é dividido –

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mais três minutos para ele, por favor.

SR. YÊNES DE MAGALHÃES: Ele é subdividido em três categorias que é para área de recuperação ambiental, que uma delas nós temos Cuiabá, que tem problemas seriíssimos de zoneamento.

A outra subcategoria que requer readequação do sistema de manejo para estrutura produtiva, quer dizer são áreas que estão produzindo e que continuarão produzindo apenas há necessidade de fazer alguns ajustes de manejo mesmo para exploração ou para recuperação de alguns recursos ambientais.

Nós temos nessas áreas, por favor, Teresa a próxima. Essa é uma região de Juína, essas áreas sofriam alteração, por exemplo, a primeira imagem falta apenas financiamento para que possa melhorar a qualidade, como foi apresentado aqui pelo Deputado Riva é uma iniciativa que tem que ser implementada naquela região.

Por favor, Teresa, a subcategoria 2. 3, que área para a readequação do sistema de manejo para recuperação dos recursos hídricos. São áreas aonde existe a produção vai continuar existindo, mas que tem que ser dado um tratamento para a questão dos recursos hídricos porque ali nascem os principais formadores da Bacia Amazônica e na Bacia Platina.

E, com muito cuidado porque quando nós temos uma área como essa de vereda, simplesmente fazer a drenagem pode perder toda a área.

Nós temos a categoria 3, que são áreas de manejos específicos que eu não vou entrar em detalhes maior por causa do tempo, e áreas que requerem manejos e nós temos também ambientes frágeis que têm que ser preservados. A próxima imagem.

São regiões de escarpas essa é uma região lá do Rio Jauru, as cabeceiras do Rio Jauru que tem que ser preservadas são áreas frágeis como essa área de areia que nós temos ali assoreamento e erosão.

E, por último áreas protegidas, que dividimos em duas áreas, as áreas protegidas já existentes que são áreas indígenas e também as unidades da conservação, federal, estadual ou municipal.

E por último as áreas propostas, vale ressaltar Sr. Presidente, em relação a questão das áreas propostas são áreas indicadas como de interesse especiais para conservação de seus componentes naturais, não são unidades de conservação: são áreas onde os órgãos ambientais SEMA e IBAMA, podem selecionar partes para a criação de unidades de conservação, após a realização de estudos ecológicos.

As diretrizes como elas vão ser aplicadas? Através da dimensão de políticas públicas, através da PPA, através do orçamento e eu quero aproveitar a oportunidade de colocar mais uma vez, o nosso Governo, o Governo Blairo Maggi à disposição dessa Casa para as 12e audiências públicas que serão realizadas.

A Secretaria de Planejamento, juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente --

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo mais dois minutos, por favor, para concluir.

SR. YÊNES DE MAGALHÃES: Elas estão preparadas para essa discussão que vai ocorrer fruto das audiências dessa Casa. E eu só queria concluir Sr. Presidente é uma proposta de trabalho, então, nós vamos para todas as regiões discutir com a população o que é melhor para o Estado do Mato Grosso.

Concluindo a minha fala, eu quero simplesmente dizer que a questão ambiental em Mato Grosso, ela vem sendo tratada com muito respeito, dentro das políticas públicas, uma vez que nós não temos hoje outro Estado no Brasil que tem o zoneamento dessa qualidade de 16 anos de trabalho.

É o único Estado que passa a ter um zoneamento sócio-econômico ecológico no País, é um modelo para que os outros Estados Brasileiros possam calcar uma vez que nós temos essa preocupação com o desenvolvimento social-econômico e ambiental do Estado do Mato Grosso. Meu muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Agradeço a participação de V. S^a., e tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Rui Prado, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso, FAMATO.

Tem V.S^a., cinco minutos.

SR. RUI PRADO: Bom dia Presidente, eu agradeço a oportunidade e serei breve cumprindo os cinco minutos.

Eu gostaria de parabenizar aqui a Assembléia Legislativa, pela chamada da discussão do zoneamen-

to sócio-econômico ecológico. Eu tenho certeza que esse zoneamento vão aparecer inúmeras oportunidades para estarmos discutindo as questões ambientais e estarmos chegando a bom termo.

Eu quero parabenizar também ao Senado, aqui na pessoa dos Senadores, na pessoa do Senador Jayme Campos e Senador Gilberto Goellner, os nossos Senadores que prontamente atenderam ao chamamento da discussão ambiental.

Estamos aqui justamente no Estado de Mato Grosso hoje, discutindo um assunto tão importante que nem precisa dizer da importância desse assunto em função desse assunto em função de toda a responsabilidade que ele traz.

E quero parabenizar aqui também o Governo do Estado na pessoa do Governador Blairo Maggi, que quando começaram as discussões a respeito dos números de desmatamento, o Governador colocou a sua equipe para estar fazendo aferição desses números.

Felizmente o Governo Blairo Maggi estava certo e nós - eu digo nós cidadãos aqui do Estado de Mato Grosso - provamos a toda a sociedade brasileira, quem sabe a sociedade mundial que os números estavam errados, portanto, nós estamos certos no tocante aos números.

Mas infelizmente isto não basta. Nós vivemos hoje numa sociedade eu diria preconceituosa com relação à produção de alimentos, quando eu digo alimentos eu digo carne e grãos.

Nós infelizmente tivemos a oportunidade de ver ontem, a manifestação do então novo futuro Ministro Sr. Carlos Minc, numa declaração totalmente preconceituosa contra a produção agrícola, principalmente a de soja e contra a pessoa do nosso Governador Blairo Maggi, dizendo de plantar soja até na Cordilheira dos Andes.

Nós repudiamos essa declaração e nós fazemos aqui um chamamento ao Ministro, ao então, novo Ministro e até ao Presidente da República, para que nós possamos discutir os assuntos ambientais *in loco*, inclusive aqui no Estado de Mato Grosso, porque parece que nos consta que o Ministro vem do Estado do Rio de Janeiro, um belo Estado do ponto de vista de turismo e outras atividades.

Nós queremos que o futuro Ministro - e faço um convite aqui de público - que venha até o Mato Grosso e conheça como se produz aqui, como se faz aqui, de uma maneira correta, sustentável do ponto de vista das inclusive da legislação de hoje.

E como se não bastasse nós tivemos que acionar também o sistema Judiciário, a FORMATA entrou nos últimos dias com três Mandados de Segurança, todos eles relativos as questões ambientais. Logicamente por

falta de tempo que tenho nessa tribuna, não vou por menorizar esses Mandados de Segurança, mas nós estamos acionando a Justiça nas questões ambientais aqui no Estado de Mato Grosso, para que se faça Justiça, ou seja, para que o produtor seja reconhecido como um produtor de alimentos e um preservador do meio ambiente.

Eu queria dizer algumas coisas, algumas palavras breves com relação a conceitos. Nós tivemos em 2007, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Senador, nós tivemos em 2007, 281 inserções da Rede Globo em horário nobre, dizendo das questões ambientais.

A maioria dessas inserções da Rede Globo na mídia foram inserções preconceituosas contra a produção e o desenvolvimento sustentável do Brasil e principalmente do Estado de Mato Grosso. Então nós estamos vivendo uma lavagem cerebral coletiva aqui no Brasil.

E eu quero denunciar isso nessa tribuna que as verdades têm que ser ditas --

[palmas]

SR. RUI PRADO: Mas tem que ser ditas de uma maneira técnica e não só preconceituosa como muitas vezes a Rede Globo tem feito. E eu gostaria de citar uns números aqui: a pecuária no Brasil tem mais de 150 anos, portanto, é uma atividade que já está consolidada no nosso País.

Nós temos na Amazônia Legal que é um termo que descreve um território geograficamente - existe 61% do território da Amazônia Legal, existe 35% dos bovinos existentes nesse País, portanto, nos outros 39% do território brasileiro existe 65% do bovinos.

Portanto, nós chegamos à conclusão que os bovinos estão muito mais fora da Amazônia Legal do que dentro da Amazônia Legal, isso nos mostra claramente que a pressão ambiental que a pecuária de --

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo mais dois minutos ao nosso querido Presidente, Rui Prado, por favor.

SR. RUI PRADO: Obrigado, Senado. Isso nos mostra claramente que a pecuária brasileira, hoje ela exerce uma pressão ambiental muito mais fora da Amazônia Legal, do que aqui dentro da Amazônia Legal e não é diferente na questão da soja.

A soja em 1990, Sr. Presidente, nós tínhamos um pacote tecnológico aonde nós produzíamos em torno de 40 sacos por hectare, hoje nós já produzimos mais de três mil quilos. Se nós continuássemos no mesmo pacote tecnológico lá da década de 1990, nós precisaríamos mais 2, 9 milhões de hectares para produzir a mesma quantidade de soja que nós produzíamos hoje.

Portanto, isso mostra claramente Srs. Senadores que o produtor rural está fazendo a tão sonhada preservação ambiental e está fazendo essa preservação ambiental logicamente com tecnologia, foi com o investimento do Governo, com recursos próprios com recurso da iniciativa privada.

Isso nos mostra este passado recente, nos mostra a linha que nós temos que seguir daqui para frente. É uma linha proativa, aonde os governos têm que colocar na produção brasileira são investimentos e não simplesmente situação de comando e controle.

Nós fizemos uma conta Srs. ouvintes e, Srs. Deputados e Srs. Senadores, o que está se gastando na Operação Arco de Fogo que nós estamos acompanhando pela imprensa de 180 milhões de reais, dá para alimentar... Percebam este número: dá para alimentar 50 mil pessoas a vida inteira, fazendo essas contas matemáticas quem é bom de matemática pode fazer essa conta.

O dinheiro que está sendo gasto em gasolina de helicóptero e em repressão ao povo mato-grossense e ao povo da Amazônia poderia ser utilizado para comprar arroz e dar para alimentar 50 mil pessoas, do nascimento até a sua vida adulta até essa pessoa vir a falecer.

Portanto é esta linha que nós precisamos --

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Está terminando Rui? Mais dois minutos para ele.

SR. RUI PRADO: Dos pedidos, então, Senador.

O que nós viemos pedir, os produtores rurais estão pedindo, nós já entregamos um documento para V.Ex^a. lá em Sinop. Eu gostaria de frisar aqui os tópicos do que nós estamos pedindo:

1. Estamos pedindo a suspensão imediata da Operação Arco de Fogo, por tudo que já dito e tudo você já falou.

2. Nós estamos pedindo a revogação simplesmente do Decreto 6321 e da Resolução do Conselho Monetário 3545, que prevê restrição de crédito aos produtores mato-grossenses.

3. Nós estamos pedindo, está aqui o Superintendente do IBAMA, que retire aquela lista do IBAMA de áreas embargadas, aquilo tem causado um transtorno tremendo na hora da comercialização da nossa produção. E, nós sabemos claramente que não existe razão daquela lista estar no site, dizendo de áreas embargadas aonde existem áreas ali, que não são em embargadas.

4. Nós queremos também Srs. Senadores uma ação urgente na questão das reservas indígenas, aumento das reservas indígenas. Nós estamos assistin-

do lá em Roraima o episódio da Raposa Serra do Sol, aonde aqui no Mato Grosso também existem várias situações parecidas com aquelas e pode acontecer aqui o mesmo problema que está acontecendo lá em Roraima, com esse episódio indígena.

Portanto, nós pedimos ao Senado que seja firme nessa situação e que traga para o Congresso Nacional a prerrogativa de aumentar ou não uma reserva indígena.

Enfim, quero deixar um recado claro aqui a imprensa e aos companheiros produtores, nós chegaremos agora daqui alguns meses à seca no Estado de Mato Grosso, nós sabemos que tradicionalmente o Mato Grosso pega fogo e se incendeia e eu gostaria de deixar claro aqui, que os produtores rurais não estão dispostos a colocar fogo em suas propriedades.

O fogo muitas vezes advém de beira de estrada, advém de terra indígena, advém muitas vezes até de assentamentos e talvez de alguns produtores, nós estamos fazendo aqui um pedido--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mais um minuto.

SR. RUI PRADO: Mas que também a imprensa e as autoridades reconheçam, quando esse fogo for colocado de uma maneira criminosa ou for colocado de uma maneira de incêndio mesmo.

Era isso que eu tinha para falar, Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Dr. Rui Prado. Eu concedo a palavra ao Dr. Cleverson Cabral, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso, por favor, cinco minutos o Sr. Tem a palavra.

SR. CLEVERSON CABRAL: Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Externa, demais autoridades, Srs. Senadores, membros da Assembléia, eu quero transmitir aqui a preocupação da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso com o desenvolvimento do nosso Estado.

O Estado do Mato Grosso tem mais de 10% da área nacional e a produtividade desse Estado é que vai gerar a qualidade de vida. No momento em que o segmento da base florestal é acuado da forma que vem sendo, naturalmente, isso decorrerá no abandono de atividades de geração de emprego e conseqüentemente da qualidade de vida.

Então, eu peço a essa Comissão que considere conscienciosamente o seu trabalho. Nós temos um prazo longo previsto para o trabalho dessa Comissão que seriam 12 meses, esperamos que seja bem avaliado e que nos tragam tranquilidade que o mato-grossense,

que o produtor mato-grossense possa atuar sem receio de ser perseguido injustamente.

Isso é o que eu gostaria de transmitir em nome da Federação das Indústrias do Mato Grosso, acreditando que a qualidade de vida vem da geração de riqueza. Deixem o Mato Grosso produzir. Era somente isso, agradeço pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Muito obrigado, ao Dr. Cleverson, representante da FIEMT, pelo cumprimento regimental e a sua fala com certeza está registrada aqui pela Secretaria Executiva desta Comissão.

Eu quero conceder a palavra ao Sr. Leonardo Pinho da Silva Campos, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, porventura se encontra presente.

Concedo a palavra ao ilustre companheiro Deputado Federal, Homero Pereira, por cinco minutos, meu amigo Homero, por favor.

DEPUTADO FEDERAL HOMERO PEREIRA

(PR-MT): Quero cumprimentar o Presidente dessa Comissão, Senador Jayme Campos, Governador Blairo Maggi, em nome do Senador Flexa Ribeiro, cumprimentar todos os nossos visitantes.

Estou aqui falando também em nome do Deputado Wellington Fagundes, porque ele falou em meu nome lá em Sinop e em Alta Floresta - eu não pude estar presente, porque eu estava presidindo a Comissão de Endividamento, que estamos fechando esse outro assunto que interfere na vida dos produtores de Mato Grosso - presidindo aquela Subcomissão e ontem tivemos uma audiência com o Ministro da Agricultura e não foi estar presente lá em Alta Floresta e Sinop, conforme era o nosso desejo.

Mas eu quero rapidamente e acho que as posições nossas são por demais conhecidas de todas as pessoas que nos ouvem, mas só dizer enaltecer a importância do Senado Federal, entrar nessa pauta.

Eu acho que o que motivou a Constituição desta Comissão Externa foi exatamente baseado em dados fictícios, veja bem, foi baixado o Decreto 6321, baseado em informações do INPE, informações que não se confirmaram quando a Secretaria de Meio Ambiente foi *in loco* no chão verificar. Então toda essa celeuma a imagem não só do Mato Grosso, mas a imagem da Amazônia foi jogada mundo afora, em cima de dados que efetivamente não existiram.

Então essa foi talvez a maior mentira que se tentou pregar em cima dessa questão, foi você tentar jogar - infelizmente até o Presidente Lula, aqui quando lançou o Plano de Amazonas Sustentável, o Gilberto me mostrava ali agora, dizendo que tomou as provi-

dências em função do aumento do desmatamento que aconteceu no último trimestre de 2007.

E não houve o aumento de desmatamento, exatamente porque a constatação *in loco* se verificou que não houve esse aumento do desmatamento. Então, veja bem, a quantidade de recursos que está se gastando nessa operação, o envolvimento de ilustres Senadores que têm para poder corrigir uma injustiça, ir também *in loco* discutir com a sociedade de uma coisa que não existiu, veja bem, como que é o nosso Brasil.

Invés de nós primarmos pela boa imagem do Brasil, mostrar que nós fazemos uma produção aqui de forma sustentável, em harmonia com o meio ambiente, que o nosso boi é um boi engordado a pasto, que a nossa carne é uma carne verde, nós estamos aqui discutindo uma coisa em cima de algo que efetivamente não existiu. Esse é o Brasil.

E é por isso que nós estamos enquanto legisladores estarmos atentos, porque a insegurança jurídica que tem sobre cada produtor rural, os Prefeitos aqui presentes, a insegurança jurídica é enorme Senador Flexa Ribeiro.

Eu que tive a honra de ser Relator lá na Comissão da Agricultura do projeto da sua autoria, onde a gente tenta modificar um pouco o Código Florestal Brasileiro, arcaico lá de 1965, permitindo que a gente possa compensar, permitindo que a gente possa plantar espécies exóticas ou nativas, mas para o produtor poder enxergar também naquilo que ele vai recompor um ganho econômico.

Infelizmente tivemos uma Audiência Pública há poucos dias que o Sr. Esteve presente, está lá na Comissão de Meio Ambiente, esperamos que a gente possa dar continuidade nesse belo projeto da sua iniciativa, apensado ao projeto do ex-Deputado Thomas Nonô, para que a gente possa tentar minimizar um pouco os problemas que acontecem na atividade rural.

A Comissão de Meio Ambiente da FAMATO, liderada pelo eminente produtor rural e Engenheiro Agrônomo Ricardo Arioli, junto com um grupo de advogados identificamos 52 inseguranças jurídicas que temos hoje na legislação ambiental em cima das portarias, dos decretos, da Medida Provisória 2166, enfim de um conjunto de legislação que está colocada e nós não podemos conviver com essa insegurança jurídica.

Eu acho que o zoneamento vai poder - e essa Assembleia Legislativa eu falava para o Deputado Riva - vai ter um papel fundamental para que a gente possa consagrar as áreas consolidadas do nosso Estado. Nós não podemos permitir interferência naquelas áreas que já foram antropizadas no passado, algumas das quais--

[palmas]

DEPUTADO FEDERAL HOMERO PEREIRA

(PR-MT): Há mais de 200, 300 anos como é o caso de municípios que teve a sua antropização gerada pelo garimpo.

E hoje, no intuito de promover a diminuição do desmatamento na Amazônia, estão agora tentando atrapalhar aquelas áreas consolidadas, inclusive de municípios, por exemplo, que foi a primeira capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, que hoje está inclusive cerceada de crédito, ontem ainda falávamos isso com o Ministro da Agricultura, é uma tremenda--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Mais dois minutos para o ilustre Deputado Homero Pereira, por favor.

DEPUTADO FEDERAL HOMERO PEREIRA

(PR-MT): Só para concluir.

É uma tremenda injustiça que está se fazendo com a Amazônia, em especial com o Estado do Mato Grosso, que depende de crédito rural para continuar sua atividade.

Se estão achando que cortar crédito rural, vai diminuir a pressão sobre a floresta é um tremendo de um engano, porque se você disponibiliza crédito conforme mostrou aqui o Deputado Riva, você pode intensificar a atividade, intensifica a pecuária, produz mais na mesma área na agricultura. No momento em que você limita crédito o produtor vai querer ter ganho de escala, vai querer aumentar, então, a pressão sobre a floresta será maior.

Esta semana apresentei um projeto na Câmara dos Deputados, um projeto da Servidão Ambiental, aonde a gente possa receber pelo nosso ativo ambiental, porque essa questão de você querer - para diminuir a pressão sobre a floresta só tem uma forma: é você valorizar a floresta em pé.

Então, nós somos prestadores de serviços agropecuários, no momento em que a vende a nossa produção, seja soja, seja arroz, seja madeira, seja o boi, nós somos remunerados por aquela atividade.

Nós poderemos ser prestadores de serviços ambientais, só que alguém tem que estar disposto a pagar por isso, infelizmente, nessa história tem muita conversa e tem pouco dinheiro e é por isso que nós estamos nessa situação.

Então, eu espero sucesso nessa Comissão Especial que vocês estão fazendo neste momento. Eu tenho plena convicção que com a vinda desse novo Ministro do Meio Ambiente, que já chega com uma visão meio preconceituosa - e eu fiz um pronunciamento ontem na Câmara, não queremos fazer nenhum juízo de valor sobre o novo Ministro.

Estamos estendendo bandeira branca pra ele, mas que ele também venha conhecer o perfil do Estado como o Mato Grosso, venha conhecer a nossa Amazônia e não venha com atitudes preconcebidas, preconceituosas, porque isso nós já estamos cheios de preconceitos em cima da atividade produtiva do Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Muito obrigado, Deputado Homero.

Eu vou conceder ao caro Prefeito Fernando, que vai falar em nome dos demais Prefeitos aqui, cinco minutos, ao Sr. para que possamos cumprir aqui naturalmente a nossa agenda de trabalho.

Fernando é Prefeito da Cidade de Querência, falará em nome dos demais Prefeitos. Cinco minutos, Fernando, por favor.

SR. PREFEITO FERNANDO GORGEN:

Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar a mesa, o nobre ilustre Senador Jayme Campos, dizer para Comissão que as coisas que estão acontecendo no campo. Eu cito como exemplo o nosso Município, para que vocês tenham noção do que acontece na verdade.

Querência surgiu de uma colonização, um projeto aprovado pelo Governo Federal na década de 80, onde se desmatava 80% do cerrado. No meio do jogo muda as regras, inventam uma mata de transição, que se desmata 50%.

Agora piorou, agora já é apenas o campo inteiro, se preserva 80% e, para piorar a situação, existe no meu Município, como existem em vários Municípios de Prefeitos, colegas, assentamentos e nós conhecemos que tem em torno de 500 assentamentos no Estado do Mato Grosso, um deles tem licença ambiental. Agora piorou, agora, o IBAMA está multando também os assentados do INCRA.

No meu Município estão se organizando querem invadir a Prefeitura, porque todos os coitados quando não querem assinar multa é encostada uma metralhadora nas costelas ou na cabeça e faz tirar do homem a única coisa que ele tem o CPF, com a multa com certeza, embargando o único crédito que ele tem direito que é o PRONAF.

Então, eu acho que a Comissão tem que saber disso e nós não podemos aceitar mais isso. Se multar algum fazendeiro que existem dois dentro do Município que desmatou irregular, vírgula! O protocolo de então desmatamento diz só 20% feito, há mais de um ano que a gente não consegue a licença.

Então dois desmataram fora do assentamento do meu Município e o resto do desmatamento são dentro das áreas do INCRA, tira do Superintendente, ele disse que é impossível que se faça a multa, em nome

de assentados teria que ser feita a multa, então, em nome do INCRA.

Esse mesmo Governo ele coloca o assentado no campo, ele dá um PRONAF, onde você é obrigado a comprar uma moto-serra para fazer a sua roça. Esse mesmo Governo vem com o IBAMA, multa o assentado porque ele desmatou! Como que é ele é para sobreviver no campo?

Eu acho que a Comissão tem que saber dessa realidade e dizer como - e tem muitos municípios iguais ao nosso, em Querência não tem terra da União, não tem grilagem de terra, não tem invasão de terra. Nós queremos viabilizar o nosso Município economicamente e ambientalmente e nós precisamos de condições.

E não tem ninguém no mundo que gosta tanto da nossa terra do que nós que somos proprietários, não ter americano, não tem União Européia, não tem ninguém, nós queremos legalizar a nossa situação e ser viável economicamente.

Eu tenho certeza que os municípios que são atingidos, são os que são mais promissores do Estado do Mato Grosso na produção de grãos e de carne também. Eu acho que essa Comissão tem que ver isso que os Municípios atingidos são os que são muito promissores na produção de grão.

Bahia é maior que o Mato Grosso, só se conhece dois municípios que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães porque produz, senão ninguém fala dos outros. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Fernando, pelo cumprimento do horário.

Pela ordem de inscrição aqui, eu concedo a palavra ao Rui Alberto, Presidente do Sindicato Rural de Tangará, com a devida vênica e permissão do companheiro Sérgio Ricardo, melhor dizendo, do Arioli, eu acho que o Rui vai representar bem também o companheiro, tendo em vista que é na mesma região. Certamente, eu acho que o Rui é preparado e capacitado o suficiente, para falar em no nome do Sr. Também.

Com a palavra o companheiro Rui Alberto.

SR. RUI ALBERTO WOLFART: Sr. Presidente, Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, eu quero iniciar invocando o art. 19 da Constituição Federal: "é vedada a União criar entre brasileiros distinções ou preferência entre si". Os desiguais têm sido tratados desigualmente, ampliando o fosso das distâncias regionais. E as ações do Governo Federal que estão em curso em nossa região, são claros sinais de ruptura do pacto federativo o que é muito grave.

Aos governantes e inclusive ao Ministro do Meio Ambiente, que talvez, venha a tomar posse brevemente, lembro uma passagem do Padre Vieira: "não basta que

o que houver de governar seja homem com alma, mas é necessário que seja alma com homem; se tiver alma não quererá fazer mal, mas se juntamente não tiver atividade, resolução e talento de homem não fará coisa boa. Deus lhe deu memória, entendimento e vontade. A memória para que se lembre de sua obrigação. O entendimento para que saiba o que há de mandar. E, a vontade para querer o que for melhor".

Mato Grosso é extração o produto da geopolítica de Portugal, lembrando a ocupação física de Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, como em décadas recentes por obra do entendimento formulado pela ESG, no tocante a ocupação espacial brasileira, isso fica exemplificado no livro de autoria do Golbery do Couto e Silva.

Os programas, as ações do Governo Federal da década de 60 e 70, buscando ordenamento fundiário perdeu expressão na década de 80 com as ações discriminatórias do INCRA, que equacionaram em parte a legitimação de posse e propriedade nos eixos das rodovias federais.

A base Srs. Senadores dos problemas que estamos enfrentando, está na falta do ordenamento fundiário, face a presente conturbação provocada pelo Governo Federal - eu saliento a busca que o Estado de Mato Grosso vem fazendo ao longo do tempo, buscando principalmente equacionar esta questão ambiental desde o Governo Bezerra.

Todavia eu destaco especialmente que foi no Governo do Senador Jayme Campos, que foi contratado o primeiro estudo que efetivamente viria a desembocar na proposta atual encaminhada pelo Executivo Estadual.

Agora senhores Deputados Estaduais, a recente proposta enviada pelo Executivo Estadual a esta Assembleia Legislativa, único foro competente para tratar da matéria, está descaracterizando essa proposta a construção histórica de nosso Estado e fica visível que realmente esta Assembleia Legislativa de Mato Grosso, através dos nossos Deputados é a autoridade que soberanamente colocará nos seus devidos lugares o necessário ordenamento espacial mato-grossense.

Todavia Sr. Presidente, Jayme, Srs. Senadores, eu acuso o Ministério do Meio Ambiente de omissão e desídia e que devia ser investigado pelo Congresso Nacional, senão vejamos:

1º. A intolerável e danosa poluição das águas em Santa Catarina, em que segundo, o órgão ambiental daquele Estado 90% de suas águas estão altamente contaminadas por coliformes fecais, nitratos, antibióticos não terapêuticos, gerando graves problemas de saúde pública sobre aquela população.

2º. O genocídio silencioso da população da grande São Paulo, onde há mais de 20 milhões de paulistas por elas águas abjetamente poluídas por metais pesados, poluentes industriais de toda a sorte, milhares de toneladas de embalagens PET.

3º. Pelo não cumprimento dos Estados do Sul e Sudeste, quanto a reserva legal de 20%, onde exemplificando, o Estado de São Paulo não tem nem 5%.

4º. Pela não efetivação de qualquer ação legal quanto a áreas de APP nas grandes --

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mais dois minutos eu concedo. E faço apelo ao caro companheiro, que conclua a sua fala.

SR. RUI ALBERTO WOLFART: Quanto as áreas de APPs nas grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, do futuro Ministro Minc, nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, São Francisco, Guaíba, como exemplos tão somente. Eu repudio o arbítrio, a prepotência e o autoritarismo dos agentes do Governo Federal, que só trouxeram insegurança, perplexidade e dúvidas quanto ao futuro, com essa ação desencadeada ao talante do Ministério do Meio Ambiente.

Finalizando Sr. Senador Jayme Campos, Sra., membros dessa Comissão eu vos digo, com a futura aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do zoneamento sócio-econômico ecológico, teremos os marcos para a produção com segurança jurídica - e eu lembro e digo com muito orgulho, nós somos mais Mato Grosso temos que levantar essa bandeira: nós somos mais Mato Grosso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero conceder a palavra ao Deputado Estadual, Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Ricardo, que falará em nome dos demais Deputados Estaduais, naturalmente após ouvir aqui, o Deputado José Geraldo Rivas que tinha inscrito também para falar nessa Comissão. Com a palavra o Presidente, companheiro Sérgio Ricardo.

DEPUTADO ESTADUAL SÉRGIO RICARDO (PR-MT): Presidente, farei o possível para cumprir o tempo regimental. Só para dizer, cumprimentar ao Sr. e parabenizar a Comissão de Risco Ambiental, importantíssima essa Comissão que está aqui no Mato Grosso, exatamente na hora certa, no tempo certo.

Então, eu quero parabenizar ao Sr. Senador Jayme Campos por essa iniciativa, cumprimentar o Governador Blairo Maggi, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa, Srs. Deputados, Srs. e Sras.

Eu pude acompanhar nesses dois dias essas Audiências Públicas em Alta Floresta e Sinop e venho de lá convicto, de que naquela região hoje existe uma

população angustiada, revoltada, desesperada e se dizendo injustiçada.

E tenho muita fé no Congresso e tenho muita fé no resultado do trabalho dessa Comissão. Tenho certeza que a partir da semana que vem esses Senadores vão conversar com outros Senadores, e a voz o clamor de Mato Grosso vai chegar aonde tem que chegar para buscar soluções, para que as soluções aconteçam para Mato Grosso, porque a sociedade mato-grossense pede e precisa e está esperando ansiosa por essa resposta.

Nesse momento eu assisti a tudo nesses dois dias eu percebo que o que leva Mato Grosso a estar hoje nessa situação é que obedeceram-se as regras definidas pelo Governo Federal, essas regras num determinado momento foram mudadas, quem tinha que ser avisado não foi e hoje as punições elas acontecem, por ações que foram permitidas em muitos casos pela lei existente na época.

A ocupação dessa região, a ocupação do Centro-Oeste brasileiro, a ocupação da Amazônia, na proposta de "Integrar Para Não Entregar a Amazônia", então motivou-se o Brasil inteiro a vir para o Mato Grosso, a vir para o Centro-Oeste.

Eu não dúvida que essa história que essa situação, ela vai acabar. Ela vai se resolver com ação forte e ativa do Congresso Nacional a nossa Bancada Federal, a Assembléia Legislativa, essa situação vai se resolver, mas nós temos que pensar no futuro.

E é o futuro que nós vamos começar a discutir agora através desse projeto que já está nessa Casa e é um projeto que será a bula do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, vai ser a guia para o futuro do nosso Estado, para o futuro da nossa região.

Então, nós vamos começar a discutir o zoneamento inicialmente nos 12 pólos levantados pelo projeto e que eu entendo - e me deixa bem claro, esse projeto, Secretário Yênes, que nós temos 12 Estados dentro de Mato Grosso, tal é a diversidade, tais são as diferenças.

Por isso que nós vamos ter que discutir, com muita tranqüilidade e com muita profundidade esse projeto em cada um desses pólos e as cidades que compõem esses pólos. Nós vamos discutir os pólos iniciais: Juína, Alta Floresta, Vila Rica, Barra do Garça, Rondonópolis, Cuiabá, e Várzea Grande, Cáceres, Tangará da Serra, Diamantina, O Sorriso, Juá e Sinop e poderemos incluir outras regiões nas discussões, criarmos até Audiências Públicas em outras cidades, dependendo das necessidades.

Para isso vamos já com ações decididas essa semana em reunião do Colégio de Líderes aqui nessa Casa, os nobres Deputados, chegamos ao seguinte

entendimento: nós vamos mandar aos pólos 15 dias antes de cada audiência - eu já pediria ao Secretário Yênes que já começássemos a raciocinar sobre isso.

Vamos mandar uma equipe, membros da Assembleia, da Equipe Técnica da SEPLAN para que essa equipe conjunta chegue aos pólos, fique lá 15 dias discutindo isso com a sociedade organizada; 15 dias depois chega a Audiência Pública, e depois, por mais 15 dias, esse mesmo grupo continua ouvindo as sugestões. Essas sugestões entrarão no plano no projeto do zoneamento como emendas e depois serão discutidas em Audiências aqui em Cuiabá, depois de realizadas as 12 ou mais Audiências Públicas nos pólos.

Então, essa já é a definição para o andamento do processo. E eu quero conclamar toda a sociedade mato-grossense, para que venha discutir o zoneamento, porque o futuro está aqui. O futuro do crescimento de Mato Grosso, o futuro do desenvolvimento sustentável, está através do zoneamento. Então, eu quero convidar a todos para que venha discutir.

Para encerrar a minha fala, Senador Jayme Campos, eu quero - e tenho falado muito nisso - eu quero propor, que nós temos hoje em Mato Grosso, criou-se para Mato Grosso, o mapa do desmatamento. O Deputado Dirceu Dal'Bosco que vai presidir - já escolhido por essa Casa - vai presidir a Comissão Especial, além de ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente, vai presidir a Comissão Especial que vai tratar a discussão do zoneamento.

A proposta que eu faço é que criemos o mapa do reflorestamento. Para reflorestar aonde? As áreas degradadas que nós temos no Estado do Mato Grosso. Então, eu quero deixar aqui essa proposta e vamos trabalhar para que essa proposta seja viabilizada.

E eu proponho mais: que nesse projeto possamos reflorestar 10 milhões de hectares no Estado de Mato Grosso. Ah, é muito? É uma proposta difícil de ser realizada? Não é impossível. Vamos criar políticas públicas nesse sentido, nós temos áreas degradadas para serem recuperadas, nós temos as APPs, é uma forma de você que não tem a APP na sua propriedade, que não tem a reserva legal, possa vir para esse projeto.

Então fica aqui a propositura, a idéia de criarmos, já está colocada a idéia: criarmos o mapa do reflorestamento no Estado do Mato Grosso, que é uma forma de nós devolvermos a Mato Grosso, o que foi tirado do Estado ao longo dessa história que tem de crescimento e de desenvolvimento que fez Mato Grosso chegar a ser hoje essa potência que é.

O que eu tinha para dizer era isso. Espero que a nossa Bancada Federal, Deputado Homero, se junte aos Membros da Comissão que estiveram aqui partici-

pando dessa Audiência Pública, que possamos cobrar a atenção do Governo Federal para essas questões que estão preocupando a sociedade mato-grossense.

Parabéns, Senador Jayme Campos, o Sr. com essa criação da Comissão do Risco Ambiental, o Sr. pode certeza que o Srs. Senadores estão dando uma grande contribuição ao presente e ao futuro do Estado de Mato Grosso, que Deus abençoe a todos nós.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado Deputado Sérgio pelas suas bondosas e generosas, palavras. Mas antes de ouvir os demais, eu vou convidar para fazer uso da palavra, o Senador Gilberto, que representa também nesse ato o nosso Estado lá no Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Gilberto, até que possamos cumprir regimentalmente o que está previsto nesta Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom dia Srs. Senadores, Deputados Federais, Prefeitos, autoridades aqui presentes, produtores rurais que se fazem presentes.

Eu gostaria de após essa visita que nós fizemos, que o grupo fez inicialmente em Pará, após em Rondônia e agora no Estado do Mato Grosso, claro que não deu para visitar todos os Estados, mas eu gostaria de fazer uma síntese de que eu sinto e do que nós devemos... O nosso dever casa e o que podemos tirar dessa Comissão.

Eu participo pela Comissão de Meio Ambiente na Subcomissão do Desmatamento. Vejam bem, os antecedentes são esses dados coletados pelo INPE e já contestados muito veemente pela SEMA, aqui no Estado de Mato Grosso.

O que o Secretário Luís Henrique Valdegan mostrou é verdadeiro e não foram refutados pelo IBAMA, só que o IBAMA não voltou atrás e não fez referência ao erro cometido. O que ocasionou isso tudo? A própria ausência do Estado, da Federação, do IBAMA, aqui para fazer fiscalizações e controles permanentes e periódicos.

O que há realmente que a gente sente lá em Brasília e dos grandes órgãos de imprensa brasileiros, da mídia, é um preconceito muito grande ao madeireiro, colocando-o como vilão da situação e quem sabe até do agronegócio é o que todos nós sentimos.

O agronegócio pelo *boom* das commodities, realmente eles acham que nós estaríamos destruindo a Amazônia, a toda hora se vê referência sobre isso, o que é não verdadeiro, muito longe. Porque com essa falta de logística que se tem no Estado do Mato Grosso, é inverídico, antieconômico e improdutivo, se pen-

sar em se ocupar mais áreas do que já as que estão sendo exploradas.

Os objetivos únicos dessa operação? Efetuar multas e punições. A quem? Foram procurar - que nós sentimos em Alta Floresta, Marcelândia e os relatórios que existem de Sinop, foi procurando unicamente madeireiros. Eles não foram olhar áreas desmatadas, esse era o objetivo, só que eles não estão lá para fazer isso.

O que originou tudo isso aí? É conservar realmente o que o mundo está pedindo: conservação da Floresta Amazônica é isso que está levando. Agora, nós temos um patrimônio incalculável. O Brasil possui hoje 69.4% de sua floresta nativa intacta e a Europa 0.1, essa é a grande diferença, agora, eles estão preocupados conosco.

Constituíram ONGs internacionais que realmente estão aqui com o interesse de fazer essa preservação, mesmo porque também, com as reservas indígenas que estão se proliferando e as riquezas que estão sendo demarcadas reservas, objetivando a conservação dessas riquezas minerais, principalmente e de água, como no Estado de Roraima.

É isso que está motivando, então, essa proliferação dessas nações indígenas que um dia, até por consideração de interesses maiores, poderão ser desanexadas do País. E aí é que entra a parte de interesses do Brasil na conservação do seu território intacto.

O que nós precisamos realmente efetuar no Congresso Nacional? É constituir o meio ambiente com regras claras. Hoje nós estamos regidos por uma Medida Provisória que não está dando respaldo ao CONSEMA, o próprio IBAMA, a própria SEMA e nesse ínterim, eu digo que o zoneamento sócio-econômico ecológico que o Estado do Mato Grosso vai começar a discutir, vai permitir que se defina realmente o que é o bioma floresta.

O que é o bioma floresta? O que são as áreas de transição que hoje compõe - não existe mais esse termo. E nós devemos realmente levantar a bandeira do Senador Jonas Pinheiro, que eu vou defender lá num projeto que ele entrou em fevereiro, antes do seu passamento, qual seja? Mato Grosso não é a floresta amazônica, ele parte desse princípio.

E nós vamos defender isso aí. A criação de parques indígenas, nós devemos também lá trazer para o Senado Federal e para o Congresso Nacional, a sua homologação. Hoje apenas um ano antropólogo definindo já é um suficiente, para que haja um ato presidencial de ampliar qualquer reserva em qualquer situação e sem remuneração dessa terra.

Os impactos desses decretos, esses últimos decretos que vai ocorrer, vai começar a ocorrer na

agricultura e na agropecuária mato-grossenses, são imprevisíveis. Eu diria que nós estamos restritos para produzir e para comercializar, por fazermos parte esses decretos que nos limitaram sem necessidade, sem coerência e sem procedência.

O pacto federativo da SEMA e do IBAMA não está sendo respeitado, mesmo porque uma operação como Arco de Fogo que o IBAMA faz aqui, constituindo-se com a Polícia Federal, ele é um desrespeito ao Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso foi duramente desrespeitado. O que devemos fazer aqui no Estado, nós legisladores, os produtores e o que nós da Bancada Federal podemos ajudar?

Nós precisamos realmente constituir esse zoneamento econômico ecológico, já falando com o Deputado Riva e outros Deputados, isso vai demandar tempo, possivelmente um ano ainda.

Atividades alternativas como foram colocadas aqui, deverão ser incrementadas sim, consórcio, pastagens com silvicultura, ele vai possibilitar uma renda melhor para a pecuária e a gente dobrar ou triplicar, sim, a produção de carne em metade da área que está sendo utilizada hoje.

O MT Legal e os produtos iniciados pela Prefeitura de Lucas de Rio Verde, que hoje serviram de molde para se constituir no Ato Legislativo nº. 20, aqui na Assembléia e constituiu o MT Legal, que agora vai ser complementado com seus certificados e as licenças.

Eu vejo que essa municipalização dessa fiscalização e controle com os levantamentos reais de cada imóvel e a restauração, a identificação da restauração dos passivos, principalmente das nascentes dos rios, dos córregos, isso juntamente com a recuperação dessas APPs das Áreas de Preservação Permanente, fazendo com que o Município puxe para si a responsabilidade de auxiliar os produtores a recuperarem essas áreas.

A regularização fundiária, que vai poder acontecer após a identificação das posses rurais. E também, eu diria que nós devemos nos utilizar dos recursos, que hoje já vão ser disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, ao redor de um bilhão de reais que está sendo anunciado do Programa PAS, Programa da Amazônia Sustentável, esses recursos vão ser destinados também para atuações como é esse projeto do MT Legal.

Então, nós podemos correr na frente, fazer um mutirão, associação dos municípios, apresentar projetos para todos os municípios, levantar os dados terceirizar esses dados, terceirizar esses serviços, alias, de georeferenciamento, de aerofotometria. Tirar essa responsabilidade que hoje está afeta ao INCRA, que ele esta incapacitado de realizá-los, fazer com que esse

trabalho especialmente dos municípios, ao moldes da Prefeitura do MT, Lucas Legal, a gente possa correr na frente e levantar esses dados, como eu falei e nós regularizar ao todo.

E eu vejo que nós podemos sim, correr atrás do desmatamento evitado, como já foi amplamente aqui divulgado. Nós podemos sim, nós identificamos falando com o Rui Prado, da FAMATO, ele nos comunicou que existe no Senado dos Estados Unidos, um Senador que apresentou um projeto de destinação de 2,5% de todas as atividades de crédito de carbono, seriam necessários para os Estados Unidos, eles aplicarem em preservação de florestas no mundo, nós podemos ir lá nos credenciar.

Eu vou propor ao Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente, a Constituição de uma Comissão para ir atrás dessa grande promessa que existe, da gente também estar levando isso como uma opção para conservarmos a floresta.

E o que eu diria quanto a Operação Arco de Fogo foi o que ocasionou toda essa constituição dessas Comissões, dessas duas Comissões, Comissão Externa do Senado, presidida pelo Senador Jayme Campos e a Comissão do Desmatamento, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, é que a gente constata que não há risco ambiental como foi propalado.

E como eu já ressaltai os policias que estão lá, não só aqui, como também em Rondônia e no Pará, estão ainda aí, não se sabe o que eles estão fazendo. Estão passeando bastante pela cidade, estão saindo muito à noite, festejando em bares, boates e de dia procurando ainda... Já fecharam todas as madeiras.

E incrível: não foram olhar um só desmatamento! Isso que é o mais incrível. Não foram constatar, não estão levando nada. E há indícios de que já gastaram até agora 185 milhões de reais, mesmo porque eles não sabem aonde ir, os policiais não sabem aonde ir, quem tem o endereço e quem fez o levantamento foi a SEMA.

A SEMA já autuou os produtores que desmataram ilegalmente. O que se tem de dados que o Secretário Luís Henrique Daldegan nos apresentou hoje informalmente são números tipo: foram desmatados no último ano 230 mil hectares no Estado do Mato Grosso, 70, um terço legal e dois terços ilegais. Será que é tudo isso? Ou será que são as queimadas, os incêndios espontâneos também os grandes vilões?

E para finalizar, Sr. Presidente, eu diria que o Mato Grosso está atento, está fazendo seu dever de casa e precisa ser mais respeitado pelo Governo Federal. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Convido para fazer uso da palavra o nosso companheiro, amigo, Senador, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-

TO): Meu prezado Governador Blairo Maggi, meu ilustre Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Sérgio Ricardo, querido Senador Jayme Campos, que preside essa Comissão Externa de Avaliação do Risco Ambiental, Senadores Gilberto Goellner, meus colegas, Flexa Ribeiro, Deputados Homero Pereira, Wellington Fagundes e o Deputado Dilceu Dal’Bosco, da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, em nome de quem eu quero saudar todos os Deputados integrantes dessa Casa. Srs. Prefeito, meu Presidente da Famato, em nome de quem eu cumprimento os dirigentes classistas aqui presentes.

É com particular satisfação que venho a esta Audiência Pública na Assembléia, meu caro Presidente Jayme Campos, depois de percorrermos uma parte considerável deste próspero Estado do Mato Grosso, Alta Floresta, Sinop, onde ouvimos uma manifestação forte e contundente da sociedade, expressada através de seus líderes, sobretudo líderes classistas e políticos, sobre essa questão levantada com a operação Arco de Fogo e com a possibilidade de riscos ambientais devastadores aqui no Estado do Mato Grosso.

O que efetivamente nós pudemos observar é que essa operação pode transformar o risco ambiental em um risco alimentar, em um risco de desemprego, em um risco de redução das atividades econômicas de um Estado operoso que vem procurando atuar dentro da legalidade, procurando observar as normas e a legislação estabelecida.

O que está faltando, efetivamente, são regras claras sobre o aproveitamento do potencial econômico desse Estado e deste País. As madeiras que usam plano de manejo, que extraem a madeira madura, que não promovem o corte raso, nós não conseguimos entender porque razão estão fechando quase que indiscriminadamente as madeiras no Estado. Sorte que nós entendemos que a nossa presença aqui foi muito importante para constatar essa situação, receber o clamor forte da população, sobretudo, dos produtores através de seus representantes, da indignação sobre a ação, a forma como essa fiscalização está sendo feita.

Nós entendemos, Presidente, que a fiscalização precisa ser feita sim. A fiscalização ordinária, normal, respeitosa, para aferir se as ações econômicas não estão efetivamente comprometendo o que há de legalidade nisso.

Mas a reação que vimos foi exatamente a presença nessa operação de uma força, de um aparato policial que tem criado um constrangimento muito grande e que nós entendemos ser desnecessária essa força, esse aparato policial na operação que está sendo realizada no Mato Grosso.

Estou seguro de que os colegas que integram a Comissão que V.Ex.^a, com raro brilho, dirige, estaremos levando para o Senado e para o Congresso Nacional a necessidade da discussão sobre a forma, essa forma de fiscalização que o IBAMA está realizando não só no Mato Grosso, no Pará e no Amazonas, mas de resto do País inteiro.

E nós possamos, efetivamente, oferecer ao País as regras claras de uso do solo, estribadas seguramente no zoneamento econômico, ecológico que cada Estado dever fazer, principal responsável pelo desenvolvimento das atividades produtivas em cada Estado da Federação.

Para me manter no meu horário, Sr. Presidente, gostaria de dizer que saio daqui muito bem impressionado com o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, com o aproveitamento do seu potencial econômico, com o desenvolvimento das atividades produtivas, com a oportunidade ao desenvolvimento de enormes possibilidades que tem feito com que o Brasil vem quebrando recordes na produção de alimentos e os sinais fortes de escassez alimentar que hoje o mundo inteiro anuncia, seguramente, não serve para nós. Aqui, nós estamos produzindo, aqui nós estamos, seguramente, conseguiremos atender as demandas do povo brasileiro e contribuir para mitigar a fome do mundo. É preciso que nós estabeleçamos as regras adequadas e certas para deixar o nosso povo, principalmente o produtor, trabalhar com dignidade, sem opressão e sem incômodo, que possa fazer a sua parte e dar a sua contribuição ao desenvolvimento do País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Experiência do Deputado Federal por vários mandatos, Senador também por duas vezes, com certeza será reeleito Senador da República novamente pelo terceiro mandato do seu Estado, Tocantins.

Eu quero conceder a palavra ao companheiro, querido Senador Flexa Ribeiro, Relator desta Comissão. Que possamos cumprir também, em parte, com o nosso regimento desta Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Jayme Campos, Governador Blairo Maggi, Presidente da Assembléia, Deputado Sérgio Ricardo, em seu nome eu quero saudar a todos os

Deputados Estaduais do querido Estado do Mato Grosso. Senadores Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Expedito Júnior, que nos acompanham nessas duas - a Comissão Externa do Senado e na Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente. Deputados Federais Wellington Fagundes e Romero Pereira, senhores representantes dos setores produtivos das Organizações Não Governamentais, da representação da sociedade de Mato Grosso, Srs. Secretários de Estados, minhas senhoras e meus senhores.

Presidente Senador Jayme Campos, eu quero com o atendimento de V.Ex.^a, que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento. Agradecimento pela recepção carinhosa que o Estado de Mato Grosso, a população de Mato Grosso deu aos Senadores que até aqui vieram. Agradeço ao Governador Blairo Maggi a hospitalidade, que é uma das suas peculiaridades e a amizade que ele demonstra e devota a todos aqueles amazônidas que buscam trazer a solução para que tenhamos o direito de desenvolver de forma sustentável a nossa região.

Nós estamos encerrando com esta Audiência Pública a primeira etapa de trabalho das Comissões do Senado Federal. Nós vamos, a partir da semana que vem, passarmos às oitivas das autoridades e proposição concreta, proposições, melhor dizendo, concretas, que possam nos levar a elaborar um relatório que seja um relatório voltado não para divisão entre desenvolvimentistas e ambientalistas. Isso não nos leva a nada. Até porque, Senador Jayme Campos, V.Ex.^a sabe que quando fizemos a composição das duas Comissões, a fizemos de forma pluripartidária, e mais do que isso, de forma a abranger todos os pensamentos voltados à questão do desenvolvimento da nossa região, convidando e tendo sido aceitos Senadores de outras regiões no nosso País para que eles pudessem, ao viajarem pelos Estados da Amazônia, verificarem a realidade que poderia ser encontrada, e não a informação deturpada que era levada pela imprensa através das informações que chegavam a ela.

Lamentavelmente, lamentavelmente, não tivemos a adesão, tivemos a adesão da participação na Comissão, mas não tivemos a adesão nas viagens que empreendemos ao Pará, a Rondônia e a Mato Grosso. Vamos voltar a Brasília, vamos fazer os nossos pronunciamentos, vamos fazer os nossos relatórios, vamos chamar esses outros companheiros nossos e qualquer outro membro do Senado Federal que queira nos ajudar, para que possamos fazer um relatório que leve, realmente, Senador Blairo Maggi, Governador Blairo Maggi, leve realmente aquilo que todos nós queremos para a nossa Amazônia. Porque se há brasileiros interessados em que a nossa região, a nossa

floresta seja perenizada, são aqueles brasileiros que estão aqui num número próximo de 23 milhões defendendo a soberania da nossa região.

Todos nós não podemos desconhecer que a Amazônia é cobiçada, cobiçada internacionalmente, e lamentavelmente, não é cobiçada pelos brasileiros outros que completam os 190 milhões que compõem o nosso País. Esses sim deveriam estar preocupados em nos ajudar a desenvolver de forma correta a Amazônia, e não tentar fazer da Amazônia um santuário para que possa ser explorado ou possa ser utilizado daqui há vários séculos.

Eu tenho dito, e agora com a saída da Ministra Marina Silva, a imprensa tem me procurado para saber se era um motivo de festejo a saída da Ministra. Eu digo “não”, é de lamentar a saída da Ministra. Eu tenho respeito pela Ministra. Apenas discordo da Ministra na forma. No mérito, no conteúdo, eu estou de pleno acordo com a Ministra, porque tanto ela quanto nós queremos a preservação da nossa região. Agora diferente de que pensa ela de tornar a Amazônia engessada, nós queremos que os países desenvolvidos transfiram para cá tecnologia e recursos para nós ajudarem a fazer o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

E tenho dito e repetido, Senador Gilberto Goellner, tenho dito e repetido. Senador Leomar Quintanilha, que com grande competência preside a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que nós não precisamos derrubar mais uma única árvore da floresta para que nós possamos desenvolver a nossa região. Precisamos sim, utilizar de forma intensiva as áreas já abertas, já abertas. E, para isso, nós temos que ter - e o nosso relatório vai propor que se faça a revisão do Código Florestal, uma legislação que está aí há 40 anos e que não corresponde à tecnologia que avançou, e que nos permite hoje fazer como aqui foi dito, triplicar a produção de alimentos numa mesma área, ou seja, não há necessidade da se avançar. Há necessidade de se incorporar tecnologia.

E, para isso, meus amigos aqui de Mato Grosso, nós temos alguns pontos que já vamos propor e levar a apreciação dos nossos companheiros da Comissão para fazerem parte nosso relatório. E aí um deles é a presença do Estado. A presença do Estado é necessária na nossa região. Não existe Estado máximo, Estado mínimo. Existe o Estado necessário. E, na nossa região, a presença do Estado é definitivamente um marco de determinação, do que se fazer e o que não se fazer.

Não temos ainda uma economia consolidada que permita que investimentos em infra-estrutura possam vir aqui ser feitos pela iniciativa privada que tenha retorno econômico. É que preciso que o Estado faça

isso. É preciso que o Estado dê recursos, que o Estado Brasileiro dê recursos para os Governos da Amazônia, todos os seus Estados possam fazer o zoneamento econômico, ecológico, como está sendo iniciado agora com Audiências Públicas pela Assembléia Legislativa em Mato Grosso, como foi feito no Estado do Pará e no Estado de Rondônia. O Estado do Pará tem seu zoneamento econômico e ecológico aprovado por unanimidade, discutido por todos os segmentos da sociedade desde 2005. Lamentavelmente, não conseguimos implementá-lo, porque para implementá-lo, é preciso, primeiro, que ele seja detalhado na escala de um para 250 mil e que precisa de recursos vultosos para isso. E, depois, que seja aprovado pelo Ministério de Meio Ambiente.

Estivemos com a Ministra Marina Silva, porque a legislação determinava que para a implementação, o detalhamento e implantação do zoneamento teria que ser feito no todo, ou seja, era necessário fazer o detalhamento de toda a área territorial do Estado para depois implementá-lo, o que levaria décadas para que isso pudesse ser feito. E ela aceitou a proposta que nós levamos para que pudesse ser feito por parte. À medida que se fizesse o detalhamento, Governador Blairo Maggi, se fizesse a implantação. Só que ela concordou com a idéia, mas só realizou a idéia um ano e meio depois. Nós falamos com a Ministra em 2006, e só em 2007, ao final de 2007 é que ela definiu o decreto que permite a implantação por áreas do zoneamento econômico e ecológico.

É preciso rever e dar condições para que o Estado Brasileiro, aí a nível federal, a nível estadual, faça a legalização fundiária. Essa talvez seja a maior dificuldade que se encontra para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Temos que colocar e vamos colocar no nosso relatório, Senador Jayme Campos, e antes do relatório até, vamos fazer uma ação política no Congresso Nacional para que coloquemos em pauta a Medida Provisória nº. 2166 para que ela seja discutida. Não vamos aqui fazer juízo de valor da medida do que ela contém, mas queremos que ela seja discutida pelo Congresso Nacional, aprovada, modificada ou rejeitada. O que não é possível é que se tenha uma Medida Provisória há 11 que ela não entra em pauta nas Casas do Congresso Nacional.

Então, eu quero desde já dizer que a partir da semana que vem, vamos iniciar uma ação política para que possamos discutir a Medida Provisória, possamos discutir a revisão do Código Florestal e, mais ainda, vamos propor, Senador Leomar Quintanilha, que pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal nós possamos fazer uma auditoria, fazer uma perícia com

relação aos dados divulgados pelo INPE e assumidos pela Ministra do Meio Ambiente.

Por que pelo Senado Federal? Porque há dados discordantes entre os aceitos pelo Ministério de Meio Ambiente e os já aqui declarados, comprovados pelo Governo de Mato Grosso como sendo irreais àquilo que foi divulgado e que gerou a Operação Arco de Fogo.

E isso, Governador Blairo Maggi, não aconteceu só aqui, não. No meu Estado do Pará, no Município de Paragominas, o Município de Paragominas que em décadas passadas sofreu realmente uma ação de alteração da sua cobertura florestal, mas que ao longo dos últimos 12 anos vem recompondo e vem tomando ações no sentido de se transformar no Município verde, ecologicamente correto e que tem a sua economia voltada aos produtos da base florestal, ele foi incluído na Operação Arco de Fogo por um levantamento de uma área desmatada nos últimos quatro meses de 2007, de setecentos e poucos hectares. E que realmente houve desmatamento, sendo que desta área, seiscentos e poucos hectares era área licenciada para o desmatamento pelos órgãos ambientais, porque era a implantação de um projeto de uma mina de bauxita da Companhia Vale do Rio Doce.

Então, existiu o desmatamento, mas o desmatamento legal, o desmatamento autorizado. E em função disso ele está incluído na Operação Arco de Fogo. E lá, como aqui, como em Rondônia, o que se vê é apenas o aumento do desemprego e, em consequências disso, o aumento da violência.

Eu quero, ao encerrar, dizer que nós precisamos, Governador Blairo Maggi, unir os segmentos da nossa região, o segmento político, o segmento produtivo, os representantes da sociedade, para que de uma vez por todas nós não aceitemos mais que sejamos denegeridos.

E quero aqui solidarizar-me com V.Ex^a. pelas lamentáveis palavras ditas pelo futuro Ministro de Meio Ambiente. É lamentável que ele, antes de assumir, ao invés de abrir o diálogo, de se mostrar receptível para a negociação, ele venha com ações que ao invés de ajudar, ele venha com ações que, além de inverídicas, provocam exatamente o oposto daquilo que nós buscamos, que é o entendimento, que é consenso.

Então, ele tem sido, não foi só essa a sua fala que eu discordo, como disse hoje de manhã também ele fez referência, dizendo que ele não faz questão de ser Ministro, não queria ser Ministro, então eu não entendo o porquê. A pessoa que não quer ser Ministro, não faz questão de ser Ministro ele aceita a indicação do Presidente para um cargo que para nós, da nossa região, para o Brasil, e para o mundo, é um dos mais importantes da República Brasileira.

Eu espero, desejo ao Ministro, ao novo Ministro, que ele tenha realmente uma ação propositiva. Que ele assuma o Ministério de Meio Ambiente com uma visão correta de que é possível sim, fazer a perenização da nossa floresta, mas, ao mesmo tempo, desenvolver a nossa região, melhorando a qualidade de vida de todos nós brasileiros que aqui moramos.

E aí, Senador Jayme Campos, vai ser preciso que o Congresso Nacional possa já na próxima semana, convidá-lo. Já que ele não conhece o Brasil, se não conhece o Brasil, muito menos conhece a Amazônia, porque esse é um outro defeito dos brasileiros que conhecem a Amazônia pelas revistas, às vezes, nem pelo sobrevôo. Ele se diz não conhecer o Brasil a não ser o Rio de Janeiro. Então, é preciso que ele venha aqui, que ele seja parceiro nosso, que ele veja a realidade da nossa região, e que ele nos ajude a transformar essa região, sem sombra de dúvida, na região que vai resolver o problema da fome no mundo, que é a Região Amazônica.

Parabéns pela audiência, parabéns Senador Jayme Campos, pelo que vimos aqui no Estado de Mato Grosso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concluindo já o nosso trabalho, eu peço desculpa a algumas outras pessoas inscritas, que não é possível falar, tendo em vista o adiantado da hora, e que não vai faltar oportunidade. Se algum tem algum documento, por favor, encaminhe a essa Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Governador de Mato Grosso, Dr. Blairo Maggi.

[palmas]

SR. GOVERNADOR BLAIRO MAGGI: Boa tarde a todas as senhoras, boa tarde a todos os senhores, cumprimento o Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Risco Ambiental do Senado. Também quero cumprimentar o Deputado Estadual Sérgio Ricardo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso. Em seu nome eu cumprimento os demais Deputados Estaduais. Dar as boas-vindas aos Senadores Gilberto Goellner, Senador Flexa Ribeiro, Senador Leomar Quintanilha e também o Senador Expedito Júnior, que já nos deixou. Também cumprimentar os Deputados Federais Wellington Fagundes, Homero Pereira e também o Deputado Carlos Bezerra.

Sr. Presidente, eu serei... Vou procurar ser bastante breve, até porque acho que a Comissão do Senado que visitou Alta Floresta e que visitou a cidade de Sinop e já recolheram todas as impressões necessárias para formular o seu relatório e, com toda a certeza, será um

relatório que vai pedir ao Governo Federal a mudança dos decretos e das resoluções aí colocadas.

Até porque os números ou os números do desmatamento que levaram à edição desses decretos, dessas normativas, eles não existem, eles não existiram. E nós tivemos a possibilidade aqui no Estado do Mato Grosso, e graças à organização da nossa Secretaria de Meio Ambiente, dos controles que esse Estado tem, que nós pudemos à hora, e na hora certa, fazer o questionamento e dizer de que aqueles dados que estavam sendo divulgados eles não eram corretos e que precisavam sofrer modificações.

Então, se partirmos da base de que os números não são corretos, nós temos que, no mínimo, pedir a retirada do Decreto do Governo Federal e também das normas que foram colocadas com respeito à restrição de créditos.

[palmas]

Até porque o Estado do Mato Grosso está com 86, 87 municípios dentro do bioma amazônico, e dentro desses 87, 86, nós temos aproximadamente 30 municípios que são grandes produtores, e que a partir de 1º de junho ficam fora de qualquer possibilidade de buscar recursos federais através de bancos federais ou de bancos estaduais. Então, é uma urgência que nós temos. Tratei desse assunto com o Presidente da República e ele me garantiu que irá fazer as mudanças. Porém, elas ainda não aconteceram, e eu espero que a Comissão do Senado possa nos ajudar, porque 1º de junho está chegando aí. Daqui a 15 dias, 14 dias, nós estamos chegando nessa data, que vai ser uma data definitiva para o Estado de Mato Grosso.

Mas eu gostaria de dizer a essa Comissão que muito mais do que os números que nós estamos discutindo, e acho que já é uma página virada, até porque o Estado contestou e provou de que está errado, há poucos dias atrás, o IMAZON e o ICV divulgaram números também muito diferentes dos números que o DETER colocou. E, por último, o próprio INPE declarou há poucos dias atrás numa reunião em Belém, de que os números não eram esses, que os números foram colocados de forma equivocada. Mas todo mundo já está dizendo que não são esses números.

Também, Senador Jayme Campos, eu gostaria de informar que o Presidente da República pediu à EMBRAPA - e já está na Casa Civil - um trabalho minucioso de toda essa problemática dos números aqui do Estado do Mato Grosso. E a EMBRAPA fez esse trabalho, eu não reconheço os resultados na minúcia, mas sei do resultado final que também comprovam a tese do Estado do Mato Grosso. Portanto, mais um órgão que diz aquilo que nós estamos dizendo.

Mas mais do que esses números, eu gostaria de dizer a essa Comissão que nós temos que começar a nos preocupar na Amazônia, e nós vamos fazer, agora que criamos um fórum de Governadores, de buscar normas, regras, protocolo e metodologia para poder discutir as coisas da Amazônia.

Hoje, se nós colocarmos uma imagem de satélite sobre uma mesa e chamarmos aqui a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, e chamarmos aqui o IBAMA, o INPE, a EMBRAPA, enfim, algumas universidades, nós vamos encontrar discrepâncias em todas as análises que foram feitas. Portanto, fica impossível de você determinar quais são os números que nós estamos discutindo, porque a metodologia utilizada é diferente para cada um deles.

E aí, as pessoas que vivem fora da região Amazônica, elas não tem noção de quando se fala que o desmatamento no Mato Grosso no mês de janeiro de 2008, ele foi de 37 quilômetros quadrados, e diz que foi três vezes mais do que o desmatamento de janeiro de 2007, que esses 37 quilômetros eles são apenas 3.700 hectares. E que os 10 quilômetros quadrados de 2007 é mil hectares. Para um Estado que tem 90 milhões de hectares, isso é simplesmente nada. Então, o que se vende lá fora, o que se diz, é que o desmatamento na Amazônia triplicou e o Mato Grosso foi responsável por 70% desse desmatamento.

Mas qual o tamanho desse número? É isso que nós também precisamos discutir. Assim como nos exames médicos que cada um nós fizemos e qualquer um leigo pode ser um exame médico, vai estar lá o desejável, o que tem risco médio e o que é elevado. Exame de colesterol, por exemplo, é assim, e tantos outros. E quando nós estamos dentro do desejável, nós não nos preocupamos com a questão do colesterol. E acho que na questão da Amazônia também deve ser assim. Tem que ter um colchão e uma tolerância para que nós não sejamos crucificados a cada mês e a cada dia que saem números novos na Amazônia.

Portanto, eu sugiro também a essa Comissão que coloque como uma das metas desse relatório de nós podermos discutir, então, as metas, podermos discutir os protocolos e podermos discutir também as metodologias aí colocadas. Feito isso, eu tenho certeza de que nós vamos avançar bastante sobre essa questão da Amazônia.

E também, eu gostaria de chamar a atenção de que essa Comissão deveria pedir talvez ao IBAMA, talvez à própria Secretaria nossa de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, possa fazer um levantamento histórico dos últimos 15 anos do desflorestamento da Amazônia. Nós, nesse momento, no ano de 2008,

nós temos índice de desmatamento menor do que nós tínhamos há 15 anos atrás.

Portanto, eu estou tentando colocar essas questões para dizer aqui com toda a clareza de que essa Operação Arco de Fogo ela foi inoportuna, desnecessária, arbitrária, e que fez com que o Estado do Mato Grosso e os outros Estados de Federação Brasileira, da Amazônia, pagassem por um preço muito caro, pela difamação, pelo preconceito que se cria contra essas Unidades da Federação.

Mas que também isso não fica só internamente no País. Eu sei que cada vez que um Governador faz uma viagem para o Exterior, que um Senador faz uma viagem para o Exterior, que os Presidentes das Federações nossas o fazem, que o Presidente da República vá a algum encontro fora do Brasil, os primeiros questionamentos que vêm é sobre o desmatamento da Amazônia. Como se nós não estivéssemos cuidando bem da Amazônia.

Então, o que me deixa profundamente magoado é que os números colocados não são verdadeiros. Os números foram manipulados, e essa manipulação de números estraga a imagem do Estado de Mato Grosso e também a imagem do Brasil lá fora. Então, essas são as nossas preocupações. Uma vez resolvido isso, eu tenho certeza que a Amazônia, o Estado do Mato Grosso, continuará crescendo com respeito ao meio ambiente. Nós não vamos flexibilizar por parte do Estado do Mato Grosso, da Secretária Municipal de Meio Ambiente, não vamos flexibilizar nada. O que é lei, é lei. O que tem que se discutir talvez seja a lei, e aí ela deve ser discutida no Congresso Nacional, lá com os Deputados Federais, com os Senadores.

A nós, aqui no Estado, cabe fazer com que essa legislação seja obedecida, e nós estamos fazendo isso. E por isso a nossa revolta de ver o nome do Estado do Mato Grosso constantemente na mídia como alguém que não obedece as regras colocadas pelo Congresso Nacional. Muito pelo contrário, muito pelo contrário. Aqui nós estamos punindo, também temos reclamações dos setores produtivos contra a Secretaria de Meio Ambiente, mas nós não fizemos e não permitiremos arbitrariedades nas nossas fiscalizações.

Então, meu caro Senador Jayme Campos, eu quero parabenizar o senhor por essa iniciativa. Eu sei que foi da sua iniciativa a criação dessa Comissão. Sei que os Senadores que estão aqui são Senadores comprometidos com essa região, e a discussão que será feita no Senado Federal ela será muito mais ampla do que simplesmente com os Senadores da Região Amazônica e nós vamos poder, então, socializar essas informações de levar as preocupações que nós temos

aqui nessa região e buscar novamente a paz para a Região Norte do Estado do Mato Grosso.

Acho que vocês ouviram muito a questão madeireira. De fato, essa Operação Arco de Fogo ela até agora não fez aquilo que se propôs, que era fazer a prevenção e o combate ao desmatamento, e sim fez uma operação contra o setor madeireiro do Estado do Mato Grosso, do Pará, da Rondônia e de outros locais. Então, são essas as nossas reclamações. Elas não são de hoje, nós já procuramos outros escalões da Federação para discutir isso. E eu espero que com a entrada do Senado Federal nessa discussão, nós possamos resolver esse problema e trabalhar em paz, fazer aquilo que o Brasil quer: produzir alimentos, gerar riqueza, que essa riqueza seja para todos e que nós possamos encontrar a felicidade e a tranquilidade.

Portanto, muito obrigado por vocês terem vindo aqui, e espero que isso de fato possa ajudar a buscar uma solução para os nossos problemas do Estado do Mato Grosso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Concluindo o nosso trabalho desta Comissão, que hoje se encontra aqui em Cuiabá, e no dia de ontem, na cidade de Alta Floresta e Sinop, eu queria dizer à sociedade mato-grossense, e confessar, melhor dizendo, que nós não gostaríamos de estar aqui para discutir assuntos como esse. Na verdade, seria muito mais prazeroso se nós estivéssemos aqui para discutir a questão da logística, a questão da regularização fundiária, que é fundamental para a nossa população, como também a questão da saúde, da educação e daquelas políticas públicas que certamente é importante no cotidiano para o homem brasileiro.

Todavia, lamentavelmente, o que nós ouvimos nessas visitas que nós fizemos a nível de Estado, é lamentável. Eu não posso admitir que no Estado que se diz democrático de direito, entre... Se vê hoje, me parece que é o Estado contra o seu povo. Nós temos a certeza de que esta Comissão e o Congresso Nacional têm um papel fundamental, e nós buscamos uma política que certamente ela é interativa para a boa convivência entre a preservação, como também para a nossa produção.

Sr. Governador e Sr. Presidente, deixou muito claro de que as regras não são claras. Lamentavelmente hoje, há um desrespeito em relação até mesmo ao pacto federativo. Enquanto o Governo Federal manda para cá, ou seja, encaminha para o Mato Grosso uma força-tarefa composta pela Força Nacional e a Polícia Federal desse País, eu acho que nós tínhamos que empregar melhor essas forças policiais. Vamos empregar aqui no combate ao narcotráfico na divisa do

nosso Estado com outros países vizinhos, combatendo ali realmente uma grande entrada de drogas que, lamentavelmente, o poder e o aparelho policial estadual ele é impossível combater, até porque nós temos a fronteira seca de quase 700 quilômetros.

E, por outro lado, Sr. Governador, lamentavelmente, nós temos sido tratados de tal forma e que eu vi lá no Estado de Pará algumas pessoas dizendo de que o homem amazônico ele está sendo mesmo, ou seja, um pato selvagem é mais importante do que um homem que mora nesta região. São 23 milhões de brasileiros que aqui habitam e que, com certeza, conseguiu...

Temos aqui a nossa soberania nacional. Não podemos, em hipótese alguma, concordar com esse Decreto nº. 6321, ele é pernicioso, e muitas pessoas aqui no Mato Grosso não acompanhou de perto a edição da portaria também. A portaria, como bem disse aqui o Governador, foi na esteira dos 19 Municípios e mais sessenta e tantos municípios, e não caiu a ficha. A partir de 1º de junho, companheiro Normando, estarão impossibilitados, impossibilitados de contrair qualquer financiamento para que possamos dar continuidade, naturalmente, no plantio e depois na colheita e depois na sua venda.

Conversava com o Dr. Paulo aqui, representante do IBAMA, dizia ele: "O que eu vi foi uma revolta, um verdadeiro clamor popular". Nasci, criei e moro nesse Estado aqui. Já fui Governador, três vezes Prefeito, o meu irmão foi Prefeito, Governador, enfim. Conheço aqui esse Estado. Talvez - eu não quero exagerar - mais que qualquer um. Acho que conheço tão bem como outros, sobretudo enquanto Governador.

O que eu vi lá, lamentavelmente, é um povo indignado, revoltado, disposto a qualquer situação. Eu acho que não podemos conviver com um Estado que, lamentavelmente, o seu povo não acredita nas instituições. Os direitos individuais estão sendo desrespeitados na medida em que no último sábado, a força policial, dois componentes da Força Nacional espancou um moço de 16 anos, outro moço de 21 anos, e ali se via a indignação de que o povo que não sabe mais em quem acreditar. Na medida em que o próprio Procurador, seja o Promotor de Justiça da Comarca de Alta Floresta, também mostrou a sua indignação, que não discorda de termos ali um outro aparelho policial do Governo Federal, mas nunca perdendo de vista também aqui, naturalmente, os órgãos estaduais que estão perene, permanentemente durante a história do Mato Grosso, fazendo com que realmente a história e, sobretudo, a sua Constituição, ela seja cumprida.

De tal forma, Sr. Governador, Srs. Deputados, eu quero dizer que esta Comissão ela vai, com certeza, ter um resultado proativo no sentido de que os

nostros relatórios possam ser vistos de tal forma de uma boa política e de uma boa convivência nesta região nosso País. Caso contrário, com certeza, todos e quaisquer meios e ferramentas e instrumentos serão usados. Já foi proposto ontem pelo Senador Expedito Júnior até mesmo trancar a pauta do Senado Federal, e eu assumo um compromisso aqui de público, que o meu Partido, os Democratas, que são 14 Senadores da República, vão fazer com que possamos também trancar a pauta.

O Senador Flexa Ribeiro assumiu um compromisso também do PSDB, o Senador Expedito Júnior pelo PR, e o nosso companheiro Senador Leomar Quintanilha também, vai fazer com que seus pares do PMDB nos ajudem nessa verdadeira cruzada, que é a cruzada da sobrevivência, e certamente, eu imagino que o Governo Federal vai ter que entender.

E eu faço um apelo aqui ao Dr. Paulo. Na Rondônia, Dr. Paulo, está praticamente resolvida as questões das madeiras. E V.Ex^a. tem aqui uma missão nobre de ajudar o povo do Mato Grosso. O IBAMA não pode ser contra o mato-grossense, não pode ser contra aquele homem que produz, que constrói a grandeza não só do Estado, mas do País. E o senhor tem o papel de fazer o encaminhamento no sentido de nós revertermos esse quadro e essa situação caótica que, lamentavelmente, algumas partes do Estado estamos vivenciando. Principalmente, a desmoralização é muito grande. O Blairo, o Governo Blairo Maggi está encalacrado. Uma situação realmente de que lá para fora, entende que o senhor é o maior devastador, o seu Governo permite fazer a devastação da nossa Amazônia. Por outro lado, aqui dentro do próprio Estado do Mato Grosso, muito e muitos e muitos cidadãos brasileiros que aqui moram, e sobretudo o setor produtivo, acham que o senhor está sendo omissa na defesa dos interesses desse segmento produtivo. De tal forma, que eu acho que a responsabilidade é de todos nós.

Todos nós, independente de sigla partidária, enfim, o que nós fazemos é uma verdadeira corrente no sentido de achamos saídas para este momento de dificuldade, que eu acho grave e sério para o nosso Estado e para a nossa região.

Concluo agradecendo a presença do seu valioso Senador Leomar Quintanilha, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal; ao Senador Flexa Ribeiro, valioso companheiro, valente daquela Casa; ao Senador Expedito Júnior, que teve que se retirar deste ambiente para deslocar para o seu Estado; ao Senador Gilberto Goellner, também está fazendo um trabalho operoso e competente lá no Senado.

Dizer que esta Comissão, com certeza, vai lutar como já estamos lutando, até porque o Decreto nº. 6321 ele inconstitucional o é, e será provado nesses próximos dias, até porque a Senadora Kátia Abreu entrou com um Decreto Legislativo pedindo o cancelamento do artigo 4º, 5º, 6º, 7º e o 11 desse Decreto nº. 6321. E quem é Relator é o Senador Jayme Campos, na CCJ. E eu espero que possamos, já no primeiro instante, dar um basta nessa política que eu, particularmente, entendo muito perversa contra o Estado do Mato Grosso, o Estado da Rondônia e o Estado do Pará. Muito obrigado e declaro encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às ____h__.

Senador **Jayme Campos**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTE, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião de 2008, realizada em 23 de abril de 2008, às nove horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi entregue à comissão, pelo Sr Félix Ximenes, Diretor da empresa Google do Brasil, o sigilo telemático referente aos dados e fotos acessíveis pelas páginas do *site* de relacionamento Orkut (www.orkut.com), bem como os logs que registram o histórico de operações realizadas pelos respectivos usuários, objeto do Requerimento nº 024/08, aprovado no último dia 9 de abril de 2008.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente; **Marcelo Crivela** (PR-RJ); **Demóstenes Torres** (DEM-GO) – Relator; **Romeu Tuma** (PTB-SP); **Geraldo Mesquita** (PMDB-AC); **Sérgio Zambiasi** (PTB-RS);

Parlamentares não membros da Comissão:

Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN); **Rosalba Ciarlini** (DEM/RN); **Patrícia Sabóya** (PDT/CE); **José Agripino** (DEM/RN).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI que foi constituída para apurar a pedofilia no Brasil, prática de crimes na *internet* e crimes ligados ao crime organizado e crimes conexos.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata, a aprovação da Reunião anterior. Está aprovado. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Essa Reunião, Sr. Relator Demóstenes Torres, eu queria aproveitar para convidar o Dr. Márcio Thomaz Bastos que é advogado do Google para sentar conosco aqui. Esse momento é de uma importância ímpar para a vida da Nação Brasileira, para a vida da família brasileira. Penso que é um momento ímpar, Senador Geraldo, na vida do mundo a partir das inovações desse crescente e tecnológico mundo quando a *internet* invadiu as nossas casas e que alguns criminosos, de forma a servir o crime e às suas práticas, lançaram mão dessas ferramentas, ou seja, de maneira muito específica, aqui no nosso continente do *orkut*, para poder cometer crimes dos quais nós aqui investigamos crimes, os quais investigamos que é o crime da pedofilia.

Imagino que... De tudo que eu já vivi, dizia ao Senador Demóstenes e falava a alguns repórteres hoje pela manhã, esse é um dos momentos que certamente marcará, Senador Demóstenes, o nosso mandato, a nossa passagem por esta Casa. Não pela felicidade de termos podido fazer essa ação, porque é infeliz aquilo que estamos tratando que é violência contra a criança. Num país em que a violência cresce contra a criança todo dia, de todas as ordens, de todas as maneiras. Entendo como uma vitória significativa, uma vitória da perseverança, da coragem de querer fazer e de mostrar uma empresa que cresce no mundo inteiro de uma forma avassaladora e nós não podemos é... Esconder os seus méritos de geradora de trabalho, de emprego, de renda e... Com o instrumento que bem usado, certamente, favorecerá de forma significativa a vida da sociedade como tem feito para a vida daqueles que usam de maneira benéfica e de maneira saudável.

E nós queremos o Google no Brasil como companheira da sociedade, como companheira das famílias. Queremos o Google no Brasil como companheira da justiça no combate ao crime, no combate ao criminoso porque quando a empresa faz isso ela se limpa e fica muito mais bem vista e querida aos olhos da sociedade. Quando a empresa reage dessa forma, em favor da justiça, ela fica mais querida, mais amada pela sociedade. Porque os diretores da Google, não sei nos Estados Unidos, mas os daqui têm filhos. E o sentimento que nos move nesta hora e, nós precisa-

mos ter muito cuidado, para não conduzirmos essa CPI movidos a ódio, porque cada coisa que nós vemos parece que nós somos impulsionados a querer fazer, ter uma solução com as nossas próprias mãos, dada a indignidade da prática contra a criança nesse país e a prática da pedofilia é extremamente indigna, extremamente imoral, indecente, revoltante.

E para que nós não sejamos movidos a isso. Entendo que é esse sentimento que move cada brasileiro, que move o meu coração. Esse sentimento que move o coração do Senador Demóstenes, do Senador Tuma que além de pai é avô... Bisavô me diz aqui. O Senador Geraldo Mesquita avô, Senador Geraldo, Demóstenes também é avô. Eu ainda não sou avô, mas...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Um avô criança.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Um avô criança, mas, vou chegar lá com fé em Deus.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vira bisavô, vira criança.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vira criança é verdade. E nós queremos, tendo que o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, um dos advogados mais competentes desse país, a banca de advogados das mais requisitadas desse país, certamente, foi a melhor das tomadas de posição do Google para receber a melhor orientação e a orientação melhor para nós aqui no Brasil por conta de saber que ele jamais conduzirá uma empresa, ainda que multinacional, pior... A reagir contrariamente às Leis vigentes no Brasil, ainda que nós não tenhamos, especificamente, Leis que criem e tratem de crimes cibernéticos e, certamente, nós teremos.

Há que se louvar a presença do Ministério Público, Dr. Suyama – Procurador Federal que vem numa luta, até um determinado momento, ingloria, e eu digo isso porque eu acho que o Google estava mal orientado nas suas ações jurídicas. E recebendo de brasileiros orientação para reagir à Lei de brasileiros. E ao Ministério Público de São Paulo, ao Ministério Público Estadual, a Polícia Federal está representada aqui pelo Dr. Felipe que se assenta aqui como Delegado Federal a nosso convite representando os demais Delegados da Polícia Federal, homens da repressão, do exame, da análise que são Delegados e Peritos da Polícia Federal que, embora sejam os que mais avançaram no mundo do ponto de vista da informação, da tecnologia, e lhes falta o instrumento da Lei que é o que nós estamos tentando buscar aqui e, certamente, teremos.

Por isso, esse momento de hoje se reveste de uma importância muito grande. Então, eu gostaria de convidar, Senador Demóstenes, o Diretor da Goo-

gle que é o Dr. Félix para que possa proceder essa entrega histórica da quebra do *orkut*, dessas 3.200 páginas que, certamente, passará à mão dessa CPI nessa manhã.

SR. FÉLIX XIMENES: Sr. Presidente, está ativo? Sr. Presidente, entregamos os dados dentro de um disco rígido externo contendo as imagens, os comentários dos usuários das comunidades e os *logs* de acesso dos 3.000 mil álbuns privados que os senhores solicitaram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quantos foram?

SR. FÉLIX XIMENES: 3.261 álbuns privados indicados por essa Comissão para a quebra do sigilo telemático. Estamos passando esses dados, estamos transferindo a guarda, a custódia desses dados para essa Comissão para que sejam analisados os conteúdos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Há possibilidade de haver outros álbuns sem serem esses três mil duzentos e poucos?

SR. FÉLIX XIMENES: Os nossos colegas do Ministério Público e do... Da segurança estão sempre atentos a esses abusos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sempre que houver?

SR. FÉLIX XIMENES: Sempre que houver podem reportar novos abusos. Nós estamos, justamente, trabalhando para termos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estou perguntando para eles lá dentro têm mais vigilância do que a gente, logo imediatamente trazer a esta CPI novas possibilidades de novos álbuns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Informo, Senador Tuma, Senador Demóstenes, e quero passar às suas mãos como Relator. Isso é histórico, viu? [palmas] Isso é histórico, viu?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito bem. Eu acho que tem que cumprimentar o advogado pela orientação correta que deu à empresa. Porque é um nome importante no cenário empresarial que não só poderia destruir o nome.

A CPI teve a coragem de enfrentar, mas não tem a tese de destruí-la e sim pedir a colaboração e a vigilância permanente para que fatos como esses não se repitam.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tuma, Sr. Presidente, diante da entrega desse material, esse material ele é simbólico, porque... Claro que é prático também, mas, assim, denota uma primeira colaboração efetiva, assim, entendida também pelas autoridades e referendado, inclusive, pelo advogado da empresa que, de fato,

ampliou, digamos, os horizontes dessa colaboração. E o que vai acontecer? É um algo ajustado ontem pelo Presidente, Senador Magno Malta, pelo Procurador da República, Dr. Sérgio Suyama, pelo Dr. Renato, outros Delegados da Polícia Federal. Eles vão fazer uma triagem desse material, a SaferNet acredita que no mínimo 200 pedófilos estejam envolvidos aqui. Uma estimativa extra-oficial. Nós vamos pegar a listagem dos telefones e... Vamos fazer a quebra do sigilo já na próxima reunião se nós conseguirmos triar, e esse serviço de triagem já está a cargo dos profissionais capacitados, o Procurador da República, os Delegados da Polícia Federal. E, em seguida, vamos tomar todas as providências para, numa ação conjunta e a CPI continuar ajudando ao Ministério Público e à Polícia Federal para que, efetivamente, se inicie um grande combate à pedofilia no Brasil. Esse é o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Demóstenes, para cooperar, o Dr. Márcio Thomaz Bastos me garantiu que amanhã nós teremos os DVDs. Nós temos aqui o cérebro que é o HD, o disco rígido e que amanhã os DVDs estarão prontos, as cópias. E é o que vai facilitar de fato o andamento do trabalho, Dr. Sobral, Dr. Felipe que são técnicos. Então, amanhã, também nós teremos aqui esses CDs já copiados do disco rígido. E aí, nós continuaremos conversando, continuaremos falando com a Google até porque há uma série de reuniões e uma série de procedimentos a serem assinados, a serem discutidos, medidas a serem tomadas. E eu tenho a esperança, a partir dessa medida, de que o Brasil então abra uma porta para que nós possamos ter uma solução de muitos problemas em países outros que têm cooperação com a Polícia Federal do Brasil no combate ao crime. Porque, certamente, esses pedófilos identificados aqui são pedófilos do mundo inteiro, não são pedófilos brasileiros, mas que têm trocado imagem, têm trocado fala, fotos, informações, degradação moral que têm produzido uma lama e um lixo para o mundo inteiro, e nós vamos com a votação da Difusão Vermelha que é essa primeira Lei votada pela CPI.

Então, numa grande operação que certamente se dará, com fé em Deus, nós colocarmos no seu devido lugar gente tão indigna que usa um instrumento tão importante para a sociedade que é a *internet*, o Google, o *orkut*, para a família de forma saudável para cometer os seus crimes. De maneira que--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Hoje, Sr. Presidente, só lembrando... Que hoje à tarde haverá uma reunião que nós vamos acompanhar entre o Ministério Público Federal, a empresa Google e a Polícia Federal em São Paulo, a fim de que esses termos sejam é... Tratados e aceitos por

todos e... Numa outra oportunidade muito próxima, esse termo de ajustamento seja assinado. E, aí sim, com esse termo de ajustamento isso será feito eu acho que mundialmente, um entendimento entre as autoridades e a empresa, não é? Para que todos os crimes, independentemente de CPI, independentemente ida ao Poder Judiciário de forma sistemática, claro que eventualmente isso vai acontecer, não é? Mas, quando a prática do crime for evidente, que essa colaboração, essa troca de informações entre Polícia Federal, Ministério Público Federal, a própria SaferNet e a empresa sejam uma prática constante. Porque esse, infelizmente, o crime é muito dinâmico e nós não podemos é... Graças a Deus teve uma CPI com tão pouco tempo tão exitosa, mas, essa é uma prática que deve ser comum entre a própria empresa e os Órgãos encarregados de fazer a investigação e a punição.

Eu quero saudar a V.Ex^a entregando, aqui, hoje essa documentação por força da quebra do sigilo. Mas se dispondo a tratar com o Ministério Público, a Polícia Federal para que essa troca de informações passe a ser corriqueira. Isso é fantástico. Se acontecer, e acredito firmemente, que vai acontecer, o Brasil vai estar dando um grande passo. Nós estaremos abastecendo o Ministério Público e a Polícia Federal que só querem punir os delinquentes. Eu tenho certeza que esse também é o desejo da empresa. E podemos dar o exemplo para o mundo formar uma grande rede internacional, como disse o Senador Magno Malta, e, com certeza, será um grande trabalho feito em favor das vítimas desse crime tão desgraçado, digamos assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vou pedir ao Dr. Félix que sente perto do Senador Crivella e o Senador Tuma tem a palavra. Vamos nos assentar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, apenas queria cumprimentar V.Ex^a e ao Senador Demóstenes, porque esta Comissão, Demóstenes, está demonstrando pelo elenco de atividades que V.Ex^a descreveu, a coisa mais importante que tem é um cronograma de trabalho buscando nas autoridades competentes, o Ministério Público que já aqui esteve, a Polícia Federal e todos os... E mais o... O que tem a empresa que cuida...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): SaferNet.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): SaferNet. Buscando informações, colaborando. Então, é uma CPI, Senador Geraldo, que nasce de uma força diferente do que as outras. Ela já vem com a investigação iniciada e encaminhada, e a CPI está tendo o poder de providenciar aquilo que a polícia precisa para poder, realmente, investigar e o Ministério Público com a força

da investigação na documentação carreada oferecer a denúncia correspondente e, sem dúvida, o Judiciário poder condenar. Porque, normalmente, a justiça diz assim, a polícia prende e a justiça solta. Não é isto. É que falta o inquérito, às vezes, bem feito por falta de prova. Que vocês estão aqui desesperados para buscar a melhor metodologia que possa buscar uma investigação correta, indicar o responsável, e ele não poder escapar da justiça. E o Ministério Público acompanhar essa soma de forças, que eu sempre disse, a polícia tem que ter uma somatória com o Ministério Público se quiser alcançar um sucesso absoluto, porque a dicotomia traz em favorecimento para o marginal.

Então, essa tecnologia... A possibilidade da gente elaborar Leis que possam colaborar com vocês indicando quais são as dificuldades. Demóstenes é colega seu, Ministério Público. Eu fui Chefe de Polícia, quer dizer, o nosso Presidente, o Magno Malta, é um homem interessado nessa luta pelo... Contra o crime organizado, foi vítima do crime organizado. E é o crime organizado, Senador Crivella. Então, esta é uma luta que vai corresponder à destruição de outras atividades criminosas. Ela não se restringe apenas à pedofilia. Ela, provavelmente, vai estar ligada ao tráfico de drogas, à exploração da prostituição e tantos outros fatos que, às vezes, há grande dificuldade. Prostituição no turismo, quer dizer, turismo sexual, tudo isso. Ainda ontem a televisão mostrou um menino, menino que foi morto, encontrado morto com violência e abuso sexual. O menino devia ter cinco, seis anos. Foi encontrado já no matagal.

Quer dizer, são coisas que trazem... Eu digo assim, não consegue, a gente não consegue engolir. O Dr. Márcio teve a capacidade de intervir numa hora importante que era a colaboração da empresa que ele representa como assessor jurídico, como advogado da empresa. Então, trouxe um pouco mais de tranquilidade à CPI, porque a discussão era como conseguir os dados e foram oferecidos. Graças ao trabalho do Ministério Público que trouxe um elenco de procedimentos, à Polícia Federal e à distribuição... A Distribuição Vermelha que é uma atividade da Interpol. A Interpol é uma estrutura que agrega 180 países, eu fui Vice-Presidente dela. Então, a distribuição vermelha poderá, entre outras coisas, partir um relatório daqui pedindo uma operação internacional para um combate direto a todos àqueles que tenham a prática da pedofilia e outros crimes conexos que acontecem dentro das investigações que são feitas.

Quero cumprimentar o Magno, o Demóstenes por terem feito um bom cronograma de investigação. Agradecer ao Dr. Márcio e a empresa pela eficiente colaboração. E ser, daqui para frente, vigilantes, os vigilantes

contra a pedofilia que é importante para nós, o Deputado está aqui, graças ao seu convite feito ontem ao Presidente da Câmara para que os Deputados também participassem mesmo que não membros da CPI, mas colaborassem pela experiência, pelo que sabem nos seus Estados e assim nós podemos alcançar. Ontem vieram aqui de Niquelândia, né? O Juiz e o Promotor de exploração sexual de políticos, de alguns políticos. Que infelizmente denigrem a imagem daqueles que se dizem representantes do povo. Então, nós estamos... Acho que vale a pena viver para se trabalhar em benefício daqueles que precisam da ajuda de todos os órgãos que possam colaborar com isso. Eu agradeço ao Dr. Márcio por isso e também V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Sr. Presidente, companheiro Senador Magno Malta, Sr. Relator Senador Demóstenes, Senador Tuma, Senador Crivella, Deputado Pompeo, Advogado Márcio Thomaz Bastos, companheiros da Polícia Federal, do Ministério Público, representantes e diretores da empresa Google aqui presentes.

A gente está tratando com um assunto que, de forma alguma, deixa a gente... A gente se vê inibido até de dizer que a gente está feliz por um ato desse. É um assunto tão, como disse o Senador Demóstenes Torres, tão desgraçado... Mas o ato que nós testemunhamos hoje aqui deixa a todos não felizes, porque nós estamos lidando com um assunto desgraçado, mas deixa a todos satisfeitos porque estamos dando início a um trabalho – e a sociedade brasileira precisa saber – que de forma quase que anônima o Ministério Público Federal, alguns Ministérios Públicos Estaduais, a Polícia Federal e organizações como a do Dr. Tiago, SaferNet, e tantas outras que existem no país se debruçam há muito tempo na busca, no combate desse crime, desses criminosos com o propósito de proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Senador Magno Malta lembrou mais uma vez aqui qual é a nossa motivação. Apesar de o crime ser desgraçado, como definiu o Senador Demóstenes, não nos move o ódio, a raiva, o que nos leva a atuar nessa CPI e o que nos anima a prosseguir nessa tarefa, nesse trabalho é o amor e o sentimento de proteção que nos ocupa com relação a nossas crianças, nossos adolescentes. Então, eu acho que é um ato muito significativo que nós testemunhamos hoje aqui. Ele permite que... Eu vou repetir porque eu acho isso de fundamental importância, Senador Magno Malta, o esforço, a perseverança de V.Ex^a, do Senador Tuma, do Senador Demóstenes em inaugurar essa CPI, dar-lhe um sentido, dar-lhe um rumo, colocá-la

como um instrumento a serviço de todas essas Organizações e da população brasileira, não é? Ela recebeu uma bagagem já considerável, fruto da atuação, do esforço, da perseverança desses homens e dessas mulheres – dessas organizações que já mencionei – a Polícia Federal, Ministério Público, organizações que se constituíram como a SaferNet e tantas outras, não é? Que permitiram que nós, rapidamente, acumulássemos um número significativo de informações que puderam fazer com que esse ato que nós realizamos hoje aqui pudesse ser feito agora e não daqui a seis meses, daqui a um ano.

Então, é importante que a gente frise isso. E de minha parte é isso que eu digo, eu não posso dizer que eu estou feliz, porque o assunto é bárbaro, mas estou satisfeito com o privilégio de ter participado e testemunhado o ato que nós estamos realizando hoje aqui, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu não tenho palavras para descrever o alcance dessa medida que hoje está sendo tomada nessa Comissão. Eu quero cumprimentar V.Ex^a com os maiores aplausos e elogios, porque me fez lembrar até de Jesus quando disse: “Aquele que recebe uma criança recebe a mim”. E nós estamos recebendo as crianças, sobretudo as mais sofridas. Aquelas que são vítimas desses crimes hediondos que lhes vão marcar o destino, os seus dias. São feridas abertas que, dificilmente, o tempo conseguirá cicatrizar.

Há quatro anos atrás eu queria cumprimentar a Mesa ilustre, os nossos Senador Demóstenes Torres, o Senador Romeu Tuma, os nossos Procuradores, e, em especial, o nosso querido Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ministro valoroso, uma vida tecida na educação, no trabalho, na bondade e naquela inflexível determinação de defender os valores, as instituições perenes da nossa Pátria e que deixou, no primeiro mandato do Presidente Lula, uma extraordinária contribuição ao país. V.Ex^a receba aqui também toda a minha gratidão e consideração. Senador Geraldo Mesquita, Pompeio, Rosalba, meus companheiros.

Mas, eu queria fazer uma pequena retrospectiva. Em 2004, com aquela ida aos Estados Unidos para trazer os brasileiros ilegais, um dia eu estava assistindo televisão – televisão americana – e sai uma notícia que causou uma grande repercussão. Dizia lá o noticiário: “A polícia americana quebrou o sigilo de um *site* de pedofilia na *internet* e conseguiu, quebrou o sigilo no cartão de crédito e conseguiu duzentos mil nomes de pessoas que acessaram e pagaram para

ver *sites* de pedofilia”. É claro que esses *sites*, muitos deles estão nos antigos países que... Formavam o bloco russo. Nós sabemos o prejuízo que essa... Que essas civilizações tiveram por ocasião da falta da Bíblia, da falta da religião, do paganismo, do ateísmo. Então, esses *sites*, a maioria estavam localizados lá. Mas, haviam consumidores nos Estados Unidos. E a polícia foi sábia quando conseguiu quebrar o sigilo dos consumidores – foi um escândalo. Muitos políticos que haviam pago com cartão de crédito aqueles, aqueles produtos terríveis.

Pois bem, voltei para cá. Conversei com alguns Senadores, Demóstenes e apresentei um Projeto de Lei. Conversei com a Polícia Federal, com o Ministério Público. Alguns policiais federais me disseram, inclusive: “Crivella, às vezes, nós entramos na casa de pessoas que têm fotografia de crianças nuas nas paredes e guardadas em gavetas. Nada podemos fazer, porque eles dizem que foram presentes, consumo próprio”.

Então, mudamos a Lei. Mudamos a Lei e aprovamos aqui, nesse Senado, depois de dois anos de discussão, uma mudança no Estatuto da Criança e Adolescente punindo o consumidor, não apenas aquele que faz, que promove, que coloca num *site*, mas aquele que acessa e também, com uma Emenda do Senador César Borges, aquele que oculta ou aquele que detém – mesmo que tenha recebido gratuitamente – imagens de pedofilia.

Esse Projeto hoje tramita na Câmara dos Deputados. É o nº 1167. 1167 é o Projeto nº 1167, do ano passado. Mas, qual era o objetivo de transformar isso em crime? Era conseguir aquilo que o Senador Magno Malta já conseguiu – era quebrar o sigilo. O que isso... Quando foi, e espero que amanhã seja capa de todos os jornais importantes do nosso país, isso vai fazer com que esse hediondo negócio, esse crime dos mais perversos seja atingido no consumo. Toda a atividade econômica é oferta e procura. Nós vamos atingir a procura. Nós vamos penalizar a procura. Aqueles que acessarem hoje *sites*, ou que amanhã acessarem, ou souberem que acessando *sites* de pedofilia – repito – a maioria alojado em provedores no exterior. A maioria alojados em provedores dos antigos países da cortina de ferro, esses consumidores poderão ter seus nomes revelados porque pagaram com cartão de crédito e, portanto, têm CPF e, portanto, têm nome, têm endereço, têm fatura.

Hoje é até triste dizer isso aqui, mas para facilitar o crime, muitas vezes, o *site* anuncia de que na fatura do cartão de crédito não virá, garante: “Olha, na fatura do cartão de crédito não virá escrito o *site* que você acessou”. Mas nós vamos descobrir. A CPI vai descobrir. O Relator vai descobrir. E essas pessoas serão

expostas na sua intimidade e terão, então, o seu nome revelado. Com isso, receberão a maior punição que se pode ter. Aliás, já há uma palavra, Senador Magno Malta, que diz que não há nada... Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não há nada encoberto que não venha a ser revelado. Eu acho que isso será a maior medida, a mais educacional, a mais preventiva, a mais inteligente – é que aqueles que promovem pelo consumo esses *sites* terão seus nomes expostos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que diz V.Ex^a é algo tão cristalino, é tão elucidativo que veja só... O que V.Ex^a está dizendo é uma coisa que acontece. Por exemplo, ontem nós tivemos clara necessidade de mudar um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque a maioria dos Tribunais no Brasil vem decidindo que aquele que mantém a relação sexual com a criança e adolescente prostituída, ou a leva à prostituição ele é isento de pena, porque não é crime. Crime é aquele que leva a criança para ele. Então, até o Senador Magno Malta usou uma figura extraordinária. Qual é a figura? Dizer: “Olha, então, quem emprestou o revólver é punido e quem atirou e matou não”. É a mais pura verdade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A mais pura verdade.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, há a necessidade de se mudar a Lei. V.Ex^a está dizendo algo que é, na maioria dos países é crime. No Brasil, a visualização e a posse do material pornográfico não é crime. Então, isso que nós estamos lutando. Porque vai tornar possível essa medida que V.Ex^a deseja e que V.Ex^a está expondo e está todo mundo compreendendo a realidade, quer dizer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com clareza.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quer dizer o que fomenta isso é o consumo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É o consumo.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, no Brasil porque a Lei é deficitária infelizmente. Os Procuradores da República, juntamente com a Polícia Federal fizeram a Operação Carrossel e apreenderam mais de 1.000 computadores. Alguns têm 5.000 mil fotografias. E essas pessoas não podem ser sequer incriminadas, porque a posse do material pornográfico não é crime no Brasil. Então,

o senhor vê... Mais ridículo ainda, como não é crime a polícia tem que devolver para o pedófilo o material.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senão é apropriação indébita.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exato. É uma loucura, não é? Acho que essa CPI vai ter a oportunidade de trabalhar com essas questões, resolver legislativamente e dar vazão a sentimentos e às proposições como a que V.Ex^a fez e já foi aprovado aqui, se encontra na Câmara. Mas que vai precisar de uma modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, senão, continuará não sendo crime.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Essa proposta é essa modificação.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): No Estatuto da Criança e do Adolescente. E eu gostaria de terminar, concluir agradecendo o aparte de V.Ex^a e fazendo aqui um apelo. Apelo aos meios de comunicação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador só uma palavrinha.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com muita alegria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Informando aqui ao Promotor, ao Delegado, com base na Operação Carrossel, em Israel foram presos 30 pedófilos com a informação enviada pela Polícia Federal do Brasil.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Espetáculo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então--
SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Espetáculo.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aqui não se pôde prender ninguém.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Posse é, veja que coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ela tem um resultado positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aqui tem que investigar o cara que escreveu essa Lei, porque alguma coisa está errada com ele.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, os senhores vejam o seguinte: na operação feita no Brasil não se pôde prender ninguém por deficiência da Lei. Trinta pedófilos foram presos em Israel, porque a polícia com esse material mandou para lá e a polícia israelense prendeu, porque a Lei permite. Agora, veja só a aberração que nós es-

tamos vivendo e a necessidade de fazer uma mudança rápida na nossa Legislação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu ponho à disposição, Senador Demóstenes, esse Projeto aprovado aqui em 2004. Infelizmente na Câmara dos Deputados, os Projetos aprovados aqui tem mais de 50, chega na Câmara dos Deputados, fica aqui um desabafo. Um desabafo aqui de todos os Senadores. Eu já relatei diversos Projetos de Deputados aqui e aprovamos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, fazemos isso todos os dias.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas, o inverso é doloroso, é árduo, é difícil os Deputados se debruçarem sobre Projetos que saem aqui dessa Casa. Esse merecia, Deputado Pompeo, faço um apelo a V.Ex^a, porque se encaixa com os esforços que eu enalteço aqui da nossa CPI e que, hoje, eu termino fazendo esse apelo aos meios de comunicação que tantas vezes noticiam. Recentemente, saiu na capa de um jornal, dos mais prestigiosos jornais – permitam aqui ser um pouco fastidioso – mas vale à pena, saiu no jornal uma notícia: “Cartão corporativo paga até bailarina”. Foi um escândalo. Deve ter batido lá no Palácio e a turma levou um susto

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Crivella, é porque essa CPI aqui é da pedofilia, não do cartão; é da prostituição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é. Então, V.Ex^a diga, essa notícia foi capa do jornal: “Cartão corporativo paga até bailarina”. Foi se verificar... Não, pois é, eu concluo. Foi se verificar, o que é que eram? Aliás, motivou até um Senador, eu não vou citar o nome em respeito a ele. Mas iludido com a notícia fez um discurso veemente no plenário dizendo: “Não, eu quero saber o que foi feito naquelas noites de orgias com as tais bailarinas, me interessa apenas saber quem foi o ordenador de despesa para que seja punido no rigor da Lei”. Pois bem, apurado, era uma despesa de 100 reais, 5 reais cada bailarina, e as bailarinas eram vasinhos de flores que se coloca na mesa das Secretárias, vasinho de argila com uma florzinha que é chamado bailarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Também tinha que mudar o nome desse vasinho.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu achei até que era um bolo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agora, o fato é que, pelo amor de Deus, hoje nós estamos falando de coisas verdadeiras. Hoje estamos falando de crianças.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem ser vulgar, né, a notícia que saiu é que comeram as bailarinas... Eu achei que era um bolo. [risos]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é... O que eu aqui apenas deixo registrado nessa desvaliosa, porém sincera colaboração é de que é um dever cívico, é um dever pelas nossas crianças que os meios de comunicação nos ajudem. Que eles façam dessa notícia de hoje capa de seus jornais, que façam isso artigos e que possam colocar nos noticiários de todas as TVs abertas e até nos canais de cabo. Isso será um grande benefício é uma cruzada que o Senador Magno Malta a todos nos conduz no sentido de fazermos aquele mandamento de Cristo dos mais lindos, dos mais bonitos que era: Deixai vir a mim... quem recebe uma criança como essa a mim recebe.

Eu acho que nada mais se podia fazer melhor, eu diria, mais... De mais extraordinário em termos de uma legislatura do que protegermos as crianças brasileiras já vítimas, meu Deus, de tanta desigualdade social, de tanta favelização. De uma Educação Pública que não é nem perto daquilo que nós sonhamos, enfim, protegê-los pelo menos dos criminosos, dos loucos, dos insanos que corrompem esses meninos e meninas na flor da sua idade para marcá-las pelo resto da vida.

Senador Magno Malta, que Deus o abençoe. Que o senhor seja incansável. Que essa sua Cruzada tenha o aplauso da Nação. Já tem dos seus colegas para que se cumpra, e feliz será o dia em que nós pudermos ver transformados em sentenças esses malfeitores punidos.

Desculpe ter me alongado, mas palavras que me ditam à emoção do coração e não podia deixar de dar aqui esse testemunho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço e V.Ex^a também nos deixa feliz estar conosco aqui. V.Ex^a é membro titular dessa CPI e vamos precisar muito de V.Ex^a aqui por conta do... Tanto da sua experiência como do seu sentimento da causa das crianças, da causa da família, acima de tudo. Nós já passamos todos os limites de todas as aberrações contra a família, todos já foram ultrapassados. Se nós não tomarmos a causa das crianças agora, eu não sei o que nos espera daqui nos próximos 10 anos.

Antes de passar a palavra à Senadora Rosalba que a gente tem o prazer de ter com a gente aqui, ex-Prefeita que tanto fez pelas crianças do seu Município, que conheço muito bem, não é? E, certamente, vou lhe dar a palavra.

Senador Crivella, só para dizer que é tão importante, Senador Tuma dizia que ontem tivemos aqui um

Promotor muito corajoso e um Juiz de Niquelândia, cidade do Estado do Senador Demóstenes, cidade de 40 mil habitantes. Corajosos, determinados, dois jovens que traziam uma denúncia que envolve o Prefeito e mais alguns Vereadores e Secretários. Com uma menina de 13 anos, do telefone da Prefeitura numa madrugada de carnaval, só de um telefone mais de 200 ligações para a menina de 13 anos de idade. E nós vamos ouvir essas crianças. Ontem já votamos a convocação do Prefeito e dos Vereadores a essa CPI – independente nós não aceitaremos nem nos acovardaremos diante de qualquer tipo de pressão. O sujeito pode ter o mandato de Vereador, qualquer uma outra coisa, pode ser o mais rico dos ricos ou o mais pobre, mais desdentado de todos. Nós vamos tomar providências naquilo que nos vier à mão, e nós entendermos a necessidade de fazermos.

Eu quero também avisar a CPI que amanhã eu e o Senador Demóstenes Torres estaremos com D. José Luiz, o Bispo do Pará. Iremos a Marajó, ele está nos aguardando. Onde está ameaçado de morte, por denúncia à pedofilia, ele e mais dois outros bispos.

Em função de estar no MERCOSUL, o Senador Geraldo não poderá estar, mas o senhor que é membro se tiver à disposição, disponibilidade, disposição eu sei que tem, se tiver agenda para nós será um prazer ter o Senador conosco. Mas, amanhã, nós estaremos lá no Belém. Eu já li algumas informações, alguns assessores da CPI irão conosco. Inclusive, membros do Ministério Público que compõem esse grupo que nós formamos para nos dar suporte, Dr. André Galdino irá conosco, juntamente com o Delegado.

Eu passo a palavra à Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Presidente, Senador Magno Malta, eu não poderia deixar de vir aqui para dizer de viva voz do quanto me sinto entusiasmada em ver essa CPI que o senhor tão bem vem conduzindo ao lado do Relator Demóstenes Torres, do Senador Romeu Tuma que traz para cá figuras com responsabilidade com esse Brasil, com responsabilidade com o futuro da nossa Nação. Todos os membros que aqui estão, Deputados e Senadores, o Sr. Ministro e trago o sentimento, olhe para mim, Senador Magno Malta, não como uma Senadora, claro que tem a responsabilidade hoje dada pelo povo do Rio Grande do Norte de ir em busca de transformações que tragam mais proteção ao nosso povo e, principalmente, à nossa criança. Mas é um sentimento também de mãe, de avó, de médica de criança. Porque, quando o Senador Crivella aqui colocava as marcas que ficam, Senador, eu sei isso porque como médica, infelizmente, vivi situações que chegaram, chegou até a mim situações de crianças que foram estupradas, crianças que foram

violentadas, crianças que passaram por traumas dessa natureza e que nunca mais essa marca ela irá desaparecer. Isso fica. É um sofrimento muito grande.

Então, o que eu vejo aqui é que nós temos, realmente, que dar todo o apoio. Nos somarmos para que possamos se necessário é, vamos mudar o Estatuto; se necessário é, vamos agilizar novas Leis que dêem proteção à criança, à nossa criança, à nossa juventude, aos meninos e meninas que, muitas vezes, já estão sofrendo tanto problemas de ordem social e que são atingidos por essa – podemos dizer assim – por essa lâmina mortal que se não mata... Não mata, mas mata na alma, tira da sua alma tanto de expectativa, de esperança de uma vida melhor.

Então, eu estou aqui para lhe dizer que quero parabenizar o andamento... O que já estamos conseguindo com... E tem que partir, realmente. Se não tiver como mostrar aqueles que usam, porque há esse comércio. É comércio, tem dinheiro grande dentro do negócio. É como a droga... Se não existisse quem consumisse, não haveria tanto tráfico.

Então, nós sabemos que tem que haver nas duas pontas. Claro, tem que ter como chegar até àqueles que são os criminosos, os maníacos, os que usam da criança da boa-fé e da inocência para um crime tão hediondo, e aqueles que estão utilizando, estão usando também é criminoso, precisa ser, de certa forma, existir penalidades, existir uma forma de que tenha, pelo menos, como expô-los para que a sociedade saiba com quem está vivendo, com quem está convivendo. Então, eu queria aqui deixar essa palavra: “Vá em frente! Não desista jamais! Essa luta é pela nossa criança, é pela nossa família”. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não sei se o Dr. Félix gostaria de se pronunciar. O senhor tem a palavra, doutor.

SR. FÉLIX XIMENES: Obrigado, mais uma vez, Sr. Presidente. Nós estamos muito satisfeitos e também esperançosos que essa CPI, essa Comissão produza efeitos. Que a gente comece a ver a investigação seguir adiante e ter os criminosos sendo punidos.

Então, é com prazer que a gente contribui com as autoridades que já vêm se empenhando há muito tempo nessa luta. É uma luta nossa também. Nós sempre lutamos para ter a comunidade mais saudável possível, porque é como nós dissemos no Google – o Google é uma ferramenta da família. As buscas hoje já se beneficiam de filtros para palavras que são mais fáceis de implementar. Então, nós temos hoje todo um trabalho de times de engenharia distribuídos pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil, lá em Belo Horizonte, trabalhando para que isso seja uma realidade. E, agora, estamos empenhando também esforços para conseguir redução

de uploads de imagens ilícitas e que a gente possa identificar e punir esses criminosos.

Então, mais uma vez eu agradeço a oportunidade em nome do nosso Diretor-Geral, Alexandre Hohagen, que não pôde vir porque está em viagem internacional. E manifesto, mais uma vez, o nosso apoio a esse trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço Dr. Félix, estou confiante de que o Google Brasil é... O Google Brasil, certamente, eu recebi aqui os procedimentos que estão na minha mão falando que hoje se faz e do que se pensa do futuro desses acordos, procedimentos. Eu acho que quanto mais nós pudermos avançar nessa discussão e deixar o flanco mais aberto para a sociedade de bem e mostrar um caminho muito mais rígido, fechado para a sociedade do mal, certamente isso será importante para o Brasil. Importante para a empresa naquilo que nós estamos propondo.

Eu vou conceder a palavra ao Dr. Suyama para ele fazer uma consideração.

Com a chegada do material, depois o Relator, Senador Demóstenes, vai fechar. E eu consultei aqui a consultoria que não é permitido Deputado falar numa Comissão que é só do Senado. Mas, certamente, no final eu vou conceder ao Deputado Pompeo de Mattos que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e que vem lutando junto com a SaferNet, o Ministério Público fez muitas tentativas. A Comissão há anos vem buscando, buscando. Foi quem primeiro amparou lá na Câmara sem... Fazendo uma luta, mas sem sucesso. Quer dizer, na verdade tem, porque tudo é um procedimento, começou, veio, veio, veio, até desencadear. Quer dizer, não tem o último degrau sem ter o primeiro degrau. Não tem azulejo... Não tem pia no banheiro bonito se o cara não colocou a primeira pedra do alicerce.

Então, tem sentido sim e ao final realmente eu vou quebrar um pouco a regra e vou dar ao Deputado Pompeo para fazer uma consideração como Presidente da Comissão. Suyama.

SR. SÉRGIO SUYAMA: Sr. Presidente, eu não pretendia fazer uso da palavra, eu só gostaria, então, de ressaltar a importância--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Me dê só... Porque nós tivemos a garantia do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia que estaria aqui hoje para poder falar à Nação de que tudo o que for votado aqui de forma imediata – imediata ela será na frente de qualquer coisa – mas nós temos a garantia. O Senador Garibaldi, Presidente dessa Casa, nos garantiu que estaria aqui. E eu pensei que iria jogar fora essa oportunidade ímpar dentro do mandato dele

como Presidente. Mas já me foi avisado que o Presidente está se dirigindo para cá. O Presidente da Casa para poder falar à Nação de que o que for votado aqui vai ter prioridade na Pauta do Senado dos instrumentos de combate à pedofilia. E é nossa garantia que o Presidente Lula nos receberá para falar à Nação também daquilo que foi decidido. Será, também, imediatamente sancionado. Para que vire Lei no Brasil, para que nós possamos coibir esse crime desgraçado contra as crianças do país. Dr. Suyama.

SR. SÉRGIO SUYAMA: Sr. Presidente, Senador Magno Malta, Sr. Senador Romeu Tuma, ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos, eu só queria ressaltar a importância histórica dessa... Dessa entrega dos... Do HD que foi feita hoje das imagens na medida em que foi a primeira vez, é a primeira vez, no Brasil, que a Google entrega fotografias e imagens contendo pornografia infantil à uma Autoridade Pública. Nem o Ministério Público Federal nem a Polícia Federal haviam antes recebido as fotografias e as imagens de álbuns privados que foram... Que nós não tínhamos acesso e, portanto, estávamos impedidos de investigar, não havíamos recebido. Então, foi a primeira vez. E eu acho que, só ressaltando as palavras do Senador Demóstenes, eu espero que isso não seja apenas um ato isolado da empresa e que nós, daqui para frente, possamos estabelecer um fluxo de informações e um fluxo de denúncias que permitam ao Ministério Público e a Polícia Federal combater esse crime tão horrível que é o crime de pornografia infantil.

E também comunicar aos senhores aqui presentes que às 14 horas de hoje haverá uma reunião no Ministério Público Federal com os advogados da Google com o objetivo de definir os termos... De um termo de ajustamento de conduta com esse objetivo de prevenir e reprimir o crime... Os crimes de pornografia infantil e crimes de ódio praticados nos serviços prestados pela Google. E os Senadores Demóstenes e Romeu Tuma acompanharão a reunião com os advogados hoje na sede do Ministério Público Federal de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós havíamos acertado esse procedimento, e acho que essa interação ganharemos todos nós.

Eu vou conceder a palavra ao Dr. Tiago também da SaferNet que compõe esse grupo de apoio à CPI. Senadora Rosalba que não pertence à CPI, não acompanhou... Nós, antes de começarmos os trabalhos de oitiva, constituímos um grupo. Fomos buscar no Ministério Público Federal e Estadual, na CONAMP, no Conselho de Procuradores, no Supremo Tribunal Federal, na Polícia Federal um grupo de Delegados e de Peritos de crime na internet, ONGs, a ONG SaferNet que representa todas as ONGs e criamos um

grupo de trabalho e a partir daí nós começamos a trabalhar. Então, Dr. Tiago que há muito vem lutando com a ONG, a SaferNet. Foi um dos primeiros a depor aqui. E compõe esse grupo de trabalho que passa a semana inteira aqui.

Eu queria que o doutor fizesse uma consideração.

SR. TIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA:

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou ser muito breve. Eu gostaria apenas de dizer que para a SaferNet esse também é um momento histórico e nós nos sentimos, extremamente, felizes e realizados em saber que contribuimos para que essa Sessão de hoje acontecesse e para que esses dados e essa providência adotada pela Google e pela CPI fosse possível.

Essa lista, ela foi elaborada por nós e ela envolve denúncias coletadas entre o período de 29 de novembro de 2007 e 31 de março de 2008. Ou seja, é uma lista com 3.261 perfis que foram denunciados por usuários de *internet* e que por, supostamente, conterem conteúdo de pornografia infantil nos seus álbuns. E essa lista corresponde aos últimos quatro meses, portanto, a 29 de novembro de 2007 a 31 de março de 2008. E eu queria, para encerrar, dizer que isso não seria possível... Esse trabalho não seria possível se não fosse a colaboração e a ajuda dos internautas, dos usuários que estão fazendo as denúncias. Ou seja, se nós não tivéssemos recebido as denúncias, não tivéssemos processado essas denúncias, não tivéssemos coletado essas informações, não seria possível ter essa lista hoje e, portanto, esses dados que foram fornecidos e nós estimamos que nesses dados, nesses HDs contenham informações que podem levar à identificação de até 200 pedófilos que distribuíram pornografia infantil por meio do *orkut* e tentaram aliciar crianças pela *internet*.

Então, eu queria fazer esse agradecimento público aos usuários de *internet* que fizeram denúncias no site www.denunciar.org.br e por meio dessas denúncias anônimas nós conseguimos realizar esse trabalho, gerar essa lista, encaminhar para a CPI. A CPI fez o seu papel, quebrou o sigilo. A Google fez o seu papel, forneceu os dados. E agora, eu tenho certeza absoluta, que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal vão continuar fazendo um papel e um trabalho brilhante que já têm feito nos últimos, nos últimos anos e vão conseguir organizar uma grande operação de combate à pedofilia na *internet* no Brasil.

Então, eu queria deixar isso registrado, Sr. Presidente. Agradecer a oportunidade. E dizer que também estamos confiantes no acordo que a Google está disposta, está negociando, está disposta a assinar com o Ministério Público e que também com a SaferNet no

sentido de formalizar um fluxo de encaminhamento das denúncias, conforme já foi acordado em reuniões anteriores. Muito obrigado. E parabéns pela iniciativa e parabéns a todos os Senadores dessa Comissão por escreverem um dos capítulos mais importantes da história do enfrentamento da pornografia infantil e da pedofilia na *internet* no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu agradeço ao Dr. Tiago. A SaferNet tem facilitado a vida das pessoas abusadas.

E eu quero dizer ao Brasil que tem me assustado muito o número de pessoas adultas, pais e mães de família, pessoas que entram na emissora de televisão para dar uma entrevista as pessoas te procuram no corredor, no camarim para te dizer: "Olha, eu fui abusado, eu fui abusada". O número de e-mails ontem, eu não dei conta, Senadora, de ler o número de e-mails que eu recebi. Milhares e milhares e milhares de pais de família, Deputado Pompeo, gente profissional liberal dizendo: "No meu consultório eu não tenho paz. A imagem do abuso a mim com cinco anos me perturba, eu estou com um cliente aqui e eu preciso sair". Mães de família dizendo: "Olha, eu sou agressiva com os meus filhos, depois choro, choro, choro, choro. A imagem do abuso a mim aos sete anos de idade, aos cinco anos de idade. E o sujeito anda na minha cidade como se nada tivesse acontecido e eu sei que continua abusando de outras pessoas com a idade que tem". E algumas dessas pessoas dando o nome e me deparei com um caso essa semana, Senador Tuma.

Nós estamos recebendo o Presidente do Senado.

Nós, eu dizia aqui, Presidente, dos milhares de e-mails que eu tenho recebido e me deparei com um caso que envolve o meu Estado e o Estado de Minas Gerais, Dr. Suyama, do abuso de uma família inteira, mãe, irmãs da mãe, namorados dos irmãos da mãe, a avó, tios, todos abusando de quatro crianças de cinco anos, de seis anos, de oito e dez anos de idade. E as crianças estão compulsivamente viciadas no sexo. Um caso emblemático terrível, nojento que envolve os dois Estados e, certamente, nós tomaremos providências com essa CPI, com essa CPI. Não tenho nomes a dar, mas como nós estamos ao vivo, eu quero dizer para esses desgraçados que estão me ouvindo que fiquem espertos. Fiquem espertos, porque nós não vamos arrefecer com esse tipo de coisa.

Sr. Presidente, eu havia convidado o Presidente porque já havia feito um acordo conosco, com o Senador Demóstenes, Relator dessa CPI. E ontem o Presidente Arlindo me reafirmou o acordo que estaria aqui, certamente, alguma coisa ocorreu para que não estivesse. Mas o Presidente garantiu que aqui esta-

ria. Presidente, para reafirmar à Nação do compromisso com o Senado de votar todo e qualquer Projeto imediatamente de cometimento de crime de pedofilia contra a criança. Presidente, esses são os discos rígidos, o HD da quebra do sigilo das 3.261 páginas do *orkut* contendo imagens, fotografias de crime cometido contra crianças no Brasil e no mundo inteiro, porque é uma troca, uma interação pela *internet* dos criminosos. V.Ex^a é o Presidente do Congresso Nacional, é o Presidente dessa Casa, a Nação está nos vendo e eu quero... Esse material vai ficar... Simbolicamente, eu quero passar às suas mãos esse material.

E V.Ex^a tem a palavra para se dirigir a todos nós e se dirigir à Nação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Magno Malta, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça, Sr. Senador Romeu Tuma, senhor... Tiago Tavares, eu fui convidado ontem pelo Presidente desta Comissão, o Senador Magno Malta para que viesse até aqui para participar hoje dos trabalhos desta Comissão que tem hoje uma importância muito grande, porque vai ser dado um passo dos mais importantes uma vez que estão aí presentes dados sigilosos de 3.261 usuários da comunidade de relacionamento social – *orkut* – suspeitos de veicularem material pornográfico. Conforme a Central Nacional de Crimes Cibernéticos, a *orkut* concentra 90% das 56 mil denúncias dos últimos dois anos referentes à divulgação de material pornográfico infantil na *internet* brasileira.

Então, eu queria, ao lado do Senador Magno Malta quando recebo dele, simbolicamente, estas informações eu queria agradecer àqueles que tornaram possível a entrega desse material e dizer que a Comissão tem uma responsabilidade ainda maior agora quando recebe tudo isso e vai dar certamente a isso o tratamento desejado por toda a sociedade que é um tratamento de seriedade, absoluta seriedade, absoluta compenetração, absoluta consciência do que isso representa para a Sociedade Brasileira para que nos vejamos, Senador Magno Malta, graças a iniciativas como a de V.Ex^a. E... E outras, nos vejamos livres desse crime, dessa ameaça que tanto intranquiliza o nosso povo e a nossa sociedade. Era isso que eu queria dizer...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM-GO): Fala que vai dar prioridade para a votação dos Projetos que nós mandamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E o Senador Diogenes, oh, Demóstenes, desculpe.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É um grande orador também, Sr. Presidente, V.Ex^a. Não errou. Só no tempo, dois mil anos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hein?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Os dois são bons oradores.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diogenes e Demóstenes. E Diogenes andava com a luz a procura... E hoje, a exemplo de Diogenes naquele tempo, Demóstenes é também aquele que anda com uma luz na busca de identificar aqueles criminosos que são realmente responsáveis por crimes tão horrendos. Mas o que ele me lembrou, não sei porque ele não pediu um aparte, mas... O que ele me lembrou aqui foi que nós vamos dar prioridade, mas prioridade, prioridade mesmo. [palmas]

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM-GO): Muito bem, Presidente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E no Brasil... No Brasil, veja bem, se fala muito em prioridade. Por se falar tanto se desgastou o próprio sentido da prioridade. Mas nós vamos dar a verdadeira prioridade a todos os projetos que se constituírem em projetos que venham a reprimir de uma maneira contundente esse crime contra as nossas crianças e contra a nossa sociedade.

Agradeço a presença do Ministro Márcio Thomaz Bastos, agradeço o trabalho da Comissão. Todos os membros da Comissão, a iniciativa de Magno Malta, hoje seu Presidente. Agradeço a Demóstenes e ao Sr. Tomás, Tiago... Hoje eu estou dando uma de Montoro. Montoro é que... Eu estou com uma "montorite" hoje.

Então, de modo que, de modo que tenhamos, na conclusão desses trabalhos toda a sociedade dizendo--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM-GO): Um verdadeiro troca, troca, não é Presidente?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hein, como é?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM-GO): Um verdadeiro troca-troca.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Troca-troca Tiago por Tomás, Demóstenes por Diogenes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a errou só o lado da Mesa. O Márcio Thomaz Bastos está ali. V.Ex^a nunca erra, apenas faz uma pequena modificação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Muito obrigado. Sendo dito por V.Ex^a, eu já fico--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Mas Thomaz lembra São Thomaz de Aquino.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O rapaz é contumaz.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Essa Comissão não vai precisar da luz de Diógenes não porque já está iluminada.

Eu agradeço os trabalhos dessa CPI nesse dia e me congratulo pela seriedade, pela eficiência e pela obstinação de como estão trabalhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Simbolicamente está na sua mão. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Simbolicamente, por ser Presidente do Congresso Nacional. Em seguida, concedo a palavra--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um apartezinho. Essa documentação, Senador Demóstenes, o senhor acha que é correta a entrega ao Presidente. Porque... Os técnicos da Casa, da consultoria é que vão fazer o desdobramento com o equipamento adquirido pela Casa de cruzamento de dados e tudo. O Presidente... Então, tem uma participação efetiva na definição da importância e da urgência de trazer o relatório do... Dos disquetes e tudo aquilo que está composto.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que diz o Senador Tuma tem toda a razão. Nós temos um *software* adquirido aí que é fantástico para cruzar dados, inclusive, o Ministério Público Federal tem usado muito. Numa reunião que eu tive há um ano com o Procurador-Geral da República ele disse: "Olha, aquele site ajudou muito, principalmente na questão do mensalão, não é, nos cruzamentos e tudo o mais". Ajudou também na Infraero. Então, seria conveniente chamar o servidor que opera e lida que é o Amadeu para poder auxiliar o Dr. Suyama e os Drs. Sobral e Felipe nesse trabalho. Além do Dr. André Baldino.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E no grupo eu estou indicando o Dr. Felipe, Delegado Federal. Dentro do grupo, Felipe que é quem, na verdade, vai comandar junto com o Sobral e o Suyama dentro do grupo. Delegado Federal e o Ministério Público e o técnico da Casa o cruzamento desses dados que, amanhã, Presidente, chega às nossas mãos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Chama o Dr. Amadeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O Dr. Amadeu?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Chega à nossa vão os disquetes.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É sério não vai vaziar dados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Demóstenes Torres, V.Ex^a. Tem a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, faço apenas a V.Ex^a. Que faça um apelo ao Presidente de um Projeto que aprovamos em 2004 que penaliza, torna crime ocultação, compra, venda de materiais da *internet* de pedofilia e foi aprovado pelo Senado, é o 1.167, está na Câmara.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas o Deputado pode levar a mensagem em nome da Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas o Presidente falando com o Presidente Chinaglia poderia apressar...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu pessoalmente estarei com ele buscando a votação desse Projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente, eu só queria agradecer a presença do Presidente da Casa, Senador Garibaldi e dizer que... Isso reforça a nossa intenção de fazer uma CPI produtiva com Leis, com termos de ajustamento e... Tudo aquilo que for necessário para combater mesmo a pedofilia e crimes correlatos no Brasil. E acho que as pessoas que vieram para cá, pela experiência que têm, o Dr. Sérgio Suyama, Procurador da República; os Drs. Sobral e Felipe, Delegados da Polícia Federal que estão fazendo um belíssimo trabalho, inclusive, coordenaram a Operação Carrossel; o Dr. Tiago da SaferNet; os Drs. André Ubaldino, Tito Souza Amaral e Dr. Casé(F) que lidam também com essa problemática. Mais o Dr. Ximenez que representa a Google. E... Vou dizer novamente, o Dr. Márcio Thomaz Bastos que trouxe uma nova orientação para a empresa a fim de que a colaboração possa, efetivamente, acontecer.

Então, eu fico feliz com o que está acontecendo hoje e espero sinceramente que à tarde nós cheguemos a um denominador comum a fim de que esse Termo de Ajustamento de Conduta possa ser assinado. Porque esse sim vai resolver de uma vez por todas os problemas entre Ministério Público, SaferNet, Polícia Federal e a empresa Google. E com esse espírito de colaboração que a Google hoje demonstra, não é? Eu acho que vai ser fantástico. Vai ser um "porrete" na

cabeça dos pedófilos, no bom sentido, naturalmente. Se é que “porrete” pode ter bom sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço ao Senador Demóstenes. Senador Demóstenes, eu registro a presença da Dra. Catarina que é Procuradora-Geral do meu estado que agora passa o bastão a um outro colega, e está vindo diretamente da posição de Procuradora-Geral integrar essa Comissão com a sua competência, ao meu convite, para poder estar junto conosco nessa cruzada da construção dos instrumentos legislativos. Acabamos de ter a palavra do Presidente do Congresso Nacional, de que nós votaremos de forma imediata para entregarmos esses instrumentos à sociedade. E... A senhora é muito bem vinda ao nosso meio. Antes de...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes do Presidente terminar, eu queria apenas dizer que nós votaremos, imediatamente, ressaltado o problema das Medidas Provisórias, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Medida Provisória destranca a Pauta e nós votaremos. Antes de dar ao Deputado Pompeo que faça uma consideração, eu quero convidar ao Presidente, junto com o Relator para descer comigo à Secretaria da Comissão conduzindo esse HD tão importante para os cofres da Comissão que... Hoje nós vivemos um dia histórico no país e no mundo. E é preciso que esse material seja guardado a 200 chaves pela importância que ele tem nos cofres da CPI. Deputado Pompeo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, tem a palavra para fazer uma breve consideração.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Sr. Presidente Magno Malta, Presidente do Congresso Nacional Senador Garibaldi Alves, o nosso Relator Demóstenes Torres, o Senador Romeu Tuma nosso Vice-Presidente, nosso ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, hoje advogado, Dr. Tiago, enfim, o nosso representante da Google, Félix Guimarães, aliás, Ximenez, Senadores.

Muito rapidamente, Senador Magno eu quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a convite de V.Ex^a comparece nesse ato com um propósito muito claro. Primeiro, dizer que nós estamos nessa luta, a Comissão de Direitos Humanos, há pelo menos 6 anos. Uma briga dura, difícil contra a Google no sentido de termos acesso a esses... A essas páginas da *internet* que, páginas criminosas que estão aí difundindo a pedofilia. Inclusive, na época tivemos um debate muito importante com a Google. Na ocasião estava ali o próprio advogado da Google que era o Dr. David Drummond. Avançamos em certos aspectos, mas não conseguimos ter acesso a essa documentação da *internet*. Na época era Ministro... O Ministro

Márcio Thomaz Bastos. Depois disso, encaminhamos à Polícia Federal, encaminhamos às autoridades dos Estados Unidos. Tivemos a participação importante da *Microsoft*, do *Yahoo* e de outros *sites*, mas nunca da Google. Então, era uma luta insana que nós fazíamos lá. Por isso, nós fizemos questão de estar aqui, Sr. Presidente, porque esse é um momento histórico, sob a presidência de V.Ex^a dessa Comissão, histórico para o Brasil e para o mundo. Pela primeira vez no mundo se recebe uma colaboração, enfim, um cumprimento de uma ordem legal da Google no sentido de que nós possamos aprofundar a luta contra esses criminosos da *internet*. Para eu não espichar a conversa, Sr. Presidente, dizer que item por item, etapa por etapa, nós cumprimos lá na Comissão mês a mês, ano a ano. Reuniões, reuniões, reuniões e reuniões com Ministério Público, com a Polícia Federal, com o Ministério da Justiça, com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, sendo acionado na época quando era Ministro, com o Ministro Tarso Genro sendo acionado e não obtínhamos êxito. É verdade, disse V.Ex^a sabiamente, que para andar uma légua tem que dar o primeiro passo. V.Ex^a chegou aonde nós queríamos ter chegado. Nós começamos lá, mas o mérito de V.Ex^a nós temos que reconhecer, o mérito dessa CPI, o mérito desta Casa, o mérito do Senado Federal. É assim que se faz e a Nação Brasileira deve reconhecer esse trabalho extremamente importante. E nós, da Comissão de Direitos Humanos, viemos aqui dar a mão à palmatória a luta da CPI da Pedofilia e nos somarmos a ela. E dizer, para concluir, Presidente, que nós da CPI, assim como o Ministério Público, assim como... Assim como... Eu não tenho dúvida, esta Casa, a sociedade civil, vamos ser um pouco guardião de tudo isso que foi construído aqui. Porque nós não queremos que ele se encerre em si mesmo, mas outros crimes serão perpetrados a partir de hoje, e nós vamos estar acompanhando *pari passu*. E esse compromisso do Dr. Félix, da direção da Google de colaborar com qualquer informação nesse sentido contra os criminosos nos anima e nos entusiasma. Então, seremos os guardiões. E queremos passar à mão da Presidência documentação que a CPI tem em mãos dos diversos atos, das diversas Audiências Públicas, das diversas ações, inclusive, Presidente, nós temos na CPI documentação e um... E um DVD com mais... Com mais de 4.000 mil páginas, 4.000 mil páginas com indicativo da existência de pedofilia.

A Comissão, aqui, tem nas suas mãos 3.200 páginas. Nós temos lá ainda mais do que isso. Claro, Presidente, de tempos anteriores. De criminosos antes desse tempo. Mas nós queremos passar à Comissão, porque esses criminosos podem estar ainda, podem estar ainda na ativa. E nós temos, inclusive, e eu falava

aqui com o Dr. Félix, nós temos, inclusive, esses CDs com a URL que é exatamente o endereço eletrônico. O endereço digital das páginas da *internet*. E isso vai servir, com certeza, vai servir, com certeza, de material, Dr. Tiago Tavares, vai servir de material para que a CPI possa se debruçar e avançar ainda mais no seu propósito. Portanto, eu quero fazer a entrega desse material às suas mãos e dizer que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados é parceira do Senado, é parceira da CPI da Pedofilia e estamos a postos, atentos, acompanhando *pari passu*.

Vamos fazer a nossa parte. Louvamos a conquista de V.Ex^a que é uma conquista para o Brasil, é uma conquista para o mundo, é uma conquista para a humanidade. É um marco que regula o que foi até agora e o que será daqui para frente em termos de luta contra os bandidos da pedofilia na *internet*. Passo, então, em vossas mãos esse documento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Agradeço Deputado Pompeo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Se V.Ex^a permitir, o URL é importantíssimo, mas é o endereço do computador. Melhor ainda se a gente pegar o endereço do cartão de crédito. Aí, não tem como o sujeito se escusar. É a Lei que nós temos que aprovar. Que eu faço, mais uma vez, um apelo ao Senador Garibaldi. Já foi aprovado no Senado em 2004, mas lá na Câmara demora a andar as coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Tenho informação de que na Câmara já está na mão do Deputado Neucimar Fraga. E eu trato hoje à tarde, pessoalmente, com Presidente Arlindo Chinaglia que se colocou à disposição para também dar velocidade e prioridade nos projetos dessa natureza que V.Ex^a--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): V.Ex^a confie na nossa ação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sempre confio na ação de V.Ex^a, sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Quero.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

O Presidente da Casa quer falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Quero... Quer falar?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

(PMDB-RN): Não. Eu quero, inclusive, dizer que irei com V.Ex^as na hora que quiserem ao Presidente Chinaglia. Me coloco à disposição dessa Comissão. Se

quiserem ir agora, eu vou agora. Se quiserem depois, eu vou depois. Eu vou a hora que os senhores quiserem ir e tenho certeza que o Chinaglia será sensível.

Apenas quero lembrar, porque muitos daqui já foram líderes, que além da decisão do Presidente todo o Presidente é... É um coordenador dos trabalhos. Então, os líderes são ouvidos também para organizar a Pauta. Mas vamos primeiro ao Presidente, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu gostaria de informar que já tomei a providência de tratar com todos os líderes. Já. Os líderes do Senado todos são unânimes de que projeto contra a pedofilia tem prioridade absoluta. Abriu a Pauta vai votar. E já tratei com líderes, também, da Câmara dos Deputados. Mas quero ressaltar aos Srs. Senadores que fazem parte dessa Comissão que reforcem com os seus líderes na Câmara também. E vou ver se o Presidente Arlindo, meu Presidente Garibaldi, pode nos receber hoje à tarde. Nós hoje temos a posse do Gilmar Mendes. Após a posse do novo Presidente do Supremo para que nós possamos realmente... De uma forma simbólica é... Até levar a ele a importância desse material hoje trazido aqui pela Google.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador, só... Eu quero aproveitar a presença aqui da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a nossa--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Querida Patrícia.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

A nossa querida Senadora Patrícia. E dizer, Patrícia, essa Comissão, na realidade, ela está sem a presença de mulheres. Vamos fazer, e eu quero aqui convocar, convocá-la e a todas as mulheres do Senado para que nós possamos estar... Reforçando, estarmos ao lado dando a nossa contribuição, porque lembre que nós, mulheres, representamos as mães.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Muito boa idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Boa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

E as mães é que eu sei o quanto elas sofrem, o quanto, muitas vezes elas, principalmente aquelas mais pobres que têm casos de abuso com os seus filhos. É sempre para a mãe que o filho tem coragem de se abrir, seja ele homem ou mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): É verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

É sempre a mãe que sofre junto com ele. Então, eu acho que seria essa presença da mulher participando, acompanhando porque... É a presença da mãe brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu quero homenagear a Senadora Patrícia que ao chegar nessa Casa fez uma CPI de abuso, abuso contra a criança e... Não era uma CPI específica de pedofilia, mas era de abuso infantil e que produziu, seria tão bom que a mídia pudesse toda reunida aqui, educar a sociedade brasileira. Porque a política foi criminalizada, porque a informação que ela recebe é de criminalização. De que acabou em pizza, CPI... Nenhuma CPI acaba em pizza, porque toda a CPI, por mais frágil que ela seja, ela produz um relatório final. E esse relatório de proposições vai normalmente para a mão da justiça, para a mão do Ministério Público para dar continuidade, para a mão da justiça. Hoje, tem jornalista que me pergunta assim: "E a CPI do narcotráfico deu em quê?". Eu fico até com pena de responder para ele, fico preocupado porque é um jornalista. Tem mais de 100 presos no Acre só Hildebrando Paschoal tem mais de cem anos para cumprir. José Gerardo está preso no Maranhão. Caica, no meu estado. O crime organizado veio para debaixo da luz, não é, Dra. Catarina? Fernandinho Beira-Mar está preso, foi investigado pela CPI do narcotráfico. Nós prendemos ele. E perguntar em que é que deu? Então, poucos são aqueles... Nós prendemos 14 Delegados no Maranhão, estão presos. O trabalho que foi feito nenhuma CPI acaba em pizza por mais frágil que ela seja, a não ser que ela vire num embate político. E o embate político desnecessário que deixa de cumprir o seu papel. Mas essa CPI da Senadora Patrícia produziu um relatório e nós estamos trazendo parte do seu relatório para dentro, parte das figuras que são citadas no seu relatório vão depor aqui. Vão depor aqui. Até porque, na época era crime conexo, era crime de pedofilia. Figuras desaparecidas e que apareceram. E eles estão aqui. Projetos que foram propostos que estão no seu relatório e que nós vamos votar aqui imediatamente. O Senador Demóstenes me cobrou hoje pela manhã um Projeto de Lei que é do seu relatório.

Então, eu quero lhe prestar uma homenagem pelo trabalho que foi feito. A sua coragem, me lembro que assisti uma sessão da sua CPI em que estava depondo o ex-corredor, o ex-atleta Zequinha Barbosa, acusado de crime de pedofilia e que V.Ex^a acabou dando voz de prisão para ele. Então, nada mais justo. E eu quero lhe dar a palavra com as minhas homenagens, com o meu respeito pelo trabalho que foi feito.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr. Presidente da CPI, Senador Magno Malta, Senador Demóstenes, Senador Romeu Tuma, todos os Senadores aqui presentes, a todos os que participam desse... Desse momento tão importante e especial para as crianças brasileiras em

que a CPI da pedofilia avança num trabalho, consegue reunir cada vez mais homens e mulheres que militam na proteção de crianças e adolescentes em nosso país e que conseguem dar um passo tão especial. Um passo tão grande no sentido da quebra do sigilo telemático que a Google hoje entrega a esta Comissão. É o esforço, a vontade e a determinação de homens e mulheres que buscam encontrar os meios para combater, talvez, uma das piores formas de se violar os direitos humanos de crianças e adolescentes. Uma marca que, certamente, não deixa marcas só no corpo, mas, principalmente, na alma e no coração das nossas crianças.

Eu, Presidente Garibaldi, Presidente Magno Malta, tive a honra e o privilégio de assim que cheguei nessa Casa presidir uma CPI, uma CPMI mista que teve como Relatora a Deputada Rosário, em que nós visitamos 22 estados brasileiros. Ouvimos e recebemos mais de 800 denúncias. E indiciamos, praticamente, mais de 200 pessoas. Infelizmente, esses crimes, eles, muitas vezes, muitas vezes são cometidos entre quatro paredes e a voz das crianças, o testemunho das crianças muitas vezes não é considerado, ou é considerado algo fantasioso. E pela primeira vez na história, essa CPI que eu tive o privilégio de presidir, deu fé à voz de meninas e meninos nesse país. Deu a chance e a oportunidade para que meninos e meninas pudessem, de forma muito corajosa, expor os seus dramas, as mazelas e, certamente, a doença de uma sociedade que precisa acordar para a proteção do direito das crianças e adolescentes.

Ontem, ainda à noite, me pronunciei a respeito dos casos dramáticos de violência que acontecem no nosso país, que ocupam as manchetes dos jornais, as chamadas das televisões e das rádios. Em que os nossos filhos e as nossas filhas, que considero o maior patrimônio de qualquer Nação, estão sendo mortos. A cada dia morrem duas crianças vítimas de bala. Muitos casos, muitos casos, infelizmente, não chegam sequer a ser denunciados. 90% dos casos de abuso sexual acontecem entre quatro paredes, são cometidos, geralmente, por pais, padrastos ou vizinhos, ou pessoas que têm o conhecimento que conseguem atrair as crianças que com a sua fragilidade, a sua inocência e a sua vulnerabilidade acabam sendo agarrados e atraídos por essas redes de pedofilia, redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. E é preciso dar um basta, definitivamente, a esses crimes que acontecem que estão acabando com o nosso país. Independente de nós sermos políticos, parlamentares é dever de qualquer cidadão, de qualquer homem e mulher de bem desse país tomar conta, proteger e denunciar os maus-tratos que acontecem com os nossos, com as nossas crianças. Nós sonhamos e acreditamos

numa sociedade mais justa. Mas só acredito que seja possível construir essa sociedade mais justa se nós, que somos adultos, tivermos a capacidade, a sensibilidade e cumprirmos com a nossa responsabilidade e obrigação de cuidar de todas as crianças brasileiras, independente delas serem nossas filhas ou não, nossos filhos ou não.

Portanto, Senador Magno Malta, eu quero trazer aqui o meu abraço, a minha solidariedade. Dizer quanto me alegra ver o Presidente dessa Casa, do Senado, Senador Garibaldi Alves sentado hoje nesta Comissão prestando aqui a sua solidariedade, trazendo o seu prestígio como Presidente dessa Casa a reforçar um trabalho que, sem dúvida alguma, deve ser abraçado por todos os brasileiros, por todas as brasileiras, por todos aqueles que acreditam nesse país, por todos aqueles que têm boa-fé, que sonham nessa sociedade justa e que sonham com a sociedade onde o amor possa prevalecer, onde o cuidado com os nossos filhos possa prevalecer e não os maus-tratos e não essa luta insana de uma sociedade doente, perversa que ainda não entendeu a importância das nossas crianças para o futuro de verdade do nosso país.

Parabéns, Senador Magno Malta por mais essa conquista. Saiba do meu entusiasmo. Eu quero, aqui, relatar que a CPI que eu presidi que durou um ano me deixou marcas muito profundas. E um dia desses eu fui questionada pelo Senador Geraldo Mesquita, a quem tenho enorme carinho, por que eu não fazia parte dessa CPMI? O Senador Magno Malta sabe daquilo que eu passei, daquilo que eu vivi. Como isso custou até para a minha saúde. E que durante muito tempo foi muito difícil para mim falar sobre esse tema. Eu que milito na causa da criança há mais de 20 anos da minha vida, pensei que já tivesse visto tudo o de ruim que pode acontecer com as nossas crianças, mas fiquei muito chocada, muito entristecida, muito envergonhada e me senti, em alguns momentos, muito impotente para resolver o drama de tantas crianças que precisam da nossa voz. Mas, acima de tudo, do nosso coração. Essa CPI presidida pelo Senador Magno Malta renova a nossa esperança e a nossa fé de que é possível com a militância de tantos e tantos que a gente consiga construir uma nação muito mais justa. Parabéns e muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A Nação é agradecida, Senadora. O povo do Ceará é agradecido pelo trabalho que V.Exª fez na CPI e nós vamos continuar

Eu... É do meu coração, na próxima Sessão, eu quero votar um ofício conclamando que eu não posso nem dar ordem, no máximo pedir e pedir não ofende, a todas as Câmaras de Vereadores nós vamos oficial

do Brasil a que criem uma CPI de pedofilia no município. São tantos os casos de anônimos. Para que juntamente com o Conselho Tutelar local possa tomar providências, e conclamar os Prefeitos onde não há um Conselho Tutelar que crie o Conselho Tutelar rapidamente. Oficiar às Assembléias Legislativas do Brasil, todas, a que criem, simultaneamente, conosco uma CPI de pedofilia para que possamos fazer um anel. O sucesso que nós tivemos na CPI do narcotráfico foi exatamente por esse tipo de medida, Senadora Patrícia. Os casos se repetem nos estados, nos municípios de uma forma muito veloz.

Eu, antes de encerrar, eu convidei a esse líder José Agripino e a todos os outros que estão comprometidos, porque a Casa num momento de discussão de 6 CPIs decidiu criar essa CPI sendo convencida. Eu fui líder por líder mostrando a necessidade e nós criamos. E a decisão de votar com prioridade os projetos de pedofilia e... Temos atividades no mesmo horário, o Presidente está aqui, mas o Senador José Agripino, que foi um dos primeiros a se comprometer com essa CPI que está aqui, exatamente por essa razão, e nunca nos faltou e nunca faltará.

Eu concedo a palavra ao Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente Magno Malta, componentes da Mesa, ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, muito me honra a presença de V.Exª aqui. Eu fiz questão de vir aqui, Senador Magno Malta para, ao lado do Senador Garibaldi Filho, Presidente do Senado manifestar o meu contentamento com os primeiros resultados que essa CPI já consegue obter.

Eu estou indo para a CPI das ONGs e estava reunido agora há pouco com a Presidente da CPI dos Cartões Corporativos que apesar de circunstâncias e de contexto de uma disputa de maioria contra minoria estão ambas avançando. A CPI dos Cartões Corporativos já conseguiu, apesar de tudo, dos fatos, das circunstâncias, do embate numérico, já conseguiu produzir um resultado positivíssimo que é a diminuição de 60% dos gastos com cartões corporativos. Supõe-se que gastos de má qualidade. Independente de qualquer coisa, os gastos com cartões corporativos quer conta B, saque em dinheiro, quer compra de qualquer natureza já caíram 60%. Quem está ganhando com isso é o contribuinte brasileiro, somos nós todos. A CPI das ONGs vai fazer também as suas conseqüências e aqui, na largada, logo na largada, acho que se dá um tiro certo na questão da pedofilia. Onde é que a... A difusão da... Uma prática da pedofilia ocorre? Na *internet*, nos meios eletrônicos. O Google, me disse o Senador Magno Malta, veio aqui para entregar, um

fato inédito, me parece que no mundo inteiro, vamos chamar de quebra de sigilo, a abertura--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas é isso mesmo, o sigilo do orkut.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Isso. Na medida em que a quebra do sigilo é apresentada oficialmente, eu duvido que a pedofilia não seja... Eu recebi aqui um abraço agradável do Senador Marcelo Crivella...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Fiquei com medo de atrapalhar ele.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu duvido que... Que a prática da pedofilia não seja atingida na sua origem, porque o flagra está armado. Quem difundir fotografia que mostre pedofilia e a difusão é fundamentalmente pela *internet*, está com a porta aberta para o flagra. Então, acho que essa CPI se não fizer mais nada, já atingiu o objetivo porque deu um tiro certo. E eu fiz questão de vir aqui para dizer isso, para cumprimentar o Google, para cumprimentar os membros da Comissão e para cumprimentar o Senador Magno Malta que é um buliçoso profissional, mas que consegue, pela sua presidência, produzir algo interessante para a sociedade brasileira. E eu tenho certeza de que aquilo que está acontecendo aqui pode ter repercussão no âmbito internacional. Porque a pedofilia não é... Uma coisa que acontece no Brasil, lamentavelmente, a pedofilia tem tentáculos no mundo inteiro. E eu acho que o que acontece no Brasil, nesse momento, nessa sala terá repercussão internacional. Cumprimentos a V.Ex^a

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só para informar a V.Ex^a a Operação Carrossel foi feita no Brasil, Dr. Sobral que tem o nome do município lá do Ceará.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Da minha terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sua terra Sobral, sua terra Patrícia. Ele me informou que 70 nomes foram mandados para Israel, 70 nomes colhidos na Operação Carrossel no Brasil identificaram 70 nomes em Israel. 70 nomes foram mandados, 30 estão presos. Então, veja que nós precisamos realmente é de instrumentos de Lei, Senador Marcelo Crivella. Isso nós vamos fazer. Senador José Agripino agradeço. V.Ex^a está aqui para reafirmar a posição do DEM com relação aos Projetos de Lei votados nessa Casa, nessa Comissão e a celeridade deles no Plenário do Senado, já reafirmou o nosso Presidente. E V.Ex^a, eu reafirmo, foi um dos primeiros que eu procurei, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, porque vi a dificuldade de criar a CPI por causa do emaranhado de tanto pedido de CPI na frente dessa. Essa foi a última.

E quando mostrei a realidade, os dados, a indignidade, a torpeza cometido contra a criança V.Ex^a se curvou logo no primeiro momento, porque é pai, é avô e é com esse sentimento que nós estamos indo.

E encerro essa Sessão me lembrando da Isabela – O Caso Isabela. Reverenciar a memória dessa criança que se tornou um símbolo para que nós todos lutemos, para que não percamos a visão. Quem olha para a Isabela sente a dor de quem é pai, de quem é mãe. Existe uma perícia técnica apontando para o pai e para a mãe, quem sou eu para abrir a boca e fazer o julgamento. Mas tem tantas evidências, tem tanta coisa aflorando que a nós entristece, indigna. Um país que duas crianças são mortas todo dia. E parece que nós nos sentimos afrontados e é necessário que nós não aceitemos essa afronta e construamos os instrumentos a fazer esse enfrentamento. A gente fala que criança é o futuro da Nação e vamos ficar aqui olhando, vendo crianças serem mortas todo dia? Ontem, em Brasília, o corpo de uma criança, e eu já tomei as providências com a CPI, um pedófilo de 40 anos de idade estuprou e matou uma criança de oito anos, juntamente com a sua amante de 15 anos de idade também. E eu estou requerendo esse criminoso, juntamente com essa menor, estuprou, matou, mutilou, enterrou o corpo de uma criança de oito anos. É preciso que essa gente saiba que tem limite. Que tem limite e o limite é o instrumento da Lei. Que nós vivemos em sociedade e, em vivendo em sociedade há limites. E o limite é o instrumento da Lei. E o limite é o instrumento da Lei. Por isso, entendo como extremamente importante esse dia para a Nação Brasileira e para o mundo.

A entrega da quebra desses sigilos que está em posse dessa CPI, a nossa reação indignada com a morte de crianças todos os dias. Essa Isabela Nardoni se torna símbolo porque está aí na televisão, mas tantas outras anônimas estão morrendo agora sem o nosso conhecimento. Por isso que é necessário a denúncia. O disque 100 denuncia o pedófilo. O disque 100 denuncia o descarado. Denuncia aquele que mutila crianças e as pessoas não podem e não precisam ter medo, não devem se acovardar diante da denúncia. É por isso que os Conselhos Tutelares precisam estar estruturados. É preciso que as Câmaras de Vereadores estejam ávidas com relação a isso, as Assembléias Legislativas. É verdade que há pressão do dinheiro, há pressão política numa CPI como essa nossa. Mas é preciso que nós não nos acovardemos.

Eu vou encerrar essa Sessão de uma maneira é... Me lembrando e trazendo à luz essa moça, essa criança que se torna um símbolo dessa luta que é a Isabela. Um casal ontem, ontem foi o garoto mutilado no Rio de Janeiro, arrastado, soltando os pedaços pelo meio do asfalto. Hoje, uma menina. E as crianças mais simples e

menos favorecidas, Senadora, essas viram alvo de desgraçados que dispõem de poder financeiro, desgraçados que têm o poder do aliciamento pela força do dinheiro e comprometem criando lesões emocionais terríveis, lesões psicológicas terríveis, lesões familiares horrendas em famílias de baixa renda, em crianças de baixa renda que não têm a quem recorrer nem como recorrer.

Eu quero aqui abraçar a rede Record de televisão e a Rede Globo de televisão e todas as outras televisões, porque elas todas nesse momento começam a aflorar matérias, documentários sobre pedofilia, chamando a atenção da nação brasileira. A Rede TV, a CNT, o SBT, as televisões a cabo no Brasil, todo o lugar que você liga e parece que esse sentimento materno, sentimento paterno e o sentimento nativista que move a todos nós, o sentimento de amor a essa Terra é que vai nos conduzindo para que nós nos posicionemos de maneira tão definida, tão forte com relação a questão da criança. Deus nos guarde para que não sejamos movidos a ódio, porque a cada momento eu me pego sendo movido a ódio. Toda hora que vejo uma imagem, a imagem de um pai, o Presidente nós temos imagem de um pai estuprando uma criança de 60 dias com um cabo de um martelo. Se masturbando com a outra mão sentindo prazer. Nós temos que ter cuidado para não sermos movidos a ódio, para não querer fazer justiça com a nossa mão. Diante de tão grande desgraça, tão grande miséria contra a criança, contra a família brasileira. Que Deus nos dê graça para conduzir essas coisas e cumprir o nosso papel construindo uma Legislação para que seja cumprida e dê freio a essa gente. Nós não vamos erradicar, porque o coração do homem é o mesmo desde o princípio, mas que nós construamos instrumentos a dar dignidade à sociedade brasileira.

Está encerrada a sessão. [palmas]

Sessão encerrada às 11h21.

Senador **Magno Malta**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTE, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião de 2008, realizada em 6 de maio de 2008, às quinze horas

e vinte minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram apreciados e votados os seguintes requerimentos: Requerimento 049/08, requer a convocação das adolescentes D. C. R. V. e R. S. V., testemunhas qualificadas na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás junto à 2ª Vara Cível e Fazendas Públicas da Comarca de Niquelândia, para prestarem esclarecimentos sobre a utilização de bens públicos municipais na prática de exploração sexual de adolescentes por parte de agentes públicos daquela localidade e Requerimento 050/08, requer seja solicitado à Polícia do Senado Federal o envio de cópia de todo o Inquérito Policial nº 004/07, instaurado em 8 de outubro de 2007, que apura a divulgação de imagens com pornografia envolvendo criança ou adolescente.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente; **Demóstenes Torres** (DEM-GO) – Relator; **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG); **Virgínio de Carvalho** (PSC-SE).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI da Pedofilia, que visa investigar o abuso contra crianças no Brasil. Consulto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Nós temos dois requerimentos a serem votados. Um os Srs. Senadores vão votar e depois votamos reservadamente o outro, porque é um inquérito reservado.

Comunicar aos Srs. Senadores e ao Sr. Relator que a Força Tarefa que está trabalhando na Quarta Secretária, está lá trabalhando, até sugiro aos Srs. Senadores que passem lá para ver o trabalho que está acontecendo. Na verdade é olhar e sair para vomitar, mas é preciso ver de perto essa desgraça, essa anomalia, esse flagelo contra a família, contra as crianças.

Comunicar que estive com o Presidente Garibaldi Alves, que está hoje à tarde tentando resolver, nesses próximos dois dias, que o Presidente Luiz Inácio nos receba. Eu estou programando aqui nessa Audiência com o Presidente que nós levemos alguns álbuns abertos para que o Presidente da República tome conhecimento desse comportamento lesivo contra a família e contra as crianças do Brasil para que nós intensifiquemos a aprovação das Leis que nós estamos preparando como instrumento para atender a sociedade brasileira.

Quero, também, fazer um outro comunicado aos Srs. Senadores. A Interpol lançou um apelo global para que o público ajude a identificar um homem acusado de abusar sexualmente de três meninos. A foto é essa daqui, foi trazida essa informação agora pela assessora do Senador Demóstenes e é muito importante, lembrando às pessoas que estão vendo em casa que o telefone da denúncia é o Disque 100, para denunciar abuso contra criança.

“Requeiro, nos termos regimentais do art. 58, inciso III, da Constituição Federal, e art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocadas as adolescentes Daiane Tristane(F) Rezende Vieira e Raissa Silva Vasconcelos para prestar esclarecimentos à CPI sobre fatos relacionados à Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público no Estado de Goiás”. É o caso de Niquelândia. Vamos lá, Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está aprovado.

Bom, eu tenho um requerimento para ser votado, é reservado, eu gostaria de poder esvaziar a sala. Peço que desliguem a TV.

Sessão secreta às 15h47.

Sessão reaberta ao público às 15h54.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h54.

Senador **Magno Malta**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTE, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2008, realizada em 12 de abril de 2008, às quinze horas

e trinta e cinco minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi tomado o depoimento do Sr. Ronan Rosa Batista, Prefeito Municipal do Município de Niquelândia, no Estado de Goiás.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente; **Demóstenes Torres** (DEM-GO) – Relator; **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG); **Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB-AC); **Virgínio de Carvalho** (PSC-SE).

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTE, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2008, realizada em 15 de maio de 2008, às dez horas e quinze minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram apreciados e votados os seguintes requerimentos: Requerimento n.º 051/08, requer seja designada diligência desta CPI a Cidade de Uberlândia/MG, objetivando ouvir suspeitos de casos relacionados à prática de pedofilia; Requerimento n.º 052/08, requer seja designada diligência desta CPI a Cidade de Uberaba/MG, objetivando ouvir o Sr. Levi Cançado Lacerda, detido na Delegacia daquele Município e outros suspeitos de casos relacionados à prática de pedofilia; Requerimento n.º 053/08, requer seja convidado o Sr. Tiago Bortoletto Vaz, Diretor de Tecnologia da Informação e Engenheiro Software da Safernet/Brasil, para prestar assessoria técnica semanal a esta CPI, até o término de seus trabalhos; Requerimento n.º 054/08, requer seja convocado para prestar depoimento nesta CPI o Sr. Sr. Levi Cançado Lacerda, detido em Uberaba/MG; Requerimento n.º 055/08, requer que esta CPI realize diligências a Cidade de Uberaba/MG, em data a ser designada pelo Presidente da Comissão, Objetivando apurar fatos que chegaram ao

Senador Romeu Tuma através de correspondência; Requerimento n.º 056/08, requer a empresa Google Brasil Internet Ltda. a complementação dos dados telemáticos encaminhados à CPI em 23 de abril de 2008 e o envio de informações acerca das notificações efetuadas ao National Center for Missing and Exploited Child-NCMEC. Requerimento n.º 057/08, requer seja convidado a prestar esclarecimentos a esta CPI o responsável pelo site de relacionamento FACEBOOK; Requerimento n.º 058/08, requer seja convidado a prestar esclarecimentos a esta CPI o responsável pelo site de relacionamento BEBOO; e Requerimento n.º 059/08, requer seja convidado a prestar esclarecimentos a esta CPI o responsável pelo site de relacionamento MAYSACE BRASIL.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente; **Demóstenes Torres** (DEM-GO) – Relator; **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG); **Sérgio Zambiasi** (PTB-RS).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI da Pedofilia, visando investigar a pedofilia no Brasil. Que seja dispensada a leitura da ata da sessão anterior. Os que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos à aprovação dos requerimentos. Cumprimento cordialmente V. Exa. e encaminhado para apreciação da ação de providências cabíveis enviadas a exame. Vereadora de Juiz de Fora Rose França requer subsídios para instalação de CPI da Pedofilia naquela Câmara. Bacana. A Vereadora Rose França que é vice-presidente da Câmara de Juiz de Fora que vem solicitar subsídios para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no seu município. Acho isso muito importante e até comunico que vou oficiar as câmaras municipais de todo o Brasil a fim de que crie, nesse momento, uma CPI de Pedofilia para atender os municípios, atender os casos nos municípios, visto que a CPI não tem alcance para socorrer a todos juntamente com os conselhos tutelares. E já de pronto solicito porque uma vez que essas imagens vão para o Brasil, da TV Senado, que os prefeitos que estiverem nos vendo, nos ouvindo que fortaleçam os conselhos tutelares. Que os conselheiros tutelares estejam plenamente comprometidos com a defesa da família, a defesa da criança e receba e se junte ao Ministério Público, ao promotor local para poder fazer esse embate em defesa das crianças até que esta CPI consiga votar as leis necessárias para punirmos esses criminosos. Se existe crime hediondo, de fato, e existe o crime hediondo, de fato, é o crime de pedofilia.

A gente tem sempre um registro na cabeça, na mente da gente fala em pedofilia a gente imagina alguém abusando de uma pessoa de 13, de 14 anos de idade. A gente nunca imagina um sujeito abusando de bebê de berço, o bebê com uma mamadeira na mão, com a mamadeira e sendo abusado na sua mais tenra inocência, por esses desgraçados que acreditam na impunidade e ainda encontra pessoas, operadores do direito dentro do poder, que são capazes de mandar arquivar processo contra esse tipo de gente. Eu quero cumprimentar o Ministério Público e o Juiz do Triângulo Mineiro de Uberlândia que deu 45 anos já de cadeia para aquele professor e a esposa que foram pegos abusando de crianças lá no Triângulo Mineiro. Onde nós estaremos na próxima terça-feira.

Requeiro nos termos regimentais que seja designada a diligência dessa CPI à cidade de Uberlândia – Minas Gerais a fim de ouvir o suspeito do caso relacionado à parte de pedofilia. Não sei se a gente podia acrescentar aqui... Ah, esse é de Uberlândia. Requeiro nos termos regimentais que seja designada as exigências da CPI à cidade de Uberaba a fim de ouvir Levi Cansado(F) Lacerda detido na delegacia daquele município que é outro suspeito relacionado na prática de pedofilia. Esse desgraçado abusou de mais de 25 crianças de 10 anos de idade.

Requeiro nos termos regimentais que seja convidado o Sr. Tiago Bortoleto Vaz, Diretor de Tecnologia e Informática, engenheiro software da SaferNet Brasil. É Tiago também? Tem nome de gente grande, viu irmão. Este Tiago da Bíblia, você seguir os passos dele, pelo menos, um tiquinho. É baiano também igual nós? Só tem um neurônio igual nós. Só toca berimbau porque tem uma corda só, te tivesse duas a gente não tocava. O cara falou isso. Se esse idiota soubesse. Ele não sabe que Rui Barbosa nasceu lá não, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não deve saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Meu Deus do céu. Castro Alves acho que era de lá também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sei lá. Eu nasci no lodo da jega lá no distrito de Macarani no interior, sou filho de uma faxineira chamada Dadá lá em Itapetinga. Fui para o Espírito Santo e virei Senador. E aí o cara acha que eu só tenho um neurônio. Eu acho, na verdade, que a Bahia, os baianos tiveram um momento de fraqueza e por alguns momentos, alguns minutos eles só tiveram um neurônio mesmo foi quando o colocou para ser o diretor do curso de medicina e aí mostraram, realmente,

naquilo que foi um momento de fraqueza, realmente, ali mostraram.

Mas, doutor, bem vindo aqui à nossa equipe. Eu tenho certeza que o Brasil ainda e o mundo vai se encantar com o que a tecnologia baiana desenvolveu que daqui uns dias nós mostraremos na CPI essa coisa fabulosa que nós vamos cooperar com o mundo. A gente podia até chamar, dar o nome de tecnologia de um neurônio só. [risos].

Requeiro nos termos regimentais que seja convocado a prestar depoimento na CPI o Sr. Levi Cansado Lacerda detido em Uberaba, ainda que peço para acrescentar nesse mesmo requerimento que já está aprovado aqui, Augusto, o nome do professor de Uberlândia juntamente com a mulher e as vítimas, faça nesse mesmo requerimento, só acrescente aqui porque já está votado, está aprovado. É só pegar os nomes lá e colocar aqui.

Tem um requerimento do Senador Romeu Tuma, uma denúncia que ele recebe de um pai lá de Uberlândia ou Uberaba?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uberaba.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E Uberaba também. E queria até pedir ao Tiago que olhasse aqui, vê se há possibilidade da gente encaminhar o pedido dessa quebra aqui. Um pai desesperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas nós vamos aprovar o requerimento do Senador Tuma e depois ouviremos os técnicos para ver que caminho tomaremos. Um pai desesperado que o namorado foi circular fotos da filha dele de 13 anos no Orkut. Ele acrescenta aqui que fez a denúncia e o inquérito sumiu.

Requeiro nos termos regimentais da Constituição Federal art. 2º da Lei 1.579 de março de 52, art. 148 Regimento Interno do Senado que esta CPI realize diligência em Uberaba. É o que nós vamos fazer, a fim de averiguar essa denúncia do último 11 de abril do corrente. Firmado pelo Sr. Jair Castro. O Senador Romeu Tuma que está operado em São Paulo, por isso não está aqui. Mas que passa bem, graças a Deus. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requeiro nos termos regimentais que seja convocado para prestar esclarecimento a esta CPI o responsável pelo site Relacionamento Bibol(F).

Requeiro nos termos regimentais que seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o responsável pelo site Relacionamento My Space.

Requeiro nos termos regimentais que seja convocado para prestar esclarecimento a esta CPI o responsável pelo site Facebook. Os favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Requeiro nos termos regimentais ao representante da quebra do sigilo do Google, de tudo que eles mandaram faltaram alguns perfis já identificados pelos técnicos, e vieram fotos, mas não vieram os dados cadastrais e os logs de 20 perfis.

Requeiro nos termos regimentais representante legal da empresa Google a complementação dos dados, quer dizer, os dados da quebra. Dados telemarketing(F) encaminhado à CPI 23 de abril de 2008, envio das informações acerca das notificações efetuadas a Nacional Center – inglês não é minha praia não. No uso das suas atribuições constitucionais esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal que investiga a situação da pedofilia no Brasil, requisita à empresa Google Brasil Internet, Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 5º andar, o encaminhamento à secretaria da Comissão os seguintes documentos e meios magnéticos e em versão impressa. Logs de acesso, painel inicial dos perfis, os caps testemunhas relacionadas ao número de identificação de perfis abaixo relacionados. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Essa é uma comunicação do Senador Geraldo Mesquita pedindo justificativa da sua ausência. Está justificado em função de estar numa missão no seu Estado. Aliás, em Sergipe, numa missão partidária.

Quero, antes de encerrar, incentivar as pessoas que vêem a TV Senado que denunciem. Tenham coragem. O número da denúncia é o Disque 100, ou então procurem o Ministério Público, ou então faça a sua denúncia pelo e-mail do Senado. E nós enviaremos a denúncia a quem de direito, caso nós não tenhamos condição de alcançar. Mas nós examinaremos a todas e em havendo possibilidade a CPI tomará para si.

Posso me recordar que as maiores investigações feitas pela CPI do Narcotráfico e onde nós chegamos, relata que a própria prisão de Fernando da Costa Beiramar começou com uma denúncia. E me lembro muito bem da manchete do Jornal do Brasil quando eu pedi a convocação desse moço que estava foragido. A manchete dizia: CPI perde tempo com gerente de boca. E olha quem era o gerente de boca. E aonde nós chegamos. De maneira que todas as denúncias serão verificadas, todas as denúncias serão verificadas e em não havendo a possibilidade de diretamente atender, mas serão mandados os respectivos Ministérios Públicos. E por isso pretendo, na próxima semana, oficializar as Câmaras Municipais a que façam uma comissão nos seus municípios, as Assembléias Legislativas a que façam e que procedam de maneira corajosa em favor da família. Digo maneira corajosa porque uma CPI desta natureza tem muita demanda de pressão, demanda de pressão, de intimidação para que as coisas não andem e elas não aconteçam. Mas qualquer tipo de comportamento

que vise enfrentar qualquer tipo de ameaça em favor da criança, e quem tem família sabe o que eu estou falando. Quem cria uma criança, quem cria um filho, quem o vê nascer e que dá os primeiros banhos, depois vê essa criança nascer os dentes, trocar os dentes e depois a ver sendo mutilada, abusada por um desgraçado sem qualquer tipo de sentimento ou por uma desgraçada e, muitas vezes, esse desgraçado está dentro de casa. Eu imagino que essa, a partir do meu sentimento, é a experiência mais dura que alguém pode ter. E tudo que nós fizemos para alguém coibir, para coirmos, tudo que fizemos enquanto sociedade para criarmos os instrumentos legislativos para que os operadores do direito, ou seja, a Justiça, o Ministério Público possa fazer as investigações, a polícia possa investigar e a justiça tenha condição de julgar e punir é preciso que nossas façamos de maneira muito corajosa. Também dizer às pessoas que não façam a esta CPI qualquer tipo de denúncia que não diz ao fato determinado dela. Toda luta é muito importante. Mas o fato determinado desta é pedofilia.

Tem pessoas nos procurando botando habeas corpus preventivo em questões dizendo: “nos acusaram disso. Nós não temos isso e tal”. Não é o meu negócio, não é o nosso negócio. Nosso negócio é apurar denúncia de pedofilia. Felizmente, as pessoas se vêem cansadas de uma luta e sem resultado elas vêm aqui. Ontem eu recebi uma senhora de uma luta das mais dignas que este país tem que travar com muita seriedade que é o tráfico de órgãos. Mas, infelizmente, eu não... O que fazer se esta é uma CPI de pedofilia? Embora a gente saiba que tem criança sendo morta com causa mortis que não existe, com atestado de óbito que não diz a verdade, e enterra só um boneco, porque tudo foi tirado... Crianças que são mandadas para adoção e que são adotadas, e que são adotadas não para ter pai e mãe, mas sai deste país com as córneas vendidas, com o pulmão vendido, com o rim vendido, e a gente não pode... Nós não temos condição, realmente, de abraçar todas as questões, porque esta CPI é de pedofilia, é de pedofilia, é de pedofilia. De maneira que eu também oriento as pessoas nesse sentido.

III Congresso Mundial de Enfrentamento e Exploração Sexual de Criança e Adolescente é lançado no Rio, próxima segunda, 19 será lançado o III Congresso de Enfrentamento e Exploração Sexual de Adolescentes às 10h no Palácio de Guanabara, sede do governo no Rio. Presença do Presidente de honra do Congresso, a Primeira Dama brasileira Marisa Letícia

representando a Comissão [ininteligível], UNICEF, Ministério e Secretaria Especial [ininteligível], Presidência da República, Paulo Vanucci, autoridades e Ministros, o Congresso que deverá reunir mais de 3 mil pessoas de cinco continentes, sendo 300 adolescentes. E contará com 25 comitivas no Rio de Janeiro, aproveitando o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual Infantil e Juvenil lançado no congresso. Infelizmente essa Comissão não foi convidada. Eu estou lendo isso aqui. Quem é que me deu isso aqui? A Comissão não foi convidada não. Nós precisamos mandar um ofício a eles lamentando que esta Comissão não tenha sido convidada, visto que os grandes avanços de abusos contra crianças foi feito por esta Comissão em apenas 30 dias com a quebra desses álbuns na Internet.

O Disque 100 realiza mais de 2 mil atendimentos por dia. Total de denúncia recebido pelo Disque 100. E aqui é a área do Dr. Tiago. Ano, total de denúncia, somente registro de violência sexual, violência sexual no total em 2005, 5.138 somente registro de violência sexual 2.250 43%; 2006 13.830, violência sexual 6.580, 47%; 2007 24.931 somente violência sexual 12.512, 50%; 2008 10.900, violência sexual 5.295, violência sexual no total 49% até 30 de abril. Lançamento do III Congresso Mundial de Enfrentamento de Exploração Sexual. Quando? Segunda-feira, 19. Onde? Palácio Guanabara. Assessoria de imprensa ISEDH, telefone tal e tal 61. Jornalista Carla Oliveira. Quem quiser ir anota o telefone dela aí. 061-3429-3498, 3429-9805. Quem se sentir alijado(F) também liga para ela. Jornalista Carla Oliveira à disposição da imprensa. Vou dar o celular dela também: 9970-5475, qualquer cidadão pode ligar: 061-9970-5475.

Lamento a Comissão não ter sido convidada. Quero aprovar aqui um requerimento enviado a eles. Pedir à assessoria de imprensa também. Você quer o celular dela? Tome. Diga a ela que se vocês precisarem de material e subsídio a gente tem para dar aqui para o Congresso.

Infelizmente uma batalha como essa no país, uma quebra de sigilo, como fizemos que beneficia o mundo, nós identificamos pedófilo no mundo inteiro, de países que não têm o mínimo acesso aos Estados Unidos que jamais terão quebra de Google, jamais terão. E nós estamos enviando para eles os pedófilos a partir da nossa quebra aqui, que nós não queremos dar nomes aqui hoje.

Faz-se um Congresso desse e nós nem tomamos conhecimento. Recebemos pela imprensa.

Senador Eduardo Azeredo, seja bem vindo. Nós terminamos de aprovar alguns requerimentos, inclusive, a ida da Comissão, na terça-feira, à Uberaba e Uberlândia. Eu irei ao seu território e em havendo espaço na sua agenda, seria importante nos encontrássemos lá. Sei das dificuldades todas.

Estava aqui registrando que vai acontecer na segunda-feira um congresso... Como é que é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Congresso no final do ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Congresso no final do ano.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, lá em Uberaba e Uberlândia qual é a ordem do dia lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Alguém poderia me colocar em... Você é do Ministério da Justiça? Eu estou falando do Congresso organizado pela Secretaria de Direitos Humanos aqui que nós lemos pela imprensa e esta CPI que vem prestando um serviço quebra um sigilo de um Orkut e revela barbaridades que nós faremos, inclusive, prestamos um serviço para o mundo e nós nem tomamos conhecimento e nem fomos convidados. Eu acho isso muito triste. Eu queria até falar com o Perly Cipriano. Dá para fazer um contato com ele? Com o Dr. Perly Cipriano?

Dr. Eduardo Azeredo, lamento essas coisas que...

Foi preso um pedófilo em Uberaba que abusou de mais de 25 crianças com idade de 10 anos. E eu pretendo ir ouvir as crianças até pelo número de fotografias caracteriza que é um alimentador de rede. Como aquele pedófilo de Uberlândia que está preso e já tomou 45 anos aquele professor. Ontem eu tive conhecimento que na casa dele foram apreendidas quase 4 mil fotos e que algumas fotos são de crianças americanas, porque eles têm família nos Estados Unidos. Com o corpo de técnicos que nós temos aqui na CPI, eu pretendo ir para poder requisitar esse material para a CPI, para que nós possamos identificar, periciar as fotos, e é possível que haja alguém, além, do professor envolvido. Então eu vou, nós vamos estar lá na terça-feira, a partir da tarde, em Uberaba porque vamos ouvir o Sr. Levi Cansado(F), cansado para coisa séria, não é? E em seguida seguimos para Uberlândia.

E eu estava aqui encerrando falando desse Congresso Mundial organizado pelo Ministério da Justiça e que nós não fomos convidados nem para que pudéssemos ir lá. Não havendo mais nada a tratar declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 10h38.

Senador **Magno Malta**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS Nºs 217 E 1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião, realizada em 25 de março de 2008, às onze horas, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a oitiva do Senhor Antonio Manoel Dias Henriques, acompanhado de seu advogado Getúlio Humberto Barbosa de Sá. O Senhor Alexandre Lima deixou de comparecer à reunião, em virtude de ter sido submetido a atendimento de urgência em 24.03.08.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente; **Inácio Arruda** (PCdoB-CE) – Relator; **Heráclito Fortes** (DEM-PI); **Sérgio Guerra** (PSDB-PE); **Sibá Machado** (PT-AC); **Lúcia Vânia** (PSDB-GO); **Fátima Cleide** (PT-RO); **Alvaro Dias** (PSDB-PR); **Mozarildo Cavalcanti** (PTB-RR).

Estiveram presentes ainda, os Senhores José Agripino, e Pedro Simon, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Cumprimentando a todos e havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento nº. 201/2007 e editada pelos requerimentos nº. 217/2007 e o requerimento nº. 1324, também de 2007, que foi lido em 08/11, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar, num prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos Públicos para Organizações Não Governamentais, as ONGs, e para Organizações de Sociedade Civil de

Interesse Público, as OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 99, até a data de 08 de novembro de 2007.

A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam, permaneçam como estão. Aprovada a Ata. Esclareço que, na presente reunião, estava previsto ouvirmos o Sr. Alexandre Lima, Diretor da Editora Universidade de Brasília, e o Dr. Antônio Manoel Dias Henriques, da FINATEC. O Dr. Antônio Manoel Dias Henriques está presente, aguardando o seu chamado. Já o Dr. Alexandre Lima encaminha a essa Mesa, através do seu advogado, da Meira Moraes Advogados S/A, o seguinte expediente: “À CPI das ONGs. Alexandre Lima, brasileiro, Administrador de Empresas, portador da identidade nº. 336722, residente e domiciliado em Brasília, vem à presença de V.Exa, por seu advogado, expor o que segue, expor e requerer o que segue. Por deliberação dessa Comissão Parlamentar, foi determinada a oitiva do ora requerente para prestar esclarecimentos relacionados com repasse de recursos da Universidade de Brasília, por intermédio do Departamento da Editora desta instituição de Ensino Superior, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnologia da Saúde, inicialmente marcado para 12 de março do corrente. Todavia, por conflito da agenda do Senado, motivado especialmente pela votação do Orçamento para o exercício de 2008, o requerente foi comunicado do adiamento da oitiva, sendo remarcada para a data de 25 do março corrente. Ocorre que, por força maior, o recorrente não poderá comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos nesta nova data, haja vista que sofreu um acidente doméstico que acarretou o esmagamento de uma hérnia, sendo submetido a atendimento de urgência no hospital Dr. Carlindo Dantas e, posteriormente, submetido a uma intervenção cirúrgica, fato esse que ocorreu na data de 24 de março, e comprovado pelos documentos que seguem em anexo. Do exposto, requer a V.Exa. o acatamento da presente justificativa, ficando, desde já, o ora requerente à disposição desta douta Comissão para prestar esclarecimento que entendam cabíveis após o seu restabelecimento”. Segue o ofício, diversos comprovantes de hospitais e de médicos, que afirmam o acidente e também a intervenção cirúrgica. Dados esses fatos, a Presidência aceita e marcará uma nova data para a sua oitiva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, V.Exa. tem a palavra, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas para fazer um registro... Vai se tornando uma coincidência. Quando há convocação para depoimento, imediatamente surgem os problemas com a saúde dos depoentes. Não só nessa CPI; em várias CPIs--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E que já chegaram a atingir até o nosso Presidente, que ainda bem que foi uma cirurgia bem-sucedida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como? O nosso Presidente?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já plenamente estabelecido.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas o nosso Presidente não é depoente e não faltou a nenhuma das Reuniões.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os problemas são tão freqüentes, que já—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E não se ausentou a nenhuma das Reuniões, não apresentou atestado médico e está sempre presente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mesmo com a cirurgia, está aqui presente. Poderia estar descansando.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Isto, inclusive, reforça a tese de que essa coincidência é sempre suspeita. Escolhem exatamente o momento do depoimento para realizarem cirurgias, internamentos, apresentam atestados médicos que nós não temos o direito de contestar, creio que não cabe qualquer dúvida em relação a um atestado médico que venha assinado por pessoa credenciada.

Mas, de qualquer maneira, fica o registro, Sr. Presidente, senhor Relator, Srs. membros dessa Comissão, que é surpreendente esta coincidência. Parece até que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem esse poder de fazer pessoas adoecerem no exato momento do depoimento. Eu lamento que o Sr. Alexandre não possa estar presente porque ele é figura essencial nessa investigação que se faz sobre a Universidade Nacional de Brasília, e esperamos que a sua convocação, a sua presença aqui possa ocorrer o mais rapidamente possível, até porque o Ministério Público está atuando... Atuando com muita competência e com muita eficiência e, certamente, contará com a colaboração desta Comissão Parlamentar de Inquérito para o aprofundamento das investigações que vem realizando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. e, evidentemente

te que nós vamos aceitar o pedido do Dr. Alexandre Lima e também preciso, por uma questão de honestidade, afirmar que, na Reunião anterior, ele esteve presente e foi uma falha nossa de agenda, que a gente não pôde ouvi-lo. De qualquer forma, nós vamos proceder à marcação imediata da nova data porque, de fato, é muito importante o seu depoimento e ele vai contribuir muito para o andamento da nossa CPI.

Eu queria, então, ler aqui o termo de compromisso que é assinado pelo Dr. Antônio Manoel Dias Henriques, pedindo à Secretaria que convide o Dr. Antônio Manoel... É uma convocação, para que ele se faça presente, então, à Mesa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, enquanto o Sr. Manoel Dias se dirige aqui à nossa Mesa para prestar os esclarecimentos que a CPI necessita, eu gostaria de comunicar a todos os membros e também às organizações, às entidades, que, no que diz respeito à questão do marco legal, nós deveremos estar apresentando uma proposta, se possível ainda amanhã, para que os Srs. Senadores e também as entidades possam opinar sobre a proposta de marco regulatório para esse importante setor da atividade pública brasileira. Então, tanto os Senadores, que eu acho que é importantíssimo, como as próprias organizações, podem oferecer... Nós vamos fazer uma proposta que fique submetida a uma espécie de consulta pública, através da CPI, para que todos possam opinar, ONGs, Senadores, as organizações do Governo, os Ministérios, quem quiser dar opinião poderá fazê-lo, a gente pode estabelecer um prazo de, no máximo, 15 dias, para que as entidades e principalmente os Senadores possam opinar sobre uma Legislação concernente à atuação dessas organizações no nosso país. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, agradeço ao senhor Relator e o termo de compromisso vem assinado pelo Dr. Antônio Manoel Dias Henriques e o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, do inciso LXXXIII da lei... Da nossa Constituição Federal. O termo está devidamente assinado; o Dr. Antônio Manoel, ele está acompanhado do advogado Getúlio Humberto Barbosa de Sá, que está aqui ao seu lado e vai lhe assessorar. Combinando com o Dr. Antônio Manoel, ele pede para a sua exposição 30 minutos, e a Presidência concede. Então, passo a palavra ao Dr. Antônio Manoel para a sua exposição inicial.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Exmo. Sr. Presidente, Senador Raimundo Colombo,

Exmo. Senhor Relator Senador Inácio Arruda, Sras. e Srs. Senadores, membros dessa CPI e presentes a essa Sessão, demais autoridades presentes, colegas de Universidades, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a compreensão que V.Exa.s. tiveram com o meu problema particular, que me impossibilitou de comparecer na Sessão ocorrida no dia 04 de março de 2008.

Nessa fala introdutória, além da minha apresentação pessoal, vou abordar a importância das fundações de apoio para as Universidades Públicas e especificamente a importância da FINATEC para a UNB, tendo em vista que somente—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, V.Exa., com a palavra, pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Peço escusas ao depoente. Eu estou em dúvida em relação a uma questão regimental e gostaria de ser esclarecido. Parece-me que o depoente não pode fazer leitura ao depor. Parece que não é uma prerrogativa que se possibilita ao depoente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu vou pedir à assessoria para me informar porque eu realmente não tenho conhecimento desse procedimento. É... A princípio, a informação que eu tenho é que realmente não pode fazer por leitura.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Em outras CPIs, houve... Eu faço a indagação exatamente porque, tendo participado de outras CPIs, não houve essa possibilidade de o depoente fazer a leitura, até porque a CPI quer ouvir o depoente e não a sua Assessoria Jurídica, através do texto que elabora para que seja lido aqui. Eu acho que é sábio o Regimento, ao não permitir ao depoente fazer a leitura de textos que, geralmente, são escritos pelos assessores regamente remunerados.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só para colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pedir a V.Exa. que pudesse, então, resguardar qual o artigo do Regimento que ampara esta preocupação, só para tirar as dúvidas de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço à Secretaria da Mesa que me informe, por favor. Já informo a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): No art. 148, § 2º, diz o seguinte: “Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo

com as prescrições estabelecidas na Legislação Processual Penal, aplicando-se, no que couber, a mesma Legislação na inquirição de testemunha e autoridades”. Se não houver... Mas aqui não é claro...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Remete a... Remete à Legislação que...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Processual.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): À legislação processual, que impede a leitura de textos previamente elaborados e, naturalmente, por Assessoria Jurídica remunerada regamente, generosamente. O depoimento numa CPI não se dá para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O que a assessoria informa está no Código de Processo Penal. Ele poderá, na resposta, se valer de argumentos, não poderá... De anotação, mas não poderá ler todo o seu depoimento. Então, baseado nessa orientação, eu peço a compreensão do Dr. Antônio Manoel, evidentemente que o senhor não precisa fazer a exposição, mas o senhor vai ter que fazer ela sem ser lida.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Bom, Sr. Presidente, na condição de convidado, eu, obviamente, acato a Presidência—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Na condição de convocado. Se fosse convidado, até poderia ler. Mas é na condição de convocado que V.Exa. está depondo.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Convocado, então, desculpe. Eu tinha sido informado que teria sido convidado, senhor Senador.

Então, vou dar, em breves palavras, vou colocar o que está nesse documento que, na verdade, foi por mim elaborado. Basicamente, esse documento, ele faz uma distinção clara entre o que é que é uma Organização não-Governamental que, na maioria das vezes, essas Organizações não-Governamentais, elas são instituídas por meio de associações. As associações, elas são... Elas pertencem aos associados, ou seja, as associações, elas possuem donos, que são seus associados, enquanto uma Fundação é um patrimônio à disposição de um objetivo social. Então, uma Fundação, diferentemente de uma associação, ela não possui donos, e o seu patrimônio é da sociedade. O patrimônio de uma Fundação não é dos instituidores, não é dos seus dirigentes, não é do Poder Público; o patrimônio de uma Fundação, ele pertence à sociedade.

No caso da extinção de uma associação, o patrimônio dessa associação, ela pode... Parte desse patrimônio ser revertido para os instituidores da associação, em retorno ao investimento feito inicialmente por esses associados. No caso de uma Fundação, e

aí se enquadram as Fundações de Apoio, no caso de extinção de uma Fundação, esse patrimônio obrigatoriamente será destinado a uma entidade congênere ou, não havendo, reverterá ao Poder Público. Então, essa é uma primeira... É uma primeira observação que eu gostaria de colocar.

Gostaria também de me apresentar. Acho que é importante. Eu sou formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília. Eu possuo mestrado da PUC do Rio de Janeiro, Doutorado pela Universidade de Brasília, trabalhei três anos no Instituto de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos, onde tive a oportunidade de coordenar a equipe que Projetou o primeiro satélite de coleta de dados brasileiro. E estou no quadro definitivo da Universidade de Brasília desde 1986. Fui um dos instituidores da FINATEC, em 1992, da qual eu fui Presidente, no período de 1992 a abril de 2004, e retornei à Fundação como membro do Conselho Superior, em abril de 2006, sendo eleito, em seguida, Presidente da FINATEC.

Bom, feita essa diferenciação de uma associação em relação a uma Fundação, é importante também colocar que esse patrimônio da Fundação, conforme artigo, inclusive, publicado pelo Dr. Airton Grazioli, que é Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo, e Dr. Tomaz de Aquino, que é Promotor do Ministério Público de Minas Gerais, esse patrimônio deve ser trabalhado economicamente para que o seu resultado seja revertido nos objetivos sociais da Fundação.

Então, é importante distinguir o objetivo social da Fundação das atividades que ela pode desenvolver. A Fundação e, particularmente, as Fundações de Apoio, elas normalmente foram instituídas com um patrimônio insuficiente, ou seja, elas não dispunham inicialmente de um patrimônio suficiente para fazer com que os seus objetivos sociais fossem alcançados.

Então, essas instituições, e a FINATEC é uma delas, tiveram que, obviamente, buscar essa integralização do seu patrimônio, através da prestação de serviços junto ao mercado. Essas Fundações, elas foram instituídas, algumas, na década de 30, com o objetivo de colocar o conhecimento da Universidade à disposição da comunidade. E, ao fazer isso, captar recursos para investir em pesquisa na instituição apoiada.

Semelhantemente à FINATEC, existem várias outras Fundações espalhadas, Fundações de Apoio espalhadas pelo Brasil inteiro. Então, vou citar algumas: No Paraná, temos a FUNPAR, de apoio à Universidade Federal do Paraná; no Rio de Janeiro, temos a COOPTEC e a FIOCRUZ; a FIOTEC, de apoio à FIOCRUZ e a COOPTEC, de apoio à COPPE do Rio de Janeiro. Em São Paulo, temos a FUSP, de apoio à USP; tem a

FUNCAMP, de apoio à UNICAMP. Lá em Santa Catarina, tem uma FEESC, de apoio à Universidade Federal de Santa Catarina. Em Recife, temos a FAD, de apoio à Universidade Federal de Recife, de Pernambuco. E por aí, quer dizer, são cerca de, mais ou menos, 110 Fundações de Apoio no Brasil inteiro. E a FINATEC é uma dessas Fundações, que são credenciadas no MEC e no MCT. Essa é outra diferenciação importante entre as associações, que normalmente são a grande maioria das ONGs, e as Fundações. Particularmente, as Fundações de Apoio. As Fundações de Apoio, elas têm uma Legislação toda própria, que é a lei 8958/94 e o Decreto 5205/2004, que regulamentou a lei.

Então, elas são obrigadas, anualmente, a prestar contas ao Ministério Público do Estado, onde elas estão situadas. Além disso, são obrigadas a prestar contas anualmente à instituição apoiada e, bienalmente, são obrigadas a prestar contas ao MEC-MCT, para que ela possa manter o seu credenciamento como Fundação de Apoio junto ao MEC-MCT.

Bom, dito isso, vamos tocar, então, alguns pontos que foram objeto de denúncias, em nível da mídia e em nível dessa própria CPI. Vamos falar primeiro da questão da residência oficial do Reitor da UNB, que já foi, acredito, com a vinda do Reitor a essa CPI, já foi extremamente debatido, mas eu gostaria de colocar mais alguns esclarecimentos, que eu julgo necessários.

É importante, primeiro, colocar a minha posição pessoal. Eu entendo que esses recursos poderiam ter sido melhor aplicados. Essa é a primeira colocação que eu gostaria de fazer. Segundo, como Presidente do Conselho Superior da Fundação, não tive participação nenhuma na autorização dessas compras. Estatutariamente compete aos diretores, ao Diretor-Presidente, ao Diretor Financeiro e ao Diretor-Secretário, compete a eles esse tipo de atribuição. Não compete ao Presidente do Conselho, no caso, a minha pessoa, autorizar esse tipo de aquisição. O Presidente do Conselho Superior e o Presidente do Conselho Fiscal não têm atribuições executivas. O Conselho Superior da FINATEC tem como objetivo dar as políticas gerais da Fundação. O Conselho fiscal assessora o Conselho Superior na... Em relação à avaliação das contas e do relatório técnico anual.

Na oportunidade, quem era o Diretor-Presidente da Fundação era o Professor Sadek Crisóstomo Absi Alfaro. Inclusive, as notas encaminhadas, as notas pagas pela Fundação em relação a esse assunto foram aprovadas, de acordo... Foram autorizadas... O pagamento dessas notas pelo, então Diretor, Professor Sadek Absi Alfaro. Essa questão do apartamento do Reitor nunca foi levada pela Diretoria Executiva da Fundação ao conhecimento do Conselho Superior. O

Conselho Superior não tomou conta, não tomou conhecimento desse fato, a não ser recentemente, obviamente, com a explanação pela mídia. E teria tomado conhecimento agora, em fevereiro de 2008, na medida em que o Conselho fiscal iria elaborar o seu relatório, referente a 2007. Tá. Então, quer dizer, essas compras foram realizadas durante o período de 2007, em que, repito, nem eu, nem o Professor Nelson Martin, que era o Presidente do Conselho Fiscal, tivemos qualquer participação na autorização dessas aquisições. Então, é importante deixar claro.

Por outro lado, é importante também dizer que os recursos que possibilitaram essas aquisições venham de um fundo de apoio institucional. Esse fundo é alimentado por uma percentagem do valor dos Projetos desenvolvidos pela Fundação. É assim para a FINATEC, é assim para as outras Fundações de Apoio à Universidade de Brasília e isso é praticado no Brasil inteiro, por várias Fundações, em relação à entidade que apóia. Tá?

A Fundação, então, ela deposita esse recurso numa conta exclusiva dela, no Banco do Brasil, e a Universidade, então, demanda, a área técnica da Universidade, demanda, então, a compra de equipamentos, a reforma de laboratórios e também demandou essa questão aí, do mobiliário do apartamento que serve como residência oficial, ou servia como residência oficial do Reitor da Universidade de Brasília.

Então, o art. 2º da Resolução nº. 15 do Conselho Diretor da FUB diz exatamente isso, que uma Fundação de Apoio, para ela poder ser uma Fundação de Apoio à Universidade de Brasília, ela tem que prever esse... Uma percentagem dos Projetos por ela desenvolvidos para alimentar esse fundo.

Bom, com relação à parceria FINATEC/INTERCORP, é importante que se diga que essa parceria, ela teve início no ano de 2001, com assinatura de um termo de parceria, com vigência de cinco anos. Como é que surgiu essa parceria? É importante que seja colocado. Essa parceria surgiu na medida em que a FINATEC foi procurada, na época, pelo Sr. Luiz Lima que tinha um produto que era voltado para a iniciativa privada e que tinha interesse em transformar esse produto, com o apoio da Fundação, para gestão de organismos públicos, de órgãos públicos. Por que a FINATEC? Porque, na verdade, a FINATEC tem como grande parte dos seus clientes, exatamente são órgãos públicos, até pela localização dela; ela está na capital Federal, onde está não só o Governo Federal, mas várias representações, e também o Governo do Distrito Federal.

Essa parceria, então, visava transformar esse produto para a área da gestão pública, ou seja, para

modernização da gestão pública. Então, foi firmado, durante os seis primeiros meses dessa parceria, esse produto foi desenvolvido, e, com esse produto pronto, quer dizer, devidamente... A metodologia devidamente desenvolvida e o Portal que suporta essa metodologia pronto para ser implantado, a Fundação, então, foi atrás dos clientes. Bom, os clientes potenciais, além, obviamente, de órgãos públicos Federais, também eram as Prefeituras. E assim foi feito.

Então, a Fundação só teve condições de captar esses Projetos porque ela tinha um produto desenvolvido em parceria com essa empresa INTERCORP que lhe permitia, então, ter uma expertise para buscar esses Projetos no mercado. Ao final dos cinco anos, encerrada a parceria, isso já em dezembro de 2005; eu deixei a FINATEC em abril de 2004 e fiquei dois anos fora de qualquer cargo diretivo da Fundação. Então, em dezembro de 2005, esse produto também passou a ser de propriedade da FINATEC. E a FINATEC continuou, já não mais contando com a parceria com a INTERCORP ou com o Sr. Luiz Lima, ela continuou buscando Projetos no mercado para aplicação desse produto.

Bom, é importante também dizer e reforçar que esse tipo de trabalho, ele está perfeitamente compatível com os objetivos estatutários da Fundação. Entre os objetivos estatutários da Fundação, eu vou pedir ao Presidente que me permita ler, que eu não decorei todos, diz o seguinte: "Para a execução de suas finalidades, a Fundação poderá desenvolver as seguintes atividades: Promoção da integração Universidade/empresa/Governo; promoção de estudos, cursos, pesquisas e prestação de serviços; aprimoramento de Recursos Humanos; intermediação entre entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, através de contratos, convênios ou doações, objetivando o desenvolvimento ou a transferência de processos e equipamentos tecnológicos ou científicos; capacitação e valorização dos Recursos Humanos vinculados ao interesse do desenvolvimento tecnológico de pesquisa, dentro do seu programa de ação". Ou seja, está perfeitamente compatível esse produto, essa metodologia que, na verdade, é uma inovação de gestão, conforme, inclusive, parecer, que eu depois vou passar às mãos do Presidente da Comissão, que eu disponho, está perfeitamente compatível, segundo, inclusive, esse parecer de um eminente pesquisador, especializado na área de transferência de tecnologia, ele entende que esse tipo de atividade que a Fundação desenvolve com as Prefeituras, com organismos públicos, está perfeitamente de acordo com o seu estatuto.

É importante também frisar que, nesse período de 2001 a 2005, em que ocorreu essa parceria, a

Fundação executou cerca de 2400 Projetos, dos quais 20... 20 são com Prefeituras, ou seja, cerca de 10%. Transpareceu, pelas reportagens, inclusive, que parece que a FINATEC só lidava com Projetos voltados para Prefeituras. Isso, na verdade, significou apenas 10% dos 2400 Projetos que a FINATEC desenvolveu no período de 2001 a 2005.

Outra questão importante, que foi levantada, é a relação do PT com a FINATEC. E, aí, é importante que se... Que nos reportemos ao início, à instituição da FINATEC. A FINATEC é hoje reconhecida no âmbito da Universidade de Brasília e fora da Universidade de Brasília como uma Fundação apolítica. Os seus instituidores, do qual eu fui um deles, nós deixamos muito claro, no início do processo, que a Fundação não se envolveria em política acadêmica e não se envolveria em política fora da academia. Ela é uma instituição eminentemente técnica e estaria à disposição da Universidade, independente do Reitor que a estivesse dirigindo. E assim tem sido feito. A Fundação trabalhou, com diferentes dirigentes, no Governo Fernando Collor, Fernando Henrique e também no Governo do nosso atual Presidente, do Lula.

Então, a Fundação, ela não só tem Projetos com Prefeituras do PT, mas também teve Projetos, por exemplo, com o Governo do Estado de Goiás, na época, na época, governado pelo então Senador Marconi Perillo, do PSDB. Com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o Dr. Germano Rigotto, do PMDB. Prefeitura de Porto Alegre, com José Fogaça, do PPS. Prefeitura de João Pessoa, com Cícero Lucena, do PSDB. Projetos com Ministérios dirigidos por Ministros de diferentes partidos, que não o PT.

Então, na verdade, a Fundação, ela dispõe de um produto de modernização de gestão pública e quem se interessar por esse produto a Fundação, então, ela vai, se apresenta, demonstra o produto e, obviamente, se o dirigente entender que esse produto pode auxiliá-lo na gestão do seu órgão, seja ele uma Prefeitura, seja ele o Governo do Estado, seja ele um Ministério, a Fundação, então, emite uma proposta; essa proposta é encaminhada, o órgão avalia e, entendendo está de acordo com o que o administrador público gostaria de ter como produto, ele, então, então é assinado o contrato.

Bom, conforme eu já adiantei, a Fundação, ela presta contas anualmente ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Foi dito nesta CPI que a Fundação, ela não tinha suas contas aprovadas desde 1999 e que não apresentava suas contas desde 2003. Eu gostaria de passar às mãos do Presidente dessa Comissão os protocolos, demonstrando que a FINATEC, sempre, desde 1992, presta contas ao Ministério

Público do Distrito Federal. Está aqui cópia dos protocolos. E, mais do que isso, estou também passando às mãos do Presidente... Também estou passando à mão do Presidente declarações do Ministério Público do Distrito Federal e, se me permita, vou ler uma, eu acho que é importante para esclarecimento. Por exemplo, no exercício de 2005, declaração assinada pelo Promotor Ricardo Antônio de Souza: "Declaro, para os devidos fins, que a FINATEC, CNPJ nº. tal, é pessoa jurídica sem fins lucrativos e apresentou a essa Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social a prestação de contas do exercício de 2005, autuada no procedimento número tal, o qual se encontra no setor de apoio, aguardando análise e parecer". Isso se repete para 2004, 2003, 2002, 2001, e 1999, ou seja, está aqui demonstrado cabalmente que a FINATEC jamais deixou de apresentar contas ao Ministério Público do Distrito Federal. Tá?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Nesses anos, quais as que já estão aprovadas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Isso. De 1992 a 1998, as contas da Fundação estão aprovadas. Quem era o curador? Dr. José Eduardo Sabo Paes, que, inclusive, chegou a Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e tem livro na 6ª edição sobre o terceiro setor.

A partir de 1999, apesar de a Fundação encaminhar religiosamente as suas contas anualmente ao Ministério Público, ela não tem, até hoje, nenhum parecer em relação a essas contas. A Fundação cumpriu a sua obrigação, que era encaminhar as contas ao Ministério Público do Distrito Federal. Agora, o Ministério Público não se manifestou acerca dessas contas. Não existe... Não existe, dentro da Fundação, nenhum documento do Ministério Público do Distrito Federal, dizendo que as contas da FINATEC foram rejeitadas ou que foram aprovadas. Estamos aguardando até hoje esse encaminhamento ou esse posicionamento do Ministério—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor não tem nenhuma idéia do que está acontecendo? Não se informou para ver por que não aprovaram? Não tentou se informar com o Ministério Público?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Excelência, sempre que nós perguntávamos, porque essa declaração, inclusive, ela é resultado de uma provocação da Diretoria da Fundação, perguntando ao Ministério Público qual era o resultado em relação à prestação de contas; em resposta, vinha a declaração de que as contas estavam em—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E agora que não vem a declaração, o que eles dizem?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não tem nada. Nós estamos aguardando; a Fundação, inclusive, vai apresentar contas, o prazo é agora final de março, a Fundação apresentaria as contas referentes a 2007. Eu entendo que vamos continuar aguardando. Então, não temos nenhum posicionamento em relação. Passo, então, às mãos do Presidente, por favor.

[soa a campainha].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Já vou terminar, Sr. Presidente. Só mais cinco minutos. Uma coisa importante também, que já foi colocada, é que a Fundação, ela não investiu ou investiu muito pouco na Universidade de Brasília. Então, eu pediria aqui um relatório do período de 2002 a 2006, que eu também passo às mãos do Presidente, são dois volumes, o outro volume, por favor, passo a mão também do Presidente da Comissão um relatório das atividades desenvolvidas pela FINATEC, em apoio à Universidade de Brasília, no período de 2002 a 2006. Esses relatórios atestam que a FINATEC investiu, nesse período, cerca de 86 milhões e 500 mil na Universidade de Brasília. Entre os vários Projetos que constam desse memorial que eu passei à mão do Presidente, está, por exemplo, a construção de um edifício denominado Complexo das Artes, com quatro mil metros quadrados, avaliado em três milhões de reais, com investimentos da Lei Rouanet, de incentivo à cultura. E a Universidade de Brasília, por ser pública, ela não poderia captar esses recursos, teria que ser uma instituição privada. Construção e montagem da infra-estrutura do edifício que abriga o laboratório de geocronologia, cinco milhões de reais, 1445 metros quadrados, totalmente equipado, equipamento de última geração. Só existem três no Brasil: um na Universidade de Brasília, uma na Universidade do Rio Grande do Sul e uma na Universidade Federal do Amazonas. Esse recurso foi captado junto à PETROBRAS.

Entre os vários Projetos, eu peguei algumas, devido ao tempo eu não vou citar, mas vou colocar alguns que eu acho que são importantes. Por exemplo, Projetos desenvolvidos pela Fundação: Veículo robótico para inspeção de tarefas sobre linhas de transmissão; Turbina hidrocínética para pequenas comunidades, aperfeiçoamento do Projeto hidrodinâmico e atualização do protótipo; Prevenção e recuperação de áreas potenciais de degradação do processo de erosão superficial profunda interna do Centro-Oeste; Biologia reprodutiva e monitoramento de aves curicatas em linhas de transmissão; Reuso de água e irrigação ornamental do DF, avaliando esgotos sanitários tratados em estudos com Dhalia Ana Sortida; Abordagem multiobjetiva para decisão de outorga pelo uso da água e lançamento de afluentes.

Então, citei alguns. A Fundação, nesse período, apoiou a publicação de mais de 20 livros. A Fundação, ela permitiu... Apoiou mais de mil Professores...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor poderia remeter para nós a relação dos livros publicados, por gentileza?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Pois não. Relação dos livros: "Circuitos polifásicos"; "Engenharia econômica"; "As novas religiosidades no ocidente"; "Concreto armado, resistência limite, a flexão composta normal e oblíqua da sessão retangular"; "Entre fronteiras e cercado de armadilhas"; "Escavas do risco"; "Bioética", "Mulheres e AIDS", "Fundamentos da respirometria do controle da poluição da água e do solo"; "História do cimento e do concreto, desde os primórdios até a Primeira Guerra Mundial"; "Itinerários de Bárbara Freitag"; "Mecanismos de agressão e defesa das interações planta patógena"; "Pediatria cirúrgica, diagnóstico de tratamento"; "Trabalho em trânsito, saúde e risco"; "Um toque de gênero"; "História de educação em Minas Gerais, no período de 1835 a 1892"; "Unidade e liberdade"; "Estruturas de concreto armado"; "Fundamentos de Projetos, dimensionamento e verificação". Foram esses.

Mais cinco minutos, Sr. Presidente, por favor. Bom, então, além disso, a Fundação, ela patrocinou a ida de mil Professores, nesse período, para a participação, para apresentação de Projetos, de trabalhos em Congressos Internacionais; 363 alunos de graduação foram apoiados pela Fundação; 449 bolsas de pesquisa para Professores e alunos de pós-graduação; apoio a cerca de 30 laboratórios de pesquisa da UNB; apoio a mais de 40 cursos de especialização. E vai por aí afora.

Eu não vou, obviamente, devido ao tempo, ter condições de relatar todos os que estão elencados. Eu peguei uma pequena mostra do que está ali colocado. É importante também, voltando à questão da prestação de contas, que eu acho que é importante que fique também registrado, porque foi uma coisa muito propalada pela mídia, eu tenho aqui também a aprovação... A FINATEC tem uma filial em Goiânia e também lá tem o Ministério Público. E o Ministério Público, diferentemente do Ministério Público do Distrito Federal, tem analisado anualmente as contas da Fundação. Então, a Fundação, ela tem a filial desde 2003. Então, eu estou trazendo aqui uma correspondência da Promotora do Estado de Goiás, do período de 2003 a 2006, em que a FINATEC foi classificada, nos três últimos anos, como primeira colocada entre as Fundações do Estado de Goiás, pela forma como tem prestado contas, pela transparência das suas contas, e pela regularidade das suas contas. Então, eu passaria, então, também ao Presidente dessa CPI.

Encerrando, Presidente. Eu gostaria de dizer que eu reafirmo a minha convicção da importância das Fundações de Apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico desse país. Com certeza, nesses últimos 30 anos, o avanço da pesquisa, da tecnologia, no Brasil, tem uma parcela substancial de apoio das Fundações. Por que isso? Porque essas Fundações não só permitiram uma maior agilidade na execução desses Projetos, mas também permitiram às Universidades captarem recursos para a aplicação nesses Projetos de pesquisa no âmbito da Universidade.

Com certeza, a não existência dessas Fundações teria levado a um atraso em relação ao desenvolvimento da pesquisa e da ciência no país. Por enquanto, seria o que eu teria a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço ao Dr. Antônio Manoel e agora, de posse ao Código de Processo Penal, eu reafirmo aquela demanda estabelecida pelo Senador Alvaro Dias, no art. 204: "O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitida a testemunha trazê-lo por escrito. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta aos apontamentos". Então, agradeço ao Senador Alvaro Dias a colocação. Eu não tinha conhecimento. E passo a palavra, então, ao nosso Relator, Senador Inácio Arruda e, logo em seguida, a ordem dos inscritos, que já estão em número de seis.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse depoimento, ele é muito importante, que ele tem uma relação muito forte entre a questão do repasse de recursos Federais e também a sua relação com várias instituições públicas, como os Governos de Estado e, sobretudo, os Governos Municipais, afora um conjunto de outras organizações também públicas que o senhor já enumerou no seu depoimento.

Tem três questões que estão sendo argüidas e que são objeto de uma demanda, não só da CPI, mas, sobretudo, foram frutos também do depoimento prestado a esta Comissão, como convidados, dos Procuradores da Procuradoria do Distrito Federal, que tem a responsabilidade de examinar as contas da FINATEC.

Então, eles levantam três questões. A primeira questão, que é uma questão que parece central, é de que a FINATEC, ela desvia-se das suas finalidades ao ser usada como intermediária. Essa é uma expressão que foi deixada bem clara aqui pelos Procuradores. E a minha primeira pergunta é a respeito da atuação da FINATEC como uma instituição que, então, se prestaria, ao invés de estar voltada para a sua finalidade precípua, que é tratar da questão da pesquisa, dos convênios, dos acordos que permitam ampliar o po-

tencial e a capacidade da Universidade de realizar pesquisa, desenvolver tecnologia e, ao mesmo tempo, desenvolver o seu trabalho de extensão, a FINATEC, pelas razões, inclusive, que o senhor já expôs, de se tratar de uma instituição que está ligada à Universidade e, ao mesmo tempo, é de Direito Privado. Então, ela iria intermediar contratos que, ao final, caem em mãos de terceiros.

Então, o conjunto de empresas de consultorias e de outras empresas, terminam sendo as verdadeiras prestadoras do serviço, e a FINATEC apenas funciona como uma intermediária. E a afirmativa é de que, então, essas empresas são beneficiadas, a título ou de um lobby muito bem organizado ou da representação política. Essas instituições têm relações políticas com dirigentes de instituições no plano Federal, especialmente dos Ministérios, dos órgãos públicos, e usam a FINATEC para fazer essa intermediação. Essa que é, talvez, a denúncia central, afora um conjunto de outras investigações que estão sendo feitas em relação à FINATEC. Digamos que o problema da reitoria é uma espécie de perfumaria em relação ao que está sendo investigado, segundo as informações que aqui foram prestadas, em depoimento, pela Procuradoria, pelos Procuradores.

Então, o problema central é que a FINATEC se desvia das suas funções, sendo, então, utilizada como uma grande intermediadora. Quer dizer, o papel dos dirigentes da FINATEC estaria absolutamente invertido. Ao invés de ser uma instituição de pesquisa, que ajuda as Universidades, passou a ser uma intermediária de serviços, livrando Prefeituras, Governos de Estado e outros órgãos públicos de entrar no processo licitatório. Então, ao invés de fazer uma licitação, para que todas as empresas de consultoria possam concorrer e, portanto, aumentar a disputa do mercado de consultorias, isso era feito pela FINATEC que, depois de ganhar o contrato, então, terceiriza para uma empresa que convém ao gestor público ou ao Prefeito ou ao Governador ou ao Governo Federal ou ao Ministério.

Essa é que é a questão central, que nós estamos examinando. E é disso que nós queremos, digamos assim, tratar. Então, nessa questão, objetivamente, a FINATEC transformou-se numa instituição, numa Fundação intermediadora de serviços, que se presta a terceirizar os seus contratos? É essa que está sendo a atuação da FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Senador, de forma alguma. E eu acho que os dados falam por si. Nesse período que eu citei, especificamente 2001 a 2005, a Fundação gerenciou 2400 Projetos. E desses 2400, 20 foram com Prefeituras. Como é que normalmente as Fundações de Apoio, elas operam?

Elas, na grande parte dos Projetos, elas se utilizam do conhecimento dos Professores da Universidade para desenvolver os Projetos em nível do mercado, seja junto à iniciativa privada, seja junto à gestão pública.

Então, a Fundação, por exemplo, um curso que foi dado para o TCU; a Fundação foi contratada com dispensa à licitação pelo Tribunal de Contas da União. Quem é que ministrou o curso? Foram Professores da Universidade. A Fundação, por exemplo, foi contratada pela Fundação do Ministério Público do Distrito Federal. O Ministério Público do Distrito Federal tem uma Fundação. Ela foi contratada, a FINATEC foi contratada pela Fundação do Ministério Público do Distrito Federal para, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade, dar um curso de especialização para os membros do Ministério Público do Distrito Federal.

Então, o que acontece, na maioria das vezes, é a Fundação utilizar a capacidade técnica, a competência técnica da Universidade para resolver questões da sociedade. Falei, elenquei aqui vários Projetos, por exemplo, existem recursos hoje disponíveis na área de transmissão de energia, em função de um Projeto, de uma lei que obriga as empresas concessionárias de energia a aplicar um determinado percentual na pesquisa, seja internamente na empresa, e uma percentual... Um percentual menor obrigatoriamente com instituições de pesquisa como as Universidades.

Quem é que executa esses Projetos? São as Fundações. Quem é que está por trás desses Projetos? São os pesquisadores da Universidade de Brasília ou da Universidade Federal de Minas Gerais ou do Rio de Janeiro. Esses Projetos permitem, inclusive, que a Universidade, ela se aparelhe, que ela possa dar bolsas para alunos de Mestrado, que ela possa dar bolsas para alunos de Doutorado.

No caso das Prefeituras, é importante esclarecer e frisar e reforçar que não se tratou de subcontratação. Se a FINATEC não tivesse desenvolvido esse produto, ela não teria realizado nenhum Projeto com Prefeitura. Não foi a Prefeitura que foi à FINATEC e disse: "Olha, eu tenho aqui, eu quero desenvolver um Projeto na área de gestão pública e tenho uma empresa aqui, que nós vamos ter que contratar por baixo dos panos". Não foi dessa forma. A Fundação, ela se ofereceu, foi ao gestor público e disse: "Eu tenho um produto desenvolvido, uma metodologia desenvolvida, uma inovação de gestão, que vai ajudar essa Prefeitura ou esse Ministério a gerir melhor os recursos públicos". Se nós entrarmos hoje no Portal da Prefeitura de Porto Alegre, que inclusive, tem ganhado prêmios, vários prêmios, aquilo que está lá é resultado do trabalho feito pela FINATEC. Se entrarmos na Prefeitura de Recife, aquilo que está lá é resultado da consultoria da Fundação desse produ-

to, que tem metodologias. Isso é uma pequena parte. Nós temos lá dois metros cúbicos de papel. Isso aqui é uma metodologia desenvolvida, existe um produto por trás disso. E com um detalhe: O diferencial de uma Fundação sem fins lucrativos, com uma empresa com fins lucrativos é que a Fundação, ela entrega o produto, ao final, para o gestor público. As fontes, os programas fonte e a metodologia, ela é, ao final dada, ela fica de propriedade da Prefeitura--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Então, a FINATEC foi ao encontro das instituições públicas, Prefeituras, Governos de Estado, instituições do Governo Federal, ofereceu seu produto, que ela desenvolveu. E por que é que a FINATEC, então, terceirizou esse contrato?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Mas não está terceirizado. O quê que acontece? Por conta da parceria... E tanto é verdade, a empresa INTERCORP, ela não aparece para as Prefeituras porque está dentro do acordo com a Fundação. Tem cópia do acordo, eu gostaria também de passar ao Presidente. O acordo prevê o seguinte: Está sendo feita uma parceria em que a FINATEC entra com a sua expertise na área de gestão pública e a INTERCORP entra com produto que era para a iniciativa privada, que tem que ser adaptado porque a Legislação é totalmente diferenciada. Está aqui o termo de parceria, estou passando às mãos do Presidente. Então, na verdade, a INTERCORP, ela deixa de existir como empresa no momento em que ela firmou a parceria; deixa de existir virtualmente, na prática, ela continua.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Porque a INTERCORP, ela ofereceu esse produto para a FINATEC. Ela tinha interesse de desenvolver esse produto.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Por essa razão, surge, então, a parceria INTERCORP e FINATEC.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Exato.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Mas, além dessa parceria, que outras instituições do setor privado foram beneficiados pela FINATEC na subcontratação?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não teve outras instituições privadas, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Com que outras entidades a FINATEC trabalha?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

A FINATEC trabalha, por exemplo, vamos pegar com

a CISCO, que é uma empresa que trabalha na área de informática; a FINATEC é uma academia CISCO. A FINATEC é considerada uma academia CISCO. O que é isso? A FINATEC está autorizada pela CISCO para poder ministrar cursos na área de redes de computadores. Isso é uma parceria, por quê? A CISCO transfere... Montou um laboratório dentro da Fundação, treinou não só funcionários da Fundação, mas Professores da Universidade em Brasília, nessa tecnologia, e a Fundação, então, hoje é uma academia CISCO. Esse é um exemplo. Outra parceria: Escola Superior de Propaganda e Marketing, temos uma parceria. Os Professores são treinados pela Escola Superior de Propaganda e Marketing e a Fundação, então, no âmbito da sua sede, ela, então, desenvolve esses Projetos. São exemplos de outras parcerias.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): No caso ainda dos contratos firmados... Porque o senhor está nos afirmando aqui que você tem 2400 Projetos e, desses, apenas 20 são com Prefeituras...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Governo do Estado, Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Representa 1%, na verdade, aproximadamente.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

1%, exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): É que esse um por cento é que pode, na causa que nós estamos a tratar, é que podem contaminar o todo. Então, por isso que nós estamos insistindo nessa questão. No caso desses contratos com Prefeituras e Governos de Estado, o nosso objeto é de 99 a 2006, o senhor poderia descrever, primeiro, com que Prefeituras e Governos de Estados a FINATEC tem contrato, nesse período de 99 a 2006? E, depois, esses contratos são contratos que a Prefeitura contrata a FINATEC com seus recursos ou são recursos federais, repassados para as Prefeituras que contratam a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Excelência, eu vou começar pela segunda parte. Eu desconheço a origem do recurso porque, obviamente, eu não tenho acesso à contabilidade das Prefeituras. Então, não sei qual a origem desses recursos. Em relação--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Mas os recursos são das Prefeituras e dos Governos dos Estados, nesses contratos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Exatamente. São recursos das Prefeituras. Agora, a origem, para a Prefeitura, de onde vem, como a Pre-

feitura captou esse recurso, aí eu não tenho essa informação.

Bom, quais Prefeituras que a Fundação teve Projetos? Tenho aqui uma relação. Eu vou... Bom, temos aqui, por exemplo--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em todos, o senhor poderia dizer também quem é que opera o Projeto, se está nas mãos da INTERCORP? Se está nas mãos de outra empresa? Se é a FINATEC que desenvolve o Projeto diretamente com a Prefeitura e com o Governo do Estado?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, eu gostaria de reforçar exatamente aquela colocação. O contrato não está na mão da INTERCORP em nenhum momento. O contrato sempre esteve na mão da FINATEC. A parceria INTERCORP/FINATEC foi utilizada para desenvolver o produto e, obviamente, ao longo da execução desses Projetos, a INTERCORP não aparece. Tanto é verdade que os administradores públicos que foram... Que foram entrevistados, eles dizem: "Nem sabia que existia INTERCORP". Porque não existia mesmo. Do ponto de vista prático, não existia. Era a equipe da FINATEC, absorvendo a tecnologia que foi desenvolvida e aplicando isso junto às Prefeituras. Então, não houve subcontratação da INTERCORP. A INTERCORP, inclusive, não aparecia para o gestor público.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes de o senhor entrar nas Prefeituras e Governos dos Estados, a INTERCORP mantém um escritório dentro da FINATEC? Uma sala própria dela?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Isso é importante. Essa pergunta é fundamental. Como é que a Fundação, ela opera com seus Projetos? Quando o Projeto necessita de um espaço físico para que consultores ou coordenadores possam discutir e planejar o Projeto, a Fundação disponibiliza espaço físico dentro do seu... Da sua sede. Não só o Projeto com as Prefeituras tinham um espaço físico. Não era a INTERCORP que tinha um espaço físico, porque os coordenadores de Projeto, eles são contratados em carteira. Cada Prefeitura tinha o coordenador técnico que era contratado em carteira pela Fundação. Ele era funcionário da Fundação.

Então, essas pessoas vinham a Brasília, se reuniam, inclusive, para discutir, para, eventualmente, redirecionar o Projeto. E tinha um espaço físico dentro da Fundação, como tinha, por exemplo, o grupo... O Núcleo de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, que tem espaço dentro da Fundação. Como tinha, por exemplo, o Centro de Excelência e Turismo, que começou... O Centro de Excelência e Turismo da

Universidade de Brasília, que hoje está fora da Fundação, começou dentro da Fundação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Fundação, então, funcionava como incubadora, nesse?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Exatamente. É semelhante a uma incubadora. Ela, na verdade... Só que não é empresa--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas, no caso da INTERCORP, não é porque ela já é uma empresa firmada.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Funciona como incubadora, na verdade, de Projetos e não de empresas. Ela, na verdade, a gente não fala em incubar empresas, a gente fala em abrigar Projetos dentro da Fundação. Ok? Posso, então--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Naturalmente, nessa pergunta, o senhor falou em outras empresas, naturalmente, está se referindo a essa Camareiro & Camareiro e IDORT. Estão no mesmo nível?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O que é Camareiro & Camareiro? Inclusive, em anexo ao termo aqui de parceria entre a FINATEC e a INTERCORP, a Camareiro foi-nos apresentada pela própria INTERCORP, depois de certo tempo, dizendo que, por questões de planejamento tributário, a INTERCORP estaria entrando no processo. Mas, efetivamente, a parceria foi feita com a INTERCORP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Camareiro. A Camareiro entrou em seguida.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. Mas como planejamento tributário, inclusive, tem uma declaração em anexo aí que diz exatamente isso. Tá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O IDORT também?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O IDORT... O que é o IDORT eu realmente não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Baseado num gráfico aqui, FINATEC e IDORT.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não sei, Exa. Eu teria que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para evitar licitação, as administrações petistas contrataram instituições sem fins lucrativos como a FINATEC e IDORT. IDORT seria outra Fundação da Universidade?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O IDORT, que eu saiba, não tem nada a ver com a Universidade de Brasília; deve ser um instituto que não tem nada haver com a Universidade de Brasília

e nem tem a ver com esses contratos que eu estou colocando. Posso?

Bom, então, eu tenho aqui Prefeitura de Araraquara, Prefeitura de Campina Grande, Governo do Piauí, Prefeitura de São Paulo, Maringá, João Pessoa, Recife, tem aqui... Vitória. Tem aqui FAPTO, que é de Tocantins, Goiânia, Nova Iguaçu. Seriam essas. As que eu tenho aqui são essas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Governos Estaduais?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Governos Estaduais tem com o Governo de Goiás e, conforme eu disse, o Governo do Rio Grande do Sul. Piauí também.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): GDF tem alguma coisa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: GDF tem um Projeto na área com o DETRAN, levantamento estatístico de acidentes com o DETRAN.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São os únicos que o senhor tem, de 99 até aqui?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Na verdade, 2001, porque a parceria, ela... A FINATEC começou a dispor desse produto a partir do segundo semestre de 2001. Então, se reparar aqui, o primeiro contrato, ele data de agosto de 2001, porque exatamente durante os primeiros seis meses, foi o desenvolvimento do produto e da metodologia.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Qual o percentual, a percentagem que a FINATEC, então, transfere para a Universidade, desses contratos? Se fazem esses contratos com Prefeituras, com órgãos públicos, vendem esse serviços, desenvolveu um produto, vendem esse produto. Esse aqui é em relação à afirmativa que, digamos assim, seria muito grave, de que a instituição só contribui com a Universidade com 1% dos recursos destinados à pesquisa, o que é significativo. Não sabemos se é isso mesmo, se é apenas 1%. Esses valores se referem ao montante dos contratos... Sobre o montante desses contratos há uma percentagem que a FINATEC destina à Universidade? Qual é essa percentagem?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Conforme eu disse, existe uma resolução da Universidade de Brasília, que obriga as Fundações, inclusive, a FINATEC, a destinar, do total arrecadado com os Projetos, de 6 a 10% para o Fundo de Apoio Institucional. Isso é, como é que se diz? Direto. Fechado o Projeto--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse fundo, então, é esse fundo que

tem a responsabilidade de atuar em pesquisa, de gerir, então, as...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Esse fundo, na verdade, ele está à disposição da Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ela pode dispor dele como convier?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: De acordo com a regulamentação da Universidade. Então, a Fundação não entra nesse mérito. Agora, além disso, a Fundação, então, tem a percentagem dela, em cima dos Projetos. Essa percentagem é que reverte para os objetivos sociais da Fundação e aí, Excelência, está um grande equívoco, em minha opinião, quando o senhor, com propriedade, coloca da preocupação do desvio de finalidade da Fundação. E isso, inclusive, é uma tese.

A Fundação, desde o seu nascedouro, desde a sua instituição, em 1992, e ela surgiu com um patrimônio de R\$ 1.200,00, foi uma doação de R\$ 100,00 de 12 Professores da Universidade e hoje ela tem um patrimônio estimado aí em mais de 60 milhões, patrimônio esse... Patrimônio esse que, caso a Fundação venha um dia a ser extinta, vai ser da Universidade de Brasília, que é pública, ela não vai ser rateada entre Diretores, entre os instituidores, conforme eu disse, esse patrimônio, ele reverte para a Universidade, além de toda uma estrutura que a Fundação construiu... Então, a Fundação nunca deixou de atuar da mesma forma. E, aí, está a estranheza em todo esse processo.

De 1992 a 1998, enquanto o curador foi o Dr. Eduardo, as contas estão aprovadas. Os relatórios, e nós podemos, inclusive, caso a CPI... Caso a Presidência e o Relator entendam necessário, podemos solicitar junto à Fundação cópia desses relatórios, os relatórios anuais que são encaminhados ao Ministério Público são extremamente claros. Ele diz exatamente o contrato, o objeto do contrato, o valor do contrato, o período de vigência. O que a Fundação recebeu no ano, o que falta receber? Então, o Ministério Público tem um Raio-X de todos os Projetos que a Fundação está desenvolvendo.

De 92 a 98 não recebemos nenhum questionamento em relação a qualquer Projeto que a Fundação tenha desenvolvido. Ela continuou operando da mesma forma. A partir de 1999, a Fundação, apesar de apresentar as contas, conforme comprovado, ela não tem nenhuma... Nenhum posicionamento do Ministério Público do Distrito Federal. Está certo? Num determinado momento--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só para colocar, a Receita Federal, ela fez uma notificação à FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. E é importante. Aí, nós vamos chegar exatamente no cerne da questão. Em 2003, a FINATEC recebeu uma auditoria da Receita Federal. E foi muito interessante porque quem, na época, ainda era o Diretor, 2003, eu deixei a direção da Fundação em abril de 2004, quem recebeu o auditor fui eu. E ele falou: “Olha, Professor, estamos vindo aqui, vamos fazer uma auditoria na Fundação, sabemos, inclusive, que a Fundação recolhe os impostos sobre a folha, ela importa equipamentos para a Universidade, porque a Fundação, ela é credenciada no CNPq para poder importar equipamentos para pesquisa com isenção de impostos, sabemos que ela segue todo o regulamento, só que nós estamos aqui com uma nova...” “Uma nova vertente de análise da Receita Federal. A Receita Federal vai usar, inclusive, a FINATEC como piloto porque a gente entende que a FINATEC, ao atuar no mercado, captando Projetos, ela estaria desenvolvendo atividades econômicas e por isso deveria recolher impostos. E, se nós pegarmos a lei que isenta instituições sem fins lucrativos, ela não fala em fontes de recursos. Ela fala que não pode remunerar os dirigentes, não pode distribuir lucros e que o resultado, o resultado, o superávit que, na empresa privada, é chamado de lucro, e, nas organizações não lucrativas, é chamado de superávit, o superávit tem que ser revertido nos objetivos sociais da Fundação”.

A Receita ficou em torno de nove meses dentro da Fundação e autuou a FINATEC porque entendeu que a FINATEC estava em desvio de finalidade por estar atuando no mercado. Porque ela só poderia atuar na área de pesquisa. Ora, mas, na área de pesquisa, e é importante que se entenda isso, pesquisa, quando a Fundação fecha um convênio com a FINEP, é convênio. Convênio não remunera os partícipes. Então, a Fundação não teria como conseguir, não conseguiria manter a sua estrutura atuando em convênios. Conforme reza o seu estatuto, se, no início da sua vida, a Fundação tinha R\$ 1.200,00, como é que com R\$ 1.200,00, a Fundação vai apoiar a pesquisa? Estava claro desde o início e foi deixado claro aos Promotores que, inclusive, aprovaram o estatuto da FINATEC à época, um deles foi o Dr. Eduardo Sabo Paes, que a Fundação obrigatoriamente teria que prestar serviço. Teria que ir buscar, teria que pegar o conhecimento da Universidade, eventualmente, se aliar ao conhecimento do mercado e colocar isso à disposição e captar recursos. E, com o superávit da execução desses Projetos, aplicar nos objetivos sociais. É assim que tem que ser feito, diferentemente de uma instituição com fins lucrativos, que o lucro vai para os donos da empresa, e tem que ir mesmo, numa entidade sem fins lucrativos, o superávit, ele é aplicado nos obje-

tivos sociais da Fundação. Só que a Fundação, ela tinha um patrimônio de R\$ 1.200,00, ela tinha que se capitalizar para poder, efetivamente, ter um patrimônio sólido para, aí sim, ela pudesse aplicar em pesquisa porque é fundo perdido. E passou, então, a partir do ano de 2000, a divulgar os editais de pesquisa que, inclusive, foi a primeira Fundação no país a publicar editais para pesquisa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Agora, só, desculpa, Excelência, para eu complementar, quando se diz que a Fundação investe 1%, não é verdade. Porque, vamos pegar aqui um exemplo de um dos anos, de um dos anos na Fundação, 2005. 2005, a Fundação gerenciou cerca de 31 milhões. Desses 31 milhões, 11 bilhões, 607 mil, foram revertidos diretamente para a Universidade. Como? A Fundação comprou equipamentos no mercado nacional, importou equipamentos, deu bolsa de pesquisa, reformou laboratórios. A Fundação recebeu esses recursos. E, simplesmente, ela, usando a sua estrutura, a custo zero para a Universidade; a Fundação tem custo, porque ela tem uma estrutura para suportar, imagine um setor de importação--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): É que, talvez, aí esteja o nosso dilema entre o Ministério Público, Receita Federal e a FINATEC. É que o que é a pesquisa? Nós estamos estruturando a Universidade para que ela possa realizar a pesquisa.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Então, a FINATEC, ela vai garantir a compra de equipamentos, a construção dos laboratórios, a estrutura física da Universidade, para ela, então, receber os pesquisadores e, a partir dali, realizar a pesquisa. É como se eu dissesse o seguinte: “Esse valor, eu não vou contabilizar como pesquisa”. Porque esse é um valor destinado a você estruturar fisicamente a Universidade, que já deveria estar estruturada para realizar a pesquisa, não está estruturada, e eu uso a FINATEC para construir laboratórios, contratar os equipamentos, comprar os equipamentos, inclusive, porque ela tem isenção de tributos etc., então, você teria um custo menor, pelo menos, aparentemente, você teria um preço menor, comprado pela FINATEC do que comprado diretamente pela Universidade do mercado.

Então, o que está chamando a atenção para o mercado é essa atuação da FINATEC, que seria o desvio da sua finalidade--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Mas, Excelência—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um esclarecimento. A Receita foi à FINATEC e disse que ia fazer um estudo—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Uma alteração para ela poder adequar o funcionamento da FINATEC.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em que ano foi isso?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Essa parceria?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim. Da Receita?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Em 2003.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 2003. Muito embora em 99, já corre, inclusive uma Ação Penal, envolvendo a FINATEC por emissão de notas frias, uma multa de 30 milhões, emitida pela Receita, não se sabe nem o que gerou isso.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Notas frias... Qual é esse processo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um Processo Penal de número, são dois números, 0401479/99 e 04013991/99.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Esse Processo Penal, se não me falha a memória, foram dois funcionários que foram demitidos por justa causa da Fundação porque os funcionários estavam desviando recursos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Fantinati, pode ser?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Exatamente. É isso mesmo. Essas duas pessoas—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Me permite, Senador Heráclito?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Pois não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Além desses, que caiu a culpa sobre o Sr. Fantinati, há um outro que o senhor foi alvo, uma Ação Penal pública de nº. 2001-01-1-045-985-9. Nesse caso, foi o senhor que foi alvo dessa Ação Penal Pública e decorrente desse problema com as notas frias da FINATEC.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Bom, essas notas frias da FINATEC, Excelência—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas o senhor foi alvo dessa Ação Penal ou não foi?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Se foi... Essa ação de 2001, eu desconheço. Eu desconheço essa ação. Tem haver com o que, com essa ação do Fantinati?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu estou citando número da Ação Penal.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. Mas qual o objeto dessa Ação Penal, Excelência?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): As notas frias da FINATEC. O senhor foi alvo desta Ação Penal pública nº. 20010110459859, em decorrência desse problema das notas frias.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Essa questão das notas, vamos deixar claro—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não, mas eu quero saber dessa Ação Penal.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. Pode ser que uma esteja ligada à outra, eventualmente—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas, como o senhor não sabe se o senhor foi alvo desta Ação Penal pública? Como é possível não saber da existência dela?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, se as duas estão interligadas, pode ser que, no objeto da investigação, por eu ser Diretor-Presidente na época—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas o senhor respondeu a esta Ação Penal?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. E fui absolvido, inclusive.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Demostrou tanto para dizer que foi absolvido? Para que toda essa demora para dizer que foi absolvido?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu vou explicar exatamente o porquê, para que possa ser entendido. O que aconteceu? Esses dois funcionários eles foram demitidos por justa causa à época por estarem desviando recursos da Fundação, utilizando notas frias. Recorreram em todas as instâncias e perderam. Na mesma oportunidade, devido exatamente à auditoria, a Fundação, ela foi autuada por não recolhimento de ICMS sobre as importações de equipamentos para pesquisa. E eu fui inocentado nesse processo porque ficou claro que os recursos que foram aplicados na compra de equipamentos tiveram como destinação a Universidade de Brasília.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, me perdoe, mas eu preciso interromper o depoente. Num primeiro momento, ele quis dar entender que desconhecia a existência dessa Ação Penal Pública. E, ao final, ele disse que foi inocentado. Agora, eu fico em dúvida se ele foi inocentado mesmo. Porque se, a princípio, ele tenta esconder a existência da Ação Penal e, ao final, ele diz que foi inocentado, eu tenho o direito de ficar com dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok, senhor Relator—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Receita fez autuação de 30 milhões à Fundação. Como é que está esse processo?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Esse processo está no âmbito administrativo ainda. Está no Conselho de Contribuintes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu sugeriria que se pedissem informações à Receita Federal sobre esse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço à Secretaria da Mesa que proceda a essa iniciativa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): V.Exa. tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Continuando. Depois dos apartes importantíssimos dos colegas, então, eu quero voltar, então, a um problema ligado ao Ministério Público, porque, você veja, por que é que o Ministério Público... Tem que ter alguma lógica... Por que é que o Ministério Público chega aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito, vai aos jornais, se utiliza da mídia brasileira, para fazer uma afirmativa de que essa Fundação sequer presta contas, durante um largo período. O senhor chega aqui com declarações do Ministério Público. Há uma ação de investigação do Ministério Público. O que é que está ocorrendo? Qual é o problema? O senhor disse que não tem desvio de finalidade. Embora, tenha aqui um... E sempre que a notícia é dada, eu mesmo ficaria chocado com ela. Então, por que uma Fundação de pesquisa está construindo um Shopping Center, entendeu? Por que está fazendo tais reformas? Essa é a finalidade dela? Qual é a explicação que se tem para uma investigação e que, pelo depoimento que nós assistimos aqui, dos Procuradores, que agiram aqui de... Como o senhor está aqui, com a maior seriedade, aqui também estiveram com a maior seriedade, fazendo afirmações duras a respeito da FINATEC. Então, quer dizer, há uma disparidade muito grande entre as informações do Ministério Público e as informações da FINATEC, que precisa... Vamos precisar chegar a um entendimento do que é que está acontecendo.

Então, o Ministério Público, o que aconteceu com o Ministério Público? Por que ele tem a responsabilidade de tomar prestação de contas e está tendo esse impasse com ação judicial, porque o Ministério Público foi à justiça, pediu a destituição da direção da FINATEC, que foi toda afastada. Quer dizer, é uma investigação que não teve um respaldo, também judi-

cial, porque liminarmente se tirou toda a diretoria da FINATEC. Então, isso é possível de se dar, se não tem nenhuma razão... “Não tem nenhuma explicação”; o Ministério Público está todo errado, mesmo assim, a justiça mandou destituir toda a diretoria da FINATEC, embora tenha se destituído depois o interventor, mas ela fez uma alteração substancial na direção da instituição. Por que é que isso ocorreu? A FINATEC, o Ministério Público, numa das intervenções, inclusive, foi dito aqui, de que a FINATEC ocultou... São palavras aqui do próprio Ministério Público, que afirma que a FINATEC ocultou em conta de convênio, 24 milhões, quando deveria ter sido repassado à conta principal da Fundação. Por que é que isso ocorreu?

Quer dizer, são essas falhas, tipo a de 24 milhões, que têm feito o Ministério Público ser tão duro em relação ao exame das contas da FINATEC e ela até agora não ter dado ainda a resposta à prestação de conta de três, quatro, cinco, seis anos, de que a FINATEC diz: “Eu apresentei a prestação de contas, mas o Ministério Público não disse nada até agora”. Porque também está soando estranho a todos nós por que o Ministério Público recebeu a prestação de contas de 2001, de 2000, de 99, e não se pronunciou sobre a prestação de contas, que é a afirmação que o senhor está fazendo aqui agora. Não é possível.

O Tribunal de Contas, que tem número muito mais... Da União, volumoso de processos para examinar, tem dado respostas, por que esse da FINATEC não consegue ter uma explicação razoável, a prestação de contas de quatro, cinco anos atrás, não é possível que até agora não tenha sido pelo menos examinado pelo Ministério Público. Então, tem que ter uma explicação aqui. Há uma luta intestina entre a FINATEC e o Ministério Público? Há uma luta também dentro, no âmbito da Universidade? O que é que está acontecendo? Porque isso tem que ficar claro, porque senão a conclusão nossa é de que a responsabilidade é da FINATEC.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, é importantíssima essa questão. Em relação ao Ministério Público, que ele não avaliou, porque ele não se posicionou em relação às contas da Fundação, eu não tenho como levantar qualquer tipo de insinuação, até porque caberia ao Ministério Público dar essa explicação. Disse, inclusive, que, diferentemente do Ministério Público do Distrito Federal, o Ministério Público de Goiás, que está a 170 quilômetros, anualmente já avaliou as contas e já se posicionou em relação às contas da Fundação. Essa é a primeira questão.

É importante também dizer que, no período de 92 a 98, as contas foram aprovadas. Quando começou o problema com o Ministério Público? A partir de 2000,

quando o Dr. Eduardo Sabo Paes deixa a Curadoria de Fundações e se sucederam vários Promotores nesse período, vários Promotores se sucederam nesse período, as contas não foram mais apreciadas ou, se foram apreciadas, a FINATEC não tomou conhecimento, não recebeu nenhuma correspondência do Ministério Público, dando a decisão em relação a essas contas. O que pode ter acontecido, e isso é uma realidade, e que pode ter provocado uma animosidade do Ministério Público em relação à FINATEC... Quando eu falo Ministério Público, vamos colocar Promotores do Ministério, porque o Ministério é uma instituição, como o Congresso é uma instituição, não é? Foi o fato de que, após essa autuação da Receita Federal, a diretoria... Por que o que a Receita Federal alegou? Que a FINATEC estava em desvio de finalidade. Essa é a alegação. Em desvio de finalidade. Ora, quem, pelo Código Civil, pode dizer se a Fundação está ou não em desvio de finalidade é o Ministério Público, que é o guardião da Fundação. Nós fomos, a diretoria em peso, foi ao Procurador-Geral, na época, Dr. Eduardo Sabo Paes, que tinha sido, tinha velado pela Fundação durante os 10 primeiros anos da Fundação, e, numa reunião da diretoria com o Procurador-Geral, nós colocamos: “Recebemos essa autuação da Receita Federal. A argumentação da Receita é que a Fundação se desviou dos seus objetivos e gostaríamos de saber qual o procedimento que a Fundação deve tomar?” Como sempre a FINATEC fez. A FINATEC, inclusive, estatutariamente, ela convida para todas as reuniões do Conselho o Ministério Público. O Dr. Eduardo chegou a participar de algumas, da Fundação. O Dr. Eduardo... O Dr. Eduardo falou: “Olha, para que o Ministério Público possa se posicionar, ele tem que ser provocado”. E, inclusive, nessa reunião, estava presente o Dr. Gladaniel. Ele falou: “Dr. Gladaniel, então, vamos... Eu estou orientando aqui ao Diretor-Presidente da Fundação, que ele provoque o Ministério Público, para que o Ministério Público se manifeste em relação a essa questão. E, em havendo algum problema, chamaremos a FINATEC aqui para discutir quais são os problemas, até porque a Receita, ela auditou 1998 e 1999, sendo que 1998, as contas da FINATEC estavam aprovadas”.

Qual foi o resultado disso? De repente, a FINATEC recebe uma comunicação dizendo que os Promotores, na época na Curadoria, concordavam com a tese da Receita e pediam para apensar esse posicionamento no processo da Receita Federal. Então, na Receita Federal, nós temos a aprovação das contas de 1998 e temos, depois, um parecer de dois Promotores, que não o Dr. Eduardo, dizendo que concorda com a tese da Receita. Ora, então, há um conflito, inclusive.

Inclusive, é importante, tem um episódio que é bastante esclarecedor, até da falta de critérios na análise das atividades que a Fundação desenvolve. O Dr. Eduardo, antes de deixar a Curadoria, a Fundação foi participar de um consórcio, de uma licitação, e era um consórcio entre a Universidade, a Fundação e a HP. Inclusive, se você pegasse o edital, o edital dizia que: “Era desejável a parceria entre uma Universidade Pública, uma Fundação de Apoio e entidades privadas”. Eu levei, pessoalmente, o edital para o Dr. Eduardo analisar, por quê? Porque, como o consórcio tinha que ser registrado em cartório, qualquer documento de uma Fundação em Brasília, para ser registrado em cartório, tem que ter autorização do Ministério Público. “Dr. Eduardo está aqui o edital, está aqui o termo de consórcio, gostaríamos de saber se o Ministério Público concorda com a FINATEC participar desse consórcio”. Ele analisou, leu o estatuto, pegou o estatuto na minha frente, leu o estatuto, olhou o edital e disse: “Não, está dentro dos objetivos estatutários da Fundação”. Lavrou autorização. Com esse documento, a FINATEC foi lá e registrou em cartório esse consórcio. 20 dias depois, esse edital foi cancelado por um erro formal; ao invés de um valor, era outro. No mesmo Diário Oficial que cancelou, publicou um novo edital, só que o número do edital mudou. Aquele termo de consórcio não servia mais. Por quê? Porque o número que estava no termo do consórcio era do edital anterior. O que nós fizemos? Encaminhamos novamente ao Ministério Público. Inclusive, nem fui mais lá. Está certo? Qual é a nossa surpresa? A FINATEC recebe uma comunicação, dizendo... Assinada por uma promotora, dizendo que a FINATEC não poderia participar do consórcio porque ela não poderia prestar serviços. O Dr. Eduardo já tinha subido para Diretor-geral.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu queria fazer uma intervenção. V.Sa. colocou que a FINATEC está submetida à fiscalização do Ministério Público e que a Receita teria vindo para fazer um novo redirecionamento para a Fundação. De repente, o Ministério Público, V.Sa. disse que a Receita não teria a função de estabelecer esse novo redirecionamento. De repente, vem o Ministério Público e diz que o que a Receita teria dito está correto. A partir daí, não deveria a Fundação seguir esta orientação já acordada entre o Ministério Público e a Receita Federal?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, aí está a insegurança jurídica a que os Diretores ficaram submetidos. Durante oito anos, a Fundação desenvolveu as mesmas ações que vinha desenvolvendo até hoje. Ora, e tinha as contas aprovadas por esse Ministério Público, que passou a questionar. Na medida—

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E não é dever dele questionar, uma vez que ele é o responsável pela fiscalização?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, Excelência, mas, ora...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E se ele tem uma nova reorientação, uma vez que ele está percebendo que a Fundação compra equipamentos com isenção de impostos, desviando-se de sua função, ele não teria, ele não teria o direito, como órgão fiscalizador, de redirecionar a orientação da Fundação?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, primeiro que a Fundação, ela, parece que ela... A Fundação, no âmbito de um Projeto de pesquisa, ela adquire equipamentos para executar aquele Projeto. O Projeto é executado na medida em que o equipamento é adquirido. E têm Projetos, inclusive, que você não adquire equipamento nenhum. Eu acho que tem que deixar isso claro. Segundo, imagine a insegurança jurídica... A Fundação, ela, para poder... Ela, para poder desenvolver as suas atividades, para poder captar recursos para investir na pesquisa, ela tem que prestar serviço. Não tem como a Fundação captar recursos dentro de um Projeto de pesquisa. O objetivo dela é investir na pesquisa e não tirar dinheiro da pesquisa.

Então, na medida em que o Ministério Público vem e diz: "Olha..." Promotores que não os primeiros, dizem: "Olha, essas atividades não podem ser desenvolvidas". Bom, mas se a Fundação não puder desenvolver aquelas atividades, ela vai morrer de inanição. Ela vai morrer de inanição. E não é só a FINATEC não, são as Fundações de Apoio—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Dr. Manoel.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um esclarecimento. Depois que saiu o Dr. Sabo Paes, quantos substituíram o Dr. Sabo Paes?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, até abril de 2004, que foi quando eu deixei, me parece que sete a nove Promotores diferentes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos estavam errados, só o Dr. Sabo Paes certo?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não sei se todos estavam errados e o Dr. Sabo Paes certo. O que eu estou colocando, Excelência, é que existe uma diferença de pensamento que, inclusive, também é diferente do Ministério Público de Goiás, que entende que a Fundação está dentro dos objetivos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A pergunta é uma só. Os senhores preferiram descumprir com a nova orientação do Ministério Público, atendendo ou seguindo uma regra implantada pelo Dr. Sabo Paes,

de que, como disse a vice-Presidente, se readaptar a uma nova orientação do Ministério Público e desafiar o Ministério Público.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não, Excelência, nós não resolvemos desafiar o Ministério Público não. Nós resolvemos, na verdade, buscar discernir esse ponto, porque você inicia uma instituição com uma filosofia de trabalho. Anos depois, 10 anos depois, diz: Olha, está tudo errado. O que vocês fizeram está tudo errado. Daqui para frente, vocês vão fazer dessa forma", certo? Ora, precisaria, então, que houvesse um convencimento de que isso deveria ser feito, porque não é o que ocorre em outros Estados. Então, a FINATEC ficaria isolada, dentro do âmbito nacional. O que é que a Fundação fez? Ela buscou, com uma ação declaratória junto à justiça, discernir esse ponto. É uma tese que está em discussão, para dizer o seguinte, o que a FINATEC fez, os 10 primeiros anos da vida dela, e que foi aprovado, e continua fazendo, está certo ou está errado? Então, tem que ter um fórum neutro, e aí foi a justiça, que vai dizer o seguinte: "O Ministério Público está correto e a FINATEC tem que se adequar" ou "o Ministério Público não está correto e a FINATEC pode continuar fazendo—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, dentro desses apartes ainda do Relator, quando o Dr. Manoel apresentou o estatuto da entidade ao Procurador, ele te deu uma resposta por escrito ou foi verbal, na hora?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Quando apresentou o estatuto—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Nesse contrato que V.Sa. estava preocupado se poderia participar ou não?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Por escrito, inclusive—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Foi por escrito?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Por escrito.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tem esta cópia em mãos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não tenho em mãos, mas eu posso buscar—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pode mandar depois para a gente?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Com certeza.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós temos ainda essa afirmativa de que 24 milhões foram... Sumiram numas contas que não eram à conta da finalidade do convênio. O senhor podia explicar esse episódio e também

o episódio do INSS, que cobra uma dívida de quase... De mais de 100 milhões de reais da FINATEC, também num processo.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Ok.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Só isso daí liquidaria o patrimônio da FINATEC, não precisaria mais dessa ação do Ministério Público, já resolveria tudo de uma vez.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Com certeza.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Então, era importante explicar. Gostaria que o senhor, se pudesse, anotasse, porque eu quero que o senhor, no final, explique, porque tem muita contradição do Ministério Público e o pronunciamento do senhor, e o senhor explique a contradição do pronunciamento do senhor e do pronunciamento do Reitor porque o Reitor afirmou aqui a Reitoria não tomou conhecimento de absolutamente nada em relação àquela reforma que se demonstrou, aos olhos do público, como escandalosa e que isso não era responsabilidade do Reitor. O Reitor não tomou conhecimento disso. Disse que todo o tipo de material, de equipamento, faz parte de uma relação, que foi a FINATEC que tocou esse empreendimento.

Então, é importante deixar isso bem claro porque há uma contradição entre o pronunciamento do senhor e o pronunciamento também do Reitor, que nós vamos ter que depois também tirar essa dúvida em relação a esses pronunciamentos.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Bom, Excelência, em relação aos 24 milhões, que, inclusive, o Ministério Público do Distrito Federal pediu que fossem bloqueados e foi negado pela Justiça Federal, ta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Negado o bloqueio?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Negado o bloqueio. Foi negado o bloqueio, inclusive, se o Presidente me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Ele... Aqui eu estou aqui com a decisão, em que ele diz o seguinte... Aqui, olha. Vou ler uma parte, posso colocar à disposição também da Comissão. "Pelo que consta o depoimento que embasou o pedido dos autores, no caso do Ministério Público, a FINATEC contabilizou o referido numerário, inclusive, como forma de resguardar referido valor em face de ações trabalhistas ajuizadas por ex-contratados para execução dos serviços prestados ao INSS através do contrato com a FUB. Por

fim, quanto à plausibilidade do direito, noto que, até o presente momento, não há nos autos, de forma clara, prova no sentido de que a subcontratação da FINATEC pelo FUB gerou dano patrimonial ao Erário, tampouco a quantificação do suposto prejuízo. Não comprovou também a existência de qualquer ato praticado pela requerida, com vistas à ocultação da quantia em comento, de modo a frustrar o ressarcimento integral do suposto dano suportado pelo Erário".

Ou seja, esse... Passo as mãos do Presidente. O que essa decisão, ela deixa claro é que esses recursos, eles sempre estiveram na contabilidade da Fundação; é impossível nenhum recurso não estar contabilizado na Fundação. Anualmente, a prestação de contas, ela é encaminhada ao Ministério Público e ela é encaminhada com vários documentos, inclusive, com extrato de todas as contas bancárias que a Fundação tem em todos os bancos, ou seja, o Ministério Público tem pleno conhecimento de todos os valores que estão sob a responsabilidade da Fundação.

Então, em relação aos 24 milhões, eu acho que a própria decisão da Justiça Federal esclarece perfeitamente que nunca houve nenhum escamoteamento ou não se escondeu nada do Ministério Público. Tanto é verdade, que a Justiça Federal entendeu que esse recurso... Inclusive, está lá disponível para ser usado pela Fundação nos seus objetivos sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Questão do INSS.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

INSS. Questão do INSS. Da mesma forma que a FINATEC recebeu auditoria da Receita Federal, também recebeu auditoria do INSS. Eu acho que a FINATEC foi uma das Fundações mais auditadas do Brasil. O INSS autuou a Fundação. Com que argumentação? Na época, se não me falha a memória, cerca de quatro milhões e 500; se beira a 100 milhões, realmente, a correção é astronômica, mas era na faixa de quatro bilhões e meio. Qual era a argumentação do INSS? É que Professores da Universidade, ao prestarem serviços pela Fundação, deveriam ser contratados em carteira. Ministros de Estado, que são Professores da Faculdade de Direito, ao darem aula em cursos gerenciados pela Fundação, teriam que ser contratados em carteira.

O absurdo foi tão grande que o INSS perdeu na Câmara por unanimidade. Então, esse processo o INSS perdeu em nível administrativo. Não chegamos nem às vias judiciais. Depois os... Na época, auditores, recorreram numa segunda... Outra Câmara, e essa outra Câmara pediu que fosse revisto todo o processo. E a FINATEC, até onde eu saiba, eu saí em abril de 2004,

a Fundação está aguardando até hoje que o processo seja refeito pelo INSS. Então, essa é a questão.

Questão do Reitor. Questão do Reitor, eu gostaria, mais uma vez, de reafirmar que, como Presidente do Conselho, não havia como eu autorizar qualquer despesa em relação a esse apartamento. Passo às mãos aqui do Presidente, inclusive, é um exemplo... Um exemplo que foi obtido na Fundação, obviamente, porque era claro que seria uma questão discutida aqui, solicitei, e aqui tem um exemplo de um processo de compra para mobiliar esse imóvel.

Então, está claro aqui que esse processo, ele vinha da Universidade para a Fundação. Então, se nós olharmos aqui, depois eu vou deixar também, tem aqui um documento dirigido ao então Presidente, Professor Sadek Absi Alfaro, que quem autorizava, está aqui, inclusive, o “de acordo” dele no processo. Está aqui, então, o decano de finanças da Universidade, solicitando que a Fundação adquira os diversos itens. Está aqui o pedido de autorização e está aqui assinado pela Universidade.

Então, esse processo, ele chegava pronto à Fundação; essa é a informação que eu tenho, Excelência. Estou lhe passando, como me foi passado pela área técnica da Fundação. Esse processo, então, chegava pronto à Fundação. A Fundação, então, utilizando os recursos oriundos desse fundo, o Diretor, então, autorizava o pagamento... O Diretor-Presidente autorizava, então, o pagamento dessas compras.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Uma última questão. Em relação ao contrato com a Prefeitura de São Paulo, por que é que a Prefeitura questionou o contrato? Qual foi a razão?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, essa é outra questão importante. A questão da Prefeitura de São Paulo foi também, mais uma vez, a colocação do produto, que eu já disse que foi desenvolvido pela Fundação. Esse contrato foi integralmente cumprido pela Fundação, esse contrato findou em dezembro de 2004, se não me falha a memória, 15 de dezembro de 2004, já no final do mandato da Prefeita Marta Suplicy. E assumiu, então, o Prefeito Serra. O que se sabe, inclusive, até pela mídia, que o Prefeito, na ocasião, não só suspendeu esse contrato, mas o pagamento de todos os outros contratos.

Apesar de a Fundação ter cumprido totalmente o contrato, como a Prefeitura levava em torno de 90 dias para pagar esses... Os valores. Então, em 15 de dezembro, encerrou o contrato. Existiam cerca de 13 milhões para a Fundação receber que seria a questão... Deveria ter sido pago pela nova... Pelo novo Prefeito. A Fundação, inclusive, tem um atestado técnico da execução desses Projetos. E isso resultou, inclusive, na

publicação de um livro, que eu vou colocar à disposição da Presidência e da Comissão, tem aqui um parecer de um pesquisador na área de transferência de tecnologia, demonstrando que o contrato da Prefeitura de São Paulo está perfeitamente dentro dos objetivos da Fundação e tem aqui as defesas que a FINATEC fez, em nível administrativo, demonstrando que o contrato foi totalmente executado e que ela tem direito a receber o que lhe falta a receber. Então, passo às mãos aqui do Presidente da Comissão.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero agradecer ao senhor Relator, Senador Inácio Arruda... E eu, então, vou passar ao Plenário. O primeiro inscrito é o Senador Alvaro Dias e, logo em seguida, a Senadora Fátima Cleide. Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente. O Relator identificou bem um cenário de contradições que se agrava, se nós formos levar em conta o que há de divulgação através do site da entidade. Aliás, ficamos sabendo que uma das especialidades da FINATEC é o Portal; oferece consultoria às Prefeituras para a criação de Portais. E, ao olharmos o site da própria entidade, nós podemos chegar à conclusão que não há tanta eficiência em relação ao Portal, por que ele não diz nada, não conta nada, não informa nada. Não há nem mesmo o balanço da entidade neste site. Não constam, por exemplo, as pesquisas, já que a finalidade principal é o desenvolvimento científico e tecnológico, a transferência de tecnologia e a pesquisa científica, no site da FINATEC, não informa quais as pesquisas estão sendo conduzidas pela instituição.

E é estranho verificar também que, desde 99, o Ministério Público de Fundações não tenha aprovado as contas da FINATEC. Não há esclarecimento; o depoente diz não saber qual a razão, mas, na verdade, não há aprovação das contas desde 99, e isso é muito grave. Isso significa usar o dinheiro público sem nenhuma responsabilidade.

E eu indagaria ainda somente se já houve alguma auditoria na FINATEC, quem é o auditor, quem contratou esse auditor, se a UNB realizou alguma auditoria na FINATEC nesse período?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, em primeiro... Só tentando esclarecer a questão de 1999, acho que é importante. Na verdade, a FINATEC não tem nem as contas aprovadas, nem reprovadas. É importante que se deixe claro isso, quer dizer, existe uma omissão por parte do Ministério Público—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu creio que aí é mais grave--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Existe uma omissão por parte do Ministério Público do Distrito Federal. A Fundação cumpre a parte dela, o Ministério tem que cumprir. Segundo. Em relação a auditorias, a Fundação, desde 1998, por recomendação ainda do Dr. Eduardo Sabo Paes, ela tem uma auditoria externa contratada--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Diante das afirmações que eu considero graves, de omissão por parte do Ministério Público, eu solicito a V.Exa. que seja promovida uma acareação entre o Dr. Antônio Manoel e o representante do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós estávamos discutindo aqui com o Relator esse procedimento, encontrando a fórmula jurídica adequada para poder proceder dessa forma que, realmente ficou difícil--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fundamental até para preservá-lo, uma figura como o Dr. Manoel, com a biografia, com o perfil, não pode ter a sua vida pública enlameada pela omissão do Ministério Público Brasileiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós vamos construir com o Relator a forma adequada para promover esse--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Lembrar que qualquer ação nesse sentido tem que passar por aprovação de requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito. Exatamente.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Então, Excelência, só complementando a minha resposta, desde 1998, até por recomendação do Dr. Eduardo Sabo Paes, a Fundação, ela contrata auditoria externa, e essa auditoria... O resultado dessa auditoria é encaminhado para o Ministério Público do Distrito Federal anualmente, junto com toda a prestação de contas, com a contabilidade, junto com toda a documentação--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E quem é esse auditor?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: São empresas contratadas. São pedidos propostos para empresas do mercado e é selecionada uma proposta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Qual é a relação do senhor com o Sr. Marco Antônio da Silva Figueiredo, Gerente financeiro--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O Sr. Marco Antônio da Silva Figueiredo é meu genro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É genro? Ele continua exercendo as funções na FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Ele continua exercendo as funções na FINATEC.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É algo grave, Sr. Presidente, também, porque o genro do Presidente afastado continua prestando serviços à FINATEC, na função de Gerente Financeiro, ou seja, é uma posição-chave dentro da entidade, com capacidade, inclusive, para destruir provas. Se nós estamos na continuidade de um inquérito instaurado pelo Ministério Público, não se explica a permanência do Gerente do principal denunciado, ou do principal investigado; não foi denunciado ainda, mas, investigado, o seu genro estar comandando exatamente a parte financeira da instituição. É mais uma questão da maior seriedade. Eu quero--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Certamente foi o Presidente da entidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor que nomeou ele?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Deve ter sido o Sr. Antônio Henriques...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Posso explicar?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O Sr. Marcos Figueiredo, que é Gerente Financeiro, ele entrou na Fundação como técnico na área de prestação de contas. Quem, inclusive, decidiu pela sua contratação foram os dois outros diretores, inclusive, eu era contra essa contratação, mas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O entendimento dos outros dois diretores era que ele tinha formação, ele é formado em Administração, pela Universidade de Brasília, tem três cursos de especialização, e a diretoria entendeu, até porque a FINATEC é uma instituição privada, os dois membros da diretoria entenderam que ele atendia ao perfil e ele subiu dentro da Fundação; ele não entrou como Gerente Financeiro. Devido à performance dele dentro da Fundação, ele atingiu o cargo de Gerente Financeiro. E é interessante esclarecer que eu deixei a Fundação em abril de 2004; a diretoria que me sucedeu manteve, pela competência que esse funcionário tem, o manteve à frente da gerência financeira.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Nesse caso, eu creio, é claro que essa é uma questão pessoal, mas o correto seria se julgar evidentemente suspeito por ser, pelo grau de parentesco, e se afastar. Porque, nesse caso, é o “cabrito cuidando da horta”, em linguagem bem popular, é o “cabrito cuidando da horta”. Eu... Dos 50 milhões de contratos da FINATEC, 23 milhões foram destinados a pagamentos a empresa de consultoria do Sr. Luiz Lima, que não atua em pesquisa científica. Sr. Luiz Lima mantinha um escritório dentro da FINATEC e operava como se fosse um representante comercial da instituição para captar recursos de Prefeituras. Precisava da FINATEC como uma espécie de biombo para ser contratado sem licitação para essas Prefeituras. Ou seja, o Sr. Luiz Lima não dependia de licitações para ser contratado em razão da FINATEC, ou seja, uma forma de burlar a Lei de Licitações. E isto, é claro, é crime. A pergunta: A revista Época buscou saber quem é o padrinho de Luiz Lima para que conseguisse contratos milionários, a maior parte dos valores, eu não digo a quantidade dos contratos, mas valores, com Prefeituras do PT. O senhor certamente sabe quem é, dentro da FINATEC, era o senhor que o acolheu, em 2001. E fora da FINATEC, quem era o padrinho do Sr. Luiz Lima?

O senhor Paulo Ferreira, que é tesoureiro do PT, declarou que o trabalho do Sr. Lima é picaretagem. O Sr. Luiz Lima, o trabalho do Sr. Luiz Lima é picaretagem, portanto, ele deve ter tido um padrinho poderoso para que, em que pese o fato de fazer um trabalho, segundo o Sr. Paulo Ferreira, Tesoureiro do PT, picaretagem, movimentar 23 milhões de reais através da FINATEC.

Eu gostaria que o senhor abordasse essa questão, inclusive, V.Sa. já falou sobre a qualidade do serviço do Sr. Luiz Lima, sob a sua ótica. Mas a indagação que eu faço é relativamente ao apadrinhamento do Sr. Luiz Lima para que ele pudesse ganhar tanto em tão pouco tempo, através da FINATEC.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual é a empresa do Sr. Luiz Lima?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É a INTERCORP.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deixa só eu lhe pedir o seguinte. Aqui diz o seguinte, é o Paulo Ferreira: “Eu não indicaria a INTERCORP; o trabalho deles é ruim, é uma picaretagem”.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato. É isso que eu disse. Eu vou completar a indagação para ganhar tempo, já que é a respeito do Sr. Luiz Lima. Foram muitas Prefeituras e, em que pese o fato de ser considerado uma picaretagem por um dirigente do PT, a maior parte dessas Prefeituras do PT. O Sr.

Paulo Ferreira afirmou mais: “O Portal que eles fizeram para a transição não servia para nada; era chamado de ‘Portal das ilusões’”. E, tendo feito o “Portal das ilusões”, ele se credenciou a prestar esse serviço de consultoria às Prefeituras. Então, eu gostaria que o senhor explicasse sucintamente qual o serviço que o Sr. Luiz Lima prestava?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Ok.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Depois eu prossigo. Pode responder, para não ficar muito longo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor tem cinco minutos.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, então, primeiramente, não era o Sr. Luiz Lima que era contratado pelas Prefeituras. Não era a INTERCORP que era contratada pelas Prefeituras. Quem era contratada pelas Prefeituras e por outros Governos Estaduais era a FINATEC. É importante que isso fique bem claro. A FINATEC só teve condições de ir ao mercado e buscar esses Projetos porque tinha um produto desenvolvido--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então, nós precisamos entender melhor isso. O Sr. Luiz Lima não prestava esse serviço, mas ganhava... Nesse período, ganhou 23 milhões. Era um simples site na internet, não é? Milhares de firmas fazem esse site por um preço... Por um preço econômico, quando contratadas por licitação, evidentemente. O que nós sabemos é que o Sr. Luiz Lima mandava dois técnicos para adaptar às necessidades da Prefeitura e depois ensinava alguns funcionários a alimentar o site. Esta é a informação que nós temos--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Por isso a sua empresa não tinha funcionários fixos, apenas o Sr. Eduardo Green, dois técnicos e duas secretárias. A única diferença, de Prefeitura para Prefeitura, era o preço de serviço. Em São Paulo, o contrato era de 12 milhões e 200 mil. Em Recife, os contratos chegaram a 20 milhões. Em Fortaleza, ficou quatro milhões e 600 mil; em Vitória, três milhões e meio. É evidente que uma microempresa dirigida por um psicólogo não tinha a menor condição de oferecer contrapartida para esses contratos milionários. Aliás, às vezes, recebia pela firma da mulher, a Camareiro & Camareiro, é também surpreendente que a Camareiro & Camareiro possa faturar tanto, já que sua sede fica em Indaiatuba, São Paulo, e um repórter foi ao local e constatou que lá funciona um escritório de advocacia, portanto, é uma empresa fantasma a Camareiro & Camareiro. Eu creio que isso tudo só pode ser esclarecido quebrando sigilo

bancário da Camareiro & Camareiro, da INTERCORP, do Sr. Luiz Lima, da sua esposa, Flávia, da FINATEC... E os requerimentos já foram apresentados.

Eu gostaria que o senhor esclarecesse algo sobre isso tudo. Isso me parece algo complexo. É muito dinheiro, passando pelas mãos de poucas pessoas, a pretexto de prestarem serviço a Prefeituras, serviços também que não são perfeitamente identificados. Então, eu gostaria que o senhor esclarecesse isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor tem a palavra.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, é bem simples, não tenho dificuldade nenhuma em esclarecer, até porque, volto a insistir, esses Projetos foram negociados pela Fundação. O papel dessa empresa foi no desenvolvimento do produto, juntamente com a Fundação, e depois o Sr. Luiz Lima era o Coordenador-Geral desse Projeto, junto à Fundação. Obviamente que qualquer desenvolvimento, ele tem um custo. Quando você desenvolve um carro, ele tem um custo—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Sr. Luiz Lima faturou 23 milhões. 23 milhões.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Vou chegar lá, Excelência. Vou chegar lá. Então, qualquer produto tem um custo de desenvolvimento. Uma televisão tem um custo de desenvolvimento—

[soa a campanha].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: --Um carro tem um custo de desenvolvimento, e esse custo, ele é tirado, ao longo da venda dos carros, da venda da televisão. É por isso que as televisões LCD custam mais caro no início do lançamento do que depois, porque quem vem primeiro, paga mais caro, é normal. Um fármaco, um remédio, ele é mais caro, na medida em que produz em maior quantidade, ele passa a ser mais barato.

Em relação à questão... Por que é que a empresa INTERCORP recebeu 24 milhões? Desses 24, 14 milhões são pelo desenvolvimento do produto, às custas dela. A Fundação não correu nem risco—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O produto é esse Portal?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O produto não é o Portal, aí que está o equívoco. O produto é a metodologia de gestão pública, com toda uma documentação que, se o Presidente quiser, eu encaminho—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É um simples software.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu encaminho, seria importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É importante, gostaria que o senhor encaminhasse.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: É importante encaminhar essa documentação, que vai ficar clara a complexidade desse produto e a importância dele para o administrador público, que lhe permite ter, *on-line*, o que está acontecendo em todos os Projetos que são desenvolvidos pela Prefeitura. O Prefeito, por exemplo, estando em Brasília, ele pode, via esse Portal, detalhe, cujas fontes são doadas à Prefeitura no final e cuja equipe é treinada para que continue realimentando esse Portal, o Prefeito pode acompanhar qualquer obra, em qualquer posição, esteja no Brasil ou no exterior. Ele pode interferir, pode redirecionar recursos, em função disso, agora, para chegar nesse nível—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu quero dizer do meu espanto, diante dos valores que são aplicados. V.Exa. pode defender a metodologia, afirmar que é moderna, que é eficiente, mas esses valores são valores fantásticos para esse tipo de prestação de serviço.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, se for fazer--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Esse *software*... As Prefeituras gastaram milhões. A Prefeitura de Recife, são valores que ultrapassam 20 milhões de reais. O Governo do Estado de Pernambuco, 10 milhões de reais. Mas não há explicação para isso. Eu não vejo explicação.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não foi com a FINATEC.

[risos].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Álvaro, deixa eu fazer uma intervenção na sua fala aqui um instantinho?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É mais barato, mas não é pouco.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Deixa eu fazer uma intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): --Aproveitando o gancho da sua fala. V. Sa. disse que a FINATEC é executora do produto, que ela não terceiriza. Como ela não terceiriza se a empresa é que vai contar, treinar, qualificar o pessoal da Prefeitura?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. É importante... É importante, por exemplo, na Prefeitura de São Paulo, nós chegamos a ter contratados 100 técnicos em carteira. São funcionários da Fundação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas, então, essa empresa recebe o quê? Por quê?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Essa empresa, ela tem receber, ela tem que ter, a Fundação ressarcir a ela o custo do desenvolvimento do produto. E, obviamente, enquanto esse produto está sendo absorvido pela equipe da FINATEC, ela está junto, trabalhando junto da--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É a cada venda? Cada vez que vende para uma Prefeitura, para um Governo do Estado, ela fatura X?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: A cada vez que a Fundação consegue o Projeto. Quem consegue o Projeto não é a empresa, quem consegue o Projeto é a Fundação. Isso é importante.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que vende esse produto?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Aí terceiriza, vende o produto e terceiriza--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Não terceiriza, Excelência. A Fundação tem um corpo técnico. Esse corpo técnico entra, inclusive, os coordenadores em nível das Prefeituras--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Como essas empresas são remuneradas? O que elas fazem?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Elas são remuneradas exatamente pela inteligência.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pelo produto que elas ajudam a construir, mas não são elas que estão em contato com a Prefeitura?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Bill Gates está ficando com inveja desse Luiz Lima.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A inteligência da Universidade não teve capacidade de formar programa próprio? Foi buscar lá nessa... Como é o nome dessa empresa? INTERCORP. Eu tenho a impressão de que a Universidade que está nos ouvindo deve estar se sentindo humilhada. O corpo técnico da Universidade não ter sido solicitado, não ter sido ouvido e se pegar 14 milhões, o senhor me perdoe, e jogar pelo ralo, numa empresa como essa, em que os próprios estimuladores, incentivadores, taxam como picaretagem.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, eu vou responder à questão da picaretagem--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu gostaria de conhecer o sistema da Prefeitura de Recife, porque pagar 20 milhões por um... Eu nunca vi isso em lugar nenhum do mundo. Aliás, esse psicólogo aqui pode ensinar o Bill Gates. Eu acho que ele tem que

ensinar o Bill Gates. Diante desse fato... O Tribunal de Contas disse que o contrato com a FINATEC em Recife é irregular. Só pode ser irregular. Não é possível que não seja irregular. Não é possível que não seja irregular. E há três processos no Tribunal de Contas da União, que dizem respeito a desvio de finalidade da FINATEC. Eu estou solicitando à assessoria que nos informe sobre esta Ação Penal, já que, no início, o Sr. Antônio Henriques disse desconhecer e depois disse ter sido absolvido. Então, nós ficamos em dúvida; eu não sei se ele mentiu no início ou se mentiu ao final. Nós temos que conferir qual é a solução dessa Ação Penal.

Mas, diante de valores significativos e da ausência de uma explicação compatível com esta realidade que nós estamos verificando, há um requerimento que pede a quebra de sigilo do Sr. Antônio Henriques. Mas, para facilitar, se ele tem essa tranquilidade de consciência que procura demonstrar, eu indago se ele assinaria a autorização, até nos dispensaria de deliberar sobre este requerimento, que pede a quebra do seu sigilo bancário e fiscal. Se V.Sa. concordar em assinar essa autorização, nós evitaremos deliberar sobre esse requerimento. Eu tenho a autorização redigida; se V.Sa. concordar, eu encaminharei à Mesa.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Perguntaria à Presidência se eu posso responder todas as questões que foram colocadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pode sim. O senhor está com a palavra.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Em relação ao comentário do Senador, eu gostaria de dizer o seguinte. Não há envergonhamento nenhum dos Professores da Universidade de Brasília. Os Professores... O que acontece, em qualquer desenvolvimento, existe a oportunidade que se apresenta, em função da idéia que se apresenta. Quem teve a idéia não foram os Professores da Universidade de Brasília.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eles são... Coincidência, eles não são da Universidade, não é?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Se os Professores da Universidade de Brasília tivessem tido a idéia de desenvolver esse produto, a FINATEC os abrigaria de pronto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas foram convidados para desenvolver?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, na verdade, parte das pessoas. As pessoas é que têm que procurar a Fundação e dizer: "Eu tenho essa idéia, queremos desenvolver. A Fundação apóia?" Tem que ser... Então, quem procurou a Fun-

dação não foram os Professores da Universidade de Brasília, que têm plena competência para desenvolver não só esse produto, mas outros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quem tiver idéia no Brasil, procura a FINATEC, que ela resolve.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Se ela tiver condições, dentro dos seus objetivos, condição de desenvolver, vai apoiar, não tenha dúvida nenhuma.

Em relação à questão do Sr. Paulo Ferreira, é interessante, porque na época, também na revista Época, todo mundo pode acessar o Portal do Ministério Público do Distrito Federal, estão lá os depoimentos feitos pelo Sr. Paulo Ferreira, no depoimento dele, inclusive, ele diz o seguinte: “Que não se referiu a INTERCORP quando falou da picaretagem”. Está lá no depoimento dele, é só acessar no site, eu li ontem à noite, entra... Revista Época—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ele diz a que ele se referiu no depoimento?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O Promotor perguntou para ele se os trabalhos desenvolvidos... O que ele quis dizer na revista Época, quando diz que os trabalhos eram picaretagem? Ele disse que os trabalhos, existem vários trabalhos nessa área, que são picaretagem, e que ele não se referiu ao trabalho desenvolvido pela INTERCORP—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas ele fez referência ao “Portal das ilusões”, o Portal que foi exatamente obra do Sr. Lima.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Mas, nesse depoimento, ele desmente o que está na Época. É importante que seja lido, e que seria interessante, inclusive para a Comissão—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Desmente que é picaretagem, mas não desmente que é “Portal das ilusões”.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Seria importante ouvi-lo, então.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: É importante, inclusive, o parecer, a declaração dele está no Portal da Época e que pode ser, inclusive, acessado, e que está lá, ele diz com todas as letras que não se referiu a essa questão com a INTERCORP. Então, desmente frontalmente o que está colocado na revista Época.

Em relação ao Portal de transição, Excelência, na verdade, se tratou de um sistema que não tem nada a ver com o produto desenvolvido, que foi colocado, é um *Word*, que qualquer pessoa faz. O *Word* só tinha o objetivo, naquele momento, de mostrar que é possível você, de forma sistematizada, colocar informações, de

forma a tomar decisões. Então, esse produto que ele se refere realmente não é um Portal mesmo não, não é a metodologia, que depois foi implantada, e que hoje é motivo de premiação da Prefeitura do Rio Grande do Sul. Então, eu gostaria de deixar isso claro.

Em relação à dúvida em relação à Ação Penal, Excelência, não há dúvida nenhuma. Foi perguntado em relação às notas frias. Depois, p senhor entrou com a questão da Ação Penal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Que é a consequência das notas frias.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. Não é... A Ação Penal não tem nada a ver com as notas frias. Tem haver com questão de ICMS sobre importação. Então, nessa ação, eu fui, por unanimidade, eu fui inocentado.

Com relação à quebra de sigilo bancário e fiscal e sigilo telefônico, de minha parte, eu não tenho problema nenhum de quebrar. Agora, eu entendo—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Deixa-me entregar a V.Exa.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu entendo e é importante que se diga que a FINATEC está sob intervenção judicial. Inclusive, cabe ao interventor, em relação até à questão do Gerente Financeiro, que foi afastado pelo primeiro interventor e retornou em função do segundo interventor, cabe ao Juiz, todas as contas da Fundação estão abertas hoje em nível do Judiciário. Se a justiça entender que meu sigilo tem que ser quebrado, isso vai ser determinado. Está em curso isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aliás, o Reitor da Universidade de Brasília afirmou que o sigilo dele estava quebrado e não está quebrado. Até porque o Ministério Público ainda não determinou a quebra de sigilo nem da FINATEC e nem do Reitor e nem de nenhum dos Diretores. Não tem essa prerrogativa, depende de consentimento da justiça e deverá fazer a solicitação. Mas ainda não houve quebra de sigilo. Por essa razão, nós estamos encaminhando hoje um requerimento, que pede também a quebra de sigilo do Reitor da Universidade de Brasília. Eu vou pedir à assessoria que encaminhe a V.Sa. a autorização. Se V.Sa. desejar assinar esta autorização, ela está já redigida. Eu agradeço, Sr. Presidente, aí, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós, no dia de amanhã, teremos a Sessão-deliberação, com Requerimentos, propondo e buscando autorização para quebra de sigilos. Então, a inscrita agora é a Senadora Fátima Cleide e, logo em seguida, o Senador Sérgio Guerra. Agradeço ao Senador Alvaro Dias e passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vou tentar ser bem breve. Sr. Antônio Manoel, a FINATEC firmou contrato com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Naquela época, o Procurador-Geral do MP Paulista era o Dr. Luiz Antônio Marrey, hoje Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. Pergunto: Nesse contrato houve licitação? Os serviços foram executados diretamente pela FINATEC? Houve terceirização ou subcontratação de serviços?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Na verdade, não houve contratação do Ministério Público do Estado de São Paulo em relação à FINATEC. O que houve foi uma parceria entre o Ministério Público de São Paulo e a FINATEC, e a FINATEC, junto ao BID, buscou recursos para financiar um Projeto de modernização da Promotoria de Urbanismo e de Meio Ambiente. Qual era o problema que se apresentava no Ministério Público de São Paulo? É aquilo que nós estávamos conversando em relação ao Ministério Público, se você tem uma bacia hidrográfica em que, de um lado tem um Município, que tem um Promotor atuando, do outro lado, tem outro Promotor atuando, se um Promotor, ele autoriza um determinado empreendimento e o outro Promotor, do Município que margeia aquele rio, ele impede o empreendimento, simplesmente esse empreendimento está com sérios problemas para acontecer.

Então, o que é que o Ministério Público tentou desenvolver lá, junto com a Fundação, com recurso do BID, a fundo perdido? Primeira vez que se tem conhecimento que se tenha conseguido recurso do BID a fundo perdido para apoiar um trabalho na área de modernização de gestão do Ministério Público de São Paulo, de uma Promotoria de urbanismo e meio ambiente. Qual era o objetivo? Era você criar parâmetros, criar direcionamentos para que os Promotores do Estado de São Paulo pudessem se pautar, para que um não ficasse atrapalhando o outro e vice-versa, e atrapalhando a execução de Projetos.

Então, e esse trabalho... E esse trabalho contou... Esse trabalho contou com recursos do BID e a equipe da Fundação desenvolveu esse Projeto, inclusive, já tendo encerrado e tendo os atestados técnicos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se a Senadora me permitir. Esse recurso do BID era para o Governo de São Paulo ou para a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Esse recurso do BID foi a FINATEC que pleiteou junto ao BID.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para o Ministério Público?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como Fundação?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Justificando que era para atender uma demanda no Ministério Público do Estado de São Paulo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Houve, então, um convênio para estabelecer essa parceria? Como é que foi?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Com o BID, sim; houve um convênio com o BID, inclusive, o Ministério Público é citado nesse convênio—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas a parceria entre o Ministério Público e a FINATEC não foi legalizada?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não houve contratação. Desculpe, houve um convênio, que foi assinado pelo Dr. Marrey, um convênio de cooperação técnica, que não envolveu recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço à Secretaria da Mesa que proceda ao pedido de cópia desse convênio para que a CPI tenha esse material. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Através de manchetes, de matérias também jornalísticas, sabemos que a empresa de Consultoria M2R, de propriedade de Romanna Remor e Gileno Marcelino, é prestadora de serviço da FINATEC, há quanto tempo?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, esses contratos, se não me falha a memória, são de 2006/2007, teria que se convocar os diretores da época para poder explicar. Eu não era mais Diretor-Presidente—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não é da sua época? O senhor não tem conhecimento desse contrato?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu tive conhecimento pela imprensa, que divulgou que existem várias Prefeituras ligadas ao Democratas, que tem a equipe da Fundação, o Professor Gileno Marcelino, ele é um Professor Doutor, que se aposentou pela Universidade de Brasília, e a especialidade dele é gestão pública.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ele é da FINATEC, então? Ele é Diretor da FINATEC, foi diretor da FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Ele nunca teve nenhuma relação com a Direção com a Fundação. Ele é um consultor, que trabalha em Projetos com a Fundação.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mesmo que não tenha sido da sua época à frente da instituição, no caso específico da M2R, qual o fruto da parceria entre ela e a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não posso afirmar nada, Excelência. Eu não tive acesso a essa parceria.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Além dessa empresa, o senhor tem conhecimento de parcerias da FINATEC com outras empresas e quais?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Não tenho.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós tivemos acesso ao contrato com a Prefeitura de Porto Alegre e, tomando este contrato como exemplo, em média, quantos técnicos da FINATEC e quantas empresas são subcontratadas para atuar nestes contratos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Essa informação eu não tenho nas minhas mãos. Lembrem-se, é importante colocar que eu era Diretor-Presidente da Fundação. Eu não executava tecnicamente os Projetos. Existia uma equipe técnica, existia um coordenador técnico; detalhes técnicos como esse eu não tenho. Podemos, inclusive—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, é importante que nos sejam encaminhadas essas respostas para que a gente possa prosseguir na análise dos contratos feitos com outras Prefeituras também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço ao senhor que depois remeta à CPI, então, esse material—

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu vou, na verdade, solicitar ao interventor, porque agora tudo tem que ser através do interventor, talvez, fosse melhor que a Presidência—

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A CPI fará isso e peço à Secretaria da Mesa que providencie esse ofício.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O senhor afirmou aqui, em vários momentos, nesta audiência, que a FINATEC existe para desenvolver a pesquisa. Embora tenha sido perguntado antes, eu gostaria que o senhor me explicasse como é que o senhor explica os gastos com roupas, sapatos, capas de laptop, conserto de carro particular, com o dinheiro da Fundação, feitos pelo Professor Francisco Ricardo da Cunha, ex-Diretor Financeiro da FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Essa questão é extremamente importante, talvez, seja o cerne, inclusive, dessa ação do Ministério Público, porque o Diretor-Presidente, que foi afastado, Professor Carlos Alberto Tomaz, ao tomar conhecimento dessas irregularidades praticadas pelo então Diretor Financeiro da Fundação, me procurou, como Presidente do Conselho, e nós fomos juntos ao Ministério Público do Distrito Federal fazer uma denúncia e buscar respos-

tas de como a Direção da Fundação deveria proceder nesse caso especificamente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Os senhores constataram isso e denunciaram?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: E denunciamos. Fomos ao Ministério Público denunciar. Esse, inclusive, é importante que se coloque que esse diretor, além de tomar essas ações, ele também deu bolsa de pesquisa para um técnico da Universidade que o Conselho Superior, ao tomar conhecimento pelo Conselho Fiscal, mandou reincidir e recolher os encargos sociais. Ele deu bolsa para um aluno de Mestrado dele, à revelia de orientação do Conselho Superior e também autorizou uma bolsa de cinco mil reais para ele próprio, que só não foi implementada porque o Diretor-Presidente, o Professor Carlos Alberto não aceitou assinar esse termo de bolsa.

Eu, inclusive, gostaria de passar às mãos da Presidência os esclarecimentos encaminhados, na oportunidade, ao Ministério Público. E, até o momento, nós não temos nenhum posicionamento do Ministério Público, também em relação a essa questão. E o que causa espanto, Senadora, é que, em relação a esse caso especificamente, o Professor Francisco Ricardo recebeu um e-mail do Promotor Ricardo Antônio, que foi distribuído para toda a Universidade de Brasília, porque ele abriu, disse que poderia abrir para toda a Universidade de Brasília, inclusive, dizendo que lamentava muito o nome dele ter aparecido em jornal. Tá. Eu tenho cópia desse e-mail, também passo a mão da Presidência.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nesta mesma linha, o senhor acha razoável que uma Fundação dedicada à pesquisa construa um Shopping Center?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Essa aí é uma questão extremamente importante, extremamente importante. Inclusive, eu gostaria—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em termos de que—

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu gostaria de passar às mãos da Mesa um jornalzinho da PROFIS. A PROFIS é uma Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social. Então, tem aqui um artigo sobre, inclusive, as Fundações de Apoio às Universidades e o relacionamento público/privado. Acho que é importante, a CPI está tratando desse assunto, vou colocar para que depois o Presidente possa distribuir.

Nesse jornal, o Dr. Airton e o doutor... O Dr. Airton Grazioli, que é o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, da Curadoria de Fun-

dações, e o Dr. Tomaz de Aquino, que é do Ministério Público de Minas Gerais, ele diz o seguinte, numa parte do seu texto: “O patrimônio não deve ser consumido com as finalidades estatutárias. O ordenamento jurídico pressupõe que esse patrimônio seja trabalhado, que esse patrimônio seja trabalhado economicamente para que seus fundos suportem os custos do exercício das finalidades, preservando o valor principal”. Ou seja, se uma Fundação, por definição, é um patrimônio que está destinado a uma causa, se esse patrimônio é simplesmente um patrimônio financeiro, e se esse patrimônio financeiro for consumido, apoiando Projetos de pesquisa que a fundo perdido, vai chegar uma hora que essa Fundação não vai ter mais condições de apoiar nada. Essa Fundação precisa ter um patrimônio sólido. Essa questão do shopping, a Fundação adquiriu um terreno em Águas Claras para fazer o empreendimento, cujo resultado desse empreendimento permitiria à Fundação, de forma perpétua, apoiar pesquisa e desenvolvimento de pesquisa. É, assim, por exemplo, com a Fundação Conrado Wessel, em São Paulo. A Fundação Conrado Wessel, em São Paulo, ela tem um shopping, inclusive, premia personalidades do mundo científico anualmente. Como é que é pago esse prêmio? É com resultado do shopping. Então, a Fundação poderia comprar salas comerciais, poderia comprar... Aplicar em bolsa. Então, o importante é que o resultado dessa aplicação seja aplicado nos objetivos sociais da Fundação. Ao fazer dessa forma, os dirigentes da Fundação estavam garantindo que a Fundação teria um patrimônio sólido para, aí sim, independe de qualquer contrato com qualquer entidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A senhora tem mais alguma pergunta, Senadora?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, fique à vontade.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Tenho uma consideração e, ao final, uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom, estou, mais ou menos, entendendo a história do investimento no shopping. Agora só gostaria de saber se foi efetivado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Foi efetivado o investimento no shopping?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não chegou a ser efetivado porque a diretoria que me sucedeu, ela não deu andamento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, em 2006, o Governo do Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei da Reforma Universitária, que é o PL 7200/2006, cujo art. 53 consagra dispositivos para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle das fundações. Infelizmente, este Projeto caminha lentamente na Câmara Federal. O art. 56 do PL 7200 altera a Lei das Fundações de Apoio para estabelecer como condições para credenciamento e renovação de credenciamento das Fundações que: 1. O estatuto seja referendado pelo Conselho Superior da instituição apoiada. 2. O órgão deliberativo superior da Fundação seja integrado por, no mínimo, 1/3 de membros designados pelo Conselho Superior da instituição apoiada. 3. Demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas de parecer de auditoria independente, bem como Relatório Anual de gestão, encaminhados ao Conselho Superior da instituição apoiada para apreciação em até 60 dias após a devida aprovação pelo órgão deliberativo superior da Fundação.

Eu pergunto ao Sr. Antônio Manoel, na condição de dirigente de uma Fundação de Apoio e estudioso do assunto, como o senhor avalia estas propostas do Governo Federal, apresentadas no bojo da Reforma Universitária?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu reputo extremamente positivas. Apesar de que várias coisas estão colocadas, especialmente a parte contábil e financeira já é praticada. As Fundações de apoio já são obrigadas anualmente a encaminhar para a instituição apoiada toda a contabilidade, a prestação de contas que, inclusive, vai ao Ministério Público, também é encaminhada à Universidade; no caso da FINATEC, é a Universidade de Brasília. Existe, na minha opinião, uma dificuldade que tem que ser superada em relação à questão da indicação por parte do Conselho Universitário da Universidade nos Conselhos das Fundações. Por quê? Porque quem aprova os estatutos das Fundações é o Ministério Público Estadual. Então, se o Promotor que é responsável naquele momento pela Curadoria de Fundação entender que seria uma ingerência da Universidade, dentro da Fundação, essa indicação, ele pode não aprovar a mudança estatutária. Porque a mudança estatutária depende de autorização do Ministério Público Estadual, aonde a Fundação tem a sua sede.

Então, na verdade, essa questão, em minha opinião, na hora que está sendo discutida nessa Casa, teria que, em minha opinião, ser convidada provavelmente a Associação dos Procuradores e Promotores dos Ministérios Públicos Estaduais, para que eles também pudessem se posicionar. Agora, eu acho perfei-

to, acho excelente que isso possa ser encaminhado dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acredito, Sr. Presidente, que seria uma resposta muito positiva a aprovação desse Projeto e principalmente por conta do artigo—

[soa a campanha].

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --Que se refere exclusivamente ao que nós estamos tratando, o que é a vinculação das Fundações de pesquisa e apoio científico às Universidades, até para dar respostas; o Senador Heráclito há pouco perguntava: “Mas, e a Universidade?” Então, eu acredito que a Universidade tem, sim, isso é um entendimento que eu tenho, de fazer indicações, acompanhar e o Ministério Público, de fiscalizar. Eu acredito que esse deve ser o caminho. E só gostaria, Sr. Presidente, de, ao finalizar, deixar registrado este entendimento, até para colaborar futuramente no marco legal, que eu acredito seja o objetivo maior do nosso trabalho aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Senador Heráclito, em seguida—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Meu caro Relator, pediria a vez... Agora a pouco, foi citada uma consultoria, de nome MR2, lembrando aqueles—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): M2R.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como é...? Eu queria... E o depoente falou que era ligado ao Democratas. Meu líder está aqui, mas estava ocupado. Eu quero pedir encarecidamente que essa Comissão determine a apuração profunda sobre ligação, sobre envolvimento, sobre participação, apoio, qualquer ligação que seja, de algum Democrata com essa entidade. Não sei o Estado que fica, a coisa foi meio cifrada, mas nós não convivemos com esse tipo de prática, não concordamos com a tese de que se estamos no banco dos réus, queremos companhia, em absoluto, e quero apuração e pedir o apoio a V.Exa., que é do partido, e do Senador José Agripino, havendo algum indício de envolvimento de algum membro do partido, nós levaremos ao Conselho de Ética que, diferentemente de outros partidos, apura e já, inclusive, expulsou Parlamentares. De forma que eu solicitaria encarecidamente que mandasse apurar, de maneira profunda, essa MR2, dos tempos modernos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Quero cumprimentar a V.Exa. e me associando, esta é uma empresa de Santa Catarina. Essa moça, que é a dirigente—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não acredito, de Santa Catarina?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Santa Catarina.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sibá, onde está você, meu amigo? Sibá! Santa Catarina, vocês não querem que fale de Santa Catarina aqui. Eu pensei que fosse do Acre. Desculpe-me.
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas, evidentemente--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Presidente, como fui eu a fazer o questionamento, eu só quero aqui dizer, claro... Se tiver, nós vamos procurar, estamos aqui para isso, Senador Heráclito. Eu só queria informar que não citei aqui—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero parabenizar a assessoria do seu partido, competentes, agora foram infelizes com o Estado—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --Vinculação nenhuma, de entidade nenhuma a partido nenhum, até porque acho que isso não é o que interessa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas o depoente colocou, e ele falou claramente Democratas. Então, eu preciso colocar algumas questões—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para esclarecer—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas não tem problema nenhum--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós estamos aqui, discutindo tudo, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parabéns.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Por favor. E é importante que seja assim e nós, amanhã, vamos ter oportunidade de quebrar o sigilo, e nós também queremos, e quero até informar—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero apuração. Companhia em banco dos réus, para nós, não, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): --Então, só para dar conhecimento nesse episódio, as Prefeituras que receberam o benefício, elas não são do Democratas, mas, de fato a agente desta empresa, uma delas, ela é suplente de Deputado, não nesta última eleição, mas numa outra. É filiada ao nosso partido, me procurou, entregou uma documentação que eu não pude ler e autorizou a quebra de sigilo sua, da sua empresa, de todas as contas que recebeu e que está à inteira disposição dessa CPI, e não poderia ser outro procedimento e nós, eu me associo a V.Exa., e quero declarar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um caso único.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Que eu saiba, sim--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acho que o fato de levantar esta empresa não tem a ver com buscar a identidade partidária de ninguém, até porque nós não estamos aqui para isso. Agora, é importante o levantamento, a indicação que o Sr. Antônio Manoel faz, porque ele mesmo já citou aqui, a FINATEC tem relação com várias instituições, ligadas a vários partidos. Portanto, não está se tratando aqui de sentar ninguém junto no banco dos réus, até porque, longe... Longe de mim esse tipo de coisa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De qualquer maneira, fica o pedido feito: Mande examinar se essa moça não andou em más companhias nos últimos tempos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Meus parabéns pela posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): E essa é a posição de todos nós--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espera ser seguido por V.Exa. e pelo seu partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu, antes de passar a palavra, pedindo desculpa, ao Senador Sérgio Guerra, o meu Relator, nosso Relator, Senador Inácio Arruda, pede só um esclarecimento ao deponente--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, a respeito da pergunta que foi feita pela Senadora Fátima Cleide, em relação a uma iniciativa que, pelo que eu ouvi, foi da FINATEC, em relação a esse episódio, que envolve o Sr. Francisco Ricardo Cunha. Então, a FINATEC que tomou iniciativa, pedindo que fossem examinados esses contratos, contratações etc.? Isso foi feito por escrito? Foi enviado ao Ministério Público?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O que foi... O que a FINATEC solicitou é uma orientação

do Ministério Público do Distrito Federal, em relação às impropriedades praticadas pelo então Diretor Financeiro.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque eu recebi aqui a cópia que o senhor está entregando, diz aqui, é pedido pelo Procurador.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Isso, o procurador--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Depois, o Procurador manda uma mensagem, a título de uma indicação de revista, que teria colocado o nome do Sr. Francisco Ricardo entre as pessoas acusadas etc., de que ele inocenta o Sr. Francisco Ricardo numa mensagem e numa mensagem dura.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu vi.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que aqui está. Ele manda a mensagem para o Sr. Francisco Ricardo. "Não conheço pessoa mais digna do que você nessa história. Deixei claro à reportagem que nunca ela poderia denegrir sua honra". Antigamente não dava problema, atualmente dá. A expressão denegrir. "Ela me disse agora que colocou a frase que eu tinha dito que você não tinha nenhum envolvimento com esse bando, mas a chefe dela, que co-assina a matéria, retirou. Ela reconheceu o erro. Não basta. Pedi para que ela imediatamente corrigisse esse tremendo equívoco, deixando claro ao jornal a sua total ausência de convivência com essa organização criminosa. Pedi total cuidado com isso. Acho que errei também em confiar. Desculpe. Embora ache que desculpar-me não basta. Farei tudo para corrigir esse erro, deixando claro que você nunca concordou com os procedimentos ilícitos da Fundação. Nem tem qualquer culpa por qualquer gasto irregular da FINATEC. Pode usar esse e-mail, essa mensagem eletrônica, como quiser, mostrar para quem desejar. Ricardo Antônio de Souza".

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma resposta... Bem dura.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, Excelência. A pergunta é a seguinte. O fato desse...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse aqui é o Procurador, que está respondendo a uma indagação feita pelo Sr. Francisco Ricardo.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O que é que acontece nesse caso? Quem comprou roupa com o dinheiro da Fundação foi o Sr. Francisco Ricardo. Então, o Promotor está entendendo que isso

não é uma irregularidade. Consertou o carro dele com o dinheiro da Fundação; o Promotor está entendendo que isso não é uma irregularidade—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quem é o Promotor?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): É o Dr. Ricardo Antônio de Souza.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Isso. Ele se concedeu uma bolsa de cinco mil reais, conforme documentação que eu passei à Presidência, que só não foi implementada porque o Diretor-Secretário na época não apoiou. E isso, então, pelo que eu entendo, não é uma irregularidade na visão do Ministério Público. Isso é que me preocupa porque, em minha opinião, isso é uma irregularidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Mas é o contrário porque o Ministério Público aqui disse exatamente o contrário. Por isso que eu estou concluindo que nós vamos ter que fazer, de fato, uma acareação entre o Ministério Público e a FINATEC. Não temos alternativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO CO-

LOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de passar a palavra--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Cada vez vai ficando mais contraditória e a posição do Ministério Público e a posição da FINATEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO CO-

LOMBO (DEM-SC): Gostaria de passar, então, ao Senador Sérgio Guerra e, logo em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr.

Presidente, eu esperei aqui pacientemente as muitas perguntas foram levantadas até agora para o Dr. Antônio Manoel e quero apenas esclarecimentos. Penso que essa questão da FINATEC deve ser exaurida, mas que ela não pode ser o núcleo nem o coração dessa fiscalização, nem dessa CPI. Evidentemente que, nos últimos anos, recursos abundantes foram transferidos da União para instituições de caráter privado. Quando se deu a CPI do Orçamento aqui, foram proibidas transferências para instituições privadas. Depois, exceções foram abertas, como, por exemplo, para o Sarah Kubitschek; esse ano quase dois bilhões de reais estão sendo transferidos para instituições privadas. Apenas por dentro do Orçamento da União que nós aprovamos aqui no Congresso. Eu tenho sincera dúvida sobre a sanidade desse movimento, apesar de desde logo dizer que sou absolutamente defensor de instituições privadas, de ONGs, que podem seguramente ajudar o Brasil a se modernizar.

Instituições desse tipo, como a FINATEC, em Pernambuco há algumas, uma delas, inclusive, foi contratada para fazer o carnaval pernambucano, sob o pretexto de que não precisava... Que tinha notória especialização. Eu sempre ouvi dizer que, nos muitos dribles que se dão à Lei de Licitação, um que prosperou muito foi esse de contratar instituições desse tipo para contratar, no fundo, empresas privadas. Isso se vulgarizou por aí, não é uma questão de um partido ou de outro, de um Governo ou de outro Governo, é uma questão que existe em quase todo lugar.

A minha primeira pergunta é a seguinte. A FINATEC tem alguns contratos na minha área. Eu tenho aqui um documento, um documento sobre Pernambuco; Recife que eu não gostaria de perguntar sobre eles, mas sou obrigado, não sou... Não trabalho no campo da perseguição. Segundo, Vitória do Espírito Santo, contratos da FINATEC. E também de Fortaleza. De uma maneira geral, a FINATEC é contratada. No meu Estado, por exemplo, para fazer uma ampla mudança administrativa na capital do Recife. Eu li o escopo do contrato, é algo que uma instituição do tipo... De grande envergadura teria capacidade, organização e suficiência para fazer. Eu não vou pressupor que a FINATEC não a tenha, mas, seguramente, ela não tinha a menor condição de desenvolver isso aqui, sem subcontratações, ou seja lá com que forma for, mas que, no final, representem isso.

A FINATEC, não estou entrando no mérito sobre a idoneidade da sua instituição, da instituição que o senhor presidiu, nem sobre o Dr. Antônio Manoel Henriques, que não conheço, não vou prejudicar ninguém, não acho uma coisa correta fazer isso. Mas o fato concreto é que o âmbito, eu trabalhei na área de consultoria, é que, no âmbito do que está proposto aqui para fazer, de reforma, de mudança administrativa, gerencial, na área da Prefeitura do Recife, é um programa amplo, extenso e muito grande. Extensíssimo. Eu não conheço os resultados. São segredos. Mas vamos imaginar que eles se deram. Se eles se deram, qual foi a estrutura que a FINATEC teve para tocar esse Projeto? Quantas pessoas o senhor alocou nesse Projeto, da sua estrutura, e não da estrutura das empresas, que é de uma mulher, um homem, não sei o quê, daquelas instituições que foram subcontratadas, seja lá o que for, mas, enfim, trabalharam para a FINATEC nesse Projeto? Qual era a estrutura que o senhor tinha para fazer esse trabalho aqui?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Excelência, primeiro eu queria reforçar mais uma vez, acho que é importante esse ponto, que não existe subcontratação nesse processo na medida em que a Fundação, ela não foi contratada e foi ao mercado

buscar uma empresa. Ela só teve condições de ser contratada pela Prefeitura de Recife porque ela tem uma expertise desenvolvida por ela, juntamente com a empresa INTERCORP, que permitiu a ela oferecer esse produto. Quer dizer, a Prefeitura de Recife só entendeu que aquilo seria útil à gestão, à modernização da gestão, no momento que foi apresentado o produto e ele entendeu que esse produto—

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Antônio, a Prefeitura informa que não tinha conhecimento da defesa que fez o Tribunal de Contas do Estado, que ontem rejeitou, por placar absoluto, a zero, as prestações de contas e considerou o contrato inadimplente, a Prefeitura não teve contacto nenhum com essa tal instituição. Nenhuma dessas empresas aí, FINATEC... Qual o nome da outra? Qual o nome dela? INTERCORP ou coisa parecida, ela só conhecia a FINATEC.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Exato. É isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Agora, a FINATEC para desenvolver um programa daquele tamanho, quantas pessoas ela tinha?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Nesse Projeto aí, posso...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Dela, da FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Em torno de 100, 120 pessoas.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Na sua estrutura?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Na sua estrutura.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor é capaz de provar isso, que cento e poucas pessoas trabalhavam, e são funcionários da FINATEC para fazer aquele trabalho. Eu não falo de gente para aplicar questionário, estou falando de qualidade, técnica.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Com certeza. Até porque toda a estrutura do trânsito de Recife, ele foi modificado em função desse trabalho, que esse trabalho é feito em várias áreas: área da saúde--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A estrutura do trânsito em Recife, eu acompanhei com alguma proximidade, não foi um trabalho extenso, foi um trabalho muito limitado. Antes, eu era Secretário do Governo do Estado Jarbas Vasconcelos, MTU, empresa Metropolitana que coordenava, inclusive, o trânsito, e foi feita a transferência para a Prefeitura enquanto eu ainda era Secretário, um pouco depois. A rigor, não foi uma coisa que tivesse grande peso ou consistência.

Eu estou lendo o escopo do seu trabalho, é enorme, amplo, geral, irrestrito, como deveria ter sido a anistia ou foi, não sei--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Por isso o valor levantado aí, colocado por outros Senadores. O que eu--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu sei, mas, para que esse serviço valha 20 milhões, aqui entre nós, é preciso ter muita gente de qualidade que ganhe muito dinheiro, que o senhor possa responder com clareza: "Tive aqui 10 engenheiros desse tipo, cinco daquele tipo, três daquele outro tipo"... Da sua estrutura, não de outra, que entra lá no serviço porque não tem concorrência, sem concorrência de uma contratada pela Fundação.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Inclusive, concordo plenamente com o senhor. Se o senhor me permitir, eu vou encaminhar, mais uma vez, eu gostaria de colocar que era Diretor-Presidente, não estava na linha de frente, não é minha área de atuação, eu sou engenheiro. Então, os técnicos que estavam na linha de frente, nós podemos levantar e encaminhar ao Presidente, sem problema nenhum.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A que o senhor atribui essa decisão do Tribunal de Contas do Estado? Já examinou? Foi ontem, foi a zero.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Olha, o que me disseram, não vi, mas hoje de manhã, vindo para cá, o que me disseram que o Tribunal de Contas entendeu que a contratação por dispensa de licitação não cabia. E que vai--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Levantou suspeitas de superfaturamento--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: E que vai, inclusive, propor uma nova auditoria porque essa, parece, pelo que está dito, essa auditoria tinha sido feita. Vai se fazer uma nova auditoria para se aprofundar esse contrato. Vamos aguardar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu estou de acordo que deva ser aguardado. Agora, esse contrato, aliás, eu recebi aqui, esse é um contrato, não sei bem o que é, termo de parceria que celebra entre a sua Fundação e a INTERCORP.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Esse contrato é a base de todos esses outros, dos contratos, dos serviços que o senhor prestou para as Prefeituras do Brasil, de uma maneira geral?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Esse contrato é que possibilitou a Fundação desenvolver o produto que depois foi oferecido a vários agentes públicos.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):

Quando o senhor produziu o serviço para a Prefeitura de Recife, outras Prefeituras, já não tinha mais essa empresa, só tinha vocês? Vocês só tinham o produto que receberam, não tinha mais gente nessas empresas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não. Esse termo de parceria, se o senhor...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu

não li todo. Só recebi...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Só recapitulando, ele, na verdade, é de 2001 a 2005. Então, depois, inclusive, de que... Depois do término desse termo de parceria, a Fundação continuou prestando serviços na área, já sem, inclusive--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Você

ficou com aquele produto, a Fundação ficou com aquele produto, passou a vender aquele produto. Foi assim com Fortaleza, foi assim com Recife e daí para frente?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Daí para frente, sim.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Quem

prestou o serviço integralmente foi a sua empresa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não, a Fundação, com a equipe da Fundação.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com

a equipe da Fundação?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu

estou lendo aqui, pelos serviços correspondentes à etapa de cooperação, a FINATEC pagará à INTERCORP honorários com base em horas efetivamente corridas, pela equipe na execução dos trabalhos, no valor de 160, por hora efetivamente trabalhada. Esse é um valor que vocês pagavam a... Como é o nome da empresa, Presidente? INTERCORP. Agora, e quanto vocês cobravam da Prefeitura? Quanto pagava a Prefeitura por esse serviço? 160 também?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não, tem que ver, Exa. Teria que ver qual é o valor da hora técnica. Posso encaminhar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Lá

no Ceará, por exemplo, não é 160; é bem mais do que isso. 195. Quer dizer, recebeu 195 e pagou à INTERCORP 160, está aqui...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Teria que ver o valor que foi cobrado lá.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Em

torno de 25%.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não sei, Excelência. Teria que ver qual o valor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas

sempre havia uma diferença entre o que vocês cobravam da instituição e o que vocês devolviam, pagavam à empresa INTERCORP ou a outra empresa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

O que acontecia era o seguinte, se a equipe da empresa trabalhasse no Projeto, ela cobraria isso pela hora técnica.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):

160.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

160.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E

vocês cobrariam do cliente os 190 ou 180--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Claro que a Fundação teria que colocar aí os seus--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ela

se remuneraria por isso?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Se

remuneraria por isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com

essa diferença, entre o 160 e o 190, 180, o que fosse?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Sim.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O

que caracteriza, evidentemente, uma subcontratação. Eu fui contratado por 190 e paguei 160 pelo serviço que foi prestado.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não, Excelência, porque, na verdade, o que acontece? Você tem o contrato cheio, em que você tem tantos milhões para executar um determinado Projeto. Na parte que competia à empresa, por exemplo, durante essa parceria de 2001 a 2005, a equipe da FINATEC, que foi sendo contratada, foi sendo treinada. Então, a equipe da empresa que detinha essa tecnologia foi, em conjunto com a equipe da FINATEC, desenvolvendo os produtos para Prefeituras. E aí, nesse caso--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): De-

seenvolvendo à medida que fazia o trabalho?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Co-

locando o produto, adaptando e customizando o produto naquela Prefeitura. A metodologia estava pronta.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo

bem, mas o fato é real, o fato concreto é que você recebeu 195. Não estou dizendo que tem nada ilegal, não estou fazendo nenhum julgamento, apenas uma constatação, e contratou alguém para fazer o serviço por 160.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não, existia a equipe da FINATEC, eram equipes paralelas--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem. Por isso, a FINATEC tinha uma diferença entre o preço de custo, aquele preço que pagava à empresa subcontratada e o preço que vendia.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não é empresa subcontratada, é equipe que a empresa colocava à disposição, Excelência.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem, são palavras, mas o fato concreto é esse. Uma pergunta... Efetivamente, a FINATEC é uma instituição que... Qual é o corpo técnico da FINATEC? Qual é o tamanho do corpo técnico da FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O corpo técnico fixo deve estar em torno de 110 pessoas.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): 110. E, vocês, ao mesmo tempo, prestavam todos esses serviços e muitos outros?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, aí, você vai agregando membros à equipe.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Gente que entrava e saía.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Para trabalhos conjunturais, trabalhos eventuais.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Dependendo da necessidade, se há necessidade na área de saúde, você buscava pessoas que eram expertises na área de saúde—

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E fazia a equipe, montava aquela equipe. Esse pessoal era dispensado ou ia para outro contrato...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, ia para outro Projeto.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Outro Projeto.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, eu acho que, Relator Inácio Arruda e Presidente Raimundo Colombo, toda a avaliação desse assunto, para que não seja injusta, eu faço questão de não ser, não levar essa discussão num aspecto emocional nem político, no mau sentido, a gente tem que ter conhecimento das equipes, dos contratos e do que foi feito.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Perfeito.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Fora disso, vai ser uma aventura retórica, que pode nos levar a conclusões apressadas, que envolvem pessoas

físicas e instituições que não devem ser incriminadas dessa forma. Tenho perfeita clareza sobre isso.

Essa questão do contrato de Fortaleza, por que os serviços de Fortaleza... Qual a diferença fundamental entre o serviço prestado a Fortaleza, o serviço prestado a Recife ou à Vitória do Espírito Santo. Por que um serviço valeu 20, o outro valeu dois, três ou quatro?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Tem que ver o escopo, Excelência, realmente teria que buscar os contratos, eu acho que a sua colocação é extremamente pertinente. Eu acho que caberia à CPI pedir esses contratos e pedir a abrangência deles.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu acho que, falando com absoluta tranquilidade, acho que nós temos imensa responsabilidade nessa CPMI aqui. Primeiro, por questão de CPI, estamos tratando de uma área muito sensível, que é essa das ONGs, que deve ser favorecida e valorizada e não diminuída. Segundo, estamos tratando de recursos públicos, que devem ser preservados e garantidos e auditados, devidamente fiscalizados. Aí, reside um grande problema desse sistema todo, uma fiscalização deficiente, do ponto de vista do setor público, sobre essas transferências que são feitas.

Agora, o fato concreto é que eu estou me colocando do ponto de vista lá do nosso... Não mais como Senador do geral, mas como Senador local, nos Estados que eu conheço, havia a capacidade técnica, havia a capacidade—

[soa a campainha].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --De mobilização, instituições locais, que poderiam ser contratadas para prestar um serviço, não exatamente esse, mas que suprisse as necessidades que estavam exigindo. Eu falei, o Governo do Pernambuco, o Governo do Rio de Janeiro, o Governo de... Há mais dois ou três Governos, estão contratando uma equipe, com ajuda, inclusive, de instituições privadas, financiamento de empresas brasileiras, com vistas à ampla reformulação e especialmente a esse caso, a área de fiscal. E essa contratação, eu tenho visto, eu tenho assistido, ter eficiência, qualidade, objetivos e custos compatíveis. Eu demoro... Em princípio, eu acho esse valor de 20 milhões para um contrato em Pernambuco exagerado, eu não sei por que 20 milhões valem para a Prefeitura do Recife e, para Fortaleza, vale muito menos. Há todo um processo aqui, que eu não quero entrar agora, porque tudo que... “Tal cara entrou nisso, houve isso, houve aquilo”. A gente não pode entrar nisso sem ter antes um fundamento; o fundamento é o contrato, o serviço prestado e uma demonstração desse contrato. Essa é minha opinião, eu queria sugerir ao Senador Inácio Arruda que--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Corretíssimo.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Adotássemos nesse caso, e em caso de complexidade crescente como esse é, uma atitude desse tipo. E que não se trata do Governo, de a gente ficar na oposição, querendo chamar gente para prestar depoimento, tirar rendimento político, até porque isso não dá mais rendimento político esse tipo de coisa; já deu no passado, hoje não dá mais. Segundo, nem tão pouco o Governo ficar na posição de protelar, impedir convocação desse ou daquele. Era importante que a gente tivesse um Projeto de investigação para que pessoas não fossem vitimadas no caminho. Eu estou... Tenho absoluta clareza sobre isso e a participação que eu pretendo defender aqui é essa, de a gente aprofundar o exame dessas questões e chegar aonde devemos chegar.

Penso que esse assunto da FINATEC não está exaurido; não tenho nada contra o depoimento do Dr. Antônio Manoel Dias Henriques, que tem... É uma pessoa que tem um raciocínio lógico etc., nada disso, mas não vamos deixar esse negócio assim, vamos aprofundar isso para dar consequência, para não deixar essa história no ar, uma denúncia para cá, uma defesa para lá e o conteúdo, que é importante, não está claro. Minha opinião e minha sugestão ao Presidente, ao Relator e à vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Transformar, Sr. Presidente, as indagações que foram feitas pelo Senador Sérgio Guerra num requerimento, para que a gente possa ter todos esses contratos da FINATEC, para se ter uma avaliação mais ajustada dessa disparidade que, às vezes, à primeira hora, você lê, para o mesmo serviço, para os mesmos produtos, os contratos tão diferentes.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Exatamente. Agora, eu queria falar com o Dr. Antônio o seguinte, duas coisas: Primeiro, se ele se disporia, em outra oportunidade, a nos esclarecer sobre isso, não precisa de convocação aqui ou não ter convocação. Mas deixar claro, se houver o que esclarecer, o senhor estivesse disposto a definir essa coisa conosco. Primeiro. E, segundo, a proposta que lhe fez o Senador Alvaro Dias, o senhor deixou que eu lhe perguntasse, o senhor vai assumir ou não de fazer quebra de sigilo ou não vai fazer? Qual é a sua decisão?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: A primeira resposta em relação... Fico à disposição, assim que tenha as informações, até porque eu teria que analisar essas informações porque eu não estava na parte técnica. Em relação à segunda questão eu

entendo que existe uma intervenção judicial na Fundação. E a justiça, se ela entender que tem que haver a quebra do meu sigilo, ela vai quebrar. Eu prefiro que a justiça diga se tem que quebrar ou não.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, eu vou pedir ao Secretário Will que proceda, então, nos auxilie na elaboração desses requerimentos, para pedir esse material todo, que vai auxiliar fortemente na investigação que está em curso. E eu concedo a palavra, então, ao Senador Heráclito Fortes, depois, ao Senador Pedro Simon, depois, ao Senador Sibá Machado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mais uma vez o que a gente vê aqui é uma relação frouxa, frágil, promíscua entre o público e o privado. Lamento que a criação de mecanismos como as Fundações, e não é só o caso da FINATEC, para dar mais mobilidade à burocracia e driblar um pouco a burocracia do serviço público, tenha sido e venha sendo usada no Brasil constantemente, da maneira como nós vemos hoje.

Dr. Manoel, me diga uma coisa, V.Exa. falou sobre um convênio com a PETROBRAS. Quantos convênios a FINATEC, na sua administração, firmou com a PETROBRAS?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Acredito que uns dois ou três. Uns dois ou três.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quais os valores?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu não lembro. Eu teria q... Isso aí é de 2004 para trás.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E os objetivos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Tinha desde objetivo de pesquisa mesmo, na área de nanotecnologia, por exemplo, era um dos Projetos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, ele lembra-se de dois ou três convênios com a PETROBRAS, eu tenho informação de que são bem mais. Eu gostaria que fosse solicitada a remessa para essa Comissão de todos os convênios firmados entre a FINATEC e a PETROBRAS e os seus objetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Hoje, Senador Heráclito, eu fui procurado pela assessoria do Ministro de Minas e Energia, e ele informou que tinha um requerimento, desde novembro, que não havia sido respondido em relação à PETROBRAS, e nós já tínhamos feito um novo ofício, pedindo a resposta--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele já tem lá, é mais fácil, ele já tem tudo--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Estou aproveitando para esclarecer que aqueles, em breve, deverão chegar à CPI. Eu peço ao Secretário Will, então, o procedimento para a gente requisitar esses documentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o BID, foi apenas esse convênio envolvendo a FINATEC e o Ministério Público de São Paulo ou tem mais convênio?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Na minha época, como Diretor-Presidente, que eu me lembre, só foi esse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse V.Exa. já pediu. Eu queria agora lhe perguntar um pouco sobre o Piauí. Quando começou o contrato da FINATEC e o Governo do Piauí? Quero saber se o líder Sibá está bem atento. O assunto é o Piauí, Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não fui ainda convocado para depor na CPI.
[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O quê? Não, porque ele é o líder lá do Governador, não precisa--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, pela planilha aqui, que foi me passada, foi assinada... A vigência foi de 03 de abril de 2003 a 03 de abril de 2005.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual foi a data da proposta feita pelos senhores?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Teria que também ver, Excelência. Eu, de cabeça, em 2003, a minha memória...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou lembrar a V.Exa. Foi dada entrada no mesmo dia, analisada no mesmo dia e o contrato assinado no mesmo dia. A primeira parcela do pagamento foi feita, salvo engano, dois dias depois. A ação mais rápida na história do Piauí, superando todo o tipo de burocracia. Mas era necessidade, eu concordo. Quanto custou?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse documento, ele está colocando que vai encaminhar para--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Vou encaminhar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quanto custou? Havia alguma previsão orçamentária? Houve adiantamento?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, em relação a se havia previsão orçamentária, não cabe a mim dizer. Eu acho que caberia ao gestor público dizer. Em relação aos valores, inclusive, teríamos que ver; isso aí é um contrato de 2003, eu poderia--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual foi o trabalho feito?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Deve ter sido semelhante às outras Prefeituras...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deve ter sido?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, Excelência, eu não tenho. São 2400 Projetos nesse período. O senhor imagina--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aumentou muito nesse período?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ou sempre era esse volume?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Pegando o período, a média é isso, 2400 Projetos, como eu vou lembrar o objeto de um contrato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas já acabou, foi renovado?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não sei, olha, esse contrato, pelo que está sendo colocado na planilha, terminou em 2005. Em 2005, eu não era mais Diretor-Presidente da Fundação. Teríamos que buscar, junto ao interventor da Fundação, essas informações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Estado do Piauí só foi esse convênio?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Também não sei. Pela relação que está colocada aqui, só teve esse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, o senhor disse que a prática era contratação de corpo técnico especializado. Quantos foram contratados para o Piauí, quantos professores foram contratados?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, acho que essa resposta, ela vai ser atendida na medida em que todos os contratos que vão ser solicitados, juntamente com a equipe técnica que trabalhou e juntamente com os resultados alcançados, chegarem a essa CPI. Eu não tenho essa informação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não lembra nada do Piauí, tendo convivido com essa denúncia de revista, de tudo... Nada... Sua assessoria, seus advogados, não lhe trouxeram nenhuma informação sobre isso.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Nenhuma informação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não sabe o nome dos contratados... Mas isso aí vai nos enviar, não é?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Excelência, só lembrando, a Fundação está sob intervenção judicial. Eu não tenho acesso à documentação a não ser pedida oficialmente. Eu não estou dentro da Fundação para buscar essas informações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

No seu período, a Fundação pagou um milhão... Um pouquinho mais de um milhão, à Consultoria Jurídica, não é verdade? E pagou também à empresa de comunicação e gerenciamento de crise. O que é isso? O que é empresa de comunicação e gerenciamento de crise? O que significa esse tipo de empresa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Qual o período que foi pago isso, Excelência?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

De 2003 a 2008. Quais são as empresas. O que é gerenciamento de crise?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Qual a empresa que foi contratada, é uma empresa de comunicação contratada?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Deve ser empresa de comunicação.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Que eu me lembre, na época, nem era mais Diretor-Presidente, foi contratado pela Fundação, foi uma empresa de comunicação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Empresa de comunicação.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

A questão, obviamente, a Fundação tem que...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Só uma empresa.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não sei, Excelência. Eu teria q... Eu posso falar do período em que eu fui Diretor-Presidente da Fundação—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Lembra o nome da empresa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Acho que POLIMÍDIA, se não me engano.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

POLIMÍDIA é de Brasília ou de São Paulo?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Brasília.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

São Paulo... Vocês trabalharam na área de Previdência Social e de adequação ao Município, nova realidade, fortalecimento de adaptação de Municípios à nova realidade imposta pela Constituição, com relação ao instituto de previdências e trabalhos desse gênero?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Pode ter acontecido, tenho que levantar isso, Excelência. Podemos buscar essas informações junto ao interventor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quantos contratos foram feitos com a Gushiken Associados?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Essa informação também teria que ser buscada junto à Fundação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não lembra?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não, Excelência, não tenho condições de lembrar, como vou lembrar-me de contratos, em 2003, não lembro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas começou em 2002.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Excelência, eu assinava o contrato como Diretor-Presidente; a parte técnica não era executada por mim, Excelência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas essa não é a parte técnica, o senhor me desculpa, essa é a parte negocial; a contratação não é técnica. A contratação é uma decisão política.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Tem um setor de negociação... A Fundação tem uma gerência de negociação de Projetos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Bom... O senhor conhece o Instituto Municipal de Pesquisa, Administração e Recursos Humanos de Fortaleza?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas a FINATEC tem contratos assinados com a Prefeitura de Fortaleza, no valor inicial de um milhão, e outro com esse instituto... Não sabe o que cada um fazia?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Podemos buscar essas informações também, todas elas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Por que é que, no caso do contrato direto FINATEC/Prefeitura, o valor era um valor fixo, por que no caso desse instituto era remunerado ao preço de 195 a hora técnica?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Teríamos que buscar as razões no Projeto. Cada Projeto tem toda uma documentação, dentro da Fundação, que pode ser, com certeza, responder essa questão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas qual a diferença entre os dois contratos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Teríamos que ver o objeto do contrato, poderíamos ver a forma de aplicação desse objeto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Qual foi o valor repassado pela FINATEC à INTERCORP

e à Camareiro & Camareiro, no valor dos contratos pagos pela Prefeitura de Recife e Fortaleza?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Temos que levantar também junto a todo o Projeto, Excelência—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão. É que nós suspendêsemos a Sessão e marcássemos para a próxima semana para ele se preparar e trazer aqui. Porque eu estou fazendo as perguntas, ele acusou agora a área técnica—

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não tenho mais acesso à documentação da Fundação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ele está informando que ele está afastado—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, mas são dados antigos.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, os documentos estão lá dentro. Se eu tivesse tido acesso, eu poderia, inclusive, trazer as informações. No momento que não tenho mais acesso às documentações, não tenho como buscar as informações, inclusive, quem vai ter que buscar as informações é a própria Presidência. Com certeza, que a documentação existe e está disponível na Fundação, eu tenho certeza. Então, todas essas questões, elas até em função da intervenção do Senador que o antecedeu, eu acredito que vão ser respondidas na medida em que toda essa documentação chegue à CPI.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Uma coisa, vamos ser um pouco diletantes aqui. Qual é a diferença entre a FINATEC e a FUBRA?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: As duas são Fundações de Apoio, credenciadas no MEC-MCT, como Fundações de Apoio à Universidade de Brasília, e esse credenciamento se dá por uma análise do Conselho de Administração da Universidade. Quem diz se uma Fundação vai ser ou não Fundação de Apoio é o Conselho de Administração da Universidade de Brasília. Então, do ponto de vista, em termos de apoio à Universidade, são duas Fundações de Apoio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A FUBRA é a primeira, a mais antiga?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: A FINATEC é a mais antiga.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A FINATEC é a mais antiga. A FUBRA foi uma dissidência? Por que criaram a FUBRA, se a FINATEC estava tão bem?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, aí teria que perguntar aos instituidores da FUBRA. Eu não sei por que foi criada a FUBRA.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E as outras duas Fundações criadas, também o senhor não sabe?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Compete aos instituidores esclarecer. Eu sei por que foi criada a FINATEC; a FINATEC foi instituída por 12 Professores para buscar recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. E para ter um instrumento ágil na relação Universidade/comunidade. Agora, em relação à FUNSAÚDE, FUBRA, não sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só que há uma divergência interna, uma briga, uma disputa, vai ver que é uma fogueira de vaidade, questão interna grande, lá entre as Fundações, existe uma briga, Sra. vice-Presidente, terrível, entre quem tem mais prestígio, quem tem mais recurso, é natural. Agora, qual foi a pesquisa científica, técnica que foi feita no Piauí? O senhor sabe pelo menos isso, já que, na época, era gestor do contrato?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Olha, se foi o trabalho na Prefeitura, foi um Projeto—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Governo do Estado, Piauí é Governo do Estado.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Teria que ver. Excelência. Não me lembro de cabeça, não tenho o objeto disponível.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nada disso passava pela Presidência da FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Passava o contrato para assinar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só o contrato para assinar?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Havia uma parte de negociação, que tinha uma equipe na Fundação que negocia o Projeto—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem foi que negociou com V.Exa. o contrato do Governo do Piauí?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não foi comigo a negociação, foi com a equipe da Fundação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor não conheceu sequer na hora de assinar...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não, Teve Prefeitos que eu não tive nem contato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [risos].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Por quê? Porque a equipe... Existia uma equipe que ia para negociar o Projeto. Apresentava o produto e esse produto, então, em sendo aceito, ele era negociado, era elaborado um contrato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor não imagina o quanto soa mal aos ouvidos de quem está ouvindo uma entidade científica chamar um trabalho de produto. Parece vendedor de supositório em ante-sala de médico. Eu acho que até isso, Sr. Presidente, desmoraliza. Chamar de produto, vulgarmente, trabalho científico, é inaceitável. E eu volto a dizer, a vergonha dos técnicos da Universidade de Pernambuco, da Universidade do Ceará, de V.Exa., tendo sido repassado por essas instituições. Quer dizer, a Universidade forma seus técnicos e vai-se buscar fora dela as pessoas para esses contratos sem concorrência, Sr. Presidente. Isso é um negócio vergonhoso. Afinal de contas, o que passa para a opinião pública é que a própria Universidade não confia naquilo que produz, que é o aluno, que é o formando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Heráclito, tem um movimento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a ANDES, eles chamam as Fundações de balcão de negócios de interesses privados. Eles, inclusive, criaram a Semana Nacional de Luta contra as Fundações de Apoio. Esse movimento, ele é liderado pela ANDES e está bem dentro do que V.Exa. está falando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um negócio, Sr. Presidente, senhor Relator, inaceitável. V.Exa. sabe que o Cearense é um povo de brio. Eu imagino, nas televisões, ali das proximidades da Praça do Ferreira, naquele comércio, estamos vendo, e ver a desmoralização que se pratica com a Universidade do Ceará. Já não digo nem na Federal, mas das outras duas que existem lá. Se vai buscar de fora. Se fizer um levantamento no Estado do Piauí, no Ceará, onde quer que seja, ninguém sabe quem é FINATEC, o que produziu... No Piauí, não melhorou nada. O trabalho de vocês foi a obra do gato: depois de feito, enterrada. Desculpe-me, mas não tem nenhuma produtividade, não rendeu absolutamente nada. Isso é dinheiro público. Ainda bem que nós tivemos uma lixeira, que deve ser consagrada como um monumento que nos propiciou a ver essa porcaria toda, que se fez ao longo do tempo. Isso é brincadeira, é dinheiro da PETROBRAS para cá, é dinheiro daqui, para lá, e o brasileiro, aos poucos, perdendo o sentimento da vergonha, banalizando o escândalo, porque, se isso tivesse sendo feito na periferia, por pessoas pouco esclarecidas, eu até aceitava. Mas está sendo feito dentro das Universidades brasileiras. E não é pouca coisa não. Os senhores vão ver o que ainda está por vir aí, com alguns convênios. Eu louvo a atitude do Relator, no começo, que teve muita cautela com relação a isso, para não contaminar um

processo, para não contaminar várias Fundações que prestam serviços inestimáveis ao país.

Mas o que nós estamos vendo aqui, na capital Federal, nas nossas barbas. E vem ele, de maneira, a mais cômoda, é não responder; a segunda é dizer que o Ministério Público está errado. São cinco, são seis, não importa. É o Brasil da impunidade. Eu lamento. Eu lamento.

O Reitor fez uma reforma e ele não tem conhecimento. Vai ver que nunca foi lá no apartamento bonito que o Reitor recebia as pessoas. Pagou e não gozou. Não se aproveitou. Não viu. Andou no carro e não sabia, tomou do vinho com o abridor de R\$ 900,00, mas ficou por isso mesmo. Paciência, Presidente. É demais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. O próximo inscrito é o Senador Pedro Simon, que está ausente. Senador Sibá, o próximo inscrito, mas houve uma troca com a Senadora Lúcia Vânia, que eu concedo a palavra, depois, ao Senador Sibá, tendo inscrição do meu líder, Senador José Agripino.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhor Relator, Professor Manoel Dias, eu gostaria de retomar aqui as colocações feitas pelo Senador Sérgio Guerra, que o nosso objetivo aqui não é prejudicar, mas é principalmente esclarecer e buscar o marco legal que nos permita, o ano que vem, não ter que fazer uma nova CPI.

O que a gente chega à conclusão é que as Parcerias Público-Privadas, que foi amplamente discutido aqui, quando se trata de parcerias com empresas que têm fundo lucrativo, elas tem um Ordenamento Jurídico bem apertado. Quando se trata das Parcerias Público-Privadas sem fins lucrativos, o que a gente percebe, pelo que está sendo colocado aqui, há uma elasticidade enorme e há um vácuo de Legislação, que nos permite analisar com correção aquilo que está sendo feito.

Após ouvir tudo o que foi dito aqui até agora, eu, pelo menos, pessoalmente, chego à conclusão que esses convênios exauriram; a forma de contratação via convênio está inteiramente exaurida e que nós temos que buscar uma forma diferenciada, que nos permita não apenas aplicar o recurso público, como também fazer a avaliação do custo/benefício deste "produto", que V.Exa. bem colocou aí.

A impressão que nos passa com o que foi relatado aqui, é que, de repente, a FINATEC produz um pacote; esse pacote é vendido a uma Prefeitura, sem se preocupar com o diagnóstico do local. É como se tivesse um pacote de dieta e, levado ao paciente, sem que haja um diagnóstico desse paciente para receber aquele tipo de medicamento.

Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Ao fazer os contratos com as Prefeituras, os serviços contratados incluem alguma espécie de inovação tecnológica, em termos de modernização das redes locais ou Projetos de engenharia, de estruturação, da rede digital Municipal? Ao contratar alguma espécie de levantamento das estruturas existentes da Administração Municipal, assim como estrutura física, equipamentos disponíveis ou treinamento de pessoal, ao fazer o contrato, há esse levantamento da estrutura física, de contrato de pessoal? A quem competiria fazer este levantamento? Segundo V.Sa. colocou aqui, teria que ser a própria FINATEC, que é a responsável pelo contrato. Não seria este levantamento prévio essencial até mesmo à formulação do Projeto? Eu perguntaria a V.Sa.: Esse levantamento da estrutura física, da rede disponível, enfim, da estrutura que a Prefeitura dispõe, não seria mais importante que isso fosse feito antes de formatar o Projeto, para que se pudesse avaliar, de forma palpável, os resultados deste Projeto? E, por fim, eu gostaria de perguntar quem é que avalia, acompanha e fiscaliza o produto, o resultado deste produto?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Bom, Excelência, é importante essa questão, até para ficar claro que esse tipo de atuação da Fundação, ela depende primeiramente do diagnóstico, quer dizer... Ele é feito o diagnóstico.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ele é feito antes de vender o produto?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não é antes de vender. O diagnóstico, ele é feito para ver onde é que estão os pontos fortes e os pontos fracos de toda a Administração, por exemplo, da Prefeitura, na área de saúde, na área de transporte--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Depois do contrato--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas, depois do produto vendido?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Depois do contrato colocado, porque o contrato é por hora de serviço. Você não está colocando um produto, "olha, eu vou colocar o produto X", você está comprando, você está pagando por uma metodologia. Pode ser que eu leve mais tempo ou menos tempo para finalizar toda essa parte de diagnóstico; depois do diagnóstico, existe o planejamento estratégico, depois, existe o treinamento da equipe da Prefeitura e, finalmente, a colocação disso dentro da metodologia e desse Portal. Na verdade, o que se faz é customizar o produto em função das necessidades daquela Prefeitura, porque, sem o diagnóstico, não é um pacote que você vai ali, compra, tipo, Microsoft e coloca no seu computador,

porque cada Prefeitura, cada Estado, cada Município tem as suas especificidades. E isso é fundamental.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Na Prefeitura de Fortaleza, foi feito isso, o resultado custo/benefício corresponde a essa ação?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. Foi feito... Todo o processo começa com diagnóstico.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): V.Sa. pode dizer qual o resultado desse trabalho?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Olha, o resultado, do ponto de vista da melhoria da gestão da Prefeitura, eu acredito que seria interessante convidar os gestores públicos para eles dizerem qual foi o ganho que aquela Prefeitura teve, após a intervenção da Fundação, com esse trabalho. Eu acho que seria fundamental. Quem avalia o trabalho da FINATEC são os próprios gestores, até porque, para eles poderem pagar, eles têm que avaliar se aquele trabalho está sendo bem executado ou não.

Agora, eu acho que é fundamental, até em função da colocação do Senador que a antecedeu--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Heráclito.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Seria fundamental que os gestores que tiveram a oportunidade de vivenciar todo esse processo pudessem vir aqui e dar o seu depoimento. Eu acho que é fundamental. É fundamental para que ele diga o seguinte: O que melhorou? O que era e como é que ficou? O que é hoje? Quem pode dizer qual é o resultado é quem teve, quem recebeu isso. Então, isso é fundamental.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não há fiscalização, avaliação da FINATEC em relação a isso, junto à população usuária desse serviço ou beneficiária desse serviço?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não, quem faz essa avaliação junto à própria população seria a Prefeitura; ela que tem essa prerrogativa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Sibá, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, senhor Relator, nossa vice-Presidente, Dr. Antônio Manoel Dias, em primeiro lugar, Dr. Antônio Manoel, eu queria fazer cinco perguntas aqui, mas não vou fazer, não ainda em tom de perguntas, mas frisar muito bem cinco pontos, que é o que considero de interesse desta Comissão. 1. Se a FINATEC podia ou não firmar terceirização sem licitação. Esta é a primeira pergunta que cabe a esta Comissão. O Ministério Público do Distrito Federal veio aqui dizer

que não, culminando com uma nota do Ministério da Fazenda, que também reafirmou que V.Sa. mencionou muito bem, na manhã de hoje. 2. Se a FINATEC tem um produto de qualidade. 3. Se a FINATEC prestigia empresas, determinados tipos de empresas. 4. Se os valores contratados são ou não de mercado. 5. Se teve uma atuação exemplar e apartidária.

Portanto, de tudo isso, que é o volume das indagações que se faz, vêm duas questões. A primeira, acredito que já está respondida, que é se podia ou não, em obediência à lei, firmar terceirização; todos nós aqui já estamos convencidos que não podia. Então, foi um ato ilegal, todos os contratos firmados até então pela FINATEC, nos termos destes que nós estamos discutindo aqui. E outra, se houve superfaturamento?

Diante disso, a primeira pergunta que eu faço a V.Sa., relate para nós todos e o nome de cada um dos entes Federais, Estaduais e Municipais, os três entes públicos, que firmaram contratos com a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Bom, primeiro, Excelência, eu gostaria de reforçar que não houve subcontratação nos Projetos das Prefeituras. Houve uma parceria, que resultou num produto; esse produto, ele se mostrou, na prática, extremamente útil à modernização da gestão pública, tanto é verdade que vários gestores públicos, de diferentes partidos, acharam por bem contratar a Fundação para desenvolver essa atividade. Portanto, não vejo subcontratação. Subcontratação seria se a Fundação não detivesse um produto e, quando eu falo um produto, o resultado de uma pesquisa pode ser um produto. Aliás, o ideal que seja... O Brasil precisa de patentes; patentes são produtos. Então, não há nenhum desmerecimento em falar como resultado da pesquisa "produtos". Eu posso ter um robô, que é um produto. Eu posso ter um fármaco, que é um produto. Então, não há desmerecimento nenhum. Aliás, o ideal é que cada pesquisa desse país pudesse gerar um produto que tivesse colocação no mercado, pudesse gerar uma patente que pudesse ser colocada no mercado. Seria fundamental. É isso que fez com que os países hoje, que estão à frente em termos de patentes, é isso que fez com que eles estivessem à frente.

Então, em relação à questão de subcontratação, eu acho que está bem esclarecida. Se é um produto de qualidade? Bom, se não fosse um produto de qualidade, ele não teria conseguido tantos contratos, não teria conseguido atingir a tantas Prefeituras. Se os valores são de mercado? Ora, a Fundação, quando ela é contatada para apresentar uma proposta, ela apresenta essa proposta e cabe ao gestor público avaliar se aquele valor é um valor de mercado ou não. A Fundação, ela coloca o preço que ela acha que é

justo, para remunerar aquela atividade, aquele serviço. Agora, compete ao gestor público avaliar se aquele valor é compatível ou não com o mercado. Não compete à FINATEC avaliar. Ela coloca um valor que ela acha justo. E, aí, compete ao gestor, então, avaliar se esse valor é justo ou não.

Do ponto de vista da FINATEC, não houve superfaturamento nenhum. A Fundação colocou o valor que ela acreditava ser justo para remunerar o desenvolvimento daquele produto e a adequação daquele produto àquele órgão público.

Em relação à relação dos órgãos Federais, Estaduais que a Fundação teve a oportunidade de ter relacionamento, eu pediria a V.Exa. e ao Presidente que solicitassem, porque eu não tenho essa relação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): De memória, eu faria questão que V.Sa. pudesse listar—

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu posso pegar aqui—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu acho muito importante listar. Pelo menos aquilo que for possível de lembrar.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Posso pegar o que o relatório, por exemplo, de 2006, que tem aqui, no final do relatório, aqui, "relação de instituições públicas e privadas para as quais a FINATEC desenvolveu Projetos ou prestou serviços".

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Federais, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Em 2006 ou até 2006?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Até 2006, isso aqui é geral.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Federais, por exemplo.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Vamos ver aqui. Caixa Econômica, ELETRONORTE, CPRM.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): CPRM.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: ECT, EMBRAPA, FINEP, FURNAS, Ministério da Agricultura, Ministro da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério de Minas e Energia... Estou falando só, tem aqui as privadas, mas eu estou falando, como V.Exa. pediu, só as públicas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Por exemplo, Senado Federal, tem?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Vamos ver aqui. Estou procurando, Excelência. SERPRO, TCU, Ministério Público do Distrito Federal.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ministério Público do Distrito Federal também?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Tem. Foi o curso, com a Fundação do Ministério Público do Distrito Federal; Ministério Público do Distrito Federal também tem uma Fundação, e teve um curso que foi em parceria com essa Fundação do Ministério Público, juntamente com a Faculdade de Direito da UNB.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Supremo Tribunal, por exemplo?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Nessa relação aqui, o que eu tenho—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas nos entes federais já dão para ter uma idéia. Estaduais, quantos e quais nomes?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Estaduais... Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Isso é do Estado?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Acredito que seja. DETRAN-DF.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): DF também?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Bom, nessa relação tem essas, Excelência.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas foram citados aqui vários, Pernambuco, Piauí...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Sim, mas não está nessa relação. Sim, existem...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tá, mas o que puder ir lembrando, é bom; eu gostaria de ouvir os nomes todos. Goiás, Distrito Federal--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Piauí, acho que, de cabeça, o que eu lembro são esses.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Prefeituras?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Prefeituras, nessa relação aqui, tem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ou as que lembrar, de memória também.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Bom, tem a Prefeitura de São Paulo. Vamos pegar por essa outra relação aqui que, talvez, fique mais... Prefeitura de São Paulo, Prefeitura de Maringá, Campina Grande, Araraquara.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Maringá, Campina Grande, Araraquara.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Recife, João Pessoa, Nova Iguaçu.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Recife, João Pessoa, Nova Iguaçu.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Maringá eu já falei?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Já.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Então, pronto, é isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mais alguma, de memória?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Vitória, Fortaleza...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Vitória.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A gente pode requerer lá na Fundação também, Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Isso é muito importante para a segunda pergunta agora. Tem datas de todos esses contratos e valores? Lembra disso? Deste volume todo de contratos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Eu tenho uma planilha aqui que me foi disponibilizada, que tem aqui valor e vigência.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): De tudo isso. Pode deixar à disposição da gente?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Posso. Posso colocar à disposição.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Você tem o consolidado, só diga o valor, número de contratos totais e valor.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Valor aqui está em torno de 52 milhões, mais ou menos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): 52 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vamos tirar cópia, estamos remetendo aos Senadores.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para o número total de contratos. Bom, vamos a outra pergunta que é: A natureza destes contratos, Dr. Manoel Dias, são exatamente iguais? A natureza geral dos contratos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, modernização.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A FINATEC tem um produto, oferece esse produto a um ente público, dizendo que vai solucionar determinado problema, negocia um determinado valor e um prazo de entrega e, portanto, todos estes contratos obedecem a essas regras?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Tratam da modernização da gestão pública.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em todos eles, a FINATEC teve a parceria, não a subcontratação, mas a parceria?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Até 2000, até dezembro de 2005, sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Até dezembro de 2005, sim.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Foi quando acabou a outra parceria.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em algum destes contratos, algum destes entes públicos chegou a citar, por alguma vez, pelo menos por leve suspeita, que a FINATEC estava praticando qualquer tipo de ilicitude de qualquer natureza?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Nunca chegou ao conhecimento da Fundação qualquer tipo de insinuação nessa linha.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ninguém nunca reclamou dos valores apresentados pela instituição?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Também não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Que esses valores poderiam estar monstruosos, muito grandes?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Até porque esse... O contrato só era assinado depois de a proposta ser aprovada. Acredito que a avaliação se dava no momento da avaliação da proposta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Já que nós falamos de várias Prefeituras, eu queria sobre São Paulo, até bom porque foram vários Governos, de diversos partidos, acho que não tem exemplo melhor para tratar. São Paulo, o contrato, vamos, só para reproduzir, como foi a natureza do contrato com a Prefeitura de São Paulo e para que tipo de trabalho?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: O contrato com a Prefeitura de São Paulo foi exatamente para poder desenvolver toda a metodologia de descentralização das subprefeituras, 31 subprefeituras.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Quando começou, o ano?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Cadê?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O pessoal está tirando cópia da planilha.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Está na planilha. Eu sei quando encerrou, se não me engano, encerrou em 15 de dezembro de 2004, se não me falha a memória, é isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Dois mil e...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: 2004 ou 2005? Eu teria que ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Já está voltando a planilha. Em seguida—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, nascemos para sofrer, o contrato do Governo do Piauí, que é pequeno, ele não lembra; da Prefeita Marta, que é grande, ele lembra. Pobre Piauí; Piauí nasceu para sofrer, o Nordeste, que padece, é uma coisa incrível.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não é um aparte, Sr. Presidente. Não é um aparte. Mas, vamos lá--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode ser uma invasão de privacidade, me desculpe.

[risos].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Olhando aqui a relação de entidades, só queria que V.Sa. pudesse confirmar ou não. Se tomaram parte disso, de contratos de parceria com a FINATEC, as seguintes instituições ou empresas. Abrantes, AT Consultoria, Camareiro Consultoria, CEBRAP, CPDOC, Consultoria A, Diana Michelini, FIA, INTELENTOS, INTERCORP, CODIJA, deve ser isso, e ZANETA, LAN Engenharia, Lux Consultoria, MARTEL, Método Consultoria, PRODUTARE, deve ser uma palavra italiana, PRÓ-SISTEMAS, ROLE PLAYING, SKP, SUSTENTARE, duas vezes, TAMBOR... TAMBOR é a última. Estas empresas ou instituições tiveram também parcerias com a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Dessas que o senhor citou aí, V.Exa. citou, INTERCORP e Camareiro, já está explicado; as demais, teria que verificar em todo esse material que está à disposição da Comissão; teria que verificar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas aqui está constando como que tiveram parcerias no contrato com a Prefeitura de São Paulo.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Pode ser até que tenha havido; tem que verificar junto ao material à disposição da Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Diga-me mais... Para tirar dúvidas, pegando uma espécie de um organograma, INTERCORP tinha um produto que foi adquirido pela FINATEC, cujo produto trabalha a gestão e nós já trabalhamos bastante aqui sobre este assunto. V.Sa. pode confirmar se outra empresa, CISCO, por exemplo, tem um produto que não a da gestão, mas da informática, em contrato também com a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Conforme já disse, a FINATEC tem uma parceria com a CISCO. CISCO é uma empresa que trabalha na área de redes de informática.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas tem alguma diferença entre CISCO e INTERCORP?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Tem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas, assim, a natureza do contrato, não o serviço; o serviço, sei que é diferente.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: São parcerias.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas a natureza é igual, é isso?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, são parcerias em que as duas entidades se juntam para desenvolver um produto—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E oferecer a outros entes.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Exatamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Que também trabalham com outros entes públicos para este produto?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: na verdade, o que ocorre em relação à CISCO? A CISCO, o papel da Fundação, a CISCO treinou a equipe da Fundação, montou um laboratório dentro da Fundação, inclusive, tem Professores da Universidade envolvidos nesse Projeto, e são oferecidos cursos que dão a certificação; o aluno, depois, se fizer um teste, como faz na Microsoft, e for aprovado, ele tem um certificado da CISCO, que é muito importante em nível do mercado de informática.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ou seja, além de INTERCORP, tem CISCO e teria outra empresa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Tem, por exemplo, parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing, de São Paulo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Esta é uma empresa privada também?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: É.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Qual a natureza dos cursos delas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Também são cursos na área de Propaganda e Marketing.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Nós temos INTERCORP, com gestão; temos CISCO, com informática e esta agora?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Propaganda e Marketing. São cursos, é uma escola.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para formação de pessoas nesta área--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Em nível de especialização.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E também com vários entes públicos nesses tipos de contratos?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Os cursos são abertos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Abertos? Você pode... Você tem contrato com algum ente público, “quero contratar para prestar esse tipo de formação”, para--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Um determinado ente público pode contratar um curso fechado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não. Não estou perguntando se pode ou não pode, olha a natureza da minha preocupação, só quero saber se, como a INTERCORP prestou todo esse trabalho que nós estamos discutindo aqui, ao longo dos dias, agora temos a CISCO, que também tem a mesma natureza de prestação de serviço, como é a INTERCORP, e V.Sa. nos lembra agora da produção, propaganda e marketing, que faz formação de pessoas, e a pergunta que eu faço é se ela também trabalha, se esse produto também é levado a entes públicos, se é contratado por algum ente público?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim. É importante deixar claro, Excelência, que, na verdade, não é INTERCORP que é contratada, é a Fundação que é contratada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu sei. Tudo bem. Isto está claro. Desculpe a minha ignorância, mas é só porque a mesma natureza da INTERCORP, se é levado também para a CISCO, e se é levada também para esta terceira empresa.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: São parcerias.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pronto. E se esses serviços também são levados a entes públicos.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: São oferecidos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Teria uma quarta empresa, com outro tipo de trabalho?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Que eu me lembre, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então, a pergunta que eu quero redundar é o seguinte. Além de tudo que nós já conversamos sobre INTERCORP, agora temos conhecimento que também tem a CISCO, só para escrever aqui, para não esquecer mais. Qual é o nome de novo terceira empresa?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: ESPM, Escola Superior de Propaganda e Marketing.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): ESPM, Escola Superior de Propaganda e Marketing. Ela também faz parcerias com a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Para a área de propaganda e marketing. Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero louvar a atitude do Senador Sibá, e é muito importante que se aprofunde a relação da FINATEC com a CISCO; a memória da gente, às vezes, você lembra fatos recentes. A CISCO envolveu-se num escândalo recente, com prisão de diretores, fatos graves aqui no Brasil, de forma que eu louvo V.Exa. Eu acho que esse tipo de contrato, esse tipo de relação deve ser apurada, Sr. Presidente. Vale a pena, e eu parabeno o Senador Sibá Machado por propiciar à Comissão essa oportunidade. Muito obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Obrigado. Além de ESPM, temos mais alguma? Lembra? Podíamos, depois, a gente...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Só pegar os relatórios.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Porque é muito claro o que nós estamos fazendo aqui. Não vamos nos ater aqui a um problema; nos ater se a FINATEC tem problemas, não importa quais e onde estão. Todos terão que vir à tona. Então, eu solicito as informações ao Presidente, e ao Relator, que a gente pudesse, então, ter, à luz do que nós estamos tendo, que envolve INTERCORP, todas as informações que dizem respeito a todas as demais empresas. Segundo, qualquer pergunta que vincular um determinado ente público, imediatamente tem que ser estendido à lista completa dos entes públicos que a FINATEC possa ter tido qualquer tipo de contrato, de convênio, de prestação de serviços.

E, por último, Sr. Presidente, quero, com isso, que a gente tenha a clareza de que nós não vamos fulanizar os nossos requerimentos; os nossos requerimentos têm que ser completos para que esta CPI tenha total garantia de que vai ter a visão geral do que foi este evento que envolve uma importante instituição de Ensino Superior, que é a UNB, da qual eu respeito muito e aprendi a admirar demais as Universidades e, especialmente, a Universidade Federal de Brasília.

Agora, é claro, tem aqui uma pesada acusação contra a Administração, que envolve pessoas e o qua-

dro de docentes, parte do quadro de docentes. É por isso que nós queríamos--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Livrar isso, de uma vez por todas, para que esta CPI contribua, mas num único item, onde é que porventura ONGs, e aí é porque é Fundação e Fundação foi tratada dentro da CPI com este foco, que nós vamos tratar, porque o que diz respeito a uma ação no Estado tal, na Prefeitura tal, no ente público ou fulano de tal, não tem nenhuma relação com o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Portanto, eu estou dizendo essas coisas que, com o volume das informações, nós vamos saber se aquilo que diz respeito ao foco desta CPI, que é o trabalho sobre Fundação e, aí sim, nós teremos material suficiente para aprofundar o nosso trabalho. Sim, senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o senhor levantou, na Reunião passada, com os Promotores e que também com o Reitor, embora não esteja no período nosso de investigação, mas o senhor levantou o caso de outra empresa, chamada IOS Informática.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O senhor não levantou agora, não vi nas perguntas, eu aproveitaria também para indagar, porque eu acho que é do período que o senhor dirigiu a entidade. É importante também esclarecer a atuação, se ela atuava como terceirizada, se ela tinha um produto também que vendeu, que a FINATEC comprou, adquiriu esse produto ou não, como foi a atuação da IOS Informática com a FINATEC?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, a atuação da IOS é bem antiga. Foi um Projeto, se não me falha a memória, com a INFRAERO, e também foi um Projeto de parceria. Podemos levantar, inclusive.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Era um Projeto também de compra de produto da IOS?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. A IOS era um trabalho compartilhado, se não me falha a memória, na área de informática, ele é bem antigo. Acho que de 2000... 2001... Teríamos que levantar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, então, concluiu, Senador Sibá?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só para reafirmar aqui com o nosso colaborador de hoje, que a minha grande preocupação é se os contratos que o Ministério Público do Distrito Federal diz, com tanta ênfase aqui, que estão carentes de legalidade, apresentou vários argumentos, embasando que a FINATEC, ou qualquer tipo de contrato de outra fundação da mesma natureza estão padecendo de legalidade, eu fico pensando como é que o Supremo Tribunal Federal, o próprio Tribunal de Contas da União, o próprio Ministério Público, o Senado Federal e tantos outros entes que estão com a Legislação sobre suas mãos, não conseguiram perceber isto, firmaram esse tipo de contrato, é realmente de estranhar, Sr. Presidente, que a gente queira cobrar de apenas uma reles Prefeitura, o cuidado, não estou dizendo de ninguém não, mas se este Senado Federal, o Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, que acusa V.Sa. de ter feito uma ilicitude, faz contrato dessa natureza, quem agora não entendeu mais nada, fui eu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): o nosso líder José Agripino é o próximo inscrito, não sei se o senhor Heráclito, pela ordem--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só passar aqui para... O líder José Agripino, o Senador vai colaborar. No mesmo período, Senador Inácio Arruda, desse contrato aí com a FINATEC, a Prefeitura de Fortaleza fez um contrato com a empresa Conecta, o mesmo serviço, incluindo a implantação de sistema de gestão corporativa. É a mesma... Valor de dois milhões e tanto. Tem alguma coisa errada aí. Eu queria passar a V.Exa., eu acho que até vale a pena examinar, ou o serviço de uma... Será que o serviço de uma não foi eficaz e tiveram que se socorrer da outra. O que houve? Por que isso aqui era... E, mais uma vez, eu faço isso em defesa e ao apreço que sabe o Senador Inácio Arruda que eu tenho pelo Cearense, quem tem a Fundação Estadual do Ceará, quem tem a Fundação da Universidade, quem tem o corpo técnico que o Ceará tem, os homens... Está virando brincadeira isso aí. Eu queria apenas fazer esse--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa., passo a palavra ao Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Antônio Manoel Dias, o senhor conhece o Sr. Vicente Trevas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não conheço.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O senhor conhece o Sr. Luiz Lima?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Conheço.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Faz alguma ilação entre Vicente Trevas e Luiz Lima?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Nenhuma. Não sei qual a relação, se essa relação existe, qual seja.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Conhece o senhor Roberto Trevas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Também não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Nem sabe que ele é irmão de Vicente Trevas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Bom, eu acho, Dr. Manoel Dias, que esse é um momento de esclarecimentos. Eu não quero aqui fazer nenhum prejulgamento, acho que o senhor tem feito, deve estar fazendo um trabalho, do ponto de vista da competência profissional, um trabalho apreciável, como Presidente do Conselho da FINATEC, que é o que eu estou informado, foi fundada em 92, por 12 Professores da UNB, como Fundação de Direito Privado, para captar recursos voltados para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica. Uma entidade com fins extremamente nobres.

A minha dúvida, que gostaria de receber luzes para ter esclarecimentos, em 2006, segundo o Ministério Público Federal, o patrimônio líquido da FINATEC era superior já a 85 milhões de reais, o que vale dizer que, em 15 anos, ela cresceu bastante. Ela foi eficiente, prestando serviços a diversas entidades, como o Senador Sibá Machado aqui fez questão de frisar. A minha dúvida... Em 2006, é verdade, ela captou do Governo Federal apenas 10 milhões. 10 milhões, 816 mil reais, segundo dados de que disponho. Mas, de Prefeituras, só da de Recife, em contratos que vêm em andamento, o financiamento chega a 20 milhões de reais. E não são apenas a Prefeitura de Recife, são muitas, de Recife, de Fortaleza, de Vitória, de São Paulo, de Nova Iguaçu, são muitas as Prefeituras, que garantiram um

faturamento em 2006, um movimento financeiro à FINATEC, bastante expressivo.

Agora, o curioso é que, em 2006, apenas um milhão de reais, segundo dado do Ministério Público, foram aplicados em Projetos de pesquisas, 0,8%, portanto, do patrimônio líquido da empresa, o que me deixa com a dúvida sobre qual é a destinação real, qual é o objetivo real da FINATEC? É desenvolver Projeto científico e tecnológico ou é receber recursos e agenciar com terceiros? E, aí, entra o Sr. Luiz Lima, que, ao que eu estou informado, é o representante do dirigente da INTERCORP, que seria o contratado da FINATEC para realizar tarefas que não exatamente desenvolvimento científico e tecnológico, que é a origem da criação da FINATEC.

E, aí, entram informações de que eu disponho que queria, sim, aí, bem esclarecidos, disponho de informações de que o Sr. Luiz Lima, o Sr. Vicente Trevas, o Sr. Vicente Trevas, não sei se o senhor conhece, ele é atualmente assessor do Ministério da Justiça, mas ele foi Secretário Nacional de Assuntos Institucionais do PT e, há bem pouco tempo, ele que foi o fundador do PT, foi também subchefe da Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, órgão que tem como objetivo ser um canal entre o Governo Federal e Prefeituras Municipais.

Até janeiro de 2003, o Sr. Vicente Trevas era Secretário Nacional de Assuntos Institucionais do PT, Secretário Nacional de Assuntos Institucionais do PT; ele hoje é assessor do Ministério da Justiça. No PT, ele era responsável pela interlocução com Prefeitos do partido. Ele tinha uma relação muito próxima com Prefeitos do partido. Depois, ele passou à subchefia da Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, um gabinete dentro do Palácio do Planalto. Esse órgão tem como objetivo ser um canal entre o Governo Federal e Prefeitos.

A informação de que eu disponho, que eu quero ver, Presidente, aprofundada, senhor Relator, é a relação do Sr. Luiz Lima, da INTERCORP, com o Sr. Vicente Trevas, porque o Sr. Vicente Trevas é irmão do Sr. Roberto Trevas, que é assessor do Prefeito João Paulo, e que teria sido responsável pela ida da INTERCORP para executar o contrato na FINATEC com a Prefeitura de Recife.

Outro dado que me preocupa. O senhor Dr. Manoel Dias disse que o movimento com Prefeituras do PT equivale a 10% dos contratos, talvez, do ponto de vista de rubrica, sim, mas, do ponto de vista de valor do contrato, chega a mais de 80%. Eu tenho elementos

do Ministério Público, estão comigo, ou seja, a FINATEC que, nessa mesma planilha, contrata serviços da INTERCORP, aqui eu tenho uma planilha com mais de 50 milhões. Desses 50 milhões, mais de 23 milhões foram contratados com a INTERCORP. Dos recursos contratados com Prefeituras, é esmagadora a presença de Prefeituras petistas.

A FINATEC cresce... Não cresce exatamente seguindo a sua linha original, que é a de investimentos em pesquisa científica e tecnológica; cresce, baseada na subcontratação com INTERCORP, talvez outros, de contratos feitos com entidades, dentre as quais muitas Prefeituras do PT e aí entra a figura de Vicente Trevas, Roberto Trevas e o Sr. Lima.

Senador Colombo, quando nós investigamos, eu participei do Mensalão, figuras como Waldomiro Diniz tinham assento no Palácio do Planalto, Silvio Pereira, Delúbio Soares, estavam todos eles envolvidos no esquema do Mensalão ou citados, e agora o Supremo Tribunal Federal está cuidando do caso, e a origem deles era como do Sr. Vicente Trevas, ex-dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

A minha preocupação, e eu quero que o senhor use a oportunidade para esclarecer o que puder, porque acho que nós temos que aprofundar essa investigação. O Sr. Vicente Trevas me parece que era uma espécie de agenciador de contratos de Prefeituras petistas, pela origem, pela história dele, de Prefeituras petistas, com um elo perdido chamado INTERCORP, que chega à FINATEC. A FINATEC é o elemento quebrador da obrigação de concorrências públicas. Eu tenho a obrigação de ficar preocupado com essa ilação toda que eu sou obrigado a construir, em função de dados de que eu disponho.

Eu gostaria, portanto, de perguntar se os dados que eu acabei de citar se eles correspondem à realidade, são dados do Ministério Público, são dados públicos, e se o senhor pode nos ajudar a fazer alguma... Não digo ilação, mas alguma conexão, que não seja conveniente ao interesse público, entre o Sr. Vicente Trevas, Roberto Trevas, o Sr. Luiz Lima, da INTERCORP, e a FINATEC. Isso tudo são razões de preocupação que nos levam a, nesta CPI, senhor Relator, a investigar com a profundidade devida para, como V.Exa. e eu, cuidarmos de proteger o interesse público e o dinheiro da coletividade.

É, portanto, o questionamento e a preocupação que coloco ao senhor e que espero ver esclarecidos, para que essa CPI possa cumprir o seu papel e a sua destinação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Permite um aparte?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Claro que sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Existe uma curiosidade aqui, naturalmente não quero mais puxar pela memória do depoente, ele não vai lembrar, mas teve um caso aqui. A Prefeitura de Nova Iguaçu contratou a FINATEC. V.Exa. sabe o valor desse contrato?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu lhe ajudo, Senador Heráclito Fortes, 1.16 milhões, contratado—

[falas sobrepostas].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--Primeira etapa--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Nova Iguaçu, um milhão, 246 e 500.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A

mesma Prefeitura contratou a FAD, que é de Pernambuco, com os mesmos objetivos, também sem licitação. Agora tem aqui o caso da FINATEC com Fortaleza; entra a FINATEC e entra a... Acabei de passar aqui para o Relator, a Conecta, também contratada pela Prefeitura de Fortaleza, com o mesmo objetivo. O que é que está havendo? Essa questão é grave, Sr. Presidente. É dinheiro público indo pelo ralo. É preciso... Eu vou passar a V.Exa. uma cópia, eu passo até para o Dr. Manoel, caso não tenha conhecimento, aqui. Contrato feito pela Conecta, não sei de onde é. V.Exa. sabe de onde é a Conecta, que empresa é?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES:

Não conheço a Conecta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O

objetivo aqui é o mesmo. É preciso que, em respeito à bravura do povo da terra de Iracema, essas coisas sejam esclarecidas, até para a Prefeita ter tranquilidade. Muito obrigado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Se-

gador Heráclito, a minha preocupação maior é com... Diante dos dados que eu disponho, o agenciamento por parte de um ex-dirigente do PT, hoje assessor do Ministério da Justiça, chamado Sr. Vicente Trevas, irmão de Roberto Trevas, que trabalha com o Prefeito João Paulo, de Recife, a FINATEC cresceu muito, tem contratos vultosos com Prefeituras, a esmagadora maioria, Prefeituras petistas. Será que o Sr. Vicente Trevas é o agenciador disso tudo? A origem do dinheiro para as Prefeituras contratarem esses serviços é dinheiro Fe-

deral, é dinheiro transferido de Brasília para lá? Onde é que entra?

Pelas conexões anteriores, o Sr. Vicente Trevas era o homem do PT, de assuntos de ligação do partido com Prefeituras Municipais, depois, passou a exercer função semelhante na área institucional do Governo Federal. A ligação com o contrato, que é vultoso, com a Prefeitura de Recife, nos dá margem a raciocinar de que esteja havendo tráfico de influência, usando uma Organização Não-Governamental, uma Fundação, como elemento quebrador da obrigação de concorrência, para favorecer o quê? Interesses de um sistema? Interesses de um sistema? É essa a minha dúvida, que eu desejo esclarecer.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, vamos, então, aos dados. Acho interessante começarmos pelos dados e, depois, falaremos sobre os outros assuntos. 2006, pelo que está no relatório enviado ao Ministério Público, cuja cópia posso disponibilizar aqui para a Presidência dessa CPI. Segundo esse relatório, a Fundação gerenciou, em 2006, 608 Projetos, dos quais, 442 iniciados em 2006 e 166 nos anos anteriores. O valor total de recursos que entraram na Fundação foi 28 milhões, 617 mil, 251 reais. A FINATEC apoiou, em editais, 750 mil reais. Desses 28 milhões, 617, 15 milhões, 142 e 174 mil, repito, 15 milhões 142 mil, 174 reais, são recursos destinados diretamente à pesquisa; de 28 milhões e 600, 15 milhões e 100, foram destinados diretamente à pesquisa. O que é isso? De onde vêm esses recursos? Recursos: FAP-DF, FINEP, que é a agência financiadora de pesquisa, cuja sede é no Rio de Janeiro, PETROBRAS... Então, são recursos em que a Fundação, ela recebe, ela executa, quer dizer, compra os insumos necessários à pesquisa, dá bolsas para os alunos que efetivamente estão trabalhando na pesquisa, ou seja, executa, em conjunto com a Universidade, a pesquisa. Esses bens e esse apoio aos alunos são feitos diretamente à Universidade.

Então, esses recursos não ficam com a Fundação. Ele passa pela Fundação. A Fundação, com a sua estrutura, a custo zero para a Universidade, mas não para a Fundação, porque ela tem toda uma equipe técnica que, inclusive, tem que ser extremamente capacitada, por exemplo, para importar equipamentos, precisa ter uma equipe de compradores na Fundação, que fale inglês, que fale espanhol, que fale francês; eles adquirem os equipamentos, quer dizer, a Fundação adquire os equipamentos e repassa à Universidade, doa à Universidade, ao final do Projeto, depois de prestadas

contas, depois de aprovada as contas, a Fundação, então, doa esses equipamentos à Universidade.

Então, de 28 milhões e 600, 15 milhões 142, 174 foram destinados Pa Universidade de Brasília. Além disso, tem os 700 mil, que aí vem do quê? De onde vêm esses 700 mil? Esses 700 mil vêm do superávit da Fundação, e aí está o grande equívoco nessa conta. Matemática é bom, dependendo do referencial, você pode dar porcentagens diferentes. Então, por exemplo, 28 milhões e 600, a Fundação trabalha aí com uma taxa média de 8%. Vamos colocar 10. Então, ela teria, em tese, recebido, ao final do ano, dois milhões, 861. Não é bem isso porque, em cima dos 15 milhões, não incide essa taxa, mas vamos colocar valores conservativos. Dois milhões, 861, 750 mil sobre dois milhões, 861, nunca é 1%. Quer dizer, nós temos aqui mais do que 20% do superávit da Fundação, quer dizer, do que resta, ao final do Projeto, para a Fundação, ela está disponibilizando através de editais, em que todos os docentes concorrem em pé de igualdade. Repito, é a única Fundação no país que tem editais colocados em nível da Universidade que apóia.

Além disso, temos aí importação de equipamentos; a FINATEC importou equipamentos para a Universidade de Brasília com recursos de Projetos, no montante de um milhão, 665 mil... Um milhão, 666 mil dólares. Então, Excelência, não há como, quer dizer, esses dados estão aqui. Esse relatório, repito, é o relatório que vai para o Ministério Público e que eu estou disponibilizando para a Comissão. Então, essa é a primeira constatação. Então, há realmente... Os dados que foram colocados não condizem com o relatório que é enviado ao Ministério Público. Então, essa é a primeira constatação.

Em relação à questão das Prefeituras do PT e à questão do Vicente Trevas, eu volto a repetir, quem buscava os contratos, quem efetivamente apresentava, ia atrás dos contratos, era a Fundação. A Fundação, com sua equipe, obviamente, o Sr. Luiz Lima, por fazer parte dessa parceria, ele também estava junto dessa equipe, até porque ele conhece mais do que ninguém o produto que foi desenvolvido, a metodologia que foi desenvolvida. Então, não existe, por parte da FINATEC, eu coloquei isso na minha intervenção inicial, a FINATEC sempre se colocou, no âmbito da Universidade de Brasília e no âmbito externo à Universidade de Brasília como uma entidade apolítica, tanto que é verdade que, dentro da Universidade, nós sabemos que a Universidade é um reflexo da sociedade. Lá, temos partidários do PT, do PSDB, do DEM, PPS, PSTU, PSOL, todos os partidos lá têm... Todos os partidos têm lá os seus admiradores. E obviamente, dentro da eleição para Reitor, inclusive, existem brigas políticas

no sentido de fazer o Reitor. A FINATEC jamais se envolveu em eleição para Reitor na Universidade de Brasília, por determinação, desde o início, dos seus instituidores e do seu Conselho Superior. A diretoria, por exemplo, não tem... Não pode, em nenhuma hipótese, dizer que apóia candidato A ou B à Reitoria. Nenhum membro do Conselho pode dizer que apóia membro A ou B para Reitoria. Do mesmo jeito, a FINATEC procede externamente à Universidade. Ela ofereceu essa metodologia, essa modernização da gestão, para várias Prefeituras de diferentes partidos. Várias Prefeituras do PT entenderam que esse produto seria útil na melhoria e na modernização da gestão, como também o Governador Marconi Perillo entendeu, enquanto Governador do Estado de Goiás, entendeu que seria importante lá, para ele, ter, acompanhar mais de perto essa... Os Projetos que eram desenvolvidos ali pelo Governo do Estado.

Então, Excelência, essa questão do Vicente Trevas eu não conheço, não conheço o Sr. Vicente Trevas, e ele não tem nenhuma interferência na questão dos Projetos da Fundação.

SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO (DEM-RN): Nem o senhor conhece nenhuma ligação do Sr. Vicente Trevas com o Sr. Luiz Lima? Luiz Lima, o senhor conhece, claro, subcontratante. Porque o curioso, Dr. Antônio Manoel, a quantidade de Prefeituras do PT que conseguiram contratos. A informação de que eu disponho, do Ministério Público, é que de 50... Dessa planilha, de 50 milhões em contratos, onde a maioria, em matéria de valor, é de contratos com Prefeituras petistas, 23 milhões são subcontratadas ou são executadas pela INTERCORP, do Sr. Luiz Lima, que é amigo, é conhecido, tem relação próxima com o Sr. Vicente Veras... E com o Sr. Roberto, desculpe, com o Sr. Vicente Trevas e o Sr. Roberto Trevas. Me estranha que, num volume de contratos, em que mais ou menos 80% dos contratos são de Prefeituras petistas e, dentro destes contratos, metade é com a INTERCORP, do Sr. Luiz Lima, que o senhor conhece, e que nós supomos ser pessoa com intimidade com o Sr. Vicente Trevas e Roberto Trevas, que é assessor do Prefeito do Recife, o senhor não conheça nem tenha nenhuma vinculação e nem tenha nenhuma informação de como a quantidade maior de contratos da FINATEC, que é com Prefeituras petistas, não tenha a presença do Sr. Vicente Trevas. Esse é um fato que a mim causa estranheza. Devo confessar ao senhor que a mim causa profunda estranheza.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência... Presidente, posso? Excelência, reafirmo que a relação da FINATEC com a empresa dirigida pelo

Sr. Luiz Lima não é de subcontratação; é de parceria. Reafirmo essa posição. Segundo. Do mesmo jeito que a Fundação firmou vários contratos com Prefeituras ligadas ao Partido dos Trabalhadores, a Fundação, antes do Governo Lula, firmou vários contratos com Ministérios na época do Governo Fernando Henrique, como também firmou vários contratos na época que o Presidente era o Fernando Collor.

Então, na verdade, não há, para que você... Para que nós possamos ter uma idéia, nós teríamos que fazer uma cronologia, pegar os contratos desde o início da Fundação, a qual partido pertencia o gestor daquele contrato. O que eu reafirmo é que a Fundação, ela age tecnicamente. Se existia relação entre o Sr. Luiz Lima ou Vicente Trevas, eu não posso dizer. O Sr. Luiz Lima era um coordenador que eu, como Diretor-Presidente da Fundação, que era o cargo que eu ocupava, recebia como recebia os coordenadores dos 608 Projetos que a Fundação desenvolvia. Se um coordenador pedia uma audiência para tratar de um determinado assunto, eu recebia.

Então, o Sr. Luiz Lima é um coordenador, como Professores da Universidade de Brasília são coordenadores de Projeto, como outras pessoas são coordenadores de Projeto. Então, não há, quer dizer, da parte da Fundação, nenhuma... Nenhum direcionamento em relação ao Partido dos Trabalhadores ou não. Então, o que foi feito foi um trabalho de prospecção de Projetos pela Fundação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, permite? Um esclarecimento. Outros Professores da Universidade de Brasília participavam do Projeto como coordenadores. Seria importante que se mandasse a relação dos Professores e as respectivas remunerações para a Comissão.

Segundo. Só apenas um esclarecimento. Nesse quadro que V.Sa. mandou, o Governo do Piauí aqui está com recurso zero. Por que recurso o zero?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, provavelmente porque não teve acesso ao contrato. Nós teríamos... Se essa planilha foi-me passada pela Fundação e—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque é estranho. O serviço foi prestado.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, com certeza, foi prestado. Teríamos, acho que nessa documentação que está sendo solicitada, vai aparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu gostaria de requerer

também que fosse informado à Comissão os objetos e valores dos contratos com mais de 40 instituições internacionais, estrangeiras, entre elas a Embaixada dos Estados Unidos, do Japão, Universidade de Harvard, Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura; FAU(F) também fez um contrato com a FINATEC, União Européia, Universidade de Miami, WWF, que são exemplos típicos do trabalho desenvolvido pela FINATEC. Mas esta relação é composta de mais de 40 instituições, é importante porque um dos objetos também é nós examinarmos a relação das organizações com recursos oriundos do exterior e como é que se deu essa parceria, qual foi o resultado dessa parceria. E se esses recursos estão entrando regularmente no Brasil ou se há também dispensa de licitação desses casos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, Srs. Senadores, eu gostaria, então, de agradecer muito a presença e a participação de todos, especialmente do nosso depoente, Dr. Antônio Manoel Dias Henriques. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima Reunião, a realizar-se no dia de amanhã, 26 de março, às 10h30 da manhã. Muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h16.

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS Nºs 217 E 1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APU-
RAR NO PRAZO DE SESENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

ATA DA 16ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião, realizada em 1º de abril de 2008, às quinze horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram apreciados os seguintes Requerimentos:

Item	Número	Ementa	Autor	Observação	Item
1.	108/07	Requer seja encaminhado pelo COAF informações sobre informações movimentações consideradas atípicas da ONG <u>Cataventos Juventude e Cidadania</u>	Sen. Álvaro Dias	Transferência de sigilo Votação Nominal	REJEITADO
2.	110/07	Requer transferência do sigilo Bancário, fiscal e telefônico da ONG <u>Ágora – Associação de Projetos de Combate à Fome.</u>	Sen. Flexa Ribeiro	Transferência de sigilo Votação Nominal	REJEITADO
3.	111/07	Requer que sejam encaminhadas pelo COAF movimentações financeiras consideradas atípicas da ONG <u>Ágora – Associação de Projetos de Combate à Fome.</u>	Sen. Flexa Ribeiro	Transferência de sigilo Votação Nominal	PREJUDICADO
4.	116/07	Requer que sejam encaminhadas pelo COAF movimentações financeiras consideradas atípicas de Jorge <u>Lorenzetti, ex-dirigente da ONG UNITRABALHO.</u>	Sen. Álvaro Dias	Transferência de sigilo Votação Nominal	APROVADO
5.	128/07	Requer que sejam encaminhadas pelo COAF movimentações financeiras consideradas atípicas da <u>Fundação Conscienciarte.</u>	Sen. Álvaro Dias	Transferência de sigilo Votação Nominal	APROVADO
6.	135/08	Requer que sejam encaminhadas pelo COAF informações sobre movimentações consideradas atípicas da organização não governamental <u>Angrha mazonica, no período de 1999 a 2007.</u>	Sen. Álvaro Dias	Transferência de sigilo Votação Nominal	REJEITADO
7.	183/08	Requer a convocação da Senhora <u>Lisane Bufquin, proprietária do grupo IOS Informática.</u>	Sen. Sibá Machado	Convocação	APROVADO
8.	184/08	Solicita ao TCU cópias dos processos referentes à IOS <u>INFORMÁTICA LTDA.</u>	Sen. Sibá Machado	Informações	APROVADO
9.	185/08	Solicita ao TCU cópias dos processos referentes à CTIS <u>INFORMÁTICA LTDA.</u>	Sen. Sibá Machado	Informações	APROVADO
10.	186/08	Requer a transferência de todos os documentos que foram apreendidos pela Polícia Federal na Operação Rodin.	Sen. Sibá Machado	Informações	APROVADO

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente; **Inácio Arruda** (PCdoB-CE) – Relator; **Heráclito Fortes** (DEM-PI); **Sérgio Guerra** (PSDB-PE); **Sibá Machado** (PT-AC); **Lúcia Vânia** (PSDB-GO); **Fátima Cleide** (PT-RO); **Alvaro Dias** (PSDB-PR); **Mozarildo Cavalcanti** (PTB-RR); **Valdir Raupp** (PMDB-RO); **Valter Pereira** (PMDB-MS); **Eduardo Suplicy** (PT-SP); **Leomar Quintanilha** (PMDB-TO); **Jefferson Péres** (PDT-AM); **Romero Jucá** (PMDB-RR).

Estiveram presentes ainda, o Senhor José Agripino, não membro da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo número regimental, eu declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nº 217 de 2007, e o Requerimento nº 1.324 de 2007, lido em 08 de 11, composta de 11 senadores titulares e sete suplentes, destinadas a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais, as ONGs, e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 08 novembro de 2007”.

A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Proponho a dispensa de sua leitura. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, a palavra ao Sr. Relator, Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores gostaria de, cumprindo uma proposição da CPI, enquanto nós alcançamos o nosso número regimental para votação de Requerimentos, solicitar a V.Exa. que pudesse apresentar um trabalho que foi desenvolvido por essa Relatoria, com o apoio dos consultores do Senado, que estão disponibilizados para a nossa CPI, que, ao final da CPI, eu farei questão de nominá-los Todos, porque considero que é um trabalho que a gente precisa sempre prestigiar, dos nossos funcionários... Dos funcionários que foram cedidos à CPI, à solicitação de V.Exa., pela Controladoria-geral da União; dos funcionários do Tribunal de Contas da União, também solicitados, por Requerimento, à CPI, encaminhado por V.Exa.; do Ministério do Planejamento, das inúmeras

Reuniões de Audiência Pública realizada para a CPI, que tomaram depoimentos de Promotores Públicos, federais, estaduais, e também da Associação Brasileira das ONGs. Com esse esforço coletivo, nós estamos apresentando uma proposição que busca criar uma situação que permita ao Poder Público, quase que se antecipar num processo fiscalizatório, digamos, que o Estado brasileiro, através da União, dos Estados federados, dos Municípios, para contratar com as ONGs, tem que tomar providências preventivas e não serem pegos de surpresa ou termos um mecanismo que facilite a ação daqueles que não querem, evidentemente, zelar pelo interesse público e, sim, desviar recursos da União, dos Estados ou dos Municípios.

Também, nesse Projeto que nós estamos apresentando, e que nós requeremos colocar para a consulta pública, durante um período aí de, pelo menos, 15 dias, para os Senadores, para as ONGs, para que elas opinem sobre o processo de regulamentação, que tem o caráter, digamos assim, que aumenta a rigidez, mas tem um sentido, o sentido aqui de aumentar a rigidez para o repasse de recurso, é o sentido de proteger a sociedade, proteger o Estado, e mesmo as ONGs, porque, quem trabalhar seriamente, com essa legislação, fica, evidentemente, protegido. E que os recursos públicos, da União, dos Estados e dos Municípios, eles só sejam destinados para ONGs, através de algum processo seletivo, que são instrumentos que algumas instituições utilizam, mas que não têm servido como regra geral.

Então, você veja o instrumento dos editais, um instrumento que você seleciona previamente, você se inscreve para determinados Projetos, que são abertos para um conjunto de Organizações não-governamentais. Você pode chegar ao ponto mesmo de estabelecer um critério de... Quase que de licitação para um determinado trabalho com Organizações não-governamentais.

Então, são muitos instrumentos que têm o objetivo de garantir transparência, antecipar o processo fiscalizatório, determinar que as instituições só possam pegar recursos naqueles Projetos e só podem, naquele Projeto, inscrever-se em ONGs que tenham relação direta com aquele assunto, porque hoje é generalizado, cada ONG pode atuar desde a área indígena, na Saúde, pode atuar na Educação, pode atuar no Turismo, pode atuar no Esporte, pode atuar no Ensino Superior, na formação profissional, e você pode ter uma ONG que atua trabalhando com todos os assuntos, assuntos ambientais, quer dizer um leque inesgotável de atividades para uma determinada organização, o que vai, evidentemente, concentrar na

mão de poucas os recursos, sejam Federais, sejam Estaduais, sejam Municipais.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. pudesse disponibilizar para os nossos colegas, Senadores, para as ONGs, para os órgãos de Governo, para todos aqueles que queriam opinar sobre o Projeto que nós estamos apresentar e que deverá ser um Projeto nosso, coletivo, conjunto, da Comissão Parlamentar de Inquérito, com, evidentemente, a participação de todos aqueles que queriam contribuir, especialmente as ONGs, que nós trouxemos aqui inicialmente, eu lembro que a gente abriu o nosso trabalho com a ABONG, com o TCU, com o Ministério do Planejamento, numa Sessão muito interessante, com a Tatiana, da ABONG, com o Lucas, que depois sofreu um acidente de saúde, mas que fez aqui uma intervenção muito positiva, no sentido de que o Estado precisa se precaver em relação à sua atuação com as Organizações não-governamentais. Não no sentido de considerá-las, antecipadamente, não. Tem a ONG, recebe recurso público, a fiscalização é frágil, então, o caminho está aberto para o um processo de desvio de recurso. Não, nós partimos da boa-fé das organizações que são formadas pela sociedade civil, para poder responder a determinados serviços, que muitas vezes, o Estado ficou incapacitado pelo período que ele ficou ausente ou é melhor desenvolvido por uma Organização não-governamental.

Esse é o nosso propósito, Sr. Presidente, neste Projeto que eu gostaria que V.Exa. pudesse disponibilizar na nossa página, da ONG, e também de que as pessoas pudessem opinar, se dirigindo ao endereço eletrônico da CPI, para que dêem as suas sugestões e suas opiniões, no prazo máximo de 15 dias, a contar dessa data.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Raimundo Colombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço. Em seguida, passo ao senhor e, em seguida ao Senador Mozarildo, só quero agradecer ao Sr. Relator. Já está sobre a Mesa uma cópia desse material, e a gente está pedindo à Secretaria da Mesa que proceda, então, colocando na página da Internet, da CPI das ONGs, esse material. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É, Sr. Presidente, apenas para louvar o esforço do Relator, o Senador Inácio Arruda, que ele nos surpreende, porque nós não temos o diagnóstico e já temos o remédio. É uma inversão do processo. É um médico tão competente, que já oferece o remédio antes de diagnóstico.

De qualquer maneira, isso implica na necessidade de pedirmos agilização nos procedimentos de

investigação da CPI, para que possamos ter um diagnóstico, antes que de possamos deliberar sobre essa proposta do Senador Inácio Arruda, e a nossa CPI, já instalada há alguns meses, até hoje não votou nenhum Requerimento que nos permita aprofundar para valer as investigações, a não ser alguns pontos, referentes à FINATEC e UNB. Nos demais casos, nós estamos ainda aguardando a oportunidade da investigação. Não houve possibilidade de investigação, não se delibera sobre Requerimentos que pedem quebra de sigilo ou convocação de pessoas indispensáveis para que a CPI possa aprofundar as investigações.

Então, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo, Senador Inácio Arruda, por esse esforço, mas que o correto seria avançarmos nas investigações, para depois, então, podermos deliberar sobre uma proposta construtiva, que possa mudar a legislação, estabelecendo normas mais rigorosas de controle, a fim de que o desvio de finalidade não prevaleça em relação a boa parte das ONGs no país.

Sr. Presidente, é o apelo que faço, realmente, para que tentemos deliberar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu vou, mais ou menos, na linha do Senador Alvaro Dias e com um acréscimo: Eu fui Presidente da 1ª CPI das ONGs. E, em 2003, nós conseguimos aprovar um Projeto, ao final do nosso trabalho; é uma Comissão que teve ainda mais dificuldade do que essa de funcionar, até porque tinha aqui pessoas muito interessadas em que não funcionasse, como a Ministra Maria Silva e outros, ongueiros. E, na verdade, nós produzimos, ao final, um Projeto de Lei que foi aprovado pelo Senado, justamente no caminho do que propõe o Relator, que é normatizar o funcionamento, o cadastro e a atuação das ONGs.

Muito bem. Foi aprovado no Senado em 2003; está na Câmara até agora. É, até eu quero sugerir ao Relator que veja se tem alguma coisa que se aproveite lá, nesse Projeto, e já que existe um Projeto na Câmara, aprovado pelo Senado, quem sabe a gente pudesse economizar um período de tempo aqui, já caminhando com esse Projeto que está na Câmara, com o aperfeiçoamento que puder vir, dessa discussão que o Relator realmente apresenta. Porque, no fundo, no fundo, o que se percebe, pelo menos, naquela época, as coisas eram menos graves do que agora. Aquela época, eu diria até, naquela primeira CPI, nós pegamos a ponta do iceberg. Agora, nós vimos que a coisa era muito profunda do que se imaginava. E, mesmo assim, produzimos uma legislação, que eu diria, até

suave, mas que buscava, em resumo, alguns pontos: Um cadastro nacional de ONGs, a regulamentação da atuação desses ONGs, porque ninguém tem nenhuma fobia contra as ONGs não, pela contrário, nós estamos aqui, e existem ONGs muita boas. Agora, essas muita boas, estão sendo prejudicada pelas picaretas, e nós temos que separar esse joio do trigo, e essa tentativa de separar, não convém, parece-me, que a maioria dessas que não atuam corretamente. Então, se tem um Projeto que está lá desde 2003, muito bem, eu acho que toda a discussão, toda a abertura é válida, de um novo e amplo debate, mas aí, nós vamos levar mais cinco anos, Senador Arruda, para, de novo, chegarmos à Câmara e ficarmos lá, marcando passo.

E, enquanto isso, mesmo a legislação que existe, que é da OSCIPs, ela é burlada porque existe sempre um caminho transversal; o Governo faz convênio com instituições que não são OSCIPs, faz convênio com instituições que não têm qualificação. E o que acontece é isso aí, é realmente surrupiar o dinheiro do povo, em benefício apenas de uns poucos espertos. Eu espero, realmente, que, aliás, eu acho, como disse o Senador Arruda, o diagnóstico é esse. O remédio é esse. É exatamente normatizar; o que não pode é ficar essa porteira escancarada aí, que realmente permite todo o tipo de atividade como está havendo hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, nós estamos aqui diante de um fato inusitado na história do Parlamento brasileiro: A CPI que obteve o maior número de assinaturas para a sua composição e instalação. E que nós estamos vendo, nesse momento, a base do Governo, poderosa, forte, querendo, de todas as maneiras, evitar que os fatos sejam apurados, como se, de antemão, tivessem culpa de alguma coisa.

A gente vê a competente assessoria aqui da base do Governo, sete, oito assessores e nenhum representante do Governo aqui. Nenhum representante. Ficam aqui na espreita, contando para, na hora que tiver número, para evitar... Isso é um desrespeito ao povo brasileiro, que está nos ouvindo; isso é um desrespeito inusitado, competentes assessores. Aí, ficam aqui esperando, uma hora que [ininteligível] o maior cinismo, eu nunca vi na minha vida, tanto cinismo, Sr. Presidente, como se vê no Brasil hoje. Na hora que dá número, ele chama: Venham para cá que a coisa está ficando preta, caso contrário, ficam ali, na espera.

O Brasil pagando um preço por isso e esse pessoal se valendo aí da blindagem do Lula, que um dia acaba. Agora, o objetivo dessa CPI, Sr. Presidente, é,

como disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, é livrar as ONGs boas das picaretas. Eu sempre disse que nós precisávamos separar o joio do trigo, mas é uma deliberação do Governo, de acabar com o trigo e ficar só com o joio. E isso é vergonhoso, isso é lamentável, nós teremos que emitir um relatório com a responsabilidade da assinatura de V.Exa., do Senador Inácio Arruda, não sei como é que vamos fazer. É realmente triste e lamentável. Os picaretas, dirigentes de CPIs, de ONGs, já estão por aí debochando da CPI e dizendo que tudo vai continuar do mesmo jeito, que nada vai acontecer. Daí, eu louvo a antecipação de V.Exa., a assessoria começa a chamar porque estão vindo mais dois. Srs. assessores do Governo, chamem, porque estão vindo mais dois e vai dar número. É bom que atuem e mostrem ao país como é que está funcionando, Senador Alvaro Dias, como é que as coisas estão funcionando no Congresso do Brasil, comandado pela base do Partido dos Trabalhadores.

Mas, Sr. Presidente, eu acho louvável a idéia do Senado Inácio Arruda, ela coloca na Mesa uma proposta para discussão, para aperfeiçoamento, para crítica e, paralelamente a isso, nós vamos trabalhar. Agora, eu queria, Sr. Presidente, fazer uma proposta... Sr. Presidente, eu queria fazer... Aí, chegou o primeiro, pode contar agora; o Governo está agindo assim. Parabéns, Suplicy, mais uma vez, você se serve para o que não é do seu feito, mas meus parabéns, está cumprindo a chamada. É o primeiro. Vamos contar, vamos contar os carneirinhos. Vai de um por um.

Mas, Sr. Presidente, o que eu queria propor é que V.Exa. encaminhasse ao Ministério Público pedido de informação sobre cada uma dessas ONGs que estão aqui elencadas nesses Requerimentos, para a gente ganhar tempo. Olha, afinal de contas, o Ministério Público é que investiga. Eu acharia prudente que fosse feito por V.Exa., mas, se não for, eu posso fazer o Requerimento. É maneira de ganhar tempo; se o Ministério Público, se não apurou nada sobre elas, vai apurar. O efeito será o mesmo, apenas o Congresso ficará desmoralizado porque não vai cumprir a sua função. E cada um assuma a responsabilidade por isso.

Eu queria fazer a proposta a V.Exa., que se fizesse um Requerimento para que cada um dos setores, em cada Estado, aonde o Ministério Público atua e tem a obrigação de fiscalizar a atividade dessas entidades. É uma sugestão que eu dou, apenas para que nós fiquemos com a consciência tranqüila e se tragam as outras que tenha. Faça-se Requerimentos e vamos ver no que vai dar. É uma sugestão que eu dou ao Presidente e ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. E agora já tem

quorum regimental, e nós vamos passar, então, a ler e a votar os Requerimentos que serão apreciados por essa Comissão. Evidentemente, que são todos, ou a grande maioria, requerimentos de acesso a contas ou a quebra de sigilo. No meu entendimento, e faço—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] votar em bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que quebra sigilo tem que ser voto nominal e individual.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, sem demora, vamos lá, primeira, Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Votamos sem discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vai ao Item nº 01, que requer seja—

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu gostaria de transmitir oficialmente o que eu tive a oportunidade de conversar com V.Exa. na manhã de hoje, uma vez que eu tive um diálogo com o Ministério Patrus Ananias, a respeito do bom andamento—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, nós estamos em votação.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): O Senador Heráclito Fortes tem tal impetuosidade de falar ao meu respeito, mesmo na hora em que eu chego aqui. Será que não pode esperar 30 segundos para eu dar uma informação relevante?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, desculpe.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu peço a atenção dele. Então—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, V.Exa., pelo contrário, apenas nós estamos em processo de votação—

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas, antes do Item 1º, eu pedi pela ordem, para dar uma informação relevante; se V.Exa. quer impedir-me de falar, então, eu acho que eu vou para o Plenário, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nem tão pouco quero impedir V.Exa. de falar até porque sei que V.Exa. irá alcançar o seu objetivo... De maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor pode concluir, Senador Suplicy. Agradeço.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pois bem, eu estive dialogando com o Ministro Patrus Ananias sobre os programas sociais, a transição eventual do Bolsa Família para o dia que tivermos a renda básica de cidadania. Mas, na oportunidade do diálogo, ele observou manifestação de V.Exa., Presidente Senador Raimundo, de obter a colaboração do Ministro do Desenvolvimento Social, inclusive, relativo à questão do Conselho Nacional de Seguridade Social, e toda a informação que, porventura, esta Comissão Parlamentar de Inquérito desejar. E V.Exa., então, transmitiu que gostaria, sim, de ter o diagnóstico com ele. Então, só para registrar da posição dele de poder dialogar com V.Exa., com o Relator, com os Senadores—

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): --Que desejarem. Era só apenas isso, Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. e nós vamos proceder exatamente, conforme é do seu encaminhamento, por entendê-lo mais adequado.

O Item 1 requerer seja encaminhado pela COAFI informações sobre movimentações consideradas atípicas da ONG Cata-ventos, Juventude e Cidadania. O Requerimento é do Senador Alvaro Dias, ele é o Requerimento de nº. 108/07: “Requeiro, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição federal, c/c o disposto na lei nº. 1.579/52, que seja encaminhado pela COAFI, Conselho de Controle de Atividades Financeiras para esta CPI, informações sobre movimentações consideradas atípicas, da organização não-governamental Cata-ventos, Juventude e Cidadania. Está em discussão o presente Requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias. Para encaminhamento, não é para discussão, desculpe. O Sr. Relator deseja fazer o encaminhamento?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, claro que é louvável a iniciativa de todos os nossos colegas, mas seria de bom alvitre para todos nós que, ao pedir a quebra de sigilo das instituições não-governamentais, nós buscássemos fundamentá-las, dizer o que nós queremos exatamente. Que período de quebra de sigilo... Qual é a intenção, em que ano e qual a irregularidade que sustenta a solicitação do pedido de quebra de sigilo. Isso eu estou falando para o primeiro Requerimento, mas eu quero adiantar que, basicamente, 100% dos Requerimentos de pedidos de sigilo bancário apresentados, até agora, na CPI, eles têm como base a proposição de que se deve quebrar o sigilo bancário porque há movimentação atípica ou

porque determinado RG recebeu recursos vultosos. Isso, por si, não sustenta o Requerimento de quebra de sigilo, que só deve, em minha opinião, e assim tem sido feito, salvo em situações onde a disputa política se apresenta, só tem sido feito em último caso. Quer dizer, é o último recurso de uma CPI é quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico e não o primeiro.

E cito isso para defender a posição de que de nós temos 20 ONGs convocadas para prestar depoimento e não foram ouvidas. Nós não fizemos sequer as oitivas dessas ONGs. E, nesses casos aqui, nós estamos nos antecipando. Mesmo algumas que foram convocadas, como é o caso desta, que já foi convocada, está entre as que foram convocadas e não foram sequer ouvidas, e nós estamos nos adiantando—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

No entendimento de V.Exa., quais teriam condições de ser votadas aqui?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Eu estou antecipando uma posição, eu não quero que votem em bloco, eu estou dizendo que quase todos, 100% dos Requerimentos, têm como base a posição de que é movimentação atípica ou recurso vultosos. Não diz qual é a irregularidade, de quem deve-se quebrar o sigilo, de que pessoa se deve quebrar o sigilo. Então, numa situação como essa, você começa pelo fim; antes de ouvir, antes de examinar a ONG, e eu acho que é ilustrativo o caso da FINATEC, que nós começamos pelo convocação, ouvindo as pessoas, e é ilustrativo o caso da UNITRABALHO, que nós convocamos para ser ouvida. E nós pudemos afirmar hoje que não precisamos quebrar o sigilo daquela instituição, em minha opinião.

Então, por isso que eu considero que não há uma sustentação para esse Requerimento. Adiantei apenas uma opinião que, em relação aos demais, no caso de pedido de quebra de sigilo, em função de recursos vultosos ou de movimentações atípicas, sem você qualificar qual é a movimentação atípica, então, não tem como o Relator dar uma opinião favorável à quebra do sigilo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No caso da FINATEC, Sr. Relator--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senhores--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há condições, no entendimento de V.Exa.?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE): Nós ficamos apenas de fazer uma acareação, que eu proponho que aprovemos a acareação. Se não tiver... se não houver objeção de nenhum Parlamentar, nós podemos fazer isso por unanimidade

e poderíamos, então, apresentar o Requerimento na própria Sessão—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Relator, qual é a acareação?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Entre a FINATEC e o Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senhor Alvaro Dias, com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamentavelmente, eu, que tenho enorme prazer quando posso concordar com o Relator, desta feita, tenho que afirmar estar ele absolutamente equivocado. Meu Requerimento não pede a quebra de sigilo bancário; meu Requerimento pede ao COAFI que nos encaminhe movimentação considerada atípica da organização não-governamental. Vamos supor não exista movimentação atípica. O COAFI não terá que nos a remeter movimentação alguma. Este é o início a investigação. É exatamente para deliberarmos sobre a necessidade ou não de quebra de sigilo, que nós procedemos dessa forma. Tem sido rotina em todas as CPIs. Eu não me lembro de ter presenciado a maioria na CPI, rejeitando esse tipo de Requerimento, que pede ao COAFI o encaminhamento de informações sobre a eventual existência de movimentação atípica. E não há necessidade de dizer o que é movimentação atípica porque, evidentemente, o COAFI sabe o que é movimentação atípica, ou seja, uma movimentação superior a determinado valor.

Há indícios relativamente a essa organização não-governamental, de desvio de finalidades; há uma movimentação, à primeira vista, movimentação financeira, à primeira vista, atípica. Ela mobilizou recursos de elevada monta, de significado e expressão, e isso justifica, sim, o encaminhamento desse Requerimento para que o COAFI nos subsidie a fim de que, a partir dos subsídios encaminhados pelo COAFI, deliberemos sobre quebra de sigilo bancário, para conhecer a movimentação financeira desses recursos. Com o que o COAFI nos encaminha, nós não saberemos o início, a origem do dinheiro, por onde passaram esses recursos, só a quebra do sigilo bancário é que nos permitirá saber. Mas esta providência inicial é imprescindível para os trabalhos da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero fazer uma colocação, que eu considero absolutamente fundamental, no sentido de que realmente a gente possa encontrar um mecanismo que nos dê acesso a informações. E nós estamos diante desse momento importante, ou seja, a CPI consegue agora dar as condições de trabalho ao nosso

Relator, que tem sido operoso, que tem sido dedicado e sem avançar naquilo que seja algum tipo de exagero. Mas, absolutamente fundamental, o que nós decidindo aqui, se é possível continuar com os trabalhos da CPI, porque o acontece, quando o depoente vem, por exemplo, o depoente da FINATEC, a imprensa registra, ele contratou um grupo de gerenciamento de crise; ele trouxe aqui uma assessoria com advogados brilhantes. Ele veio totalmente preparado. E os Senadores, na sua maioria, não têm os elementos de informação, não têm como contraditar, não têm como buscar ou forçar a abertura das informações necessárias para a investigação.

Existe outro mecanismo, que é mais ou menos esse que o Senador Alvaro Dias propõem, do COAFI, que seria exatamente o acesso à conta-convênio. Quando uma ONG, Senador Heráclito Fortes, faz uma convênio com o Governo, ela abre uma conta específica. Aquela conta opera exclusivamente aqueles recursos. Não se está propondo a quebra a sigilo do dirigente da ONG, da pessoa física da ONG, dos demais membros da ONG; apenas aquela conta convênio. Isso se sustenta através do princípio da publicidade; o publicidade é 100% recurso públicos. Então, é de direito da sociedade saber onde se aplicaram esses recursos públicos.

O Banco Central, e eu estive fazendo uma visita, acompanhado de um técnico-consultor do Senado, ele entende esse um procedimento legal e adaptado a essa realidade. A Secretaria do Tesouro Nacional informa que isso é absolutamente possível. E nós fizemos uma consulta à consultoria do Senado e ela informa que entende esse um elemento também absolutamente coberto, sob o ponto de vista legal.

Então, aí sim, a CPI, os Srs. Senadores, todos, de todos os partidos, da base, da oposição, têm os elementos necessários para fazer o trabalho de investigação. A CPI trabalhou em três campos: o primeiro da conscientização, do conhecimento da função de uma ONG, quantas elas eram, quanto elas eram, enfim... O segundo, a operacionalidade. Quem recebe de quem, em que condições, qual é a forma que tem? E o terceiro campo é o que nós estamos agora, é exatamente o campo da investigação.

Então, eu acho que o caminho, nesse momento, respeitando a posição de todos, é fazermos a votação para aprovação ou rejeição do Requerimento, o Item 1 da Pauta, o Requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer seja encaminhado pelo COAFI informações sobre movimentações consideradas atípicas da ONG Cata-ventos, Juventude e Cidadania.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Sr. Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não quero rebater o Senador Alvaro Dias, eu quero apenas usar o próprio Requerimento do Senador Alvaro Dias; o que V.Exa. pede é quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, inclusive, V.Exa. argumenta, argumenta com isso. Para sustentar a posição de V.Exa., V.Exa. disse o seguinte... Sempre, aliás, V.Exa. recorre corretamente ao Tribunal de Contas, na opinião que ele tem sobejamente dado à opinião pública, de que é preciso que o próprio Tribunal de Contas da União reforce a sua posição, pois reiteradamente, em suas discussões, reitera que a CPI tem mais poder de investigar do que o TCU. A CPI tem acesso a sigilo bancário, fiscal e telefônico. Então, a CPI pode levantar e conseguir mais informações do que o TCU. Pode, por quê? Porque pode quebrar o sigilo fiscal, bancário e telefônico.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas não é o que estamos pedindo agora.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E vai abaixo: "Portanto, as informações do COAFI serão de fundamental importância".

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ocorre que, sempre que você recorre ao COAFI, você faz uma quebra de sigilo bancário. Esse... Não é só o meu entendimento.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não. Não há quebra sigilo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Exatamente, não é só meu entendimento.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): O COAFI revela a movimentação havida; se extrapola os limites da legalidade ou não. O que o COAFI informa... A quebra de sigilo bancário vem na sequência.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exa. pede as informações do COAFI com base numa movimentação atípica. A movimentação atípica, que V.Exa. argui no Requerimento, não é nenhuma irregularidade, V.Exa. não arguiu nenhuma irregularidade—

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas uma indagação a V.Exa. V.Exa. concorda que, quando há movimentação atípica, a CPI deve solicitar a informação do COAFI.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, se estiver no requerimento. A única movimentação atípica que V.Exa. levantou foi o fato de existir movimentação vultosa de recurso. Mas, esse fato, esse fato...

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas, Excelência, se o COAFI entender que não há movimentação atípica, ele nada informará. Esse é o teor do Requerimento: “Informações sobre movimentações consideradas atípicas da organização não-governamental. Só que o for atípico. Nós não estamos solicitando informações sobre o que não é atípico. Então, V.Exa. não precisa se preocupar, se essa organização não-governamental agiu corretamente, com lisura de procedimentos, não haverá informação a oferecer a essa CPI, da parte do COAFI.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o meu entendimento, no meu entendimento, é que a solicitação de V.Exa. estabelece uma relação de quebra de sigilo. E, nesse tocante, eu sou contrário ao Requerimento. É outra coisa o que argumentou o Senador Colombo; a proposta do Senador Colombo não tem nada a ver com nenhum Requerimento que aqui está.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): É, mas V.Exa. está distorcendo os meus objetivos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não, eu não estou distorcendo não.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não há quebra de sigilo bancário nessa proposta.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para solicitar uma quebra de sigilo bancário e mesmo informações do COAFI, você tem que sustentar, dizendo por que eu quero essa... Não pode ser só pelo vultosa--

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador, como essa CPI saberá se houve movimentação atípica, se não for informada pelo COAFI. Não há outra forma. Não há outro instrumento, esse é o único--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você não pode usar esse recurso, V.Exa. não pode usar esse recurso, eu considero que a CPI não pode usar esse recurso se ela não tem uma denúncia clara, que possa sustentar.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela tem denúncias. É evidentemente que tem--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas aqui nesse caso, o senhor não apresentou, lamentavelmente.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Uma movimentação vultosa, que exorbitou das possibilidades de uma organização não-governamental. Isso com base até em pronunciamento do TCU.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso, por si, não sustenta o Requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vamos estabelecer um critério para ver se os senhores concordam de ter um Senador--

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Outra coisa é a proposta do Senador Colombo. Eu acho que não tem procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vamos deixar a votação livre.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, a proposta do Senador Colombo diz respeito--

[falas sobrepostas].

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --À prestação de contas, porque cada convênio tem uma prestação de contas separada, cada conta-convênio. E, no caso de cada conta-convênio, ela, para receber a parcela seguinte, se obriga a apresentar um extrato, que é o Senador Colombo está sugerindo.

SENADO ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente. Eu proponho a V.Exa. que deliberemos sobre o Requerimento; outras teses propostas deverão ser deliberadas no momento adequado. Nesse momento, se colocou em deliberação um Requerimento que pede informações ao COAFI. Esta é uma prática rotineira em todas as CPIs. Eu confesso que ainda não presenciei, Senador José Agripino, nenhuma rejeição, em CPI alguma, a Requerimento dessa natureza. Nem mesmo as CPIs mais polêmicas que tivemos nesta Casa. Nós estaremos aqui inovando, firmando jurisprudência, com base numa pretensa maioria que se apresenta aqui.

Portanto, esse é um apelo que eu faço para não desmoralizarmos essa CPI. Se um Requerimento dessa natureza não pode ser aprovado pela CPI, realmente, a CPI não tem o que fazer. O Relator trouxe já, antecipadamente, antes do diagnóstico, trouxe uma proposta de remédio e nós precisamos chegar a um diagnóstico antes de aprovarmos a proposta do Relator, que pode ser a mais lúcida, a mais brilhante possível, mas, sem diagnóstico, não há como deliberar sobre proposta de organização.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a palavra, o Senador Sibá Machado. E aí, em seguida, nós vamos votar esse Requerimento. E, depois, eu mostraria discutir essa segunda tese... O senhor retira... Então, nessa condição, a gente vai colocar em votações esse Requerimento, o nº. 1, e eu vou consultar, pedir a votação, ela é uma votação nominal. Senador Heráclito Fortes, como vota?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim. Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Wellington Salgado não está presente. Senador Valter Pereira também não, nem os suplentes. E o Senador Jefferson Peres também não. Então, nós temos quatro votos a três, pela rejeição do Requerimento. O Presidente não vota nessa circunstância.

Eu gostaria de colocar, como Presidente, com a responsabilidade de sentir extremamente o momento difícil que nós estamos. Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim, senhor. O senhor faz parte do bloco de apoio ao Governo, pelo PTB. Estão presentes os titulares Fátima Cleide, Inácio Arruda e Sibá Machado. Por isso eu não colhi o seu voto.

Então, eu gostaria de aprofundar essa tese que relatei ao Senador Inácio Arruda. Se nós não quebramos nenhum sigilo, se nós não fizemos esse trabalho de aprofundamento, gente, nós não vamos investigar. E, sem investigação, no meu entendimento, nós não vamos avançar. Como Parlamento brasileiro, no seu princípio absolutamente fundamentado, de fazer esse papel. Se é tão difícil a quebra de sigilo porque ela desdobra em pessoas físicas, enfim, a dirigentes das entidades, que a gente consiga um mínimo para termos a condição de trabalho, de ter acesso às contas que recebem especificamente o recurso federal, o recur-

so público, fundamentado no princípio da publicidade. Ou seja, o Governo faz um convênio com uma ONG e repassa recurso. Essa ONG, para receber, abre uma conta. Os técnicos de CPIs dizem que não é o ideal, mas, se nós conseguirmos aprovar o Requerimento, acessando aquela conta específica que recebeu só aquele recurso, e através dela, soubermos para quem se destinaram esses recursos, aonde chegaram, de que forma foi aplicado e fazer o cruzamento das notas fiscais, nós vamos ter condições de avançar no nosso trabalho de investigação. Aqui foi bem colocada a questão do trabalho inicial de conscientização, foi bem fundamentado no sistema operacional, mas é absolutamente indispensável investigar. E, se nós não conseguirmos fazer esse trabalho, nós não vamos ter nenhuma condição de trabalhar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, vote o Item 2, vote o Item 2. Vamos aguardar esse pessoal que não quer aprovar—

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, senhor líder, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário e gostaria de ser ouvido pelo Senador Heráclito Fortes e pelos companheiros. Eu tenho acompanhado—
[soa a campainha].

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): —Com a devida atenção os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, desde a eleição de V.Exa. na Presidência, a escolha do Relator, Senador Inácio Arruda, e as manifestações que vêm ocorrendo nas reuniões a que eu compareço sistematicamente, mesmo sem ser membro. V.Exa. foi Prefeito de uma cidade importante de Santa Catarina, V.Exa. foi o Senador mais votado do estado de Santa Catarina, teve uma votação recorde e tem responsabilidades cívicas e morais. V.Exa. foi eleito Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito e tem um passado político a zelar. E eu gostaria de que o Senador Suplicy, que é um homem tão atento às questões de ética, me ouvisse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E educado também.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está me chamando a atenção.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): V.Exa., Sr. Presidente Raimundo Colombo, tem uma responsabilidade, que é de presidir uma Comissão que tem contas a prestar à opinião pública. Nós não estamos investigando porque queremos investigar. Não é aquela de “*se hay gobierno, soy contra*”. Não. Nós não estamos

investigando, Senador Inácio Arruda, coisas que foram denunciadas, que indignaram a opinião a pública, que espera por uma atuação do Senado.

Divulgaram hoje uma pesquisa em que a imagem do Congresso melhorou um pouquinho. Se nós não dermos conta da tarefa que nos é afeita nessa CPI, nós vamos baixar um pontinhos. O Presidente falou com a responsabilidade de uma vida pública longa, que tem contas a prestar. Não é que ele queira condenar nem absolver, mas ele quer prestar serviço. E ele quer instrumentos para que o relatório possa ser feito. Se o relatório for circunscrito à repetição do óbvio, sem que tenha sido investigado aquilo que decorrerá da quebra de sigilos bancários, que são um instrumento próprio só de CPI, nós não termos dito a que vivemos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E V.Exa. tem toda a razão em dizer ou anunciar que, se esta CPI não usar a prerrogativa que ela tem, de quebrar sigilo bancário, não é nem aquilo que o Senador Alvaro Dias se refere, conta de COAFI; é quebrar o sigilo bancário mesmo, como tantas outras CPIs, ontem e do passado, fizeram. Se não fizer a quebra de sigilo, nós estaremos participando de uma farsa aqui. E V.Exa. tem toda a razão em dizer, como que pré-anunciando, que não vai continuar Presidente de uma farsa.

Então, eu quero ver como é que o governistas vão continuar votando: se é como o seu mestre mandar ou se é como a opinião pública deseja. Se é como seu mestre mandar ou se é como a opinião pública deseja, para que nós possamos tomar uma atitude em conjunto e solidários com V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço V.Exa., Senador e meu líder, Zé Agripino. O Item 2 requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da ONG ÁGORA, Associação de Projetos de Combate à fome. Ele é de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Ele fundamenta, eu vou ler para que facilite a todos os Srs. Senadores: “Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pela Requerimento 201/2007, destina a apurar a liberação do Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-governamentais e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir do ano de 99 até 2007. A ÁGORA, Associação de Projetos para Combate à Fome, recebeu recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, destinado a ministrar cursos e treinamentos. De acordo com a investigação do Ministério Público do Distrito Federal, a atuação da ÁGORA reveste-se de irregularidades, como a apresentação de notas frias, datadas de 2001,

para comprovar e realizar a realização dos serviços que deveriam ter sido executados, com o recurso do Governo Federal e até mesmo de recursos da Embaixada da Noruega—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O próprio empresário Mauro Dutra, responsável pela ÁGORA, já admitiu que o quadro contábil da entidade era grave. Em 2000, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios já havia reprovado as contas da ÁGORA por entender que contratos firmados pela entidade atendiam aos interesses de terceiros, que utilizaram o nome e a estrutura da entidade para finalidades divergentes dos seus estatutos. Uma das irregularidades constatadas foi o exercício da Presidência por ex-sócios, por meio de instrumento de procuração. Esse tipo de conduta, o exercício da presidência por meio de procuração, propiciou que os dirigentes da entidade atuassem em benefício próprio, como o pagamento de elevadas somas às empresas de que participavam.

Fica, assim, claramente demonstrado o esquema de fraude com recursos públicos. A ÁGORA recebia recursos públicos por meio de convênios, e seus ex-sócios que, mediante procuração, exerciam de fato a gestão da entidade, contratavam empresas a que estavam ligados para prestarem serviços, recebendo elevados montantes de pagamentos. Além dessas fraudes, o Ministério Público também constatou que a ÁGORA não procedeu ao recolhimento da conta patronal do INSS e chegou a pagar um *buffet* completo para 250 pessoas para a festa da confraternização da Secretaria de Trabalho. Este caso está amplamente coberto e inserido no objeto de investigação desta CPI, o que motiva o que pedido de transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da entidade. Essas informações vão permitir a rápida montagem do funcionamento dos esquemas de fraudes em ONG, o que facilitará a análise de casos semelhantes... De outros casos semelhantes.

Fica aberto a palavra aos Srs. Senadores para o encaminhamento, senão, vamos à votação. O senhor deseja discutir, Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Queria apenas fazer aqui uma argumentação. Eu estou vendo aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, que várias dessas, desses Presidentes de organizações não-governamentais já estão com o Requerimento de convocação aprovado aqui na Comissão. Porque esses que estão com o Requerimento de convocação aprovada, por que não chamá-los para ouvir? Depois da oitiva, se não houver convencimento, aí, sim, poderia se pedir, por parte de quem queira, a quebra de sigilo.

Mas por que quebrar o sigilo, antes que ouça essas pessoas que já foram convocadas, já, aprovada aqui na Comissão? A exemplo desse Item 2, aqui o Item 1, o Item 2... O Sr. Mauro Dutra, já foi aprovada a sua convocação para oitiva aqui nesta CPI. Assim como o Item 3, o Item 4, o Item 13 e o Item 14. Era essa a indagação, Sr. Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Foi aprovada, Sr. Presidente, a convocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse Requerimento foi aprovado, a convocação desse Mauro Dutra? Nós estamos vendo a verificação, Senador Valdir Raupp. Mas, mesmo que tenha sido aprovada, é a tese de que o Senadores precisam ter informações para poder fazer as perguntas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente o Requerimento sobre Mauro Dutra é de número 94. Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ele foi aprovado. Então, a tese é de que os Senadores ficam extremamente fragilizados porque as pessoa que vêm fazer o depoimento e esteve aqui a semana passada o Presidente da FINATEC, ele falou duas horas, respondeu, ficou superficial e os nossos Senadores não tinham como fazer as perguntas porque simplesmente não têm informações. Com as informações da quebra do sigilo, com o relatório, aí, realmente, você tem como aprofundar e fazer com que esse debate seja um debate que seja aprofundado e que realmente tenha condições de ser consequência. Então, esta, no meu entendimento, é a razão de colocar em votação os Requerimentos. Então, está para a votação o Requerimento número... O segundo Requerimento do dia.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma consulta rápida—

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): --Ao Senador Inácio Arruda, se esse segundo Requerimento atende à qualificação que o senhor ponderou, justificável para a quebra de sigilo bancário. É importante que o Relator se pronuncie sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu já dei a minha opinião, quer dizer, que nenhum dos Requerimentos têm sustentação suficiente para que você quebrar o sigilo bancário. Contudo, este Requerimento têm informações suficientes para que você, convocando, como já está convocado, você possa, na arguição, considerar que deve fazer a quebra de sigilo bancário.

Agora, se você nem argüi o convocado, quer dizer, você nem convoca o convocado, você nem ouve e, antes de que ele chegue aqui, você já aprovou a colocação e depois ainda aprova antecipadamente a quebra de sigilo, com argumento de que você... Que eu respeito absolutamente o nosso Presidente. Agora, nós não podemos argüir nunca, que frente a um convocado para qualquer CPI, nós estejamos fragilizados e não o convocado. É exatamente o inverso. Qualquer convocado para o CPI, ele é que está fragilizado, não é o Senador.

Então, nós temos condições, sim, de argüir, de levantar os questionamentos, de pegar as informações, muitas informações, que não são ainda as de quebra de sigilo. Ela é última, isso é que o sustenta e tem sustentado—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aí é uma inversão—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --A posição de liminares favoráveis aos que tiveram seu sigilo quebrado pelo Supremo Tribunal Federal, de que não havia sustentação. Quer dizer, nem foi convocado e já pediu quebra de sigilo? Esse Requerimento vai direito para o Supremo Tribunal Federal. Então, aí, sim, que seria uma desmoralização por incapacidade da CPI de compreender o que significa quebra de sigilo bancário, seria se antecipar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Inácio, eu vejo uma atitude geral, que não é de muita animação com CPIs. Acho que o ponderável, sensato, seria que nós trabalhássemos em uma CPI com planejamento, organização e de maneira que pudesse alcançar verdadeiramente os objetivos públicos.

Eu ouvi com muita tranquilidade, absoluta neutralidade, as ponderações sobre quebra de sigilo. Eu, pessoalmente, não sou favorável a quebrar sigilos, desde que se tenha uma base para produzir essa quebra, essa quebra. Apenas faço três perguntas: Primeiro, semana passada, tivemos aqui o depoimento da FINATEC, do Presidente da FINATEC. Amigos de muitos anos me procuraram antes do depoimento para dizer que o Presidente da FINATEC, aquele que prestou depoimento aqui, era uma pessoa respeitável. Eu não prejudgo ninguém. Eu acho que é um enorme erro prejudgá-lo. A informação que eu tive foi essa.

Segundo, ele fez aqui um depoimento, eu diria, regular. Seguro, não o comprometeu. Terceiro, mas o nosso, a nossa capacidade de perguntar ficou absolutamente insuficiente. Por exemplo, contratamos de três convênios ou quatro convênios com Prefeituras Estaduais e Municipais, alguns maiores, outros menores, ficou claro que, sem que nós tivéssemos antecipadamente conhecimento dos contratos, das prestações de

contas, a nossa capacidade de perguntar estava muito limitada. Era uma fala contra outra fala, uma afirmação contra outra afirmação.

Então, é fundamental ter documentação, musculatura, para que se chegue e se apure a verdade; não é para condenar quem sentou aí. Mas, enfim, chegar a uma conclusão correta. No caso, nesse segundo caso, o primeiro caso, o Senador Alvaro me explica que, na verdade, se você... Porque, no caso de quebra sigilo, se você vai atrás da chamada movimentação atípica, o que o COAFI vai dizer, provavelmente, é o seguinte, se bem eu entendi, se aquela movimentação, além de numericamente atípica, ela tem irregularidades contidas nela; se a origem e a destinação dos recursos que foram movimentados ali são atípicos, não são condizentes. E que somente aquele tamanho e aquele espaço são objeto de exame nosso aqui. Objetivo que talvez se possa ter resolvido por outro caminho. Agora, nesse caso aqui, eu ouvi a leitura, apesar do tumulto que presidia aqui a nossa capacidade de ouvir sem silêncio, mas eu prestei atenção ao Requerimento do Senador Flexa, há indícios, há uma série de informações que são, de alguma maneira, consistentes.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E já é uma entidade investigada pelo Ministério Público e foi objetivo de outras CPIs.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Pois é, já está visada de várias atividades, não sei o quê, de outro tipo. Então, é muito mais fácil para a inquisição, para a pergunta, para a discussão, e se a pessoa que vem convocada, realmente, não tem culpa, muito melhor que se tenha o conhecimento intenso da realidade dela; não me parece comprometer nem a Justiça, nem a ordem da investigação, que o seu sigilo seja conhecido... Que o seu sigilo seja conhecido. Eu não consigo entender isso porque eu vi com a atenção, havia uma série de indicações de que o assunto já foi tratado aqui e ali, há vários indícios de que essa instituição não está boa, por que não quebrar o sigilo dela? Ou da pessoa que está sendo solicitada aqui? Para que o nosso exame seja mais completo. Eu sei que quebrar sigilos indiscriminadamente ou quebrar sigilo por quebrar é uma ação desastrosa; não ajuda nada e desautoriza o funcionamento da CPI. Mas, toda vez que há uma evidência e que nós temos capacidade de ter informação, melhor que a gente avance e consiga essas informações para que o depoimento não seja uma frustração. Para que o depoimento chegue a um resultado positivo, do ponto de vista de quem está depondo, ou negativo, do ponto de vista de quem está depondo.

Então, eu poderia ao Senador Inácio, que eu tenho assistido, pelo menos nos últimos dois dias, a sua

atividade me parece bastante segura, que pondere esse caso. Por que não... Pelo que eu li, não há por que não quebrar o sigilo de alguém que já foi investigado algumas vezes e sobre quem pesam, acontecem, se verificam pesadas suspeitas; é uma coisa pontual que eu estou ponderando.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu já até me antecipei a essa questão porque a pessoa está convocada. Eu considero que nós temos condições, sim, de examinar. Nós temos elementos para, se for necessário, após ouvi-lo, quebrar o seu sigilo bancário.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E ouvir de novo?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não precisa mais ouvir. Depois de quebrar o sigilo, você não precisa mais ouvir. Para que é que eu vou ouvir, se eu já quebrei o sigilo?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Porque o sigilo pode nos dar pistas que precisam ser esclarecidas por quem esteve aqui, por exemplo—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se eu quebrar o sigilo de qualquer pessoa e examinar que não há irregularidade, eu dispensei a oitiva.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Presidente da FINATEC, que esteve aqui, os convênios dele serão vistos. Eu espero.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Serão.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E se ele tiver que voltar? Ele vai ter que voltar para esclarecer o que não foi esclarecido porque não foi perguntado a ele porque não havia domínio das informações. Eu não quero tumultuar coisa nenhuma, eu só quero ter bom senso—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu acho que, no geral, a sua atuação tem bom senso—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estou arguindo com V.Exa. que, se eu pedir a quebra sigilo indiscriminada, mesmo nessa situação, me antecipando à oitiva, se eu quebro o sigilo e examino que não há nenhuma irregularidade, acabou a oitiva.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ótimo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se eu examino que há irregularidade, eu não preciso também da oitiva.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim, mas... Se quebrar sigilo?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Permite-me só.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um processo—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Em tese, não referente a esse Requerimento, de modo geral, eu acho que está havendo uma inversão. A meu ver, o correto é quebrar a sigilo bancário, quando há indícios fortes de irregularidades. E depois a oitiva. V.Exa. mesmo diz: Se, na quebra do sigilo irregularidades não aconteceram.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não presidi da oitiva.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Por que a oitiva? Não há necessidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se tiver irregularidade—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas este é o processo correto. Mas esse o processo correto, a meu ver.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, para isso, então, você tem que fundamentar muito fortemente cada requerimento porque a quebra é o último recurso. Qualquer processo, mesmo iniciado da Polícia Federal ou pelo Ministério Público, basta ver que, no caso da FINATEC, com todo o barulho que o Ministério Público fez, não fez um pedido de quebra de sigilo à Justiça, um só. Com todo o barulho, com todo o respeito ao Ministério Público, mas eles não fizeram um pedido de quebra de sigilo, por quê? Porque eles não tinham sustentação—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas consta que está preparando.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que faça. Mas, até agora, eles não fizeram uma sustentação que permitisse à Justiça quebrar o sigilo de qualquer dirigente daquelas entidades.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não chegou a essa fase.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É por isso que nós temos que iniciar, diria o Suplicy, “a saída é pela porta”, mas, iniciar pela começo. O começo é a oitiva, em qualquer processo, em qualquer um. Então, eu acho que a gente pode... Aí, sim, nós queremos inverter; começar pela quebra sigilo e depois convidar a pessoa para vir aqui. Aí, não teria sentido, com todo o respeito, que eu tenho acompanhado a posição de V.Exa., não só aqui nessa CPI, mas demais CPIs.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A CPI mais notória, brasileira, foi a CPI do Orçamento. Fui indiciado nessa CPI, tive o meu sigilo bancário quebrado por 10 anos e somente depois prestei depoimento. E

só através da quebra de sigilo é que vários daqueles responsáveis foram identificados. Não tivesse havido a quebra de sigilo, os que foram responsabilizados e culpados não seriam nem responsabilizados e nem culpados.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E V.Exa. vê que depois responsabilizam quem não tinha responsabilidade.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, mas não é importante. Claro que é importante, mas o fato concreto é que foi uma CPI que produziu resultados. Eu, por exemplo, saí dela absolutamente limpo. “Sobre o Senador Sérgio Guerra”, Deputado Sérgio Guerra, na época, “não há o que investigar”, escreveu o Relator. Mas eu tive as minhas contas, abertas por 10 anos. Depois, quebraram meu sigilo; eu tive que explicar, um a um, os pagamentos que eu fiz. Eu tive que prestar contas à Receita Federal; eu tive que prestar contas à opinião pública e não reclamei disso. Eu estava limpo e queria ficar limpo. E só fiquei limpo assim.

Então, esse cuidado me parece excessivo, no caso do Senador Flexa, a fundamentação me parece correta. Eu estou no seu lado, no sentido de evitar coisa indiscriminada, coisa injusta, pré-julgamentos. Mas a pessoa que está sendo indiciada aqui, que está sendo... Sobre quem o sigilo está sendo pedido, já está atrapalhada de várias maneiras. Eu não estava atrapalhado com nada.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aliás, já está convocada.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas a convocação sem informação não produz a inquisição; não dá para fazer o debate. O debate tem muito mais clareza quando os números estão na Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, quando as informações... As informações bancárias são livres. Eu estou lhe fazendo um apelo e uma ponderação porque tenho a impressão que o senhor está levando esse negócio com vontade de fazer um trabalho decente. Não fazer isso, Presidente, Sr. Relator, seguramente, vai nos cortar os braços, em várias situações, não digo em todas, mas, em algumas situações, se justifica.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok, eu posso a fazer a votação?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu acho que, antes de V.Exa. submeter à votação, eu acho que é importante que algumas coisas a mais devam ser ditas. Pelo que o Senador Sérgio Guerra acabou de dizer, fica claríssimo que quebra de sigilo, Relator Inácio Arruda, quebra de sigilo não é condenação; quebra sigilo é instrumento para você acelerar conclusões. Eu vou repetir, quebra de sigilo bancário não significa condenação; significa um instrumento que a CPI pode dispor para acelerar conclusões. Aqui ninguém é Delegado de Polícia, ninguém é investigador de Polícia para ter a esperteza de, num depoimento, captar tudo, mas, na hora em que o sigilo bancário, telefônico ou fiscal é quebrado, isso não significava dizer que o alvo está condenado, você dispõe de elementos para o flagra, para a identificação do dolo praticado. “Ah, mas não se pode pedir quebra de sigilo de qualquer um”. Não se está falando em qualquer um; está se falando da ONG ÁGORA, que foi uma das primeiras a receber recursos para o programa Fome Zero e que teve que, por determinação do TCU, devolver dinheiro à fonte, por determinação do Tribunal de Contas da União.

Se a gente não votar essa quebra sigilo, o Presidente Raimundo Colombo tem toda a razão em demonstrar a inquietação que está demonstrando, e a indignação, pela indisposição da Comissão em promover a investigação. Eu vou repetir pela última vez: Quebra de sigilo não significa condenação; significa dar à CPI, aos membros da Comissão, instrumentos para acelerar conclusões. Elementos inquestionáveis, números inquestionáveis. É isso que eu peço. É isso que eu peço, a compreensão e o espírito público dos membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a V.Exa. Vamos, então.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não. Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que V.Exa. informasse o seguinte, são quantos pedidos de quebra de sigilo bancário que estão para ser decididos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Requerimentos tem 41, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): 41?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): 41.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E a proposta é votar todas essas quebras de sigilo bancário?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Tem que ser um a um, porque tem que ser votação nominal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um a um?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok, nós vamos votar agora o Item 2, que é o Requerimento 110, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Ele requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da ONG ÁGORA. Já foi aqui feita a justificativa e lida a fundamentação do requerimento. Portanto, então, eu vou pedir a votação dos Srs. Senadores. Como o vota o Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu aprovo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim. Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nesse e em todos os momentos que houver inversão, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Wellington Salgado está ausente. Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o Item 2, não é, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É o Item 2, senhor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou acompanhar a orientação da lide-

rança nesse caso. Mas quero dizer aqui a V.Exa. que eu pontualmente eu vou votar de acordo com o meu faro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, o senhor vota não?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senhor Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, por que é que uma entidade séria, uma pessoa de bem, pode temer a quebra do seu sigilo bancário? Podem quebrar o meu, eu dou à disposição. Sim, todos, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós temos cinco votos não, e quatro votos sim. Fica rejeitado o Requerimento. Requerimento nº 3: "Requeiro, com fundamento no art. 3º, § 58 da Constituição Federal, conselho de controle de atividades financeiras para esta CPI, informação sobre movimentações consideradas atípicas, de Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da organização não-governamental UNITRABALHO. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo Requerimento nº 201..."

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o três agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É o três...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora é uma quebra importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): --Bem como utilização por essa entidade desse recurso público por ela recebido do exterior, a partir de 99 a 2007. A organização não-governamental UNITRABALHO recebeu vultosos recursos governamentais, fato que enseja uma análise mais acurada por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. O conhecimento sobre possíveis movimentações bancárias que possam ser enquadradas como atípicas do Sr. Jorge Lorenzetti, é um elemento importante no processo de investigação em que a Comissão está inserida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A partir daí, Sr. Presidente, a argumentação é igual à anterior?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É a mesma.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Diz respeito só à tese de que o Tribunal de Contas não tem poderes para quebrar sigilo etc. Então, se dispensa até leitura. E, como autor, eu só gostaria de aduzir que o Sr. Jorge Lorenzetti já compareceu a essa CPI

e prestou seu depoimento. Eu creio que a justificativa de que nós devemos antes ouvir para depois propor qualquer providência, não cabe nesse caso. E, mais uma vez, eu quero reiterar. O que estou solicitando, Senador Jefferson Peres, é apenas a opinião do COAFI sobre ter havido ou não movimentação atípica. Nós não estamos quebrando o sigilo bancário; nós estamos solicitando ao COAFI que nos informe se houve movimentação financeira atípica? E, se houve, evidentemente, o COAFI vai nos informar ter havido e que tipo de movimentação ocorreu. Se havia origem, se não havia origem, é isso que o COAFI informa. A medida de quebra de sigilo seria posterior. Portanto, nós não estamos quebrando sigilo bancário dos Sr. Lorenzetti, apenas solicitando informações ao COAFI se houve movimentação atípica ou não. Se não houve, o COAFI dirá que não houve. Se houve movimentação atípica, ele dirá que natureza de movimentação ocorreu. Apenas isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente,.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Relator.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Relator.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, me permita. Me permita, Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a palavra, o Senador Sibá Machado. Em seguida, a nossa Vice-Presidente, pode ser?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a compreensão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço desculpa também, Senador, eu pulei o Item 3, passei para o 4. Depois eu retorno, porque foi inadvertido. Eu não percebi.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É isso que eu ia falar. Você pulou o três, e eu acho que é importante.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, quero... Eu quero fazer a seguinte reflexão sobre esse assunto. Primeiro, nós estamos discutindo aqui ONGs. Não vamos fugir disso nunca, ONGs. Segundo, a ONG em discussão, a UNITRABALHO, não

foi presidida por Jorge Lorenzetti. E não foi Diretor financeiro da entidade. Segundo, para trazer a quebra sigilo de Jorge Lorenzetti sobre o item UNITRABALHO, entendemos que isso já foi largamente resolvido. Se tem que quebrar o sigilo de Jorge Lorenzetti, tem que ser por outros fatos, que não o da UNITRABALHO. E que não tem nenhuma competência desta Comissão, que ela não está discutindo outros assuntos que não a ONG.

Então, portanto, eu estou aqui dizendo a V.Exa., que nós já debatemos bastante esse assunto. No que diz respeito à presença dele na UNITRABALHO, ele veio aqui e prestou o depoimento dele. Na seqüência, nós ouvimos o Presidente da UNITRABALHO, que veio aqui responder sobre as contas do UNITRABALHO e convênios com o Governo Federal.

E, portanto, eu estou aqui, pedindo a esta Comissão, que tratar deste assunto é puxar um tipo de demanda que não diz respeito a esse debate. Eu posso até entender que tenha coisas que não ficaram explicadas, daquela história do dossiê ou coisa parecida, mas não é o fato que nós estamos discutindo, Sr. Presidente. Então, eu pediria que a gente tivesse um certo equilíbrio na hora de separar uma coisa da outra. Então, neste item aqui, o item nº 4, não tem necessidade nem de estar sendo tratado porque ele não diz respeito à UNITRABALHO.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Sibá, só um aparte, apenas eu queria dizer ao Senador Sibá que o nosso objetivo não é verificar a questão do dossiê dos alopados; é a UNITRABALHO. O Sr. Jorge Lorenzetti foi dirigente da UNITRABALHO nesse período a que me refiro.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Nos anos 80 Senador, nos anos 80.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): No período a que eu me refiro. Portanto, Sr. Presidente, diz respeito, sim, aos fins específicos dessa Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente. Eu gostaria--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só um minuto só para esclarecer--
[falas sobrepostas].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ele deixou muito claro, o Presidente do UNITRABALHO, de que ele foi dirigente na época da fundação, nos anos 80.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 92.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E não tem mais nada a ver, de lá para cá, com essa instituição.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ele voltou em 2004, Sr. Presidente. Ele voltou depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senhora Fátima Cleide, V.Exa. tem a palavra... Senadora Lúcia Vânia, desculpe, que eu troquei.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Relator, eu gostaria de reforçar aqui os argumentos do Senador Alvaro Dias no que diz respeito à questão do COAFI. Qualquer inquérito que porventura envolva dinheiro, a primeira coisa que se faz é uma consulta ao COAFI, para ver se tem uma movimentação atípica. Se houver uma movimentação atípica, aí, sim, vamos quebrar o sigilo bancário. Mas, na verdade, o que o Senador Álvaro está solicitando, é uma coisa perfeitamente normal, em qualquer inquérito que se faz.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque, Sr. Presidente, até porque é um fato grave--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Até na defesa do interesse do investigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E é um fato grave, senhor Lorenzetti, se negou aqui que quebrasse o sigilo bancário dele porque ele já havia sido quebrado, O que é mentira. Mentiu para a CPI. O Ministério Público depois desmentiu veementemente. Então, eu fico pasmo em ver que uma mentira nessa CPI não tenha produzido nenhum efeito por parte da Presidência, da Relatoria, para mim, é uma coisa que me causa asco, Sr. Presidente, porque ficou comprovado que ele não teve sigilo bancário quebrado em nenhum momento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Valter Pereira, pela ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que eu gostaria é de obter uma informação do Senador Alvaro Dias, que é o autor nesse Requerimento. Eu gostaria que S.Exa. declinasse aqui, com maior clareza, se esse Requerimento reflete um período em que o Jorge Lorenzetti era dirigente da UNITRABALHO, ou seja, se, no momento, se esse o período que ele quer analisar aqui sinaliza uma relação entre a UNITRABALHO e o Governo no momento em que ele era Vice-Presidente?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador, eu respondo em duas palavras ao Senador Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): V.Exa. tem a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não há nenhuma pretensão minha em investigar o dossiê dos alopados, até porque esse Requerimento pede informações ao COAFI, de 99 a 2006. O episódio "alopra-

dos” ocorreu no segundo semestre de 2006. Portanto, nós estamos exatamente nos cindindo ao período em que o Sr. Lorenzetti, de forma direta ou indireta, atuou em benefício da UNITRABALHO. Ele foi dirigente, ele foi representante no setor de relações internacionais, ele buscou recursos no exterior, nesse período, exatamente nesse período.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, vamos colocar em votação. Eu pergunto ao Senador Heráclito Fortes, como vota?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senhor Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Wellington Salgado está ausente... Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero fazer uma declaração de voto, veja o que é que o Senador Alvaro Dias está pedindo: Ele quer saber se o COAFI tem registro de alguma movimentação atípica. O que é a movimentação atípica? Se, na movimentação bancária dele, tem sinais muitos claros, muito evidentes, de que o volume de recursos estava acima daquele que normalmente ele movimentava. Não está quebrando o sigilo bancário, Sr. Presidente.

Eu quero dizer a V.Exa. que eu tenho muito reserva com relação à quebra de sigilo bancário. Eu acho que nós não podemos banalizar esse tipo de procedimento, esse tipo de medida. Mas aqui, sinceramente, eu não vejo uma iniciativa nessa direção. Quer se saber. Agora, é claro que se o COAFI prestar uma informação

de que a movimentação financeira dele está acima do normal, aí, então, eu vou estar aqui, presente para votar a favor da quebra de sigilo bancário dele. Bancário e financeiro. Mas, nesse momento aqui, eu acho que é procedente o Requerimento e eu voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor vota sim?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vota sim. Então, nós temos três... Cinco votos sim, quatro votos não. Fica aprovado o Requerimento.

Eu, inadvertidamente aqui, eu pulei o Item 3, que trata do mesmo assunto do Item 2, que é a ÁGORA. É um Requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que requer que seja encaminhado pelo COAFI as movimentações financeiras consideradas atípicas da ONG ÁGORA – Associação para Projetos de Combate à Fome.

Então, eu vou ler rapidamente esse Requerimento, é o número... 110... Não, é o 111. Não, ele é parecido, mas é diferente porque ele só pede ao COAFI. O outro pedia a quebra sigilo. Requer... A justificação, “essa Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo Requerimento 201, enfim, a ÁGORA – Associação para Projetos de Combate à Fome – recebeu recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, destinados a ministrar cursos e treinamentos”.

De acordo com a investigação do Ministério Público de Distrito Federal, a atuação da ÁGORA revestiu-se de irregularidades, com a apresentação de notas frias, datadas de 2001, para comprovar a realização dos serviços que deveriam ter sido executados com o recurso do Governo Federal, e até mesmo na Embaixada da Noruega. O próprio empresário Mauro Dutra, responsável pela ÁGORA, já admitiu que o quadro contábil da entidade era grave. Este caso está amplamente coberto e inserido no objeto de investigação dessa CPI, o que motiva o pedido de transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico da entidade”. É igual, então. Aí, ele é igual ao 110.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A mesma coisa. A argumentação é a mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, ele está prejudicado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com objetivos diferentes, um é quebra, o outro é COAFI.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agora é quebra de sigilo bancário, fiscal etc.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O primeiro é quebra de sigilo, esse é consulta ao COAFI.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É o contrário, nós votamos do COAFI e agora do sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É o contrário, nós... O 110...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, o 3, que nós saltamos é COAFI; nós derrotamos o sigilo bancário e agora é COAFI, certo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós votamos o 110; o que nós saltamos foi o 111.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas, no final aqui, esse caso está amplamente coberto e inserto no objetivo da investigação, o que motiva o pedido de transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico da entidade. Então, é a mesma coisa, Senador Heráclito. Esse Requerimento pede a mesma coisa do anterior. Então, nós vamos ter que ir para o Requerimento nº 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não, mas está aqui no final, “esse caso está amplamente coberto e inserido no objetivo de investigação da CPI, o que motiva o pedido de transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico”.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tem a mesma razão, Senador Heráclito, a mesma razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, nós vamos ao Item nº. 5, do Senador Alvaro Dias, “requer que seja encaminhado pelo COAFI.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só para deixar bem claro para a Comissão, o Item 3, então, fica prejudicado na votação do Item 2. É isso mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Está prejudicado na votação do Item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vamos ao Requerimento nº. 05, que é o Requerimento nº. 116. “A organização não-governamental...” Não, a UNITRABALHO, desculpe, é o 128. “A organização não-governamental, Fundação CONSCIENCIARTE recebeu vultosos recursos governamentais, inclusive, da Fundação Banco do Brasil, da

qual o Sr. Amir Paraca, dirigente da ONG, havia sido Diretor, fato que enseja uma análise mais acurada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O conhecimento sobre possíveis movimentações bancárias que possam ser enquadradas como atípicas da Fundação é um elemento importante no processo de investigação em que essa Comissão está inserida. O próprio Tribunal de Contas da União reforça esta posição, pois, em suas discussões, reitera que a CPI tem mais poderes de investigação que o Tribunal de Contas da União. A CPI tem acesso a sigilo bancário, fiscal e telefônico. Então, a CPI pode levantar e conseguir mais informação do que o Tribunal de Contas da União, já que esses poderes maiores de investigação estão garantidos pela Constituição, como o poder para rastrear o dinheiro. Como o Tribunal de Contas não tem acesso ao sigilo bancário e a sua atuação para detectar onde realmente foi parar o dinheiro é limitada, e muitas vezes, é necessário ter o acesso a essas contas, ou uma declaração de Imposto de Renda, informações às quais essa CPI tem acesso. Portanto, as informações do COAFI serão de fundamental importância para o trabalho investigativo dessa Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Para o encaminhamento, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Encaminhar, é que essa entidade teve as suas contas 100% aprovadas por todas as instâncias que fazem isso, inclusive, o Ministério Público. E, portanto, por esta também razão, eu encaminho contra o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito. Não havendo mais quem queira encaminhar, posso, então, fazer a votação. Colho os votos. Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o autor do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Sérgio Guerra ausente, Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senhor Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veja o seguinte, Sr. Presidente, a situação aqui é parecida com aquela anterior, o que se busca é uma informação se houve uma atividade atípica, uma movimentação financeira atípica, e quando o Tribunal de Contas sinaliza que existem indícios de irregularidades, o Senado não pode, de forma nenhuma, abrir mão dessa prerrogativa de investigar. Eu acho que eu sou a favor do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nessa condição, estão empatados quatro votos a quarto, cabendo ao Presidente o desempate, eu voto sim. Fica aprovado o Requerimento.

Vamos ao Item nº. 6. Número 06 e 135, de autoria do Senador Alvaro Dias: “A Agência Nacional de Gestão de Recursos de Iléia Amazônica, Angra Amazônica, chama a atenção pela versatilidade. Criada para atuar na área ambiental, ela é um sucesso no ramo de entretenimento. A Angra Amazônica obteve uma verba de dois milhões e meio dos Ministérios da Cultura e Turismo, para organizar um show dos bois Garantido e Caprichoso, atração típica do carnaval de Parintins, no Amazonas; no réveillon em Brasília, o show durou cerca de uma hora e custou dois milhões e meio. E, no mesmo dia, o Governo do Distrito Federal gastou bem menos; 1.8 milhão, para organizar um espetáculo de 15 horas de duração. No endereço da Angra Amazônica, registrado no Ministério da Justiça, em Manaus, funciona uma loja de conserto de aparelhos telefônicos e de jogos para computador. “Essa Angra Amazônica só existe no papel”, diz o gerente da loja, Jacildo Farias.

A organização não-governamental em questão recebeu vultosos recursos governamentais, fato que enseja uma análise mais acurada por volta essa Comissão Parlamentar de Inquérito. O conhecimento sobre possíveis movimentações bancárias que possam ser enquadradas como atípicas, é um elemento importante no processo de investigação em que essa Comissão está inserida. Portanto, as informações do COAFI serão de fundamental importância para o trabalho investigativo dessa Comissão. Pergunto se algum Senador deseja encaminhar para a votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu acho que só a justificativa já traz elementos suficientes para a aprovação do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, consulto os Srs. Senadores, podemos fazer a votação. Eu colho votos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou ter que me ausentar urgentemente, mas, já, já, eu volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Sr. Senador Heráclito Fortes, como vota? Com o autor. Senador Sérgio Guerra ausente, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o autor. Sim. Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim. Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Wellington Salgado está ausente, Valter Pereira ausente. O senhor Senador Leomar Quintanilha tem direito a voto, seu voto é não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É, Sr. Presidente, ficou contraditório porque os elementos trazidos na justificativa são da maior gravidade. Não há como justificar rejeição a esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O 6º é... Sejam encaminhadas informações sobre movimentações consideradas atípicas da Organização Angra Amazônica, é essa. O nº 7 eu tiro de Pauta, então. O nº 8 também.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Qual foi o resultado, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Houve... Foi rejeitado por cinco votos a três.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É. Eu só quero lamentar porque realmente a situação dessa ONG é terrível, é lastimável, sob o ponto de vista da

ética. Há aqui claramente desvios flagrantes de finalidades, então, é uma pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu... Os meus Requerimentos eu tiro de Pauta, são... São os Requerimentos sete, oito, nove, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23. O Senador... O Requerimento nº 24 é do Senador Alvaro Dias. Ele pede que se encaminhem informações sobre movimentações consideradas atípicas da ONG Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar Sebastião Rosa Paz, no período de 99 a 2006. É o Requerimento nº 175. É o Requerimento nº 24.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): 24 na Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo Requerimento nº. 201, aditada, bom... A Organização não-governamental em questão recebeu aproximadamente sete milhões do INCRA.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, em função do esvaziamento aqui, eu peço sobrestamento desse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Atendo V.Exa. O Requerimento nº 25 é de minha autoria. Eu também retiro. 24, 25 são de Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É vencido? A Senadora Lúcia Vânia também retira o Requerimento. O 26, Senador Alvaro Dias.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só um instantinho, Presidente. A Senadora Lúcia Vânia também retira o Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Retiro não. Fica para uma outra oportunidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É, retira não. Só está pedindo o sobrestamento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Retiro não. Eu suspendo o--.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então, entendendo, retirada é sobrestamento, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sobrestamento. Desculpe, eu usei o termo inadequado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Os Requerimentos de minha autoria, Sr. Presidente, todos eu peço sobrestamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sobrestamento. Então, agora é o Requerimento nº 28, do Senador Sibá Machado. Re-

quer a convocação da Sra. Lisiane Bolfking, proprietária do grupo IOS Informática. Para encaminhamento. Não havendo quem queira encaminhar, então, eu faço a votação. Peço os votos. Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Em convocação, pode ser simbólica.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ah, é simbólica? Desculpe, então. Então, os que aprovam, permaneçam como estão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria uma explicação do Senador Sibá Machado, qual é a motivação da convocação da Sra. Lisiane?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É Lisiane. Sr. Presidente, já está no Requerimento, já está no Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Posso ler...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria a colaboração do Senador, para facilitar, para não ter que pedir vista. Eu queria saber o teor, a motivação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): As argumentações, eu aleguei no Requerimento... Não, o Presidente vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor quer que eu leia ou o senhor quer ler? Posso ler? De acordo com os termos... Bom, eu vou... Pelo que consta, o procedimento e seus apensos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a FINATEC subcontratava praticamente todos os seus contratos. O procedimento supracitado dá conta de que no contrato celebrado entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, a INFRAERO, vinculada ao Ministério Público da Aeronáutica, no ano de 95. A FINATEC realizou pagamentos em favor da IOS Informática, Organizações e Sistemas Ltda., no valor de 11 milhões de reais, na conta 437.772-9, agência 3603/X, do Banco do Brasil, decorrente de sua subcontratação. A proprietária da empresa deve explicações a essa Comissão sobre a forma de sua subcontratação pela FINATEC, em contrato celebrado com empresa pública federal, bem como a justificativa para o montante percebido no período de vigência da sua contratação--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O contrato junto à INFRAERO. O Senador Sibá quer investigar a INFRAERO?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): INFRAERO.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, está em votação. Permaneçam como estão, fica aprovado. O Requerimento 184, que é o de nº 29 da nossa relação, solicita ao Tribunal de Contas da União cópia do processo referente à IOS informática Ltda. Aqueles que estão a favor, permaneçam como estão. Aprovado. Solicita ao Tribunal de Contas o processo referente à CTIS Informática Ltda., também de autoria do Senador Sibá Machado. Pergunto se há aqui—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o mesmo processo?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não. Esse é outro. É CTIS, é o requerimento nº 185.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está se investigando o quê, no caso aí, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu vou ler aqui para a V.Exa. Pelo que consta no procedimento e seus apensos de Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a FINATEC subcontratava o pagamento de todos os seus contratos. O procedimento supracitado dá conta de que o contrato celebrado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu concordo e quero louvar o Senador Sibá Machado, em querer apurar as ações do Governo. E espero que seja do atual Governo, que não traga, de novo, uma crise aqui para... Para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, fica em votação. Aqueles que votam a favor, permaneçam como estão. Fica aprovado. Requer o Senador Sibá Machado a transferência de todos os documentos que foram apreendidos pela Polícia Federal na operação “Rodin”. É o Requerimento de nº 186. Não havendo quem queira—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, que operação... Que operação é essa, Rodim ou Rodin?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Rodim. Eu posso ler a V.Exa. Aqui está escrito Rodim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É Rodim ou Rodin?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, aí é uma simbiose com o francês, depende de quem lê. Pode ser Rodim ou Rodin.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, pode ser aí uma sigla de outra ONG.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É Rodin. No dia 06 de novembro de 2007, a Receita Federal do Brasil, em conjunto a com Polícia Federal e o Ministério Público, realizou operação Rodin, que desarticulou uma organização criminosa que desviava recursos do DETRAN, utilizando fundações universitárias e empresas administradas por laranjas. A investigação constatou que o grupo de pessoas atuava no DETRAN do Rio Grande do Sul, efetuando contratos sem licitação, usando a intermediação da Fundação de Apoio à Universidade de Federal de Santa Maria. Os serviços eram contratados para a realização de avaliação teórica e prática da habilitação de condutores de veículos—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está justificado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço aos senhores. Coloco em votação. Fica aprovado, então, também o Requerimento nº 186. Requerimento 187 é do Senador Alvaro Dias, está sobrestado. 188 também está sobrestado. 189, 190. 191 é do Senador Heráclito Fortes. Peço a V.Exa. se deseja sobrestar ou se deseja...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Consultar ao líder Sibá se há consenso para esse pedido de informação, no mesmo sentido que V.Exa. também faz, em relação à operação Rodin.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Requerimento 191. Ele requer que a FINATEC apresente todos os contratos—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o Item 36.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero dar uma opinião a respeito desse Requerimento do Senador Heráclito Fortes. Eu acho que, a despeito de não tratarmos aqui de repasses das administrações municipais e estaduais para as ONGs, eu considero que o fato da investigação da FINATEC foi tida uma... Apesar de ter sido regular, mas com fortes controvérsias nas informações que eles prestaram aqui, eu considero que nós deveríamos aprovar o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Temos o voto-parecer do Sr. Relator. Senador, há consenso?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu tenho o entendimento, Sr. Presidente, que o Requerimento vai puxar um assunto que essa Comissão vai ter muita dificuldade de ter um fechamento, que é trazer recursos que envolvam qualquer outra instituição que não da esfera federal, que é o motivo desta Comissão Parlamentar. Essa Comissão vai trabalhar sobre as ONGs e recursos federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas será que esses aqui não têm recursos do Banco Mundial? Que aí se enquadra no—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, mas aí não é o caso, porque aqui está citado nominalmente recursos dos municípios. Transferências de recursos dos Municípios e de Estados. Porque, obrigatoriamente, nós temos uma gama de novas e outras Prefeituras e Estados que não apenas esses, que não queremos aqui fazer, digamos assim, um entendimento que hora serve para um e não serve para o outro. Então, eu, entendendo dessa maneira, eu solicito... Encaminho contra o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, eu vou colher os votos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, então, já que não há consenso. Eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vai sobrestar também o seu Requerimento. Senador Alvaro Dias, são os próximos. Senador Sérgio Guerra está ausente. Não sei se... “Requer seja franqueado o acesso do acervo documental da CPI da Pirataria”. Da biopirataria, desculpe. Eu pergunto se há consenso em relação a...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): 192?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): 195 já.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o 40, Item 40.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É o Item 40. Eu acho que é melhor retirar. Então, se não há consenso, e esperar quando ele estiver presente para ele fundamentar. Não há consenso. Então, não havendo mais nenhum Requerimento, eu agradeço a presença de todos os Senadores... Pois não, Sr. Relator?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): 141.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): 141 é o mesmo do Sérgio Guerra.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ah, Sérgio Guerra?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Em seguida, nós comunicaremos ao Srs. Senadores da data da próxima Reunião. Agradeço a todos. Está encerrada a presente Sessão... Ainda essa semana.

Sessão encerrada às 16h42.

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS Nºs 217 E 1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2008, às onze horas e vinte e cinco minutos, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à oitiva do Senhor Cornélio Farias Pimentel, Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação do Banco Central do Brasil.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente;
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo número regimental, eu declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201 de 2007 e aditadas pelos Requerimentos nº 217 e o Requerimento nº 1.324 de 2007, que foi lido em 08 de novembro. Composta de 11 Senadores titulares e 07 suplentes destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para as Organizações Não-Governamentais – ONGs e para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos no exterior a partir do ano de 1999 até a data de 08 de novembro de 2007.

A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa, coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura, os que a aprovam permaneçam como estão. Está aprovada.

Esclareço que a presente Reunião destina-se à oitiva do Sr. Cornélio Farias Pimentel que é o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Finan-

ceiro e de Gestão da Informação do Banco Central. E queria convidar o Dr. Cornélio para fazer parte da nossa Mesa, por favor.

Eu gostaria de informar também que estava convocado para hoje o Sr. Alexandre Lima que é o Diretor da Editora da UNB, mas ele encaminhou através de seu advogado um ofício com um atestado médico pedindo a licença por até 60 dias, por mais de 60 dias. E essa posição nos inquietou por entender que havia uma protelação deliberada. E, nesse sentido, nós pedimos à uma junta médica do Senado que fizesse uma visita ao Sr. Alexandre e constatasse realmente a necessidade dessa postergação por 60 dias. E a junta médica afirmou que o Sr. Alexandre tem as condições de saúde aptas para fazer o seu depoimento, de tal forma que ele está em condições e o atestado anterior fica desprezado.

Dessa forma, conversava com o Relator, Sr. Relator agora, Senador Inácio Arruda, para ver o que nós vamos fazer em relação a isso. Mas o advogado do depoente se prontificou, se colocou à disposição para o dia 22. E ele será convocado, então, para fazer o seu depoimento no dia 22, ou seja, na próxima terça-feira e por esta razão ele não fará o depoimento hoje.

Nós temos aqui também uma carta do Senador Alvaro Dias que encaminha para essa CPI um depoimento do Dr. Cláudio Esteves de Oliveira que ele é brasileiro, médico, Presidente da Organização Não-Governamental Urihi – Saúde Yanomami, onde ele autoriza voluntariamente a quebra irrestrita dos sigilos bancários da Entidade supracitada, assim como os seus próprios sigilos bancários e fiscais pela Comissão Parlamentar de Inquérito, denominada a “CPI das ONGs”.

Nós vamos depois avaliar da necessidade desse procedimento. Tem também da Fundação Consciarte, um ofício que eu gostaria de ler onde ele informa que foi citado pelo Senador Alvaro Dias, através do Requerimento nº 128/7, informação do COAF sobre a Fundação Consciarte(F). O referido Requerimento foi aprovado pela Comissão. Esses dados já chegaram, e como nós fizemos em relação ao Sr. Jorge Lorenzetti, nós vamos disponibilizar também os dados do COAF.

Eu gostaria, então, de pedir ao Dr. Cornélio Farias Pimentel que é o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação do Banco Central do Brasil para que o senhor possa fazer a sua exposição.

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Bom dia a todos. Primeiramente, queremos agradecer a oportunidade do convite, a oportunidade oferecida para trazeremos a nossa contribuição enquanto serviço público, enquanto Instituição Pública para o trabalho dessa CPI. E, de antemão, dizer que é uma satisfação estar

aqui, e que estamos à disposição para contribuir naquilo que for possível.

Nós estamos trazendo aqui uma breve apresentação, alguns *slides*, são meia dúzia de *slides*, onde nós procuraremos, de forma didática, mostrar como funciona o sistema de câmbio do Banco Central. De antemão, cabe um esclarecimento que: operação de câmbio é toda e qualquer operação de troca de moeda. Não é? Muito simples. O sistema de câmbio ele funciona no Banco Central, no sistema de informações do Banco Central e nele são inseridas todas as informações de câmbio realizada no país pelas diversas Instituições autorizadas a operar em câmbio. Eu não sei se a visualização é boa aqui dos *slides*, se for possível diminuir um pouquinho aquela luz próxima.

Bom, não é novidade para ninguém que no Brasil nós vivemos já algum tempo o sistema de câmbio livre, né, então, nós temos dois sistemas no Brasil – que é o mercado de câmbio de taxas livres, que é negociado livremente e – a transferência internacional em Reais. Então, são dois sistemas, duas operações que constituem um mercado de câmbio no Brasil.

Como eu mencionei já... Esse sistema é hospedado no computador do Banco Central, cada operação de compra ou de venda de moeda realizada no sistema em todas as Instituições autorizadas pelo Banco Central a operar em câmbio, elas são realizadas mediante a emissão de um contrato de câmbio. Esse contrato ele é gerado no sistema do Banco Central no chamado “SISBACEN” e registrado. Então, todas as informações estão hospedados no Banco Central e são feitas, na maioria delas, em tempo real. No momento em que fecha o contrato, a emissão do contrato vai para a impressão para a assinatura das partes. E essa informação, então, registrado nesse banco de dados do Banco Central. Os senhores podem imaginar que é um banco de dados bastante robusto e com um volume considerado de informação, considerando o volume de operações realizadas no Brasil e, naturalmente, considerando o tamanho do Brasil e da economia do Brasil.

E esse sistema, todo esse processo de registro, ele tem uma regulamentação específica que é o regulamento de câmbio. É obrigatório, então, o contrato de câmbio via sistema informatizado, não tem outra forma de contrato de câmbio – se houver outra forma, ela estará irregular e fora da normatização. Toda e qualquer operação de troca de moeda, ela tem que ser necessariamente realizada através do Sistema do Banco Central, e cujo contrato é, inclusive, padronizado de acordo com a normatização e legislação vigente no Brasil. Ao fazer a operação se comparece à Instituição

operadora, emite o contrato assinado e é feito, então, a troca de moeda. Vamos em frente.

Quem são os agentes? Aqui, nós temos mencionados os bancos, a grande maioria dos bancos que estão autorizados, com ou não intermediação de corretora de câmbio – pode ser feito diretamente, se eu precisar viajar eu posso ir a qualquer um dos bancos, Banco do Brasil, por exemplo, e troco os Reais que eu julgar necessário, comprando o dólar que eu precisar para viajar e vice-versa. No retorno eu quero desfazer a operação, eu faço a operação inversa, vendendo a moeda estrangeira que eu comprei inicialmente, com base no contrato que eu havia feito no momento da compra dessa moeda.

Outros agentes são as corretoras de câmbio que têm um sistema organizado de empresas que tratam especificamente, especializadas nessa área de câmbio, né? Também outras distribuidoras de valores, sociedade de crédito, lançamento de investimento. E também agência de turismo e meio de hospedagem que podem realizar operações com o limite estabelecido, valores de pequena monta, mas que podem também atuar como agente nesse mercado na troca de moedas.

Que operações são cursadas? São todas as operações comerciais, operações financeiras e operações interbancárias, ou seja, é uma operação de exportação, de exportação. O câmbio, no momento da troca de moeda, essa operação é registrada no sistema do Banco Central e um investidor internacional quer operar no Brasil, ele necessariamente o ingresso desse recurso, como todos sabem, no Brasil a moeda estrangeira não tem curso livre – é somente o Real, a moeda nacional. Então, o investidor ao ingressar no Brasil é necessariamente terá que fazer o câmbio convertendo essa moeda estrangeira para a moeda nacional. E a partir desse momento, ele vai fazer a sua aplicação e usufruir todos os benefícios como se fosse investimento nacional.

Finalizado esse período de investimento, ele faz a operação inversa, né? Ele compra a moeda estrangeira para ser remetida ao exterior, e todas essas... Ambas as transações tanto de ingresso, quanto de saída estão registradas no Sistema do Banco Central. A operação de câmbio é toda ela registrada. E as operações interbancárias, naturalmente também, toda registrada no Sistema do Banco Central. Podemos ir à frente.

É... E, aqui, como é que funciona o mecanismo? Para que um investidor estrangeiro, enfim, qualquer ingresso de moeda no Brasil, ele necessariamente terá, antes de fazer a operação de câmbio propriamente dita, ele tem que abrir uma conta corrente num banco brasileiro – essa conta de “não residente”. Nessa conta, então, será creditado o produto da conver-

sação de moeda que ele está se propondo naquele momento. A partir desse momento, como eu disse, o trânsito e a movimentação é livre em moeda nacional, isso vale para todas as operações comerciais e financeiras também.

O que tem nesse contrato? Que informações aparecem? Mais a diante nós vamos mostrar algumas telas que são apenas cópias do sistema propriamente dito, né? O sistema SISBACEN é um sistema bastante antigo, com certa inflexibilidade até na sua operacionalização. Mas o mercado que opera nesse mercado de câmbio já é familiarizado com esse sistema.

O que nós temos nesse contrato e, conseqüentemente, no sistema que o sistema registra exatamente o contrário? Nome de quem está fazendo a operação; o CNPJ; o endereço da Instituição – isso me refiro à instituição financeira ou à instituição operadora em câmbio, né, banco, corretor, enfim, já mencionado anteriormente; o nome do cliente com a sua identificação, o CNPJ ou CPF e um respectivo endereço; a data da contratação e da liquidação da operação; a moeda que está sendo realizada a operação; a taxa de câmbio equivalência em Reais e a natureza da operação, se é investimento, se é operação comercial, enfim. E o nome do recebedor e o pagador no exterior, ou seja, o ingresso ou o envio de moeda.

E, aqui, nós podemos ver na sequência é apenas uma cópia da tela do sistema. Então, o sistema operador... A instituição operadora entra no SISBACEN e, aí, vem essa tela aonde ele vai preenchendo todos os campos e ao final ele comanda a impressão do contrato. E assim são várias para cada uma aqui das operações. Aqui, no caso é um ingresso financeiro, nós temos aqui uma remessa financeira e por último uma transferência interna de recurso, tanto débito quanto crédito, né?

E com isso eu encerro e me coloco à disposição para questionamento dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, no caso Sr. Cornélio Pimentel, agradecer a oportunidade de nós discutirmos esse tema que não é muito familiar, digamos assim, para o conjunto da população, mas tem um conjunto pequeno de brasileiros que trabalham muito nessa área. Normalmente faz a bolsa cair, subir e etc.

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Está certo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): No popular são conhecidos por “especuladores”, especulam para todo o lado. Mas o nosso

intuito, aqui, na CPI, ao convidar uma representação do Banco Central, era de termos uma informação, que para nós é muito importante, porque muitas Organizações Não-Governamentais brasileiras atuam com recursos oriundos do exterior, esses recursos vêm de outras Organizações Não-Governamentais, às vezes, de Instituições Paraestatais e mesmo de Instituições Estatais, de Governos. Algumas Organizações ligadas à própria Nações Unidas remetem recurso para programas, e esses programas são desenvolvidos no país através de Organizações Não-Governamentais.

Então, o Banco Central, ele tem um cadastro dessas remessas para as instituições dessas naturezas, que não são organizações nem de natureza privada – no sentido de empresas que auferem lucro, por isso, eles são naturezas privadas – mas são consideradas no outro conjunto de organizações que são as Associações e Fundações. Então, nós temos possibilidade de ter uma informação como essa, se eu precisar, eu quero saber das informações das ONGs que receberam dinheiro do exterior. Nós temos esse cadastro ou você tem um cadastro único para todos?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Posso responder. Na verdade o cadastro é único, Senador. Nós não temos uma identificação específica. Como eu mostrei, o contrato traz apenas o CNPJ e o nome da instituição. Quer dizer, o nosso entendimento isso não é suficiente para identificar o tipo de instituição, né? Como nós temos só o CNPJ e o nome, não tem maior detalhamento... Fins dela, e assim por diante... Não temos nesse sistema.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso serve para entrada e também para saída?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Também para a saída.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É o mesmo modelo?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer, nós não temos, a partir do Banco Central, um controle de informações de se instituições dessa natureza estão remetendo recursos para o Brasil, nem se o Brasil está remetendo recurso para o exterior?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Não. Identificado separadamente, não. Nós temos o conjunto de todas as operações realizadas, o banco de dados – o senhor pode imaginar – é enorme, né? Mas, infelizmente, nós não temos esse nível de detalhamento da informação... Já que o contrato, que é a base dessa

informação, registra tão somente o CNPJ e a nome da instituição.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer, se nós quisermos receber do Banco Central essa informação, se requeremos ao Banco Central essa informação, o Banco Central terá dificuldades para fazer essa identificação?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Somente se nós tivermos uma relação do CNPJs, quer dizer, eu tenho uma identificação, aí, eu posso varrer o banco dos dados e identificar as operações realizadas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer, nós primeiro teríamos que recolher o CNPJ e CPF dos dirigentes e das entidades, e só assim o Banco Central teria condições de nos encaminhar uma solicitação nessa natureza.

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tanto para entrada quanto para saída. E o Banco Central também nunca... Ele já teve alguma preocupação nesse sentido? Há uma preocupação do Banco em realização a essa questão?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Olha, desculpe, se já posso... Na verdade, como o sistema do mercado de câmbio ele é regulado e é pelo Banco Central, existe no bojo dessa atribuição também uma preocupação com as operações que estão realizadas. E a gente tem algumas ferramentas que faz alguns, são mais ferramentas estatísticas, digamos assim, para identificar eventualmente alguma operação fora de padrão.

Mas eu quero dizer que existem duas formas de irregularidade, ou a forma de irregularidade do contrato propriamente dito da operação em si, no preenchimento do contrato, ou eventualmente uma operação que possa ser identificada com algum indício de lavagem de dinheiro. Isso eu diria assim... É bastante limitado, o volume que se tem, porque os elementos que nós dispomos não são tantos para poder fazer uma avaliação mais aprofundada, né?

Mas a ferramenta que nós temos, apesar de limitada, levanta eventualmente algum indício. E quando levantado, a gente então... Adotada o procedimento de comunicação ao COAF – se envolver indício de lavagem de dinheiro – que é a organização responsável por essa área de combate à lavagem de dinheiro. E, eventualmente, comprovado algum indício dessa operação, ou havendo algum indício de ilegalidade, também há a comunicação ao Ministério Público.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O que seria uma operação fora de padrão? É o volume de recurso transportado?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: É eventualmente o volume de recursos e, digamos assim, com alguma característica de identificação, porém de valores iguais, num determinado período, numa determinada concentração. É alguém que nunca operava em câmbio e de repente aparece lá com várias operações, às vezes, com valores relevantes. E aí é, às vezes, é um CPF, por exemplo, a gente percebe que pode ter alguma... Algum indício de irregularidade ali. E, aí, normalmente se faz alguma... Aprofunda um pouco essa questão.

Digamos que eu identifique alguma possibilidade de irregularidade na operação em si, aí é o momento da gente sinalizar para a supervisão direita e alguém vai à Instituição que realizou a operação e verifica a documentação. Em comprovado, ficando mais evidente essa possível irregularidade, aí, então, é feita a comunicação aos Órgãos competentes.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na verdade, o sistema de controle nosso tanto para a entrada quanto para a saída, ele do ponto de vista de identificação, porque o que nós identificamos é o seguinte: é meramente uma operação de câmbio.

O Banco Central não está preocupado em ficar identificando se é uma empresa de construção de materiais, se é uma organização social. Quer dizer, essa natureza não é preocupação do Banco Central.

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: A não ser que seja uma evidência assim muito... Que salte aos olhos, né? Porque as ferramentas são relativamente limitadas – considerando o volume e o tipo de informação que nós dispomos, né?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o Banco consideraria a hipótese de ter algum tipo de controle maior? Porque eu sei que fica muito fragilizada a ação do país. Quer dizer, você nessas informações, quer dizer, a informação que eu posso ter é a informação que consta quando qualquer um de nós formos viajar e precisarmos comprar moeda é a mesma, é como se fosse uma empresa, como se fosse...

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Independente do valor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Então, você não tem assim um mecanismo de controle maior. O senhor considera que é possível existir um mecanismo de controle maior? O Banco tem preocupação nesse sentido? Já foi instado a tratar desse assunto ou não?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Na verdade, eu acho que caberia aqui uma retrospectiva, se me permite, Senador.

Até alguns anos atrás, quando o país vivia na situação bastante apertada, digamos de reservas internacionais, havia um controle extremamente rigoroso para todas as operações realizadas, né? Cada centavo que saía das reservas era uma preocupação do Governo.

Hoje, felizmente, estamos numa outra realidade. E ao longo desse tempo mais recente, vem havendo um esforço, inclusive, por parte do Governo, da desregulamentação de câmbio; tentando buscar um padrão internacional onde alguns países desenvolvidos, cada pessoa tem liberdade de comprar, vender, fazer as operações que lhe convém, né? E nesse sentido é que a gente percebe esse movimento de liberalização das normas e desregulamentação do câmbio, permitindo essa liberdade, então, da sociedade operar.

Na verdade, eu acho que não caberia a gente impor limites quando estaria num processo inverso, digamos, que a maioria, a grande maioria das operações que transitam pelo sistema são operações regulares de importadores, exportadores, pessoas físicas, jurídicas que têm transação com exterior. E aos poucos, que eu diria, que eventualmente utilizam esses sistemas para fins indevidos, eu diria que seria marginal, né? Então, impor a uma restrição nesse sentido, talvez nós estivéssemos impondo, pagando o justo pelo pecador, né? Nesse particular, considerando o papel do Banco Central, eu não vejo sinceramente de que forma a gente poderia, eventualmente, avançar ou aprofundar mais.

Considerando o volume de operações que são realizadas no sistema e considerando, também, que a atribuição de combate à lavagem do dinheiro é do COAF e não do Banco Central – a nós cabe levantar os indícios e passar para investigação que julgada necessária eventualmente no COAF ou mesmo no Ministério Público, né? Eu não sei, eu esse sistema...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer, operar no sistema é... Geraria mais dificuldades para quem quisesse atuar na lavagem de dinheiro. Então, que se transporta por outros meios e não pelo sistema?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Na verdade, diria que provavelmente boa parte das operações ilícitas, elas não transitam por esse sistema e quando transitam eventualmente, elas são dissimuladas. Como eu mencionei, às vezes, usam, por exemplo... Isso já se observou em alguns casos em que se observa, por exemplo, um CPF de alguém que nunca apareceu e de repente começa operar lá num dia, ele faz várias operações. E isso, às vezes, chama a atenção e a gente vai investigar um pouco mais, vai identificar o CPF daquela pessoa e aí consegue chegar aprofundar um

pouco mais a questão. Muitas vezes é um laranja, aí nesse caso a gente faz a comunicação ao Ministério Público, ao COAF que vai adotar os procedimentos aí da frente, né?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Certo. Nós fizemos uma solicitação à Receita Federal que depois de um bom tempo ela compreendeu o que nós desejávamos. Que era simplesmente termos uma relação do CPF, dos CNPJs, CPF dos dirigentes e CNPJs das Organizações Não-Governamentais. A Receita, naturalmente, se cobriu de proteção, porque inicialmente se entendia que era uma quebra de sigilo fiscal, mas, ao final, nós mostramos para a Receita que não se tratava disso – de quebra de sigilo fiscal – mas, simplesmente, nós gostaríamos de ter esse CPF e esse CNPJ porque ele poderia ensejar a CPI, se desejar, ter acesso às informações que só o Banco Central dispõe, mas que só seriam colocadas à disposição da CPI através do CPF e do CNPJ. E a minha pergunta final é nesse sentido: Se a CPI apresentar uma relação, então, de CNPJs e CPF, nós temos condições de identificar os volumes de recursos destinados ao exterior e oriundos do exterior para as Organizações Não-Governamentais?

SR. CORNÉLIO FARIAS PIMENTEL: Condições nós temos, o sistema permite fazer isso. Eu só não poderia responder as minhas preocupações da Receita, talvez devamos levar também a nossa procuradoria para avaliar essa questão. Mas é perfeitamente possível, os dados estão disponíveis. Isso é possível – varrer o banco de dados dentro de um período considerado para se levantar operações vinculadas a esse CNPJ ou CPF, isso é possível.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok, Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É, a nossa intenção é, Dr. Cornélio, era exatamente saber quantas ONGs e OSCIPs recebem recursos internacionais, qual é o valor, né? E a finalidade, onde que está concertado esse repasse de recurso, até em relação à questão da Soberania Nacional, a questão do uso da Amazônia, quer dizer, é isso que nós estamos procurando, nessa linha que o Relator e a CPI está querendo buscar os dados.

Mas ficou claro que esses dados não estão disponíveis, e eles teriam que ser resultado de um levantamento individual pelo CNPJ ou pelo CPF de cada um, é exatamente isso. Então, eu acho que não há razão para aprofundar esse nosso debate, porque nós estamos exatamente nessas circunstâncias.

Então, eu consulto o Relator, mas eu acho que... Eu entendo como satisfeito. E quero agradecer a sua presença, sua participação.

Nós vamos avaliar, agora, que tipo de procedimento a gente vai adotar para chegar ao resultado que nós queremos. E nós vamos acertar com o Relator se faremos ainda uma Reunião no dia de amanhã ou se ficará marcada a próxima para o dia 22, é uma questão de avaliar agora. Que essa semana nós estamos com três Senadores – membros efetivos – em viagem, então, teremos dificuldades. Mas aí a gente combina na parte da tarde, se for o caso ainda dá para convocar.

Então, eu agradeço a presença de todos e fica muito agradecido ao Dr. Cornélio e ao Banco Central e fica... Estaremos...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Excelência, eu gostaria apenas de comunicar, não daria até para hoje evidentemente, mas nós solicitamos uma. Ficamos na expectativa de que o Senador Heráclito pudesse apresentar, como ele não apresentou o Requerimento, nós já apresentamos. Estamos dando entrada agora na Mesa da Comissão Parlamentar de Inquérito e o Requerimento solicitando aquela acareação que nós ficamos de realizar, e eu acho que nós não podemos mais postergá-la, em função do prazo que nós temos, mesmo com qualquer ampliação – que eu tenho assistido as notícias pelos jornais – qualquer possível ampliação do prazo da CPI em qualquer circunstância, eu acho que nós devemos fazer aquela acareação, porque ela ficou pendente aqui na nossa Comissão fruto daquele embate entre o Ministério Público e o dirigente da FINATEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Isso nós temos que aprovar um Requerimento. Ok. Então, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 11h54.

Senador Raimundo Colombo, Presidente.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS Nºs 217 E 1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APU-RAR NO PRAZO DE SESENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

ATA DA 18ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2008, às onze horas e vinte minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à oitiva do Senhor Alexandre Lima.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente; **Inácio Arruda** (PCdoB-CE) – Relator; **Lúcia Vânia** (PSDB-GO) – Vice-Presidente; **Wellington Salgado** – (PMDB-MG); **Alvaro Dias** – (PSDB-PR).

Estiveram presentes os Senadores José Agripino Maia e Antonio Carlos Júnior, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo número regimental, eu declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 201/2007, editada pelos Requerimentos nº. 217/2007 e o Requerimento nº. 1324, também de 2007, que foram lidos em 08 de novembro de 2007, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais, as ONGs, e para organizações de sociedade civil de interesse público, as OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 99, até a data de 08 de novembro de 2007.

A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Fica aprovado.

A CPI encaminhou ofício nº. 042/2008 para S. Exa., Sr. Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, reiterando o pedido de documentos, que foi feito no dia 05 de novembro de 2007, que até a presente data não foi encaminhado; ele diz respeito à relação das organizações não-governamentais que têm recebido recursos da PETROBRAS entre 99 e 2007.

A Reunião de hoje tem como função a oitiva do Dr. Alexandre Lima. Ele assinou o termo de compromisso, onde o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e o que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º inciso LXIII da Constituição Federal.

Eu peço à Secretaria que faça a entrada do Sr. Alexandre Lima. Eu concedo a palavra ao Dr. Alexandre Lima para sua exposição.

SR. ALEXANDRE LIMA: Sr. Senador Raimundo Colombo, Presidente dessa Comissão, Senador Inácio Arruda, Relator dessa Comissão, Srs. Senadores, demais presentes, meu bom-dia. Eu gostaria de discorrer um pouquinho sobre a minha vida na Universidade, como é que é... Como se deu a minha vida profissional, como se deu a minha participação, então, como Diretor da Editora Universidade de Brasília, numa explanação rápida, só para que vocês possam se pontuar.

Eu fui admitido na Universidade, por concurso público, em 1979. De lá para cá, eu exerci funções de responsável pela área comercial da Editora da Universidade, eu sempre foi lotado na Editora da Universidade, vice-Diretor da Editora, Diretor da Editora, por último, agora, Diretor Executivo da Editora. E ainda acumulei, nesse período de 2007, a Diretoria interina da Agência de Desenvolvimento Institucional, recém-criada pelo Conselho Diretor da Universidade.

A Editora da UnB foi criada em 1961, ela consta da mesma lei que criou a Universidade. É uma... Uma unidade da Universidade; ela não tem personalidade jurídica própria, ela é uma unidade administrativa da Universidade. No período de 61 a 1993, ela publicou cerca de 1200 títulos, se tornando referência no mercado editorial universitário brasileiro, referência para várias Editoras; várias Editoras universitárias brasileiras seguiram o modelo da Editora Universidade de Brasília.

A partir de 93, de 1993, quando eu fui designado Diretor da Editora, até 1993, a Editora contava com recursos do orçamento ordinário da Universidade, ou seja, ela era totalmente subsidiada para pagar o pessoal, para pagar as publicações, para executar as suas atividades. De 93 para cá, quando eu assumo a Diretoria da Editora, por questões de dificuldade de recurso dentro da Universidade, a Editora não mais contou com recursos do orçamento oficial, nem para produção das suas publicações, nem para pagamento de pessoal; ela contava com quadro mínimo de pessoal do próprio quadro da Universidade, o restante das pessoas eram todas terceirizadas. Então, a Editora não contou, nesse período de 93 até hoje, com recursos do orçamento oficial da Universidade; ela teve que buscar formas de se viabilizar financeiramente, o que a difere das 99% das Editoras brasileiras. Todas as Editoras universitárias brasileiras contam com subsídios das suas instituições. A única que tem essa peculiaridade, e não é por uma questão de querer, mas é uma questão de imposição da Universidade, que não conta com essa peculiaridade, é a Editora da Universidade de Brasília.

Bom, diante dessa falta de recurso e da pressão, isso já a partir de 93, e da pressão por parte da comunidade, pela publicação dos livros que ela apre-

sentava, a Editora recebe, em média, eu não sei nos últimos dois anos, eu me afastei um pouco da atividade editorial, mas, enquanto eu Diretor, ela recebia cerca de 30, 40 originais para examinar por mês. As reuniões, realmente, do Conselho Editorial, eram reuniões bastante longas pela quantidade de originais que a Editora recebia. Isso demonstra a grande capacidade de produção intelectual que a UnB tem.

Diante dessa falta de recurso e dessa pressão por publicações, que é natural da comunidade acadêmica, e, com base no hábito da Reitoria de 1988, que foi complementado em 1992, outro ato da Reitoria, que dizia que uma das obrigações do Diretor da Editora era buscar fontes de captação de recursos; ele exercia um papel de captador de recursos. Se o senhor me permitir, eu vou ler só o trechozinho que está na Resolução, o ato da reitoria: “Cabe ao Diretor da Editora da UnB definir políticas e formas de captação de recursos e, ainda, propor à Reitoria a assinatura de contratos e convênios que atendam aos objetivos da instituição”. E, com base nisso, e diante dessa falta de recurso, é que nós definimos três pilares, para a Editora não parar, nós definimos três pilares para a Editora poder funcionar, poder atender à demanda da comunidade.

O primeiro pilar, de sustentação financeira, que é o mais natural, que seria a venda das publicações, aliás, que é outra referência, que a Editora se tornou no Brasil, como Editora universitária. Todos os senhores viajam de aviões, devem conhecer aquela loja que existe no aeroporto, é uma iniciativa nossa; nós já tivemos lojas no aeroporto do Rio de Janeiro, no aeroporto de São Paulo, no centro de Rio de Janeiro, no aeroporto de Recife. Quer dizer, nós estabelecemos uma rede de comercialização bastante agressiva, com participação agressiva em feiras e eventos nacionais e internacionais, além de distribuidores autorizados em todo o território nacional. Esta foi a primeira... O primeiro dos pilares que nós pensamos para garantir o funcionamento da Editora.

O segundo pilar foi o estabelecimento de parcerias estratégicas com outras instituições congêneres ou instituições públicas do Governo, como tem o exemplo de uma que foi muito interessante para a Editora e também para a outra instituição, com a Imprensa oficial do Estado de São Paulo. Em 1999, na época, o Governador era no final do Governo Covas e início do Governo Alckmin, nós firmamos uma parceria importante com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, onde estabelecemos um programa ostensivo de co-edições entre as duas instituições; a Imprensa Oficial queria ter uma linha de publicação e procurou algumas Editoras-referência no mercado editorial para

ser a sua parceira nesse intenso de desenvolver essa atividade editorial.

Além desse programa intenso de co-edições, nós firmamos ainda outras parcerias, como uma série de feiras que nós organizamos no interior de São Paulo, nas principais cidades do interior de São Paulo; nas bienais do livro, Rio e São Paulo também, e ainda a Imprensa Oficial, nesse período, prestou serviços para a Editora Universidade de Brasília, prestou serviços gráficos, utilizando o parque industrial que ela tem, e a Editora, dentro desse contexto de prestação de serviços, também prestou serviços para a Imprensa Oficial, organizando o arquivo histórico dos Diários Oficiais do Estado, desde a criação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, até a data do contrato, que eu não me recordo, mas, se não me engano, era 2002, 2001, alguma coisa assim; eu me recordo que eu cheguei à Imprensa Oficial e tinha lá uma quarta de futebol de salão, com os diários oficiais todos cobertos com lona plástica. Então, nós fizemos o trabalho de organizar isso, como prestação de serviços para a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Essa parceria... Esse tipo de parceria que foi um dos pilares importantes para essa manutenção da Editora.

E o terceiro pilar que nós definimos é a prestação de serviço, conforme previa esse ato da Reitoria de 1988, reforçado por outro, complementado por outro ato de 1992, seria estabelecer parcerias para... Com vistas à prestação de serviço, via assinaturas de contratos, utilizando toda a Universidade, o conhecimento que a Universidade tinha para oferecer para a sociedade. Um dos contratos que é muito interessante, até vale citar, é um que nós temos com o Senado Federal, de restauração das obras raras da Biblioteca do Senado Federal, que foi firmado há cerca de três anos atrás e nós estamos executando esse contrato até hoje.

Eu ressalto que todos esses contratos que nós firmamos, a Fundação Universidade de Brasília, lembro, a Editora é uma unidade acadêmica da Universidade, é um órgão complementar da Universidade. Falo “nós”, Universidade de Brasília, todos esses contratos assinados pela Universidade de Brasília foram objeto de análise por parte da Procuradoria jurídica da nossa Universidade, pela nossa área de convênios e contratos da Universidade, e todos eles foram firmados pelo Reitor da Universidade de Brasília.

A Editora, vale ainda ressaltar, a Editora não era a única unidade, e não é a única unidade, dentro da Universidade, que presta serviços; nós temos o CESPE, que presta serviço na área de concursos, com muito sucesso, o melhor do Brasil; nós temos o CDT; o CFTruck, na área de transporte urbano; o CEDOC, que é na área de documentação; Centro de Excelên-

cia de Turismo, que é um centro que a Universidade tem, que atua na área de turismo. Então, várias outras unidades administrativas da Universidade prestam serviços para a comunidade.

Com base nesse pilar, com base nessa estrutura, nós pudemos, nesse período de 93 até 2007, nós pudemos publicar, garantir a publicação, sem qualquer subsídio da Universidade... Tem uma, uma coisa eu me lembrei ontem à noite, que eu gostaria de falar, até aluguel das instalações que nós utilizamos da Universidade, fora do Campus, nós fomos obrigados a pagar para a Universidade. É obrigado a restituir esse aluguel para a Universidade. Então, para vocês verem que a busca dos recursos para viabilizar nossas ações é uma busca incansável. Mas, com base nesse trabalho, com base nesse trabalho, de 93 até 2005, nós conseguimos publicar mais de 800 títulos. Nós conseguimos atender à comunidade publicando, mais de 800 títulos do programa editorial da Universidade.

Além disso, nós ainda pudemos proporcionar aos funcionários, professores e alunos desconto nas livrarias da Editora, subsidiados, de 40 a 50% do preço de capa. Ou seja, todos os alunos e professores e funcionários da Universidade, que apresentarem a sua carteirinha nas nossas livrarias, têm um desconto de 40 a 50% no preço de venda dos livros publicados pela Editora. Então, quer dizer, além da publicação, nós pudemos oferecer ainda esse subsídio.

Mas com o crescimento dessa nossa área de prestação de serviços, foi que, em 99, resolveu-se, para que não houvesse choque de atividades, ou seja, a atividade de prestação de serviço se confundir com a atividade de produção de livros que, em 93, se não me engano, 99, desculpe, fez-se uma divisão, dentro da estrutura da Editora, criando uma área específica de prestação de serviço, ou seja, você tinha um grupo de funcionários, um grupo de pessoas que trabalhavam exclusivamente na prestação de serviços e tínhamos outro grupo, que tratava exclusivamente da produção das obras que eram aprovadas pelo conselho editorial, ou seja, que cumpriam a atividade-fim da Editora da Universidade. Aquela outra estrutura de prestação de serviços, ela era uma mera financiadora das atividades da Editora, haja vista a falta de recursos oficiais por parte da Universidade para o desenvolvimento dessas atividades. O último ano em que a Universidade, a Editora recebeu algum tipo de recurso oficial para publicar obras foi 1993, na gestão do professor Ibães.

Bom, com o crescimento dessa área de captação de Projetos, de execução de Projetos, de gestão de Projetos, em 2007, o Conselho-Diretor da Fundação Universidade de Brasília resolveu criar uma Agência de Desenvolvimento Institucional, e aí seria o momento

que, de fato, haveria a separação; já não estaria mais dentro de uma mesma estrutura essa área de prestação de serviço e a produção de livro. Nós estávamos, exatamente no segundo semestre, fazendo a transição, tirando toda a área de prestação de serviço da Editora e transferindo para a Agência de Desenvolvimento Institucional e... Foi uma pena porque essa criação dessa Agência de Desenvolvimento Institucional era uma alternativa, na nossa cabeça, era uma alternativa, daqui a dois anos, para a questão das Fundações de Apoio. Nós poderíamos... Já vários Projetos que eram desenvolvidos pelos professores da Universidade, principalmente da Faculdade de Direito, da Economia, que eram desenvolvidos junto às Fundações, eles já estavam sendo desenvolvidos diretamente conosco dentro da Agência, sem precisar da interveniência de uma Fundação de Apoio e o nosso plano era que, em dois anos, a gente pudesse fazer essa migração total, tirando essa dependência da Universidade.

Bom, mas essa Agência, ela foi criada com o propósito de promover e desenvolver as relações institucionais e corporativas da Fundação Universidade com os órgãos públicos, privados, com instituições públicas, com instituições nacionais e internacionais. Então, a idéia era reunir, nesse órgão, nessa Agência de Desenvolvimento, toda essa parte de relacionamento com a sociedade da Universidade. Quer queira a título de captação de recurso, ou não, mas defendendo os interesses e fazendo essa articulação com a Universidade.

Nesse primeiro momento, a Agência de Desenvolvimento... De Desenvolvimento Institucional, ela foi tratada como a unidade administrativa, assim como a Editora; esse processo de transformação da Agência ocorreria em cerca de dois anos.

Quanto à questão da saúde indígena, que é objeto da minha convocação aqui nessa Comissão, em 2004, a FUNASA convidou a UnB para participar, diante da desistência de algumas instituições que administravam a saúde indígena, convidou a Universidade de Brasília para participar desse processo, a exemplo do que já fazia Universidade Federal do Mato Grosso e a Universidade Paulista de Medicina, hoje Universidade Federal do Estado de São Paulo; convidou a Universidade para participar num trabalho de, vamos dizer, complementar as atividades da Universidade; não é um trabalho da área-fim da Universidade; é um trabalho complementar ao que a FUNASA desenvolvia.

A Reitoria, nesse momento, como faz com vários Projetos, designou a nossa unidade, o departamento da Editora, que cuida de Projetos, para fazer as tratativas e conversar com a FUNASA, para acertar todos os detalhes para que o convênio fosse assinado.

Vale esclarecer que, nos convênios... Eu gostaria até de passar para a Presidência da CPI, esse aqui são os atos que eu falei anteriormente, eu gostaria que isso ficasse nas mãos da CPI. Os dois atos da... Seria interessante, para entender o nosso trabalho. E, aqui, a Resolução que cria a Agência de Desenvolvimento Institucional. E aqui eu tenho os convênios que eu gostaria de passar também, xavante e yanomami, e, num deles, eu destaquei... Num deles, mas são iguais, eu destaquei aqui, eu frisei aqui que o convênio decreta: "Executar direta ou parte indiretamente, mediante a contratação ou convênio com Fundação de Apoio da Fundação Universidade de Brasília, nos termos da lei 8958/94, as ações necessárias à consecução do objeto desse convênio". Ou seja, a contratação de Fundação de Apoio para a execução desses convênios estava prevista nesses contratos, nesses convênios que nós firmamos. Estávamos plenamente amparados, ao firmar esses convênios.

Bom, os resultados obtidos... Os resultados obtidos pela Universidade e pelas Fundações de Apoio, na execução desses convênios, todos eles foram objetos de prestação de contas, tanto para a parte administrativa das FUNASA, as quais aprovaram devidamente, como também pela área técnica da Universidade. Todos... Todo o nosso trabalho desenvolvido era supervisionado pela parte técnica da Universidade e todas as prestações de contas técnicas eram objeto de aprovação do Conselho Indígena de Saúde, do Conselho Distrital e da Diretoria de Saúde Indígena da FUNASA. E os resultados obtidos pela nossa equipe técnica e o nosso... O pessoal que trabalhava no atendimento também, eu não trouxe impresso, mas também estão aqui nesse relatório das atividades que nós desenvolvemos, com os resultados que a nossa equipe técnica chegou. Eu... Como era gestor administrativo desses dois convênios, gestor administrativo. E eu gostaria também de passar à mão do nosso Presidente os contratos que foram firmados com a Fundação de Apoio, com base nesse contrato, que tem fruto... Desse Objeto desse convênio aí.

Bom, a UnB pôde, nesse período, conforme esse relatório, pode constatar, esse relatório que eu entreguei em DVD aí, pôde contribuir para a melhoria da saúde indígena. Além das ações pactuadas no convênio, a UnB pôde desenvolver algumas outras ações, e eu esperava que nós pudéssemos desenvolver muitas outras ainda, não fosse a instabilidade por parte da FUNASA no repasse dos recursos, eu esperava poder desenvolver coisas muito mais importantes porque nós entendemos que a Universidade, com todas as suas áreas do conhecimento, poderia oferecer muita coisa para a melhoria da saúde indígena.

Mas eu vou citar aqui algumas coisas que nós fizemos, que não estavam pactuadas: Cursos e treinamentos para os agentes indígenas de saúde e para as nossas equipes. Foi desenvolvido, pela nossa área de engenharia florestal da nossa Universidade, um Projeto sobre a otimização do uso de babaçu pela população xavante. Vários diagnósticos nós fizemos para subsidiar melhor, porque a falta de informação é muito grande; os relatórios, os sistemas que apuram os dados que fazem o acompanhamento do atendimento à saúde indígena são muito fracos; os relatórios não são muito confiáveis. Então, nós desenvolvemos vários, fizemos vários diagnósticos para nortear o nosso trabalho.

Tinha um trabalho que era muito... Um programa que é muito importante, que ia ser desenvolvido pela Universidade, que, infelizmente, teve que ser interrompido, que era o internato rural, que eu chamava de uma espécie Projeto Rondon, que era pegar os alunos nas férias e levar para as aldeias, das diversas áreas da Universidade, supervisionados por professores, para realizar um trabalho, a exemplo do que os alunos realizavam no Projeto Rondon; é o que nós estávamos denominando de internato rural. Infelizmente, esse Projeto não pôde ser implementado.

Diante desse, da dificuldade de buscar dados e de acumular dados do atendimento à saúde indígena, nós desenvolvemos um programa de gestão, que é um programa completo, que você tem condições de saber, em tempo real, a situação de cada paciente, de cada índio, porque ele previa, ficaram faltando 30 dias para concluir, mas ele previa inclusive a biometria do índio, porque o índio, você tem índio que é nômade e tudo, então, você previa inclusive o uso de biometria no atendimento do índio.

Bom, sobre a FUNSAÚDE, a minha participação era de gestor administrativo, minha função era de gestor administrativo do Projeto; eu gerava demanda, encaminhava as despesas à entidade pagadora, que, no caso, a FUNSAÚDE, a quem competia referendar o atesto, autorizar e efetuar o pagamento; a FUNSAÚDE era quem efetuava o pagamento. No caso específico da saúde indígena, esse atesto da área técnica era feito pelos departamentos, pelo Conselho de Saúde Indígena, pelo Distrito Sanitário de Saúde e pela Diretoria de Saúde indígena. Então, esse atestado técnico era feito por eles; a cada parcela que iriam liberar, nós tínhamos que submeter os relatórios técnicos e essas áreas aprovavam e encaminhavam à aprovação, para poder fazer o repasse das parcelas seguintes.

No contrato firmado com a FUNSAÚDE, ela apresentou um preço global, ou seja, ela apresentou um preço pelo trabalho que ia executar. Então, não houve repasse, quando diz assim: "Vocês repassaram para

a fundação A, B, C, D...” Não houve... Nós efetuamos um pagamento contra uma prestação de serviços que foi feita para a Universidade.

No caso da FUNSAÚDE, da saúde indígena, basicamente, o contrato era para a contratação via CLT, porque a Universidade não pode contratar celetista, das equipes médicas que faziam o atendimento da saúde indígena, nas aldeias. Então, basicamente, 85% do contrato eram para contratação de mão-de-obra; nós tínhamos mais ou menos 250 profissionais de nível superior ou de nível médio, atendendo diretamente aos indígenas. E as outras despesas que nós tínhamos eram: Manutenção das casas de saúde, eram três casas de saúde no Mato Grosso; pagávamos o pessoal da Casa de saúde de Boa Vista; alugávamos carros para ir até as aldeias; no caso do Mato Grosso, pagávamos o combustível; medicamentos emergenciais, quando a FUNASA não atendia, a tempo e à hora, nós tínhamos que comprar alguns medicamentos emergenciais, então, basicamente esse era o trabalho.

As despesas que foram noticiadas na imprensa e que não têm nenhuma natureza com o objeto do convênio, dos contratos, todas elas foram solicitadas e encaminhadas, e era o meu papel simplesmente encaminhar, o meu papel não era avaliar mérito dessas solicitações, foram solicitadas a título de apoio institucional daquela... Do Fundo de Apoio Institucional que cada fundação mantém... Mantém com a... Com a Universidade; passar também aqui a Resolução do Conselho Diretor da Universidade, que trata desse assunto de Fundo de Apoio Institucional por parte das Universidades, por parte das Universidades, que garante esse...

E a FUNSAÚDE, como remuneração pelo trabalho que ela executava, a tratativa que tinha era o ressarcimento das despesas operacionais e administrativas com faturas emitidas pela própria FUNSAÚDE, que também eu passo, faço questão de passar ao Presidente da Comissão as faturas que a Presidente da Fundação emitia contra os Projetos, a título de ressarcimento de despesa administrativa e operacional com atividade dos convênios e contratos que realizavam.

No âmbito desse convênio... Desse contrato com a FUNSAÚDE, o nosso papel, eu volto a dizer, era, única e exclusivamente, o de fazer o encaminhamento dessas demandas que nos chegavam até as nossas mãos, para a FUNSAÚDE, que tinha a incumbência de pagar ou não, ou de atender ou não a esse pedido, de avaliar o mérito da viabilidade, e não cabia a mim esse tipo de análise. Eram só esses esclarecimentos que eu gostaria de fazer e estou disponível para as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço ao Dr. Alexandre Lima e passo a palavra ao nosso Relator, Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de precisar, assim, algumas informações que eu considero que são importantes aqui para a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor é professor da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Eu sou administrador de empresas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): É administrador de empresa e foi para a entidade a convite da Direção da UnB?

SR. ALEXANDRE LIMA: Qual entidade? Na Editora?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Na Editora.

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu sou concursado na Universidade e, desde que prestei concurso, eu trabalho na Editora, ou seja, eu estou há 30 anos na Editora. Há 30 anos, eu estou na Editora, 29 anos e pouco.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): E, a partir de 93, ocupou, então, a Diretoria executiva?

SR. ALEXANDRE LIMA: A Diretoria da Editora. A Diretoria...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): A Diretoria significa o quê? O senhor é o Diretor Executivo, o senhor é o Diretor-geral?

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu era, naquela época, era o Diretor-geral. Depois, em 2006, é que criaram a Diretoria-geral e Diretoria-executiva e aí é que eu fui Diretor Executivo, passei a ser Diretor executivo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Passou a ser Diretor Executivo a partir de 2006?

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Certo. Então, hoje, o cargo é de Diretor Executivo.

SR. ALEXANDRE LIMA: Hoje, quer dizer, não mais. Eu pedi dispensa, não mais sou o Diretor Executivo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): O senhor exerceu, até o dia que deixou a Editora, o senhor exerceu o cargo de Diretor Executivo.

SR. ALEXANDRE LIMA: Executivo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Era o Diretor-geral.

SR. ALEXANDRE LIMA: E Diretor interino da Agência de Desenvolvimento Institucional, para implementar e fazer essa transição.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Nesse período mais recente, também o senhor ocupou a função de Diretor da Agência de Desenvolvimento Institucional.

SR. ALEXANDRE LIMA: É, interino. Isso. Com a incumbência de implantar a Agência de Desenvolvimento; transferir as atividades de prestação de serviços da Editora e de outras áreas da Universidade para a Agência.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor levantou, assim, em geral, as fontes, a partir de 93, quando o senhor vai para a Diretoria, também a Universidade deixa de financiar—

SR. ALEXANDRE LIMA: Deixa de financiar.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Editora.

SR. ALEXANDRE LIMA: Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E a Editora, então, tem que buscar fontes de sustentação. O senhor enumerou aqui os pilares da sustentação, mas seria interessante que o senhor pudesse dizer para nós, em cada pilar, quem era a instituição que a Universidade... A Editora manteve convênio. O senhor falou com o Governo do Estado de São Paulo, no caso, com a Imprensa Oficial.

SR. ALEXANDRE LIMA: Do Estado de São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Do Estado de São Paulo. E, no âmbito do Governo Federal, quais os órgãos que a Fundação... A Editora de Brasília tem contratos?

SR. ALEXANDRE LIMA: Olha, nós tivemos e temos muitos contratos, desde essa época. Nós tivemos, nessa época, nós tivemos convênios com o Ministério da Educação, com a CAPES, com os Correios, executávamos algumas atividades pontuais de outros contratos que a Universidade tinha com outros órgãos, mas executávamos naquilo que era repassado para a Universidade. Ultimamente, nós mantínhamos cerca de 40 contratos e nós fechamos, 2007, com 40 contratos e 19 convênios assinados. Esses contratos e convênios, vamos dizer assim, são firmados com a Secretaria das Mulheres, com o Senado Federal, com a SEPIR da Presidência da República, com o FNDE, com Governo do Distrito Federal, e vários outros, possui uma série de contratos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Qual a vantagem que a Editora retinha, desses contratos, para a sua atividade-fim, para cada contrato, isso era diferente ou você tinha um .

SR. ALEXANDRE LIMA: Para cada contrato, é diferente. O que nós tínhamos é um ressarcimento de despesa operacional; não se cobrava taxa. E essa é uma coisa bastante interessante, no caso da Editora, porque, vamos dizer assim, o percentual que nós colocávamos na planilha de custos, de um projeto a título de ressarcimento de despesa operacional e administrativa, ele era científico, ele era calculado em função do real... Da real despesa que acontecia. Não era como, em diversas fundações, aqui eu não quero citar nomes e tudo, diversas fundações, que não só da Universidade, mas no Brasil inteiro, ou ONGs e tudo, que chega e chuta lá, 10, 15, 20 e tudo, o nosso, no caso da Agência, ou da Editora, era um trabalho que a nossa área financeira fazia, científico, e me apresentava mensalmente um relatório de em quanto estava a nossa despesa administrativa operacional e era com esse percentual que nós trabalhávamos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A fundação Editora, ela tinha que.

SR. ALEXANDRE LIMA: Desculpe, Senador, só para corrigir. A Editora é uma unidade administrativa da Universidade, ela não tem.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Ela é da FUP.

SR. ALEXANDRE LIMA: É da FUP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Ela é da FUP, mas ela atuou sempre de forma independente e autônoma.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela tinha uma delegação do Reitor de autonomia financeira e administrativa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E qual era o percentual que você retinha na Editora, de cada contrato desses, para financiar a atividade-fim da Editora, que é exatamente a produção de títulos, obras? O que ficava no seu caixa?

SR. ALEXANDRE LIMA: Até interessante esclarecer, eu tenho esse dado aqui, relativo ao ano passado, que aí surgiu uma pergunta em uma Sessão da CPI, “gastou 49 milhões para fazer 50 livros não, sei o quê”, que é absurdo. Mas, dos 49 milhões, em receita, que a Editora operou em... Em 97, desses, 90% foram gastos com atividade-fim do Projeto, do Projeto.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Foram para.

SR. ALEXANDRE LIMA: Para executar as atividades do objeto do projeto.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Ocupou-se com a área operacional do Projeto? 90 e...

SR. ALEXANDRE LIMA: 90%. 90%... Para a Editora, nós, até a pouco, eu estava vendo quanto que a UFMG gastou o ano passado, parece que foi um mi-

lhão, 150, para a Editora, dessa atividade nossa, nós destinamos para publicar os 51 títulos do ano passado, dois milhões, 250; foi o que nós colocamos dentro da Editora, 4,5%. 2% ficaram retidos pela administração central, porque os recursos passavam pela administração central, a título de Fundo de Apoio Institucional. 3% foram para a manutenção da estrutura, que eram mais de 150 funcionários, para pagamento de salários e a estrutura da área de prestação de serviços. E cerca de 0,5% foi em investimentos que fizemos um equipamento, instalações e tudo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor falou que na época, então, que o senhor foi Diretor, tivemos a publicação de 800 títulos.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mais de 800 títulos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Mais de 800 títulos? E qual é a tiragem desses títulos em média?

SR. ALEXANDRE LIMA: Variava muito. Dependia do perfil do livro. Tinha livro que eu... Eu nunca gostei de publicar menos de mil exemplares. Acho que um livro com menos de mil exemplares é preferível fazer apostila, acho que não tem... Fazer uma apostila melhorada ou um texto de aula e tudo. O mínimo que publicávamos eram mil exemplares, mínimo, e já chegamos a fazer tiragens de livros em 10 mil exemplares, cinco mil exemplares, depende do perfil e da perspectiva comercial que cada livro tinha. Entendeu? Então, a média em torno de dois, três mil livros, é a média de cada livro desses.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Você teria, nesse período que o senhor esteve à frente da Editora, 800 títulos, se fosse a dois.

SR. ALEXANDRE LIMA: Só do “Dicionário de Política”, não dá para fazer essa conta assim... Só do “Dicionário de Política”, foram mais de 100 mil exemplares, que é o carro chefe da Editora. Só Max Weber, foram mais de 50 mil exemplares. Então, você tem obras que se destacam e que não dá para você trabalhar na média, você tem uma média distorcida.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor disse que, então, um percentual desses contratos fica retido na própria Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: É. Fundo de Apoio Institucional, que eu passei a Resolução.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): 2%.

SR. ALEXANDRE LIMA: 2% porque, veja bem, não são 2% dos 49 milhões, porque, na realidade, é o seguinte, foram, de receita efetivamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Sobre esse dinheiro a Editora não tem nenhum controle?

SR. ALEXANDRE LIMA: Nenhum controle, nenhum controle, nenhum. Já fica retido... Já fica retido na fonte.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E a Editora, ela financiava, com a parte que lhe cabia, que deveria ser destinada, digamos assim, exclusivamente à produção dos títulos, ela financiava outros serviços da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Chegamos a apoiar alguns outros serviços da Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Passagens, eventos...

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, nós chegamos a participar... Mas, veja bem, dentro da estrutura da Editora, nós chegamos a apoiar algumas coisas da Universidade, mas esses recursos eram repassados para a Universidade ou para a unidade que tinha... Que estava pleiteando o apoio e, aí, nós passávamos esse recurso e apoiava.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E toda essa atividade estava amparada estatutariamente.

SR. ALEXANDRE LIMA: Parada?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Amparada.

SR. ALEXANDRE LIMA: Com certeza, com certeza, o que nós apoiamos, do que nós apoiamos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Isso que eu estou perguntando, se você tinha amparo para poder realizar eventos...

SR. ALEXANDRE LIMA: Eventos não, mas vou te dar um exemplo bem claro, Senador. As revistas... Nós apoiamos Revistas que não estava no programa editorial da Editora e nós apoiamos as revistas do Departamento de Sociologia e do Departamento de Psicologia, e essas revistas, a rigor, dentro do programa editorial, elas não tinham o aprova da Universidade, do Conselho Editorial da Universidade de Brasília. Então, são apoios desse tipo que nós fazíamos. Agora, para eventos, não; eventos, de jeito nenhum.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Festas, eventos, passagens essas coisas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Não, não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Editora, ela recebe ou recebeu recursos, nesse período que o senhor esteve à frente, do exterior?

SR. ALEXANDRE LIMA: Do exterior? Olha, nós tivemos uma coleção apoiada, não me recordo o nome

do organismo agora, mas apoiada pela embaixada americana, para a publicação de algum livro, mas foram dois ou três livros só que nós recebemos o apoio e depois o programa acabou. Que eu me recorde, são só esses... Só esses de recursos do exterior. Nós repassávamos, sim, a título de direitos autorais, nós repassávamos recursos para o exterior. A título de direitos autorais, pagando *royalties* sobre a venda dos livros.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor tem idéia desse volume de recursos?

SR. ALEXANDRE LIMA: Que nós passávamos, a título de direitos autorais? Olha, normalmente, os contratos são 10% do valor de preço de capa. Do “Dicionário de Política”, por exemplo, posso citar, porque é um repasse recente que nós fizemos, nós repassamos cerca de, se não me engano, 150 mil reais em direitos autorais para eles, agora. Recentemente, coisa de quatro meses atrás, cinco meses atrás.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Esse contrato com a embaixada americana, você tem idéia de valores?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Era contrato pontual... Eles tinham interesse em publicar sobre obras sobre mediação, obras na área de Direito, e aí eles apoiaram a publicação. Foi mais a título de apoio. Portugal também deu algum apoio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Todos esses contratos e parcerias, a Editora tinha autonomia para realizar?

SR. ALEXANDRE LIMA: De co-edição, sim. De co-edição, sim; os contratos de co-edição, sim. Lógico, a co-edição, nós tínhamos... Nós tínhamos uma política para esses contratos, mas só poderíamos firmar um contrato de co-edição a partir do momento em que a obra fosse aprovada pelo Conselho Editorial da Editora; não podia fazer a coisa antes. Primeiro tinha que submeter a obra ao Conselho Editorial, ele aprovar, aí, sim, nós poderíamos firmar. Aliás, era prática nossa... Todas as obras aprovadas pelo Conselho Editorial, dentro desse princípio dos pilares de sustentação, nós buscamos alguns parceiros para facilitar a sua publicação. Só que nós, diferentemente de algumas outras Editoras, e acho que nós somos pioneiros nisso, em Editora Universitária no país, e eu vou citar um dado aqui que é muito interessante, nós sempre buscamos preservar o *copyright* para Editora Universidade de Brasília, os direitos autorais sempre para a Editora Universidade de Brasília, para garantir o quê? O seu fundo editorial, que é aquele patrimônio, por exemplo, a USP, aí é uma curiosidade só, não é mais assim, ela publicou muito, até 1997, a Editora da USP; até 97, ela publicou muito. Quando o então Diretor foi fazer

a verificação, eles não eram proprietários de nenhum direito autoral daquelas obras que estavam publicando porque eles faziam tudo em co-edição e, nos contratos de co-edições, sempre o direito autoral ficava para a Editora. Então, quando ele queria reeditar uma obra dessas, talvez, até nem poderia mantê-la publicando no mercado ou lançando no mercado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): No caso das parcerias do pilar de sustentação da fundação, da Editora de Brasília, também vocês tinham autonomia? Para a prestação de serviço...

SR. ALEXANDRE LIMA: Se existia o quê?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Se a Editora tinha autonomia para fazer os convênios.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, de jeito nenhum, eu falei até na minha apresentação, que todos os convênios, todos os contratos que nós executamos ou por iniciativa nossa de buscá-los ou porque a Reitoria nos designou como executores desses... Gestores desses contratos, eles eram objeto de análise da nossa Procuradoria Jurídica, eram objeto da nossa área de convênios e contratos, e eram assinados pelo Reitor da Universidade. Em toda a história, não é só na história recente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Todos foram com a Fundação Universidade de Brasília.

SR. ALEXANDRE LIMA: Todos com a Fundação Universidade... A Editora não tem personalidade jurídica.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Editora não possui um CNPJ?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela tem, mas é um filhote da Fundação Universidade de Brasília só por questões... Porque ela funciona no setor comercial, ela tem livraria no Aeroporto. Então, ela precisa, mas é um derivado, não vamos falar filhote, é feio, mas é um derivado do CNPJ da Fundação Universidade de Brasília.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E para prestar o serviço, nesse caso específico da questão da... Dos convênios na área de saúde indígena, vocês, então... É como se vocês subcontratassem, dentro da própria Universidade, com a FUNSAÚDE, com as outras entidades?

SR. ALEXANDRE LIMA: Todos os convênios e contratos, conforme esses dois convênios –

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Porque o contrato.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ou três que eu passei aqui.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Por que é que esse contrato não está com a Editora e já não está direto... A Universidade não faz direto.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas é a Universidade. É com a Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Então, mas por que é que ele está passando aqui na Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Na Editora, porque nós tínhamos, dentro da Editora, esse núcleo, que a gente chamava de núcleo, núcleo de gestão de Projetos, é só por isso. Porque as pessoas que estavam lá eram especializadas, estavam especializadas, tinham a expertise para fazer a gestão de Projetos. Então, é área de prestação de contas, tinha toda uma estrutura montada para poder fazer a gestão de Projetos. Então, a Universidade, ao receber um Projeto ou ao fazer a tratativa de qualquer contrato ou convênio, ela, ou nos demandava a gestão desse convênio ou contrato, ou demandava outra área, como o caso do CESPE; o CESPE, com certeza, recebe vários. Assim como o CDT, o Centro de Excelência de Turismo e assim vai, dentro da Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Porque a FUNSAÚDE é uma outra estrutura, dentro da.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Aí é uma Fundação de Apoio. Não é uma instituição da Universidade; é uma fundação de direito privado. É uma Fundação de Apoio à Universidade. Agora, o porquê é que nós firmamos o convênio, o contrato com a Fundação de Apoio, a FUNSAÚDE, para, no caso da saúde indígena? Porque nós precisávamos contratar... Estava, primeiro, garantido no convênio que foi assinado com a FUNASA, tem uma cláusula expressa e que eu li aqui, e passei à presidência da Comissão. Primeiro, porque estava garantido isso e, segundo, porque nós precisávamos contratar a mão-de-obra para trabalhar na área: médicos, odontólogos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem. E nós precisávamos contratar em regime celetista e, com regime celetista, a Universidade não poderia contratar porque, lá na Universidade, só via concurso público.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Então, você precisava do contrato.

SR. ALEXANDRE LIMA: Precisava.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Universidade se dispôs a conveniar. A Editora precisava para se financiar.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. No caso de convênio, não. Porque.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Não ficou nada?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. No caso de convênio, não. Alguns Projetos, que são desenvolvidos pelo ó.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Porque a Universidade poderia simplesmente dizer: “Bom vamos fazer isso com a FUNSAÚDE diretamente”.

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, mas era a Universidade, na pessoa da Editora.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Mas a FUNSAÚDE é uma Fundação de Apoio—

SR. ALEXANDRE LIMA: Da Universidade—

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): De direito privado, então, por que é que passou na Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Porque a direção da Universidade de Brasília, mais precisamente o Reitor, incumbiu a Editora, no caso, a minha pessoa, para ser o gestor desse Projeto. Assim como diversos outros; são 59 Projetos que a Editora estava incumbida, a área de prestação de serviços da Editora. Eu volto, Senador, o senhor me desculpe, mas eu vou a salientar, essa área que foi iniciada para ser um pilar de sustentação, ela cresceu tanto, que a Universidade, em 2006, em 2006, já começa a fazer um estudo para transformar, criar uma unidade centralizadora para essa parte de prestação de serviço. E foi aí que criou a Agência de Desenvolvimento Institucional e que estava sendo feita essa transição exatamente para que não houvesse esse espanto de: “Por que é que a Editora... Por que é que a Editora...” É estranho.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Por que é que a Universidade, ao ter esse Projeto disponível, não tratou logo com a fundação específica?

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas ela tinha que ter alguém, da parte dela, fazendo a gestão; ela sempre tem a parte. Porque senão, seria sempre, aí, não faria nenhum sentido a própria Universidade estar no Projeto. Com certeza, não teriam sido, talvez, desenvolvidos aqueles Projetos que eu citei como exemplo, que não estavam sendo desenvolvidos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Mas aí é que está o... Por isso que eu estou insistindo na pergunta. Porque, se tivesse, lá numa Fundação de Apoio, direto, a Fundação de Apoio tem uma parte que, às vezes, é significativa, 10%, que é transportado para a Universidade, a título de apoio para a Universidade, da sua produção científica, que pode significar, inclusive, apoio à Editora; ela poderia

passar, inclusive, esse recurso para a Editora. É como se você... Eu estou querendo explicar, mas é difícil.

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu sei, mas estava barateando. O convênio ficando conosco, Senador, ele estava sendo barateado porque, na medida em que não foram remetidos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Mais barato para a FUNASA?

SR. ALEXANDRE LIMA: Para a FUNASA. Porque, na medida em que não foram remetidos todos os recursos para a Fundação de Apoio, era menos... Menos ônus para o convênio. Se, na totalidade dos recursos, fossem remetidos para a Fundação de Apoio, com certeza, o ônus seria muito maior para o convênio e, naquilo que nós pudemos executar dentro das instalações da agência.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Então, a Universidade, através da Editora, teve que, em seguida, contratar a FUNSAÚDE?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, mas meramente por conta desse... Desse detalhe da contratação da mão-de-obra, que vai... Que atuou lá na frente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Em termos de custos operacionais, isso também não ficou mais caro?

SR. ALEXANDRE LIMA: Como?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Em termos de custos operacionais, isso não ficou mais caro?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Não ficou mais caro.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Eu tenho que passar pela Universidade, depois, passa pela FUNSAÚDE.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas a Universidade não tem taxa em convênio. O convênio não tem taxa. É proibido. Não existe taxa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Então, você, quando chegou à FUNSAÚDE, de qualquer sorte, ao contratar.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela ressarcia a parte administrativa e operacional dela. Ela emitia a fatura. Eu, inclusive, encaminhei as faturas para o Presidente da Comissão.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): É que é... O senhor mesmo está convencido que é espantoso.

SR. ALEXANDRE LIMA: O quê?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Ou que causa espanto você ter que fazer esse tipo de.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Não estou espantado não; era um trabalho que nós fazíamos mes-

mo, na Universidade. Nós tínhamos 59 Projetos sendo executados pela área de Projetos da Editora e, posteriormente, isso está sendo transferido para a Agência de Desenvolvimento Institucional, a exemplo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Outras fundações foram contratadas para operar.

SR. ALEXANDRE LIMA: Anteriormente, a FUBRA. Anteriormente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): FUBRA e FUNSAÚDE foram contratadas para.

SR. ALEXANDRE LIMA: Posteriormente, foi rescindido com a FUBRA e, depois, o contrato de mão-de-obra, de pessoal, foi transferido para a FUNSAÚDE.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Esses contratos continuam em vigor?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Foram todos encerrados. Estão em fase de acerto de contas, essa parte assim...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Permita-me um aparte, nobre Relator. Só porque eu queria saber uma coisa: Esses... Esse material publicado, ele entrava para Universidade como a parte de exigência em futuras avaliações da Universidade com o material publicado pela Universidade? Porque o MEC analisa o seguinte: Você, como Universidade, tem que ter publicação, você tem que ter... Era por aí.

SR. ALEXANDRE LIMA: As horas publicadas pela Editora?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nas avaliações que a UnB, porventura, viriam a ser feitas pelo MEC, nas avaliações, isso constava como material da.

SR. ALEXANDRE LIMA: Todos os professores encaminham isso, os seus livros de sua autoria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim. Quero perguntar se isso era analisado como produção da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: É produção da Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Quem define o orçamento anual da Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Da Editora? Quem definia a necessidade... O planejamento era feito pelo Diretor, a minha pessoa, e o Presidente do Conselho Editorial; nós traçávamos uma meta de publicações; em média, uma Editora de médio porte, como é o caso que eu considero e qualifico a Editora da Universidade, e qualquer Editora, mesmo sendo pública ou privada,

ela publica cerca de 50 títulos por ano; é a média de publicação, cerca de 50 títulos em média por ano, uma Editora de médio porte.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Então, isso é parte do orçamento da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Não tinha orçamento da Universidade. Era recurso captado via prestação de serviço. Não tinha subsídio nem para o cafezinho. Inclusive, havia uma dedução na nossa Receita, que era para pagar o aluguel do prédio que nós ocupávamos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E a prestação de contas, quem aprova?

SR. ALEXANDRE LIMA: A prestação de contas? O Conselho de Administração da Universidade. A prestação de contas da.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Da Editora.

SR. ALEXANDRE LIMA: Da Editora? O conselho da administração da Universidade, o Conselho de Administração. Isso, anualmente, é encaminhado o relatório, o Presidente do Conselho Editorial encaminha esse relatório.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Editora tinha algum órgão de fiscalização interna?

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu sempre, como Diretor Executivo, ou como Diretor-geral da Editora, eu sempre contratei auditores, vamos dizer assim, a título de *ad hoc*, para fazer fiscalização nas nossas atividades, nas contas da Editora. E a Universidade, a Editora, como parte da Universidade, era fiscalizada pelo Tribunal de Contas, pela CGU e pela auditoria interna da Universidade. E os seus convênios, todos executados, eram também objeto de análise de auditoria da conveniada nossa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Então, a Editora sempre remetia as suas prestações de contas para a Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, para a análise. E, periodicamente, nós éramos demandados, tanto pela auditoria interna da Universidade, como pela CGU, que acompanhava a execução, porque a nossa execução era toda via SIAF. Então, vez ou outra, a CGU ou auditoria da UnB estavam demandando coisas para examinar, Projetos para serem examinados.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): São quantos... O senhor falou 150 funcionários.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mais ou menos, a estrutura toda da Editora, mais ou menos 200 funcionários.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): 200. Mais ou menos 200 funcionários.

SR. ALEXANDRE LIMA: Entre 150 e 200 funcionários.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Esses funcionários são celetistas ou são concursados?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, são prestadores de serviços, como em toda a Universidade, aí, eu coloco hospital, os departamentos, todos os departamentos da Universidade; você tem pessoal que é do quadro, que é do regime... Regime estatutário, que é uma grande minoria, dentro da Universidade, hoje, parece-me que fizeram um concurso há duas semanas, para preencher vaga. Então, cerca de 10% era pessoal do quadro e 90% era de pessoal terceirizado, porque não tinha, dentro da Universidade, pessoal suficiente para fazer essa parte.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E, no pessoal terceirizado, tem algum critério de escolha?

SR. ALEXANDRE LIMA: Tem, pela sua aptidão, faz uma seleção, faz uma seleção curricular, você faz uma entrevista. Esse pessoal, vamos dizer assim, era fluente, porque na medida em que você tem Projeto, a estrutura nossa era montada assim, tinha a direção e coordenadorias, por áreas do saber. Coordenadoria de Saúde, Coordenadoria de Ciência da Computação, de Arquivologia e por aí vai, várias Coordenadorias. Embaixo dessas coordenadorias, existiam as gerências e a quantidade de funcionários variava em função da quantidade de Projetos que você executava, de prestadores de serviço.

Então, se você tem, por exemplo, igual a um Projeto desses da FUNASA, que encerrou, então, essas pessoas são dispensadas. É uma estrutura, vamos dizer, flexível. Ela aumenta na medida em que você tem muito Projeto e diminui na medida em que você tem menos Projeto.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O Diretor da Editora, ele recebe o salário da Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Eu sou do quadro da Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): É o salário da... Não tem nenhuma vantagem?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não, não. A não ser uma FG-1, uma gratificação que tem lá, não tem nenhuma vantagem.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Dentre o pessoal terceirizado, o senhor tem familiares?

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu tenho, é um caso que até eu sabia que ia ser tocado, eu tenho a minha esposa. É bom que fique claro que eu... Ela está... Ela está há 14 anos, vai fazer 15 anos dentro da Editora e eu, nosso relacionamento começou há cinco anos; há cinco anos, nós estamos casados. Eu não contratei ninguém, não casei com a minha esposa e contratei. Ela já estava lá dentro e há cinco anos é que nós estávamos casados.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor não tratou de demiti-la, então, na verdade.

[risos].

SR. ALEXANDRE LIMA: Complicado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Qual é a função?

SR. ALEXANDRE LIMA: Dela? Ela acumulava três funções. Ela é responsável, pela sua experiência, ela que ajudou a implementar essas livrarias; ela era responsável pela... Era Coordenadora das livrarias da Editora. Ela coordenava essas livrarias, coordenava a área de produção editorial, a título de prestação de serviços, e ainda assessorava, na área administrativa de Secretaria, ali da direção.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Editora, o senhor já disse que tem um parque gráfico?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, ela não tem gráfica.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): A Editora não tem uma gráfica. A gráfica é da Universidade.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. A Universidade não tem gráfica, é tudo terceirizado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Ela contrata?

SR. ALEXANDRE LIMA: Faz licitação e contrata. Tanto é que, é como eu disse, a parceria importante que fizemos em 99, com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, com o então Presidente Sérgio Kobayashi, que é irmão de um ex-Deputado que faleceu recentemente, a Imprensa Oficial prestou muito serviço gráfico para a gente, com base no contrato que nós tínhamos assinado com eles.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Quais outras gráficas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, aí, as gráficas diversas de Brasília, de fora.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Vocês usam todo o parque gráfico?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Uso o parque gráfico do Distrito Federal e de fora também, se tiver alguma gráfica; já trabalhamos com gráfica de São Paulo e tudo, já trabalhamos com várias gráficas. Aí é quem apresentar o melhor preço e qualidade. Porque, veja bem, existe relação direta com o preço de venda, ainda mais uma Editora que tem que subsistir com os seus recursos, com sua arrecadação, então, ela tem que otimizar os seus custos; talvez a Editora da UnB seja a única Editora no Brasil, universitária, que tem um controle rígido de custos de publicação. Eu até desafio a qualquer uma apresentar, cientificamente, o controle de custos que nós temos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Existem muitas acusações de que... De um gasto excessivo com despesas que não eram de atribuição da Editora, principalmente gastos com passagens aéreas, diárias, despesas com restaurantes, compras de canetas, televisores. O senhor que ordenava essas despesas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Das passagens aéreas, que tinham relação direta com os Projetos que nós executávamos, sim. E todas foram... E todas essas passagens foram executadas com base no contrato firmado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Agência de Turismo que ganhou a licitação.

Então, por exemplo, falaram: “Dois milhões e não sei o quê e tudo”, mas, por exemplo, da receita que nós arrecadamos, que nós executamos em 2007, relativo aos Projetos, 1,97% foi com passagens aéreas. Para execução do Projeto; nós tínhamos muitos Projetos na área de ensino à distância, tínhamos Projetos como esse da FUNASA, que exigia deslocamentos para Boa Vista e tudo, e outros lugares, outros Projetos que nós tínhamos. Tem um Projeto nacional, tem um Projeto nacional com a... Na área de nutrição, com o FNDE também, que exige muita locomoção das pessoas que atuam nesse Projeto. E ensino à distância muito mais ainda, porque nós assumimos a nossa expertise na área de gestão de projetos, se mostrou eficiente, que nós assumimos, do centro de ensino à distância da Universidade, toda a parte de logística, nós passamos a assumir. Então, todas as passagens relativas aos cursos à distância, que eram mais de 30 Projetos dentro do centro de ensino à distância da Universidade, toda a parte de logística nós é que passamos a atender ao CEAD. Mas, em termos de passagem, em relação à receita executada, foi 1,97% do total e de diárias, 0,61%. Então, quer dizer, não houve essa, em todas

as passagens tem que ter a sua fundamentação, tem que ter a sua justificativa. Você não vai numa agência e tira uma passagem...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor poderia explicar para a nossa CPI sobre uma ação do Ministério Público, relacionada a pagamentos realizados para CESUL, do MEC?

SR. ALEXANDRE LIMA: Nós... A Universidade de Brasília, quando eu falo “nós”, eu falo a Universidade de Brasília, quando tiver que pessoalizar, eu vou dizer “eu”. A Universidade de Brasília foi demandada pelo Ministério da Educação, na época do Ministro Paulo Renato, para apoiar no pagamento de pessoas que estavam trabalhando na estrutura do Ministério da Educação. Essas pessoas trabalhavam... Quem foi, à época, o executor por parte do Ministério da Educação desse apoio que o Ministério pediu à Universidade, foi o então... A CESUL, a Diretoria da CESUL e o então Secretário de Educação do Distrito Federal. Ele foi designado para ser o representante do MEC e eu, pela Universidade, fui designado pela Reitoria para ser o representante da Reitoria. A mim cabia simplesmente efetuar o pagamento; a Reitoria, mandava para a Editora os recursos para o pagamento, que eram recursos próprios, não eram recursos de convênio, e o Ministério da Educação, por isso é que eu acho que há essa controvérsia, mandava a relação da folha de pagamento de todas as pessoas que estavam trabalhando, para que efetuassem esses pagamentos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Eram professores da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Eram pessoas contratadas e selecionadas pelo Ministério da Educação e eu estava atendendo a uma determinação da Reitoria da Universidade. Eu simplesmente processava o pagamento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Qual era a fonte de pagamento?

SR. ALEXANDRE LIMA: Recurso próprio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Recurso próprio da Universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Via Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim. Eles se transferiam entre a SIAF... Eles transferiam esses recursos próprios para a Editora efetuar o pagamento. Inclusive, eu tenho, se eu pesquisar lá, com o meu chefe da área financeira lá, ele tem um... “Comunica”, que eles chamam no SIAF, “comunica” entre a nossa contabilidade, a contabilidade da UnB, para efetuar o repasse, para cobrir as despesas com o pagamento. Agora, eu, em

momento algum, selecionei ou contratei nenhuma pessoa para efetuar esses pagamentos. Essas pessoas... Essas pessoas eram contratadas pelo Ministério da Educação, na época do então Ministro Paulo Renato, que atendia àquela estrutura. E, em algum momento também, atendeu, logo na mudança de governo, em algum momento, atendeu ao então Ministro, na estrutura do então Ministro Cristovam Buarque.

E, nesse processo, vale salientar, o senhor me desculpe, nesse processo, não só eu citado; estou citado eu, o Dr. Valente, que é o atual Secretário de Educação do Distrito Federal; o professor Lauro Morhy, o antigo Reitor; dois antigos Secretários de Ensino Superior, professor Maculan e um ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná. São as pessoas que estão citadas nesse processo, e ainda, vale ressaltar, esse procedo foi encaminhado à Justiça, mas a Justiça ainda não acatou. Então, não é um processo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Não é conclusivo.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não, não. Não acatou.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor conhece uma empresa chamada Dante Araújo Ltda.?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não me recordo... Não me recordo. Não me recordo. Porque o senhor veja bem, eram 57 Projetos. Eu não me recordo, não me recordo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): O senhor sabe se ela tem relação com... Presta serviço na Editora, se ela presta serviço na Editora, o senhor não tem lembranças?

SR. ALEXANDRE LIMA: Que eu saiba, não. Que eu saiba, não. Até onde eu me lembre, assim, agora, de memória, posso verificar, encaminhar alguma coisa para CPI, mas não me recordo de nenhuma relação, pelo menos recente, com a Editora. Agora, são 30 anos de Editora, então, são vários fornecedores. Eu não me recordo, não me recordo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Dos convênios sobre saúde indígena, que mais instituições tratavam desses Projetos? FUNSAÚDE, FUBRA, só essas duas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, diretamente conosco, FUNSAÚDE, FUBRA e FUNASA.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Dentro da Universidade, só essas duas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Dentro da Universidade, sim, do Departamento de Pediatria, o Hospital Universitário, quando nós tínhamos o convênio com a FUNASA para o CASAI-DF, nós fazíamos a manuten-

ção do CASAI-DF... Quando nós fazíamos... Tínhamos um convênio com a FUNASA para a manutenção do CASAI-DF, o Hospital Universitário tinha um convênio para atender os índios e nós tínhamos toda uma relação... E, dentro da Universidade, como eu falei, o Departamento de Engenharia Florestal foi envolvido em algum momento; o Departamento de Pediatria da Universidade, desenvolvendo, aliás, foi um professor da área de pediatria que estava... Que finalizou esse Projeto de internato rural.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): O senhor poderia falar sobre as denúncias de irregularidades que o Ministério Público tem enunciado em relação ao convênio com a FUNASA?

SR. ALEXANDRE LIMA: Hum-hum.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Sobre saúde indígena... Eles afirmam que 1/3 da taxa cobrada para a execução dos serviços, para administrar o convênio, era enviada para uma conta no Banco do Brasil, que era movimentada exclusivamente pelo senhor. Existe essa conta? Por que é que ela era movimentada só pelo senhor? Era uma conta da Editora ou uma conta da Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não. Eu desconheço essa tratativa. Eu li isso pela imprensa. Eu desconheço essa tratativa. O compromisso e a tratativa que eu tive com o... E foi a única vez, com o então Presidente da FUNSAÚDE, que era o professor Dória, depois foi substituído pela professora Iolanda, era no sentido de que todos os Projetos que fossem desenvolvidos em parceria com a FUNSAÚDE seriam apenas ressarcidas as despesas operacionais e administrativas da FUNSAÚDE. Questões de conta, dentro da FUNSAÚDE, é uma... É um problema interno da FUNSAÚDE. Eu não tenho... Não tenho condições de ter gerência sobre recurso de conta, não assino cheque pela FUNSAÚDE, não controlo conta, não controlo extrato, não tenho qualquer tipo... Qualquer tratativa que possa ter sido feita foi no âmbito da FUNSAÚDE e não com o meu conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): O senhor simplesmente pagava a FUNSAÚDE, repassava os recursos.

SR. ALEXANDRE LIMA: E recebia essas faturas que eu encaminhei aqui para o Presidente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): E as taxas que a FUNSAÚDE pagava, ela.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não era taxa. Era ressarcimento de despesas administrativas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): À, Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, à FUNSAÚDE. A FUNSAÚDE faturava contra o convênio as despesas administrativas e operacionais dela.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): E a parte que a FUNSAÚDE deveria repassar para a Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Bom, aí, isso eu não tenho conhecimento. Todas essas demandas... Todas essas demandas que nós encaminhamos para a FUNSAÚDE, tipo as canetas, as tão faladas... Os tão falados jantares, essa coisa toda, toda essa demanda eu recebi a demanda da reitoria e repassei essas demandas para a FUNSAÚDE e tenho certeza de que essas despesas foram pagas com Fundo de Apoio Institucional da Universidade, e cabia à FUNSAÚDE avaliar o mérito ou não de pagar essa despesa; ela tinha todo o poder de pagar ou não, porque quem assinou e quem assinava todos os cheques, todos os pagamentos, quer seja dos convênios, quer seja de contas administrativas da FUNSAÚDE, era a FUNSAÚDE, a presidência da FUNSAÚDE.

A única coisa... A única conta que eu ordenava despesa era a conta da Universidade de Brasília, dentro da Editora, que é a via SIAF, que eu assinava as ordens bancárias, mas eu nunca ordenei nada dentro de FUNSAÚDE. Nunca tratei, com ninguém, percentuais de cinco, 2,5, conforme foi noticiado em imprensa. Se fizeram isso, é controle interno deles lá para dentro. Eu não tenho nada a ver com isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Então, todas essas compras, o senhor não teve participação nenhuma?

SR. ALEXANDRE LIMA: De fazer o encaminhamento; eu recebia demanda da Reitoria e fazia o encaminhamento da demanda para a FUNSAÚDE... Para a FUNSAÚDE, como foi o caso das canetas que foram distribuídas para os professores, no Dia do Professor, entendeu?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Que eram canetas de luxo, nove mil reais cada...

SR. ALEXANDRE LIMA: Essas canetas foram solicitadas pela Reitoria para presentear, alguém; eu não sei quem, mas foram solicitadas. A mim coube fazer o encaminhamento para a FUNSAÚDE, atender, por conta dos recursos próprios da Fundação. Mas não é por conta de recurso. Se fosse por conta, veja bem, todas as prestações de contas da...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): De alguma forma, passava pelo senhor?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, porque eu que encaminhava o pedido para lá. Todas as prestações de

contas da saúde indígena... Todas as prestações de contas da saúde indígena, a prestação de contas da FUNSAÚDE era apensada a essa prestação de contas e era encaminhada à FUNASA, e todas elas foram aprovadas até hoje, nenhuma foi... As despesas que foram glosadas, que não são esse tipo de despesa, porque esse tipo de despesa não consta nenhum... Não foi executado nenhum tipo de despesa dessas com recurso de saúde indígena, entendeu? Se tivesse constando.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Esses recursos aqui não eram do convênio?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não eram do convênio. Para mim, era recurso próprio da Universidade. Porque, se fosse do convênio, seria glosado... Seria glosada a prestação de contas. Para mim, isso é do Fundo de Apoio Institucional, e era nesse sentido que a gente mandava. E há um comentário de uma funcionária da FUNSAÚDE... Há um comentário de uma funcionária da FUNSAÚDE a uma funcionária nossa, que dizia: “Não, nós temos que apoiar mesmo a Universidade de Brasília. É papel nosso mesmo apoiar a Universidade de Brasília”. Então é a conta de Fundo Apoio Institucional.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Claro, não. Tudo bem. Acho que a FUNSAÚDE tinha que apoiar mesmo, senão a Universidade fechava a FUNSAÚDE, não precisava dela. O problema é o tipo de despesa que foi relacionada aos convênios na área de Saúde, porque é o seguinte: É como... Eu captei esse Projeto; esse Projeto vai dar uma vantagem para a Universidade, digamos que 10% do valor do Projeto vai ser repassado para a Universidade.

SR. ALEXANDRE LIMA: Só a transferência de conhecimento, também, não precisa ser financeiro.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Claro, digamos, mas digamos, com o dinheiro, a transferência do dinheiro para a Universidade, a Universidade, então, patrocinou essas despesas.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas transferência para onde?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Quando eu fiz o convênio com a FUNASA, recebi o dinheiro, 10% desse dinheiro, digamos, que vai economizar apoio institucional à Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Certo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Com esse dinheiro de 10%, a Universidade faz o que quer, vai fazer o que quer porque recebeu recursos desse convênio.

SR. ALEXANDRE LIMA: Em caso de convênio, não; convênio é proibido cobrar taxa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Não. Estou falando dos repasses dos recursos.

SR. ALEXANDRE LIMA: Para FUNSAÚDE?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Proibido... Para FUNSAÚDE.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ah, tá.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Quando a FUNSAÚDE, então, pega um contrato, ela vai pagar um percentual à Universidade porque é parte da estrutura daquela fundação designar um percentual do valor do convênio, do contrato, da parceria, para a Universidade.

SR. ALEXANDRE LIMA: De todo o recurso que a fundação arrecada, ela tem essa regulamentação aí da FAE.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Pronto. Desse recurso que ela repassa, ela vai captando dinheiro, digamos assim, digamos que exclusivamente ela tratou só de saúde indígena.

SR. ALEXANDRE LIMA: Se fosse só de saúde indígena, sim, mas não é. Ela tinha n Projetos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): É. De um bolo só, ela teve recursos para.

SR. ALEXANDRE LIMA: N Projetos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): E o senhor só foi demandado por quê? Por que o senhor foi demandado para fazer essa despesa?

SR. ALEXANDRE LIMA: O Reitor julgou que deveria demandar essa despesa, essa demanda, não despesa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Porque a FUNSAÚDE estava coberta pelos convênios que tinha com a FUNASA.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não é só com a FUNASA; nós tínhamos vários Projetos com a FUNASA, com a FUNSAÚDE; não era só... Porque se tivesse o recurso saído da conta, tudo bem, se tivesse saído do... Do dinheiro do recurso da conta do convênio, aí sim, mas não saiu do recurso do convênio, saiu de recursos próprios da Fundação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Como de alguma forma passou pelo senhor, a mansão, ela tinha qual finalidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: Que mansão?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Dia que uma mansão que foi alugada no valor de oito mil mensais.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mensais não. Isso foi alugado para uma confraternização de final de ano.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Só para um evento.

SR. ALEXANDRE LIMA: Só para confraternização de final de ano.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): É mais grave.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não foi para nenhum casamento não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Pensei que era uma coisa para um mês, mas foi só por um dia mesmo.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Foi só para um evento mesmo, Um evento de confraternização para 200 funcionários. Que, aliás, diga-se de passagem, foi a única despesa que eu, pessoalmente, solicitei apoio à Fundação porque se tratava da confraternização dos funcionários da Editora e da Agência. É a única despesa que eu me responsabilizo. As demais não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Também para nós irmos concluindo, o próprio Ministério Público, e aqui nós atuamos em cima das informações que nós vamos adquirindo, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, são fontes principais de informações. Eles estão... Denunciam que há uma incompatibilidade entre as declarações do Imposto de Renda do senhor, nos anos de 2004, 2005 e 2006, que, de um ano para o outro, tiveram aumentos que chegam a sete vezes...

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é verdade porque a leitura que fazem é uma leitura só do aumento da parte patrimonial e não é sete vezes; 4,2. A leitura que fazem é só do aumento do patrimônio, mas esquecem de olhar a parte do aumento da dívida. É a compra de um apartamento que eu fiz, financiado, o meu apartamento, financiado pela Caixa Econômica Federal. Se você olhar só na variação da sua... Da sua... Do seu bem patrimonial, mas esquecer de olhar das suas dívidas e ônus, por exemplo, eu tenho um documento aqui, da Receita Federal, respondendo ao próprio Ministério Público, que, aliás, o Ministério Público moveu uma ação para a quebra do meu sigilo bancário; a Juíza negou a quebra de sigilo bancário, mas tem uma informação da Receita Federal aqui, que diz que as informações sobre as declarações de Imposto de Renda de 2003 a 2007 das pessoas mencionadas, que sou eu e o Secretário de Educação do Distrito Federal, o Valente, são compatíveis com os respectivos lançamentos. A própria Receita Federal está declarando isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Ele trata de três anos consecutivos. O Ministério Público trata de 2005, 2006, 2007.

SR. ALEXANDRE LIMA: 2004, 2005, 2006, 2007. Não verificou isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Diz que há uma variação patrimonial.

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu tinha um apartamento, vendi esse apartamento, graças a Deus, vendi esse apartamento com um lucro bom e dei entrada num outro apartamento e financeiei pela Caixa Econômica Federal.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Que é o seu patrimônio?

SR. ALEXANDRE LIMA: É meu patrimônio. E o carro que a minha mulher paga o *leasing* ainda; é a única coisa que nós temos. Agora, se fizer uma leitura cega, aí, realmente, você pode encontrar situações.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Quem era o responsável em enviar as prestações de contas para a FUNASA, Editora ou a Universidade?

SR. ALEXANDRE LIMA: A Universidade. Todas as prestações de contas eram elaboradas pelo Coordenador-Geral do Projeto e a equipe médica que atendia... E a equipe médica que atendia e, posteriormente, essas prestações de contas, a técnica era encaminhada para o Conselho de Saúde Indígena e Distrito Sanitário de Saúde que fazia... E a CORE, a Coordenação Regional, que fazia análise na parte técnica, e a parte financeira era encaminhada para a parte administrativa da FUNASA.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Quando o Reitor esteve aqui, o Reitor teve dificuldade de explicar esses convênios porque ele sempre considerou, "bom, esse convênios são convênios da Editora, são convênios da Editora". Não era um problema, exatamente, digamos assim, da Fundação Universidade de Brasília, era das instituições de apoio. Então, ele não tinha muito como dar informações. Então, deixou as informações para que o senhor prestasse aqui, as informações todas. Então, nós estamos vendo que tem um problema central, que é com a Universidade.

SR. ALEXANDRE LIMA: É com a Fundação Universidade de Brasília e todas as prestações de contas, quer sejam as técnicos, quer sejam as financeiras, eram encaminhadas via Reitoria, via Reitoria. Tinha que ter a assinatura do Reitor de encaminhamento, isso não quer dizer que ele tenha tomado conhecimento de todas as.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Mas a responsabilidade era da Fundação Universidade de Brasília?

SR. ALEXANDRE LIMA: É. Fundação Universidade de Brasília e o meu pessoal, enquanto elaborava a prestação de contas financeiras, da execução financeira, e o pessoal da área técnica, enquanto elaborava os

relatórios técnicos do atendimento à saúde e submetia isso ao Conselho de Saúde Indígena, à Coordenação Regional, ao Distrito Sanitário de Saúde Indígena e, posteriormente, vinha com parecer para a Diretoria de Saúde Indígena da FUNASA, aí, é que fazia o cruzamento dessa... E se tornava um processo só.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Obrigado.

SR. ALEXANDRE LIMA: A FUNASA é quem fazia a supervisão direta das equipes de saúde indígena.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, eu passo a palavra ao líder Zé Agripino e troca com o Senador Antonio Carlos Magalhães e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias. Senador Zé Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senhor Presidente, Srs. Senadores, Sr. Alexandre Lima. Senador Inácio Arruda, eu vi com muita atenção as perguntas que V.Exa. formulou ao Dr. Alexandre Lima, e eu acho que aquilo que eu vou colocar vai, de certa forma, procurar esclarecer melhor o que V.Exa. colocou como dúvidas suas, que são dúvidas nossas.

Dr. Alexandre a nossa obrigação é investigar no sentido de aprimorar a boa aplicação de recurso público. Por que é que essa CPI foi instalada? Porque há uma suspeita que, claro, é uma suspeita, de que ONGs foram, de certa forma, usadas e continuam a ser usadas, como instrumentos para burlar a Lei de licitações, para facilitar o uso, sem comprovação legítima, de dinheiro público, uma forma, portanto, de você malversar dinheiro público, indo direto ao ponto, sem rodeios.

Eu quero focar especificamente no convênio firmado entre a FUNASA e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, um convênio grande, ou foram alguns convênios, não sei se foi um só ou se foram alguns.

SR. ALEXANDRE LIMA: Três.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Três convênios, que ascenderam ao montante de 50 milhões de reais, em torno de 50 milhões de reais.

SR. ALEXANDRE LIMA: 64 milhões.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Estou sendo modesto... 64 milhões de reais. O Tribunal de Contas da União auditou esses convênios e aplicou multas sobre gestores da FUNASA, da FUB, da FUNSAÚDE, por entender que houve malversação de dinheiro público. Então, nós estamos tratando de um assunto *sub judice*, no mínimo, em investigação. No mínimo, sobre o qual há desconfiança.

A minha primeira dúvida é a seguinte: Por que danado a FUNASA, que é um órgão que mexe com saúde, vai contratar a UnB para chegar à saúde indígena. Muito bem, a FUNASA contrata com a UnB, ou

convenia com a UnB, o volume de recursos que está *sub judice*, está, pelo TCU, condenado a pagar, os gestores, multa por má aplicação de dinheiro público; a FUNASA contrata ou convenia com a UnB três convênios vultosos, de 64 milhões de reais, e a UnB procura a FUNSAÚDE, contrata com a FUNSAÚDE. A primeira dúvida, Relator, há um *bypass*, na minha opinião, claro, por que a FUNASA não foi direto à FUNSAÚDE? Por que a FUNASA não contratou diretamente com órgãos especializados os serviços de que precisava para atender a saúde indígena?

Muito bem. No meio disso e, repito, os convênios estão, pelo TCU, mediante acórdão 1026/2007, os convênios estão *sub judice*; eles foram investigados e foram tidos como irregulares. Há clara decretação de culpa aos gestores. Nós não estamos procurando perseguir ninguém, nós estamos no rastro de cumprir a nossa obrigação, que é a de determinar procedimentos para a correta aplicação de dinheiro público. Quando esse dinheiro chega à UnB, o Reitor da UnB entrega ao Dr. Alexandre a tarefa de ser o gestor dos convênios, confere?

SR. ALEXANDRE LIMA: Administrativos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Administrativos. A partir daí, a informação de que eu disponho, do Ministério Público, veja, a FUNSAÚDE é uma entidade privada e, portanto, sujeita à fiscalização do Ministério Público. O Ministério Público tem constatações, tem documentos e alguns documentos chegaram as minhas mãos. E a FUNSAÚDE, pelo fato de ser uma entidade privada, poderia exigir que aquilo que lhe chegasse, ela tivesse autonomia para gastar, mas não é a informação de que eu disponho. É que a FUNSAÚDE obedecia à monitoração do Dr. Alexandre Lima, só fazia aquilo que o Dr. Alexandre Lima determinasse. Essa é uma primeira constatação a que eu chego e que tem algo errado nesses procedimentos. Porque, se a FUNSAÚDE foi contratada pela UnB e a notícia que me chega é que a FUNSAÚDE só opera qualquer coisa mediante a monitoração do Dr. Alexandre Lima, nós estamos tratando de aplicação de recursos com poderes concentrados numa pessoa.

Chegaram às minhas mãos, isso eu queria que o Dr. Alexandre explicasse, e-mails que constam de depoimentos ou do processo, do Ministério Público, de apreciação da FUNSAÚDE. São e-mails que eu suponho serem da Sra. Elenilde Duarte para alguém da FUNSAÚDE. Ela se refere... Ou esses e-mails se referem ao fato, e esse que me intriga mesmo, Senador Inácio Arruda, esse é que me intriga mesmo, porque há uma taxa de cinco mais 2,5%, de 7,5%, que a FUNSAÚDE paga, taxa administrativa, paga para a gerência de alguém, que a gente tem que ver quem é,

se é o Sr. Alexandre Lima, para a cobertura de despesas, que aí sim vem a minha preocupação, para mim, são uma grande interrogação. Nós estamos falando em 64 milhões de reais, 7,5% disso, são... É dinheiro muito, são mais de cinco milhões, para a aplicação em coisas que eu vou relatar aqui, que me causaram estupefação.

Mas vamos, primeiro, à questão das taxas de 7,5%, que a FUNSAÚDE era obrigada a pagar, para a gestão, pelo que eu vou ler dos e-mails, concentradas nas mãos do Dr. Alexandre Lima. É claro que são suspeitas que eu tenho, que esse é o momento claro de se esclarecerem, são apenas suspeitas, nós temos que esclarecer.

Os e-mails... Os e-mails eu recebi e são documentos decorrentes da investigação que o Ministério Público leva a efeito, pela sua obrigação institucional, de fiscalizar a FUNSAÚDE. E-mails da senhora... Suponho, Elenilde Duarte para a FUNASA. Um deles: "Esta conta que você vai abrir, só com autorização do Alexandre, será movimentada. Dentro dos nossos Projetos, serão envolvidos muitos sites, servidores e de mais material permanente, que só podem ser adquiridos com recursos próprios. Deve ser de mais materiais permanentes e, para que não coloquemos vocês em dificuldade novamente, essa conta será reservada para isso". Ministério Público. E, no caso da conta administrativa, 2,5, foi aberta pela FUNASA, certamente, pela Fundação... Pela FUNSAÚDE. "Esta conta deve ser movimentada somente com autorização escrita do Sr. Alexandre. A descrição da fatura, para mim, está OK". "A descrição da fatura, para mim, está OK. Só preciso que, em vez de vocês faturarem 5%, faturem 7,5% e deixem 2,5 à disposição". São vários e-mails, em vários momentos. "Desta forma, não precisaremos mais solicitar a vocês que utilizem recursos próprios para 'aquelas demandas de última hora'". Vou ler, de novo. "Desta forma, não precisamos mais solicitar a vocês que utilizem recursos próprios para aquelas 'demandas de última hora'". Outro: "O ideal é que, se houvesse possibilidade, fosse aberta uma outra conta por conta desses 2,5".

A conta que é referida e que receberia 2,5% de todo o montante repassado à FUNSAÚDE era movimentada em conta também de utilização exclusiva do Sr. Alexandre Lima. E, decorrente desta conta ou dessas disponibilidades, é que, Relator, chegam a mim também dados oriundos do Ministério Público, de aplicação de recursos que não se coadunam com correta aplicação de dinheiro público. Desses 2,5, suponho, suponho, desses 2,5 ou dos cinco mais 2,5, teriam sido gastos... Dinheiro da FUNASA, dinheiro do contribuinte brasileiro, do orçamento geral da União, que vai para a

FUNASA. A FUNASA contrata ou convenia com a UnB, que nomeia o Sr. Alexandre Lima, gestor, que contrata a Fundação de Saúde, a FUNSAÚDE, para, mais na frente, vou chegar a outras conclusões, que é determinada a pagar uma comissão, taxa de 7,5%, numa conta, como referida nesses e-mails, para ser operada pelo Sr. Alexandre Lima, para comprar o quê?

Eu tenho, e leio para conhecimento dos membros da Comissão... Organização de café da manhã e almoço para 200 pessoas, aqui já falado, pela Alegro Festas, no valor de R\$6.400,00; aquisição de nove canetas *Mont Blanc*, Senador Wellington, modelo *Star Walker*, no valor de nove mil reais; aquisição de ornamentos natalinos, no valor de três milhões e quebrado; aquisição de TVs LCD 32 polegadas, no valor de 13 mil e tanto; impressão e acabamento de pastas e envelopes, no valor de 49.950; realização de evento para 200 pessoas na Maison Chantall, no dia 10/12 2007; organização e coordenação de evento pela Suíte Organização de Festas, no dia 04 de agosto, de R\$2.500,00.

Uma série de despesas que eu julgo dispensáveis a... Um convênio que objetiva, com dinheiro público, tratar de saúde pública de populações indígenas. Nós estamos falando em cinco milhões de reais. Bypassados, suponho, bypassados, suponho, para gastos dessa natureza.

Muito bem. Eu gostaria de ouvir explicações sobre este assunto porque essa conta, 7,5%, a que a FUNSAÚDE teria sido, pelo que eu estou informado, seria obrigada a abrir conta, a pagar essa taxa de administração, para operação direta pelo Dr. Alexandre Lima, que teria usado o dinheiro nesse tipo de aplicação, que nada tem que ver com a aplicação legítima de FUNASA, a mim causa indignação, perplexidade e necessidade de esclarecimento, principalmente quando me chegam também às mãos informações de que a FUNSAÚDE teria, não terceirizado, um degrau abaixo, quaternizado contratação de serviços com duas empresas, ou com várias empresas, com a MI... Acho que MI Consultores e com a COOPERS, empresas que está dito pelo Ministério Público, são empresas de quatro funcionários, três funcionários administrativos e um motorista, que dizem que nunca executaram serviços para os quais foram contratados. Eu suponho, portanto, que aquilo possa ser uma lavanderia. A FUNSAÚDE contrata com a MI e com a COOPERS, que diz que tem quatro funcionários, diz não, o Ministério Público diz que tem quatro funcionários, e que ela diz que nunca realizou nenhum daqueles contratos, mas que ofereceu comprovação... Recebe dois milhões, um milhão e meio, ou da FUBRA ou da... De um órgão qualquer, público. Dá uma nota fiscal de dois milhões e de um milhão e meio, e disse que nunca realizou ser-

viço nenhum. O que é que eu posso imaginar? Que se esteja ali usando, em quaternização, instrumento para emissão de nota fiscal fria para justificar gastos não realizados com dinheiro público.

O que é que eu acho que, se não forem dadas explicações cabais, esta Comissão tem obrigação de fazer? Quebrar sigilo, quebrar sigilo bancário, quebrar sigilo fiscal. Para quê? Para que a gente tenha o esclarecimento completo; quebrar sigilo não significa nenhuma determinação de culpa por antecipação. Não, é o instrumento de que a CPI dispõe para queimar etapas e chegar a conclusões.

Então, eu gostaria, eu não quero fazer aqui, eu tenho preocupações, eu coloquei de forma provocativa, Dr. Alexandre, de forma provocativa, todas as minhas preocupações. Eu gostaria de ouvir esclarecimentos. Porque, senhor Relator, aqui não se trata de questão de Governo e de oposição, não tem nada que ver. Trata-se de esclarecimento de bom uso de dinheiro público. Se nós não ouvirmos esclarecimentos convincentes, nós temos a obrigação, perante a sociedade, de ir até o fim da linha para esclarecer o que é que está havendo com os 64 milhões da FUNASA. Era essa a colocação que tinha a fazer e as preocupações que esposo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Uma complementação às várias perguntas do Senador Agripino Maia, é que o senhor pudessem precisar os anos que as empresas terceirizadas ou quaternizadas, usando o termo que o Senador utilizou, foram contratadas, essas empresas que ele citou?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC): Eu passo a palavra ao Dr. Alexandre Lima.

SR. ALEXANDRE LIMA: Bom, essa... Cabia à Direção e ao Gestor do Projeto encaminhar as demandas da Coordenação do Projeto, Coordenação-geral do Projeto, para desenvolver algum Projeto que viesse a apoiar as ações. A mim cabia encaminhar para a FUNSAÚDE essas demandas. Até onde eu sei, a FUNSAÚDE tem a sua Comissão de Licitação; nós não fazemos parte dessa Comissão de Licitação. Até onde eu tenho notícias, todos os Projetos e, se não me falha a memória, esse Projeto especificamente, dessa instituição, foi entregue, é um sistema de gestão muito importante, que pode ser usado, inclusive, em Governos estaduais, ele foi entregue. Inclusive, essas televisões que estão mencionadas na compra aí, elas foram utilizadas para a instalação de uma sala de situação, que seria objeto da utilização desse sistema que foi desenvolvido; elas estão instaladas no 6º andar do edifício OK lá da Universidade.

E, portanto, eu não vejo... E, ainda, no que diz respeito à quantidade de... Ao valor de taxa, cinco mi-

lhões, eu acho que nenhuma fundação teve taxa desse valor porque nem todas as atividades, nem todas as ações dos Projetos eram desenvolvidas com apoio das Fundações de Apoio.

Agora, eu digo, explicitamente, embora existam esses e-mails, a única vez, e isso pode ser objeto de uma conversa, de uma convocação do então Presidente da FUNSAÚDE, uma única vez eu conversei com o senhor... Com o professor Dória sobre essa questão de ressarcimento à Fundação de Apoio, das despesas operacionais e administrativas. Eu nunca mandei abrir conta, eu nunca estabeleci percentuais. Se algum funcionário da FUNSAÚDE tratou disso com algum funcionário nosso, é um problema particular deles, mas, por determinação minha, não. Tanto é... O senhor vai verificar, não existe nenhuma assinatura minha, mandando abrir conta ou estabelecendo percentuais. Que eu me recorde, eu só conversei uma vez e essa única vez foi com o professor Dória, antes de existir qualquer tipo de parceria entre a nossa unidade e a FUNSAÚDE. E isso ele disse, em uma Reunião que houve com a Reitoria da Universidade, recentemente. Ele confirma isso.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Uma dúvida a mais, só. Essas TVs, essas despesas com as festas, as canetas *Mont Blanc*, foram pagas com as verbas dos 2,5 ou com a verba do convênio normal?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, essas... Eu encaminhei essas demandas da Reitoria, no caso das canetas, eu encaminhei para pagamento com recursos próprios do Fundo de Apoio Institucional da Fundação de Saúde. Elas foram encaminhadas, solicitando apoio institucional. Todas essas demandas, por exemplo, esses jantares que foram realizados pela Reitoria, o único que eu assumo a responsabilidade, que foi uma solicitação minha, foi essa festa de final de ano, de confraternização; todas essas demandas foram encaminhadas para pagamento com recurso do Fundo de Apoio Institucional, com recurso próprio da Fundação de Apoio.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senhor Presidente, eu acho que há uma série de coisas que têm que ser muito melhor investigadas. O senhor Relator... O Sr. Cleônides de Souza Gomes é o dono... É um contabilista, ele foi ouvido pelo Ministério Público, já tem depoimentos feitos, ele é o dono de algumas empresas, a *MI Management* e a *COOPERS*, e acho que ele tem informações importantes a dar a esta Comissão, bem como, eu, claro, Presidente, honestamente, eu não estou satisfeito com as explicações do Dr. Alexandre, mas não estou mesmo, de forma alguma. A Comissão tem obrigação de aprofundar essa inves-

tigação. Eu não sei qual é a opinião do Relator, se ele ficou satisfeito, se não ficou satisfeito.

Eu acho que as colocações que aqui foram feitas têm muita profundidade e, de forma alguma, esclarecimentos foram dados sobre o foco, o fulcro da questão. Eu acho que eu, repito, essa não é a questão de Governo e oposição; é questão de bom uso de dinheiro público, acho que nós temos que nos entender, temos que nos reunir e vermos qual é a melhor estratégia que suponho ser quebra de sigilo, de investigação, em cima de pontos fulcrais de investigação do bom uso do dinheiro público ou do mau uso do dinheiro público. Agora, eu não sou membro da Comissão, senhor Presidente, mas acho que seria muito conveniente trazer o Sr. Cleônides de Souza Gomes, se é que ele já não está convidado, para aqui esclarecer a quaternização, porque a FUNSAÚDE contratava e ele diz que não realizou nenhum dos serviços para os quais contratava; está dito no depoimento, ele diz que não realizou nenhuma das etapas, os serviços para os quais ele foi contratado. Ele não realizou, está dito. Mas forneceu documentos e aí? Como é que...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): O senhor desconhece essas empresas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Senador, o senhor me desculpe... Não, não conheço. Eu posso encaminhar o sistema de gestão que foi desenvolvido... Eu posso encaminhar cópia, amanhã mesmo, para essa CPI e posso, inclusive, encomendar uma demonstração desse sistema para os senhores verem a importância e o quanto o sistema parrudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor conhece Cleônides de Sousa Gomes, o senhor nunca esteve com ele?

SR. ALEXANDRE LIMA: Nunca estive com ele. Essa contratação foi feita pela sua FUNSAÚDE; a FUNSAÚDE tem a sua Comissão de Licitação, ela quem faz a Comissão de Licitação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senhor Presidente, deixa eu ler aqui trechos.

SR. ALEXANDRE LIMA: Posso ter estado com ele, uma ou outra vez, mas não o conheço.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Não quero fazer nenhuma ligação direta com o Dr. Alexandre, agora, que este assunto tem que ser esclarecido, para que fique claro como é que se gastou o dinheiro, esses 64 milhões, tem... Olhando trechos do depoimento do Sr. Cleônides ao Ministério Público. "Depoimento do Sr. Cleônides, da *MI Management*" e creio que da COOPERS: "Importante que a MI é uma captadora de Projetos para os seus associados. Que a MI tem três funcionários, que são dois assistentes administrativos

e um motorista. Que a sede da MI continua no Riacho Fundo. Que a sede é utilizada para guardar documentos e a sucursal agora fica na SAS, quadra 03, bloco C, sala 104, Asa Sul, Brasília, Edifício *Business Point*". "Que a MI *Management* arrecadou, com a taxa de administração, aproximadamente dois milhões, taxa de administração". Além dos 7,5, abaixo, no andar debaixo, tem mais uma outra taxa de administração, a MI tinha também uma taxa de administração. Talvez desse convênio ou de outros, não sei, tem que esclarecer. Dois milhões... "Que a MI *Management*", isso está no depoimento ao Ministério Público, "que a MI *Management* arrecadou, com a taxa de administração, aproximadamente dois milhões e meio de reais, incluindo a receita de venda de produtos." "Que o depoente afirma que não é ele, os dois auxiliares administrativos e o motorista que executam os contratos, mas, sim, os associados ou empresas privadas".

Durma-se com um barulho desses. Eu acho que essa é a nossa responsabilidade, Senadora Lúcia Vânia, esclarecer estes fatos todos, sem presunções de culpa de quem quer que seja, mas com a determinação de esclarecer, para que a sociedade seja resgatada nos seus interesses.

Eu gostaria que este assunto ficasse sublinhado, para que a Comissão pudesse, num segundo momento, tomar uma deliberação a respeito do aprofundamento dessas investigações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço ao Senador Zé Agripino... O senhor quer responder alguma coisa?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Alvaro Dias, depois, Senador Antonio Magalhães Júnior.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente Raimundo, Senador Inácio Arruda, Lúcia Vânia, Dr. Alexandre Lima, Srs. Senadores, a CPI realiza uma investigação, evidentemente, com todas as limitações da investigação política, com objetivo de colaborar com o Ministério Público, que já vem investigando o Sr. Alexandre Lima, investigando em razão de indícios de enriquecimento ilícito. Houve um aumento em sete vezes, de um ano para o outro, no seu patrimônio, o que levou o Ministério Público a ingressar com uma denúncia por improbidade administrativa.

Nesse processo, os procuradores enfatizam a desconfiança de que Alexandre Lima enriqueceu com verbas da Fundação Nacional da Saúde, por meio de convênio assinado com a Fundação Universidade de Brasília, em 2004. Aliado ao ato de improbidade, já constatado, aplicação regular de verbas públicas, o Ministério Público conclui que há fortes indícios de que

o Sr. Alexandre Lima tenha se locupletado ilicitamente. Ressalto, em trecho da ação contra o ex-Diretor Executivo da Editora UnB, os Procuradores... Ressaltam também que, em janeiro último, por causa da contratação de funcionários fantasmas, o Ministério Público inicia também procedimento, em razão desta contratação de funcionários fantasmas.

Eu quero indagar ao Sr. Alexandre, dizendo que, em 2005, a Universidade tinha em sua estrutura uma Secretaria de Empreendimentos, que gastou 10 milhões, nesse ano de 2005, e foi extinta no ano seguinte. Desse total, seis milhões foram para fazer 600 pagamentos a pessoas físicas e três milhões para diversas ONGs, e nós temos uma relação destas ONGs; algumas ligadas a petistas, e nós temos aqui os seus nomes.

O Reitor... O ex-Reitor da Universidade, professor Timothy, quando prestou depoimento a essa CPI, foi questionado sobre esse desvio de recursos e disse que nada sabia. Não afirmou nada, não disse nada, não esclareceu nada. O Gestor máximo não sabia de absolutamente nada. Não sabia nem por que criou a tal Secretaria e nem por que extinguiu a Secretaria, em 2006. Nós descobrimos que a Editora que o Sr. Alexandre dirige também desviava recursos das UnB para as ONGs. Em 2007, o SIAF registra que o senhor pagou um milhão e 200 mil para a ONG Instituto Universitas, aliás, um milhão, 241 mil, 720, que, estranhamente, esses pagamentos não constam do Portal da Transparência da CGU; aparece apenas o convênio. Então, eu indago, foram verbas da Editora sob sua gestão. O senhor fez esse pagamento a mando do Reitor ou foi a mando de quem?

SR. ALEXANDRE LIMA: Esse foi um convênio assinado ante a Universidade de Brasília e esse Instituto. É um convênio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Foi a mando do Reitor?

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso é um convênio assinado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu estou indagando quem ordenou a assinatura desse convênio?

SR. ALEXANDRE LIMA: O convênio é assinado... Todos os convênios e contratos são assinados pelo Reitor da Universidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pelo Reitor. E ele não sabia, quando esteve aqui, ele não sabia. O senhor conhece o responsável por esse Instituto Universitas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Instituto... Conheço, conheço.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quais são os parceiros desse Instituto?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não conheço quais são os parceiros não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quem é o responsável, então, pelo Instituto?

SR. ALEXANDRE LIMA: Parece-me que a Presidente é Maria Deuzeni... Presidente. Maria Deuzeni. Parece-me que é a Presidente do Instituto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Deuzeni?

SR. ALEXANDRE LIMA: Isto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A Universitas expõe esses parceiros na Internet, são os mesmos que receberam pagamentos da Secretaria de Empreendimentos, extinta em 2006. As ONGs Cidadão do Futuro e a tal Saber Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais, que pertencem ao então vice-Presidente do PT no Distrito Federal. Eu pergunto: Esse Instituto foi utilizado como laranja para a UnB continuar dando dinheiro secretamente para essas ONGs?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, porque isso é convênio e é objeto de prestação de contas... Foram apresentadas prestações de contas; é um convênio, se não me engano, é do FNDE. Isso já foram prestadas contas e aprovadas pelo FNDE, mas não acredito que alguém tenha tido essa intenção, ao firmar esse convênio com esse Instituto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quem mandou o senhor repassar esse dinheiro da Editora para essas ONGs dirigidas por petistas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, eu não repassei recursos para nenhuma ONG petista.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor repassou para Instituto, que repassou para.

SR. ALEXANDRE LIMA: Foi feito um convênio, Senador, com o Instituto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não, mas foi o senhor, a responsabilidade é sua.

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim. O Projeto estava conosco, mas a assinatura do convênio é do Reitor, mas a responsabilidade pela emissão da ordem bancária, com certeza foi minha, com base num convênio assinado. Agora, a vida do Instituto, para lá, o que interessa para nós é que ele cumpriu com as suas obrigações. Agora, não houve nenhuma intenção de fazer repasse para ONG A, ONG B, de maneira alguma. Até porque.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então, a responsabilidade do convênio é do Reitor e a responsabilidade.

SR. ALEXANDRE LIMA: Em termos de assinatura, sim, e a execução.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A execução é sua?

SR. ALEXANDRE LIMA: A execução é do nosso órgão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A UnB não tem que dar dinheiro para ONGs, eu creio que a UnB tem outros objetivos, e não só deu dinheiro para essas ONGs, em 2005, como passou a ocultar as transferências, em 2007, fazendo, através da Editora. Isso começou na Secretaria de Empreendimentos, que não estava sob a sua batuta; em 2007, passou para sua responsabilidade, na Editora. É óbvio que a mesma pessoa que controlava o dinheiro da Secretaria de Empreendimento passou a controlar a verba da Editora. Há uma ação coordenada para fins ilegais. Quem é que comandava todo esse processo? Era o Reitor?

SR. ALEXANDRE LIMA: A Secretaria de Empreendimentos foi extinta. Alguns Projetos que estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Empreendimentos, alguns Projetos, já no final não existiam quase nenhum, foram passados para que nós fizéssemos a conclusão, e foi só o que aconteceu.

Agora, sob nossa responsabilidade, só para o senhor ter uma idéia, sob nossa responsabilidade conforme eu disse inicialmente, me parece que o senhor não estava presente, os pilares de sustentação financeira para o desenvolvimento das atividades da Editora, um dos pilares foi a prestação de serviço, e a Editora, em 2004, ela teve Receita de 14 milhões com Projetos que ela executou; em 2005, 19 milhões; em 2006, 33 milhões e, em 2007, 49 milhões. Era um trabalho da Editora.

O que eu disse é que a Editora, assim como a tal da Secretaria de Empreendimento, que foi extinta, o CESPE, o Centro de Excelência de Turismo, o Centro de Excelência de Transporte Urbano, são unidades da Universidade, por isso que não há ocultação, são unidades da Universidade, que executam convênios pela Universidade. O CGC é da Fundação Universidade de Brasília.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não vou discutir com Sr. Alexandre Lima o desvio de finalidade numa Universidade que tem carências incriveis, desperdiçando recursos públicos através de ONGs, e a ONG que mais recebeu foi a Saber Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais. O senhor sabe quem era o dono dessa ONG?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não conheço, nunca estive com o pessoal dessa ONG. E, se não me falha a memória, isso não saiu da nossa unidade administrativa, essa parceria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Essa ONG pertencia a Raimundo Ferreira da Silva Júnior.

E há um cidadão com esse nome, a menos que seja homônimo, que, na época do escândalo do Mensalão, era vice-Presidente do PT aqui no Distrito Federal e assessor de um Deputado Federal do PT, que renunciou ao cargo, depois de admitir que sacou 100 mil reais no Banco Rural, na Agência pagadora do Mensalão.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas essa parceria é com a Secretaria de Empreendimentos, não é, Senador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu gostaria de saber do senhor se foi essa a razão da extinção dessa Secretaria de Empreendimentos, que realmente era uma parceria com essa Secretaria, à época.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não sei qual foi a decisão que motivou o Reitor a extinguir a Secretaria de Empreendimentos, mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade para uma colocação que o senhor fez, e eu não dei uma resposta, sobre a questão do processo de improbidade administrativa, que o Ministério Público entrou com essa ação agora em janeiro, alegando, funcionários fantasmas, tudo isso, só gostaria de registrar, como eu já havia registrado para o Relator, Senador Inácio Arruda, que todos os nomes, todas as pessoas que foram pagas, os nomes foram encaminhados, pelo Ministério da Educação, na gestão do então Ministro Paulo Renato. Então, ele é que encaminhou, dentro da estrutura do Ministério, que encaminhou esses nomes. Se existe algum fantasma, os fantasmas nós temos que procurar no meio dessa gestão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Certamente, o Ministério Público vai.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): .Apon-
tar os fantasmas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Há um problema de esclarecimento, quer dizer que é um problema no MEC?

SR. ALEXANDRE LIMA: O MEC é que encaminhava esses dados para pagamento; eu só fazia processar o pagamento e o recurso era mandado da Reitoria para a Editora, para eu efetuar o pagamento e, paralelamente, o Ministério da Educação encaminhava as folhas de pagamento para que fossem processadas. Se existia, e esse foi o meu depoimento no Ministério Público, se existia algum nome ali que não tinha nada ver com o processo do MEC, a responsabilidade era do Ministério da Educação. Não pode ser atribuída a mim, isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Alexandre Lima, eu já citei duas ONGs que receberam recursos e que são de responsabilidade de petistas, um deles, o último a que eu me referi, Raimundo Ferreira da Silva Júnior, um outro candidato a Prefeito,

numa cidade Ocidental, e eu gostaria de saber se o senhor sabe de outras ONGs também ligadas ao PT, que receberam recurso da Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não sei porque a Editora, Senador, ela existe desde 1961, e, desde 1961, ela faz parceria com várias instituições, públicas, privadas, nacionais e internacionais. E eu citei, inclusive, uma parceria importante que nós fizemos com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 1999. Como poderia, agora, na gestão do PT, como nós fizemos alguns contratos, convênios ou contratos, com órgãos, com Ministério do Governo Lula. A Editora está acima dessa questão partidária.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou citar mais duas, então, para seu conhecimento. CATAVENTOS e CIDADE VIVA, cujo nome oficial não é o que consta dos registros, que seria ONG CIDADÃO DO FUTURO. A ONG CIDADÃO DO FUTURO participou do Programa Primeiro Emprego nas regiões Norte e Nordeste. E a SABER com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional para capacitar Conselheiros de alimentação escolar. Além disso, os pagamentos feitos para o Instituto Universitas, pelo Alexandre Gusmão, também desapareceram do Portal da Transparência. Ou seja, é tudo muito confuso, tudo muito embaralhado, são muitas ONGs; ONGs ligadas a militantes de um partido político.

Fica evidente que não há um critério de prioridades para se gastar o dinheiro público, dinheiro de uma Universidade. É evidente que os estudantes que invadiram a Reitoria da UnB o fizeram exatamente com esta santa indignação, de quem não pode assistir passivamente esse festival de irresponsabilidade que se verifica. O senhor mantém, aliás, o que a senhora... Acho que o senhor já respondeu ao Relator.

SR. ALEXANDRE LIMA: Da minha esposa, já respondi sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como?

SR. ALEXANDRE LIMA: Da minha esposa, já respondi sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Da Maria Deuzeni Serrão Ribeiro.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela que é a Presidente dessa ONG.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela está na Editora, não é?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela tem alguma atribuição na Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Que eu saiba, não. Ela pode ter, ela pode ter executado, veja bem... Nós temos, na Editora, um grupo de pessoas fixas que

cuidam da execução dos Projetos e um grupo, vamos dizer assim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas ela não está na folha de pagamentos da Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela pode ter recebido algum pagamento por.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela pode ou recebeu?

SR. ALEXANDRE LIMA: Pode ter recebido, porque eu não me recordo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor não sabe também?

SR. ALEXANDRE LIMA: São mais de 2500 pessoas, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas é Uma Editora; não é o Governo da União. Não estamos tratando do Governo da União; nós estamos tratando de uma Editora de uma Universidade. O senhor dirige e não sabe?

SR. ALEXANDRE LIMA: Na área.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor sabe; o senhor não quer assumir que sabe, mas sabe.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não, na área de prestação de serviço, existem mais de 2500 prestadores de serviço, que participam da execução dos Projetos. Ela pode ter recebido, ela pode ter participado de algum Projeto, desenvolvido alguma atividade pontual.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela recebeu, mas não foi pouco não. Se o senhor quiser, eu digo quando ela recebeu, ano a ano.

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu poderia informar para o senhor, posteriormente, para a CPI, posso fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só queria entender, é funcionária.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O depoente está sob juramento. Agora, se eu que não sou da Editora, não trabalho na Editora, não dirijo a Editora, eu tenho aqui, e é evidente que ele, vindo a uma CPI, antes de vir, vai se informar, vai atualizar as informações... A senhora Maria Deuzeni recebe, em 2007, 6081; em 2006, 59 mil e 13; 2005, mais 27 mil, 213; 2004, 46 mil, 656... Enfim, há aqui valores expressivos recebidos por ela. E ela é... E ela é... O senhor sabe que, além de Editora, se ela participa de alguma outra instituição ligada à Editora ou que celebrou convênios com a Editora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ligada à Editora, não. Até onde eu sei, ela é Presidente desse Universitas e se ela recebeu algum recurso de Projetos da Editora, porque ela executou alguma tarefa dentro de algum Projeto da Editora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente. O senhor confirmou, ela é responsável por esse Instituto Universitas, que é premiado com recursos significativos da Editora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ela é contratada, então?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela recebe como RPA, como a maioria dos prestadores de serviço.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É uma relação de promiscuidade incrível.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é relação de promiscuidade. A execução de um Projeto—

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): .Ganha de um lado, ganha de outro, exerce o poder de influir, porque atua dentro da Editora; monta uma ONG para receber recursos da Editora e, lamentavelmente, nós somos obrigados a ouvir, na CPI, sempre, que não se sabe de nada. Na Receita Federal, ela aparecia como responsável por esse Instituto, que o senhor pagou um milhão e 200 e poucos mil. Foi o senhor que a mandou criar essa ONG, em 2005?

SR. ALEXANDRE LIMA: De maneira alguma.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Agora, o senhor deve saber, para onde foi esse dinheiro? Esse dinheiro repassado para esse Instituto foi parar aonde?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela executou um trabalho previsto no plano de trabalho, no convênio que foi firmado, prestou contas e essa prestação de contas foi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Qual o trabalho que ela apresentou?

SR. ALEXANDRE LIMA: .Se não me engano, é um Projeto da área de nutrição.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Erudição?

SR. ALEXANDRE LIMA: Nutrição escolar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Nutrição.

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso foi feito pelo Departamento de Nutrição da Universidade e isso já foi prestado conta, inclusive, para o FNDE.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu gostaria, senhor Presidente, de solicitar ao Dr. Alexandre Lima que encaminhe a essa CPI o processo dessa despesa com o Instituto, para que nós possamos conhecer o paradeiro desse dinheiro. Não basta ele afirmar que foi feito um Projeto de nutrição infantil e

fica por isso mesmo. Nós precisamos saber de todo o processo, a documentação que comprove as despesas realizadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ela é contratada por RPA e ela dirige uma ONG que recebe dinheiro... Mas isso é um absurdo. É isso mesmo? Então, ela está nas duas pontas.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela dirige uma ONG. Mas ela não recebe por esse Projeto, ela trabalha por outro Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas ela trabalha lá dentro, ela usa espaço físico.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não usa espaço físico; nós temos uma série de profissionais, que são contratados, que desenvolvem as suas atividades até fora de Brasília. Nós temos uma série de profissionais que são.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente, olha, veja aqui, nós precisamos de esclarecimentos. Acho que caberia até uma auditoria na Universidade de Brasília. Veja aqui, 46 mil reais... Outras despesas correntes, outros serviços de terceiros, serviços de terceiros, 46 mil, mas não há nenhum esclarecimento sobre esse serviço de terceiros, do que se trata? Ela recebe pela ONG e recebe como contratada da Editora. Ela presta serviço pela ONG e presta serviço para Editora, enfim...

SR. ALEXANDRE LIMA: Tem professores, dentro da... O senhor me permite, Senador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não.

SR. ALEXANDRE LIMA: Tem professores, dentro da Universidade, e funcionários dentro da Universidade, que executam as suas atividades no seu dia-a-dia ali e, ao mesmo tempo, estão dando aula fora de Brasília, recebendo pelas Fundações de Apoio ou recebendo até pela própria Universidade, além do seu salário. Então, são atividades que... Recebe como uma prestação de serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Princípio da dedicação exclusiva não existe lá, então?

SR. ALEXANDRE LIMA: Bom, imagino que não, mas várias pessoas dentro da Universidade, o próprio pessoal que trabalha no CESPE, que atende ao CESPE nos concursos públicos, todos eles têm suas atividades regulares. Qualquer pessoa pode.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu creio, senhor Presidente, que é fácil trazer esse tipo de esclarecimento, que é um esclarecimento superficial, questionável sob todos os pontos de vista. Eu creio que,

se fizerem uma devassa na Universidade de Brasília, encontrarão muito mais de podre do que se imagina. As aparências não podem enganar tanto; os indícios são muito fortes.

Eu quero indagar do Sr. Alexandre quais são as empresas em que seu filho Pablo Vieira de Freitas Lima figura como responsável, como sócio. Não se trata de bisbilhotar a intimidade da sua família não; tem razão de ser a pergunta.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ele tem uma participação societária numa empresa de informática e tem uma empresa de consultoria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): As empresas que seu filho figura como responsável ou como sócio possuem negócios ou receberam recursos da UnB ou de suas Fundações de Apoio?

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu indiquei, algumas vezes, para determinados tipos de serviços, que se enquadraram dentro da empresa, não sei se foi no caso da FUNSAÚDE, se não me engano, ela contratou para desenvolver um sistema para gente. Mas, diretamente da Editora, não, a Fundação foi indicada e contratada pela Comissão de Licitação da Fundação de Apoio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A empresa... Seu filho tem duas empresas, o senhor mesmo disse.

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A Poranduba Comunicações e Representações.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, essa não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Recebeu recursos da UnB.

SR. ALEXANDRE LIMA: Essa, ele ficou um mês ou dois meses como sócio dela. Ela não...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como?

SR. ALEXANDRE LIMA: Essa aí, ele não é sócio dela mais não. Essa não. Isso foi no começo da empresa, que ele foi sócio dela.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Nós temos aqui o documento que tem a participação dele na empresa.

SR. ALEXANDRE LIMA: É, tinha. Mas ele não é mais não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é mais sócio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não é mais, mas, ao tempo em que recebeu, era sócio da empresa. Aliás, uma empresa que tem escritório no edifício *Office Tower*, que é um luxuoso edifício, e consta como representação comercial de uma Revista patro-

cinada por estatais, como Caixa Econômica Federal, PETROBRAS, enfim...

SR. ALEXANDRE LIMA: São várias revistas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O seu filho foi ou é sócio de LMR?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ele é sócio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Cujo nome é criar *software*?

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso, essa ele é sócio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A Poranduba Comunicações.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é sócio mais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Foi sócio, segundo o senhor disse, foi sócio. Quem são os sócios do seu filho?

SR. ALEXANDRE LIMA: Bom, o nome completo deles eu não sei, mas é Régis e Marco Antônio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A irmã, mãe, Iara Ribeiro Barroncas, que é filha da Deuzeni.

SR. ALEXANDRE LIMA: No caso dessa Poranduba, que não é mais, há vários anos que essa empresa foi encerrada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É da Poranduba. Eram sócios?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, eles eram sócios, lá para trás, isso. Agora, dessa outra empresa, essa LMR, é outro pessoal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então, veja, senhor Presidente, senhor Relator, como há aí uma relação de promiscuidade. A Sra. Deusa, o apelido dela é Deusa, trabalha na Editora; tem uma ONG que recebe dinheiro da Editora; tem uma filha que é sócia do filho de quem dirige a Editora, e quem ordena o pagamento de recursos para D. Deuzeni, D. Deusa, e que também autoriza o repasse de recursos para uma ONG laranja que, por sua vez, repassa o instituto, esse instituto, que repassa para outras ONGs, ligadas a políticos do PT.

Portanto, é uma conexão perigosa, é uma... É uma conexão complexa, perigosa e promíscua. Quem é Iara Ribeiro Barroncas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Filha do Joaquim Barroncas e da Maria Deuzeni. A Maria Deuzeni e o Joaquim Barroncas são separados há vários anos, há mais de 10 anos. E o Joaquim Barroncas é que é sócio dessa empresa. A Maria Deuzeni não tem nada a ver com essa empresa. É o ex-marido dela que.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A verdade, senhor Presidente, desculpe, mas... É uma relação de.

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu os conheço há vários anos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): De pessoas íntimas, de famílias, de famílias, de ex-família, de ex-família, atual família, ex-família, mas, o dinheiro público deve ser colocado a serviço dessas conexões familiares? O filho tem ligações com a filha da dirigente da ONG, para a qual destina mais de um milhão e 200 mil reais, além dos pagamentos efetuados diretamente pela Editora para a pessoa física da D. Deusa.

Em fevereiro, o Correio Braziliense divulgou que Elenilde Maria Duarte, seu braço direito na Editora, empregava o seu filho de 25 anos na UnB. Recebia de várias fontes, da CESPE, da Editora, e até da FUNSAÚDE, para assistência aos índios de Mato Grosso. O senhor confirma.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela não é o meu braço direito; ela é coordenadora de Projetos da Agência, da Editora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Múltipla atividade.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela é Coordenadora de Projetos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Polivalente. Recebia de várias fontes, era difícil saber se realmente ele realizava várias funções. O senhor é sócio ou a sua esposa é sócia de alguma empresa?

SR. ALEXANDRE LIMA: A minha esposa tem uma empresa de consultoria e eu... Eu sou sócio, mas não tenho participação qualquer na empresa e o ano passado é que eu me tornei sócio dessa empresa, e essa empresa está inativa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É, a sua esposa é da empresa à qual nos referimos antes, com ligações naquele prédio, Idéias Assessoria, me referi há pouco a ela, Idéias Assessoria e Consultoria.

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Foi criada em 2001?

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso, é dela só. Essa empresa, só o ano passado que eu me tornei sócio da empresa. E a empresa está inativa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E essa empresa fez negócios com a UnB?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, ela está inativa, até onde eu tenho conhecimento, não. Ela está inativa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Está inativa agora?

SR. ALEXANDRE LIMA: Desde 2002, 2003, alguma coisa assim, não me recordo. Era uma empresa... É uma empresa que era dela e do irmão dela.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A D. Lorena participou também da empresa LMR?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não. Ela foi casada com um dos sócios.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela foi casada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É isso que eu tenho aqui.

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas ela não participou dessa empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela era casada e o marido era da empresa.

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso. O marido era um dos sócios, o ex-marido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É esposa sua?

SR. ALEXANDRE LIMA: É a minha atual esposa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Recebeu da FUNSAÚDE essa empresa, em 2007.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela fez um sistema de custos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Está sendo investigada também pelo Ministério Público, pelo Promotor Ricardo Antônio Souza. Qual o... Eu não sei se o senhor saberia responder, provavelmente vai dizer que não, qual o valor do maior contrato que firmou esta Idéias Assessoria?

SR. ALEXANDRE LIMA: O maior contrato? Eu não sei. Ela está inativa, não tenho conhecimento da documentação dessa empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O nome do ex-esposo da Lorena é Marco Antônio Bettini Gomes.

SR. ALEXANDRE LIMA: Isso, o ex-esposo dela.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor controlava as verbas da FUNSAÚDE, destinadas à saúde indígena, dentre os pagamentos efetuados, que estão sob investigação no Ministério Público, incluem-se aqueles feitos para LMR. O senhor sabe quem são os sócios da LMR?

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, sei, mas eu não controlava; eu era o gestor do convênio, do contrato entre a Fundação Universidade de Brasília e a FUNSAÚDE para vários Projetos, aliás, dos 57... Dos 59 Projetos dentro da nossa unidade, eu era o gestor. Por uma questão de ser do quadro e ser o Diretor, eu era o gestor. E, para... Os sócios da LMR são... É o ex-marido da minha esposa e o outro rapaz, o Régis.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O seu filho não foi sócio?

SR. ALEXANDRE LIMA: O meu filho é sócio dessa empresa. É sócio dessa empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois é. E é essa empresa que recebe os recursos.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, não recebe. Ela deve ter recebido recurso por um serviço que prestou.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Entre os pagamentos efetuados, que estão sob investigação do Ministério Público, incluem-se aqueles feitos para a LMR. Portanto, são recursos recebidos pela Universidade de Brasília.

SR. ALEXANDRE LIMA: Senador, se me permite, para qualquer e todo serviço ou produto encontrado, contratado, nós temos como comprovar. Ou seja, sistema ou serviço ou produto entregue, como o caso das televisões, como o caso de qualquer coisa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou concluir, senhor Presidente, mas não poderia concluir sem registrar a minha opinião; tráfico de influência é muito pouco, é muito pouco tráfico de influência, aí é uma relação de promiscuidade complexa, ampla, profunda. Envolve interesses familiares. O dinheiro público à disposição de um grupo de pessoas que se relacionam na intimidade familiar e profissional e, lamentavelmente, quem perde é o contribuinte; neste caso, perde uma Universidade que tem história, que tem tradição e tem que ser preservada.

Eu imagino que agora, senhor Presidente, é inevitável votarmos o Requerimento que pede a quebra do sigilo bancário do Dr. Alexandre Lima. Ele afirmou que a justiça negou a solicitação no Ministério Público e nós queremos colaborar com o Ministério Público. É claro que, quando se pede, Sr. Alexandre, a quebra do sigilo bancário, não se está condenando quem quer que seja.

SR. ALEXANDRE LIMA: Sei disso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Está se oferecendo uma oportunidade, até para que se tenha um atestado de boa conduta, eventualmente.

SR. ALEXANDRE LIMA: Exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É bom afirmar também que nem sempre a quebra do sigilo bancário esgota qualquer tipo de suspeição. Porque é óbvio que desvios podem existir, sem que eles fiquem registrados no sistema financeiro.

SR. ALEXANDRE LIMA: Evidentemente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas eu indago se o senhor concordaria em autorizar, para evitar até que essa CPI tenha que deliberar sobre Requerimento, se o senhor autorizaria a quebra do seu sigilo bancário?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não, eu não autorizo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu também tenho por hábito, senhor Presidente, concluir, sempre que alguém não autoriza a quebra do seu próprio sigilo bancário, é porque está se autoprotegendo, que

algo de errado existe. Porque, evidentemente, quem não tem o que temer, quem não tem o que esconder, não se recusa, quando investigado, quando investigado; é inevitável a investigação quando o investigado autorizar a quebra do seu próprio sigilo bancário. Então, o senhor sai daqui hoje, se já era suspeito ao chegar, sai daqui com uma dose maior de suspeição, Sr. Alexandre Lima. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias e colocar, a gente só não coloca o Requerimento em votação, porque não tem *quorum*. Agora, esta CPI, ela vai ter que assumir uma responsabilidade perante a nação brasileira; o ensino público já tem problemas que chegam e o exemplo da UnB está desmoralizando toda essa estrutura. Ou nós aprofundamos essa investigação, porque o Reitor, o Timothy, vem aqui e diz que é o pessoal da FINATEC; a FINATEC vem e diz que é o pessoal da Editora; a Editora vem e diz que é a FUBRA... E, aí, realmente, nós vamos ter que avançar e concluir essa etapa.

Na próxima Reunião, nós vamos conversar com o Relator, vamos colocar, mudando a ordem, que esses Requerimentos sejam os primeiros a serem votados, para que a gente possa, de fato, aprofundar essa investigação e esclarecer isso à nação; é uma coisa que se impõe. Não é uma questão partidária, não pode ser uma questão partidária, não é uma questão de Governo e oposição, até porque envolve um processo que vem há mais tempo; essas pessoas estão na UnB há muito mais tempo do que a este Governo, e há muito mais tempo esse problema vem se agravando. É o problema da fiscalização, do controle, da eficiência e da crise ética que o Brasil vive. Ou nós damos a nossa colaboração, aprofundando, quebrando sigilo e punindo os culpados, se eles houverem, ou realmente não há razão para continuarmos esse trabalho.

Eu, pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, que fez a troca com o Senador José Agripino.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente, Sr. Alexandre Lima, Srs. Senadores, também muito estranha é a relação da Editora da Universidade de Brasília com algumas empresas, até de um mesmo grupo, uma delas é a *MI Management*, a outra é a COOPERS, nome sofisticado demais para o que fazem essas empresas, a Editora pagou dois milhões para *MI Management*, entre 2005 e 2007. A FUNSAÚDE pagou mais um milhão, para prestar serviços que tiveram dispensa de licitação por notório saber. Notório saber por ter capital humano. Sabe qual é... Sabe quantos funcionários tem a empresa? Três. Dois assistentes administrati-

vos e um motorista. Esse é o capital humano de uma empresa que, por notório saber, teve dispensa de licitação. Absurdo completo e total. É inacreditável que se... Que não se venha a suspeitar de um tremendo laranjal nessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Tem três funcionários e foi contratada por notório saber.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E tem sete Diretores, e o Sr. Cleônides de Souza Gomes, que depôs no Ministério Público e deu todas essas informações, é o Presidente. E tem oito Diretores e três funcionários. Essa empresa, de notório saber, por ter capital humano capacitado, é a empresa que trabalha para a Editora e da qual recebeu dois milhões de reais.

E a justificativa para montar um Portal... Esse Portal custou 690 mil reais e não está funcionando ainda. E o Sr. Cleônides, depondo no Ministério Público em relação a contrato que ele tem com a FUNSAÚDE, que é aquele outro milhão, ele disse que não sabe quase nada sobre o Projeto, quer dizer, quem sabe? Se ele recebe um milhão e não sabe nada, imagine que tamanho de laranjal nós não estamos nos defrontando aqui. Imagine.

Então, realmente, essa investigação, inclusive, o senhor disse que não o conhece e ele disse que também não conhece o senhor. Quer dizer... É uma empresa que está dando... Quer dizer, está dando notas fiscais por serviços absolutamente frios. Disso eu não tenho nenhuma dúvida. A minha dúvida aqui é nenhuma.

Então, o promotor Ricardo Antônio de Souza, ele recolheu o depoimento do Sr. Cleônides, que é uma pessoa humilde, é um contador de nível médio, mas, com certeza, ele era laranja de alguém que nós desconhecemos.

Então, eu faria as seguintes perguntas a V.Sa.: Através da Editora e da FUNSAÚDE, o senhor pagou pelo menos três milhões e meio de reais para as empresas ligadas ao Sr. Cleônides de Souza Gomes, a *MI Management* e a *COOPERS*. Quem é essa grande figura do Sr. Leonildes? O Ministério Público já reuniu fortes indícios de que Cleônides é laranja, isso aqui está muito claro nesse depoimento. Ele mesmo declarou que suas empresas não prestavam serviço algum, apenas recebiam taxa de administração, entre seis e 10%. Quem foi o efetivo beneficiário dos recursos que o senhor pagou para as empresas do Sr. Cleônides.

SR. ALEXANDRE LIMA: Essa é instituição... Não é uma empresa, até onde eu tenho conhecimento, isso é uma OCIP, ela trabalha com associados, e eu acredito que esse valor... Deva ter algum engano nesse valor pago. Todos os serviços, todos os serviços con-

tratados, direta ou indiretamente, por nós, nós temos o comprovante e o produto entregue. O sistema só não foi implantado, porque, inclusive, a sala de situação está instalada lá no Edifício OK, só não foi implantada porque o convênio foi rompido. Senão, eles teriam... Mas ele está à disposição. E, inclusive, não é o Portal; é um sistema de gestão de saúde pública.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas, Sr. Alexandre, mas essa empresa não tem nenhuma habilitação para prestar esse serviço não, me desculpe.

SR. ALEXANDRE LIMA: O processo de seleção foi feito pela FUNSAÚDE; lá é que tem uma Comissão de Licitação.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas o senhor, que paga dinheiro público, o senhor tem que verificar se efetivamente a empresa tem condições e se ela está entregando o serviço pelo qual foi contratada.

SR. ALEXANDRE LIMA: Senador, nos foi entregue um produto de qualidade, que pode ser auditado por qualquer especialista e que nem a FUNASA tem um produto desses para fazer os seus registros.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Se o senhor comprovar aqui que o produto foi entregue, houve a intermediação laranjal dessa empresa aqui, para receber alguma comissão. Disso eu não tenho dúvida nenhuma, porque essa empresa não tem nenhuma estrutura para oferecer esse tipo de serviço. Ela entrou na intermediação para auferir essa comissão aqui, e que Deus sabe para onde foi esse dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor, para colaborar, o senhor disse que quem pagou foi a FUNSAÚDE, mas, no relatório, está que a Editora pagou dois milhões.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pagou dois milhões e 46.

SR. ALEXANDRE LIMA: Eu teria que verificar, me parece que o Projeto não foi.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pagou dois milhões e 46.

SR. ALEXANDRE LIMA: Parece-me que o processo de contratação não foi adiante. Teria que verificar.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Esse assunto merece investigação profunda, temos, digamos, empresas laranjas, auferindo comissões de dinheiro público e que não têm nada a ver com serviço, quer dizer, elas podem até ter, por indicação de quem está gerindo, ter subcontratado, mas estão auferindo comissão. Então, ou seja, destinada a alguém. Então, nós precisamos nos aprofundar nesse

assunto. Eu acho que é dever desta Comissão ir fundo aqui nesse assunto por que uma empresa desse tipo não tem condições de prestar esse serviço. Então, se ela entrou para auferir comissão, essa comissão vai ser destinada a alguém, e esse alguém nós precisamos apurar.

Então, é lamentável que se use e abuse do dinheiro público desta forma: dispensa de licitação por notório saber, por capital humano, capital intelectual, que a empresa tem dois assistentes administrativos e um motorista. Eu peço desculpas ao senhor, mas é inaceitável, quer dizer, a gestão administrativa que o senhor disse que faz, dos recursos desse convênio, o senhor não está... Que gestão é esta?

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela trabalha com associados; é uma OSCIP que trabalha com consultores associados.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Que associados?

SR. ALEXANDRE LIMA: Bom, aí, ela é que tem o quadro, Senador.

[falas sobrepostas].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Agora, essa maneira de gerir o dinheiro público.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ela não presta e não prestou serviço só para nós; ela prestou serviço para vários Ministérios.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu sei que não presta, ela pode prestar para outros, mas o senhor é responsável pela gestão administrativa desse convênio.

SR. ALEXANDRE LIMA: E eu tenho o produto, Senador, de qualidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de ter mais informações sobre esse assunto. Eu não estou satisfeito com as respostas; as respostas são evasivas e acho que a Comissão tem que ir a fundo, em vários detalhes desse... Porque tem muita coisa errada nessa relação entre a FUNSAÚDE, a Editora, a Universidade, tem muita coisa para ser aprofundada aí. Eu tenho certeza que o Presidente e o Relator vão se dedicar a isso e que, fatalmente, nós teremos novidades para esclarecer esse assunto que, para mim, está absolutamente obscuro e não, não fiquei satisfeito com as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senhor Presidente, senhor Relator, Sr. Alexandre Lima, Srs. Parlamentares. Senhor Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de hipotecar total solidariedade à fala de V.Exa. É extremamente frustrante para nós ouvirmos

o que estamos ouvindo aqui hoje e não podermos ter acesso às informações como elas devem ser feitas. Acredito que V.Exa., como professor que é, como com-promissado com a geração que espera muito, principalmente dessa Casa, dessa CPI, não pode ser outra reação que não seja de frustração.

Eu acredito que aprofundar nessa questão da UnB é uma obrigação dessa ONG... Dessa CPI. Se nós conseguirmos aprofundar nessa questão, ao invés de divagarmos em outros Requerimentos, nós iríamos achar o fio da meada porque não se explica, e eu gostaria de perguntar ao Sr. Alexandre, por que a FUNASA não faz o convênio diretamente com a FUNSAÚDE? Tem que fazer com a FUB?

SR. ALEXANDRE LIMA: A FUNASA fez a proposta de parceria para a Fundação Universidade de Brasília.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas, que... Quantas fundações são essas que a Universidade tem? Qual a função da FUB? Qual a função da FUNSAÚDE?

SR. ALEXANDRE LIMA: A FUB é a mantenedora da Universidade de Brasília, Senadora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas qual a função dela? É operar convênios com a saúde?

SR. ALEXANDRE LIMA: Também, desenvolver.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E qual a função FUNSAÚDE, é operar convênio com a saúde também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um aparte, a mantenedora da UnB é a FUB?

SR. ALEXANDRE LIMA: É a FUB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é o Governo?

SR. ALEXANDRE LIMA: O Governo... Isso, através da FUB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O dinheiro vai para a FUB e vai para a UnB?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O dinheiro vai para a FUB, que faz convênio com a FUNSAÚDE, por que não direto, Governo e FUNSAÚDE? Qual a função do Fundo de Apoio Institucional? Qual a... Que despesas podem ser pagas com este Fundo e quem autoriza essas despesas?

SR. ALEXANDRE LIMA: Quem solicita as demandas do Fundo, para serem pagas com recursos do Fundo de Apoio Institucional, é a Reitoria da Universidade, não sou eu que faço a gestão desse... Eu posso, em algum momento, ter encaminhado, mas não sou

eu que autorizo, nem... Não sou eu que ordeno essa despesa. Essa despesa não é ordenada por mim.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acredito, senhor Presidente, o Reitor esteve aqui e disse exatamente o contrário. E acredito que, após esses depoimentos, nós não podemos continuar dessa forma. Os nossos partidos, sejam eles de situação ou de Governo, têm obrigação moral perante a nação, de nos permitir um *quorum* aqui para abrir o sigilo bancário. Olha, que eu sou uma das mais ponderadas Parlamentares nesse Congresso, mas o que nós ouvimos e a falta de explicação, por que é que tem uma fundação encarregada de cuidar da saúde, o Governo não faz direto o convênio com essa fundação, e passa pela FUB, que faz com a saúde. Quer dizer, por que esse passeio do dinheiro?

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é passeio do dinheiro, Senadora, me desculpe, mas as Fundações de Apoio foram criadas para apoiar as Universidades. E tem uma Lei, de 93/94, que regula isso. Inclusive, a questão desse Fundo de Apoio Institucional, com todo esse problema que ocorreu dentro da Universidade de Brasília, o Ministro da Educação emitiu uma Portaria interministerial, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, obrigando às fundações a que fizessem depósito direto desse Fundo de Apoio Institucional, que era retido e administrado dentro das Fundações de Apoio, que ele fosse, que ele passasse a ser depositado, depositado diretamente na conta da Universidade e, aí, a Universidade passaria a executar essa despesa diretamente para a Universidade. Até que saísse essa Portaria, essa Portaria interministerial, essas despesas eram executadas, a exemplo da aquisição dos móveis do apartamento do Reitor e tudo, eram executadas dentro das Fundações de Apoio.

E, segundo o Ministro, ele encaminhou o Projeto de Lei para o Congresso Nacional há dois anos, exatamente para regular, porque a situação que, embora possa parecer simples, na leitura de quem está de fora, mas, para quem está dentro, trabalhando junto com as Fundações de Apoio, é uma situação complicada, por que existe uma lei que criou as fundações, mas não existe uma lei que regulamenta essa utilização dessas... Dessa parceria com essas fundações. E, ainda, vou mais além, a Universidade de Brasília é uma das poucas instituições de ensino do país, que têm Fundações de Apoio, que executam parte dos seus Projetos dentro das Fundações de Apoio. Um exemplo disso foi o Projeto do FNDE, que nós executamos, na área de nutrição, e quando teve a reunião nacional, porque é um Projeto nacional e a nossa instituição era coordenadora do Projeto, as pessoas ficaram abismadas porque a Universidade de Brasília, parte do que ela

estava fazendo, ela estava executando diretamente; as demais instituições aqui posso falar uma do Rio Grande do Sul, simplesmente recebeu o recurso do FNDE e fez um repasse para a Fundação de Apoio. E a Universidade de Brasília sempre se preocupou a utilizar a Fundação de Apoio somente naquilo que ela não teria condições de executar.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então, por que a Fundação de Apoio fazia convênio com a FUNSAÚDE se ela tinha competência para executar?

SR. ALEXANDRE LIMA: Mas a FUNSAÚDE, naquilo que foi possível a Universidade de Brasília executar o convênio de saúde indígena, ela executou. Naquilo que não foi possível, que era a contratação de mão-de-obra celetista, que são os profissionais que atuavam nas aldeias, ela teve que ser valer das Fundações de Apoio.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas o senhor não acha que era mais racional fazer o convênio direto com a FUNSAÚDE?

SR. ALEXANDRE LIMA: Aí é uma questão de foro íntimo da FUNASA, Senadora. A expectativa, na época que nós conversamos com a FUNASA, a expectativa, infelizmente essa expectativa foi frustrada, era de que a Universidade pudesse colocar à disposição dos índios todo o conhecimento gerado por... Dentro da Universidade. Infelizmente, a instabilidade do convênio foi tanta que, infelizmente, não foi possível implantar determinadas.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então, qual a função da FUNSAÚDE?

SR. ALEXANDRE LIMA: Nesse caso, apoiar a Universidade na contratação da mão-de-obra para atender aos indígenas.

[risos].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nossa, senhora... Não. Eu agradeço, senhor Presidente, mas não dá para agüentar isso não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Senhor Presidente, antes do Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): .Que eu tenho um pronunciamento a fazer. Na documentação entregue, o senhor apresentou uma conta que eu gostaria que o senhor pudesse também explicar. Então, a FUNSAÚDE, ela tem uma conta, a 437882.2, está no material que o senhor entregou, eu vou entregar para o senhor, o senhor mesmo explica, ela é debitada nessa conta e transporta o dinheiro para a FUNSAÚDE Editora UnB. Uma outra

conta... Então, não está claro, por que tem que ter a conta da FUNSAÚDE e depois uma conta onde são creditados recursos da FUNSAÚDE Editora UnB. Então, é uma conta conjunta.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é conta conjunta, eu não sou ordenador. Eu não sei que conta é essa. Eu imagino que seja a conta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse é o documento que o senhor entregou.

SR. ALEXANDRE LIMA: Esse é um documento que a FUNSAÚDE.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): A FUNSAÚDE que... Ela está sendo debitada em 125 mil para Editora UnB.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não é para Editora UnB, ela está debitando contra o convênio, tirando a sua despesa operacional.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): FUNSAÚDE Editora UnB. Que conta é essa? A conta dela está aqui em cima, 437882.2. Essa é a conta da FUNSAÚDE?

SR. ALEXANDRE LIMA: Do convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): E ela está creditando em FUNSAÚDE Editora UnB.

SR. ALEXANDRE LIMA: É a conta administrativa, onde a FUNSAÚDE, ela debita, na conta do convênio, as despesas operacionais e administrativas da FUNSAÚDE, que é o pagamento... O ressarcimento pelas despesas da administração do convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Wellington, o senhor que tem bastante experiência na área de ensino público, o senhor tem uma idéia de universitário, em 2002, a folha de pagamento da Editora era 184 mil reais; em 2007, é um milhão e meio. É exatamente esse valor, um milhão e meio agora, em 2007.

SR. ALEXANDRE LIMA: Sim, se você dividir isso por 12, vai dar cento e poucos mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não, não, não, é um milhão e meio por mês.

SR. ALEXANDRE LIMA: Ah, sim dos 59 Projetos que nós executamos; não é a folha de pagamento, é dos nossos Projetos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Raimundo, Presidente dessa Comissão, ilustre Relator Inácio Arruda, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Alexandre Lima. Veja bem, o que foi exposto aqui hoje, fica muito difícil ir contra

a lógica, não tem como, entendeu, Dr. Alexandre? O Senador Alvaro Dias, ele apresentou um uma espécie de investigação, onde ele trouxe fatos que não dá para contestar, a verdade é essa.

Agora, eu gostaria de fazer uma colocação, ilustre Presidente, ilustre Relator, eu vejo o seguinte: Na CPI das ONGs, quem está pagando a conta de tudo hoje é a UnB. Não estou falando que está certo o que o Sr. Alexandre vem fazendo, não estou concordo com isso que de maneira alguma, porque, diante da exposição que eu vi aqui, eu não posso aceitar de maneira alguma que não haja algo de estranho nessa situação.

Mas também eu quero dizer o seguinte: O que acontece na UnB acontece em todas as Universidades do Brasil. Agora, infelizmente, V.Exa., que é do PCdoB, dizem que, quando houve a revolução, todo mundo reclamou que morava um monte de gente lá na Rússia num apartamento, botavam um bode, que ninguém reclamava mais. "Tira o bode". Tirava o bode, resolveu problema. A UnB é o bode. A UnB está pagando a conta. Não é mentira tudo que tá sendo levantado aqui. É uma verdade que é uma verdade que não existe só na UnB, esse é o problema.

Infelizmente, a UnB entrou na mídia e está aí; já caiu o Reitor, há um movimento que estava apagado do movimento estudantil, que se manifestou, e uma coisa muito importante, Presidente Raimundo Colombo, eu, lendo os jornais, eu vi que o Ministério Público começou a ver quem tem dedicação exclusiva e exercia outra atividade, não aqui nessa CPI, mas em função do trabalho dessa CPI. Começou a cobrar devolução de recursos quando alguém tem dedicação exclusiva. Porque, o que acontece? Eu vejo também muito entristecido porque eu acho que esses professores deveriam ganhar mais do que ganham na Universidade pública, sinceramente, do fundo do coração, são pessoas que dedicaram sua vida inteira ao público, para poder.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Quer dizer, Senador Wellington, que o problema é de financiamento da Universidade? As Universidades foram arrebentadas e passaram a se valer das fundações e outras instituições, que é generalizado no Brasil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em função desse capital intelectual que a Universidade Federal detém, ele, como está sendo mal remunerado, eu não vou discutir se é questão de orçamento, é questão de prioridade, o Governo é administrado por prioridade, qualquer um, seja do Lula, seja do Fernando Henrique, seja do PSDB, tucano, DEM, o que for... Ele é administrado por prioridades e, aí, em determinado momento, não

se deu prioridade ao capital intelectual das Universidades públicas.

Então, esse capital se une, grupos se unem, dentro dessa Universidade e começam a criar fontes de sobrevivência, fontes de captação de recursos, só que aí acontecem erros, aí acontecem erros. E hoje, sinceramente, Dr. Alexandre, eu fiquei muito entristecido quando caiu o Reitor da UnB, eu acho que ele tem um carro Honda, é um carro compatível com cargo que ele ocupa, entendeu? Quando se compra uma lixeira, aquilo não é dele. Aquilo não é do Reitor. Se ele assinou para comprar ou se foi via fundação. Há um erro aí de interpretação, mas, infelizmente, é o momento. E a vida é feita assim. Já tivemos bons resultados como essa questão do Ministério Público. Essa investigação que o Senador Alvaro apresentou, ela vai levar desdobramentos em todo o Brasil. Essa CPI das ONGs está começando a botar medo e moralização em todo o Brasil, embora nós estejamos caminhando numa velocidade que, talvez, não fosse a velocidade que interessa para a oposição porque nós estamos trabalhando. O Senador Inácio Arruda está caminhando, junto com o Presidente, bem... Procurando as questões importantes e os resultados estão acontecendo, senhor Presidente e senhor Relator.

Agora, só fico entristecido porque a UnB está pagando a conta do Brasil e de tudo isso que está acontecendo, fico muito triste, sabe por quê? Porque a UnB é uma grande Universidade do Brasil. A UnB, eu me lembro que, antes de eu passar no vestibular, eu já via o simbolozinho da UnB aqui, tenho grandes amigos em Brasília que se formaram na UnB; infelizmente, a UnB está pagando a conta.

Então, eu pediria ao ilustre Presidente e ao ilustre Relator que caminhassem, como estão caminhando, e procurando, vamos ver tudo que está errado, mas não vamos ver que só a UnB que faz isso não. Eu não estou justificando. Porque aí, quando a gente fala isso: "Ah, você está querendo dizer que vai proteger". De maneira alguma, mas ela não pode pagar a conta pelo Brasil todo. Porque esse sistema que está aí é o sistema de todas as fundações da Universidade, que eu avisei a V.Exa., quando começou, que V.Exa. tinha o Requerimento, eu falei: "Presidente vamos segurar para analisar melhor porque, se for fazer isso em todas as fundações, vai achar a mesma coisa, porque o dinheiro é um só". É o dinheiro que vai para a Universidade. Se você vai criando esse monte de conta interna, isso aí é conta que você cria na contabilidade; tira daqui, bota dali, mas é o mesmo dinheiro. Pinta ele que você vai ver pintado de verde, correndo tudo, é o mesmo dinheiro. É o dinheiro do Governo.

Agora, Dr. Alexandre, infelizmente, a UnB foi a escolhida e V.Exa. na Editora, V.Exa. não, V.Sa., nessa Editora, por tudo o que foi levantado, realmente, nós precisamos prosseguir, mas, aí, fica a critério do Presidente e do Relator, que eu vou acompanhar sempre nas decisões que vierem.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu solicitaria duas coisas, primeiro que nós requisitássemos todo o material do Ministério Público, para que V.Exa., Senador Alvaro Dias, possa ter na mão sempre, é um bom material. E também aquele material acerca das fundações universitárias, que está nas mãos do Tribunal de Contas, para que fique disponibilizado aqui na CPI, para que todos possam acessar esse material, ter disponível, para fazer as suas indagações e as suas ponderações, e examinar bem, quando for utilizar, porque nem tudo que está sendo dito pelo Ministério Público ou afirmado pelo Ministério Público significa que seja a verdade. Ali, é uma busca da verdade. Não significa que já seja a verdade; só será no dia em que o Ministério Público acionar judicialmente as instituições e for comprovado que aquilo, de fato, ocorreu.

Enquanto isso não for deslindado do ponto de vista judicial, aquele material do Ministério Público também é um material de exame, de estudo, de pesquisa que o Ministério Público está fazendo. Depois daí, ele abre um procedimento judicial, que encaminha à Justiça até julgamento, porque sempre... Às vezes a gente se adianta e resolve logo julgar, basta ver o material do Ministério Público, e já resolve julgar. Nós temos que tratar o Ministério Público com a mesma ponderação que nós tratamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu queria aproveitar para colocar em votação os dois Requerimentos, porque eu acho isso que vai nos dar condições de agilizar o nosso trabalho.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): Eu acho que a gente já poderia... Eu acho que não há polêmica nenhuma em torno disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só acesso a informações, né? Então, havendo consenso, eu coloco em votação, ficam aprovado esses dois Requerimentos, que dão acesso do material à disposição do Tribunal de Contas e também do Ministério Público, para que o Relator possa aprofundar seus estudos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB- CE): e um segundo bloco, que pode ter alguma polêmica, alguém pode levantar algum questio-

namento, é em relação à convocação, que acho que nós ficamos com uma pendência aqui, não tem jeito, é a convocação do dirigente da FUNSAÚDE. Porque ficou um pouco... “Quem sabe a FUNSAÚDE?” Então, nós vamos ter que... Porque o Reitor esteve aqui, colocou as questões que muitas questões que foram colocadas ao Reitor ficaram na responsabilidade da Editora e o representante da Editora, o Sr. Alexandre está afirmando que, basicamente, essas questões são relacionadas à FUNSAÚDE, então, nós temos que trazer aqui a FUNSAÚDE.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse Requerimento, infelizmente, eu não posso colocar em votação, porque ele exige *quorum* qualificado e a gente não teria condição, só nos atrapalha, mas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Dentro da ação do Ministério Público, que é fonte para uma série de questionamentos feitos pelos Srs. Senadores, tem o depoimento do senhor Cleônides.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Cleônides.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Cleonides, Cleônidas, Cleônides, que é um dirigente de uma das OSCIPs que trabalharam ou trabalham com a Fundação de Saúde, a FUNSAÚDE da Universidade. Então, também temos que convocar o depoente, que já depôs lá no Ministério Público, para que ele venha também depor na CPI. Acho que esses dois, no mínimo, têm que ser convocados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu me comprometo, Senador Relator, a dar... A colocar em ordem de preferência... Esses dois Requerimentos seriam os primeiros a serem votados e aí nós fazemos uma sessão, se V.Exa. concordar e os Srs. Senadores, exclusivamente sobre essa questão. Porque eu acho que, aí, a gente fecha .

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Talvez a gente, nós pudéssemos na CPI também, mas posterior à vinda desses dois convocados, nós solicitarmos, como convidado, a presença do Reitor *pro tempore*, para examinar já o que foi feito. Aqui se propôs até uma auditoria na própria UnB; o Senador Alvaro levantou a necessidade de uma auditoria na própria UnB. Eu acho que é uma providência que, talvez, o Reitor atual tenha que adotar para esclarecimento de fatos; nós não estamos aqui atrás de um cadáver, não queremos matar ninguém, não queremos prejudicar ninguém, acho que a CPI tem que ter essa atitude, normalmente se forçam as CPIs para que elas já prejudiquem, já condenem alguém e, depois, se a pessoa

não tiver nenhum problema, ninguém vai absolvê-lo publicamente; só fica a condenação. Nós não vamos fazer isso, quer dizer, eu, como Relator, e a atitude do Senador Colombo na presidência tem sido essa, nós não temos aqui atribuição de sair condenando ninguém. Estamos examinando os fatos, com paciência, com cautela, que eu acho que é o ritmo, às vezes o ritmo pode parecer que não seja o que deseje.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está sendo muito bem conduzida pela dupla.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Mas acho que é o correto de se fazer numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu queria, só para concluir, e colaborando com que disse o Senador Wellington, realmente, você tem um modelo de Estado, você tem uma estrutura. Aí, como não há repasse de recurso, como não há alimento devido, você começa a criar elementos paralelos, com boa intenção e como forma de operacionalizar o sistema. Só que, ao longo do curso, as coisas vão se desviando, desvirtuando, começam algumas pessoas especiais a se aproveitar dessa circunstância, aí, você compromete toda uma situação, uma boa idéia e uma forma operacional para o bem do ensino público do nosso país. Eu também acho que esta é a realidade de praticamente todo o sistema de ensino universitário brasileiro. E qual é a forma que nós temos de colaborar? É trazer isso para fora, tentar corrigir, mostrar o que está errado, o que precisa ser corrigido, sem querer encontrar aqui questão partidária, porque, se nós ficarmos na questão partidária, a CPI se inviabiliza. Eu acho que o senhor não é filiado de nenhum partido, não é essa a questão.

SR. ALEXANDRE LIMA: Não sou, nunca fui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, aqui não é um partido que está em jogo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB– CE): Dentro da Universidade, tem gente de tudo quanto é partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): De todos os partidos; o problema é trabalhar pela Universidade. Então, eu queria agradecer ao Senador Relator, Senador Inácio Arruda; ao Senador Wellington, a todos os Senadores que estiveram aqui; ao Sr. Alexandre Lima, à toda a nossa equipe, à imprensa, a todos que participaram. E nós estamos discutindo com o Senador Relator Inácio se nós devemos fazer essa sessão na próxima semana,

que é uma semana prejudicada, já que é uma Reunião tão importante, talvez a gente tenha que fazer na outra e, nesse período, a gente prepara todos os Requerimentos num dia e a oitiva no outro dia, para a gente ter, mas isso a gente discute, depois comunica aos Srs. senadores.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senhor Presidente, eu proponho, já de antemão, que a gente desenvolva um trabalho, digamos assim, mais administrativo da Comissão, mesmo porque tem pedido do adiamento dos trabalhos da Comissão, e a gente teria que discutir internamente, até com os autores, e acho que seria o caso de trabalharmos, eu e o Presidente, mais a nossa vice-Presidente, convidar aqueles Senadores que tenham interesses diretamente em organizar os trabalhos da CPI, porque nós vamos entrar num processo de, daqui a pouco, de reta final, tanto de proposta de legislação, como da apuração de fatos que foram tratados aqui na CPI, e seria necessário um tempo de discussão interna da CPI entre nós, o senhor, a vice-Presidente, o Relator e, evidente, nós temos o autor da solicitação da CPI, que é o Senador Heráclito, que tem que se incorporar como uma das pessoas responsáveis pela existência da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço. O Dr. Alexandre gostaria de fazer o seu encerramento?

SR. ALEXANDRE LIMA: Bom, eu agradeço a oportunidade para poder ter estado aqui para prestar os meus esclarecimentos. Coloco-me ainda à disposição da CPI, se precisar de mais algum esclarecimento, mesmo numa Sessão ou fora da Sessão, para complementar ou com a solicitação de algum material, e lamentar, apenas que, aquilo que o Senador falou, que apenas a Universidade de Brasília esteja pagando, vamos dizer assim, o pato, por essa situação, sabendo que essa situação, ela ocorre de... No Brasil inteiro e uma... e ver que apenas, em se tratando de saúde indígena, apenas a Universidade de Brasília foi a chamada, quando se sabe que existem ONGs por aí que foram criadas só para tratar de saúde indígena. Essa é a minha palavra final.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O nosso dever é conseguir alcançar todas e corrigir o sistema. Agradeço a todos e está encerrada a presente Sessão. Obrigada.

Sessão encerrada às 14h16.

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA ESPECIAL “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião de 2008, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 6 de março de 2008, quinta-feira, às onze horas e cinco minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a debater o tema: “Aumento dos índices de desmatamento da Floresta Amazônica e as ações que o Governo irá adotar para combatê-lo”, com a participação dos Senhores Derli Dossa, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; André Rodolfo Lima, Diretor do Departamento de Articulação e Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; João Viane Soares, Coordenador Geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE do Ministério da Ciência e Tecnologia; Rolf Rackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e DPF Álvaro Palharini, Chefe de Divisão de Repreensão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do Ministério da Justiça

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** (PSDB-TO) – Presidente; Senador **Renato Casagrande** (PSB-ES) – Relator; Senador **Cícero Lucena** (PSDB/PB); Senador **Fernando Collor** (PTB-AL); Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ); Deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF); Deputado **Luiz Carreira** (DEM-BA); Deputado **Sarney Filho** (PV-MA); Deputado **Mendes Thame** (PSDB-SP) – Suplente; Deputado **Fernando Gabeira** (PV-RJ) – Suplente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom dia a todos. Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, criada pelo ato nº. 01/2007, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Solicito ao Deputado Carreira que assuma a Secretaria dos trabalhos até que o Relator, Senador Renato Casagrande, chegue a essa Comissão.

Nós tivemos, agora a pouco, a suspensão da Sessão conjunta do Congresso Nacional para análise do orçamento e os Parlamentares já estão se destinando a... Se dirigindo à Comissão. Eu gostaria de agradecer a presença de todos os expositores e, para ganharmos tempo, nós vamos começar as nossas apresentações na ordem estabelecida na votação do Requerimento e, em seguida ao bloco de duas apresentações, nós iremos abrir espaço para as indagações e os questionamentos dos Parlamentares.

Para fazer a primeira apresentação, a Presidência convida o Sr. André Rodolfo Lima, Diretor do Departamento de Articulação e Ações da Amazônia, do Ministério de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal. Vamos estabelecer o prazo de 15 minutos, a princípio, para suas exposições. Esta audiência é fruto de Requerimento do Deputado Fernando Gabeira e aprovada por unanimidade por esta Comissão. Passamos, então, a palavra ao Dr. André Rodolfo Lima.

SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA: Bom dia então. Bom dia, Deputado Eduardo, bom dia, Deputado Luis Carreira e os demais Deputados aqui presentes. Senhores e senhoras, é sempre uma honra vir aqui ao Senado e à Câmara dos Deputados para poder debater os temas de relevância para o nosso país. Esse tema, sem sombra de dúvidas, tem sido um tema de grande destaque e de altíssima relevância para todos nós.

Eu já vim aqui várias vezes para debater esse tema e várias dessas vezes eu vim como representante de organização da sociedade civil. Desta feita, estou aqui como Governo e, com muita honra, para poder apresentar o conjunto de ações que vem sendo desenvolvidas para dar cabo desse desafio, que não é pequeno. Deputado Sarney, que já foi Ministro, sabe o quão difícil é o enfrentamento desse tema e dessa dinâmica, principalmente na Amazônia, em função das dificuldades todas de estrutura etc.

Bom, eu não vou falar especificamente dos dados de desmatamento porque o INPE está aqui; o INPE vai apresentar... Vai também falar para os senhores e o INPE, como nós usamos os dados do INPE, acho que é mais adequado deixar que o INPE coloque as informações referentes aos dados de desmatamento na Amazônia.

O que eu quero dizer, apenas para abrir a fala, é que nós chegamos, no ano de 2007, a uma taxa de desmatamento que, do ponto de vista relativo, ou seja, em relação aos anos anteriores, é uma taxa que foi, digamos, bastante comemorada, em função de ser praticamente a taxa mais baixa desde que o INPE realiza o monitoramento anual dessas taxas de desmatamento. Mas, quando anunciávamos ou quando

anunciávamos essa taxa, isso foi no dia 10 de agosto do ano passado, com a presença, inclusive, do Ministro da Agricultura, da Ministra Dilma, da Ministra Marina Silva, já anunciávamos, juntamente com o dado, que era um dado, digamos, que nós podíamos comemorar, pelo fato de ser um dado muito parecido com o dado de 91, época em que tínhamos um outro... Uma outra dinâmica de desenvolvimento; hoje temos o país se desenvolvendo de maneira muito mais acelerada e, portanto, tendo a mesma taxa de desmatamento, era possível se dizer que isso era um motivo de comemoração, a redução da taxa. Embora ainda uma taxa alta, do ponto de vista absoluto.

Mas, à época, no próprio ato de divulgação desses dados, a Ministra Marina já colocou que a taxa de 2008, a dinâmica de desmatamento para 2008, seria para todos nós um grande desafio por vários fatores, que, concorrendo ou em sinergia, nos impõem, já nos impunham cautela e preocupação. São vários os fatores, desde alta nos preços de *commodities*; soja nunca teve um preço tão bom quanto o atual; o de carne... Além disso, a própria dinâmica de desmatamento já mostrava que a estratégia, até então em vigor, de fiscalização em porteira de fazenda estava chegando no seu limite. Ou seja, hoje nós temos um conjunto muito... A participação dos médios e pequenos desmatamentos tem crescido no agregado do desmatamento, antes, os desmatamentos abaixo de 50 hectares representavam algo em torno de 30% o desmatamento; hoje representam entre 55 e 60% do desmatamento, o que mostra que a estratégia adotada pelo IBAMA, de atuar sobre os grandes desmatamentos, tem dado resultado.

Por outro lado, isso implica numa dificuldade, num ônus muito maior agora para o controle via fiscalização porque nós temos muito mais polígonos do que antes. Quer dizer, se antes, em 700 polígonos, nós alcançávamos cinco mil quilômetros quadrados de desmatamento, hoje, para alcançarmos os mesmos cinco mil quilômetros quadrados de desmatamento, temos que atuar sobre aproximadamente sete mil polígonos. Então, isso significa uma dificuldade muito maior de ação da fiscalização, só para dar um contexto.

Então, a dinâmica do desmatamento, a nova dinâmica do desmatamento, também indica, já indicava uma maior dificuldade no controle. Além disso, o fato de termos chegado realmente numa taxa, comparativamente aos anos anteriores e à média dos últimos 10 anos, uma taxa muito baixa. E quem estuda o assunto sabe que a curva da queda e a relação investimento, ação e queda, ela vai se reduzindo, ela vai se invertendo na exata medida em que o desmatamento vai chegando próximo de taxas muito baixas.

Então, uma série de fatores... Eleição municipal também é um fator que acaba trazendo movimentações que dificultam ação de controle, haja vista movimentação toda vista no Município de Tailândia, quer dizer, quando se aproximam campanhas, surgem sempre as lideranças locais, que têm capacidade de mobilizar a população muitas vezes contra o controle.

Então, esse conjunto de fatores já apontava uma dificuldade muito grande de manutenção e de redução da taxa este ano, em comparação com o ano anterior, e até mesmo de manutenção dessa taxa.

Bom, em função disso, já em agosto, imediatamente após a divulgação dos dados de 2007, nós começamos a trabalhar ativamente no âmbito da Comissão Executiva do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos, em dois movimentos simultâneos. O primeiro deles foi a preparação de um conjunto de medidas a serem implementadas, já no início de 2008, considerando que uma parte expressiva do desmatamento, na taxa analisada pelo INPE, ocorre no primeiro semestre, entre abril, maio, junho e julho. Então, o primeiro movimento do Governo Federal, no âmbito do plano de prevenção e controle, foi o estabelecimento de medidas fortes a serem implementadas no início de 2008. E um segundo movimento, mais de fundo, foi o início da avaliação do plano de prevenção e controle dos desmatamentos e da sua revisão, em função da convicção de que o que foi feito até 2007 não seria e não será suficiente para manter essa taxa baixa de desmatamento.

Bom, então, o que eu vou apresentar aqui, nos minutos que me restam, é exatamente... São exatamente as ações que foram fruto das... Do trabalho da Comissão Executiva do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, trabalho esse desenvolvido de agosto a dezembro, que culminou com a assinatura do Decreto 6.321, que desenvolve, que prevê um conjunto de medidas que já estão sendo colocadas em prática.

Próximo slide, por favor. Ah, sou que movimento aqui, é isso? Próximo slide, obrigado. Então, eu vou começar falando da base normativa que foi trabalhada ao longo do semestre, do último semestre do ano passado, e que culminou com esse conjunto de normas que estão dando lastro para as ações que já estão em curso.

Primeiro, foi o Decreto 6.321/2007 que estabelece a necessidade e a demanda por priorização das ações, num conjunto de Municípios mais representativos no conjunto de desmatamentos. Além disso, o Decreto traz a questão de cadastramentos de imóveis rurais, maiores restrições para novos desmatamentos na Amazônia, a questão da co-responsabilidade da

cadeia produtiva que adquire produtos de áreas embargadas, o embargo do uso de áreas desmatadas ilegalmente e, portanto, traz uma série de... A lista de, digamos, a "lista suja" dos imóveis que desmatam ilegalmente na Amazônia.

Então, esse Decreto 6321 estabelece esse conjunto de medidas que foram regulamentadas a partir de janeiro, até agora, essa própria semana. Então, a primeira medida foi a portaria 28 do Ministério do Meio Ambiente, que elencou os 36 Municípios que estão sendo motivo, que estão sendo objeto de ações prioritárias de controle, monitoramento, fiscalização de desmatamentos, já a partir de fevereiro deste ano.

A segunda medida que derivou também do Decreto, e o Presidente Rolf, do INCRA, está aqui e vai poder falar em mais detalhes, é a Instrução Normativa 44 do INCRA, que dialoga com a portaria 28 do Ministério do Meio Ambiente, no sentido em que impõe aos imóveis rurais acima de quatro módulos fiscais a obrigatoriedade de cadastramento, e aqui é uma medida que, inclusive, deriva deste Congresso Nacional, quando aprovou a lei 10.267, prevendo a possibilidade do uso desse cadastramento de imóveis rurais para fins ambientais. Portanto, o RECAD, como o INCRA chama, que é um instrumento clássico das ações de política fundiária e agrária, ele está sendo usado para motivos ambientais. A resolução do Banco Central, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, resolução 3545, que é uma demanda, digamos, histórica, de todos aqueles que acompanham e se preocupam com o tema dos desmatamentos na Amazônia, no sentido em que estabelece condicionantes para o crédito rural no bioma Amazônia. Para acesso a crédito rural no bioma Amazônia, os produtores rurais terão que demonstrar a adequação, a adimplência ambiental. Posso depois, se houver questões, detalhar isso melhor.

E, por último, quer dizer, na verdade, a mais recente é a Instrução Normativa nº. 01, do Ministério de Meio Ambiente, que estabelece as medidas para o embargo do uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente e as ações de fiscalização da cadeia produtiva. Portanto, essa, digamos, é a base normativa das ações que estão sendo desencadeadas esse ano e já estão em curso, eu vou citar aqui rapidamente algumas... Detalhar um pouco mais essas ações, mas, tanto as ações da Polícia Federal, nós vamos ter aqui o Dr. Palharini, que vai poder falar; quanto às ações do INCRA, o Dr. Rolf também vai poder falar, então, não vou me ater muito ao detalhamento. Vou simplesmente citá-las e deixar para o debate, caso haja tempo e necessidade de detalhar.

Próximo slide. Então, aqui é o conjunto de ações, não estão aqui todas, eu destaquei as principais e

mais, digamos, que já estão se iniciando, são ações do IBAMA, da Polícia Federal, do INCRA, da Força Aérea Brasileira, ações com os Estados e uma ação estratégica com o BNDES, que eu vou falar um pouco na sequência.

Próximo. Com o IBAMA. O IBAMA, já está em curso a operação Guardiões da Floresta, são mais de 120 operações do IBAMA nas regiões críticas, envolvendo aproximadamente 300 homens, e estão sendo desencadeadas entre março e julho. Portanto, nós vamos ter, entre março e julho, quatro meses, 120 operações em curso na Amazônia, trabalhando serrarias, trabalhando também as áreas desmatadas, a partir dos dados do PRODES 2007 e do DETER do segundo semestre do ano passado.

Fiscalização da cadeia de fornecedores de indústrias agropecuárias do bioma Amazônia. A IN 001 determina que o IBAMA poderá, e o IBAMA fará isso, demandar informações, com base na lei de informações ambientais, poderá demandar informações dos empreendimentos industriais agropecuários em funcionamento na Amazônia, que adquiram produtos oriundos do uso da terra e potencialmente do uso de áreas desmatadas. Com base nessas informações, nós vamos estabelecer, já estamos estabelecendo um método e um sistema de cruzamento de dados fiscais, dados sanitários, da defesa agropecuária, dados dos órgãos estaduais de meio ambiente e que poderão dar um mapa de como é que está a situação de compra de produtos de áreas desmatadas, e poderemos, a partir daí, atuar sobre a cadeia de fornecedores. E o IBAMA também moverá, e isso é uma ação inédita, moverá entre 100 e 150 ações civis públicas contra os maiores desmatamentos na Amazônia. Nós já temos esse mapa, já estamos trabalhando o desenvolvimento dessas ações e serão ações serão desenvolvidas simultaneamente, nas três capitais, Porto Velho, Cuiabá e Belém; inclusive, a idéia é que possamos fazer antes do ingresso dessas ações na Justiça, poder fazer um sobrevôo com os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, alguns Ministros do STJ, para demonstrar o problema e trazê-lo para essa... Também para essa estratégia, demonstrando a importância do Judiciário na ação de prevenção e controle dos desmatamentos.

E deve sair agora, na semana de março, a primeira lista e os mapas de áreas embargadas nos Municípios na Amazônia. Qual é a novidade aí? Primeiro, nós vamos ter a lista, a lista suja; qualquer pessoa ou qualquer comprador, qualquer empresário que adquira produtos de fazendas da Amazônia poderá consultar a lista e saber quem tem áreas embargadas e quem não tem. Mas, melhor do que isso, nós vamos ter um mapa em que vai poder ser acessado o polígono da

área desembargada e, portanto, todos poderemos saber onde são essas áreas embargadas na Amazônia. Com indicação da coordenada geográfica, com referências de localização, portanto, um comprador, um frigorífico, uma trader, não poderá dizer que não sabia que comprou um produto de uma fazenda que estava com área desembargada porque isso será público. E a publicidade disso vai se dar em função de um trabalho importante que esse Congresso Nacional fez, que foi a Lei de Informações Ambientais. A Polícia Federal, vou deixar o Diretor Palharini vai falar da operação Arco de Fogo, tem a previsão de 800 efetivos da Polícia Federal, atuando em serrarias, trânsito de madeira e desmatamento em florestas públicas. O Diretor aqui da área de meio ambiente da Polícia Federal vai poder falar das operações. Próximo slide. Próximo, por favor.

O INCRA também, o Presidente Rolf está aqui, ele vai poder falar mais, em detalhes, das ações do INCRA, mas nós vamos trabalhar também desdobramento do Decreto 6.321, o cancelamento dos CCIRs, que são o CPF dos imóveis rurais que não se cadastram nos Municípios. E esse cadastramento tem que ser feito com o georeferenciamento dos imóveis, de forma que possamos fazer, e aqui a segunda etapa, um acesso do IBAMA a esses dados do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, para monitoramento dos imóveis cadastrados. E os Bancos terão acesso também aos dados SNCR para saber se o CCIR do imóvel do tomador do empréstimo, está em vigor, tem vigência ou está sem efeito. Próximo.

O SIPAM, ofereceu, já está operando, a partir da semana que vem, 300 horas, aproximadamente 300 horas de voo com as aeronaves de radar e de sensor infravermelho, para poder fazer o T0. Nós vamos fazer um pente fino numa resolução de seis a três metros dos 36 Municípios para poder, a partir daí, então, desenvolver os mapas de áreas embargadas. Isso será cruzado com os dados que temos do INPI, do DETER e do PRODES, e poderemos desenvolver, então, um mapa bem detalhado dessas áreas embargadas.

Além disso, o infravermelho aqui, nós poderemos fazer o monitoramento da eficácia do embargo, por quê? Porque, com o infravermelho, nós poderemos saber se tem pasto, se tem soja plantada, se tem gado nessas áreas e, portanto, nós temos como garantir a eficácia desses embargos. Próximo slide, por favor.

A atuação com os Estados. Qualquer que é o grande desafio nosso, principalmente em função dessa dinâmica mais pulverizada de desmatamento que citei no início da minha fala, é ter um trabalho mais próximo e mais articulado com os Estados. Essa é a nossa grande meta na próxima etapa do plano, em prevenção e controle. Então, nós estamos trabalhando planos es-

taduais de prevenção e controle dos desmatamentos, começamos a trabalhar com Mato Grosso, Pará e Acre e, nesse contexto, nós vamos apoiar o georeferenciamento de imóveis rurais em alguns Municípios, que poderão vir a ser os primeiros Municípios a saírem da lista dos Municípios de prioridade de ação de controle... Eu estou concluindo. E, no âmbito do Programa Amazônia, o primeiro, que é o sucessor do PPG-7, que se conclui entre esse ano e o próximo ano, o programa Amazônia terá o seu primeiro grande Projeto, que é o Projeto de fortalecimento da gestão florestal descentralizada. A lei de gestão de florestas públicas, aprovada nesse Congresso Nacional, estabeleceu a competência dos Estados para a gestão florestal, mas os Estados têm muita dificuldade, pouca infraestrutura, estão ainda com um déficit, digamos assim, com relação à gestão florestal e a idéia é que possamos, com ações do programa Amazônia, fortalecer a gestão centralizada, não só dos órgãos estaduais de Meio Ambiente, mas também do órgão federal, tendo uma ação mais descentralizada. Importante também foi a chegada do BNDES se colocando como um ator, um parceiro importante no combate ao desmatamento na Amazônia, com duas iniciativas bem importantes. A primeira é o Fundo para Proteção e Conservação, que está sendo desenhado, a idéia é que possamos lançá-lo ainda este semestre, na perspectiva de trazer, de captar recursos internacionais para apoio das ações do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia, mas também de recursos internos da iniciativa privada, ou orçamentários, para poder viabilizar e fortalecer essas ações.

E um segundo programa, bem importante também, é o Programa de Financiamento para o Fortalecimento da Gestão Ambiental nos Estados, programa do BNDES, com recursos a baixo custo e, inclusive, está em discussão com o Tesouro Nacional a possibilidade de desvincular isso do limite de crédito dos Estados. Isso... Há uma dificuldade de fazer isso, mas isso também está sendo estudado. Mas o que está garantido é o programa com recursos disponíveis para os Estados poderem fazer o fortalecimento de sua gestão ambiental.

Por último, eu acho que já está... Próximo slide. Eu vou passar isso aqui, isso é detalhe. Pode passar os próximos dois slides. E, por fim, está em curso a avaliação do plano de prevenção e controle dos desmatamentos na Amazônia, nossa avaliação começou em novembro do ano passado, são mais de 200 ações previstas nesse plano desenhado em 2003; parte delas foi muito bem sucedida, parte não foi implementada, vamos fazer uma avaliação séria do que foi implementado, se deu resultado e não deu, o que

deu resultado e precisa ser aprimorado, e o que não foi implementado e necessariamente precisará ser, a partir dessa próxima etapa. Derivada dessa avaliação vai ser a revisão com o novo plano para os anos 2009 e 2010. Então, nós estamos em curso com o plano 2008, são essas medidas que apresentei, e nós teremos, até junho, a proposta do novo plano, que vai atuar entre 2009 e 2010.

Com isso, eu concluo minha fala e me coloco aqui à disposição para o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer ao Dr. André Rodolfo Lima, Diretor de Departamento de Articulação e Ações na Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal, e convido já, de pronto, o Sr. João Viane Soares, Coordenador Geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

V.Sa. tem 15 minutos para sua exposição. Solicitamos que os expositores deixem para os membros da Comissão a exposição, se possível, para a Comissão distribuir para todos os membros. Por favor.

SR. JOÃO VIANEI SOARES: Bom, bom dia a todos. Primeiro lugar, enquanto não vem aqui a apresentação, gostaria de agradecer ao convite, feito por essa Comissão, ao Ministério de Ciência e Tecnologia para apresentar, do ponto de vista das ações do Ministério, aquilo que nós fazemos no sentido do acompanhamento, do monitoramento do desmatamento na Amazônia.

Meu nome é João Viane Soares, como já foi dito pelo Deputado Eduardo Gomes, eu sou coordenador de observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Parece que está tendo problema, Presidente. Acho que seria importante a gente aproveitar esse tempo, por exemplo, hoje os jornais estão dando que o Governo do Mato Grosso, que é suspeito nessa área, para mim é suspeito, disse que questiona os dados do INPE. O Governador diz que 90% dos dados do INPE estão errados.

Então, acho que poderia já ir avançando sobre essa questão. Eu, pelo menos, acredito que isso é equivocado, essa coisa do Estado do Mato Grosso. E o Governador, que é o maior plantador de soja no mundo, não é confiável nessa questão. O INPE sempre foi instituto do mais alto nível, confiável, uma referência internacional, inclusive, e acho que o INPE deve ser muito duro na resposta ao Governador.

SR. JOÃO VIANEI SOARES: Primeiro lugar, gostaria de agradecer a colocação de V.Exa., acho que reflete aquilo que nós entendemos, estamos atuando

nessa área há quase 30 anos; o primeiro levantamento que nós fizemos do desmatamento na Amazônia foi em 1977. Então, o Brasil foi o terceiro país do mundo a receber as imagens de satélites [ininteligível]. Então, nós acumulamos experiências de mais de 30 anos, fazendo esse tipo de levantamento. Então, nós vimos fazer fazendo isso de uma forma rotineira, de uma forma rotineira, desde 1988, então, já são 20 anos de monitoramento contínuo, anual, rotineiro desde o Governo do Presidente Sarney, e nunca houve uma descontinuidade, o que demonstra que o Estado Brasileiro sempre prestou muita atenção à Amazônia, acho que isso para nós é muito importante.

O que nós temos feito nos últimos anos, além desse monitoramento contínuo, vou demonstrar esses processos aqui, é um acompanhamento de mais curto prazo, o chamado Sistema DETER, que é desmatamento... Que é a detecção do desmatamento em tempo real, ou quase real, na medida em que ele acontece.

Então, a nossa... Acompanhamos também o processo, ou seja, o processo do desmatamento. Não apenas o corte raso, porque se fosse apenas o corte raso, esse sistema não teria o sentido de existir. Acho que, na minha fala isso deverá ficar claro, e podemos botar esse tema assim que... Então, vamos falar aqui sobre monitoramento do...

Queria, então, só iniciar, dizendo que o papel do INPE, enquanto instituição do MCT no grupo permanente de trabalho interministerial para a redução dos índices de desmatamento, é justamente levar a efeito os dois sistemas, o chamado Projeto PRODES, que é o acompanhamento anual, mais fino, das taxas de desmatamento, e o DETER, que é o Projeto chamado Detecção em Tempo Real do Desmatamento. PRODES é o Projeto Desmatamento e DETER é Detecção de Desmatamento em Tempo Real, do desmatamento em tempo real.

Eu queria iniciar, colocando um pouquinho de como acontece o desmatamento, acho que a maioria dos senhores tem uma boa idéia de como é que ele ocorre. Depois, falar um pouquinho, então, dos sistemas em si, Projeto PRODES e o DETER, e eu gostaria de concluir, dizendo quais são os planos que o INPE tem para o futuro, em relação à continuidade desse trabalho.

Então, nós temos aí o que chamamos de dois tipos de desmatamento; aquele que é mais rápido, o corte e queima, ou aquele que nós chamamos de degradação progressiva, que se inicia com a retirada de madeira de lei, depois passa para madeira para uso em construção civil, a brocagem, como se chama, e o fogo que entra de forma recorrente, até atingir um

estágio em que a floresta deixou de cumprir ou deixou de ser uma floresta, tal como era.

Então, sempre a queima faz parte... É parte do processo. Então, nos primeiros sistemas, sistema de corte e queima, esse que é o mais rápido, quer dizer, mais ou menos no início da estação seca, que se inicia, dependendo na área da Amazônia, em maio, é feita a derrubada da floresta, que fica secando durante alguns meses e, no final da estação seca, ela é queimada e isso é parte do processo econômico, da captação de nutrientes para uso agrícola ou em pastagem. Então, esse é o resultado final do corte raso, o corte e queima. Próximo slide.

Então, nós temos, por exemplo, nesse slide mostra algumas diferentes, distintas fases desse processo. Aqui podemos ver que é uma queimada recente, derrubada e queimada recente e, mais abaixo, nós temos já o processo, já quase final, e que, via de regra, existem algumas árvores remanescentes, que estão mortas.

Vários trabalhos já foram publicados em literatura, mostrando um pouco a dinâmica do desmatamento, que não é o corte raso, mas que nós chamamos de degradação progressiva, que começa com a extração seletiva da madeira; as árvores... A madeira de lei é retirada. Uma segunda fase, mais madeira é retirada, principalmente para a construção civil e, depois, realizada a queimada; um terceiro tempo, uma recorrência de queima e, finalmente, isso depois é limpo, aquilo que nós chamamos de o final do processo, que é o corte raso.

Então, isso agora, ilustrando com fotografias que nós mesmos fizemos de campo, o tempo tem... São seletivas. A retirada da madeira. Podemos ver que tem alguns pátios, trilhas, e agora está tudo verde. Mas isso, dependendo da fase do ano, final da estação seca, tudo isso é muito exposto. Então, o solo aparece bastante e permite, em alguns casos, que isso seja detectado nessa fase.

Uma fase já subsequente, que nós chamamos a brocagem, é uma perda de sub-bosque; uma fase ainda posterior, talvez no ano seguinte, em que ocorre a perda parcial do dossel. E, finalmente, aquilo que nós chamamos já de o fim, o final do processo, que é a caracterização da perda total do dossel. Aqui nós podemos ver isso claramente, essa é uma foto do dia 31 de janeiro desse ano, mostrando essas duas fases, o final do processo de degradações, aqui praticamente já não existe mais nenhuma árvore viva para a conversão total.

Como é que a gente vê isso? Como é que o INPE vê isso? Nós vemos com satélites, o sensoriamento remoto, chamado sensoriamento remoto óptico. Aquilo que a gente, enfim, é aquilo que é refletido para o sa-

télite. Não o radar porque o radar emite um sinal e recebe um sinal de resposta. Não, esse é sensoriamento remoto óptico, ou seja, ele vê árvores e vê também as nuvens. Então, a nuvem é um problema em imagem satélites óticos. Próximo slide.

Bom, então, nós temos dois... Duas formas de ver o desmatamento. Quando nós passamos de floresta para corte raso, corte raso é o final do processo de desmatamento. Ele pode acontecer durante um único ano, uma única temporada, do início da estação seca até o final. Mas, o que acontece? Essa é a pergunta crucial, que está um pouco na raiz da semântica do desmatamento, o que acontece entre a floresta primária e o corte raso? Aí que surgiu, em 2004, dentro do grupo de... O INPE vinha realizando pesquisas há muito tempo em como informar mais cedo sobre o processo, até estabeleceu formalmente o Projeto DETER, a grande motivação, então, do Projeto DETER é quanto mais cedo informado, mais desmatamento ilegal o Estado Brasileiro poderá deter. Aí é um pouco a...

[risos].

SR. JOÃO VIANEI SOARES: O trocadilho, se me permitem. Então, são dois sistemas que o INPE utiliza, de monitoramento. Quer dizer, um é o DETER, que acompanha o desmatamento no tempo, porque ele usa imagens que capta praticamente a cada dia ou dois dias, são imagens que não estão precisas, em termos de resolução, 250 metros de resolução, mas a recorrência, a revisita é a cada dois dias e, às vezes, até diária, e o sistema PRODES, que usa esses satélites de melhor resolução, esse... Os satélites que o DETER utiliza passam a cada dois dias e, às vezes, coincide de você ver a mesma área em dois dias subsequentes. Já o Projeto PRODES usa satélites que têm uma revisita de 16 dias, no caso do satélite americano LANDSAT, ou 26 dias, no caso do satélite brasileiro-chinês, CBERS. Então, esse só vê a mesma área cada 26 dias e o que acontece é que nós nos concentramos no período mais seco do ano, de maio até setembro, para fazer o monitoramento, um mapeamento mais fino, que é esse que nos dá a taxa efetiva, que é o número mais confiável, que nos dá, do ponto de vista de taxa, a taxa efetiva de desmatamento que aconteceu nos últimos 12 meses.

Então, é isso que eu queria deixar um pouco... Isso ficasse bem claro, que o DETER está medindo, ao longo do tempo, e o PRODES, medindo aquilo, quer dizer, o desmatamento quando ele atingiu o seu estágio final do corte raso. Próximo slide.

Esse slide também ilustra um pouco isso, quer dizer, o DETER também pode alertar, emitir alertas em várias etapas; então, emite um alerta nessa etapa, um outro alerta pode emitir nessa etapa, e quando atinge

também o corte raso, ele emite um alerta, nós emitimos um alerta, informando quais são, enfim, aonde aconteceu, quais são os [ininteligível], qual é o tamanho, isso é feito de forma rotineira para o IBAMA e, mensalmente, a atualização na nossa página na Internet.

O PRODES, então, ele, sendo um pouco mais específico, ele usa, então, esses dois satélites atualmente, o LANDSAT e o CBERS. O LANDSAT revisita a cada 16 dias e tem uma resolução de 30 metros. E o CBERS revisita a cada 26, com uma resolução espacial de 20 metros. Então, esse é o produto do PRODES, quer dizer, então, ele informa qual é a taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal, qual o número, em quilômetro quadrado por ano; então, nós podemos ver essa dinâmica e... Muito interessante aqui que esse ano nós vamos fazer 20 anos, quer dizer, monitorando isso de forma contínua, rotineira, e, como eu já disse, jamais houve descontinuidade, em todos os Governos, considerando que essa é uma prioridade de Estado, de saber o que acontece numa área tão importante como a Amazônia.

Então, nós temos a nossa página, é acessível a qualquer pessoa e todos os dados estão lá: tabelas, imagens utilizadas etc. Próximo slide. Então, essa é a página do PRODES. Se nós clicarmos em qualquer um desses ícones, nós vamos poder fazer *download*, ver os mapas que foram gerados, fazer o *download* das imagens que foram utilizadas, ou seja, é um processo bastante transparente. Esse é um exemplo de um mapa que é gerado. Então, nós temos aqui, em rosa, tudo que é desmatamento que aconteceu em anos anteriores; em verde, o que é floresta. E uma legenda em que a gente destaca o que aconteceu no último ano e no ano anterior, em azul. Então, isso nos permite um acompanhamento também localizado. O Sistema DETER, então, que significa Detecção do Desmatamento em Tempo Real, ele foi, então, idealizado, pensado para fazer o acompanhamento da dinâmica do processo e informar ao Estado realmente o que está acontecendo com a maior rapidez possível para que haja uma... Que seja possível a intervenção.

Então, usa dois satélites, o satélite Terra, da NASA, um sensor chamado... Um imageador(F), chamado MOULDS(F), que tem uma resolução de 250 metros e revisita a cada um ou dois dias, e uma câmera chamada W-FI, do satélite CBERS, satélite brasileiro-chinês, com uma resolução de 260 metros, ou seja, a mesma classe, mas, aqui, a revisita é de cinco dias porque a faixa imageada(F) é menor. É só o exemplo do MOULDS(F) na Amazônia. Infelizmente—

[soa a campainha].

SR. JOÃO VIANEI SOARES: --Não estou conseguindo ver as datas, mas seria aqui 16 de abril, 17, 18,

ou seja, a cada dia, ele praticamente cobre a Amazônia. Evidentemente existe uma faixa não coberta, mas, por exemplo, se nós olharmos aqui no dia 21 e 22, toda essa parte mais a oeste da Amazônia está sendo revisitada em dois dias consecutivos. Isso nos permite também observar mais sem nuvens, que é um problema nas imagens dos satélites óticos. Próximo.

O resultado, comparando os dois sistemas, o PRODES vem com uma resolução muito mais fina. Infelizmente, a luz aqui... Se puder ser reduzida, não sei se é possível reduzir a luz daquele lado. Ok. Bom. Infelizmente... Bom, então, o LANDSAT, com uma resolução mais fina e o MOULDS(F) com uma resolução um pouco piorada, mas os dois vendo o mesmo desmatamento; aqui no caso, é o desmatamento... Desmatamento... Desmatamento de seis mil hectares, que aconteceu em Altamira, que vou dar um pouco mais de detalhes. Próximo.

Então, aqui vou mostrar uma seqüência de slides que mostra como é que a gente acompanha um evento específico. Então, essa... O Município de Altamira, essa é uma imagem de 2003, nós verificamos que está tudo intacto. Nada foi... Nada aconteceu até então. Uma imagem do ano seguinte, de 07 de maio de 2004, uma imagem MOULDS(F), nós estamos verificando que não existem ainda vestígios claros de desmatamentos nessa região. Seguinte. Já, 15 dias depois, 21 de maio, existem alguns vestígios, mas, um excesso de nuvens. Adiante. 15 dias depois, 08 de junho, nós estamos verificando as primeiras marcas do desmatamento, mas não tão claras. Seguinte. Já no dia 22, mais uma quinzena, nós detectamos esse desmatamento de seis mil hectares e informamos ao IBAMA.

Então, essa informação gerada, quer dizer, nós informamos os atributos, qual é a latitude, qual é a longitude média do polígono, qual é o tamanho, enfim, quando foi detectado, isso é uma informação que é gerada, dos atributos, que é informada ao IBAMA. O IBAMA fez a verificação, em 16 de agosto, constatou-se uma pista de pouso, muita infra-estrutura e o desmatamento já avançado. Próximo slide. E o IBAMA, então, gera um documento indicativo, que é utilizado para verificação em campo, enfim. O PRODES, como ele é... Ele é esse Projeto que faz monitoramento anual, e usa uma câmera de melhor resolução, ele vai gerando uma máscara. Aquilo que foi desmatado é incorporado e a gente não olha mais, ou seja, então, se registra a floresta em cima daquilo que já está desmatado. A gente só pode, então, verificar novos desmatamentos em cima da máscara que já agregou aquilo que foi, que aconteceu no passado. Infelizmente, se voltar o slide, não consigo ver, mas, na tela do computador, a gente consegue ver todas as alterações florestais. E aqui já

é, então, o mapa dos novos focos de desmatamento, desculpe, focos não, mas polígonos de desmatamento, que são, então, informados ao IBAMA.

Nós podemos fazer... Quanto tempo eu tenho? Já estourei? Nós podemos, com a base de imagem que nós temos, nós podemos... Peço perdão à Comissão. Nós podemos seguir no tempo. Veja bem, esse é um polígono que nós detectamos agora, em novembro de 2007. Na imagem de agosto, ele não aparecia como desmatamento claro, mas aqui ele já aparece como desmatamento claro. Adiante. Nós podemos remontar a história desse polígono para ter certeza. Então, 90 não tinha nada; em 2000, alguns focos de queimada; 2002 também algumas cicatrizes de fogo, até chegar na situação de degradação que foi observado em novembro deste ano. E, quando nós vamos ao campo, verificamos que praticamente todas as árvores que ainda são remanescentes estão queimadas e mortas. Ou seja, é uma área que nós vimos desmatamento. Esse slide mostra que nós observamos, entre agosto de 2006 e maio de 2007, 1037 pontos. Entre agosto 2007 e dezembro de 2007, nós observamos muito mais; cinco mil pontos de alerta. Nós fizemos recentemente a verificação de campo do DETER, usando o nosso... A nossa aeronave e um helicóptero do IBAMA, na região de Sinop, que lá nós temos a base operativa do IBAMA, com helicóptero disponível, fizemos a campanha de fotos para slide, fizemos a campanha 15 dias atrás, entre 14 e 22 e 23 de fevereiro. Então, nós fizemos aqui, estabelecemos duas rotas, verificamos 40 polígonos, um total de 1066 quilômetros, 36 de degradação acentuada e corte raso e quatro em início de degradação.

Então, alguns exemplos... Esse é uma retomada de corte seletivo, com bastante degradação. Essa é uma imagem LANDSAT, depois MOULDS(F). Adiante. Floresta completamente queimada, trânsito de caminhão com madeira, que se achava que era um mito, nessa época não tinha, mesma coisa aqui, inclusive, o desmatamento com corte raso, realizado com correntão, isso em 22/02/2008, pleno mês de fevereiro e, finalmente, a... Também mais um exemplo, adiante. O que nós vimos no campo. Só queria deixar, então, essa mensagem que a *Science*, em 2007, considerou que o Brasil tem um sistema de monitoramento de floresta tropical que é inveja do mundo—

SR. JOÃO VIANEI SOARES: Um pouquinho de futuro. Nós esperamos, até 2011, lançar um satélite, um satélite só brasileiro, chamado Amazônia-1. Esse satélite vai ter a capacidade de visitar toda a Amazônia com uma câmera com a resolução de 40 metros a cada dois dias. Próximo slide. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado ao Dr. João Viane Soares, Coordenador-Geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE. E eu convido o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Rolf Hackbard, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Temos um tempo disponível de 15 minutos para a apresentação e quanto maior o tempo de debate, melhor para a audiência. Pode ficar à vontade.

SR. ROLF HACKBARD: Bom dia a todos, Parlamentares. Agradeço o convite, estou aqui... Sou o Presidente do INCRA. Estou aqui a mando do meu Ministro. Eu vou poupar a paciência de todos e tenho um *PowerPoint* pronto, vou deixar aqui no computador, com todos os dados, para distribuir à Comissão. E vou levantar, do ponto de vista do INCRA, três medidas que estamos tomando, que já foram anunciadas aqui, quero comentá-las um pouco e me colocar à disposição para perguntas, para o debate, que acho que é muito interessante.

Antes de mais nada, parafraseando o Deputado Fernando Gabeira, eu diria que o futuro chegou. Nós estamos vivendo num mundo cada vez mais “Big Brother”, com tecnologia, que nós vemos aqui, a destruição do meio ambiente continua. Ontem, estive num debate aqui e, pelo que alguns setores falam, parece que é o vento que derruba. Ninguém está desmatando. É o vento. As imagens estão aí. Então, a importância desse debate, nessa Comissão, não só o debate, mas das medidas que nós podemos tomar em auxiliar o Poder Executivo, alertar a sociedade, a academia, os trabalhadores rurais, os assentamentos todos, ele é muito importante e é urgente. O mundo está de olho.

Quais são as principais medidas? Eu não vou... Hoje mudei um pouco de idéia, Senador, que vou apresentar as três medidas, falar rapidamente sobre elas e depois me colocar à disposição de perguntas. Então, são três medidas que o INCRA está tomando, que eu acho de fundamental importância. A primeira é o recadastramento dos imóveis rurais nos 36 Municípios do Decreto do Presidente da República, na Amazônia Legal, cujos dados já foram apresentados aqui. Qual é a importância do recadastramento? Deixar claro que nós não precisaríamos nem de Decreto do Presidente da República. Essa é uma tarefa do INCRA, fazer o recadastramento. Dada a urgência do tema, ajudou muito ao INCRA cutucar a instituição a ir a campo. Hoje nós estamos com 123 servidores, com escritórios nesses 36 Municípios. Quando a gente fala assim, quem não é da Amazônia, 36 Municípios... Não, são 80 milhões de hectares, nesses 36 Municípios.

Esse recadastramento vai levantar, aí eu queria destacar a importância, nós vamos saber quem ocupa a área. Eu não tenho dúvida nenhuma, Parlamentares aqui presentes, e estudiosos, sem regularização fundiária, não tem proteção do meio ambiente. É só a regularização fundiária? Claro que não. Mas se não tiver a regularização fundiária... O que é regularização fundiária? Saber se a terra é pública, se a terra é privada, se a terra é pública Federal ou estadual e, mais importante do que isso, qual é o destino que nós vamos dar a essas áreas.

O INCRA tem hoje, no seu cadastro, 112 milhões de hectares de terras públicas federais na Amazônia Legal, não destinadas, pasmem! Evidentemente que elas estão ocupadas. Mas elas não foram destinadas ou para uma unidade de conservação ou para uma área de proteção ou para um quilombo ou para um assentamento ou para um Projeto de desenvolvimento. Não foram destinadas. Nós estamos recuperando a capacidade operacional do INCRA. O que é a capacidade operacional? 2187 servidores novos no período que estou no INCRA. Ontem chamamos mais 371. Mais de 800 Mitsubishi zeradas. Mais de cinco mil computadores e GPSs; hoje, esses técnicos do INCRA estão na ponta, nesses 36 Municípios, em 80 escritórios, com GPS novo, computador novo, carro, diária em dia, para fazer esse trabalho. Esse trabalho é importante, por que, gente? A lei é de 2001. Por isso que nem gosto muito, “este Governo, o governo passado...” A lei é de 2001. Obriga a todos os prioritários e posseiros do país inteiro. Às vezes, fico muito chateado. Fala-se só Amazônia, Amazônia. E o cerrado? E a caatinga? E o Pampa, e a Mata Atlântica? Mas, então, tá, vamos focar na Amazônia Legal. Com esses dados, nós vamos levantar, nós vamos recepcionar o quê? A escritura do imóvel e o memorial descritivo. O que é o memorial descritivo que os proprietários estão chiando, chiando, chiando? É dizer: “O meu imóvel, a partir de um ponto de GPS, e não do meu olho, dizendo: “Ah, a minha área vai até aquele rio, até aquela montanha, até aquela árvore”. Até porque já vi rio mudar de lugar. Árvore também. Nós vamos ter os pontos de GPS. Esses pontos de GPS, nós vamos passar para o IBAMA, para o Ministério do Meio Ambiente e para o INPE. Com essas fotos de satélite, nós vamos plotar, com os pontos que o INCRA levanta e vamos saber quem está desmatando ou, melhor, para ser mais generoso, quem está desocupando aquela área. Nós vamos saber quem. Pode ser assentado, pode ser agricultor familiar, pode ser grande proprietário, pode ser terra devoluta.

Qual é a nossa expectativa? Infelizmente, dentro desses 80 milhões de hectares, muitos não vão procurar o INCRA. O prazo é de 03 de março a 02 de abril para

entregar a documentação. Por que não vão entregar? Nesses 36 Municípios, a grilagem é a grande razão do desmatamento. E os grileiros não vão ao INCRA. A conta que eles fazem é “quanto eu ganhei nesse período? Quando o Estado chegar, bom, eu já ganhei, vou para o sul do Amazonas, por exemplo”. Mas, ontem eu recebi alguns dados e muitos estão procurando o INCRA. Existem muitos produtores rurais grandes, médios, que já estão num debate mais avançado, no sentido do mercado futuro, do consumidor que está exigindo, para nós aprendermos a contar nossas vacas certificadas, saber que temos que entregar produtos limpos, e querem regularização. E querem averbar a reserva ambiental do seu imóvel. Eles estão ligados o quê? No mercado, na legalização, estão contribuindo... Isso que anima muito o nosso trabalho, e que é importante que se faça isso.

Então, o trabalho de recadastramento, ele vai longe porque depois tem um produto enorme, que é a regularização. Desses que não entregarem a documentação ao INCRA, nós vamos atrás. Aí, é obrigação do INCRA. O INCRA tem que, nessas áreas, ver: Bom, se não veio ninguém, quem é que está lá?” No Pará, eu tenho certeza, nosso grande trabalho vai ser de retomada judicial de áreas públicas. No Mato Grosso, menos. Então, estou com uma grande preocupação. Sul do Amazonas, lábria(F) e Rondônia. Quem estuda um pouco de agricultura, sabe como era Rondônia e como está hoje. Ontem, eu recebi um dado de um Município de Rondônia, não me lembro agora, mas a área cadastrada no INCRA, que foram lá entregar, dá seis vezes o tamanho do Município. Então, tem que acertar. É esse acerto de contas que a sociedade brasileira precisa enfrentar. Então, esse é o primeiro ponto, o recadastramento. Depois me coloco mais à disposição de...

A segunda medida do Governo, que já foi apresentada pelo colega André, mas eu quero dar um destaque, é a resolução do Banco Central, Resolução 3545, tem vários pontos aqui. Mas, o ponto importante que tem a ver com o INCRA, vou falar sobre isso, que me cabe, todo Gerente de banco e, pasmem, para a minha alegria, os privados estão mais interessados que os públicos, quando o proprietário solicitar o empréstimo, ele vai acessar o banco de dados do INCRA e vai perguntar on-line se aquela área está certificada, se está ok ou não.

Os produtores estão chiando demais. Estive no Mato Grosso: “Mas como? Por que isso?” Gente, eu vou tomar um empréstimo, qualquer cidadão que vai num banco: “Sua carteira de identidade, seu CPF, seu apartamento, a escritura, cadê?” A dívida ou etc. Vai consultar o banco de dados do Incra *on-line*. Tecnolo-

gia não falta para isso. E vai consultar algo para conceder o crédito.

E agora estão aparecendo situações do tipo: Ontem, me ligou um Gerente do Banco do Brasil de norte do Mato Grosso: “Rolf, me ajuda”. Eu digo: “Ô, Gerente, o que o senhor quer? Ajuda? Estamos aqui”. Não, é que teve um produtor, a gente concedeu um crédito, ele não pagou, a gente quer liquidar a dívida, mas ele diz para mim: ‘Não, vai lá para resgatar a área porque ela nem é minha, é da União’. “Ué, manda prender”.

[risos].

SR. ROLF HACKBARD: Não é? Isso que vai acontecer. É duro? É. Mas o Estado vai avançando e nós vamos, aos... Infelizmente, ainda aos poucos, começar a ter mais transparência. Então, esse dado de consultar o cadastro do INCRA, se aquele móvel está legal, antes de conceder o crédito, ele é fundamental. Nós vamos pegar a ponta do banco, do crédito, e os Bancos privados estão mais interessados que os públicos. Na verdade, os públicos são os grandes financiadores. Então, nós temos um trabalho interno do Governo. Então, essa é a segunda medida. E a terceira, nós vamos anunciar a semana que vem, dentro de um conjunto de medidas, mas uma delas é o crédito ambiental para os assentados da Reforma Agrária. Nós sempre estamos trabalhando o seguinte, tudo bem, a regularização fundiária, tem a parte da Polícia Federal, a parte do IBAMA, a parte do Governo coube todo, mas é o monitoramento do INPE. Bom, agora qual é o nosso raciocínio? Criamos um assentamento, semana que vem, digamos, na Amazônia Legal; 99% dos imóveis que o INCRA obtém estão degradados ambientalmente. Até por isso que o INCRA obtém. E não cumpre a função social, obtém, retoma. Então, os assentados, cada família vai receber 2400 reais por dois anos; 100 reais por mês, é pouco, mas é o recurso, aí tem a questão orçamentária, para não desmatar, para recuperar aquela área degradada dentro do seu lote, dentro do seu assentamento. Se juntarmos isso numa cooperativa, numa associação, pode dar um recurso maior, mas é um estímulo a esse assentado, e nós vamos monitorar os demais créditos em função desse também, para que ele não entre na área e imediatamente continue a degradação ambiental e tenha esse estímulo. Porque se ele não obtiver renda de outras produções, mas esse cartão verde, nós estamos chamando, ainda vai ser o lançamento, o desenho já está pronto, é mais uma forma de estimular a família assentada a não continuar a degradação ambiental, a não destruir mais ainda o meio ambiente.

Essas são as três medidas de curto prazo, além de um conjunto de outras. Tem tudo no *PowerPoint*, mas eu prefiro me colocar à disposição do debate,

como medidas de contribuição dentro de uma ação de Governo. Eu gostaria de fazer um registro aqui. Na história recente, eu acho que nunca teve uma União tão grande entre os órgãos do Governo. Com todo respeito aos demais Governos. É difícil. Nós estamos aqui o INPE, está aqui o IBAMA, está o Ministério do Meio Ambiente, está a Polícia Federal.

Agora, é fundamental que os produtores se envolvam nesse trabalho, que os assentados se envolvam, que os Prefeitos... Meu sonho era reunir os Prefeitos desses Municípios. Eles não vêm para as reuniões, não querem, outros vêm... Eles estão lá na ponta. O futuro da renda da agricultura, do setor primário, passa pela promoção do desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, social e ambiental. Todos os estudos das grandes cadeias produtivas já apontam dois grandes fatores limitantes para a agricultura brasileira: Um é a renda agrícola, vem caindo. Isto não quer dizer que em safras, determinadas safras, a renda líquida ou o lucro pode ser muito bom, como pode ser da soja esse ano, da madeira, do gado... O que é bom. Mas a renda líquida, no médio e longo prazo, vem caindo. A segunda grande restrição é ambiental. E, para minha alegria, os consumidores estão cada vez mais atentos. Principalmente as crianças. De onde vem esse produto? Infelizmente, ainda não primeiro mundo. Quem sabe isso aumente aqui... Esse produto vem de onde? De que área? Está certificada? Tem trabalho escravo? Está legalizada essa área? O dito mercado vai ajudar muito a controlar isso também no futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado. Agradeço ao Presidente Rolf, o Presidente do INCRA, e queria fazer uma sugestão aos Parlamentares, já que há dois palestrantes, se a apresentação pode ser um pouco mais sintetizada e ampliada no debate porque acho que colabora com a audiência e ninguém fica prejudicado. Então, eu passo a palavra ao Dr. Álvaro Palharini, Chefe de Divisão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. E, em seguida, passaremos para o último expositor, que é o Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Derli Dossa. À vontade.

SR. ÁLVARO PALHARINI: Bom dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais presentes a esta Reunião. A Polícia Federal agradece o convite para falar sobre quais são as ações da Polícia Federal em relação ao desmatamento na Amazônia. Então, vamos ser bem objetivos. Ontem, eu voltei do Estado do Pará, onde acompanhava a operação "Arco de Fogo", a qual estou coordenando, em âmbito nacional, e recebi o convite,

ontem à noite, e não pude preparar nada para apresentar em *PowerPoint*, mas também não é necessário, não haverá prejuízo nenhum.

Inicialmente, cumpre salientar que a atividade de repressão a crimes ambientais, na Polícia Federal, ela é muito nova. É a atividade mais nova na Polícia Federal. Ela tem apenas quatro anos, como delegacia especializada. A tradição da Polícia Federal é combate a tráfico de drogas, contrabando e tudo mais. Então, uma das nossas maiores tarefas foi, e é, a de mudar a cultura dos policiais. E isso está ocorrendo. Está ocorrendo até com uma certa rapidez, que nos surpreende, tem nos surpreendido. E a nossa direção-geral, felizmente, entendendo isso, ela priorizou o combate aos crimes ambientais como a meta da Polícia Federal para 2008 e daqui para frente. Então, isso é um grande passo, para todos nós que trabalhamos na área ambiental. E não ficou só no discurso porque, em dezembro, dezembro último, a última turma formada na Academia Nacional de Polícia, foi quase toda ela dirigida para lotações da Amazônia Legal, o que significou aumento de 25% no número de policiais federais lotados na Amazônia. Isso é muito significativo.

Bom, de outro lado, nós fazíamos um planejamento para atuar no desmatamento da Amazônia, para implementarmos, a partir do meio do ano de 2008, quando fomos chamados à Presidência da República e ao Ministério do Meio Ambiente, para adiantar a deflagração dessa ação. Em função disso, nós realizamos o planejamento operacional, denominado operação "Arco de Fogo", que está se desenvolvendo nos três Estados onde ocorre o maior índice de desmatamento: Rondônia, Mato Grosso e Pará.

E o que nós pretendemos com essas ações, senão... E acho que é uma pretensão muito grande, de estancar o desmatamento nessa região, mas, pelo menos, a idéia é diminuir e muito e isso poderá ser visto nos próximos levantamentos do PRODES e levantamentos de campo. Então, a Polícia Federal vai agir com... Já está agindo atualmente com cerca de 300 homens, nesses três Estados, e atacando o problema das madeireiras, nesse primeiro momento, nessa primeira fase.

A partir de maio, com a operação... Se os recursos chegarem, acredito que sim, o Governo já se comprometeu, nós vamos montar 10 bases nessa região do arco do desmatamento, para que nós tenhamos a possibilidade de fiscalizar todos os caminhões que saem da Amazônia Legal em direção a Sul e Sudeste; uma fiscalização de 100% dos veículos que se dirigem para a região Sul, Sudeste e também para o porto de... Para os portos de Belém e São Luís. Essas equipes serão integradas por policiais federais, por agentes da polícia

federal, agentes do IBAMA, Força Nacional e... Além de outros órgãos públicos, federais e estaduais.

Além da fiscalização nas rodovias, teremos fiscalização nas hidrovias, impedindo que a madeira seja levada de... As madeiras, as toras ou madeiras beneficiadas, sejam levadas nas balsas para os portos, e também equipes de inteligência e de investigação. Não ficaremos restritos apenas a fiscalizar caminhões na beira de estrada. Isso é um ponto. E o ponto mais importante será o de investigação e de inteligência nas regiões onde ocorrem os desmatamentos, porque nós verificamos que, até bem pouco tempo, isso ainda continua acontecendo, por mais esforço que o IBAMA faça em fiscalizar o desmatamento, é comum ocorrer que os fiscais notifiquem, autuem os madeireiros, sem a presença da Polícia Federal, e deixem os próprios infratores como fiéis depositários da madeira e do maquinário. Isso acaba resultando uma ineficiência muito grande porque os madeireiros, assim que o IBAMA sai do local, voltam a operar com suas máquinas, rompem os lacres, vendem a madeira, colocam no mercado novamente e o resultado de todo esse esforço da fiscalização, ele acaba sendo desperdiçado. E agora não, com essa operação, nós atuaremos juntos e faremos a parte da criminalização desses responsáveis, identificando realmente quem são os empresários, vamos chamar assim, responsáveis por essa... Por esse desmatamento, por essa retirada ilegal de madeira, apreendendo maquinários e madeiras e retirando desses infratores a condição de fiel depositário, destinando a guarda para algum órgão do Estado ou da União, para que assim haja uma efetiva solução para isso. Senão, nós estaremos desperdiçando tempo e dinheiro público. Então, há de acontecer a responsabilização criminal e a responsabilização administrativa desses infratores.

Então, em síntese, essa é a idéia do Projeto “Arco de Fogo”, que já iniciou e tem um caráter permanente. Nós não pretendemos fazer uma mera ação policial e depois nos retirarmos do local. É permanecer para que se estanque, com eficiência, o desmatamento. E só com a atuação policial, com a criminalização, o trabalho do IBAMA vai ter mais eficiência. Então, eu fico à disposição para qualquer outra pergunta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado. Obrigado, Delegado Álvaro Palharini. Vamos chamar, então, imediatamente o Dr. Derli Dossa, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura.

SR. DERLI DOSSA: Bom dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, e demais presentes. Eu vou iniciar, fazendo um comentário geral, dizendo que o Ministério

da Agricultura tem como instrumento efetivo naquela região, são praticamente cinco instrumentos muito rápidos de trabalho, que começa com os trabalhos feitos pelo próprio Ministério, na área da formação da política agrícola, esse é o primeiro instrumento que nós temos, dentro da percepção de estimular a produção agrícola.

O segundo instrumento, e que nós consideramos fundamental, é através da EMBRAPA, Pesquisa Agropecuária. Nós temos nove unidades da EMBRAPA nessa região que está em discussão e que, de certa forma, tem propostas concretas, que depois vou apresentar aqui aos senhores.

Terceiro instrumento é através da CONAB. É a compra dos produtos que são produzidos em todas as regiões brasileiras, e essas compras, vamos dizer objetivamente, elas têm a idéia de fortalecer a venda dos produtores. O quarto instrumento naquela região é feito através da pesquisa e assistência técnica da CEPLAC, onde nós temos a produção de cacau, através dos sistemas agroflorestais, extremamente bem adaptados ao desenvolvimento da Amazônia.

E, finalmente, um único instrumento que nós temos, vamos dizer assim, “de repressão”, seria através da defesa sanitária animal, onde nós controlamos, através de instituições estaduais, os rebanhos da região. Por exemplo, no Pará, quem faz esse trabalho é a do Pará. Então, na prática, todos vocês conhecem e sabem bastante sobre essa questão, o Ministério da Agricultura não tem instrumento repressor. Ele tem que trabalhar sempre na idéia de construir uma idéia de produzir alimentos, uma idéia de produzir fibras, enfim, apoiar o desenvolvimento que é feito, sejam pequenos, médios ou grandes agricultores.

Bem, quando nós chegamos ao Ministério da Agricultura, o primeiro trabalho que o Ministro me pediu, ele queria formar ou formular um programa para desenvolvimento sustentável da Amazônia, que é o programa que, daqui a dois ou três minutos, eu passo a apresentar aos senhores. E, feito esse programa, a primeira ação que nós tivemos, logo depois de passar na região, entrevistando sejam sistemas de matéria, sejam Secretarias de Agricultura, nós tivemos 58 técnicos envolvidos na organização desse programa. Com isso, nós tivemos 32 instituições envolvidas na formulação de um programa para desenvolvimento da Amazônia.

Bem, rapidamente, esse programa teria que considerar que alternativas nós teríamos para a região. A primeira delas, evidentemente, foi a parte de pecuária extensiva. Então, nós temos que entender que os sistemas de produção que envolvessem pecuária extensiva partiriam de um pressuposto que não podemos mais

derrubar árvores na região. Então, é a intensificação do sistema de produção, permitindo com que, numa região que já tem 70 milhões de hectares desmatados, tem que ser reaproveitado. Então, fizemos várias reuniões com pesquisadores da EMBRAPA, nas quais nós começamos a identificar sistemas de produção que considerassem o melhor uso dessas áreas já desmatadas porque, evidentemente, como o Ministro tem afirmado à imprensa e aos senhores aqui, ele não deseja, em hipótese alguma, que haja desmatamento e repudia qualquer que seja o desmatamento ilegal.

O segundo... A segunda linha de trabalho que vou apresentar para vocês considera, então, os sistemas agroflorestais e silvopastoris, em outras palavras, a região é muito bem adaptada ao desenvolvimento de produtos que sirvam tanto para a alimentação dos brasileiros quanto também gerem excedentes para a exportação. Esse é o enfoque, então, tanto dentro dos sistemas agroflorestais tanto quanto dos sistemas silvopastoris. E, imediatamente, diria, nos próximos 40 dias, nós faremos um esforço naquela região entre cinco e 10 Municípios dos que constam desses 36 aí, teremos reuniões técnicas, onde estaremos com todas as equipes do Ministério da Agricultura e da EMBRAPA, falando quais as alternativas são mais sustentáveis para a região. E também a venda, vamos dizer assim, de cada unidade de área, qual seria a rentabilidade possível nesses sistemas que considerem a preservação da Amazônia. Estamos identificando ainda quais os cinco ou 10 Municípios que faremos esse esforço e tentativa, e aí, a partir daí, produziríamos material para ser distribuído em diferentes sistemas de produção, os mais bem adaptáveis possíveis para a região.

Só vou fazer um destaque para evitar até que posteriormente não seja questionado, a Amazônia, do ponto de vista de uso, do ponto de vista do zoneamento agro-ecológico e econômico, no nosso entendimento, a resposta virá através desses sistemas de produção bem orientados pela EMBRAPA ou muito discutidos com a EMBRAPA porque também nós temos que considerar as culturas locais nas quais seria mais efetiva a formulação de modelos que já, de certa forma, estão bem indicados para aquela região.

Com relação à cana-de-açúcar, que é o que surge de preocupação por parte dos Srs. Parlamentares, essa é uma decisão de Governo. O Ministério da Agricultura, através dos profissionais da EMBRAPA, Centro de Solos do Rio de Janeiro, enfim, através da EMBRAPA, está fazendo um levantamento para a formulação de um mapa, onde as regiões são possíveis de produzir, onde são, vamos dizer assim, interditadas de serem produzidas as alternativas que estão sendo consideradas especificamente no caso da cana.

Agora, a decisão não será do Ministério da Agricultura, será do Governo Brasileiro. Em outras palavras, numa região desmatada, degradada, enfim, mas que tenha aptidão de produzir cana, será o Ministro Reinhold Stephanes que dirá: "Vamos produzir lá". Isso será levado ao conselho do Governo e o Governo é que deve decidir se deve ou não. A idéia fundamental é de que cana-de-açúcar é muito bem adaptada no centro-oeste, no sudeste brasileiro; os mercados estão nessa região, e acredita-se que possivelmente essa não será uma via a ser implementada na região do bioma amazônico.

Agora vou passar imediatamente, Srs. Deputados, a mostrar o que consta nesse plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia, no qual eu já... Já elaboramos uma carta-consulta para o Banco Mundial, pedindo financiamento da estrutura burocrática aqui em Brasília para coordenar esse programa, e as ações efetivas serão implementadas pelas diferentes instituições ligadas ao Governo Federal, como também as estaduais e municipais. Então, o próximo, por favor.

Bom, essa é uma questão simplesmente de números, que nós consideramos muito, é a área da Amazônia, que nós estamos falando bioma amazônico, então, nós temos em torno de quase 50% no nosso país; áreas protegidas, nós teríamos, naquela região, em torno de 36% de áreas protegidas; nós estamos falando, então, de uma população de 23 milhões de pessoas, sendo que praticamente 70% dessas pessoas já vivem em centros urbanos, estamos falando em 542 mil estabelecimentos que, direta ou indiretamente se enquadrariam naquilo que o nosso Presidente do INCRA acabou de comentar aqui, e nós estamos falando de um PIB de 114 bilhões de reais. Esse PIB daquela região, na prática, corresponde a aproximadamente ao PIB da agricultura brasileira. Não do agropêlo, mas da agricultura brasileira. E nós estamos falando, então, de aproximadamente 25 fisionomias florestais. Próximo.

Bem, com relação aos produtos produzidos na região, quando nós falamos bioma amazônico, nós estamos separando a Amazônia legal porque a Amazônia Legal, numa parte importante dela, ela é produzida por bioma de cerrados. Depois a gente pode entrar nos detalhes, que eu tenho as fotos para mostrar aos senhores e os produtos lá produzidos estão, grosso modo, colocados aí nessa planilha. Próximo, por favor.

Quais são os nossos objetivos com o programa? É treinar gente. Treinar técnicos, profissionais que sejam competentes para desenvolverem sistemas de produção eficientes e também os próprios produtores rurais. O nosso objetivo dessas primeiras reuniões, que faremos nesse mês ainda ou no próximo, é orientar os

produtores sobre a Legislação e fundamentá-los nas possibilidades, nas alternativas de produção que eles possam ter. Vamos adiante.

Bom, vamos adiante? Isso aí não tem problema, faz parte só do Projeto. Então, nós temos, na prática, três programas que estarão sendo levados para a região. Um é de capacitação para desenvolver um agronegócio sustentável. Um segundo, promoção do desenvolvimento sustentável, pois, internamente, esses três programas formulam 10 Projetos de desenvolvimento sustentável, e finalmente um Projeto de articulação operacional para que a gente possa compatibilizar as diferentes, vamos dizer assim, as diferentes instituições que estarão envolvidas conosco neste programa. Próximo.

O programa de capacitação, então, tem um Projeto de capacitação que é a idéia de organização dos sistemas de produção e bastante aperfeiçoamento para que os profissionais que atuarem na região tenham condições de se desenvolverem também, porque pouco adianta a gente continuar com um modelo que tem sido, eu diria, o seguinte, repudiado já para a sociedade como um todo no Brasil e que seja um programa unicamente produtivista. Você tem que buscar a sustentabilidade. Na nossa opinião, não há mais espaço para desenvolver a agricultura no Brasil de pecuária, se não for sustentável do ponto de vista não somente econômico, mas fundamentalmente também social e ambiental. E essa é a idéia do Capacita.

O Aperfeiçoamento segue o mesmo caminho. A idéia de organizações de unidades de demonstração na região para que a gente possa mostrar às pessoas a diferença entre um sistema que tem a pecuária com integração lavoura e florestas plantadas com simplesmente uma pecuária intensiva. Na área de promoção, nós temos, então, o Programa Agrega, que é integração de valores aos diferentes produtos daquela região; o de inovação de tecnologia, um de fomento, que é a parte que envolverá os temas em matérias nos Estados; um programa de cooperação na busca de associações e cooperativas, e também um programa de defesa agropecuária, que muitos dos senhores sabem, por exemplo, se você chegar em Tucumã, temos um frigorífico que tem um índice de abate ali, em torno de 1000 a 1200 animais por dia. Então, temos que ter um setor de defesa que proteja aquela região porque aqueles frigoríficos ali de Tucumã estão exportando para o Egito, para a América Latina e ainda não dentro do sistema de rastreabilidade.

E, finalmente, nós temos, na área de articulação, três Projetos de formação, de formação de imagem e de articulação institucional naquela região.

Bem, aí, depois aí é a parte de detalhamento, que eu não acho interessante estar passando para vocês aqui; as responsabilidades, em todo caso, dentro dos 10 Projetos, o primeiro será de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo, onde teremos a participação da EMBRAPA e da CEPLAC. E os parceiros serão os serviços estaduais do antigo sistema EMBRATER, são sistemas atores(F)– [soa a campanha].

SR. DERLI DOSSA: --Secretarias Municipais de Agricultura e a iniciativa privada. Então, eu termino aqui, agradeço a oportunidade e fico à disposição dos senhores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Gostaria de convidar os palestrantes para comporem a Mesa, já que nós vamos começar a fase de debate e quero agradecer ao Dr. Derli Dossa, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Passo a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Fernando Gabeira. Em seguida, o Deputado Sarney Filho, Deputado Mendes Thame gostaria de se inscrever, só observando... Deputado Dagoberto saiu. Vamos lá. Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Sr. Presidente, eu estava dizendo aqui para o Deputado Sarney que disponho de mais meia hora para participar do debate. Não vou intervir meia hora, eu vou fazer a minha intervenção rápida, mas eu tenho apenas mais meia hora para participar do debate. Então, vou tentar fazê-lo o mais conciso possível.

Então, primeira questão se refere ao Ministério do Meio Ambiente. Eu acho... As medidas colocadas são medidas irrefutáveis. Todas elas são medidas... Ninguém vai dizer que uma medida... Essa medida não funciona, não é boa. Mas o que me aparece ainda como uma lacuna, como política, é exatamente o processo de negociação a ser desenvolvido na área. A gente, às vezes, senta aqui, faz uma série de medidas e não combina com os adversários. E não funciona bem.

A minha proposta para o Governo é que ele designasse um negociador para essa região. E pudesse, nessas circunstâncias, criar um consórcio dos Municípios envolvidos nessa questão; fazer uma Reunião mensal, com os dados que nós recebemos constantemente; avaliar a performance de cada Município na questão da redução do desmatamento. E também, nessa avaliação, propor alguns estímulos àqueles que tiverem um resultado melhor. Acho que é necessário... Eu liguei para o Governador já do Mato Grosso, apesar das nossas divergências, digamos, quilométricas sobre o desmatamento, eu liguei para o Mato Grosso, dizendo que era necessário estabelecer esse processo

de negociação. E a grande lacuna na Amazônia, que acho que pode atender a dificuldades de todos, é exatamente a inexistência de uma Mesa de negociação, em que a gente possa trazer os bons e os não muito bem comportados. Então, a minha sugestão para o Governo é que transcenda a fase puramente burocrática e defina o início de uma fase política de negociação. Evidentemente que aí entra outra questão, que está articulada com o Ministério da Agricultura.

Eu achei, em princípio, esse princípio de utilizar esses... 70 milhões?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

70 milhões de hectares devastados é um princípio importante. Acho que todos falam nisso, como, inclusive, uma forma de atenuar a pressão sobre a área ainda de pé. Mas o que me impressionou, e que talvez a gente pudesse discutir depois, é que o Projeto do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia é de 26 de fevereiro de 2008. É o marco zero. E nós estamos, na verdade, nós estamos, há um grande tempo, dependendo da existência de um Projeto. Seria interessante, quando a gente tivesse uma outra Audiência Pública, a gente fazer uma análise dos Projetos que já existiram e ver exatamente como podemos chegar a um Projeto de desenvolvimento que sintetize tudo que há. Porque a impressão que eu tenho é que o senhor, evidentemente, funciona como Ministro, e o Ministro fala assim: "Começa aí, faça o seu Projeto de desenvolvimento sustentável". Mas a Amazônia, ela coloca problemas há muitos anos. A gente tem que... Era necessário fazer uma avaliação da performance brasileira, nesse campo, nos últimos 10 anos, pra gente ver para onde vai. E, ao fazer essa avaliação, coloca-se uma questão que também vai interessar, eu creio, ao INCRA e a todos, quer dizer, de onde virá o dinheiro? De onde virá o financiamento para isso? Por isso que eu considero necessária a ausência de uma autoridade negociadora, a presença de um Projeto, a presença de uma autoridade negociadora, para nós podermos levantar o dinheiro. É só um Projeto desses que, articulado em todos os níveis e tendo a aquiescência de parte da população, é que vai nos dar pelo menos a base para dizer para o mundo que esse dinheiro será bem empregado, que nós estamos no caminho adequado.

Então, é... Mesmo a questão da... Do policiamento, eu me pergunto, quando eu vejo se deslocar para a Amazônia, se deslocarem 700 policiais, eu fico pensando no que é a infra-estrutura de uma operação desse tipo. Quer dizer, como nós vamos trabalhar essa infra-estrutura? Não é barato não. A Amazônia, todos nós sabemos. Nós não conseguimos ir num fim de semana e voltar rápido. Ou voltamos estourados—

[risos].

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):

--Porque as distâncias são muito grandes, as condições são muito difíceis. Então, o que se trata, na verdade, é conjugar... Esses elementos são todos elementos de um mesmo esquema, de um mesmo sistema. Desde o monitoramento por satélite ao cadastramento das terras, à política do Ministério do Meio Ambiente, à política do Ministério da Agricultura, nós temos... E à política de repressão, nós temos todos um sistema. Como articular esse sistema num Projeto adequado? Que autoridade nacional vai responder por ela? E onde é que nós vamos buscar o dinheiro? Essa questão é uma questão que me preocupa. E eu deixo mais ou menos no ar, como o início da nossa conversa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra já ao Deputado Sarney Filho para que a gente faça o bloco dos questionamentos e, em seguida, as respostas e considerações finais dos nossos convidados.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Sr. Presidente, caros colegas, expositores, eu tenho certa dificuldade em ouvir Projetos de desenvolvimento para a Amazônia que seguem o rito tradicional que o Brasil vem desenvolvendo ao longo desses anos, de muitos anos. Ou seja, não se... A princípio, não se... O Governo, como um todo, e a sociedade brasileira ainda não decidiram claramente o que querem fazer com a Amazônia. Se a Amazônia é um bioma, como eu acho que deve ser preservado, para continuar prestando os serviços ambientais ao mundo, à qualidade da vida no planeta Terra, se a Amazônia é um bioma, que não é somente um estoque de gases do efeito estufa, mas é um banco genético incomensurável, então, que, muitas das vezes, nós estamos destruindo antes de conhecê-lo. Se a Amazônia... Ou se a Amazônia é apenas uma fronteira agrícola, que precisa ser vencida.

Então, me parece, e aqui não há nenhuma crítica pessoal, me parece que, quando a gente ouve o Ministério da Agricultura, os Projetos do Ministério da Agricultura, me parece que o Ministério da Agricultura pensa na Amazônia como uma fronteira agrícola. Não pensa na Amazônia como um bioma a ser preservado, a ser equilibrado, um bioma que está ameaçado. Esse desmatamento não está mais se dando nas bordas, está se dando dentro dele também.

Então, para mim, o que eu acho, o Governo Federal, primeiro, não tem uma linguagem unificada. Não é o primeiro Governo também que acontece isso. Não é novidade. Eu fui Ministro do Meio Ambiente e também na minha época não tinha uma linguagem unificada, embora eu tivesse lutado muito para que tivéssemos essa linguagem. Mas está chegando o momento, por causa da relevância da Amazônia e até numa maneira

mais simplificada de encarar a Amazônia, por causa também do estoque de gases de efeito estufa, porque o Brasil hoje é o quarto maior emissor não por causa da nossa indústria, não por causa da nossa geração de energia, mas por causa do desmatamento na Amazônia.

Então, eu acho que é chegado o momento em que o Governo e o Ministério do Meio Ambiente devem liderar esse processo porque, ainda há pouco, o Sérgio Leitão, do *Greenpeace*, que está aqui presente, informou que o *Greenpeace* está dando uma entrevista agora no Estado de São Paulo, fazendo uma avaliação do plano de prevenção e controle do desmatamento. Segundo as informações que ele me passou, metade do plano não está sendo executada. E também me passou uma informação que eu não sabia, que quem coordena esse plano é a Ministra Dilma, não é a Ministra Marina.

Então, ele até falou que a Marina quer, mas não pode; a Dilma pode, mas não quer. Isso que é o que o *Greenpeace* está falando na entrevista lá. Então, não tem sentido. Eu acho que o conjunto do Governo, está na hora de definir o que ele deseja para a Amazônia. Nós aqui, na Câmara e no Senado, estamos fazendo a nossa parte. Então, o que eu acho? O Governo, o Ministério do Meio Ambiente deve liderar o processo de desmatamento zero na Amazônia. Deve decretar o desmatamento zero. A vertente comando e controle está falida. A vertente comando e controle já se mostrou que não é suficiente para conter o desmatamento que está aí, sendo levado pelas forças econômicas.

Outra questão grave também é a questão dos assentamentos, aproveitando a presença do nosso Presidente INCRA; não cabe mais assentamento na Amazônia. Não cabe mais assentamento na Amazônia. Hoje os pequenos desmatamentos respondem por 50% do desmatamento na Amazônia. Isso não quer dizer, conforme o André me ressaltou, que sejam os pequenos que estão desmatando. Mas seguramente os assentamentos têm contribuído. Eu fui Relator da CPI do tráfico de animais silvestres e da extração ilegal de madeira, e nós... O Relatório do Gilnei já falava isso muito tempo atrás; o Gilnei, inclusive, quase foi expulso do PT porque colocou esse negócio, colocou os assentados como um dos vetores de desmatamento na Amazônia. Mas, naquela época, já ficou claro também que muitos desses assentamentos e não é culpa objetiva dos pobres coitados que estão lá assentados. Eles fazem parcerias para fornecer madeira para as madeireiras. É uma espécie de lavagem de madeira. Então, isso é uma coisa que precisa ser revista. Então, usam... O que nós... O que eu ouvi atentamente e os trabalhos estão muito bem feitos. O Governo tem

boa intenção. Mas não se vive de boa intenção e boa intenção não vai conter o desmatamento na Amazônia. Eu acho que é chegado o momento do Governo decidir: "Queremos a Amazônia como um bioma a ser preservado? Então vamos fazer um plano modelo de desenvolvimento, que incorpore esse bioma". E vamos sinalizar à sociedade isso. Não é sinalizar à sociedade que agropecuária, que cana... Nada disso. Eu acho isso um absurdo. Acho que os serviços florestais, eles podem, sim, dar rendimento. Eles podem melhorar as condições de vida das populações que moram nas cidades, nos vilarejos, na beira dos rios. Agora, além disso, Manaus, por exemplo, e o Partido Verde defendeu, a Zona Franca também é uma medida acertada para segurar a população urbana na cidade, para dar emprego, para dar trabalho. Quer dizer, é preciso que pense em conjunto.

Então, nós gostaríamos que o Governo decretasse o desmatamento zero, a moratória no desmatamento, como uma espécie de freio de arrumação. E, junto com isso, o zoneamento ecológico econômico nacional, sobre metodologia unificada, para que, aí, sim, se possa saber realmente quais as vocações que a Amazônia abriga, quais as vocações de desenvolvimento, mas o zoneamento ecológico-econômico, não agroecológico-econômico porque o agro já quer dizer que você está sinalizando que pode quando, na realidade, para mim, não pode.

Outra coisa que foi falada aqui, que o Presidente do INCRA falou, que acho interessante, mas a escritura e o memorial descritivo. Acho que isso tudo deveria ter sido solucionado através do georeferenciamento de todas as propriedades da Amazônia. Houve um Projeto... Houve um Projeto em Mato Grosso, que foi exitoso o Projeto de Mato Grosso. O georeferenciamento das grandes propriedades foi feito em determinada época e, com sucesso, aumentou a produção e diminuiu o desmatamento. A esse plano foram disponibilizados recursos para todos os Estados da Amazônia fazerem o georeferenciamento e isso se perdeu no tempo, no espaço. Ninguém sabe hoje. Hoje está se retomando.

Quando se fala nos instrumentos econômicos de contenção, também já foi assinado. O Protocolo Verde foi falado, foi filmado, foi homenageado. Nada na Amazônia poderia ser financiado se não tivesse regularmente regularizado, ambientalmente e na Legislação fundiária.

Então, esse freio de arrumação serviria para o zoneamento, serviria para a regularização fundiária e serviria para o georeferenciamento das propriedades na Amazônia. É mais do que urgente. E eu devo dizer, Senador Renato Casagrande, que o PMDB do Senado, Senador Raupp, incorporou a idéia do desmatamento

zero. Ele, que é da região. Ele me disse que foi ao Presidente Lula pedir o desmatamento zero e foi à Ministra Marina Silva com [ininteligível]. O nosso partido entregou um documento, nós estamos discutindo nossas relações com o Governo, e podemos sair da base do Governo e, no nosso documento, o pedido principal é que o Governo declare o desmatamento zero, como querem os ambientalistas, como querem o SBPC e como é justo para que essas políticas possam dar resultado, senão, meu amigo, não vai dar certo.

Outra coisa que acho importante é que a pecuária, que foi onde mais cresceu, a pecuária, onde mais cresceu a pecuária foi na Amazônia. Teve 75 milhões de cabeças de gado. Quer dizer, três cabeças de gado para um habitante. Três cabeças de gado para um habitante. Então, é preciso também olhar isso com a relevância e com a importância que isso tem. Eu não sei como é que vai se fazer. Não deveria mais permitir pecuária, nem intensiva, nem extensiva na Amazônia. Não é essa a vocação da Amazônia.

Então, por outro lado também, o que se tem visto com as guserias, o carvão... O carvão, hoje se vê, onde tem desmatamento tem carvoaria. Em Minas, eles estão desmatando o Mato Grosso já para levar carvão para as guserias de Minas. Então, esse também é um problema seriíssimo, que tem que ser enfrentado pontualmente.

E, por outro lado, também fico satisfeito com a palestra do Delegado Álvaro Palharini, que a Polícia Federal está incluindo agora no currículo, na turma da academia de polícia, já está no currículo a questão ambiental, está se debruçando agora sobre isso, e, mais do que isso, que as operações vão ser fixas, vão ser perenes e também recolhendo, evidentemente, o material apreendido. É quando bate no bolso, que a coisa dá resultado. Então, eu acho que esse é um caminho a ser percorrido.

Então, Sr. Presidente, eu não tenho, na realidade, uma pergunta objetiva, tenho essas considerações que acabo de fazer. E gostaria de ouvir os comentários a esse respeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Deputado Sarney Filho e passo a palavra ao Deputado Mendes Thame e, em seguida, ao Senador José Nery para passarmos a palavra, em seguida, ao Relator. Deputado Mendes Thame.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Deputado Eduardo Gomes, Senador Renato Casagrande, Parlamentares presentes a esta Reunião, conferencistas, nós estamos aqui reunidos porque houve um recrudescimento do desmatamento no finalzinho do semestre passado. O desmatamen-

to alcançou índices recordes em 2004, regrediu em 2005/2006 e voltou a subir em 2007. 2004 e 2005, todos nós comemoramos, o Governo comemorou como se fosse realmente um grande feito do Governo a diminuição do desmatamento, e, no entanto, se confirma que o que ocorreu, na realidade, foi um mero reflexo das forças de mercado. Naqueles dois anos, o preço da soja no mercado internacional caiu; as exportações de carne do Brasil também caíram e, com isso, diminuiu também o ímpeto por desmatar. No finalzinho de 2007, a soja atingiu recordes na Bolsa de Chicago, aumentaram as exportações de carga... De carne. Voltou o ímpeto por desmatar. Ou seja, nós estamos sob as forças de mercado. Tipicamente, é o mercado que comanda. O Governo está inerte e submisso às forças de mercado.

Como é que nós combatemos distorções do mercado? Só há uma forma, é com ação de Governo. Não existe, não dá para falar em solidariedade planetária, empresas sustentáveis, em pessoas conscientes. É Governo. Ação de Governo. Como é que se dá ação de Governo nessa área? Dá-se em três tramos: Legislação, investimentos e a terceira, conscientização e gestão.

Na área de investimentos, são, por sua vez também, três tramos. Três vertentes: Leis de comando e controle, leis de incentivo e essa descoberta nova que o Brasil inaugurou, em 97, que são as leis de cap-and-trade, que a gente não consegue nem adequar, nem colocar numa ou noutra, então, a gente fica com três vertentes: Leis de comando e controle, leis de incentivos e cap-and-trade.

Quero falar rapidamente sobre os três e depois fazer as perguntas. Primeiro, leis de comando e controle. Eu acho, Sarney, que ainda há um campo imenso pra gente enrijecer nessas leis. Quando você tem multas que não são pagas, que não são cobradas, é sinal de que está havendo uma falha na fiscalização e há casos, inclusive--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): 2,5% só.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): --Portanto, ainda há muita coisa a ser feita. Eu apresentei um Projeto de Lei, uma PEC, que estende, para o caso do desmatamento ilegal, as mesmas prerrogativas da Constituição para as áreas onde forem encontradas plantas ilegais, culturas de maconha e outros. Portanto, permite que o Governo desapropriasse essas áreas. Na linha do comando e controle, acho que ainda há o que fazer. E pode ser intensificada a fiscalização, com a Polícia Federal, muito, muito, para usar a Legislação que já existe.

A segunda vertente é de incentivos. Nós não temos uma economia da floresta. Não temos. Não adianta. O Governo fala, fala, mas nós não temos. A árvore vale mais derrubada do que em pé. Nós temos que implantar, fazer um mutirão, pegar e fazer um pró-floresta para que todos esse incentivo, s que o Gabeira colocou muito bem, sejam colocados de uma forma sistemática, de tal forma que senha mais vantajoso, seja para o assentado do INCRA, seja para o médio, seja para o grande, seja mais vantajoso manter a floresta em pé do que derruba-la.

Terceiro item, cap-and-trade: O Governo Brasileiro, surpreendentemente, em Bali, foi contra aumentar a obrigatoriedade dos países industrializados, passando de 5,5 para 25% até 2020, portanto, aumentando as metas obrigatórias no pós-2012 do Protocolo de Kyoto e, em contrapartida, incluir o desmatamento evitado como uma forma de fazer *jus* aos créditos de carbono. É inacreditável. A gente vê a proposta brasileira lá, e é um negócio de ganhar um diplominha para ser benemerência, um negócio facultativo. Perdemos uma grande oportunidade.

Segundo ponto, investimentos. O Goldemberg fala sobre nisso. Nós temos que investir em pesquisas. Investir 10 vezes mais do que temos investido. E, no caso do bioma amazônico, é uma coisa que está aos olhos de todos: nós não investimos, não facilitamos o patenteamento, nós estamos vendo o número de patentes, com esse material genético, é um absurdo, nós não conseguimos patentear. É o caso do captopril, é um exemplo clássico, foi descoberto por um brasileiro, não conseguimos patentear, foi uma empresa estrangeira que patenteou, virou o Capoten aí, que dá uma fortuna, porque é o melhor hipotensor que existe no mercado, descoberto por um brasileiro de Ribeirão Preto.

E o terceiro nível, gestão... Conscientização e gestão. Proposta do Gabeira cai como uma luva. Criar mecanismos, como existe no caso da água. A água. Nós temos os comitês de bacia. Que é a re-gestão compartilhada, gestão compartilhada, em que os envolvidos opinam. Por que não formar comitês, no caso, aproveitando o que nós temos já de anos e introduzir uma negociação permanente, sistematizada, obrigatória, que não dependa apenas de eventual boa vontade.

Então, a pergunta é a seguinte, primeiro, pelo que eu ouvi do Ministério da Agricultura, a proposta de zoneamento ecológico vai sair lá para o fim do ano. Ora, sem a proposta de zoneamento, não dá para nem pensar em exportar biocombustíveis. Se ficar no ar que vai poder plantar cana na Amazônia, não vai conseguir exportar nem lá do Paraná, não vai conseguir exportar. É preciso uma posição clara: "Está proibido cana na Amazônia". Uma posição clara do Governo,

mesmo naqueles locais onde o zoneamento indique. Senão não exporta a cana... O álcool. Não é a cana, exportar a cana, exportar o álcool, o etanol, de outras regiões.

Segundo, nós não estamos vendo um mapa. O Governo fazer um mapa de viabilidades para perceber o que vai acontecer na Amazônia. Qual é o nível de colapso? É dois graus centígrados? Dois graus, vai ocorrer. Nós já sabemos que na melhor das hipóteses, de acordo com o IPCC, nesses 100 anos, a temperatura da Terra vai aumentar 1.8. vai aumentar dois... Com dois, vai haver o colapso da Amazônia? A savanização da Amazônia? Nós queremos saber quais são essas pesquisas. Então, o Governo nos informe; nos informe para a gente não dar informações para comissões que vêm aqui toda vez; na Saúde, foram os suecos... Na... Dias anteriores aos estrangeiros, a gente fica sem saber o que falar. E, às vezes, a gente fala o que pensa, mas não é o que o Governo está pensando. Nós queremos saber o que o Governo está pensando e eu acho que esse é o objetivo principal dessa audiência requerida pelo Deputado Fernando Gabeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Mendes Thame. Passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero cumprimentar toda a Mesa, a começar pelo Presidente, Deputado Eduardo Gomes, todos os ilustres convidados das diversas instituições e Ministérios.

A primeira grande questão que é preciso responder, qual é o papel, de fato, que a Amazônia pode desempenhar no desenvolvimento do país? E qual o modelo adequado para, de fato, colocar em prática o que muitos concordam, em tese, mas, na prática, se mostra um desastre completo. De fato, qual o modelo de desenvolvimento, inovador, inclusivo, com as características de sustentabilidade em todas as suas vertentes, deve ser, de fato, concebido e implementado na Amazônia. Porque o que nós podemos atestar, que os sucessivos governos não têm um plano de atuação articulado para a Amazônia. O que nós percebemos ao longo do tempo são políticas fragmentadas, sem um grau efetivo de sintonia para torná-la, para utilizar a atuação governamental naquilo... No pouco que existe, porque, em sentido geral, o que nós verificamos é uma ausência histórica do Estado Brasileiro em relação às suas obrigações para, com essa vasta região, com todas as possibilidades que ela detém, para, de fato, desenvolver, então, a ausência governamental. Então, eu diria que o processo de negociação que o Deputado Fernando Gabeira propõe, entre os diversos agentes e o Estado, e o que eu pude perceber os agentes econômicos e sociais presentes na Amazônia,

que têm uma visão de desenvolvimento, uma visão de integração, uma visão de como deveria se conseguir um processo mínimo de ajuste, de conduta e de atuação para que a gente pudesse ter algo mais condizente com as necessidades de uma região tão rica, por todas as razões que nós temos discutido, até então.

Por isso, os órgãos que atuam na Amazônia são absolutamente desarticulados. Não há um entendimento mínimo em relação à atuação nem quando se trata das ações de fiscalização que, a meu ver, são ações importantes, muito importantes... Eu queria dizer de público aqui que tenho absoluta concordância com algumas decisões do Ministério de Meio Ambiente, que finalmente resolveu agir com a mão forte que deve ter o Estado para coibir essa situação de desmatamento desenfreado, criminoso e irresponsável que tem sido feito na Amazônia.

Então, a operação emergencial, um ano, inicialmente, Operação “Arco de Fogo”, que reúne vários órgãos no âmbito da fiscalização, é importantíssimo. Mas, ainda é insuficiente para dar conta das alternativas que devem ser construídas para garantir o desenvolvimento, o tal desenvolvimento sustentável, tão decantado, declamado por todos, mas, infelizmente, de alcance distante, por quê? Não há, efetivamente, uma integração dos diversos órgãos que atuam na Amazônia. Vejam os órgãos de financiamento, de fomento, como o Banco da Amazônia, de planejamento, que deveria ser o papel fundamental da SUDAM, hoje ADA, mas, daqui a pouco, será SUDAM novamente; dos órgãos de fiscalização, dos órgãos que deveriam pensar o desenvolvimento econômico do ponto de vista das populações tradicionais da Amazônia e não do interesse dos numerosos grupos econômicos, dos Bancos e empresas estrangeiras que se instalam de forma... Estabelecendo uma ocupação absolutamente violenta daquele espaço territorial, com enormes tragédias para as populações locais. Os grandes Projetos todos, dos minerais, do agronegócio, da pecuária.

Então, é preciso, e eu queria, Sr. Presidente, eu... Cumprimentando também o meu colega, ilustre Relator, Senador Renato Casagrande, diante de todos os estudos realizados, diante de todos os seminários produzidos, seja de iniciativa governamental, seja de iniciativa do Parlamento, seja de Organizações Não-Governamentais, eu creio que nós deveríamos trabalhar, de uma vez por todas, e tentar, de uma vez por todas, com que o Governo e, é claro, eu não falo só do Governo, falo do Parlamento, falo da sociedade, da sociedade amazônica como um todo, a necessidade dessa negociação, Deputado Gabeira, primeiro, ela tem que ocorrer no âmbito governamental. Porque não é possível compreender que, dentro de um mesmo Governo,

e vi isso agora, semana passada, com enorme tristeza e indignação, quando o Ministério do Meio Ambiente, Coordenação e Fiscalização, com a Operação “Arco de Fogo”, vêm membros de alguns órgãos do próprio Governo, como foi o caso em específico do Delegado Regional do Trabalho no Pará, agora Superintendente do Trabalho no Pará, Presidente, declarou em alto e bom som para todo o país que aquela ação do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, representava um fator prejudicial ao desenvolvimento da Amazônia, que... Do Pará, principalmente, que era algo condenável e inaceitável. Como posso entender uma manifestação dessa maneira?

Vou concluir, Sr. Presidente, propondo o seguinte: Creio que, no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, junto com outras Comissões, a Comissão de Meio Ambiente, da Câmara e do Senado, e outras Comissões afins, finalmente, pudéssemos chamar o Governo, representantes dos Estados, da Amazônia, as ONGs, as instituições de pesquisa, para tentarmos acertar o passo primeiro no âmbito institucional, relativo ao papel, principalmente do Governo e do Legislativo, digamos assim, envolvendo Governos estaduais, governos municipais e, finalmente reunir o que já tem de contribuição formulada para que possamos definir o papel do Estado Brasileiro na Amazônia, de forma integrada, de modo que aquilo que um órgão governamental determina, em termos da ação referente à fiscalização, o outro, que faz o fomento para o desenvolvimento da região não esteja financiando, como acontece diuturnamente, os Projetos que vão, em essência, absolutamente contrários a princípios e diretrizes que têm a ver com esse desenvolvimento, com o tal do desenvolvimento sustentável, preconizado por todos e realizado por poucos.

Portanto, a proposta seria, no desdobramento dessa audiência, recolhendo todas as contribuições de seminário, debates, vamos finalmente sentar à Mesa, todos, para estabelecer o papel do Estado Brasileiro, e essa integração para que não fiquemos assistindo políticas e ações fragmentadas, um órgão contrariando a decisão, a orientação do outro, podendo otimizar recursos humanos, recursos financeiros, investimentos e, efetivamente, obter uma política de integração na atuação concreta na região.

Ainda mais, por último, só para comentar, seria importantíssimo, não sei se já foi feito, quando da publicação, por parte do INPE, dos resultados que apontaram o desmatamento desenfreado, retomado no final do ano passado, aqui nesta Casa, Sr. Presidente, eu encerro com isso, nós assistimos aos pronunciamentos mais vorazes, mais dessintonizados da realidade, inclusive, constatei que os que mais levantaram a voz

aqui no Senado, contrários ao diagnóstico apresentado pelo INPE, eu fui verificar depois que o IBAMA apresentou publicamente uma relação, é os que são donos de longas áreas de terra, fazendeiros, pecuaristas, do agronegócio, que têm multas do IBAMA e, inclusive essas multas aí, que não são pagas nunca...

Então, é preciso que o INPE apresentasse à Comissão de Meio Ambiente o resultado do seu trabalho, talvez tenha sido apresentado aqui, desculpe, porque não estava presente, mas é preciso assegurar a credibilidade às instituições de pesquisa para que não fique, a todo o momento, colocada sob questionamento quem tem a tarefa de, justamente, nos ajudar a levantar a situação e ajudar a tomar as medidas que efetivamente contribuam para o desenvolvimento. Agradeço ao Presidente da Comissão, ao Relator--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Senador José Nery. Passo a palavra ao Relator para fazer as considerações e passar a palavra aos nossos palestrantes, já, de imediato, para a conclusão da nossa audiência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Quero ser muito sucinto porque estou contemplado nas falas que nós tivemos, dos nossos parlamentares, mas eu acho que é fundamental que nós possamos reconhecer que, daquilo que a gente tinha no passado, comparado com o que nós temos hoje, e não estou aqui fazendo divisão de Governo, não, estou falando do passado e do presente, estou falando do passado e do presente, não estou falando do Governo passado nem do Governo presente; daquilo que nós tínhamos no passado para o que nós temos no presente, que nós temos que falar porque temos que fugir das disputas políticas; nós temos hoje um sistema de combate ao desmatamento ilegal muito mais bem estruturado, até pelas tecnologias novas que o INPE já nos apresentou, pelo lançamento de um novo satélite... Nós temos hoje uma realidade que coloca o Brasil numa posição de destaque internacional, com relação ao sistema de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, em especial.

Então, acho que primeiro é importante a gente reconhecer isso. Acho também, Mendes Thame, que nós termos saído de 29 mil hectares no problema de desmatamento para 11 mil hectares no problema de desmatamento, tem uma parte, de fato, da redução da atividade econômica e algumas *commodities*, o custo mais baixo desses produtos, mas tem também a ver com o aperfeiçoamento, em parte, desse controle.

Agora, este controle, nós estamos vendo agora todos os órgãos aqui unidos, lá num plano muito bem articulado, aparentemente, e a decisão dos órgãos é manter isso permanentemente, acho que esse é o de-

safo, como manter um trabalho de imobilização desses permanentemente, naquela área do arco de fogo, porque a área, de fato, do desmatamento mais intenso e da fronteira do desmatamento, mas eu... Assim, as medidas são medidas importantes, são medidas necessárias, mas não são suficientes até agora.

Se nós temos ainda 11 mil, vamos imaginar que 2008, perguntei ali ao representante do Ministério do Meio Ambiente, que termina em 31 de julho, se nós tivermos ainda um desmatamento de 11 mil, de 12 mil, de 13 mil, é um desmatamento muito grande.

Então, nós precisamos, de fato, de caminhar para o desmatamento zero; nós temos que ter tolerância zero com o desmatamento ilegal, naturalmente, então, temos que ter tolerância zero, tem toda a minha concordância com relação a isso. Nós temos que aperfeiçoar o nosso sistema de fiscalização, de comando e controle, temos que ir aperfeiçoando, temos que ir integrando os órgãos, os Governos estaduais ainda relutam, os Governos Municipais muito mais, porque têm problemas políticos, porque o Prefeito não pode... Nós assistimos uma declaração da Governadora do Pará, recentemente, com relação à arrecadação, que a atividade madeireira promove no Estado do Pará. Do lado de quem arrecada tem razão, agora, do lado de quem tem que proteger aquele bioma, está incoerente com aquilo que a gente prega. Então, nós vivemos esse conflito porque, na Amazônia, não é possível estabelecer, não podia ter se estabelecido, implantado em lugar nenhum, mas, na Amazônia, em especial, que é uma área ainda com um certo grau de proteção, na Amazônia não se pode estabelecer o mesmo modelo de desenvolvimento que se estabeleceu no Sul e Sudeste. E Centro-Oeste também, que Centro-Oeste e Nordeste não há condição. Se quisermos preservar a Amazônia, o modelo de desenvolvimento é outro. Tinha que ser outro para nossas regiões aqui, mas tem que ser outro na Amazônia. A minha concordância com todos vocês que acabaram de falar sobre isso, a gente repete porque diz que a repetição é uma forma de aprendizado. Então, há necessidade de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, que considere os serviços ambientais, que considere os serviços ambientais, que remunere os serviços ambientais, que é que possa dar à Ana Júlia a compensação pelo Estado do Pará ter tantos por cento de área com cobertura florestal, para que ela não se sinta incentivada ou confusa porque vai perder dois milhões de reais na arrecadação, que, como Governadora, ela é pressionada por todos os problemas, o desmatamento é um, mas a insegurança é outro problema e, assim por diante.

Então, é um novo modelo, que depende de nós aqui. Nós vemos o Governo confuso, mas o Congresso também é confuso. A gente vê o Governo confuso, mas o Congresso também é confuso porque nós temos incapacidade de gerar uma força direcionada e focada para alguns Projetos fundamentais e importantes, que pudessem provocar um debate, que nós pudéssemos priorizar veementemente esses Projetos.

Então, à frente, já se cumpre um papel importante nisso, a Comissão aqui cumpre um papel importante nisso, mas nós precisamos estabelecer também esses mecanismos que o Mendes Thame colocou, de incentivo à implantação de um novo modelo de desenvolvimento. Minha concordância com o Mendes Thame, tem que fazer o zoneamento agroecológico-econômico da região porque, se nós não fizermos, se nós não fizermos, nós vamos ficar sempre com as suspeitas. Eu faço parte de um fórum internacional, eu e outros Parlamentares aqui, que discute isso; os países da Europa, da América, os países desenvolvidos, eles usam isso como desculpa porque eles querem proteger a atividade econômica deles lá também; querem produzir o álcool de milho, álcool de beterraba, não sei de quê, não sei de quê. Usam isso, como não tem uma política clara, efetiva, transparente, que dê segurança, usam isso para poder ficar limitando... “Ah, a certificação não sei como”... Mas ficar limitando a importação de biocombustível do nosso país.

Então, falei mais na repetição do que vocês falaram, mas, como Relator, dizer da minha, da minha... Da minha alegria com esta Reunião, apesar de tratarmos de um assunto que não é bom, mas o Congresso tem que ter acompanhamento permanente. O Congresso não pode essas audiências públicas como um fato solto no mundo, no ar. Tem que ter um vínculo, uma ligação de uma audiência com outra, para a gente poder fazer o acompanhamento daquilo que falou se hoje. E daqui a três meses, como é que vai estar a fala? A mesma? A gente tem que fazer um nível de acompanhamento. Por isso estou propondo, aqui pelo Senado, um Projeto de Lei que faça com que a equipe do Ministério do Meio Ambiente, que tem a responsabilidade da implantação da política, possa estar na Comissão de Meio Ambiente do Senado, de três em três meses, apresentando o plano de combate ao desmatamento ilegal, para que a gente possa fazer um acompanhamento e fazer esse acompanhamento item a item, de forma permanente e contínua, para que a gente possa cobrar e verificar qual o nosso papel nessa tarefa. Muito obrigado, Presidente. Posso passar então ao primeiro... Primeiro o nosso companheiro lá, que tem [ininteligível], do Ministério do Meio Ambiente. Ah, já é... Considerações finais e

alguma observação que quiser fazer com relação às nossas colocações.

SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA: Bom, foram vários os comentários, acho que o tempo que nós temos para expor as ações que estão sendo realizadas, o tempo é pequeno, então, obviamente, não deu para fazer uma fala abrangente, que permita ter uma visão mais precisa e ampla, compreensiva, do conjunto de ações que vem sendo desenvolvidas.

Portanto, eu acho que essa proposta do Senador Casagrande, ela é muito interessante, de podermos vir, a cada três meses, apresentar o avanço das ações e aí poder aprofundar determinados temas em cada uma dessas reuniões. Eu, inclusive, já acho que essas propostas, quero fazer a sugestão, em nome do Deputado Sarney Filho, que coordena a bancada Parlamentar Ambientalista, que possa fazer uma Reunião técnica, específica sobre esse tema, porque nós estamos... Está em curso o processo de avaliação e revisão do plano de prevenção e controle do desmatamento. E nós podemos ter contribuições preciosas dos Parlamentares, assim como essa do Senador Casagrande.

O Deputado Gabeira, e... Colocou a questão da necessidade de um articulador desse processo. E depois o Deputado Mendes Thame colocou a questão do que o Governo efetivamente está pensando em relação a essa temática dos desmatamentos. Eu estou querendo responder isso de forma pouco mais abrangente. Eu creio que seja inédito o fato de termos, em menos de um mês, três grandes reuniões de Ministros, coordenadas, as três reuniões coordenadas pelo Presidente da República, para tratar do tema desmatamento na Amazônia. Isso revela a importância que esse tema tem, no conjunto do Governo, e revela quem está se colocando na condição de articulador para enfrentar esse tema. E a ordem do Presidente da República, isso foi uma ordem, uma determinação do Presidente da República, queremos uma taxa de 2008 menor que a de 2007. Vamos fazer tudo que estiver a nosso alcance para que essa taxa de desmatamento seja o menor possível.

Em menos de um mês dessas reuniões, nós tivemos a Instrução Normativa do INCRA, nós tivemos a resolução do Banco Central, que o Deputado Sarney Filho sabe o quão difícil é ter uma decisão do Banco Central limitando crédito para atividade agropecuária neste país. Nós tivemos a Instrução Normativa e as operações em curso já... A Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente, que trata do embargo econômico do uso das áreas desmatadas, o que nunca aconteceu antes; as áreas desmatadas eram multadas; as multas ficam tramitando no Judiciário ou nos escaninhos administrativos e o infrator usa a área,

auferir lucro com a safra, vendendo boi, paga multa, paga Advogado. Isso vai acabar, com as medidas que estão sendo colocadas. Ou seja, tem um conjunto grande de medidas que estão sendo colocadas em prática já, por determinação do Presidente da República, que vêm sendo, no contexto do Governo Federal, o grande articulador. Estará sendo anunciado o lançamento do Plano Amazônia Sustentável, que vem sendo formulado e articulado e negociado, inclusive, com os governos dos Estados desde 2004, deve ser lançado ainda ao final de março, com conjunto também de ações importantes, mais amplas do que simplesmente ações de combate ao desmatamento.

Portanto, isso demonstra a determinação do Presidente da República para que a agenda ande—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Para a conclusão--

SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA: E o conjunto... É porque tem um conjunto de perguntas que eu gostaria de poder pelo menos dar uma resposta rápida. Em relação ao Protocolo Verde, o Deputado Sarney levantou, a importância do protocolo, de fato, é muito importante e, entretanto, o protocolo é um conjunto de princípios. Inclusive, alguns deles desfocados. Então, nós estamos trabalhando e a idéia é termos, até maio, o Protocolo Verde revisto, aprofundado, detalhado, e trazer para o Protocolo Verde os Bancos privados porque o Protocolo Verde é um acordo de princípios entre Bancos públicos. Isso está na nossa agenda ainda porque não é uma coisa específica, é uma coisa mais abrangente.

E eu teria outras coisas para dizer, mas vou me limitar dizer o seguinte, em relação a comando e controle, quero concordar com o Deputado Thame e outros que disseram assim, eu não diria que comando e controle está falido, está... Eu acho que há uma série de ações, relacionadas ao comando e controle, que não vêm sendo e não vinham sendo implementadas e que serão implementadas a partir desse conjunto de instruções que estão sendo colocadas.

E um sinal muito importante que nós estamos dando, ao focarmos as ações em 36 Municípios, nós estamos chamando à responsabilidade os Prefeitos, o poder político local, porque os Municípios estão expostos; os Municípios estão expostos e estão tendo que se organizar para enfrentar a questão do desmatamento. Alguns estão se organizando para dizer que não tem desmatamento. Esses, com certeza, vão dar, com o perdão da palavra, vão dar com os burros n'água, mas aqueles que estão se organizando para sair da lista, para enfrentar o desmatamento, esses, eu tenho certeza absoluta que vão ser grandes aliados. Eu estou indo, domingo à noite, para Paragominas. Paragominas

quer ser o primeiro Município a sair da lista. Vai fazer o georeferenciamento de 100% de seus imóveis. Alta floresta também, Marcelândia também. Tem um conjunto de Municípios que estão dando respostas. Então, nós temos convicção de que nós estamos indo para o caminho correto. Obviamente que não é o suficiente, mas esse processo de revisão do plano que se deve concluir até junho, que nós queremos fazer um debate aqui no Congresso Nacional, certamente vai galgar um degrau a mais no combate ao desmatamento na Amazônia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao André. Passo a palavra ao Presidente Rolf, para suas considerações finais e respostas.

SR. ROLF HACKBARD: Tentar ser bastante objetivo. Primeiro, colocar o INCRA, em todo país, à disposição desta Comissão para informações, avaliar o andamento do nosso trabalho. Segundo, fazer um pedido a essa Casa, que aprove logo o orçamento. Temos um ex-Ministro aqui, a diária, ou na ponta. Terceiro, dizer... Acho que tem alguma... Não é confusão, é que se fala muito assim, eu quero provocar o ex-Ministro, no bom sentido, eu acho que nós temos que buscar, em todos os biomas, o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, social e ambiental, através do manejo sustentável dos recursos naturais. Esse acho que é o nosso objetivo. Por isso, eu quero até ajuda do senhor. Quando o senhor diz: "Não podemos mais criar assentamentos na Amazônia legal". Eu tenho cerca de... Eu não, o país, vivem, nessa região, cerca de... Eu não estou com o dado aqui, mas cerca de 20 milhões, 23 milhões de pessoas.

E, historicamente, na sua grande maioria, são as que protegem o meio ambiente lá. São os ribeirinhos, as populações tradicionais, os catadores, os castanheiros... O Senador conhece muito bem. Os indígenas, os quilombolas. Estou no INCRA hoje, Deputado. Nós temos terras públicas federais griladas. Acho que aí tem um plano de fundo, que é o seguinte, hoje a nossa grande contradição fundamental, para não usar outro termo, é o seguinte. A grilagem avança muito. O Estado não tem o poder suficiente de entrar nessas áreas. Nem a [ininteligível], nem as grandes empresas que estão ganhando na licitação de florestas públicas.

E a grilagem, pelo que eu tenho visto, e isso pode ser suspeito, porque uma amostra estatística, às vezes, não serve para o mundo. Qual é o ponto? Um dos pontos centrais que eu tenho visto?. A grilagem mapeou as boas áreas de madeira na Amazônia. "Aqui é minha, aqui é sua e aqui ninguém entra". O que está acontecendo em Tailândia, gente? Infelizmente, por esse ponto de vista, por ser lá no Pará e a ima-

gem para o país é muito: “Ah, o Pará é rolo mesmo, é conflito, é mais um rolo”. Não. O Estado Brasileiro entrou em Tailândia. Nós temos de ir, nós vamos ficar lá. Qual é o debate de fundo lá, que não aparece muito? A grilagem. “Aqui ninguém entra”. A população local, milhares de pessoas, centenas de trabalhadores estão perdendo o emprego. É verdade.

Então, meu querido colega Delegado Regional de Trabalho, isto é uma verdade. Mas a solução para o emprego não é o desmatamento continuado. Daí, o que eu quero buscar é o quê? É o manejo sustentável dos recursos naturais. A minha pergunta é assim, nós temos milhares de famílias ribeirinhas, em terras públicas federal, se não criarmos assentamentos sustentáveis e não erros que cometemos. Eu não estou defendendo nenhum erro aqui. Tem problemas? Claro que tem. Através do manejo sustentável... Não seria bom essas pessoas permanecerem e obterem renda através do manejo sustentável?

Nós temos uma... Vou citar dois exemplos. O tempo sempre é curto. Um assentamento da Bonal no Acre, eu convido vocês a visitarem. Estive lá várias vezes. São 10 mil hectares em que se conjuga a exploração da maneira... Da madeira, de forma sustentável, a plantação de café, da seringa e da pupunha. E o Carrefour compra toda a pupunha do assentamento. As famílias têm renda mensal líquida de R\$800,00. Ninguém quer sair de lá. Todo mundo quer ir para lá. É uma exceção? É. Esse é o problema.

Um assentamento no interior do Amazonas agora, nós inauguramos lá, a partir de uma manca desenvolvida pela USP, a produção de energia a partir de da poupa do cupuaçu. 182 famílias. As filhas dos ribeirinhos estão voltando da prostituição de Manaus a ter educação, saúde, renda, tem assistência técnica, tem energia... O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, compra a produção. É exceção? É. Infelizmente.

Bom, esse é o nosso raciocínio. Eu estou tentando, com exemplos concretos, dizer o que este Governo pensa ou os burocratas de plantão. Nós pensamos isso. Agora, para isso, vem um outro ponto: Precisa ter a participação efetiva de todos os setores da sociedade. E eu não sou ingênuo nisso. Somos todos amigos, está tudo... Tem contradições fundamentais. E acho que a contradição fundamental é dirigida pelo grande capital. Qual é o ponto? O georeferenciamento, eu disse aqui, a lei de 2001 já mandou... 2001... Acima de quatro módulos fiscais, quem tem que fazer o georeferenciamento dos imóveis rurais são os produtores. Eles não fizeram. Abaixo, é o INCRA. Também não fizemos. Não estou dizendo que sou bom. Não é isso.

Agora, nós já georeferenciamos no Pará, junto com o Ministério da Defesa, com o INPE, com outros órgãos, mais de 19 milhões de hectares. Aí, eu encho a boca, digo: “18, 19 milhões de...” Na Amazônia, não é muito, mas já fizemos. Então, vamos fazer mais? Vamos. Parceria com o Ministério da Defesa, os engenheiros, os órgãos estaduais, a nossa parceria com o ITERPA e, pasmem, com o ITERMAT, de Mato Grosso, estão aumentando muito. O ITERPA, finalmente, depois de vários Governos, está oferecendo ao INCRA o que é terra devoluta estadual. Nosso grande desafio no Pará, dentre outros, são os grandes Projetos, Senador, o senhor tem razão.

Olha, se eu pegar a mineração, a madeira, para ficar nesses dois, são grandes Projetos com grande impactos. As duas usinas do Rio Madeira, em Rondônia, a estimativa dos servidores do INCRA é que mais de 100 mil pessoas vão para lá para trabalhar nessas usinas. Elas vão atrás de trabalho nas usinas, depois vão à terra, vão abrir um negócio, um prostíbulo, um armazém, ficam por lá; o Governador de Rondônia está apavorado. O urso branco vai ser pequeno. Já é. O povo vai para lá atrás de quê? “Eu quero trabalhar, eu quero emprego”.

Zoneamento ecológico-econômico. Vários Estados já têm. Isso que me incomoda. Eu não entendo desse assunto, mas o que me incomoda é o seguinte, Rondônia tem. Se não me engano, o Pará tem. Mas tem no papel, tem numa parte.

DEPUTADO SARNEY FIHO (PV-MA): Só um esclarecimento, Presidente. Assim, quando eu falo no zoneamento ecológico-econômico, eu não falo nos zoneamentos estaduais porque os zoneamentos estaduais eles estão sempre perigosamente perto de forças políticas. Então, como é uma lei, passa pela Assembléia, e já houve caso de a Assembléia modificar, de acordo com os Deputados. Então, tem que ser um zoneamento nacional, sob metodologia unificada. Isso é que é importante.

E, quando eu falei no desmatamento zero, não é para engessar a região; é para garantir a integridade do bioma. Enquanto essas medidas, zoneamento ecológico-econômico, relação fundiária e o georeferenciamento das propriedades, elas possam surtir efeito. Era isso que eu precisava dizer.

SR. ROLF HACKBARD: Eu iria dizer exatamente isso. Por fim, só dizer eu posto muito na educação ambiental. E muito a partir dos jovens. Infelizmente, só dos jovens. Eu conheço Governadores e grandes produtores que seus filhos estão caminhando para a

educação ambiental. Que bom que essas contradições existem.

Então, nós, o Governo, temos que chamar mais o Ministério da Educação, outros órgãos, os Prefeitos, os Governadores, fazer educação ambiental para abrir a consciência dessas pessoas, porque o futuro da Amazônia Legal, Deputados e Senadores, é a proteção daquele bioma. Eu não acredito que mais de 2500 cientistas, que fizeram Relatório do IPCC são picaretas. Os dados estão aí. Por isso que eu iniciei a minha palestra: "O futuro chegou. O futuro chegou". As terras do Brasil estão sendo disputadas; o mercado de terras; investimento de estrangeiros nos imóveis rurais do país porque este país está para receber o *investment grade*; os fundos internacionais vão aplicar recursos aqui, parte deles será em imóveis rurais. Com certeza. E, no médio e longo prazo, vai ser uma bela poupança.

Então, coloco o INCRA à disposição da Comissão para continuar o acompanhamento e aperfeiçoamento desse trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Presidente Rolf. Passo a palavra ao Dr. Álvaro, para suas considerações finais.

SR. ÁLVARO PALHARINI: Eu só gostaria de enfatizar que a Polícia Federal está à disposição de todos os senhores, do público, Srs. Senadores e Deputados, para um canal direto para essas demandas ambientais. Toda a força da Polícia Federal está voltada a essas ações e a tendência é que assim permaneça. Então, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado. Passo a palavra, agora, ao João Vianeí Soares, do INPE.

SR. JOÃO VIANEI SOARES: Gostaria de novamente agradecer a oportunidade de falar nessa Comissão, nessa Audiência Pública. Fazer menção à colocação que o Senador José Nery fez, sobre questão da credibilidade. Dizer, Senador, que já se questionou, no passado, a credibilidade do INPE no sentido de que nós não entregávamos os mapas. Eram só números. Mas, depois que nós passamos a entregar os mapas, na verdade, se verificou que os anteriores também estavam corretos. O desmatamento hoje está em 17% da Amazônia Legal. O INPE também já foi questionado em relação a algumas publicações de revistas renomadas no exterior, que estava mapeando apenas o corte raso e não estava vendo outros processos do desmatamento que acontecem.

E também só, como o nosso Ministro já colocou, quando o desmatamento estava em queda, os núme-

ros estavam bons, ninguém questionou. Então, nós gostaríamos de reafirmar. Nós fizemos o levantamento bastante acurado, bastante checado, conferimos, e os números são aquilo que as imagens de satélite estão mostrando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao João Vianeí e a parceria do INPE com essa Comissão. Passo a palavra ao Dr. Derli Dossa para suas considerações finais.

SR. DERLI DOSSA: São só duas questões que eu considero quase que irrelevante, mas gostaria de registrar. Agradeço muito ao Deputado Sarney, de antemão, como sempre, e informar que o Projeto que estava ali em 28 de fevereiro é porque eu atualizei aquele *PowerPoint*. Na verdade, ele é de julho, e eu passei o programa ao Presidente, ao Deputado Eduardo Gomes, que está com o Projeto atualizado. E também, lamentavelmente, o Deputado Mendes Thame saiu, mas, para dizer que o... Só para dizer que, na verdade, há um esforço muito forte do Mapa para que os mapas dessa questão do zoneamento, da cana etc., é para sair no mês de junho ou julho. Ou seja, há um esforço concentrado e nós acreditamos que, nessas datas, teremos os mapas que tanto o Ministro tem colocado.

Agradeço muito a gentileza de todos vocês em relação ao nosso Ministério. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Dr. Derli Dossa. Quero agradecer a todos os participantes dessa Audiência Pública. Antes, coloco em discussão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Não havendo quem queira questioná-la, a considero aprovada. E gostaria de fazer apenas uma observação sobre a questão da comunicação entre os órgãos que participaram desta audiência.

Há o registro dos importantes Projetos e articulações do Governo, desse grupo específico, mas há necessidade muito grande da divulgação, não só na Audiência Pública, mas no dia-a-dia da imprensa brasileira. Eu fiz essa observação, que acho que foi a única observação que não foi feita nesta audiência. É difícil ler e acompanhar pela imprensa brasileira aquilo que está sendo feito no dia-a-dia, que é normal e que é importante para que a população brasileira compreenda os instrumentos e a necessidade de combate ao desmatamento na Amazônia e nos outros biomas também.

Portanto, gostaria de agradecer a presença de todos, encerrando a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h37.

Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL
“MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

ATA DA 35ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 35ª Reunião de 2008, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 10 de abril de 2008, às dez horas e quarenta e oito minutos horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, onde foram aprovados os seguintes Requerimentos: n.º 057/08, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, requer, em aditamento ao Requerimento n.º 055/08 da dep. Rebecca Garcia, para que compareçam em a Audiência Pública os representantes dos Ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Empresa de Pesquisa Energética, Operador Nacional do Sistema Elétrico, Agência Nacional de Energia elétrica e Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, Agência Nacional de Energia Elétrica e Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico; n.º 058/08, de autoria do Sen. Renato Casagrande, requer a realização de um ciclo de debates sobre o tema “Continente Antártico e sua Influência nas Mudanças Climáticas Globais”; e n.º 059, de autoria do Sen. Renato Casagrande, requer a realização de audiência pública, para discutir as ações do Grupo Executivo sobre a Mudança do Clima, sob a orientação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** (PSDB-TO) – Presidente; Senador **Renato Casagrande** (PSB-ES) – Relator; Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ); Deputada **Rebeca Garcia** (PP-AM); Deputado **Luiz Carreira** (DEM-BA); Deputado **Sarney Filho** (PV-MA); Deputado **Homero Pereira** (PR-MT) – Suplente; Deputado **Lelo Coimbra** (PMDB-ES) – Suplente; Deputado **Leonardo Monteiro** (PT-MG) – Suplente; Deputado **Rocha Loures** (PMDB-PR) – Suplente; Deputado **Paulo Teixeira** (PT-SP) – Suplente; Deputada **Perpétua Almeida** (PCdoB-AC); Deputado **Fernando Gabeira** (PV-RJ) – Suplente

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número legal, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto nº 001 de 2007 do Congresso Nacional, destinado a acompanhar, monitorar

e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Esclareço que a pauta desta reunião é de caráter administrativo. A ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco em votação, propondo a dispensa da sua leitura. Solicitada a dispensa pelo Deputado Carreira, nós colocamos em votação. Srs. Deputados e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Passo a palavra ao Sr. Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, nós temos um requerimento apresentado para que possamos fazer aqui um seminário do Programa Antártico Brasileiro, do PROANTAR. Em conjunto com a Frente Parlamentar PROANTAR, para que a gente possa também comemorar o Ano Polar Internacional que está acontecendo nesse ano e no ano que vem.

Então, tem um requerimento que nós apresentamos à Comissão para que a gente faça agora, se não me falha a memória, no mês de maio, 7 de maio, 7 de maio, este seminário que vai envolver aí todo o trabalho de pesquisa do Programa Antártico Brasileiro. Então, queria pedir a V.Exa. se pudesse colocá-lo em discussão. Um outro requerimento que eu faço, extrapauta, é um requerimento para a gente, para que nós possamos convidar aqui o Ministério de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas para discutir a efetivação daquilo que está previsto no decreto do final do ano passado, do Presidente Lula, que tinha prazos para elaboração de política nacional de mudanças climáticas e os prazos estão se vencendo, mas nós temos, acho, que trazê-los aqui e a gente fazer a cobrança. A gente, oficialmente nós não sabemos das coisas, extra-oficialmente a gente sabe, mas o que nos importa é que a gente possa debater com eles quais são as dificuldades e qual é, de fato, a previsão para eles cumprirem o Decreto do Presidente da República que precisa ser implementado. Então, estou apresentando um requerimento. Se a Comissão concordar que a gente vote extrapauta, nós gostaríamos de fazer essa audiência no início de maio também, porque um dos prazos é 31 de abril, para verificar qual é a previsão da implementação e da apresentação, da elaboração da proposta nacional sobre mudanças climáticas.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Com a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Só queria acrescentar a informação, que eu estou total-

mente de acordo, mas queria também que fosse, talvez, tratado nessa mesma ocasião, um Projeto de Lei que nós relatamos, de autoria do Deputado Mendes Thame, que é a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, está tramitando na CCJ, salvo engano, Finanças e Tributação, seu relator, bom, o Rocha é o relator, e que o governo, até hoje, não deu qualquer contribuição. Nós estivemos lá, eu e o Deputado Mendes Thame, no mês de outubro para tratar de duas questões: a questão de mudança climática e a questão de compensação ambiental. Em nenhum dos dois o Governo se manifestou e nós fizemos o nosso relatório. Agora, está se manifestando em relação ao último. Mas o primeiro sequer foi discutido, não se mandou ninguém aqui para fazer, o Deputado Sarney recebeu algumas contribuições do Ministério da Ciência e Tecnologia, salvo engano, na ocasião que foram incorporadas ao nosso relatório e esse relatório se encontra tramitando. Eu acho que a gente deveria também apressar a sua tramitação e se tem alguma alteração a fazer, que o Governo também dê sua contribuição para que a gente possa avançar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Podemos fazer a discussão juntos, não é, Deputado Carreira?

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Porque a competência de definir política é do Congresso Nacional. O Governo está fazendo plano, mas as diretrizes gerais e a competência é do Congresso Nacional e nós poderíamos avançar nesse tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Concorde com V.Exa., passo a palavra ao Deputado Sarney Filho também, para suas considerações.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Na linha do que disse o Deputado Carreira, nós temos, Presidente, também já criada a Comissão Especial um Projeto de Lei que propõe que seja feito o inventário das nossas emissões a cada 2 anos. Esse projeto é do Deputado Gabeira, tem um Projeto de Lei também que já está criado uma Comissão Especial que institui metas de emissões, de redução de emissões. Esse projeto é de minha autoria. Tem o projeto, como já falou o Deputado Carreira, o projeto que estabelece as políticas de clima, importantíssimas e o meu receio, Presidente e nobre Relator, é que ocorra, como sempre vem ocorrendo ultimamente, é que o Governo, a qualquer momento, faça um Projeto de Lei, um, faça uma Lei, uma proposta, uma Medida Provisória incorporando essa nossa luta, não é. Porque isso vai ter que acontecer e mais uma vez a gente fique desmoralizado aqui, como Poder. Então, eu acho que é

importante que a Comissão assuma também essa, a responsabilidade da discussão desse projeto para dar visibilidade a eles. Até mesmo para, eventualmente, constranger o Governo de se apropriar da nossa discussão, das nossas idéias. É importante que se faça, é o mais importante. Ninguém está questionando. Se o governo quiser fazer Medida Provisória, nós vamos votar a favor, mas o que nós, o que achamos importante, é dar urgência constitucional, é dar o respaldo político a essas iniciativas, que são iniciativas do Legislativo e não são só, depois delas terem passado por 3 comissões, 4 comissões, elas deixam de ser iniciativas pessoais e passam a ser iniciativas da Instituição. Então, é dentro disso, Sr. Presidente, na defesa da nossa Instituição que eu gostaria que fosse acatada e ampliada essa discussão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): V.Exa. tem toda razão. Há realmente uma, um relato recente do próprio Plenário da Casa, da Câmara dos Deputados, eu acho que isso também tem sido discutido no Plenário do Senado, uma certa onda de clone de Medidas Provisórias que versam sobre projetos de lei que tramitam há anos na casa e são lutas de parlamentares que dedicam a sua atuação parlamentar à determinado tema e eu acho que a Comissão tem condição de contribuir para que isso não ocorra, principalmente no momento em que o Congresso Nacional institui a Comissão Especial para tratar exatamente desses assuntos com os parlamentares que historicamente tratam desses assuntos. Então, eu concordo com V.Exa., Deputado Sarney.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Só para complementar, eu queria, evoco mais ainda, o que está... Consta do relatório da Comissão, o relatório do Senador Casagrande, exatamente onde esses projetos são apontados como prioridade para a tramitação legislativa. Não só a gente deve recolocar em pauta como deve também junto aos Presidentes das duas casas, pedirem urgência na sua tramitação, já que isso, esse, na verdade, é um dos pontos essenciais e fundamentais do relatório do Senador Casagrande e da Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Queria dar uma sugestão, Presidente. Se a gente pudesse aprovar os requerimentos. Temos mais dois requerimentos aqui, depois. Temos mais dois requerimentos da, do Eduardo Gomes. É seu o requerimento, Eduardo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): É o aditamento ao requerimento da Rebeca, que foi discutido.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Mas os requerimentos são da Rebeca, não é isso?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Exatamente, esse é o aditamento, os dois são de aditamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Está certo. Que é um dos requerimentos requer que compareça em Audiência Pública representante do Ministro de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Comissão de Ministeriando de Mudança Global do Clima, Empresa de Pesquisa Energética, Operadora Nacional do Sistema Elétrico, Agência Nacional de Energia Elétrica e Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico. É o mesmo, é um requerimento único para a audiência pública do setor elétrico. E então, são esses os requerimentos. Como eu já vou pedir até desculpas, assim, eu retornarei para a Comissão, mas eu estou com um grupo de Capixabas. Não sei por que tem prioridade, viu Rodrigo. [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V.Exa., no seu Estado, é uma referência. Portanto, esse grupo não pode sair de Brasília sem ouvi-lo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

São avicultores que estão no Ministério da Agricultura tratando de abastecimento de milho e eu preciso ir lá e retornar. Então, depois da votação sugiro até que o senhor...

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Eu só queria, antes, Senador Casagrande, de V.Exa. se retirar, só fazer uma pequena sugestão, muito breve. Ontem houve uma Audiência Pública cujo tema foi Amazônia. Vários aspectos, principalmente a questão do desmatamento. Várias comissões da Câmara fizeram, propiciaram juntas esse encontro. A Ministra Marina esteve aí, Ministro Stephanes também. Eu só queria sugerir, Relator, que se incorporasse o teor daquele encontro ao nosso trabalho aqui, porque tem questões relevantes para a nossa Comissão. Obrigado, relator.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Sugestão de V.Exa. está acatada. Coloco em discussão os requerimentos. Encerrada a discussão. Está em votação. Senhores parlamentares que concordem, permaneçam como estão. Aprovado.

Quero, nesse momento, encerrar a presente sessão, convocando a Sessão Ordinária para quarta-feira às 14 horas. Entendo que esta reunião de quarta-feira é muito importante, então vamos reforçar a participação de todos. Eu quero agradecer e bom dia.

Sessão encerrada às 10h58.

Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL
“MUDANÇAS CLIMÁTICAS”****ATA DA 36ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 36ª Reunião de 2008, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 15 de maio de 2008, às quinze horas e doze minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi eleito Presidente da Comissão o Deputado Ricardo Tripoli.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) – Presidente

Senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Relator; Senador Magno Malta (PR-ES); Deputado Fernando Ferro (PT-PE); Deputado Colbert Martins (PMDB-BA); Deputada Rebeca Garcia (PP-AM); Deputado Luiz Carreira (DEM-BA); Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF); Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AM); Deputado Sarney Filho (PV-MA); Deputado Homero Pereira (PR-MT) – Suplente; Deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) – Suplente; Deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) – Suplente; Deputado Rocha Loures (PMDB-PR) – Suplente; Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) – Suplente; Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC); Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo quorum regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Ato Conjunto 001/2007 destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Por isso que a pauta desta Reunião é de caráter administrativo e destina-se à aprovação do calendário da Comissão. A ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Passo a palavra ao Sr. Relator Senador Renato Casagrande do município de Castelo no Espírito Santo, do lado de Alegre e de Cachoeiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Magno Malta, Deputado Tripoli, senhores e senhores. Sr. Presidente a reunião de hoje é para que a gente possa fazer a eleição do novo Presi-

dente. O Deputado Eduardo Gomes por estar disputando a prefeitura de Palmas no Estado de Tocantins, pediu o afastamento da Presidência da Comissão, ele é um parlamentar do PSDB, o PSDB da Câmara como esta Comissão, Comissão Mista feita à indicação do Deputado Tripoli, e nós, hoje, estamos no processo de votação e de eleição do Deputado Tripoli para poder assumir a Presidência da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. O Deputado Tripoli tem toda experiência para poder conduzir o trabalho, milita na área ambiental há muito tempo. Foi Deputado Estadual, foi Secretário do Estado de São Paulo por quantos anos Deputado Tripoli?

DEPUTADO RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP):

Quatro anos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Por quatro anos na Secretaria de Meio Ambiente. Então tem todo o conhecimento e eu, tenho certeza, que o Deputado Tripoli vai ser um Presidente que vai conduzir os trabalhos no mesmo nível que conduziu o Deputado Eduardo Gomes, por isso o nosso apoio e pedido a todos os colegas que possam, de fato, manifestar a sua posição para que a gente conduza o Trípoli, por aclamação à presidência da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Renato Casagrande há uma impossibilidade do Deputado Eduardo Gomes e uma impossibilidade minha como Vice-Presidente. A CPI da Pedofilia que presido tem sido intensa no seu trabalho e eu terei dificuldade não é de estar na Presidência não, é até de participar como membro no desenrolar desses últimos tempos que faltam a essa Comissão. Então fico feliz de que nós temos a experiência do Deputado Tripoli e que, certamente, vai contribuir muito com V. Exa. por conta da sua experiência, contribuir com a Comissão e contribuir com o país porque a Comissão visa, na verdade, o contribuir com esse tema vigente que precisa ser tratado com a responsabilidade que o tema requer que é a questão do meio ambiente.

Por esta razões submeto o nome do Deputado Ricardo Trípoli para Presidente da Comissão, por aclamação. Está aprovado. V. Exa. já pode falar como Presidente.

DEPUTADO RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP):

Antes de assumir a Presidência eu queria agradecer a indicação do meu nome pela liderança da minha bancada no PSDB, o líder, Deputado José Aníbal. Em seguida, Presidente Magno Malta, V. Exa. que

soube conduzir esta Comissão conjuntamente com o Deputado Eduardo Gomes agradeço a generosidade e o carinho com que fui recebido aqui a esta Comissão. Espero poder aprender bastante com os Srs. Senadores, com os Srs Deputados desta Comissão e emprestar um pouco daquele conhecimento que nós adquirimos ao longo de vários anos militando na área do meio ambiente.

Da mesma forma, Senador Magno Malta, agradeço a gentileza das palavras de V. Exa., sei do volume de serviços que V. Exa. tem aqui no Senado que é extremamente importante para o nosso país, a sua participação efetiva como tem sido constantemente à frente das Comissões que V. Exa. participa, inclusive, do plenário e das visitas que faz em nome deste Senado. Da mesma forma, cumprimentar o estimado amigo Senador Casagrande que foi o nosso parceiro durante algumas viagens, inclusive, para a Antártida ontem tivemos uma experiência ímpar em que pudemos ficar, além, dos dias determinados, mais quatro dias visitando mais cinco estações que estão localizadas no Continente Antártico e podemos comprar aqui um...

DEPUTADO RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP): E podemos ter uma síntese do que é a importância do Continente Antártico para as transformações do clima em todo o planeta, seja no Hemisfério Norte, seja no Hemisfério Sul, e o Deputado Casagrande, como V. Exa., vem de um Estado extremamente estratégico e importante para essa questão nossa aqui. Deputado Casagrande aprendi a admirá-lo, a conhecê-lo como os conhecimentos que, obviamente, adquiriu tendo passado pela Assembléia Legislativa, pela Câmara Federal e agora como Senador demonstrando todo o seu talento e sua convocação...

DEPUTADO RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP): Vice-governador e Secretário. Lembro-me muito bem V. Exa. sendo uma pessoa extremamente vocacionada e dedicada a essa questão.

Então agradeço a V.Sas. e espero poder contribuir nesses poucos dias que faltam para o encerramento da presente Comissão.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 15h18.

Deputado **Ricardo Tripoli**, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1095, DE 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000367/08-7, **RESOLVE** aposentar voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **OTÁVIO SIMÕES BARBOSA FILHO**, matrícula 10.249-3, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, nos termos do Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de maio de 2008.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

CONVÊNIO Nº 0018/2008

(Processo n.º 012.910/06-6)

CONVENIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO ABC BRASIL S/A PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, **AGACIEL DA SILVA MAIA**, e, do outro lado, o **BANCO ABC BRASIL S.A**, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.195.667/0001-06, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 3º, 4º e 5º andares, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP 04.543-000, Telefone (11) 3170-2000 e Fax (11) 3170-2001, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

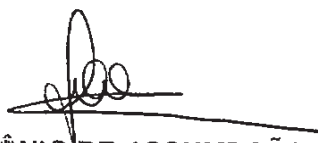
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

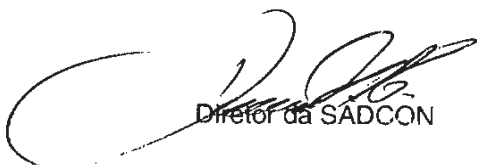
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

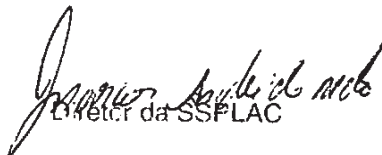
Brasília-DF, 29 de Abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


GUSTAVO ARANTES LANHOSO
CPF: 075.611.538-80
RG: 8.884.021 SSP/SP
BANCO ABC BRASIL S/A


LUIZ ANTÔNIO DE ASSUMPÇÃO NETO
CPF: 162.340.038-42
RG: 26.196.977-8 SSP/SP
BANCO ABC BRASIL S/A


Diretor da SADCON


Diretor da SSP/LAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sihessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)
 - vago*

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
Bloco-PT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Palm (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Maioria (PMDB)
Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO ⁽⁹⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMD).

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

8. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO ^(9,13)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
VAGO ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cicero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Samey (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmiir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

11. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Domelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão. Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.
3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG) ²
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. (Vago) ^(*)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁴ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres (PDT/AM), ocorrido em 23-5-2008

⁴ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja (OF/LID/Nº115/2008, de 16-4-2008, lido na Sessão do SF de 17-4-2008)

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



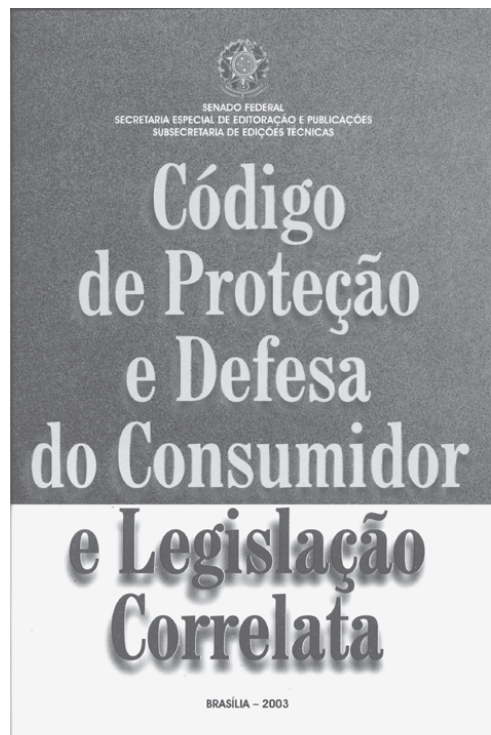
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 396 PÁGINAS